

Pamela Peres Cabreira (Organização)

História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal

Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal



ih INSTITUTO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

MONOGRAFIA ENTREVISTAS ATAS
ANTOLOGIA SEMINÁRIOS
DOCUMENTOS RELATÓRIOS
TEXTOS SELECIONADOS FONTES

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E CONFLITOS SOCIAIS EM PORTUGAL:

Atas do IV Congresso História do Trabalho, do
Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em
Portugal e III Conferência do Observatório para
as Condições de Trabalho e Vida

Pamela Peres Cabreira (Edição e Organização) &
Raquel Varela (Coordenação)

Título: História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário

Autores/as: Alexandra de Carvalho Antunes / Ana Alcântara / Ana Aleixo / Ana Barradas / Ana Campos / António Martins Gomes / António Martins Gomes / Antonio Muñoz Sánchez / António Pedro Dores / Antonio Thomaz Junior / Armando Quintas / Astrid Beacker Avila/ Cristina Gomes Baltazar / Denise De Sordi / Diego Pessoa Irineu França / Dora Fonseca / Duarte Rolo / Elísio Estanque / Hermes Augusto Costa / Ivan Ducatti / Jakykelly Renata França de Oliveira / Jamile Silva Silveira / João Pedro Reis / João Santana da Silva / Jonatas Roque Ribeiro / Jorge Filipe Figueiredo Fontes / Jorge Janeiro/ José Marques Guimarães / Juliana Nunes Pereira / Juliana Nunes Pereira / Laiany Lara Emiliano / Lucas Pacheco Campos / Luísa Freitas Rael da Rosa / Maria Clara de Almeida Leal / Maria de Fátima Ferreira Queiróz / Miguel Ángel Pérez Suárez / Moema Amélia Serpa Lopes de Souza / Nívea Maria Santos Souto Maior / Nuno Pinheiro / Nuno Simões Ferreira / Pamela Peres Cabreira / Patrícia Laura Torriglia / Paulina Araújo / Paulo Fernandes / Paulo Marques Alves / Pietro Basso / Raquel Varela / Sheyla Suely de Souza Silva / Sílvia Rodrigues Jardim / Susana Santos / Terezinha Martins dos Santos Souza / Thiago Pereira Barros / Vera Napomuceno / Vidalcir Ortigara /Virgínia Baptista

Revisão de texto: Cátia Teixeira

Assistente editorial: Pamela Peres Cabreira

Design gráfico original: Ricardo Naito

Imagem de capa: Arq. CD25A - UC. Col. Inst. Tecnologia Educativa

Organização e Paginação: Pamela Peres Cabreira

Coordenação de edição: Raquel Varela

© Instituto de História Contemporânea, 2020

Instituto de História Contemporânea

<https://ihc.fcsh.unl.pt/>

Av. de Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

ISBN: 978-989-8956-20-0

DOI: <https://doi.org/10.34619/hjtn-wc04>

Edição: Outubro de 2020



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto: UID/HIS/04209/2019, UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.



ÍNDICE

Introdução	111
-------------------------	------------

Pamela Peres Cabreira

Denise De Sordi

Prefácio.....	15
----------------------	-----------

Paulo Marques Alves

Raquel Varela

PARTE 1

ATAS DO III CONGRESSO HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL

4 e 5 de maio de 2017, Lisboa

Capítulo 1: Associações de classe e operariado na Lisboa do final do século XIX.....	23
---	-----------

Ana Alcântara

Capítulo 2: Contributos para a história do sindicalismo: sindicato dos trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de construção do sul - Delegação de Évora	49
--	-----------

Armando Quintas, Jorge Janeiro, Paulina Araújo

Capítulo 3: Reconstruindo o(s) discurso(s) sobre poder(es) sindicais: contributos teóricos.....	59
--	-----------

Hermes Augusto Costa, Elísio Estanque, Dora Fonseca

Capítulo 4: Greves e movimentos operários na fotografia do início do século XX- 1907/1926	73
<i>Nuno Pinheiro</i>	
Capítulo 5: Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: alcance e limites	91
<i>José Marques Guimarães</i>	
Capítulo 6: A sub-representação das mulheres no movimento sindical: o caso dos sindicatos da saúde	115
<i>Paulo Marques Alves</i>	
Capítulo 7: A solução corporativa preconizada pela Liga Nacional 28 de Maio e pelo nacional-sindicalismo face ao mundo do trabalho nos anos 30.....	137
<i>Nuno Simões Ferreira</i>	
Capítulo 8: A operária submissa e a ilha distópica em <i>Os Famintos</i>, de João Grave	155
<i>António Martins Gomes</i>	
Capítulo 9: La socialdemocracia alemana y la creación de la União Geral de Trabalhadores	175
<i>Antonio Muñoz Sánchez</i>	
Capítulo 10: A autogestão no processo revolucionário português de 1974-75.....	201
<i>Miguel Ángel Pérez Suárez</i>	
Capítulo 11: Um pacto de la Mançloa em Portugal?	225
<i>Jorge Filipe Figueiredo Fontes</i>	
Capítulo 12: Educação e conhecimento: uma necessária e urgente reivindicação ontológica a partir de Lukács	233
<i>Vidalcir Ortigara; Patrícia Laura Torriglia e Astrid Baecker Avila</i>	

PARTE 2

ATAS DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA DO TRABALHO, DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL & III CONFERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA

15 e 16 de novembro de 2019, Lisboa.

Capítulo 1: Trabalho precário: uma estratégia de organização social257

Luísa Freitas Rael da Rosa

Capítulo 2: A precariedade laboral dos jovens em Portugal.....271

Maria Clara de Almeida Leal

Capítulo 3: Precariedade e subordinação: o caso da nova geração de advogados.....285

António Pedro Soares

Capítulo 4: Reflexões em torno da profissão de advogado e dos ideais de profissionalismo.....301

Susana Santos

Capítulo 5: Sobre a questão social do trabalho.....319

Duarte Rolo

Capítulo 6: A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, em Lisboa, e a melhoria das condições da vida operária na segunda metade do século XIX329

Alexandra de Carvalho Antunes

Capítulo 7: A *Cartilha do Operário* de Alberto Monsaraz e a solução integralista para o mundo do capital e do trabalho no ano de 1919.....347

Nuno Simões Ferreira

Capítulo 8: «Para luta é preciso ser instruído». A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal - 1.ª República e o advento do Estado Novo361

Ana Campos

Capítulo 9: Oob o fumo das chaminés: o grupo desportivo «Os Fósforos» e o futebol de fábrica (1920-1946).....	371
<i>João Santana da Silva</i>	
Capítulo 10: Os movimentos de classe no decorrer da Primeira Grande Guerra no distrito do Porto.....	401
<i>José Pedro Reis</i>	
Capítulo 12: Ferreira de Castro: a lã, a covilhã e a política laboral do Estado Novo	413
<i>António Martins Gomes</i>	
Capítulo 12: A eugenia durante o Estado Novo: seus pressupostos e a construção do racismo em Portugal.....	431
<i>Ivan Ducatti</i>	
Capítulo 13: As relações laborais: novos e/ou velhos desafios sindicais ..	447
<i>Paulo Fernandes</i>	
Capítulo 14: Porque estão os sindicatos em crise. Seguido de algumas considerações para dela saírem.....	469
<i>Paulo Marques Alves</i>	
Capítulo 15: Fases da concertação social em Portugal no século XX.....	493
<i>Jorge Filipe Figueiredo Fontes</i>	
Capítulo 16: As mulheres de Xabregas: trabalho, quotidiano e ativismo (do fim do século XIX aos anos 40 do século XX).....	501
<i>Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves</i>	
Capítulo 17: Trabalho como resistência: luta operária de mulheres durante o período revolucionário português	517
<i>Pamela Peres Cabreira</i>	
Capítulo 18: O corpo da mulher é a última fronteira de conquista do capital?	527
<i>Jacykelly Renata França de Oliveira e Juliana Nunes Pereira</i>	

Capítulo 19: Emoções e capital: o trabalho das mulheres na reestruturação produtiva	543
<i>Terezinha Martins dos Santos Souza</i>	
Capítulo 20: Depressão e trabalho: continuidade e ruptura de laço social.....	559
<i>Sílvia Rodrigues Jardim</i>	
Capítulo 21: Doença cardio-vascular no século XXI.....	575
<i>Ana Aleixo</i>	
Capítulo 22: Nas dobras da eficiência: a relação entre o trabalho e a saúde de docentes de uma universidade pública brasileira	581
<i>Laiany Lara Emiliano e Maria de Fátima Ferreira Queiróz</i>	
Capítulo 23: Outros sujeitos: trabalhadores e associativismo negro nos mundos do trabalho (Brasil, século XIX).....	601
<i>Jonatas Roque Ribeiro</i>	
Capítulo 24: A luta dos trabalhadores negros pela sua emancipação: da herança da escravatura à conquista da cidadania: Brasil, Estados Unidos e Cabo Verde (séculos XIX-XXI)	619
<i>José Marques Guimarães</i>	
Capítulo 25: Prevenir antes que desabe! a participação da comunidade do Butantã no Núcleo de Defesa Civil – NUDEC.....	637
<i>Cristina Gomes Baltazar</i>	
Capítulo 26: Trabalhadores, conflitos e sociabilidades: a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso (Bahia, Brasil, 1945-1983).....	655
<i>Jamile Silva Silveira</i>	
Capítulo 27: Sindicalismo e o combate ao AMT	671
<i>Terezinha Martins dos Santos Souza</i>	
Capítulo 28: Reflexões sobre a (re)configuração do trabalho docente no Brasil e em Portugal na era neoliberal.....	687
<i>Vera Napomuceno e Lucas Pacheco Campos</i>	

Capítulo 29: A ofensiva ultraneoliberal e a destruição dos direitos do trabalho no Brasil «pós-neodesenvolvimentista»..... 703

Sheyla Suely de Souza Silva, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Juliana Nunes Pereira, Nívea Maria Santos Souto Maior

Capítulo 30: A geograficidade da exploração: efeitos na saúde do trabalhador(a) da fruticultura mundializada no nordeste brasileiro 719

Diego Pessoa Irineu de França, Antonio Thomaz Junior

Capítulo 31: O setor portuário brasileiro: a expansão territorial do capital e os reflexos para os trabalhadores..... 737

Thiago Pereira Barros

Capítulo 32: Motoristas em greve, impasse apenas adiado 759

Ana Barradas

Capítulo 33: Modern times, ancient hours..... 767

Pietro Basso

INTRODUÇÃO

A conjuntura socioeconômica global atual requer de nós, investigadores/as das ciências humanas e, sobretudo da História, especial atenção sobre as condições da sociedade em suas diversas faces: no trabalho, cultura, educação, hábitos, relações interpessoais, política, economia. A relação destes fatores é essencial na prática reguladora de historiadores/as que se preocupam em compreender e encarar a história social como fundamento na compreensão da contemporaneidade e, sobretudo, das relações provenientes do trabalho.

Este livro corrobora os objetivos do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, vinculado ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, buscando debater e divulgar resultados de pesquisa que contemplam transdisciplinarmente temas caros à compreensão do mundo contemporâneo. Fundado em 2011 no IHC, o Grupo acolhe investigadores de universidades e unidades de investigação nacionais e internacionais que estudam o movimento operário, os movimentos sociais, as greves e os conflitos sociais no período contemporâneo.

O Grupo tem por unidade pesquisas que se ocupam sobre as organizações políticas e sindicais, fincadas em metodologia que considere o acúmulo de produções sobre o movimento operário e os movimentos sociais. O Grupo hoje é o principal pólo de renovação dos estudos do trabalho, organizando os principais eventos de história do trabalho e do movimento operário em Portugal, incluindo o único congresso nacional de história do movimento operário no país.

Os capítulos deste livro são frutos dos dois últimos Congressos organizados pelo Grupo, o III Congresso História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, em maio de 2017 e o IV CHMOMSP & III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida, realizado por nós em parceria com o DINÂMIA’CET-IUL no mês de Novembro de 2019.

A disseminação e participação nestes eventos demonstra a importância do tema e necessidade de expandir espaço para estes debates. O III Congresso contou com 50 investigadores distribuídos em 11 painéis. Já o IV Congresso teve ampla difusão, contando com 65 comunicações organizadas em 16 mesas com temáticas distintas e a participação de investigadores de diferentes nacionalidades. Importante ressaltar a gratuidade do Congresso, tanto para participantes ouvintes como para comunicadores e o aumento tanto da quantidade das comunicações quanto da qualidade das intervenções e do público envolvido.

Neste livro, convidamos o leitor a transitar pelas questões açambarcadas pela suposta falência da organização humana e social em torno das relações de trabalho, das ideologias, do sindicalismo e/ou da militância organizada. A partir dos capítulos aqui apresentados com base em pesquisas desenvolvidas a partir de diferentes dimensões da experiência social, o leitor verá que estas transformações organizativas se encontram ativas e em transformação.

Os artigos compõem diversas faces temáticas que são representativas não só do trabalho no interior do Grupo ao longo destes anos, mas também, contribuições para que repensemos as profundas mudanças e oscilações pelas quais o mundo do trabalho passou e continua a passar. Portanto, reivindicado por muitos como o principal cenário de lutas sociopolíticas, mas também de organização e luta pelos/as trabalhadores/as.

Os capítulos encontram-se distribuídos em duas partes, sendo a primeira com as contribuições do III Congresso (2017) e a segunda parte com artigos submetidos e temas apresentados na IV e última edição do evento (2019). Os capítulos, articulados de forma dinâmica, buscam traçar conjuntos temáticos desde o sindicalismo e grupos mutualistas de finais do século XIX e início do XX; organizações trabalhistas; trabalho, cultura e literatura; instituições e Estado Novo; Revolução e operariado; história das mulheres no trabalho; precariedade laboral; saúde nas

condições trabalhistas; resistências; trabalho escravo e reflexões teóricas sobre a condição e mundo do trabalho «hoje». A correspondência entre esta variável temática é o que nos impulsiona a divulgar e a ressaltar a importância deste foco analítico nas ciências sociais, em contribuição direta com as condições materiais de vida e as possibilidades de luta e organização dos/as trabalhadores/as.

Esperamos contribuir para que os «Trabalhadores(as) do Mundo» sejam pensados, interpretados e incluídos nas dinâmicas de investigação, a partir de uma ótica não eurocêntrica, tampouco nacionalista de se compreender e relacionar as perspectivas do campo do trabalho. Espera-se, sobretudo, a criação de relações em exercício contínuo entre a pequena e grande escala de observação e compreensão desta faceta que retroalimenta a forma organizativa experienciada por nós.

Pamela Peres Cabreira

Denise De Sordi

PREFÁCIO

Paulo Marques Alves
Raquel Varela

Em meados do século XIX, Marx e Engels afirmavam em *A Ideologia Alemã* não só que o trabalho é uma atividade vital como, indo mais longe, enfatizaram que ele constitui a condição chave da existência da vida humana, sendo o princípio estruturador das sociedades e da história. Nesta obra, o trabalho surge-nos, por um lado, como «trabalho dos homens sobre a natureza» e, por outro, como «trabalho dos homens sobre os homens»¹. O trabalho desempenha um papel de dupla mediação: na relação entre os homens e a natureza e na relação entre os próprios homens. Através do trabalho, eles transformam e transformam-se.

Depois de afirmarem a importância crucial que o trabalho assume na estruturação das sociedades, sublinham a absoluta necessidade de o «abolir»². Já anteriormente, Marx havia referido que o trabalho era «evitado como uma praga»³. Parece estarmos perante uma contradição. Mas ela é apenas aparente.

O que sucede é que o capitalismo transformou o princípio que funda a vida humana em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O trabalho

¹ Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã* (Lisboa, Editorial Presença, 1980 [1845-46]): 44.

² Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*: 82.

³ Karl Marx, *Os Manuscritos Económico-Filosóficos* (Porto, Brasília Editora, 1971 [1844]): 27.

tornou-se numa atividade imposta, forçada e extrínseca aos indivíduos, uma fonte de anti-humanismo, de alienação e de exploração que os impede de se realizarem pessoalmente.

O que resta ao homem é a sua força de trabalho, a qual é vendida «a retalho como qualquer outro artigo de comércio [estando sujeita] a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado»⁴. Trata-se de uma mercadoria especial que é consumida, juntamente com outras, no processo de produção, e que possibilita a criação de novas mercadorias com um valor de troca superior ao valor que foi investido na sua compra. O uso que dela é feito é assim fonte de valor. Esta distinção que Marx opera entre «trabalho» e «força de trabalho» está na base da compreensão da formação do valor.

A alienação, expressão da relação social dominante no capitalismo, efetiva-se quer na perda dos objetos do trabalho por parte de quem os produz, pois as mercadorias são-lhe estranhas ao serem apropriadas por outrem, quer no próprio ato de produção, pois o trabalhador não é livre, antes estando submetido à ordem capitalista. Mas efetiva-se igualmente devido à transformação do trabalho de atividade vital em mero meio de satisfação das necessidades do ser social e que lhe permitem garantir a sua existência. Em consequência, o homem torna-se estranho relativamente à sua própria essência e em relação aos outros homens.

É neste quadro que Marx e Engels defendem a necessidade da «abolição do trabalho». Ela significa a superação do trabalho assalariado, que despersonaliza, degrada, desumaniza.

Cerca de um século e meio após as formulações de Marx, alguns cientistas sociais vieram decretar o fim do trabalho, ao passo que outros defendem o fim da sua centralidade nas sociedades contemporâneas⁵. Ainda que partindo de pressupostos teóricos muito distintos, em traços muito genéricos, para todos eles, as sociedades teriam deixado de se organizar em torno do trabalho, o qual teria deixado de ser um

⁴ Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (Lisboa, Editorial Avante!), 67.

⁵ Entre outros vejam-se, André Gorz, *Métamorphoses du Travail, Quête de Sens : Critique de la Raison Économique* (Paris: Galilée, 1988). André Gorz, *Misères du Présent, Richesse du Possible* (Paris: Galilée, 1997). Dominique Méda, *O Trabalho: um Valor em Vias de Extinção* (Lisboa: Fim de Século, 1999 [1995]). Claus Offe, *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política* (São Paulo: Brasiliense, 1989 [1985]). Jeremy Rifkin, *The End of Work: the Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the New Post-market Era* (New York: G. P. Putnam, 1995).

referencial identitário e de integração social. Para sustentar estas teses carregam-se argumentos que remetem para o decréscimo do tempo de trabalho ou para o aumento dos níveis de desemprego. Estar-se-ia, inclusivamente, perante a passagem da «sociedade do trabalho» para uma outra forma societal designada de vários modos consoante o enfoque teórico.

Acresce que o trabalho aparece hoje a muitos como uma abstração (mas não é). Isso é algo impossível de ocorrer nas sociedades camponesas, onde o sentido de produção coletiva é concreto – «a comida não cai na mesa de ninguém» vinda de longe. É produzida ali, em frente a casa. Na vida em aldeia é impossível não compreender que a manutenção da sociedade depende do trabalho e que se este não for realizado, necessidades vitais não serão asseguradas. O mesmo não se passa na cidade onde a noção de centralidade do trabalho é ofuscada por uma complexificação de relações sociais em que várias formas de não-trabalho como rendas, lucros, assistencialismo familiar e estatal (ajuda das famílias ou do Estado via impostos) jogam nas sociedades europeias um papel central.

As ciências sociais e humanas têm sido pródigas no enunciar de teorias que não resistem a um confronto com a realidade, sendo rapidamente desmentidas pelos factos. As conceções sobre o fim do trabalho ou da sua centralidade são disso um exemplo, pelo que as podemos inscrever na mesma linha de outras como as que postulam o fim da história⁶ em consequência do triunfo, considerado irreversível, do neoliberalismo; as que afirmam o fim das classes ou, pelo menos, a perda da sua validade teórica assim como do poder explicativo deste conceito numa sociedade definida como «pós-moderna» e individualista⁷; as que decretam o fim das ideologias⁸; ou ainda as que

⁶ Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem* (Lisboa: Gradiva, 1999 [1992]).

⁷ Terry Clark, e Seymour Martin Lipset, “Are Social Classes Dying?”, *International Sociology* 6, n.º 4 (1991): 397-410. Jan Pakulski, Malcom Waters, *The Death of Class* (Londres: SAGE, 1996).

⁸ Daniel Bell, *The End of Ideology: on the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties* (New York: The Free Press, 1965 [1960]). Seymour Martin Lipset, *Political Man* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1981 [1960]). Raymond Aron, *L’Opium des Intellectuelles* (Paris : Pluriel, (2010 [1955])).

determinam a decadência inexorável do sindicalismo⁹ ou o fim da militância, igualmente anunciada constantemente¹⁰.

O que a realidade nos mostra é que, ao invés da supressão do trabalho, se tem vindo a assistir antes ao crescimento do número de trabalhadores nele envolvidos. Nesta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, pois a sociedade atual continua a ser movida pela lógica do capital e pelo respetivo processo de valorização, o trabalho não se extinguiu e o que se verifica verdadeiramente é que sofreu profundas transformações, ao ter-se tornado, para largos sectores, mais instável, multifacetado, intensificado e desvalorizado.

Deste modo, o proclamado fim do trabalho constitui simultaneamente um mito mas também uma tentativa de mistificação.

Um mito, porque se tivermos uma perspetiva de longa duração, vemos que se tem registado um crescimento da população ativa e até do emprego nos países centrais do capitalismo, para não falar do que acontece no resto do planeta. Por outro lado, o tempo de trabalho permanece elevado e o seu decréscimo relativo até abrandou na época áurea destas formulações e ao mesmo tempo que o desemprego explodia. E outros indicadores, de carácter mais qualitativo, podem ser igualmente mobilizados no sentido da refutação destas teses. Por exemplo, o trabalho permanece no centro do debate nos campos social e político e nunca como hoje se assistiu a uma instrumentalização do sistema de educação-formação para o colocar «ao serviço da economia».

O capitalismo não suprimiu o trabalho, até porque não pode prescindir do trabalho vivo. Só ele produz valor e embora possa ser reduzido em alguns ramos de atividade em resultado da reestruturação produtiva assente na introdução maciça dos sistemas flexíveis de produção e dos novos modelos de gestão, amplia-se noutros. O capitalismo tem evidenciado essa capacidade para gerar emprego, inclusivamente em ramos inteiramente novos. Veja-se o caso dos call centers, da restauração rápida ou do ainda mais recente trabalho prestado por meio de plataformas informáticas.

⁹ Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (São Paulo: EDUSP, 1999).

¹⁰ Geneviève Poujol, Madeleine Romer, *L'apprentissage du Militantisme. Enquête Auprès des Organisations de Jeunesse* (Paris: LSCI/IRESO-CNRS, 1999).

Deste modo, como bem nota Antunes¹¹, verifica-se atualmente uma contradição no mundo do trabalho que é muito relevante. Se, por um lado, se reforça o sentido da «perenidade» do trabalho vivo, por outro lado, acentua-se a sua «superfluidade», traduzida numa enorme massa de trabalhadores precários e dos que engrossam constantemente as fileiras do desemprego.

Mas quando se afirma o fim do trabalho estamos igualmente perante uma enorme mistificação, dado isso ser apresentado como sinónimo de progresso, como sendo um aspeto central da dinâmica de inovação das sociedades contemporâneas, por vezes até como constituindo uma libertação do trabalho ou do salariedade. Pelo contrário, tudo o que tem resultado de uma imposição do mercado e que vem pressionando o salariedade (precarização, desemprego maciço, destruição das formas de regulamentação coletiva de trabalho, crescente individualização das relações de trabalho, flexibilização da legislação laboral, fomento do «empreendedorismo», redução salarial, intensificação do trabalho e aumento da sua penosidade, flexibilidade do tempo de trabalho e dos efetivos, etc.) constitui antes um perigoso retrocesso civilizacional que se consubstancia numa desvalorização do trabalho em larga escala. Ao invés de se eliminar o trabalho vivo, procede-se à sua precarização nas suas várias dimensões e à intensificação do seu consumo. É esta a resposta do capitalismo à queda da taxa de lucro: extração de mais-valia absoluta; aumento da exploração do trabalho.

E é esta ampliação sem precedentes da precariedade e do desemprego que constituem os dados novos mais relevantes no quadro das alterações ocorridas nas últimas décadas, nas quais se verificou uma profunda mudança no processo de valorização do capital, com a entrada na era da «acumulação flexível»¹².

Ao invés da supressão do trabalho, o que de facto caracteriza esta nova época de desenvolvimento do capitalismo é que o salariedade se torna mais instável e multifacetado. Uma dupla mudança ocorre. Por um lado,

¹¹ Ricardo Antunes, *O Caracol e a sua Concha. Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005).

¹² David Harvey, *A Condição Pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural* (São Paulo: Loyola, 1993 [1989]).

quantitativa, consubstanciada num decréscimo da força de trabalho industrial e o seu crescimento nos serviços, verificada em particular nos países centrais do capitalismo; por outro, qualitativa, remetendo para uma «nova morfologia do trabalho»¹³, tendo como consequência uma sua «heterogeneização, complexificação e fragmentação»¹⁴.

Esta mudança é tanto mais relevante tendo em conta que, como Castel¹⁵ sublinha, o trabalho assalariado constitui a matriz de uma condição social que alia ao trabalho estável à existência de direitos sociais, nomeadamente de uma proteção social que cobre os principais riscos não só dos assalariados e suas famílias, mas também dos não assalariados e, inclusivamente, dos não ativos.

Por conseguinte, há que redescobrir o trabalho, tornar visível o que alguns pretendem ocultar e apreender toda a sua complexidade a partir dos olhares diversos que são protagonizados pelas várias ciências, numa perspetiva inter e multidisciplinar. Por outro lado, há que evidenciar igualmente as consequências da intensificação e da desvalorização do trabalho, nomeadamente para a saúde dos trabalhadores e as suas condições de vida, bem como realçar as modalidades de resistência que estes lhes opõem – no passado como no presente.

De sublinhar que um trabalho desvalorizado só poderá ganhar centralidade quando, por força das organizações políticas e sindicais, se disputa no campo da consciência política essa condição – a consciência de que nada é tão importante para assegurar a existência da humanidade como o trabalho, a partir do qual tudo é central. Tudo nasce e perece do trabalho enquanto atividade de domínio do homem sobre a natureza, de criação¹⁶. E do trabalho enquanto relação social. Mutável necessariamente.

E, contrariamente à miragem das conceções sobre o fim do trabalho que, no fundo, acabam por constituir uma fonte de legitimação do status quo existente, ter uma outra perspetiva, a da libertação do salariado.

13 Ricardo Antunes, *O Caracol e a sua Concha*.

14 Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2005 [1999]): 209.

15 Robert Castel, “Centralité du Travail et Cohésion Sociale”, in *Le Monde du Travail*, ed. Jacques Kergoat et al. (Paris : Éditions La Découverte, 1998): 50-65.

16 György Lukács, *Para uma Ontologia do Ser Social* (São Paulo: Boitempo, 2012).

PARTE 1

ATAS DO III CONGRESSO HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL

4 e 5 de maio de 2017, Lisboa.

CAPÍTULO 1

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE E OPERARIADO NA LISBOA DO FINAL DO SÉCULO XIX

Ana Alcântara¹

¹ Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS); Investigadora do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH).
Email: anaralcantara@gmail.com

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, Lisboa viveu uma época de mutações económicas, sociais e políticas, impulsionadas parcialmente pelo desenvolvimento industrial e urbano, que sustentaram um momento de transição fundamental para a formação da classe operária lisboeta. A alteração dos ritmos de vida e experiências quotidianas vivenciadas por aqueles que afluíram à cidade vindos do mundo rural estimulou o surgimento de uma consciência de classe por parte do operariado urbano.

Com a crescente proletarização e concentração das «classes laboriosas» em Lisboa surgem associações de cariz operário — inicialmente as mutualistas e posteriormente, com a legalização das Associações de Classe em 1891, as ligadas ao trabalho. Das diferentes formas institucionais de solidariedade e organização laboral levadas a cabo por trabalhadores industriais e manufatureiros lisboetas no final do século XIX ressalta o aumento do número de Associações de Classe. O que mostra uma crescente organização destes trabalhadores, negando ideias pré-concebidas de pouca prática associativa, nomeadamente profissional, em Portugal. De facto, a década de 1890-1900 foi não só o momento da publicação das primeiras normas legislativas de cariz laboral² e da legalização do associativismo de classe — sendo que o Estado obrigava ao registo e aprovação dos respetivos estatutos no Governo Civil de Lisboa³ —, mas também, aquele em que o crescimento demográfico da capital foi feito, em grande medida, à custa de novos lisboetas com atividade profissional ligada à indústria ou manufatura.⁴ Assim, pode-se afirmar que a população que dependia do setor

² Pelos decretos de 10 de fevereiro e 7 de agosto de 1890 foi regulado o trabalho dos aprendizes. Pelos decretos-lei de 14 de abril de 1891 e de 16 de março de 1893 foi regulamentado o trabalho de menores e das mulheres nos estabelecimentos industriais portugueses.

³ Pelo decreto-lei de 9 de maio de 1891.

⁴ O Recenseamento de 1890 indica que 37% dos habitantes da cidade tinham uma atividade profissional relacionada com a indústria ou manufatura — percentagem calculada a partir dos valores apresentados no quadro III (Direcção da Estatística Geral e Commercio, *Censo da população do Reino de Portugal a 1 de Dezembro de 1890*, Vol. III, D.E.G.C., Lisboa, pp. 22-23).

secundário passou a ter uma relevância social e política nunca alcançada anteriormente.

Neste artigo analisa-se a intervenção social e política do operariado lisboeta através do estudo das suas Associações de Classe, registadas entre 1891 e 1900, nomeadamente através dos propósitos estatutários que as caracterizam e da análise da implantação territorial das suas sedes na cidade. Num segundo plano observa-se a participação operária e das suas Associações de Classe na celebração anual do dia 1.º de Maio e nas greves. A análise da localização destes momentos reivindicativos procura dar pistas para a compreensão da relação entre o operariado e o espaço da cidade durante a última década do século XIX.

1. «O PASSADO NÃO PODE EXISTIR NO TEMPO: SOMENTO NO ESPAÇO.»⁵

A ideia do território como elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas e a conceção de que toda ação humana pressupõe uma localização num determinado espaço-tempo, que se materializa num «lugar» da História⁶, levaram a variável espacial, o «onde», a assumir um papel fundamental na análise do objeto desta investigação. Mais do que nos atores individuais ou nos processos, analisam-se os espaços usados pelo movimento operário ao longo da última década de Oitocentos, particularmente para a instalação das sedes das Associações de Classe fundadas por iniciativa operária e a localização de reivindicações em espaço público, como os cortejos e comícios do 1.º de Maio e as greves. Deste modo, a identificação de padrões de espacialidade é encarada como expressão visível da mobilização e tomada de consciência coletiva e permite intuir e analisar formas e propósitos de ocupação e reivindicação dos espaços públicos pelo operariado lisboeta deste período.

⁵ Philip J. Ethington, “Placing the past: ‘Groundwork’ for a Spatial Theory of History”, *Rethinking History*, vol. 11, n.º 4, Routledge, (2007): 465.

⁶ H. Lefebvre, *The Production of Space* (Maiden: Blackwell Publishing, 2007).

2. «O MUNDO NÃO FOI FEITO SÓ PRÓS RICOS!»⁷

A Lisboa industrial e operária da última década do século XIX enformava realidades urbanas e sociais múltiplas e complexas, que tanto albergavam o/a artesão/ã instruído/a, o/a operário/a especializado/a como o/a trabalhador/a indiferenciado/a. Coexistiam condições, espaços e relações sociais diversas que, lentamente, produziram novas sociabilidades e com elas novos «sistemas de valores, ideias e formas institucionais»⁸ de organização operária. O centro tradicional e comercial da cidade tinha forte presença industrial, com grande densidade de mão-de-obra operária e rodeado de núcleos de habitação das «classes laboriosas». Essa adjacência entre locais de trabalho e de moradia operária potenciava a construção de uma identidade operária num ambiente socialmente heterogéneo, desenrolando-se o quotidiano e os percursos diários dos/as trabalhadores/as fabris e oficinais em permanente contacto com outras realidades sociais lisboetas. Nas periferias, a ocidente e a oriente do centro, acontecia a ascensão de uma «nova cidade» de cariz mais proletário, onde a identidade operária se desenvolveu num ambiente mais homogéneo. Áreas de maior especialização e inovação tecnológica na produção industrial, onde se situam as grandes fábricas com grandes concentrações de operários que habitam nos mesmos sítios. Esta justaposição territorial entre espaços laborais e residenciais originou uma maior homogeneidade social de comunidades operárias mais isoladas⁹. No entanto, a irregularidade do trabalho era uma faceta comum à condição operária lisboeta de final do século XIX. Esta insegurança era tão mais gravosa porque «o operário

⁷ *O Echo Metalúrgico*, 01/05/1896, p.1.

⁸ E. P. Thompson, *The making of the English working class* (New York, Vintage Books, 1966 - tradução livre), 10.

⁹ Ana Alcântara, *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX* (Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, Lisboa, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 2019).

[...] em não trabalhando não ganha[va] e, por conseguinte, não com[ia]»¹⁰, fazendo «augmentar o desespero dos famintos»¹¹.

As alterações dos ritmos de vida e das formas de trabalho fabril e oficial, impulsionadas pelo desenvolvimento industrial e urbano e a falta de apoios sociais por parte do Estado e/ou dos empregadores, conduziram a que, «como resultado das suas experiências comuns, [o operariado passa a] sentir e articular a identificação dos seus interesses»¹², enformando um momento de transição fundamental para a formação da classe operária. «O grande ajuste de contas desencadeia-se nesse último decénio do século XIX [com a] própria organização do operariado, fortalecendo-se»¹³ e organizando-se em Associações de Classe, Mutualistas, Cooperativas e Sociedades recreativas, culturais e/ou desportivas.

Até à publicação, a 9 de maio de 1891, do decreto que legalizou o associativismo laboral, as associações operárias tinham que, a nível estatutário, situar os seus propósitos na criação de uma caixa económica, de uma cooperativa de produção ou de consumo¹⁴, limitando os seus objetivos às áreas do mutualismo¹⁵ e da beneficência. Na última década do século, a conjuntura muda e a legalização das Associações de Classe – que podiam ser de operários, empregados, patrões ou mistas da área industrial, comercial ou agrícola – regulamenta a sua existência legal e atuação. Conduzindo a que as suas formas de intervenção política no espaço público, especialmente nos momentos de demonstração reivindicativa – como as primeiras comemorações do 1.º de Maio ou as greves – se tornassem «estratégias de comunicação da [sua] legitimidade [...] baseadas na encenação do número, da unidade, do valor social e do

¹⁰ *O Defensor do Trabalho*, 17/7/1865, p.2.

¹¹ *A Obra*, 19/07/1891, p.3.

¹² E. P. Thompson, *The making of the English working class* (New York, Vintage Books, 1966 - tradução livre), 9.

¹³ José Tengarrinha, “Movimento grevista e sociedade em movimento: uma perspetiva histórica até 1920”, *Estudos de História contemporânea de Portugal* (Editorial Caminho, Lisboa, 1983), 70.

¹⁴ As sociedades cooperativas foram juridicamente enquadradas pela lei de 2 de julho de 1867.

¹⁵ A regulamentação administrativa das associações de socorros mútuos só foi, no entanto, promulgada a 28 de fevereiro de 1891.

empenho dos que participavam»¹⁶. Era nestes momentos que o «exército operário»¹⁷ demonstrava a sua capacidade de organização e de ocupação do espaço público. Ao reivindicar a jornada de 8 horas de trabalho, melhores salários e condições laborais ou apresentando exigências e reclamações específicas relativas a um determinado estabelecimento industrial ou patrão, assumiam a sua visibilidade como grupo social.

3. «APLICAR AO MESMO TEMPO O PRINCÍPIO DE ASSOCIAÇÃO NA ESFERA DE CADA INDÚSTRIA, IR A POUCO E POUCO SUBSTITUINDO A SOLIDARIEDADE À DIVISÃO, O GÊNIO COLETIVO À FRAQUEZA INDIVIDUAL»¹⁸

A obrigatoriedade de registo e da aprovação a que estavam sujeitos, a partir da publicação do decreto-lei de 9 de maio de 1891, os estatutos das associações e coletividades, operárias ou não, assim como o assentamento dos autos de inspeção ou vigilância a que as instituições associativas poderiam estar sujeitas pelas autoridades levou a que, no Governo Civil de Lisboa, se agregasse informação – estatutária e outra – nos fundos *Cadastro de Associações Socioprofissionais e Mútuas e Estatutos das Associações de Classe e Recreativas* do Arquivo do Governo Civil de Lisboa¹⁹ e no *Fundo das Associações de Classe*²⁰ do antigo Ministério das Corporações – que os integrou aquando da inquirição relativa às associações laborais levada a cabo, em 1939, pela Secção da Organização Corporativa do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Foi a partir desta base documental que se procedeu à recolha de informação relativa a Associações de Classe de iniciativa operária com atividade entre 1890 e 1900.

¹⁶ Diego Palácios Cerezales, *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX* (Lisboa, Tinta da China, 2011), 188.

¹⁷ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

¹⁸ *Ecco dos Operários*, 28/04/1850, p.4.

¹⁹ Atualmente depositado, e em fase de tratamento documental, no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

²⁰ Atualmente depositado no Arquivo do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (ARQUESOC) e acessível no site <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt>.

As Associações de Classe – agremiações de trabalhadores/as afetos/as a um mesmo ofício, profissão ou artes correlativas – tinham como principais fins «o estudo e a defesa dos interesses económicos e sociais dos seus associados»²¹ e da «respetiva indústria em todas as suas ramificações»²², assim como, «discutir todas as questões [...] que impliquem com os interesses da classe. [E] representar nos poderes do estado quando a classe se achar lesada nos seus interesses»²³. Alguns artigos estatutários, como o número 5.º dos estatutos da *Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos* – que pretendia «promover por qualquer meio a elevação ou conservação dos salários, de modo que correspondam às necessidades dos seus associados» –, eram muito explícitos na afirmação de que a ação primordial da associação era «o bom desenvolvimento moral e material da classe»²⁴.

Para além dos propósitos essenciais, de cariz laboral, os estatutos das Associações de Classe consultados revelam ainda o intento generalizado «de contribuir para ilustração»²⁵ e instrução de sócios/as e famílias, e até para «o desenvolvimento da classe operária em geral»²⁶, através da criação, «em harmonia com a força dos seus fundos»²⁷, de bibliotecas e gabinetes de leitura, da implementação de aulas, tanto de ensino primário como profissional, e/ou da promoção de palestras e conferências, revelando a vontade de intervir no domínio da educação formal e da formação cultural. Outro dos intentos de muitas das Associações de Classe era o de «socorrer os seus associados, quando as

²¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Tintureiros, Estampadores e Artes Correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²² *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²³ *Estatutos da Associação de Classe dos Correios de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁴ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁵ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Corticeiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁶ *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁷ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

forças do cofre o permitam»²⁸, em caso de doença, morte – com o pagamento do funeral – ou «prestar subsidio na falta de trabalho»²⁹. Legalmente, no entanto, esta conjugação da função sindical com o socorro mútuo dos associados teria de se processar através da criação de montepios ou cofres de auxílio, que teriam de «constituir-se como agremiações independentes como determina o n.º 5 do artigo 4.º do decreto de 9 de maio de 1891»³⁰ como o fez a *Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca*, com a criação da «sua associação de socorros mútuos, fundada em 1862, onde [eram] admitidos apenas latoeiros de folha branca»³¹. Com a diversidade de atividades e propósitos secundários, as Associações de Classe pretendiam a agregação e a identificação dos/as trabalhadores/as em função da sua profissão – numa lógica corporativa e, portanto, acentuando o sentimento de pertença a uma profissão ou «arte».

A lógica de organização corporativa decorria da própria lei, que estipulava que as Associações de Classe eram «sociedades compostas por mais de vinte indivíduos que exerce[ssem] a mesma profissão ou profissões correlativas»³². Ou seja, a legislação exigia que tivessem assento em cada agremiação somente trabalhadores/as como mesmo ofício. Fazendo com que, por exemplo, as costureiras «de vestidos, ou de alfaiate, ou de chapéus»³³ se organizassem na *Associação de Classe das Costureiras de Lisboa* e as «costureiras de modista, de roupa branca, de luvas, de gravatas, e machinismos de calçado»³⁴ na *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*. Do mesmo modo, no setor

²⁸ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários de Tecidos de Seda*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

²⁹ *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³⁰ *Estatutos da Associação de Classe dos Curtidores de Sola e Cabedais e Artes Correlativas*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³¹ J. de Oliveira Simões, “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, Lisboa, IN, (1910): 42.

³² Decreto-lei de 9 de maio de 1891.

³³ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

³⁴ *Estatutos da Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

metalúrgico foram referenciadas dez Associações de Classe diferentes – dos caldeireiros em ferro e cobre, dos ferradores, dos ferreiros, dos forjadores, dos latoeiros de folha branca, dos pregueiros mecânicos, dos serralheiros, dos tanoeiros, dos torneiros mecânicos e dos torneiros de metal e canalizadores de gás e água³⁵. A forte compartimentação profissional destes exemplos revela a fragmentação laboral que a legislação pretendia manter na atuação do associativismo operário. O propósito legislativo era que, na sua ação, as Associações de Classe «se ocupa[ssem] exclusivamente dos seus interesses profissionais, mantendo-se à margem da política, [...] [e assim se tornassem] elementos de ordem e de progresso»³⁶.

No entanto e apesar de a legislação proibir agrupamentos federais e nacionais, existiram neste período instituições que procuraram «superar as barreiras do corporativismo»³⁷ através da organização laboral operária de base regional, como a *Federação das Associações de Classe de Lisboa*, fundada em 1892³⁸, ou de união supra-profissional, como a *Confederação Metalúrgica*³⁹.

A implantação urbana dos locais de associação de iniciativa operária permite estudar a densidade associativa⁴⁰ dentro do tecido urbano da cidade de Lisboa, representada na figura 1. Analisando as áreas com maior concentração de sedes de associações de iniciativa

³⁵ *Estatutos da Associação de classe dos operários ferradores de Lisboa*, Arquivo do Governo Civil de Lisboa, Fundo dos Estatutos das Associações de Classe e Recreativas; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos, Ajudantes e Anexos*; *Estatutos da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água e Artes Anexas*; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); *Estatutos da Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas*, Lisboa, Typographia de G. A. Gutierrez da Silva, 1884; Caldeira, Pires (coord.), *Anuário comercial de Portugal*, Ilhas e Ultramar, Lisboa, 1893; Caldeira, 1898.

³⁶ Decreto-lei de 9 de maio de 1891.

³⁷ Maria Filomena Mónica, “Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)”, *Análise Social*, n.º 74, Lisboa, ICS, (1982): 1231.

³⁸ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, Lisboa, Instituto Geral das Artes Gráficas, 1897.

³⁹ Caldeira, 1893.

⁴⁰ Para cartografar a densidade associativa optou-se por calcular a intensidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo que cada ponto corresponde a cada uma das associações de iniciativa operária existentes em Lisboa entre 1890 e 1900. Assim, na figura 1, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam um maior número de associações operárias.

operária – representadas pelas manchas mais escuras na figura 1 – constata-se a importância da zona central da cidade como aglutinadora, neste caso, da vida associativa operária lisboeta.

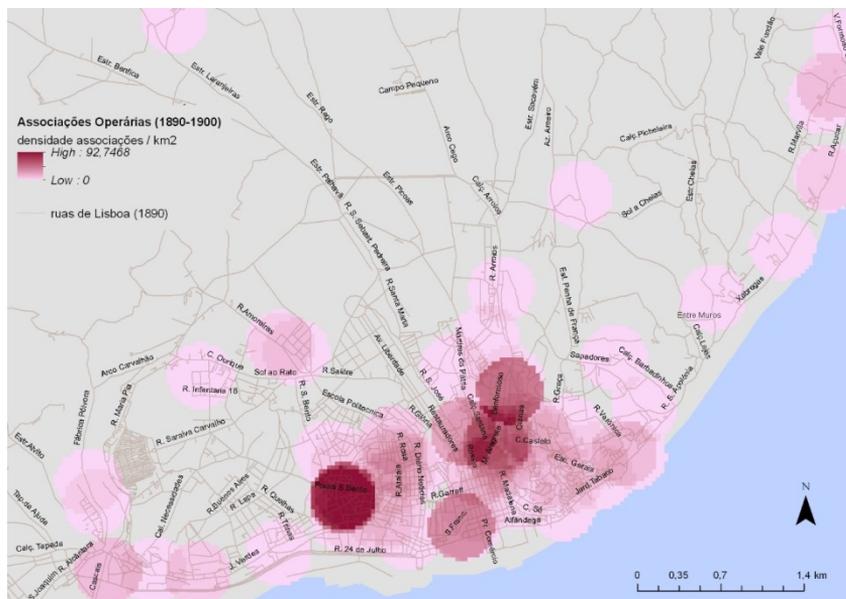


Figura 1. Densidade de sedes de associações de iniciativa operária identificadas entre 1890 e 1900 (Alcântara, 2019)

A concentração associativa era bastante significativa em determinados espaços. Como a calçada de S. Francisco, junto ao Chiado – «coração» comercial e simbólico da Lisboa burguesa –, onde o prédio número 15 albergava as Associações de Classe dos correios, dos latoeiros de folha branca, dos oleiros, dos pedreiros, dos estucadores e dos serventes de construção civil. O eixo entre o Rossio e a avenida Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) comportava um grande dinamismo associativo, com sete Associações de Classe – as, já citadas, das costureiras, das ajuntadeiras, dos operários tintureiros, estampadores

e artes correlativas, assim com a dos operários sapateiros⁴¹, a dos maleiros e caixoteiros⁴², a dos operários da Companhia das Águas de Lisboa⁴³ e a dos operários fabricantes de moeda, selos e anexos⁴⁴ – a partilharem o espaço, do número 50 da rua do Benfornoso, com a *Federação das Associações de Classe*⁴⁵. E, na mesma rua mas na porta número 43, era a sede da *Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa*. Um pouco mais abaixo, junto ao Rossio, na rua do Arco do Marquês do Alegrete estava a *Associação de Classe dos Torneiros de Metal e Canalizadores de Gás e Água* que partilhava o espaço com três mútuas – *A previdente*, a *Humanitária Camões* e a *Humanitária Eduardo Coelho*⁴⁶.

Por outro lado, junto ao centro do poder político da capital, o Palácio de São Bento, existia outra área de grande concentração, com a localização de quinze agremiações de iniciativa operária entre a rua Poiais de S. Bento e a travessa do Oleiro. No número 70 da rua Poiais de S. Bento localizavam-se sete associações: quatro de cariz mutualista – a *Associação Fraternal Lisbonense*, a *Associação de Socorros Mútuos do Bairro Ocidental*, a *Associação de Socorros Mútuos «O Povo»*, a *Associação Humanitária «A Phenix»*⁴⁷; duas Associações de Classe – a dos torneiros mecânicos e a dos operários serralheiros⁴⁸; e a cooperativa de produção da *Associação dos Canteiros*⁴⁹. Na mesma rua, desta feita

⁴¹ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Sapateiros*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁴² *Estatutos da Associação de Classe dos Maleiros e Caixoteiros de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC).

⁴³ *Estatutos da Associação de Classe dos Operários da Companhia das Águas de Lisboa*, Fundo das Associações de Classe (ARQUESOC); Caldeira, 1898.

⁴⁴ Caldeira, 1898.

⁴⁵ *Estatutos da Federação das Associações de Classe de Lisboa*, 1897.

⁴⁶ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação Humanitária Camões*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1884.

⁴⁷ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898.

⁴⁸ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos*.

⁴⁹ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Operários Ferradores de Lisboa; Estatutos da Associação dos Canteiros. Sociedade Cooperativa de Produção de responsabilidade limitada*, Lisboa, Typographia Calçada de S. Francisco 13, 1909.

na porta 36, estavam as Associações de Classe dos calceteiros e cantoneiros e dos carpinteiros civis⁵⁰. Já a sede da *Confederação Metalúrgica*, na travessa do Oleiro 11, era também morada de algumas Associações de Classe do setor – dos forjadores e ajudantes, dos caldeireiros em ferro e cobre, dos pregueiros mecânicos e ajudantes⁵¹. Portas a baixo, no número 15, ficava a *Associação Humanitária dos Operários Lisbonenses*⁵².

Esta confluência espacial da localização das sedes de agremiações operárias em determinados pontos da cidade diz bem da necessidade e objetivo estratégico de aproximação deste associativismo aos centros de poder, mas, também, da reunião de interesses entre várias instituições. Para além da agregação associativa em determinadas moradas numa perspetiva de otimização dos recursos, buscava-se também a organização concertada da ação do «povo operário. [...] [Para] concentrar as suas forças e adquirir preponderância [...] apertando no parlamento, no município, [...] na paróquia, toda a vitalidade da classe dominante; tolhendo-lhe o passo, erguendo-lhe dificuldades»⁵³.

Este modelo, em articulação com o pensamento de que «a associação e a imprensa são as grandes forças dos tempos modernos»⁵⁴, levava a que alguns destes espaços fossem também partilhados por jornais operários. Como o jornal *A Federação*, que partilhava morada com várias associações, já referidas, no número 50 da rua do Benfornoso⁵⁵. *O Echo Metalúrgico – órgão das associações de classe metalúrgicas de Lisboa e do povo operário em geral* – na travessa do Oleiro, na supracitada sede da *Confederação Metalúrgica*⁵⁶. Ou o órgão

⁵⁰ Caldeira, 1893; *Estatutos da Associação de Classe dos Calceteiros de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1903.

⁵¹ Caldeira, 1893; Caldeira, 1898; *Estatutos da Associação de Classe dos Pregueiros Mecânicos*.

⁵² Caldeira, 1893.

⁵³ *A Federação*, 18/04/1895, p.2.

⁵⁴ *A Voz do Trabalho*, 01/05/1896, p.1.

⁵⁵ Nesta mesma morada, rua do Benfornoso n.º 50, em 1911 foi fundado o Centro Escolar Republicano Almirante Reis que foi uma escola até 1990.

⁵⁶ Sabemos que nessa morada (travessa do Oleiro n.º11), no ano de 1899, também funcionava a “escola 1.º de Maio, fundada pela Confederação das Artes Metalúrgicas” (*A Obra*, 01/10/1899, p. 3).

dos carpinteiros civis, o jornal *A Obra*, que procurou a junção de esforços económicos e ideológicos entre a publicação, a sua Associação de Classe e a dos calceteiros e cantoneiros, todos sedeados no número 36 da rua Poiais de S. Bento.

Este entrançamento da ação entre as associações e a imprensa operária revela a importância dos jornais como órgãos de divulgação e formação política entre, pelo menos, algumas franjas do operariado lisboeta da última década do século XIX. Potenciando, mesmo que timidamente, o despontar de uma identidade de classe «do povo operário em geral»⁵⁷.

Vários fatores condicionavam a localização das sedes das Associações de Classe. Para além da já referida proximidade aos espaços de poder político e económico e/ou a outros polos associativos, numa estratégia de dar visibilidade à condição e reivindicações operárias no espaço social e economicamente heterogéneo que era a zona central da capital no final do século XIX, também a vizinhança com os espaços laborais dos sócios e/ou potenciais associados seria determinante. Estrategicamente, a implantação nas áreas com maior densidade de espaços de trabalho do operariado fabril facilitaria o alargamento da capacidade de mobilização e de recrutamento destas associações.

A análise espacial indica que a localização destas sedes se sobrepunha aos espaços urbanos com maior implantação de fábricas e oficinas com mais de cinco trabalhadores/as referidas pelo Inquérito Industrial de 1890⁵⁸. De facto, a aproximação espacial entre espaços de maior densidade de estabelecimentos industriais e a localização associativa de iniciativa operária parece indicar que a escolha da sua implantação faria parte de uma estratégia de mobilização, de afirmação e de visibilidade do operariado no espaço público. Às Associações de Classe interessava estarem presentes e bem visíveis no âmago do espaço urbano lisboeta e, assim, tornarem reconhecíveis e quotidianamente presentes as suas reivindicações.

⁵⁷ Frase incluída no subtítulo de alguns jornais operários da época. Por exemplo: *A Federação*, *O Echo Metalúrgico*, *O Proletário*.

⁵⁸ Alcântara, 2019.

4. «O 1.º DE MAIO NÃO É UMA REVOLUÇÃO, É UMA REVISTA DO EXÉRCITO OPERÁRIO. [...] AO CORTEJO! AO COMÍCIO! ÀS SESSÕES!»⁵⁹

As comemorações do dia internacional do trabalhador – autorizadas pelos organismos estatais e municipais – iniciadas no 1.º de Maio de 1890 e ocorridas ininterruptamente por toda a época em análise, mas também as greves – que mesmo «continua[ndo] a ser proibida[s], [aconteceram], e cada vez com maior frequência, até à sua legalização, em 1910»⁶⁰ – foram marcos fundamentais no caldo primordial da construção de uma identidade de grupo entre os/as trabalhadores/as fabris e oficinais lisboetas deste período.

Chegados a um de maio de 1890, acontece «a primeira festa internacional do trabalho [...] para reclamar uma legislação protectora do trabalho, tendo por fim, com o dia de oito horas por base essencial, garantir um minimum de salário, limitar o trabalho de menores e das mulheres, obter o descanso de um dia por semana.»⁶¹ Cumpria-se, assim, a resolução do Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) para que nesse dia se realizassem, por todo o mundo, grandes manifestações operárias a favor da redução da jornada de trabalho para as oito horas e por melhores condições laborais⁶².

Entre 1890 e 1900, todos os 1.º de Maio, foram «dia de lucta [...] consagrado à revista das forças proletárias [...] que começa[va] por alvoradas e salvas de morteiros por sociedades recreativas e outras profissionais [...]. Às oito horas da manhã começa[vam] a formar na Avenida da Liberdade as associações de classe, de recreio, de instrução e diversas agrupações operárias, partindo d’ai [...] em direção ao mausoléu do grande apóstolo José Fontana. [À tarde tinha] logar a

⁵⁹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

⁶⁰ Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, (Lisboa: Editorial Presença, 1977), 76.

⁶¹ *A República Social*, 01/05/1890, p.1.

⁶² Com esta comemoração e manifestações o Congresso Internacional Operário Socialista de Paris (1889) pretendia lembrar a Revolta de Haymarket, que aconteceu no dia 4 de maio em 1886 na cidade de Chicago (EUA) e homenagear os «mártires de Chicago» e a sua luta por melhores condições de trabalho.

reunião do grande comício onde [eram] formuladas as [...] reclamações de protecção operária. À noite [...] sessões solenes, recitas e outras manifestações de regozijo [...] em honra do proletariado internacional»⁶³ tinham lugar em várias associações.

O cortejo era encarado como uma parada das «forças operárias» e um exercício de homogeneização das reivindicações e da identidade operária a partir dos manifestos amplamente distribuídos neste dia e dos discursos feitos tanto no Cemitério dos Prazeres como no comício, da tarde, propriamente dito.

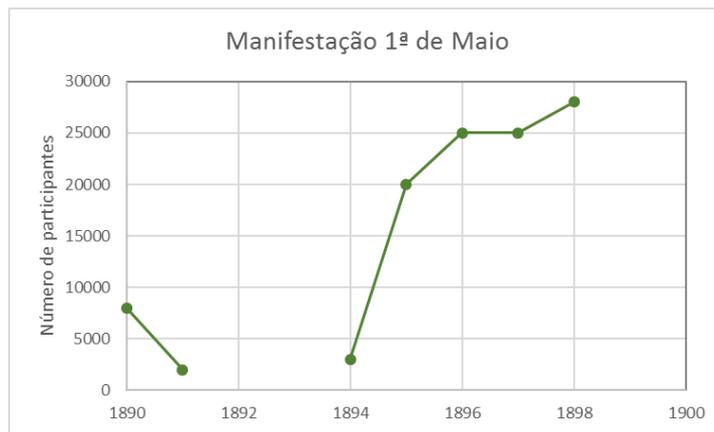


Gráfico 1. Total de participantes no cortejo do 1.º de Maio ente 1890 e 1900 (Alcântara, 2019).

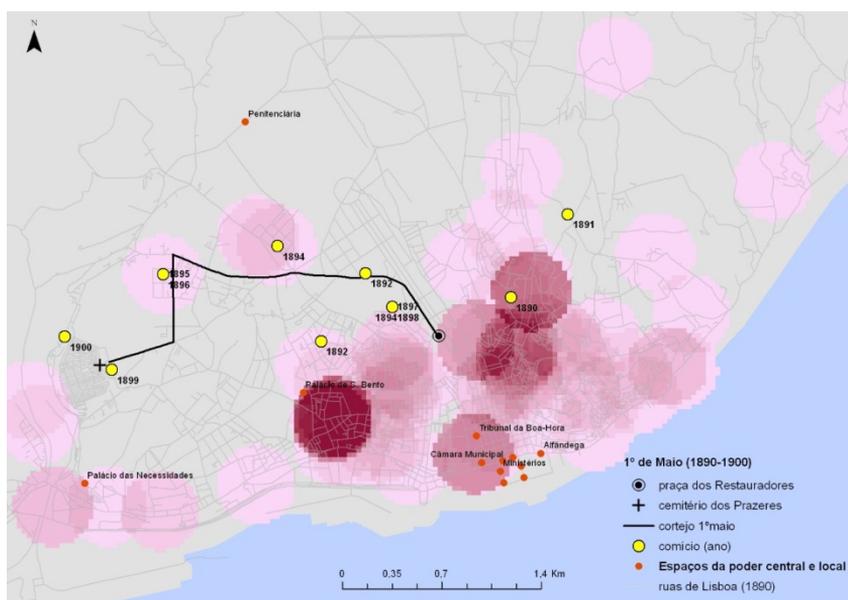
A crescente popularidade desta manifestação foi transmitida pela imprensa da época, através das estatísticas «redondas»⁶⁴ dos «milhares de pessoas que foram ali à Avenida»⁶⁵ que jornais operários e generalistas divulgavam nos dias seguintes ao acontecimento. Apesar

⁶³ *A Obra*, 01/05/1897, p.3.

⁶⁴ Não foram encontrados registos de estimativas quanto à assistência aos comícios dos anos de 1892, 1893, 1899 e 1900.

⁶⁵ *Correio da Manhã*, 02/05/1895, p.3.

das notícias apontarem para um inicial decréscimo na participação popular, com o número de pessoas no cortejo a ter descido de oito mil para dois mil entre o de 1890 e o de 1891, a partir de 1894, a participação teve um crescimento «imponente pela concorrência»⁶⁶ cada vez maior que a imprensa dá notícia, como se constata no gráfico 1. Para os dois anos finais do período analisado – 1899 e 1900 – não se apresentaram estimativas dos manifestantes, mas apesar disso, temos notícia de que em 1899, «em todo o percurso o povo [, que assistia, era] imenso, fazendo alas compactas»⁶⁷. Em 1900, «o cortejo [...] não teve a imponência dos annos anteriores, em virtude de muitas das agremiações se terem absterido de n'elle tomar parte por considera-lo uma manifestação platónica»⁶⁸, indiciando uma tendência semelhante à verificada no total de «corporações operárias»⁶⁹ aderentes, com o decréscimo da adesão no ano final de Oitocentos⁷⁰.



⁶⁶ *Correio da Manhã*, 02/05/1895, p.4

⁶⁷ *A Vanguarda*, 02/05/1899, p.2.

⁶⁸ *A Vanguarda*, 02/05/1900, p.3.

⁶⁹ *A Vanguarda*, 01/05/1893, p.2.

⁷⁰ Alcântara, 2019.

Figura 2. Comemorações do 1.º de Maio entre 1890 e 1900. Percurso do cortejo, localização dos comícios, dos principais espaços de poder central e local e manchas de densidade de sedes de associações de iniciativa operária (1890 e 1900) (Alcântara, 2019).

A representação cartográfica, na figura 2, do percurso realizado no desfile das «forças do exército proletário»⁷¹ entre 1890 e 1900, entre a praça dos Restauradores e o túmulo de José Fontana no Cemitério dos Prazeres, e dos locais dos comícios da tarde ocorridos em de cada ano, procura definir a espacialidade urbana que o 1.º de Maio procurou reclamar para as «classes laboriosas» lisboetas.

A explicação do ponto de origem do trajeto residiria, certamente, na pretensão de mostrar em parada «quem se preza[va] de ser operário; [...] [quem] deixa[va] a oficina, a fábrica [...] e toma[va] parte na manifestação»⁷² no novo centro emblemático da cidade, a avenida da Liberdade. Procurando que a espetacularidade de um desfile bem ordenado, cimentasse a consciência grupal e mobilizasse grupos de operários e de outras camadas populares que a ele assistiam. Tendo como ponto de partida – e local de concentração e ordenação das agremiações participantes e respetivos dos carros alegóricos que «d’ahi tomavam escalonadamente [o seu] logar»⁷³ – a praça dos Restauradores, espaço amplo por onde se iniciava a subida da avenida da Liberdade.

Numa perspetiva puramente organizativa, a escolha do ponto de partida – uma praça ampla – facilitava o estabelecimento da «ordem do cortejo [...] [que] a comissão executiva determina[va]»⁷⁴, com a definição do local preciso onde deveria estar integrada cada associação, banda filarmónica, grémio ou jornal. Por outro lado, como «cada associação poder[ia] levar: corôas, flôres, emblemas alegóricos [...], assim como uma carreta composta de alegorias do trabalho [...]; havendo ainda mais outra ou outras carretas para flores e coroas»⁷⁵, esta escolha foi, certamente, também determinada pela necessidade logística

⁷¹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1.

⁷² *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.3.

⁷³ Abel Botelho, *Amanhã* (Porto: Lello & Irmãos editores, 1901), 532.

⁷⁴ *A Obra*, 28/04/1895.

⁷⁵ *A Obra*, 28/04/1895, p.3.

de proximidade com sedes das Associações de Classe. De facto, a equidistância da praça dos Restauradores em relação aos polos de maior concentração de associações de iniciativa operária (figura 2) – calçada de S. Francisco; eixo Rossio/avenida Dona Amélia; eixo rua Poiais de S. Bento/travessa do Oleiro – terá também sido relevante na opção por esta praça.

O itinerário do cortejo – com início na praça dos Restauradores, subindo a avenida da Liberdade, seguindo pela rua do Salitre, passando pelo largo do Rato, rua do Sol ao Rato, rua do Campo de Ourique, rua Ferreira Borges, rua Saraiva de Carvalho e, finalmente, Cemitério dos Prazeres – ao evitar a passagem junto ao Parlamento, ministérios, Câmara Municipal ou em frente a quartéis e esquadras da polícia, mostra que se pretendia uma «manifestação pacífica, plácida, mas firme e reveladora»⁷⁶. Assim, ao mesmo tempo que, pela afirmação dos operários como atores na centralidade urbana, se fundamentava o desenvolvimento de uma identidade de classe, evitava-se uma confrontação direta com os poderes político e policiais. Por outro lado, ao desenrolar-se por ruas largas permitia abarcar e dar visibilidade aos membros das agremiações, às carretas e carros alegóricos e, fundamentalmente às mensagens escritas e simbólicas que esta ritualização anual albergava.

O cortejo culminava na homenagem e elogio fúnebre a José Fontana. No Cemitério dos Prazeres, junto ao mausoléu erigido «a José Fontana, que faleceu em 1876, [por] associação dos trabalhadores por subscrição pública em 1884»⁷⁷, depositavam-se flores e coroas de louros e faziam-se discursos onde os oradores apelavam à «união, solidariedade, coragem e firmeza às hostes proletárias»⁷⁸ procurando criar afinidades coletivas fundamentais para a mobilização de «enérgicas lutas pela causa do operariado»⁷⁹.

No cultivar de uma memória autónoma e no consolidar de um ideário associativista operário, estarão entre as justificações por detrás

⁷⁶ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.2.

⁷⁷ Mensagem gravada no mausoléu a José Fontana, sito no cemitério dos Prazeres, Rua 14, Jazigo n.º 3015.

⁷⁸ *A Federação*, 05/05/1895, p.2.

⁷⁹ *A Federação*, 30/04/1899, p.1.

da escolha do percurso da manifestação/romaria entre a praça dos Restauradores e o Cemitério dos Prazeres. De facto, a mobilização operária para este momento ritual dos «discursos, [com que] finda[va] a manifestação oficial no cemitério»⁸⁰, seria potenciada pela passagem do cortejo pelas áreas urbanas com maior densidade de moradores⁸¹ das «classes laboriosas» que se pode ver representada na figura 3.

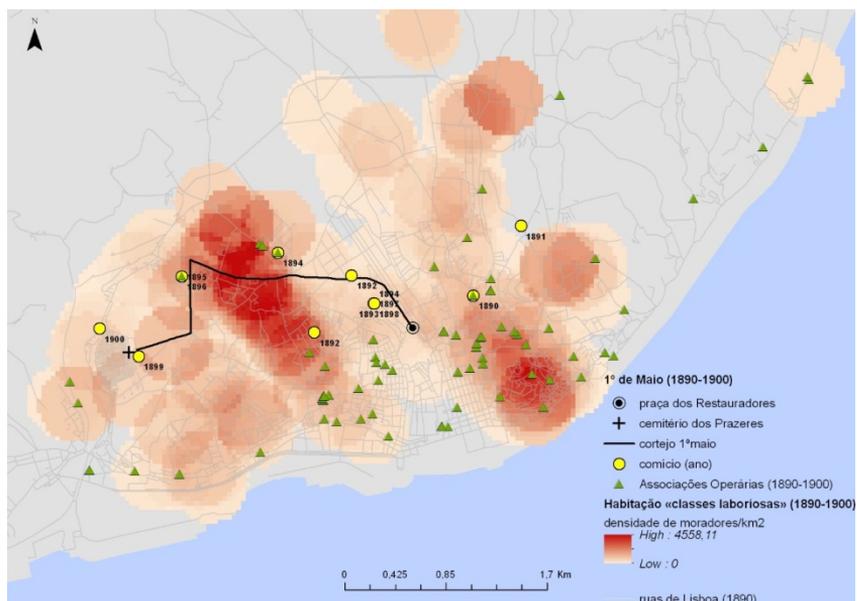


Figura 3. Comemorações do 1.º de Maio entre 1890 e 1900 – percurso do cortejo, localização dos comícios – e localização das sedes das associações operárias sobrepostos à densidade de moradores/km2 em núcleos de habitação das «classes laboriosas» (1890-1900) (Alcântara, 2019).

⁸⁰ *A Federação*, 28/04/1895, p.3.

⁸¹ Para cartografar a densidade dos moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas» optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de habitantes em cada núcleo (agregado de habitações – «pátio», «vila» ou «bairros») referenciado nas fontes. Assim, na figura 3, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam moradas de maior número de pessoas.

Na realidade, as manifestações de 1.º de Maio durante a última década de Oitocentos cruzaram a faixa urbana entre a rua das Amoreiras, rua São João dos Bencasados (atual rua Silva Carvalho), rua do Sol ao Rato e a rua de S. Bento. Esta justaposição territorial entre a «festa universal dos operários»⁸² e as habitações das «classes laboriosas» lisboetas⁸³ terá contribuído para a adesão ao cortejo de que a imprensa coeva dá notícia.

Embora, como já referido, o cortejo tenha percorrido o mesmo trajeto ao longo da última década de Oitocentos, os locais de realização dos comícios das tardes de 1.º de Maio variavam a cada ano – representados nas figuras 2 e 3 por círculos a amarelo, com indicação do ano e conforme as localizações referenciadas pela imprensa.

Apesar de a «comissão que trata do 1.º de Maio [ter reiterado, ao longo dos anos, que] que o comício, a manifestação [...] e as sessões solennes [...] não e[ram] iniciativa de qualquer parcialidade política, mas sim o cumprimento do aprovado no Congresso das Associações de Classe»⁸⁴, as divergências políticas no seio do movimento operário foram crescendo. Nomeadamente, na forma como era encarado o propósito subjacente ao 1.º de Maio e os «discursos comedidos e moderados»⁸⁵ proferidos pelos oradores de feição socialista. Estas discordâncias levaram, ao contrário do acontecido na realização do cortejo, a divisões precoces na realização dos comícios. A convicção dos dirigentes anarquistas de que «fazer do 1.º de Maio mais uma festa no calendário operário [...] [era] um escarneo da situação dos trabalhadores»⁸⁶ implicou que, logo desde 1892, algumas associações não aderissem ao comício organizado pela comissão saída do Congresso das Associações de Classe, abrindo o leque à diversificação das realizações políticas que aconteciam depois do cortejo de «protesto contra a organização actual.»⁸⁷ Nalguns anos realizou-se mais de um

⁸² *A Federação*, 23/04/1899, p.1

⁸³ Alcântara, 2019

⁸⁴ *O 1º de Maio. Folha operária*, 01/05/1891, p.1.

⁸⁵ *A República Social*, 11/05/1890, p.2.

⁸⁶ Excertos de Manifesto Anarquista publicado em: *A Vanguarda*, 01/05/1893, p.2.

⁸⁷ *A Vanguarda*, 02/05/1899, p.1.

comício,⁸⁸ algumas associações optavam por «effectuar, nas respectivas sedes, sessões solennes de protesto contra o capitalismo»⁸⁹ e havia, ainda, «grupos de operários da mesma profissão, ou da mesma fábrica, cuja preferência recaía no passeio campestre, no piquenique ou num almoço de confraternização»⁹⁰.

O Governo Civil e a Câmara Municipal de Lisboa impunham que os comícios não acontecessem em espaço público, estando a sua realização e os locais escolhidos condicionados à aprovação por estes organismos. O que ditava que teriam de ter lugar em espaços ou terrenos privados, murados e alugados ou cedidos especificamente para esse fim. Assim, ao longo deste período os comícios de 1.º de Maio tiveram lugar em sedes de associações ou em terrenos que se destinavam a construção, mas cujas obras não tinham começado.

A espacialidade da realização dos comícios ao longo deste período revela uma aproximação à área mais ocidental da cidade e, conseqüentemente, um progressivo afastamento das sedes das associações operárias, tendencialmente localizadas mais próximas da centralidade urbana. E, simultaneamente, uma tendência para o progressivo abeiramento da parte final do trajeto do cortejo. Aliás, toda a espacialidade dos acontecimentos do dia sugere que, também, no caso concreto dos comícios, o propósito organizativo seria fomentar a identidade de classe através da divulgação dos discursos proferidos pelos oradores. Deste modo, pode-se afirmar que a «festa do trabalho»⁹¹ funcionou como um mecanismo de «educação operária». Um momento anual em que, através de uma certa ritualização reivindicativa, se procurava potenciar uma consciência e união de grupo.

⁸⁸ As fontes somente para os anos de 1892 e 1894 permitiram a identificação dos locais onde decorreram os vários comícios realizados. Para os restantes anos só estão representados, nas figuras 2 e 3, um comício em cada ano.

⁸⁹ *A Vanguarda*, 02/05/1900, p.2.

⁹⁰ Carlos da Fonseca, *O 1º de Maio em Portugal. 1890-1990. Crónica de um século* (Lisboa: Edições Antígona, 1990), 44.

⁹¹ *A Federação*, 01/05/1894, p.1.

5. «AS GREVES SÃO UM FENÓMENO NATURAL HOJE EM DIA,
TÃO NATURAL COMO O EMPREGO DA MACHINA E O
IMPULSO DO VAPOR NA INDUSTRIA!»⁹²

Para caracterizar as formas de utilização do espaço urbano, no contexto específico da intervenção das associações de iniciativa operária, urge analisar também ocasiões de reivindicação não ritualizadas, como as greves, na sua maioria organizadas ou apoiadas por Associações de Classe⁹³.

Este levantamento resultou no inventário de sessenta e nove greves – algumas delas associadas a comícios e sessões «bastante concorridas [...] de entrada pública»⁹⁴ – em Lisboa entre 1890 e 1900.⁹⁵ A, por vezes, limitada descrição oferecida da localização exata das greves conduziu a que seis delas não fossem passíveis de ser cartografadas⁹⁶ na figura 4. Ainda assim, a análise espacial destes momentos não ritualizados de iniciativa operária permite traçar tendências espaciais da reivindicação operária neste período.

⁹² *O Protesto Operário*, 18/10/1891, p.2.

⁹³ As fontes permitiram confirmar a intervenção direta de instituições associativas operárias em 56,5% das greves inventariadas. Ou seja, das 39 das 69 greves listadas foram, com certeza, organizadas ou apoiadas por Associações de Classe (Alcântara, 2019).

⁹⁴ *A Federação*, 06/05/1894, p. 3.

⁹⁵ Alcântara, 2019.

⁹⁶ Foram cartografadas, como pode ser observado na figura 4, 63 greves que aconteceram em Lisboa entre 1890 e 1900.

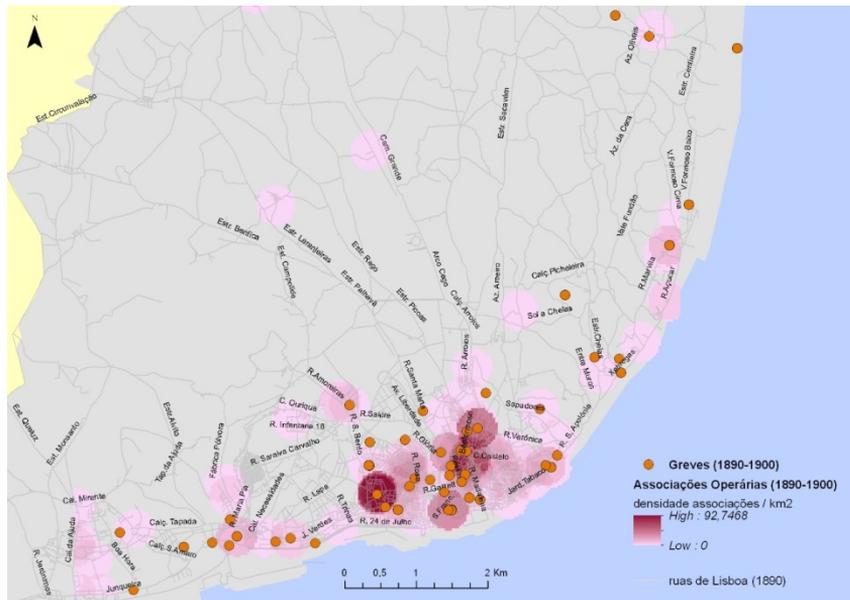


Figura 4. Localização das greves (1890-1900) e densidade de associações de iniciativa operária/km2 (1890-1900) (Alcântara, 2019).

A espacialização das greves ao longo da década final do século XIX revela uma ocupação de todo o espaço da Lisboa industrial desta época, como se pode ver na figura 4. No entanto, quase metade das paralisações grevistas cartografadas tiveram lugar na zona central. Os restantes 27,5% e 19% de greves que aconteceram, respetivamente, nas zonas oriental e ocidental revelam que também aqui se vivenciou «a intensificação e a radicalização do conflito entre operários e patrões»⁹⁷ que estes acontecimentos evidenciam.

A desproporção entre as ações grevistas nas fábricas e oficinas das diferentes zonas industriais/operárias adveio também, certamente, de fatores diferenciadores desses espaços urbanos, sociais e simbólicos – com as suas características próprias relativamente à distribuição e

⁹⁷ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX. Forças, sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914* (Lisboa: Editorial Presença 1988), 279.

especialização setorial dos estabelecimentos fabris e oficinais, à localização e densidade de habitações das «classes laboriosas»⁹⁸.

A confluência espacial entre a frequência de greves e a maior densidade de associações operárias, que se pode observar na figura 4, – relacionadas também, como já dito, com uma maior proximidade aos jornais operários e/ou de classe e de «escolas operárias»⁹⁹ – não seria, portanto, um acaso. Exprime a importância que a proximidade das sedes das instituições associativas de iniciativa operária tinha no desenrolar das greves nos últimos dez anos do século XIX, não só em termos da organização logística que as Associações de Classe desenvolviam no decorrer da maioria dos acontecimentos grevistas, mas, também, através da divulgação de um pensamento político-reivindicativo e da prestação de apoios para enfrentar as carências decorrentes de um ou mais dias sem trabalho.

6. «É EM TORNO DA ASSOCIAÇÃO E DA GREVE QUE GRAVITA O PRÓPRIO MOVIMENTO OPERÁRIO.»¹⁰⁰

Durante a última década de Oitocentos as Associações de Classe operárias usaram a rua como o seu principal «palco de intervenção» e viram no 1.º de Maio um momento ritual de divulgação política e potenciador de uma consciência e união de classe.

Sendo o centro de Lisboa o principal lugar de implantação das suas sedes, assim como, da sua atuação e afirmação públicas. O espaço público central da cidade era o mais importante espaço de reivindicação e de procura de visibilidade para as «classes laboriosas». Um espaço aglutinador de grande parte da vida associativa e reivindicativa operária, nomeadamente, através da concentração das sedes das associações de iniciativa operária, das comemorações do 1.º de Maio e do desenvolvimento das ações grevistas. Simultaneamente, os comícios foram-se aproximando das áreas com crescentes comunidades operárias, procurando a dispersão de um discurso político e simbólico.

⁹⁸ Alcântara, 2019.

⁹⁹ *A Obra*, 01/10/1899, p.3.

¹⁰⁰ J. de Oliveira Simões, “Contribuição para o estudo das casas para Operários”, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, Lisboa, IN, (1912): 35.

Revela-se, assim, uma dicotomia de espaços sociais e de discursos simbólicos. Na zona central procurava-se dar visibilidade às «classes laboriosas» lisboetas. Era espaço de reivindicação, onde a instalação da maioria das sedes das Associações de Classe, os cortejos do 1.º de Maio e a ocorrência de maioria das greves mostravam, através da ocupação do espaço público e da mobilização operária, a força de «quem [tem] honra na blusa que veste.»¹⁰¹ Por outro lado, nas zonas ocidental e oriental, crescia a «nova cidade operária» onde a mensagem emancipatória do operariado, difundida nos comícios do 1.º da Maio, parece ter ecoado numa crescente adesão ao movimento grevista à medida que o século chegava ao fim.

¹⁰¹ *Manifesto da União Operária*, 01/05/1896, p.1

CAPÍTULO 2

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO SINDICALISMO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, MÁRMORES, MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DO SUL – DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Armando Quintas¹, Jorge Janeiro² e Paulina Araújo³

¹ Doutorando em História na Universidade de Évora, investigador no Centro de Estudos CECHAP. Email: armando.quintas@hotmail.com

² Diretor do Arquivo Distrital de Évora. Mestre em Administração Pública e em Ciência da Informação da Documentação. Email: jorge.janeiro@adevr.dglab.gov.pt

³ Técnica Superior do Arquivo Distrital de Évora. Mestre em Ciência da Informação e da Documentação. Email: paulina.araujo@adevr.dglab.gov.pt

Resumo

O presente trabalho pretende dar a conhecer a história do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul – Delegação de Évora, traçar o percurso do respetivo acervo documental, que se encontra na posse do Arquivo Distrital de Évora, e sensibilizar para a necessidade de preservar e tratar a documentação dos sindicatos.

Palavras-chave

Évora, sindicato, mármore.

INTRODUÇÃO

Este sindicato teve a sua origem no enquadramento corporativo do Estado Novo, tendo sido criado a 23 de setembro de 1933, como *Sindicato Nacional dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos*, com sede em Lisboa e cuja delegação de Évora surgiria apenas em 1938⁴. Por alvará de 1 de agosto de 1973, passou à denominação que este estudo apresenta, sofrendo em seguida várias outras alterações estatutárias e de designação ao longo do tempo.

Em 2005, na sequência de uma reestruturação, a Delegação de Évora entregou a documentação ao Arquivo Distrital de Évora, que procedeu ao seu tratamento e à sua disponibilização⁵.

1. O PERCURSO DO ARQUIVO

O arquivo da Delegação de Évora do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul

⁴ Armando Quintas. “Para a História do Sindicalismo Operário Alentejano. O fundo do Sindicato dos Trabalhadores em Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul/Évora (1938-1986)”, *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º 3nº3, (2015): 45-51.

⁵ “*Inventário Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Materiais de Construção Sul – Delegação de Évora*”. Disponível em: <https://digitalrj.adevr.arquivos.pt/details?id=984236>.

foi acumulando documentação das várias entidades que antecederam este sindicato. Em 2005, no decurso de uma reestruturação, foi extinta esta delegação e o destino previsível a dar ao acervo documental era a eliminação. Todavia, por ação do Arquivo Distrital de Évora, foi possível recolhê-lo nas suas instalações. Tratou-se de uma intervenção de emergência face ao risco de perda iminente deste património arquivístico.

Numa primeira fase, ainda na delegação do sindicato, a documentação foi selecionada de modo a separá-la dos maços do *Diário da República*, que foram reencaminhados para outro local. Após esse trabalho a documentação foi inventariada sumariamente e acondicionada, de modo a ser transportada para o Arquivo Distrital de Évora.

Nos anos que se seguiram à recolha da documentação deu-se sequência aos trabalhos de higienização, carimbagem, numeração e acondicionamento dos documentos em caixas. A dimensão do arquivo ascende a 62 metros lineares e a 489 unidades de instalação. A natureza e a extensão do fundo obrigou a trabalhos redobrados de identificação, seleção e separação da documentação para que fosse possível construir um quadro de classificação adaptado à sua realidade, o que foi alcançado em 2009. Delimitadas as séries documentais, procedeu-se a uma descrição dos documentos ao nível da unidade de instalação. Esta operação permitiu imediatamente a consulta pública através da pesquisa *on-line* no DigitArq e no Portal Português de Arquivos⁶.

O tipo de documentos integrados no acervo são, principalmente: estatutos; alvarás; propostas e livros de registo dos sócios; fichas de sócios; fichas de registo do pagamento das quotas; planos e relatórios de atividades; comunicados de greves; acordos celebrados entre as empresas e o sindicato; processos e sentenças judiciais; processos eleitorais do sindicato, das delegações e dos representantes do sindicato nas empresas; correspondência; recortes de jornais; cartazes e fotografias.

As várias fases do tratamento documental decorreram entre 2009 e 2014 e deram origem a 918 registos descritivos. O quadro de

⁶ "Portal Português de Arquivos". Disponível em: <https://portal.arquivos.pt/>

classificação do fundo é o seguinte: SC⁷: A – Constituição, organização e regulamentação; SR⁸: 001 – Estatutos; SR: 002 –Legislação; SR: 003 – Alvarás; SR: 004 Atas; SC: B – Gestão de Recursos Humanos; SSC⁹: A – Funcionários; SR: 001 – Contratos de trabalho dos funcionários do Sindicato (acesso condicionado); SR: 002 – Remunerações; SR: 003 – Livros de Ponto; SR: 004 – Processos Disciplinares (acesso condicionado) ; SSC: B – Sócios – SR: 001 –Propostas de sócios dos distritos de Évora, Beja e Portalegre; SR: 002 – Livros de registo dos sócios dos distritos de Évora, Beja e Portalegre, SR: 003 – Fichas de sócios; SR: 004 – Fichas de registo do pagamento das quotas; SR: 005 – Cartões de identificação; SC: C – Gestão de Recursos Financeiros; SSC: A – Orçamentos, balancetes e contas; SR: 001 – Orçamentos e Planos de Atividades; SR: 002 – Balancetes; SR: 003 – Relatórios de atividades e contas; SR: 004 – Contas de gerência; SR: 005 – Livros de registo e outros documentos comprovativos de receita e despesa; SSC: B – Documentação comprovativa da receita; SR: 001 – Documentos comprovativos da receita; SR: 002 – Mapas mensais das quotizações recebidas; SR: 003 – Mapas descritivos das receitas; SSC: C – Documentação comprovativa de despesa; SR: 001 – Documentos comprovativos de despesa; SR: 002 – Mapas descritivos das despesas; SC: D – Gestão de Informação e Documentação; SSC: A – Registo de Correspondência; SR: 001 – Livros de registo de correspondência recebida; SR: 002 – Arquivo geral de correspondência enviada (duplicados); SSC: B – Correspondência recebida e expedida; SR: 001 – Correspondência com a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Civil e Madeiras; SR: 002 – Correspondência com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) ; SR: 003 – Correspondência com a União dos Sindicatos; SR: 004 – Correspondência com as Federações de Sindicatos e outros sindicatos; SR: 005 – Correspondência com as Delegações do Sindicato; SR: 006 – Correspondência com os Delegados Concelhios; SR: 007 –Correspondência com o Ministério do Trabalho; SR: 008 – Correspondência com as Autarquias; SR: 009 – Correspondência com os Sócios; SR: 010 – Correspondência com as Empresas; SR: 011 – Correspondência com os Delegados nas Empresas; SR: 012 –

⁷ SC: Corresponde à secção.

⁸ SR: Corresponde à série.

⁹ SSC: Corresponde à subsecção.

Correspondência exclusiva da Direção do Sindicato; SR: 013 – Correspondência sobre Litígio; SR: 014 – Correspondência diversa; SSC: C – Comunicados e convocatórias; SR: 001 – Convocatórias de Reuniões; SR: 002 – Comunicados de Greves; SR: 003 – Comunicados do Sindicato; SC: E – Contratos/acordos e balanço social das empresas; SR: 001 – Registo dos quadros de pessoal e balanço social das empresas; SR: 002 – Contratos e acordos celebrados entre as empresas e o sindicato; SC: F – Processos e sentenças judiciais; SR: 001 – Registo de processos enviados às comissões de conciliação; SR: 002 – Processos das conciliações realizadas; SR: 003 – Documentação associada aos processos em curso nos tribunais; SR: 004- Processos judiciais pendentes; SR: 005 – Processos judiciais arquivados; SR: 006 – Sentenças; SR: 007 – Correspondência trocada entre advogados /tribunais, autores e réus) ; SC: G – Eleições; SR: 001 – Processos eleitorais do sindicato, das delegações e dos representantes do sindicato nas empresas; SC: H – Comunicação, imagem e outra documentação; SR: 001 – Documentação diversa: Recortes de jornais, cartazes, fotografias e outra documentação; SC: I – Publicações existentes na biblioteca do sindicato; SR: 001 – Boletins/revistas institucionais sobre o trabalho e emprego, SR: 002 – Publicações do Conselho Económico e Social, SR: 003 – Publicações da CGTP-IN; SR: 004 – Publicações da F.N.A.T.; SR: 005 – Publicações Terra Livre (editora); SR: 006 – Publicações Produzidas por Entidades Públicas; SR: 007 – Publicações do Sindicato; SR: 008 – Publicações sobre legislação; SR: 009 – Publicações diversas; SC: J – Mobiliário e outros equipamentos; SR: 001 – Mobiliários e outros equipamentos e SR: 002 – Bandeiras, faixas, taças e outros.

2. A RELEVÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO SINDICATO

O processo de tratamento documental consolidou o conhecimento sobre a abrangência territorial e temporal do fundo, assim como sobre o tipo de informação nele contida e a sua pertinência. Percebeu-se que este fundo documental abrange documentos com datas entre 1933 e 2004 e

se estende aos distritos de Évora, Beja e Portalegre¹⁰. Logo, estamos perante um conjunto documental com uma amplitude lata. Mas o que mais valoriza este arquivo é a variedade e a densidade documental nele contida. Embora o arquivo tenha sofrido algumas perdas durante a sua existência, as séries documentais abarcam praticamente toda a atividade do sindicato, especialmente de certos períodos, espelhando o seu funcionamento quase na plenitude.

A importância do sindicato e, em particular, de alguns dos seus documentos, justificou a sua digitalização pela *Family Search* em 2019 e a disponibilização *online* de 74 985 imagens das seguintes séries: Propostas de Sócios/ Boletins de inscrição; Livros registo dos sócios dos distritos de Évora, Beja e Portalegre; e Fichas de sócios dos distritos de Évora, Beja e Portalegre. O acervo pode ser consultado presencialmente no Arquivo Distrital e, logo que as imagens sejam disponibilizadas no DigitArq, algumas séries poderão ser também consultadas e descarregadas *online*.

Esta massa documental contém grande importância pela informação que poderá aportar às investigações futuras, bem como à preservação da memória coletiva. Assim, com a intervenção do Arquivo Distrital foi possível salvaguardar este importante património arquivístico e, através do tratamento documental, garantiu-se o acesso presencial e a distância, providenciando gratuitamente todo um vasto manancial de informação ao público em geral e, em especial, aos investigadores.

Relativamente ao tipo de informação disponível, salienta-se a quantidade de dados sobre os sócios: a sua identificação e filiação, a morada, a profissão, habilitações literárias, família e entrada para o sindicato. Como mero exemplo, basta referir o abrangente leque de profissionais que o sindicato agremiava, por si só indicador da diversidade de funções direta ou indiretamente conectadas à construção civil e, até, das eventuais intersecções entre os vários subsectores. Se inicialmente avolumavam os pedreiros, serralheiros, carpinteiros e pintores, outras profissões foram ganhando expressão no meio ao longo das décadas, tais como os cabouqueiros, canteiros e operários do ferro e das pedreiras.

¹⁰ Os distritos de Beja e Portalegre foram, alguns anos depois da criação, agregados à secção distrital de Évora.

O facto da filiação profissional a nível distrital ser obrigatória até à Revolução dos Cravos, controlando assim os trabalhadores e suas reivindicações, levou a que o próprio sindicato evoluísse em sintonia com a economia da região, absorvendo os profissionais das artes do trabalho que mais se iam destacando a cada década.

A partir dos anos 60, a documentação disponibilizada na correspondência recebida começa também a revelar uma maior presença das empresas empregadoras, dando-nos outro elemento importante na análise no mundo laboral. Tal fenómeno vai-se incrementar com o 25 de Abril, onde surgem, como seria natural, reivindicações de toda a espécie. Já no que concerne à progressão das atividades e da intervenção efetiva do sindicato, consegue-se recuperar informação nos planos e relatórios de atividades, nos comunicados de greves, nos acordos celebrados entre as empresas e o sindicato, nos processos e sentenças judiciais, nos processos eleitorais do sindicato, na correspondência, nos recortes de jornais, nos cartazes e nas fotografias.

3. UM ESTUDO SETORIAL: O CASO DA INDÚSTRIA DOS MÁRMORES DO ALENTEJO

A documentação deste sindicato, disponibilizada pelo Arquivo Distrital de Évora, é uma ótima fonte de informação para estudos setoriais, nomeadamente, para as profissões dos setores que foram sendo incorporados à sua orgânica funcional.

Um destes casos é o setor da indústria dos mármore do Alentejo, atividade económica de relevo para a região, que vem tendo lugar desde há dois mil anos e cujo epicentro se localiza nos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, zona de excelência da produção de mármore em Portugal e uma das mais destacadas a nível mundial.

A sua historiografia era inexistente até 2012, quando o Centro de Estudos Cechap (Vila Viçosa), lança o estudo PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore, cujos objetivos são, entre outros, o conhecimento, a valorização e a promoção da zona dos mármore. Evidencia deste modo a sua importância patrimonial, desde a extração, à transformação e aplicação, contribuindo assim para a salvaguarda das memórias e vivências das comunidades¹¹.

¹¹ Cf. www.marmore-cechap.pt

Desde um primeiro momento que o estudo sobre a indústria dos mármoreiros do Alentejo teve especial foco nas diversas fontes de informação, das quais as fontes documentais se revestem de uma particular importância. Neste sentido, a disponibilização do fundo do sindicato, tornou possível a compilação e estudo de informações sobre o mundo do trabalho e os seus intervenientes, a partir de um levantamento focado na vontade de conhecer qual o peso desta indústria no conjunto dos filiados deste sindicato.

A investigação neste fundo, num primeiro momento, permitiu compreender, em termos quantitativos, que as profissões ligadas à indústria dos mármoreiros se começam a afirmar na década de 1960 e que, confrontadas com a evolução das adesões ao sindicato após os primeiros anos do período revolucionário, serão completamente hegemónicas, chegando a constituir em termos setoriais um terço das adesões totais nos anos de 1974/1975, fenómeno nunca alcançado por qualquer outro setor ou âmbito profissional¹². O crescimento do número de profissionais esteve relacionado com a aceleração do setor no conjunto da economia. Assim, embora a modernização tenha sido tardia, registou-se a partir da década de 1960 uma grande expansão, sobretudo com a abertura de novas pedreiras, que só neste período contabilizaram cerca de 120 novas explorações. A recuperação desta evolução, seja do número de explorações seja do número de profissionais, é possibilitada pelo cruzamento de várias fontes de informação.

Por outro lado, foi ainda possível elaborar uma visão quantitativa em relação às categorias mais representativas deste setor dentro da estrutura sindical. Foram identificadas 64 categorias diferentes e particularizadas as três mais representadas: cabouqueiro, trabalhador e desbastador. Esta abordagem revela claramente uma predominância das profissões cujo trabalho era exercido à força de braços.

Contudo, esta análise está longe de ter esgotado as potencialidades deste fundo no que diz respeito ao mármore. Há ainda muitas outras questões pertinentes a que a informação disponível poderá ajudar a responder, designadamente: quem eram estes trabalhadores? Onde

¹² Ricardo Hipólito; Armando Quintas. “A organização sindical dos trabalhadores do mármore na segunda metade do século XX”, in *Mármore, Património para o Alentejo: contributos para a sua história (1850-1986)* coord. Daniel Alves (Vila Viçosa: Talentirazão / Cechap, 2015), 104-314.

viviam e em que empresa(s) laboravam? Qual a distribuição espacial da mão de obra e qual o raio de atratividade que esta indústria representava neste período em toda a região?

Certamente que, no futuro, os estudiosos irão, em momento oportuno, encontrar respostas para estas e para outras questões¹³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo examinámos o historial e o valor arquivístico do acervo da Delegação de Évora do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul. Esta estrutura sindical teve importância no contexto do trabalho da região num tempo largo que se estendeu desde o segundo quartel do século XX até inícios do século XXI. Criado num contexto de controlo corporativista de uma ditadura fascizante, é uma fonte de informação relevante acerca da organização sindical durante a ditadura, a Revolução e a democracia constitucional assim como sobre a dimensão socioeconómica da região no período em questão.

Apesar de não se tratar de um acervo de incorporação obrigatória, a salvaguarda, preservação e disponibilização dos seus documentos pelo Arquivo Distrital de Évora, no âmbito da sua missão de serviço público, permite aos seus leitores e aos investigadores, em particular, investigar este espólio documental. O acervo sobre este sindicato, entidade de natureza privada, demonstra que a construção da memória coletiva é um processo que recorre a fontes que vão além dos arquivos produzidos por organizações públicas. Esses arquivos privados, cuja salvaguarda nem sempre é devidamente acautelada pelas entidades privadas e pelas políticas públicas, são riquíssimos em termos culturais pelo valor informacional que comportam. Logo, a recolha e salvaguarda deste arquivo foi um feliz acaso que hoje celebramos porque nos permite recuperar múltiplas parcelas da vida económica e social de várias localidades, firmas e profissões dos distritos de Évora, Beja e Portalegre durante cerca de 80 anos.

¹³ O estudo PHIM viu a sua segunda fase terminada em Junho de 2019, com a publicação de mais uma monografia dividida em 2 Volumes que aborda quer a época Romana, quer o período que medeia o século XVI a 1945. *Mármore 2000 anos de História*, Lisboa, Centro de Estudos Cechap, Theya Editores, 2019. Uma terceira fase já está contemplada para decorrer para os próximos três anos.

CAPÍTULO 3

RECONSTRUINDO O(S) DISCURSO(S) SOBRE PODER(ES) SINDICAIS:CONTRIBUTOS TEÓRICOS

Hermes Augusto Costa¹; Elísio Estanque²; Dora Fonseca³

¹ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. E-mail: hermes@fe.uc.pt

² Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. E-mail: elisio.estanque@gmail.com

³ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. E-mail: dorajfonseca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Fazendo apelo a uma relação dinâmica, a noção de «recursos de poder» tem implícita a existência de uma relação social de interdependência assimétrica entre diferentes atores sociais. No campo produtivo em particular, o sistema económico capitalista estabelece desde logo uma forte assimetria estrutural que coloca o assalariado na posição subalterna perante a hierarquia que serve o capital.

Neste texto partimos de uma conceção mais geral de poder enquanto relação social para, dentro dela, situarmos a abordagem dos recursos de poder sindical – *power resources approach*. Ainda que o sindicalismo tenha sido originariamente concebido como «contrapoder» (politicamente falando), ao longo da sua história os sindicatos foram capazes de reinventar formas de ação e consolidar novas fontes de influência e de poder. A superação da «crise» pode ocorrer por via de uma redinamização do «poder abalado» do sindicalismo⁴, e é nesse sentido que a abordagem dos recursos de poder remete para a génese do movimento operário, ou seja, recuperando a premissa básica de que a força de trabalho pode defender os seus interesses com sucesso através da mobilização coletiva⁵. Em complemento à discussão sobre os recursos de poder, na segunda parte procedemos a um cruzamento analítico entre tipologias⁶.

⁴ Hermes Augusto Costa, *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. (Porto: Afrontamento, 2008).

⁵ Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

⁶ Uma discussão teórica mais ampla da que é feita neste texto, complementada com a proposta de critérios de análise aplicados à realidade portuguesa, mormente aos setores metalúrgico (Autoeuropa), dos transportes (TAP) e das telecomunicações (PT/Altice), pode ser encontrada em Costa *et al* (2019; 2020).

1. RECURSOS DE PODER E SINDICALISMO

O conceito de «poder sindical» tem suscitado diversas problematizações e desdobramentos: a) a capacidade sindical associada às competências dos atores; b) os arranjos institucionais sob os quais os atores operam (reflexo de relações de poder passadas); c) as estruturas de oportunidades (económicas, políticas, organizacionais); e d) as capacidades de outros atores no seio destas relações⁷. Uma proposta fundadora foi apresentada por Richard Hyman⁸, que concebe o poder sindical como envolvendo três vertentes: a) a obtenção dos objetivos delineados pelos sindicatos num contexto de resistência; b) um enquadramento legal e institucional que legitime as ações previstas na agenda sindical; e c) a capacidade para influenciar as atitudes e perceções de empresários e governos, bem como do público em geral e dos próprios associados, de modo a criar um clima ideológico favorável à sua atuação. Por sua vez, Jelle Visser⁹ considera que a força dos sindicatos se encontra presente em três tipos de poder: organizacional, institucional e económico¹⁰. O poder organizacional consiste na capacidade dos sindicatos: a) mobilizarem e recrutarem membros; b) agregarem o pessoal operacional, técnico e de supervisão e a produção direta e indireta dos trabalhadores numa única organização; c) evitarem

⁷ Christian Lévesque; Gregor Murray, “Local versus global: activating local union power in the global economy”, *Labor Studies Journal*, 27(3), (2002): 39–65. Christian Lévesque; Gregor Murray, “Union involvement in workplace change: a comparative study of local unions in Canada and Mexico”, *British Journal of Industrial Relations*, 43(3), (2005): 489–514. Christian Lévesque; Gregor Murray, “Understanding union power: resources and capabilities for renewing union capacity”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 16 (3), (2010): 333–350.

⁸ Richard Hyman, “Changing trade union identities and strategies”, in *New frontiers in European industrial relations*, eds. Richard Hyman, Anthony Ferner (Oxford: Blackwell, 1994), 108-139.

⁹ Jelle Visser, “Trade unions from a comparative perspective”, in *Comparative industrial & employment relations*, orgs. Joris van Ruysseveldt, Rien Huiskamp, Jacques van Hoof (Londres: Sage, 1995), 37-67.

¹⁰ Esta tipologia de Visser encontra correspondências noutros autores: por exemplo, na proposta de Schmalz e Dörre (“El planteamiento de los recursos del poder”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>) o poder económico corresponde ao *marketplace bargaining power*, enquanto o poder institucional corresponde ao *workplace bargaining power*, que remete para o estatuto dos trabalhadores no processo produtivo.

a fragmentação dos sindicatos profissionais; d) susterem divisões ideológicas; e) trabalharem com estruturas partidárias sem caírem na dependência delas; f) construir uma extensa organização externa com ramos ao nível da empresa e um controlo centralizado dos processos de decisão.

Outra leitura realça contornos mais específicos da questão do poder¹¹, por exemplo, distinguindo entre poder conflitual e poder político. O primeiro remete para os contextos de maior tensão, combatividade, protesto, ação coletiva ou greve. Esta forma de poder esteve muito presente no contexto de austeridade, designadamente no retrocesso verificado nos direitos sociais nos países da periferia da zona euro¹². A outra forma de poder – o poder político – é igualmente indissociável da ação sindical e encontra concretização no exercício de pressão e influência sobre os atores políticos institucionais sempre que uma diversidade de fatores (salários, carreiras, condições de trabalho, etc.) são objeto de desvalorização por parte desses mesmos atores, gerando-se instabilidade no sistema de relações laborais. Em nosso entender, trata-se de duas formas de poder complementares, sendo uma mais evidente no espaço público (nas ruas) e outra no domínio dos mecanismos institucionais e das instituições de representação política.

Por sua vez, a perspetiva de Erik Olin Wright¹³ estabelece uma distinção entre «poder estrutural» e «poder associativo». O primeiro refere-se à posição dos trabalhadores assalariados no sistema económico, tratando-se de um recurso de poder primário, que não depende da existência de uma representação coletiva de interesses. Neste sentido, é fundamental termos presente que o sistema social é estruturado em classes sociais e camadas estratificadas da força de trabalho, pelo que a própria estrutura da economia – distribuição de

¹¹ Carsten S. Jensen; Jørgen S. Madsen; Jesper Due, “A role for pan-European trade union movement? Possibilities in European IR-regulations”, *Industrial Relations Journal*, 26(1), (1995): 4-18.

¹² Maria da Paz Campos Lima; António Martin Artiles, “Crisis and trade union challenges in Portugal and Spain: between general strikes and social pacts”, *Transfer: European Review of Labour and Research*, 17(3), (2011): 387-402. Hermes Augusto Costa; Hugo Dias, Hugo; José Soeiro, “As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, (2014): 173-202.

¹³ Erik Olin Wright, “Working-class power, capitalist-class interests, and class compromise”, *American Journal of Sociology*, 105(4), (2000): 957-1002.

riqueza, propriedade, capital educacional, *status*, etc. – produz uma variedade de condições fundadas em desigualdades e fontes de poder muito distintas, o que, desde a gênese do capitalismo, obriga a que quem não possui outros meios de subsistência seja obrigado a «vender» a sua força de trabalho em troca de um salário. Assim, esse poder estrutural, desequilibrado, já está lá, inscrito no sistema socioeconómico. Os sindicatos surgiram exatamente na sequência dessa relação estrutural que o capitalismo moderno construiu, fundada no antagonismo capital-trabalho. A ausência de poder individual fez surgir a identidade de classe e a ação coletiva como fator decisivo que travou o mercantilismo selvagem do século XIX¹⁴.

As diferentes linhas de desenvolvimento que a partir daí foram surgindo variaram largamente em função das lutas sociais e da capacidade de cada sociedade, de cada Estado, imprimir mudanças que fossem, ou não, ao encontro de modelos sociais mais justos e equilibrados. O descontentamento dos trabalhadores e a reconversão das «classes económicas» em conflito político foram exatamente os ingredientes que ofereceram ao sindicalismo a principal base de combate, isto é, o seu maior «recurso estrutural» de poder. Um poder que se afirmou como principal contrapoder no mundo industrializado ao longo dos últimos duzentos anos. Deste modo, os contornos desta forma de poder assumem formas variadas em função do modelo de desenvolvimento socioeconómico de cada país. Ainda que hoje a força do capitalismo global incida em todas as latitudes, o modo como capital e trabalho são mediados, ou não, pelos mecanismos de regulação varia de acordo com as políticas económicas e sociais de cada Estado. Nesse sentido, é forte o condicionamento ditado pelas estratégias dos empregadores na gestão das cadeias de valor e dos processos de trabalho¹⁵.

¹⁴ Tilly, Charles (ed.), *The formation of national states in Western Europe*. (Princeton: Princeton University Press, 1975). E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra (vols. I, II e III), (1987) [1963]). Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

¹⁵ Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

Visto do lado dos sindicatos, o «poder estrutural» decorre do poder de provocar disrupção, isto é, interromper ou restringir a valorização do capital¹⁶, emergindo da posição que os trabalhadores ocupam no mercado de trabalho ou no processo produtivo¹⁷. Wright assinala ainda a existência de dois subtipos de poder estrutural que Beverly Silver¹⁸ denomina por: *marketplace bargaining power*, isto é, o poder que resulta de mercados de trabalho rígidos, posse de qualificações e competências raras, desemprego baixo e disponibilidade de outras fontes de rendimento; e *workplace bargaining power*, decorrente da localização estratégica de um grupo particular de trabalhadores num setor industrial.

O segundo tipo de poder enunciado por Wright é o «poder associativo», que consiste nas «várias formas de poder que resultam da formação de organizações coletivas de trabalhadores»¹⁹. Historicamente enraizado em enquadramentos legais, este tipo de poder depende essencialmente da união dos trabalhadores para a formação dessas organizações, pelo que requer um processo organizativo, bem como a emergência de atores coletivos capazes de produzir e executarem estratégias eficazes de luta e negociação. Nessa medida, trata-se de atores dotados de intencionalidade e de capacidade estratégica, bem como de predisposição para o conflito²⁰.

O poder associativo pode, até certo ponto, compensar o enfraquecimento do poder estrutural de um sindicato. Um tal poder não

¹⁶ Pived Apud Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

¹⁷ Beverly J Silver, *Forces of labor. Workers’ movements and globalization since 1870*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

¹⁸ Beverly J Silver, *Forces of labor. Workers’ movements and globalization since 1870*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003).

¹⁹ Erik Olin Wright, “Working-class power, capitalist-class interests, and class compromise”, *American Journal of Sociology*, 105(4), (2000): 952.

²⁰ Beverly J Silver, *Forces of labor. Workers’ movements and globalization since 1870*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2003). Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>. Klaus Dörre, “Trade unions, power resources and public sociology: a self-experiment”, *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 42(2), (2017): 105-128.

é exclusivamente determinado pelo número de membros²¹, ainda que a densidade sindical seja comumente tomada como seu indicador²². A eficiência organizativa (utilização de recursos materiais e humanos de forma eficiente), a participação dos membros e a coesão interna (a solidariedade entre os membros permite a superação de situações de crise) são também fatores a serem otimizados de forma que a ação associativa seja a adequada às condições estruturais subjacentes e aos interesses dos membros. Esse aspeto é também enfatizado por Lehndorff *et al.*, ao sublinharem a necessidade de distinguir entre a força numérica e a capacidade de mobilizar os membros. Isto é, o facto de um sindicato contar com um número elevado de membros não lhe confere necessariamente maior poder associativo, ou maior capacidade de mobilização, uma vez que este último depende em grande medida das atividades desenvolvidas *no* e *pelo* sindicato. Por outro lado, o financiamento dos sindicatos não é um fator despiciendo no que toca ao poder associativo e depende do número de associados, se bem que em grau variável conforme o enquadramento legal de cada país (encontrando-se, assim, também em jogo o poder institucional). Tendo em conta estes fatores, é referida a possibilidade do poder associativo ser reforçado através da organização de novos grupos de membros, realocação de recursos, ou, por exemplo, da introdução de novas formas de participação²³. Ou seja, se a redução do poder associativo se reflete no «encolhimento» dos recursos infraestruturais e da solidariedade interna, a tendência de declínio pode ser contrariada por mudanças na estrutura organizativa e pelo recrutamento de novos grupos de

²¹ Christian Lévesque; Gregor Murray, “Understanding union power: resources and capabilities for renewing union capacity”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 16 (3), (2010): 333–350.

²² Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

²³ Marshall Ganz, “Resources and resourcefulness: strategic capacity in the unionization of Californian agriculture, 1959–1966”, *The American Journal of Sociology*, 105(4), (2000): 1003–1062.

membros²⁴. Aparentemente, as perdas de filiação poderiam ser compensadas por uma maior aposta na captação dos cada vez mais numerosos trabalhadores precários; no entanto, estes enfrentam enormes constrangimentos no local de trabalho que contestam a filiação sindical, a qual os próprios trabalhadores não reconhecem como vantajosa.

Para além das duas formas de poder já mencionadas (poder estrutural e associativo), conferimos aqui destaque a mais duas: o «poder institucional» e o «poder societal». O chamado «poder institucional» emana de direitos consagrados pelo quadro jurídico vigente e que as instituições respeitam. É, pois, uma forma de poder que remete para a legislação laboral (que, no caso português, está essencialmente reunida no código do trabalho), que reúne leis reconhecidas quer por estruturas de cogestão, quer por acordos coletivos²⁵. A legislação consolida e generaliza os resultados das negociações e conflitos, fixando condições que atravessam ciclos económicos e mudanças de curto-prazo na correlação de forças, com impacto nas estratégias de ação de comissões de trabalhadores, sindicatos, associações de empregadores e atores políticos. O poder institucional influencia a capacidade dos sindicatos se organizarem e representarem trabalhadores, mas igualmente na sua posição na negociação coletiva, afetando também as estratégias de ação dos atores políticos. Trata-se, portanto, de uma forma de poder particularmente sensível à intervenção legislativa, às condições económicas subjacentes, ao comportamento do capital, e a mudanças na base institucional dos direitos dos trabalhadores, mas que pode ser explorado pelos sindicatos mesmo em momentos de declínio do poder organizacional/associativo ou do poder estrutural. Por outro lado, o poder institucional também restringe a capacidade de ação dos sindicatos pois enfatiza a representação institucional de interesses em detrimento da ação das bases e do movimento como um todo. De acordo

²⁴ Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

²⁵ Klaus Dörre, “Trade unions, power resources and public sociology: a self-experiment”, *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 42(2), (2017): 105-128. Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38. Stefan Schmalz; Marcel Thiel, “IG Metall’s comeback: trade union renewal in times of crisis”, *Journal of Industrial Relations*, 59 (4), (2017): 465–486.

com Schmalz e Dörre²⁶, este tipo de poder pode ser reduzido à capacidade de usar o meio institucional em seu próprio benefício ao mesmo tempo que é mantida a autonomia política. Um indicador forte do poder institucional dos sindicatos é a cobertura da negociação coletiva²⁷, por sinal bastante afetada pela crise em alguns países, como Portugal e a Grécia.

Quanto ao «poder societal» dos sindicatos, ele corresponde quer aos diferentes estímulos e canais que potenciam o sucesso da ação sindical a partir de contextos viáveis de cooperação em conjunto com outros grupos sociais e organizações, quer ao apoio da sociedade às reivindicações sindicais²⁸. O exercício do poder societal depende da capacidade de afirmação e do revigorar da credibilidade do projeto sociopolítico, de forma que a sociedade se reveja nele. Isso implica que o sindicato seja capaz de difundir as suas propostas para além do local de trabalho e de cada setor profissional. O poder societal pode ser de dois tipos, que se reforçam mutuamente: *poder colaborativo e poder discursivo*. O primeiro reside na capacidade de os sindicatos construírem coligações e agirem no interior das redes da sociedade civil organizada (ou movimentos sociais) e de desenvolverem objetivos comuns e compromissos mútuos com esses atores. Neste ponto, é enfatizada inclusive a importância da ligação a partidos políticos²⁹. O *poder*

²⁶ Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

²⁷ Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38. Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

²⁸ Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>. Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

²⁹ Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch; Thorsten Schulten, “European trade unions in a time of crises — an overview”, in *Rough waters. European trade unions in a time of crises*, eds. Steffen Lehndorff, Heiner Dribbusch, Thorsten Schulten (Brussels: European Trade Union Institute, 2017), 7-38.

discursivo, por seu lado, corresponde à capacidade dos sindicatos fornecerem padrões de interpretação (*framing*) em torno de questões polémicas e de influenciarem com êxito o discurso público e a definição de agendas de ação estratégica. A criação de novos padrões de interpretação é essencial para capitalizar o *poder societal*.

2. ARTICULAÇÃO ENTRE TIPOLOGIAS

Das diferentes propostas e dimensões que apontámos sobre os recursos de poder aplicados ao campo sindical, interessa-nos a partir daqui desenhar um olhar mais concreto que nos conduza à compreensão da realidade sindical em articulação com os diversos setores e estudos de caso. Convém começar por lembrar, na linha de outras abordagens, que de entre as competências estratégicas atribuídas aos sindicatos a primeira delas é saberem transformar as ameaças em oportunidades. Os estudos centrados na chamada revitalização sindical orientam-se, regra geral, nesse sentido³⁰. A tipologia anterior pode conjugar-se com outras dimensões e, assim, ajudar a avançar para uma possível hipótese de trabalho dirigida ao caso português. O modelo que é possível cruzar refere-se a diferentes modos de mobilização a que os sindicatos podem recorrer para capitalizar os referidos recursos de poder: (i) solidariedade interna; (ii) integração em rede (*network embeddedness*); (iii) imagem externa/ comunicação para a sociedade; e (iv) recursos infraestruturais/ financeiros³¹.

Sendo certo que os meios que os sindicatos têm à sua disposição são escassos, trata-se, então, de colocar como exigência uma utilização mais otimizada e eficaz dos mesmos. A «solidariedade interna» é um desses meios que vale a pena analisar, ainda que o poder associativo se possa distinguir do poder organizacional³². A «solidariedade interna»

³⁰ Rebecca Gumbrell-McCormick; Richard Hyman, *Trade unions in Western Europe: hard times, hard choices*. (Oxford: Oxford University Press, 2013).

³¹ Christian Lévesque; Gregor Murray, “Understanding union power: resources and capabilities for renewing union capacity”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 16 (3),(2010): 333–350.

³² Rebecca Gumbrell-McCormick e Richard Hyman distinguem entre “poder associativo” e “poder organizacional”. O primeiro é identificado com o número de membros de um sindicato, pelo que os próprios membros são tomados como um recurso da organização só

faz apelo a identidades coletivas coesas e a uma vitalidade deliberativa, de que os sindicatos dependem para atingirem os objetivos. Ou seja, trata-se de uma solidariedade ou coesão interna do grupo ou da organização que varia na razão inversa da sua ligação à sociedade e a outros atores coletivos. Se a união interna da associação corresponde ao grau de identificação dos seus membros com a cultura e *modus operandi* que lhe são próprios, isso estará inevitavelmente ligado à percepção da demarcação social em relação a outros grupos. Tradicionalmente, sabemos bem como a formação das ortodoxias deriva de um sentimento de hostilidade da parte do núcleo duro em relação a públicos externos ou grupos rivais. Daí que, por exemplo, o discurso das lideranças reflita muitas vezes formas exacerbadas de demarcação ou supostas ameaças não apenas derivadas de um poder estrutural que subalterniza o sindicalismo, mas também de sindicatos de outra filiação. Podemos perceber isso, no caso português, olhando a clássica rivalidade entre as duas principais confederações sindicais. Perante o agudizar da fragilização sindical e perda de associados, a solidariedade interna só pode converter-se em capacidade renovadora se a mesma for capaz de conjugar-se com os restantes meios de ação que acima enunciámos.

A «integração em rede» (*network embeddedness*) é, por exemplo, um fator de grande potencial que tem vindo a ser sugerido como ferramenta para o fortalecimento da ação sindical. Combinada com as várias formas de «recursos de poder» da nossa tipologia, esta atividade vai ao encontro dos novos instrumentos informáticos e de ativismo digital face ao qual o campo sindical se tem mostrado em geral arredado. A sua fragilização poderia ser sido travada caso as instâncias dirigentes tivessem em devido tempo alcançado uma real consciência do potencial que isso oferece. Entre os diferentes recursos referidos (poder estrutural, associativo, institucional e societal) todos eles poderiam ser reforçados se o investimento neste meio de resposta fosse efetivamente uma prioridade. Evidentemente que a disponibilização e expansão das redes comunicacionais no conjunto da sociedade constitui em si mesma uma «ameaça» ao poder sindical, na medida em que esse processo obedece a uma tendência geral da «estrutura» económica, que ao mesmo tempo

pelo facto de estarem filiados, facto importante do ponto de vista financeiro. O “poder organizacional” é, comparativamente, um tipo de poder mais “ativo”, pois vai além da mera condição de membro de algo. Pressupõe o desenvolvimento de formas de capital social entre os membros, promovendo, assim, a sua identificação e envolvimento nas ações da organização.

fragmentou o trabalho, individualizou as relações sociais e mercantilizou o próprio uso das tecnologias digitais. Porém, este é um meio que se ofereceu como um novo território em disputa pelas classes e atores que se digladiam pela hegemonia da mudança societal e laboral. A força dos novos movimentos sociais e dinâmicas de ação coletiva – mais ou menos radicais, esquerdistas, nacionalistas, populistas, etc. –, que se alimenta e expande com bases nessas ferramentas e redes digitais, mostra bem como é um erro os sindicatos permanecerem de fora. É claro que existem contra tendências e começam a surgir núcleos dinâmicos que aglutinam setores novos da força de trabalho, sobretudo os mais precarizados e mais jovens. Mas o campo sindical mais tradicional tem continuado a olhar impotente ou condescendente para esses setores e para o campo do ciberativismo, ao mesmo tempo que as suas bases se vão envelhecendo e desertando. A integração em rede, mais do que as velhas hierarquias verticalizadas, favorece ligações horizontais com os diversos congêneres, com movimentos sociais ou outros atores sociais. Os sindicatos que se encontram integrados em redes e espaços de solidariedade mais alargados apresentam maior possibilidade de desenvolver uma agenda própria que lhes permitirá influenciar os processos de mudança.

Os «recursos narrativos/comunicacionais» derivam do esforço de atualização programática, vinculados a valores, significados partilhados, histórias e ideologias que agregam identidades e interesses. São, por isso, instigadores da constituição de plataformas (*frames*) capazes de interpretar e agir sobre as mudanças, bem como de antecipar algumas das suas consequências mais destrutivas sobre o mundo laboral. Esta dimensão é igualmente fundamental para fortalecer outras fontes e recursos de poder, em particular o poder societal, estrutural e associativo. Como afirmámos anteriormente, o campo sindical sempre assentou na dupla face que o acompanha desde a sua génese: conflito e negociação. Daí que o recurso institucional possa mostrar-se num plano secundário quando a estrutura sindical se dirige a um público mais amplo e enfatiza mais a mobilização do que o diálogo. De facto, esta vertente faz apelo essencialmente a um investimento estratégico na atualização teórica e na formação técnica dos quadros sindicais a fim de poderem captar mais eficazmente a crescente complexidade da vida social e as contradições que isso arrasta para a esfera laboral e do emprego. Os movimentos difusos que nos últimos tempos atraem núcleos inseridos no campo sindical (ainda que por vezes obedecendo a

forças organizadas do exterior) operam cada vez mais a partir dos meios digitais (Facebook, Twitter, WhatsApp, etc.) e das plataformas de *opinion making* que elas constroem segundo uma conjugação vertiginosa de pragmatismo e hiperrealismo³³.

Os recursos que aqui designamos como *formas e meios de ação internos* – também chamados recursos infraestruturais³⁴ –, referem-se aos meios materiais e humanos e sua alocação através de processos, ações organizacionais programáticas que podem incluir uma dimensão de inovação tendo em vista potencializar os recursos disponíveis³⁵. Embora tais meios sejam fundamentais para dar corpo aos recursos de poder que advêm de diversos domínios, a sua influência faz-se notar mais diretamente na própria esfera associativa, já que implica, em primeiro lugar, a autonomia de meios e recursos, nomeadamente financeiros, que estabelecem a margem de manobra dos sindicatos³⁶. De igual modo, é importante atender aos meios humanos, ou seja ao volume de associados, às atualizações da quotização dos membros, assim como o número de ativistas mobilizáveis, seja em ações coletivas seja na difusão da mensagem do sindicato e do público em geral.

Do cruzamento das diferentes propostas e da enunciação das principais características das várias fontes de poder fica claro que se trata de um conceito dinâmico e sujeito a múltiplas influências. Como um todo complexo, a abordagem os recursos de poder sindical abre, assim, espaço para convergências, ambiguidades e discordâncias³⁷. Sem prejuízo disso, em nosso entender, o poder sindical desenvolve-se na interação estabelecida entre membros e apoiantes, entidades

³³ Manuel Castells, *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da internet*. (Rio de Janeiro: Zahar, 2013). Julian Stallabrass, “Digital partisans: on mutte and the cultural politics of the net”, *New Left Review*, 74, (2012): 125-139.

³⁴ Carola M. Frege; John Kelly, “Union revitalization strategies in comparative perspective”, *European Journal of Industrial Relations*, 9(1), (2003): 7-24.

³⁵ São exemplos os programas e processos para envolver os membros (comunicação, educação e formação, métodos de fornecer serviços – *servicing*), utilização de novas tecnologias (websites, redes, treino de funcionários e ativistas, desenvolvimento de vídeos, etc.) e novos métodos de recrutamento (treino, alocação de recursos, etc.) (Kumar e Murray, 2006).

³⁶ Stefan Schmalz; Klaus Dörre, “*El planteamiento de los recursos del poder*”. Ciudad de México: Fundación Friedrich Ebert, 2013. Consultado em 13/07/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

³⁷ Stefan Schmalz; Carmen Ludwig; Edward Webster, “Power resources and global capitalism”, *Global Labour Journal*, 10 (1), (2019): 84-90.

empregadoras e com o Estado, segundo o modelo tripartido de diálogo social que define o modelo laboral europeu. Por outro lado, é importante sublinhar que a ação estratégica dos sindicatos comporta combinações diversas, desde situações específicas a recursos de poder externos, incluindo os que atrás acabámos de enunciar. De entre os recursos institucionais, vale, assim, a pena destacar, as relações privilegiadas com as forças partidárias, bem como a presença nas instâncias de concertação social. Esta ligação resulta da prática antiga das lutas sindicais e do movimento operário internacional que, em especial entre os finais do século XIX e os princípios do século XX, serviram de campo de disputa por parte de diferentes correntes ideológicas, uma ligação que, como se sabe, ainda hoje permanece embora de forma mais dissimulada. Aliás, esse é um ponto que teremos de assinalar dado tratar-se de um «recurso de poder» carregado de ambivalências, isto é, num contexto em que a atividade dos partidos políticos e a sua proximidade (maior ou menor) a determinadas correntes sindicais é vista com desconfiança por parte da opinião pública. Daí a contradição entre beneficiar-se de um recurso (um partido com representação parlamentar, por exemplo) inserido nas instituições do poder político, mas, em contrapartida, ver a sua imagem menorizada por parte de setores significativos da sociedade civil.

CAPÍTULO 4

GREVES E MOVIMENTOS OPERÁRIOS NA FOTOGRAFIA DO INÍCIO DO SÉCULO XX 1907/1926

Nuno Pinheiro¹

¹ CIES/IUL.

INTRODUÇÃO

A utilização da fotografia como fonte para a História Social Contemporânea tem sido crescente já que a sua omnipresença permite penetrar em aspetos, nomeadamente os da vida privada, em que outras fontes não abundam. Neste caso não é tanto a ausência de fontes, porque elas são abundantes, mas sim o procurar na fotografia um olhar menos mediado sobre as movimentações operárias. Pode-se discutir a veracidade da fotografia como fonte, a pobreza da imagem fotográfica, ou a sua parcialidade. Porém é essa parcialidade que constrói este estudo. O que importa não é apenas o que está nas imagens, mas também (ou talvez principalmente) o que é escolhido para fotografar e a forma de o fazer. Está será uma forma de compreender como a «opinião pública», leia-se classes médias urbanas que eram os leitores da imprensa ilustrada, viam os movimentos operários, mas também de apreender os aspetos materiais destes movimentos.

O interesse da fotografia, desde o seu início até ao pós-Grande Guerra, pelo meio industrial foi escasso. É uma aparente contradição, um dos meios criados pela sociedade industrial e que de certa forma correspondia à industrialização da representação, interessa-se pouco pela própria indústria.

A visão do progresso que prevaleceu ao longo do século XIX e início do século XX manifestava-se sobretudo com o fascínio pela velocidade, nomeadamente com os meios de transporte. Caminhos de ferro, inicialmente, mas também navios e, posteriormente, automóveis e aviões.

Um dos corpos mais significativos de fotografia com temática industrial são as fotografias de Lewis Hine que fotografou o trabalho infantil, inserido em campanhas para o seu fim. Estas fotografias são sobre crianças a trabalhar na indústria e contribuíram decisivamente para as leis contra o trabalho infantil aprovadas nos Estados Unidos².

Não se encontra nenhum movimento semelhante em Portugal no início do século XX, porém surge uma imprensa ilustrada fotograficamente, muito atenta a movimentos sociais que vão ser uma grande parte das suas matérias. É verdade que os anos finais da monarquia e o período republicano foram férteis em movimentos

² Peter Walther, *Lewis W. Hine. America at Work* (Taschen, 2018).

sociais, greves, manifestações e mesmo em manifestações mais violentas. Tudo isto ia estar nas páginas da imprensa ilustrada de que o representante mais conhecido é a *Ilustração Portuguesa*, e o fotógrafo mais conhecido, Joshua Benoliel³. Porém, mais conhecidos não quer dizer que sejam únicos.

Vamos então centrar este trabalho na fotografia de imprensa, numa imprensa que é bastante rica, não só nas centenas de imagem a cada quinze dias na *Ilustração Portuguesa*, mas também noutros títulos. A imprensa ilustrada era muito bem-sucedida, tinha grandes tiragens e representava de forma bastante fiel a visão do seu público, sobretudo as classes médias urbanas, para quem o acesso à imprensa se tinha democratizado. É preciso notar que no início do século XX há alterações técnicas na forma de reproduzia a fotografia na imprensa que permitem grandes tiragens e rapidez na impressão, com um custo muito mais baixo do que os processos anteriores.

O objetivo é perceber qual a visão que esta imprensa dava das lutas operárias e outros movimentos populares. Era uma visão favorável? De alguma simpatia e compreensão, de apoio, ou pelo contrário de rejeição e medo em relação às «classes perigosas»?

Podemos interrogar-nos se essa visão se mantém ao longo de todo o período que vai dos finais da monarquia à imposição da ditadura, ou se vai mudando quer com o facto de essa movimentação poder ser mais ou menos favorável a outros agentes políticos, ou com a alteração de visão política que leva à aceitação de uma ditadura que iria ser longa.

1. O FINAL DA MONARQUIA

Os trabalhadores da primeira década do século XX são apresentados como tendo razões para as suas reivindicações. Havendo uma certa aceitação dos dirigentes operários cujos atos fúnebres e comemorativos eram noticiados. Viviam-se os anos finais da monarquia, sendo o apoio operário fortemente disputado pelos dois lados em confronto. Mesmo assim, em algumas situações, criticavam-se as formas de luta, tentando fazer a separação entre os operários que lutavam por meios legítimos e os que, irresponsavelmente, praticavam

³ José Pedro de Aboim Borges, *Joshua Benoliel- Rei dos fotógrafos*, (Tese policopiada de mestrado em História de Arte, UNL, Lisboa, 1984).

excessos. Esta divisão era feita para os representantes do movimento operário estrangeiro de passagem por Portugal que podiam ter uma cobertura semelhante à de outro político ou um tipo de tratamento fortemente desfavorável, quase como se fossem criminosos.

As primeiras notícias com fotografia são do 1.º de Maio que vão aparecendo na *Ilustração Portuguesa* a partir de 1905. Neste ano, trata-se de fotografias de multidão, sem grande realce para os dirigentes, mas com mulheres, crianças e ramos de flores. Tudo é descrito como «A Festa do Trabalho», havendo uma conotação positiva, mas ainda não muito politizada. É sobretudo uma festa popular. Note-se que em 1905 se está ainda na 1.ª série da *Ilustração Portuguesa* em que ainda não há muitas fotografias, a sua presença é um sinal da importância dada ao 1.º de Maio⁴.

Em 1907, e já na 2.ª série da *Ilustração Portuguesa*, que tem muito mais fotografias, há de novo imagens do 1.º de Maio. São fotografias conhecidas que têm sido reproduzidas em várias obras sobre a época, sobre os movimentos operários, ou mesmo sobre fotografia. Estas fotografias são muito diferentes. São centradas nos dirigentes e nos discursos que fazem em cima de uma carroça, há fotografias feitas de longe dos dirigentes e também uma da multidão⁵.

⁴ *Ilustração Portuguesa* 8/05/1905.

⁵ *Ilustração Portuguesa* 13/05/1907.



Figura 3. 1.º de Maio 1908, *Ilustração Portuguesa*, 04-05-1908

Estas imagens são já, claramente, de um acontecimento político que se sobrepõe ao lado festa da fotografia de 1905. Há dirigentes a discursar, há uma clara visão de que se está a transmitir uma mensagem política. A visão continua a ser favorável, estas movimentações iam no mesmo sentido de outras que foram, de certa forma, minando o regime existente.

No 1.º de Maio de 1908 temos, ao mesmo tempo a componente política, com a fotografia dos dirigentes e a presença da multidão, mais marcada que em 1907, mas a visão continua a ser semelhante e positiva⁶.

As grandes iniciativas do movimento operário, em especial o 1.º de Maio, eram o principal alvo de cobertura fotográfica no que respeita ao movimento dos trabalhadores. Na maioria das imagens, estes são apresentados como uma massa anónima em manifestação. O primeiro objetivo era dar uma ideia do número de pessoas presentes, o que obrigava a planos afastados. As exceções ao anonimato são dadas pelas inevitáveis fotografias dos oradores dos comícios. Estes tentam assumir o aspeto da respeitabilidade burguesa: não seria pelo aspeto, pela atitude e pela pose dos oradores que se distinguiria uma manifestação operária de um comício republicano. O 1.º de Maio era a exceção à regra da cobertura fotográfica das iniciativas operárias ser limitada a Lisboa, já que os números da *Ilustração Portuguesa* das semanas seguintes iam apresentando fotografias das manifestações em várias localidades do país. Estas eram feitas por amadores locais que as enviavam para a revista, o que mostra que estas situações se incluíam no grupo das fotografáveis para os amadores.

Se os oradores se apresentavam de forma semelhante num comício operário ou republicano, é a nível dos assistentes que se encontram as maiores diferenças. Mesmo sendo possível acreditar que houvesse alguns assistentes comuns, a predominância dos bonés no comício operário é fácil de distinguir da massa escura dos chapéus das iniciativas republicanas. Esta era a única forma de identificar socialmente as pessoas presentes, dada a utilização de planos afastados e a baixa qualidade da reprodução. De notar, tanto nuns como noutros, a presença de um número reduzido de mulheres.

O tratamento fotográfico que é dado a movimentos republicanos e operários é bastante semelhante, mesmo nas publicações pró-republicanas. O movimento reivindicativo operário não representava

⁶ *Ilustração Portuguesa* 04/05/1908.

ainda uma ameaça, talvez fosse visto, na maior parte dos casos, como um aliado, criando-se mesmo alguma confusão entre os dois.

Esta visão parece ter continuidade nos primeiros tempos que seguem a implantação da República com o aparecimento, nas semanas seguintes, de fotografias de heróis da revolução, dos quais muitos eram operários, alguns dos quais tinham fabricado e colocado bombas. Estes conseguem sair do anonimato da fotografia das multidões, ou do instantâneo do dirigente discursando para a população, para ter honra de retrato individual, ou em pequeno grupo, por vezes com a encenação do fabrico das bombas que tinham feito para a revolução republicana. A atitude da imprensa era entendida pelos próprios operários como favorável, o que explica a manifestação que os corticeiros fizeram a agradecer o apoio que lhes tinha sido prestado por *O Século*⁷, mesmo se esse apoio se devesse, seguramente ao motivo da greve: a luta contra uma lei que previa a exportação de cortiça em bruto.

2. GREVES E MOVIMENTOS NO PERÍODO REPUBLICANO

Os meses que se seguiram ao 5 de Outubro foram marcados por uma mudança de atitude em relação à movimentação operária. As greves foram aumentando em número, alcance e objetivos. Em muitas delas o âmbito da empresa era ultrapassado para virem a afetar fortemente a vida da cidade. Era frequente a acusação da utilização de métodos terroristas, como incendiar fábricas ou fazer descarrilar comboios.

Imagens deste tipo de acontecimentos passam a acompanhar as reportagens de greves, por vezes integradas na mesma notícia, criando a identificação entre movimento operário e destruição. Porém a destruição provocada por greves pode aparecer isolada, já que o fator surpresa, que as ações procuravam ter, fazia com que fossem fáceis de perder pelos repórteres. Já a fábrica incendiada, ou a locomotiva descarrilada permaneciam nessa situação o tempo suficiente para se fazer a fotografia.

À medida que as lutas se tornam mais intensas e violentas, o movimento operário e o regime republicano vão-se distanciando. Agora os campos estão claramente separados, sem possibilidade de confusão ou identificação. A visão dos movimentos operários que anteriormente

⁷ *Ilustração Portuguesa* 17/7/1911.

era positiva vai-se tornando cada vez mais negativa. A visão mais negativa e tradicional de «classes laboriosas, classes perigosas» é a patente na cobertura de greves e movimentos operários, visão que é reforçada pelo facto de uma boa parte das imagens serem imagens de destruição.

A mudança de atitudes face às movimentações laborais levou a uma alteração do tipo de imagens a elas ligadas. A benevolência em face da movimentação operária durou enquanto esta foi conveniente, mas o número de ações, o seu alcance e os seus objetivos, rapidamente a tornaram num incómodo e, mesmo, numa ameaça, o que forçosamente levou à alteração dessas atitudes. Neste sentido, é significativa a importância dada às greves de transportes que tinham efeitos visíveis na vida das cidades.

Também é visível, nesses primeiros tempos do regime republicano, a entrada nos processos reivindicativos de um número crescente de grupos. Não são só os operários fabris, mas também os trabalhadores dos transportes, os pescadores e as peixeiras e os trabalhadores rurais. Também o âmbito das reivindicações se ia alargando, o que tem sido interpretado em outros países, onde isso também se verificou, como um sinal da maior confiança das classes laboriosas em si próprias. O panorama que destes movimentos nos é dado pela fotografia de imprensa é, geralmente, limitado à cidade de Lisboa, sendo raras as imagens de outros locais. O facto de as fotografias se fazerem normalmente nas manifestações que acompanham as greves, torna-as bastante semelhantes entre si.

As imagens apareciam, habitualmente, com algum atraso, já que eram imagens feitas por algum amador na sua região e não o produto dos profissionais da fotografia de imprensa. Houve, por este tempo, várias movimentações de trabalhadores rurais, mas só se publicaram fotografias daqueles que dos arredores de Lisboa desceram à capital para se manifestar⁸. A cobertura fotográfica da agitação laboral passou a ser menos a da ação e mais a dos seus efeitos, em especial quando estes eram mais visíveis ou gravosos. É por isso que as greves nos transportes são aquelas que levaram à publicação de um maior número de fotografias na imprensa⁹.

⁸ *Ilustração Portuguesa* 19/6/1911, AFCML, A. 6892.

⁹ *Ilustração Portuguesa* 17/7/1911, IP, 12/6/1911.



Figura 3. Greve Geral 1912, *Ilustração Portuguesa*, 05-02-1912.

Muito significativas são as imagens de algumas greves, por vezes de novas camadas até aí não muito reivindicativas. Operárias desfilam

em Lisboa, mostrando o melhor sorriso para a câmara¹⁰, o que era oposto à seriedade das convenções fotográficas da época, e sugere que o movimento era sentido de uma forma libertadora.

As greves fabris parecem ter um ambiente festivo, levam-se as crianças, assumem-se poses mais descontraídas que o habitual e até a presença policial nem sempre parece hostil, mesmo quando há uma grande proximidade física¹¹. Já se referiram as fotografias em que lado a lado aparecem grevistas e guardas, não é a situação habitual, mas nestas imagens raramente a presença das autoridades parece uma ameaça. A fotografia surge como um momento social que, embora provocado pela greve, a parece ultrapassar, conciliando, por um instante, os oponentes.

Com a Grande Guerra há uma diminuição da cobertura dada a greves e movimentos operários, isto acompanha uma maior cobertura das atividades bélicas. Seguramente por razões económicas também a presença de fotografias na imprensa vai sendo mais reduzida. As multidões desta altura são as das fotografias de Benoliel com a passagem por Lisboa dos jovens recém incorporados na tropa.

As imagens de lutas operárias foram sendo mais escassas até quase desaparecerem¹², acompanhando os próprios movimentos. Só voltam a ter uma grande presença nos anos finais do conflito quando os acontecimentos revolucionários de 1917 vão trazer notícias e imagens da longínqua Rússia. São as imagens das agências internacionais, difundidas pelo mundo fora, que reforçam a visão fortemente negativa dos acontecimentos, em especial dos que se seguiram à Revolução de Outubro. Nestas imagens, mostram-se manifestações, massacres e até um retrato de Trotsky¹³.

Nos anos de 1917 e 1918, a agitação operária começa a estar mais presente por toda a Europa, inclusive em Portugal. Desde julho de 1917 começam a aparecer reportagens das greves e dos tumultos com elas relacionados¹⁴. Havia exemplos que, embora longínquos, não eram

¹⁰ AFCML A 8560.

¹¹ *Ilustração Portuguesa* 27/11/1911.

¹² Um dos últimos exemplos está em *Ilustração Portuguesa* 9/8/1915.

¹³ *Ilustração Portuguesa* 2/7/1917; 8/10/1917; 21/1/1918.

¹⁴ *Ilustração Portuguesa* 23/7/1917.

tranquilizantes, o que determina uma atitude da imprensa face à movimentação operária ainda mais negativa que a dos anos anteriores ao conflito.

A greve é cada vez menos representada pela fotografia da manifestação. Agora são as consequências negativas, incêndios, descarrilamentos e a repressão que ocupam quase todo o espaço de reportagem¹⁵. Claro que quando a agitação assume em si esse lado violento, também é digna de cobertura noticiosa¹⁶.

Surge a figura do terrorista/bombista que mata pessoas na sua ação e com os seus erros frequentes chega a ser a sua própria vítima. Pode então ter honras de retrato e identificação, por vezes o retrato é pós-mortuário, as vítimas podem partilhar do mesmo tratamento. Esta figura torna-se tão «popular» que a *Ilustração Portuguesa* faz uma reportagem intitulada «Lisboa Vermelha», com um resumo dos principais casos¹⁷. Aliás, a questão das bombas manteve-se, ainda nos primeiros tempos da ditadura, com uma apreensão noticiada em 1928¹⁸. Para a imprensa sindicalista, este era um problema difícil de encarar já que não podia apoiar os bombistas, mas via-se confrontada com o facto de muitas vezes eles pertencerem às suas organizações. Os artigos que apareciam eram ambíguos¹⁹, e acompanhados de retratos formais das bombistas vítimas da sua própria ação.

A imagem fotográfica documenta a repressão que marca estes anos, estamos longe do clima de aparente aceitação entre manifestantes e guardas. Se a presença destes era comum no início da década de 1910, no fim dessa década, e durante a seguinte, não só temos a presença como a atuação repressiva das forças da ordem a marcar a maioria das reportagens sobre greves e outras movimentações operárias.

Também eram frequentes as imagens de prisão e deportação de dirigentes operários²⁰ ou do assalto e destruição pela polícia de sedes de

¹⁵ *Ilustração Portuguesa* 10/9/1917; 2/12/1918; 30/6/1919; 4/8/1919.

¹⁶ *Ilustração Portuguesa* 29/1/1921.

¹⁷ *Ilustração Portuguesa* 1/3/1920.

¹⁸ ANTT, Arquivo de *O Século*, Álbum n.º 9, n.º 494 C; 495 C, 15/3/1928.

¹⁹ *A Batalha* 5/1/1922.

²⁰ *Ilustração Portuguesa* 9/9/1921; ANTT, Arquivo de *O Século* Álbum n.º 2; 759 A; 760 A; 17, 18/5/1926.

associações de classe, inclusive, por várias vezes, da própria CGT²¹. Estas imagens são importantes para a compreensão das alterações por que passou o movimento operário entre 1918 e o início da ditadura.

Porém, há um outro tipo de imagem a dar conta de novos acontecimentos. *A Batalha* começa a ser ilustrada com fotografias a partir de 1919. A partir do final da guerra, as organizações cresceram, coordenaram-se e ganharam uma expressão política mais autónoma, mas isso só está presente nas imagens da imprensa operária. A imprensa geral preferia mostrar fotografias da repressão sobre os movimentos, as organizações, os militantes. Para esta, as reuniões e congressos operários eram atividades de reduzido impacto no seu público, e como tal, pouco dignas de cobertura jornalística. A exceção era quando estavam relacionadas com grandes questões e conflitos tal como a «questão dos tabacos» de que *O Século* fez reportagens, não só de manifestações e repressão, como de assembleias de pessoal²².

²¹ *Ilustração Portuguesa* 6/9/1920.

²² ANTT, Arquivo de *O Século*, Álbum n.º 2, 663 A, 30/4/1926, 1/5/1926, 759 A, 760 A, 17, 18/5/1926 e Álbum n.º 1, 291 A, 22/2/1926, foto 110.



Figura 4. Greve Geral, *A Batalha*, suplemento s.d.

A imagem da agitação e da sua repressão tem a sua popularidade confirmada pela existência de postais com essa temática. Estas imagem talvez não se dirigissem ao grupo mais reivindicativo dos leitores do diário sindicalista, uma vez que não se encontram imagens deste tipo entre os postais e fotografias que se vendiam por seu intermédio. Talvez a sua popularidade viesse de um público mais vasto e com sentimentos mais contraditórios em relação à agitação social.

É com o crescimento da organização operária que é possível a melhoria da sua imprensa. Começam a aparecer fotografias, a princípio ocasionalmente, depois mais regularmente, em *A Batalha* e nas publicações centrais da CGT, mais raramente em outros órgãos sindicais. Há uma visão forçosamente diferente, os bons e os maus

tinham trocado de lugar. Curiosamente, isso podia ser feito com as mesmas fotografias. A famosa fotografia em que dezenas de pessoas seguem empoleiradas num elétrico com bandeiras apareceu na *Ilustração Portuguesa* por ocasião da tentativa de greve geral de 1912, antes ser publicada no almanaque de *A Batalha* de 1926²³. Até as imagens da repressão eram semelhantes às que se encontravam noutros órgãos de imprensa: casas com móveis destruídos e papéis pelo chão, apareciam nuns e noutros, representando a invasão policial de sedes sindicais²⁴.

A organização do movimento operário é que só aparecia nos jornais sindicalistas. Os principais congressos, aqueles em que era maior o número de presenças, ou se criavam novas organizações, eram alvo de cobertura fotográfica, representando uma parte considerável do reduzido número de fotografias da imprensa operária. Mas, a fraca qualidade das impressões não deixava que estas imagens fossem particularmente legíveis, tornando-se os congressistas numa massa quase indistinguível²⁵.

Porém, os movimentos grevistas não se contavam entre os principais motivos da cobertura fotográfica da imprensa operária, que parecia mais preocupada com a organização e a imagem que dela se poderia dar. Talvez houvesse aqui um reflexo de defesa, uma tentativa de difusão de uma imagem mais poderosa do que aquela que aparecia na imprensa geral. Havia, frequentemente, a tentativa de refutar as acusações de sabotagem que iam aparecendo, em especial em relação aos trabalhadores dos transportes²⁶. Também se tentava uma construção de memória das organizações com os seus momentos mais importantes (congressos), as visitas (militantes estrangeiros) e a própria família, em especial os que morriam (militantes portugueses). Estas fotografias podiam ser alvo de edições para venda, ou de exposição na sede de organizações, *A Batalha* chegou, mesmo, a anunciar a inauguração de uma fotografia ampliada de Neno Vasco²⁷, falecido havia pouco tempo.

²³ Reeditado pelas Edições Rolim, Lisboa, sd, com prefácio de Maria Filomena Mónica, pp 62-63.

²⁴ *A Batalha* 30/10/1925.

²⁵ *A Batalha* 27/9/1925, fotos 108;109.

²⁶ *A Batalha* 11/11/1921.

²⁷ *A Batalha* 18/3/1921, foto 117.

Uma reprodução da mesma imagem foi posta à venda uns meses depois ao preço de \$20.

Era notório o alargamento da atividade e da autonomia política do movimento operário e, conseqüentemente, da sua representação. Se nos anos anteriores à guerra, houve imagens de greves e manifestações, para os que lhe seguem há uma maior diversidade com fotografias de dirigentes, de grandes e pequenas reuniões, de atividades recreativas, sinal de que a atividade do movimento operário tomava um âmbito mais alargado, ao mesmo tempo que as suas organizações se tornavam mais presentes. O reforço da imprensa é um produto deste alargamento, mas também contribui para ele.

Para as classes dominantes o movimento operário organizado torna-se perigoso, e conseqüentemente, mais reprimido. Os acontecimentos revolucionários na Rússia a partir de 1917, e também os da Alemanha e da Itália, vêm chamar a atenção para os perigos, reais ou imaginários, da sua existência. A ligação dos movimentos nacionais aos internacionais era visível nos acontecimentos e não desmentida pelos movimentos operários que publicitavam o que se ia passando noutros países, como forma de reforçar a sua ação, ou de apelar à solidariedade. A componente internacional veio contribuir para a sensação de perigo que estes movimentos despertavam nas classes médias, para mais quando alguns dos seus membros se deslocaram até à Rússia bolchevique, sendo depois extraditados da Alemanha e julgados em Portugal. A atenção com que o caso foi acompanhado na imprensa, tendo-lhe sido dedicadas várias fotografias em *O Século*²⁸, é o sinal da importância que esse pequeno incidente teve nas classes médias de um país saído da guerra.

Surgem novas figuras: o bombista, o legionário vermelho, o bolchevique, cuja imagem fotográfica não podia estar à altura dos medos dado o seu carácter mais imaginário que real, e que substituem, no imaginário das classes médias, o criminoso comum. Estes podiam causar vítimas, ou ser as próprias vítimas das suas ações, dando nas duas situações bom material para a objetiva dos repórteres²⁹. O clima contrastava com o que rodeou o 5 de Outubro de 1910, em que os

²⁸ ANTT, Arquivo de *O Século*, Álbum n.º 31080Anº31080A a 1082A, 26/8/1926; 1104A, 9/9/1926; 1118A, 1119A, 22/9/1926, foto 125.

²⁹ *Ilustração Portuguesa* 20/8/1921.

bombistas da carbonária foram tratados como heróis em imagens encenadas publicadas nos meses seguintes³⁰. O medo levava à repressão e essa era fotografável, não só por meio da ação direta da polícia, como com os julgamentos ou nas deportações, num clima de tensão, que culminou mas não terminou, a 28 de maio de 1926.

Há uma alteração de visão sobre lutas operárias à medida que se vão tornando mais fortes e violentas, de aliados possíveis contra a monarquia transformam-se em classes perigosas. A fotografia reflete o divórcio Movimento Operário/Republica.

As principais lutas (e mais espetaculares) são objeto de fotografia, numa altura em que operários e fábricas são menos valorizados pela fotografia em comparação com as cenas bucólicas. Porém, o país das lutas operárias é sobretudo Lisboa, sendo raras as imagens de fora da capital. Isto deve-se, por um lado, à concentração operária e das suas lutas na capital e, por outro, por ser aí que se encontrava imprensa.

³⁰ *Ilustração Portuguesa* 9/1/1911.

CAPÍTULO 5

CONTRIBUTO NATIVISTA PARA A EMANCIPAÇÃO NACIONAL DE CABO VERDE ENTRE FINAIS DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX: ALCANCE E LIMITES

José Marques Guimarães¹

¹ Doutor em História Contemporânea, Universidade Aberta; Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Universidade do Porto - jom.guim@hotmail.com

Resumo

Difundido a partir do Brasil, o nativismo desempenhou um papel fundamental na luta de resistência dos cabo-verdianos contra a opressão colonial portuguesa desde o início do século XIX. Esgotada a sua fase separatista pró-brasileira, ganharia novo alento na viragem do século XIX para o século XX, ganhando cada vez mais adeptos entre os intelectuais republicanos, cuja luta pelos direitos dos autóctones daria novo fôlego. Alargando a sua influência no clima de liberdade que acompanhou a implantação e os primeiros tempos da República, os seus adeptos rapidamente conheceram o sabor amargo da desilusão, perante o endurecimento repressivo da política colonial republicana à medida que o regime se aproximava do fim, tendência que se acentuaria irreversivelmente após implantação da ditadura saída do golpe de estado de 28 de maio de 1926. Conscientes da irreversibilidade da evolução, devido ao isolamento do seu combate por todos aqueles que tinham o dever político de o apoiar, os intelectuais nativistas passariam a refrear a sua intervenção, circunscrevendo-a progressivamente à defesa da identidade cabo-verdiana, sobretudo da sua língua, o crioulo, legado que passariam às gerações que lhes sucederam.

Palavras-chave

Cabo Verde, nativismo, autodeterminação, independência.

1. INTRODUÇÃO: A DIFUSÃO DO NATIVISMO EM CABO VERDE

Difundido em Cabo Verde através do impacto da luta pela independência do Brasil no arquipélago desde o início do século XIX², o que possibilitaria a inclusão, ainda que efêmera, do inconfidente mineiro deportado, José Resende Costa, nas linhas de candidatos da

² José Marques Guimarães, “*A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola - Séculos XIX e XX*” (Dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa, 2002), 57-65.

colónia às eleições para o Congresso Constituinte resultante da Revolução Liberal de 1820³, o nativismo começaria por traduzir-se na emergência e no desenvolvimento de movimentos separatistas defensores da rotura com Portugal e da união das ilhas ao Brasil, no sentido de constituição de uma União Brásílica com o novo império sul-americano⁴.

A atração pelo Brasil, em detrimento de Portugal, para além da resistência à opressão colonial, decorria dos múltiplos laços que ligavam as elites autóctones da(s) colónia(s) ao comércio, sobretudo ao tráfico de escravos africanos para o continente americano, negócio que durante séculos prosperaria com a satisfação das necessidades de mão de obra dos engenhos de açúcar e de outras áreas de exploração de recursos da colónia sul-americana, que até às primeiras décadas do século XIX dominaria o comércio transatlântico português⁵.

Por sua vez, o extraordinário sucesso da exploração das riquezas naturais do Brasil vincularia, de forma cada vez mais exclusiva, os seus beneficiários locais ao seu território, levando-os a identificar-se com ele e a esquecer progressivamente as suas raízes portuguesas⁶, ao longo de um processo plurissecular de oposição crescente dos seus interesses brasileiros aos interesses portugueses metropolitanos⁷. Neste contexto, para além da resistência dos ameríndios e dos escravos negros foragidos à conquista e à opressão portuguesa, através de diversas rebeliões, como a da Confederação dos Tamóios no século XVI e a do Quilombo de Palmares no século XVII⁸, o sentimento nativista brasileiro antiportuguês manifestar-se-ia de forma crescente desde as guerras

³ Guimarães, 2002, 64.

⁴ Guimarães, 2002, 57-76.

⁵ Guimarães, 2002, 54-56. J. H. Rodrigues, *Brasil e África: outro horizonte* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. S. A., 1.º Volume [Relações e contribuições mútuas]), 144-145.

⁶ T. A. Araripe Junior, *Gregório de Mattos* (Rio de Janeiro: L. P. Barcellos & Cª Livrários, 1894). José Marques Guimarães, “A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola - Séculos XIX e XX” (Dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa, 2002), 41-42. J. H. Rodrigues, *História e historiadores do Brasil* (São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1965), 50.

⁷ Guimarães, 2002, 41-43.

⁸ Guimarães, 2002, 6-7. José Marques Guimarães, “Herança e memória do Colonialismo, População e Sociedade”, *CEPESE*, Porto: vol.25, (2016): 151.

contra os holandeses (1645-1654) e continuaria a fazer-se sentir mesmo depois da rotura definitiva com Portugal em 1822, sobretudo com o advento da consciência nacional brasileira decorrente da sua maturação política, a partir de finais do século XVIII, como o demonstrariam as diversas conspirações e insurreições contra o poder colonial que então tiveram lugar: A Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817, que cinco anos antes da sua concretização anunciaria a conquista da independência⁹. Sentimento de aversão aos estrangeiros, dirigido pelos brasileiros sobretudo contra os portugueses, cuja perenidade acabaria por refletir-se nas definições de nativismo constantes da maioria dos dicionários de língua portuguesa¹⁰.

Apesar do impacto que a rotura definitiva do Brasil com Portugal teve na mobilização das aspirações nativistas das elites cabo-verdianas, despoletando diversos movimentos separatistas¹¹, a união do arquipélago ao novo estado sul-americano não pôde concretizar-se, não só em virtude da fragilidade social e política dos seus protagonistas espartilhados e isolados em ilhas de fracos recursos próprios, que estes não estavam em condições de suprir apoiando-se nas sublevações de escravos ou rendeiros então ocorridas que inevitavelmente ameaçariam o seu estatuto social hegemónico, mas sobretudo devido à expulsão do Brasil de África em consequência da ação política e diplomática de Portugal sob tutela e orientação britânica. Na verdade, ambas as potências europeias tinham consciência de que a defesa dos seus interesses através da concretização das suas ambições coloniais era incompatível com a manutenção da forte influência brasileira na costa africana associada à sua posição comercial transatlântica hegemónica,

⁹ Guimarães, 2002, 01-45.

¹⁰ A. B. Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986), 1182. C. Figueiredo, *Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1949), 459. José Marques Guimarães, "A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola - Séculos XIX e XX" (Dissertação de Mestrado em História de África apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa, 2002), 1-2. J. P. Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, Amigos do Livro, 1981), 530-531. A. Moreno, *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa*, (Porto: Editora Educação Nacional, 1954), 916. A. M. Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (Lisboa: Editorial Confluência, 1954), 187-188.

¹¹ Guimarães, 2002, 64-76.

pelo que, no tratado de reconhecimento da independência do novo império sul-americano, de 1825, portugueses e britânicos impuseram a consagração da proibição do estado brasileiro aceitar a união a si de qualquer colônia portuguesa, ao mesmo tempo que Portugal determinaria o encerramento da rede de consulados brasileiros nos territórios coloniais sob o seu domínio, que só reabririam em finais do século XIX, depois de terem sido fixadas as esferas de influência das diversas potências coloniais em África, após a Conferência de Berlim de 1884-1885¹². O que, juntamente com a implacável vigilância da Marinha britânica às rotas do Atlântico sob o pretexto do combate ao tráfico de escravos, faria ruir a longa teia de sustentação dos interesses do Brasil em África após a sua independência¹³ e, por conseguinte, privaria Cabo Verde e as restantes possessões africanas de Portugal dos suportes políticos, militares e económicos indispensáveis ao êxito de qualquer movimento separatista/independentista antiportuguês.

Nestas circunstâncias, só na última década do século XIX, depois de goradas diversas tentativas separatistas pró-brasileiras ocorridas durante a sua primeira metade, é que o nativismo cabo-verdiano adquiriria fôlego e maturidade suficientes para desenvolver uma resistência séria ao reforço da dominação colonial portuguesa que então se fazia sentir, quando Portugal se veria compelido a assegurar o domínio real dos territórios africanos cuja posse reivindicava em função das suas necessidades de expansão, ambição fortemente refreada pela imposição do princípio da ocupação territorial efetiva, que viria a ser adotado sob proposta das grandes potências imperialistas europeias pela já referida Conferência de Berlim¹⁴.

Tanto mais que a rebelião dos povos de Cuba e das Filipinas contra o domínio colonial espanhol (que depressa resvalaria para uma guerra entre a Espanha e os Estados Unidos em disputa daqueles territórios), a par da guerra de resistência bóer contra a conquista da África do Sul pela Grã-Bretanha, na viragem do século XIX para o século XX, e, por

¹² Rodrigues, 1964, 207-208.

¹³ Guimarães, 2002, 40. Rodrigues, 1964, 143-181.

¹⁴ José Marques Guimarães, *"Intelectuais africanos no espaço político português: Desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – O caso de Cabo Verde"* (Lisboa: Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade Aberta, 2012), 355.

último, o extraordinário impacto da vitória inédita de uma potência asiática (Japão) sobre uma potência europeia (Império Russo), na guerra russo-japonesa de 1904-1905 – cuja exaltação poética valeria ao jornalista nativista José Lopes uma condecoração atribuída pelo imperador Hirohito e o agradecimento oficial do embaixador japonês no Brasil¹⁵ – incentivariam fortemente o combate nativista de resistência dos cabo-verdianos à recrudescência da opressão colonial portuguesa, despoletando sentimentos autonomistas e independentistas no arquipélago, bem patentes na tentativa da criação do jornal, *O Autonomista*, por iniciativa do jornalista nativista Luís Loff de Vasconcelos, apesar dos condicionalismos económicos e geográficos que condicionavam a sua viabilização¹⁶.

Porém, apesar da sua progressiva radicalização, a resistência dos naturais do arquipélago à opressão colonial não anularia a teia de ligações que unia os intelectuais nativistas cabo-verdianos aos valores portugueses em que tinham sido educados, fazendo transparecer o peso excessivo do Seminário-liceu de São Nicolau na sua formação, num contexto marcado pela ausência de uma rede escolar, apesar de prevista desde a reforma de José Falcão de 1845¹⁷. Legado que o isolamento dos intelectuais nativistas por parte das forças políticas intervenientes no espaço português que se apresentavam como protagonistas da luta contra a opressão e a exploração (pan-africanismo e correntes do movimento operário) não permitiria superar – nem no arquipélago nem em qualquer outra colónia portuguesa – o que acabaria por cercear o alcance do combate nativista pela emancipação de Cabo Verde.

Ao longo deste artigo procuraremos identificar e avaliar o papel dos obstáculos políticos que impediram a resistência nativista à dominação portuguesa de gerar um movimento anticolonial capaz de conduzir, com sucesso, a luta dos cabo-verdianos pela autodeterminação e a independência do arquipélago, entre finais do século XIX e meados do século XX, para o que nos estribaremos na análise da imprensa que

¹⁵ Guimarães, 2012, 350-353. J. Lopes, *Jardim das Hespérides* (Lisboa: Livraria Rodrigues, 1928), 103-104.

¹⁶ Guimarães, 2012, 355-357. E. Tavares, “Notícias”/“”/“Autonomia”, *A Alvorada*, New Bedford, (1900): 4.

¹⁷ José Marques Guimarães, *A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África. Da I República ao Estado Novo (1910 – 1974)* (Porto: Profedições, 2006), 20-21. Guimarães, 2012, 346-347, 360-361.

veiculou a sua intervenção em articulação com a sua contextualização histórica.

2. O NATIVISMO A PARTIR DE FINAIS DO SÉCULO XIX: A LUTA PELA AUTONOMIA E A INDEPENDÊNCIA E O CONTRAPESO DOS VALORES PORTUGUESES

Em 1914, na sua evocação da data simbólica do 1.º de Maio, Pedro Monteiro Cardoso, sob o pseudónimo de Afro – que desde a juventude adotaria, afirmando a sua identificação com África e os seus habitantes maioritariamente negros contra as preocupações de branqueamento (associadas à ascensão socioeconómica) de grande parte dos seus conterrâneos da ilha do Fogo¹⁸, – escreveria no jornal nativista republicano, *A Voz de Cabo Verde*, que o dia 1.º de Maio era duplamente memorável para quem aquelas linhas redigia, uma vez que, na sua qualidade de socialista unia o seu protesto contra a iníqua exploração do homem pelo homem ao dos seus companheiros de todo o mundo, na convicção inabalável de que haveria de nascer aquele dia em que os que tinham fome e sede de justiça seriam saciados; em que todos os frutos da terra e do trabalho seriam irmã e pacificamente repartidos, ao mesmo tempo que não hesitaria em afirmar que, enquanto «português-cabo-verdiano, ou vice-versa, acorro a tomar parte nos festejos comemorativos do facto notável – o descobrimento do arquipélago»¹⁹. Ambiguidade política e identitária que a evocação, pelo autor, de duas efemérides contraditórias na mesma data, contribuiria para evidenciar.

Com efeito, apesar da invocação das suas convicções socialistas – sobejamente demonstradas desde que recordara ao grande proprietário fundiário João de Deus Tavares Homem, nas páginas da *Voz de Cabo Verde*, que o oferecimento de terras aos pobres como ele não passava de uma justa restituição, à qual todos os proprietários seriam obrigados num futuro próximo²⁰ – que o levavam a comemorar o dia internacional do trabalhador, Pedro Monteiro Cardoso não deixaria de se assumir

¹⁸ A. Margarido, “A perspectiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso” in *Folclore Caboverdiano* ed. P. M. Cardoso (Paris: Solidariedade Caboverdiana, 1983), XXII-XXIII. Guimarães, 2012, 453.

¹⁹ Afro, “1.º de Maio”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, (1914): 2-3.

²⁰ Afro, “Réplica ao Exmo. Sr. João de Deus Tavares Homem”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, (1911): 1. Guimarães, 2012, 459-460.

como português-cabo-verdiano, celebrando, na mesma data, a chegada dos primeiros navegadores portugueses a Cabo Verde, acontecimento que abriria as portas à dominação colonial de Portugal sobre o arquipélago. De resto, esta ambiguidade já viera a transparecer na dedicatória do poema *Unidos avante* à Associação Operária 1.º de Dezembro, cujo nome evoca uma data essencialmente portuguesa em que se comemora a restauração da independência de Portugal, depois de sessenta anos de domínio espanhol, ao mesmo tempo que nele exaltaria poeticamente Marx para reafirmar a sua adesão ao socialismo como objetivo da luta unida e exclusiva dos trabalhadores para pôr termo à exploração de que eram vítimas²¹. Socialista militante, seria fortemente influenciado pelo pan-africanismo, como faria transparecer desde os 16 anos num soneto dedicado ao Egito, estribando-se na evocação do seu glorioso passado para o exortar a sacudir o jugo anglo-otomano e a proclamar soberanamente a sua independência perante as nações²². Deste modo, Pedro Monteiro Cardoso manifestaria a sua oposição a qualquer tipo de dominação colonial, com o que introduziria este tema na poesia de língua portuguesa de forma pioneira, ao mesmo tempo que, nos Estados Unidos, os afro-americanos descobririam e reivindicariam a carga mítica de África, enquanto reelaboravam a história dos grupos africanos exilados na América em relação com o continente africano, recuperação que seria protagonizada pelo pan-africanismo²³. Entretanto, em Cabo Verde, o nativismo seria objeto de ataques ferozes por parte dos defensores da opressão colonial, que o acusariam de nativismo rubro, ou seja, racismo antibranco, o que Alfredo Margarido contesta, caracterizando-o como forma acabada do racismo antirracista que Sartre teorizaria no célebre prefácio («Orfeu negro») que, em 1948, escreveria para a edição da *Antologia da Nova Poesia Africana e Malgache* organizada por Léopold Senghor. Ou seja, o que estava efetivamente em

²¹ Afro, “Unidos, avante”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, (1914): 4. Guimarães, 2012, 438-440, 460-461.

²² Afro, “Ao Egito”, *Correio de África*, Lisboa, 41,3 (1922): 3. Margarido, 1983, XXXII-XXXIV.

²³ J. Baldwin, “Notas autobiográficas” in *Asociedade Americana org.* Kenneth S. Lynn (Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965), 250-251. W. Du Bois, *As almas da gente negra* (Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999), 49-313. Guimarães, 2012, 233-234, 454-455. Margarido, 1983, XXXIII-XXXV.

causa não era um racismo antibranco, mas sim a denúncia do racismo dos brancos²⁴.

O que, pelo seu lado, Pedro Monteiro Cardoso não hesitaria em fazer, utilizando a rubrica, «A Manduco», na *Voz de Cabo Verde*, para denunciar a opressão colonial e racial exercida pelos colonizadores e seus agentes no arquipélago e exortar os cabo-verdianos a combater pela sua libertação. Intervenção que levaria o jornal pró-governamental, *O Progresso*, a desencadear contra ele uma campanha feroz, acusando-o de identificar o nativismo com o «sacudir da albarda portuguesa», numa crónica que, sob o título, «Portugal e a Alemanha», publicada na edição de 5 de agosto de 1912, de a *Voz de Cabo Verde*.

Na realidade, interpelado acerca das vantagens que para Cabo Verde supostamente resultariam se deixasse de estar sujeito à dominação portuguesa e passasse a depender colonialmente da Alemanha, ou seja, de uma metrópole poderosa e mais desenvolvida, Pedro Monteiro Cardoso não hesitaria em responder nessa crónica que, em tais circunstâncias, optaria pela «albarda» portuguesa, «que é leve e macia, e com dois respingos, se pode atirar fora»²⁵.

Postura com que não hesitaria em reafirmar a sua rejeição de qualquer forma de opressão colonial, que manteria ao longo da vida, mesmo na vigência da ditadura instaurada em 1926, aproveitando todas as oportunidades para denunciar as suas arbitrariedades e defender a identidade e os direitos dos cabo-verdianos, em particular a sua língua, o crioulo²⁶.

Por outro lado, fazendo igualmente transparecer a sua dupla vinculação aos valores portugueses e cabo-verdianos, Eugénio Tavares, poeta e jornalista nativista como Pedro Monteiro Cardoso, não hesitaria em defender a sua terra contra as ameaças de alienação que sobre ela pendiam, o que o levaria a escrever em 1900, no jornal *A Alvorada*, que publicaria em New Bedford durante o seu exílio nos Estados Unidos, que «a África portuguesa não quer que Portugal a dê de presente aos

²⁴ J. P. Sartre, “Orfeu negro” in *Situações III* ed. J. P. Sartre (Publicações Europa-América, 1971), 208-209. Guimarães, 2012, 454-455.

²⁵ Afro, “A manduco... Portugal e Alemanha”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, 51, (1912), 2-3.

²⁶ P. M. Cardoso, “Pelos direitos do crioulo”, *O Eco de Cabo Verde*, Praia, 11, 2 (1933), 2. P. M. Cardoso, *Folclore Caboverdiano* (Paris: Solidariedade Caboverdiana, 1983). Guimarães, 2012, 465-489.

estrangeiros. Portugueses – irmãos, sim; portugueses – escravos, nunca. Havemos de ter o nosso Monroe: A África para os Africanos!»²⁷.

Insurgindo-se contra a anunciada venda das colónias, defendida desde o século XIX em diversos meios políticos e económicos metropolitanos, a ponto de se refletir no romance de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*²⁸, Eugénio Tavares não deixaria de invocar o carácter português das possessões africanas, assim como dos seus habitantes e, em particular, dos cabo-verdianos, desde que equiparados aos restantes cidadãos de Portugal, rejeitando a sua redução à condição de escravos que os colonizadores pudessem livremente alienar como se de mercadorias se tratassem, contra o que reivindicaria a reapropriação da África pelos africanos. Ou seja, a rotura com Portugal deveria ter lugar se a metrópole optasse pela concretização da venda de Cabo Verde, expressão última do processo de reificação dos naturais do arquipélago decorrente do domínio colonial português.

Por sua vez, também se ergueria contra a venda das colónias outro grande jornalista nativista, Luís Loff de Vasconcelos, fundador da *Revista de Cabo Verde* em 1899, primeiro periódico nativista cabo-verdiano de relevo²⁹, que, sentindo-se profundamente ferido no seu duplo patriotismo de português e de africano com tal projeto, defenderia o abandono do arquipélago por Portugal se prevalecesse o entendimento de que este representava uma sobrecarga para o tesouro da metrópole³⁰.

No entanto, a sua indelével vinculação aos valores portugueses não impediria Pedro Monteiro Cardoso, Eugénio Tavares e Luís Loff de Vasconcelos de defenderem os direitos dos cabo-verdianos e a sua identidade cultural própria, sempre que eram ameaçados pela política de dominação colonial.

Comprovam-no o seu combate pela defesa das condições de desenvolvimento socioeconómico do arquipélago e do seu povo, como a reabilitação do Porto Grande de S. Vicente e a indissociável

²⁷ E. Tavares, “Notícias”/“Autonomia”, *A Alvorada*, New Bedford, (1900): 1-2.

²⁸ Guimarães, 2012, 373. E. Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires* (Lisboa/S. Paulo: Editorial Verbo, 1983), 307.

²⁹ Guimarães, 2012, 359-367.

³⁰ L. L. Vasconcelos, *A Perdição da Pátria* (Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1900), 134.

autonomização administrativa do grupo de ilhas em que este se inseria, advogando a mudança da capital da colónia da Praia para o Mindelo, em função da sua proeminência estratégica no cruzamento das rotas intercontinentais atlânticas³¹, ou a implementação de uma rede escolar que integrasse um liceu, requisito fundamental da viabilização da instrução e educação da população das ilhas³², a par da defesa da sua própria língua (crioulo), enquanto idioma distinto do português e suporte incontornável da sua identidade³³.

O que não pode ser dissociado da sua luta pela dignificação das condições materiais de existência dos cabo-verdianos, sistematicamente flagelados pelas graves crises de seca e de fome que periodicamente assolavam Cabo Verde, fazendo-os perecer aos milhares, a maioria das vezes sem qualquer socorro por parte do poder colonial³⁴. A denúncia deste abandono, assim como da sua utilização cínica pelas autoridades portuguesas como meio de angariação de contratados famintos para as roças de cacau e café de São Tomé e Príncipe, com condições de trabalho praticamente idênticas às da escravatura – a par da defesa do direito da população cabo-verdiana emigrar para os destinos que melhores condições de vida ofereciam a quem os demandava, como aconteceria com os Estados Unidos desde finais do século XIX³⁵ – constituiria uma das mais importantes frentes de combate anticolonial daqueles e de outros intelectuais nativistas.

Combate, no decurso do qual se ergueriam contra as diversas tentativas de instauração do regime do indigenato no arquipélago,

³¹ Guimarães, 2012, 370-371.

³² L. L. Vasconcelos, “A criação de um liceu em Cabo Verde”, *Revista de Cabo Verde*, São Vicente, 1 (1989), 11-12.

³³ E. Tavares, “Língua de pretos”, *O Manduco*, S. Filipe, 11 (1924): 1.

³⁴ L. L. Vasconcelos, L. L., *O Extermínio de Cabo Verde. Pavorosas revelações* (Lisboa: Livraria Editora Guimarães, Libânio & C.^a, 1903). S. Barcelos, *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904* (Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1904).

³⁵ José Marques Guimarães, “A importância da emigração na formação do pensamento nativista – nacionalista cabo-verdiano: o caso americano entre finais do século XIX e a segunda década do século XX”, *Artilheira*, Mindelo: 93/94 (2008), VIII – XVII. Guimarães, 2012, 434-431. E. Tavares, “Pela imprensa do país”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, 25 (1912): 1. E. Tavares, “Noli me tangere (Carta a D. Alexandre de Almeida sobre a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América)”, in *Eugénio Tavares: Viagens, Tormentas, Cartas e Postais*, ed. F. Monteiro (S/l: Instituto de Promoção Cultural, 1999), 227-233.

durante a I República e na vigência do Estado Novo³⁶. O que se justificava, uma vez que, entre 1926 e 1961, a aplicação deste regime excluiria legalmente a esmagadora maioria das populações africanas de Angola e Moçambique (e da Guiné a partir de 1929) da cidadania portuguesa, privando-as dos seus direitos fundamentais, inclusive da propriedade sobre as suas terras, reduzindo-as à condição marginal de *indígenas*, em nome da sua alegada inferioridade racial em face do colonizador europeu³⁷.

No combate contra a ameaça da sua extensão a Cabo Verde destacar-se-ia Eugénio Tavares, que não hesitaria em defender, uma vez mais, a rotura dos cabo-verdianos com Portugal, através do abandono do arquipélago, se o projeto de Carta Orgânica persistisse em implementar o indigenato (o que nunca aconteceria, apesar da aprovação da legislação e das condições de trabalho degradantes suportadas por todos os contratados nas roças de S. Tomé Príncipe independentemente da sua colónia de origem), escrevendo na edição da *Voz de Cabo Verde*, de 15 de março de 1915, que no dia em que os cabo-verdianos viessem a ser considerados *indígenas*, «nesse dia os caboverdianos com dignidade abandonariam de vez as suas ilhas, indo fixar-se em qualquer país onde nada lhes lembrasse a desgraça e a vergonha de terem sido párias na sua própria terra»³⁸.

Por sua vez, a esperança e as ilusões depositadas na República revolucionariamente implantada a 5 de outubro de 1910 – apesar da capitalização efetiva das condições de relativa liberdade dos primeiros tempos do novo regime em prol do desenvolvimento do combate dos nativistas, indissociável dos esforços efémeros de implantação das bases de uma administração republicana por parte do governador Marinha de Campos, prontamente demitido e preso sob a acusação de nativismo³⁹ – não poderiam deixar de contribuir para reforçar o peso dos valores portugueses, antes da desilusão amarga e do desânimo provocados pelo

³⁶ Guimarães, 2002, 82-121. Guimarães, 2012, 447-448. E. Tavares, “O projecto da Carta Orgânica da Província de Cabo Verde”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, 187 (1915): 1. L. L. Vasconcelos, “Entendamo-nos”, *Revista de Cabo Verde*, Praia, 331-332 (1918): 2.

³⁷ Guimarães, 2012, 29-31.

³⁸ E. Tavares, “O projecto da Carta Orgânica da Província de Cabo Verde”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, 187 (1915): 1. Guimarães, 2012, 448.

³⁹ Guimarães, 2012, 409-421.

agravamento cada vez mais acentuado da opressão colonial levada a cabo pelo regime republicano. Agravamento que o envolvimento de Portugal na Grande Guerra e, sobretudo, o advento da repressão sidonista não poderiam deixar de evidenciar (nomeadamente através da suspensão da *Voz de Cabo Verde* entre agosto de 1918 e março de 1919, cuja republicação de pouco precedeu o encerramento definitivo do jornal⁴⁰, antecipando o seu endurecimento irreversível resultante da implantação da ditadura após o golpe de estado de 28 de maio de 1926⁴¹.

Transformação que Luís Loff de Vasconcelos pressentiria, desiludido com a evolução política de Cabo Verde, à medida que a República reforçava o seu curso opressivo, conduzindo o arquipélago a uma situação para a qual não via saída. Na verdade, este clima levá-lo-ia a aproveitar as últimas edições da *Voz de Cabo Verde* para nelas publicar uma série de artigos em que se esforçaria por delimitar o alcance e a importância real do nativismo, reduzindo-o a um mero exclusivismo regionalista, ao mesmo tempo que defenderia a colaboração política e administrativa dos cabo-verdianos com os europeus estabelecidos e identificados com Cabo Verde, que, do seu ponto de vista, deixara há muito de ser uma colónia, constituindo parte integrante de Portugal, como acontecia com os Açores e a Madeira⁴². Deste modo, Luís Loff de Vasconcelos recusaria identificar o nativismo com o ódio de raça dirigido contra os portugueses metropolitanos, defendendo que tinham sido estes que lhes tinham dado a nação e a ciência que os cabo-verdianos transmitiam aos seus filhos, assim como aos filhos dos seus educadores⁴³. Procurando justificar a sua postura, recordaria a origem brasileira do nativismo, identificando-o como uma forma política dos autóctones da antiga colónia sul-americana de Portugal reivindicarem os seus direitos contra estranhos, concluindo que tinha sido atribuído um sentido moral e político falso ao nativismo cabo-verdiano ao caracterizá-lo como ódio de raça e como manifestação de rebeldia⁴⁴. De onde podemos concluir que Luís Loff de Vasconcelos optara por sair do campo perigoso do nativismo antiportuguês,

⁴⁰ M. Ferro, “A Fantástica 'Sedição'. Os despachos de pronúncia”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia: 367 (1919): 1. Guimarães, 2012, 495-501.

⁴¹ Guimarães, 2012, 495-525.

⁴² Guimarães, 2012, 384. Vasconcelos, 1918, 1.

⁴³ Guimarães, 2012, 384-385. Vasconcelos, 1918, 1.

⁴⁴ Guimarães, 2012, 384-385. Vasconcelos, 1918, 1.

antibranco e anticolonial, incentivando os cabo-verdianos a desistir de retaliações estéreis e a trabalhar para se valorizarem como portugueses úteis e instrumentos proveitosos do progresso nacional e regional. Deste modo, Loff de Vasconcelos acabaria por limitar o horizonte das aspirações dos seus conterrâneos à autonomia, enquanto «solução» descentralizadora para os problemas de administração do arquipélago, há muito reivindicada pelos nativistas mais «moderados», como José Lopes, cujo regozijo eufórico com a aprovação da autonomia administrativa das colónias pela Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, revelava uma ingenuidade política que o impedia (e aos que partilhavam o seu ponto de vista) de se aperceber dos limites da descentralização político-administrativa que a metrópole colonizadora estava em condições de tolerar⁴⁵. Ingenuidade que contrastava com o recuo prudente de Luís Loff de Vasconcelos relativamente à sua antiga postura nativista radical, revelando um duplo sentimento de desmoralização e de lucidez que, no fundo, constituía um sinal inequívoco da clara decadência do nativismo e do descrédito do regime republicano, à medida que este intensificava a exploração e a opressão colonial, ao ponto de tentar instaurar o indigenato em Cabo Verde, como pudemos constatar⁴⁶.

3. OBSTÁCULOS POLÍTICOS À GERAÇÃO DE UM MOVIMENTO INDEPENDENTISTA PELO NATIVISMO

Mas o abandono da sua orientação nativista radical decorria também da consciência aguda que Luís Loff de Vasconcelos tinha do isolamento político dos que pensavam poder contrariar esta tendência, recorrendo à mobilização solidária internacional dos socialistas, como assinalaria em fevereiro de 1918, na *Voz de Cabo Verde*, ao afirmar que o encarnçamento da guerra mundial em curso devia-se à intensidade da luta pela expansão económica e política dos seus protagonistas, concluindo que «a confraternização dos povos pelo socialismo internacional, não era mais do que uma doce e grande ilusão»⁴⁷.

⁴⁵ Guimarães, 2012, 385. J. Lopes, “A autonomia”, *A Voz de Cabo Verde*, Praia, 162 (1914): 2-3. Margarido, 1983, LI.

⁴⁶ Guimarães, 2012, 385.

⁴⁷ Guimarães, 2012, 385-386. Vasconcelos, 1918, 1.

Na verdade, perante a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a maioria dos partidos socialistas filiados na II Internacional abandonaria a política internacionalista de mobilização solidária dos trabalhadores das diversas nações contra o capitalismo e a guerra, em benefício da sua subordinação à defesa nacional, aprovando os orçamentos militares dos estados-maiores dos seus países de origem, orientação chauvinista pró-imperialista que, durante muito tempo, inviabilizaria qualquer hipótese de intervenção socialista internacional coordenada⁴⁸. Obstáculo que nem a fundação da Internacional Comunista, em 1919, na sequência da vitória da revolução russa de 1917, estaria em condições de superar, dada a imaturidade e a débil influência da esmagadora maioria das suas secções nacionais (partidos comunistas) no movimento operário dos respetivos países durante os seus primeiros anos de vida, curto período que precederia a subordinação crescente desta organização mundial à defesa exclusiva dos interesses políticos e diplomáticos da oligarquia da União Soviética, após a subida de Estaline ao poder, em 1922-1923, o que acabaria por incapacitá-la definitivamente para levar a cabo qualquer tipo de ação revolucionária e anticolonial⁴⁹.

Por outro lado, apesar da importância do seu contributo para a luta de libertação dos africanos e dos afrodescendentes de todo o mundo, a intervenção do pan-africanismo só viria a ter um impacto importante na opinião pública a partir do seu V Congresso, realizado em Manchester em 1945, para cujo êxito pôde tirar largamente partido da mobilização para o congresso da Federação Sindical Mundial, reunido em Londres poucas semanas antes. Deste modo, o congresso pan-africano de Manchester viria a revestir-se de um carácter não elitista e muito mais representativo do que os anteriores, realizados entre 1919 e 1927⁵⁰. Tanto mais que os seus trabalhos viriam a desenrolar-se no momento em que a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim e as principais potências coloniais, por ela esgotadas e exangues, confrontavam-se com uma vaga revolucionária libertadora imparável em muitos dos seus domínios, de

⁴⁸ V. Lénine, “*La faillite de la IIe Internationale*” in Lénine (Ed), Œuvres T. 21 (pp. 207-266). Paris, Moscou: Éditions Sociales, Éditions du Progrès, 1973), 207-266.

⁴⁹ Guimarães, 2012, 107-213.

⁵⁰ Guimarães, 2012, 258-318.

que a breve trecho resultaria a independência da maioria das colónias asiáticas. Mas, apesar destas condições excecionalmente favoráveis para o sucesso da luta anticolonial, a sujeição do pan-africanismo à ordem do pós-guerra (incluindo a preservação dos impérios coloniais), consagrada nos princípios fundadores e na atuação da Organização das Nações Unidas, limitaria, à partida, o alcance e a eficácia da sua intervenção⁵¹.

Inevitavelmente, as consequências destas barreiras políticas também se fariam sentir em Cabo Verde, inserido como se encontrava no espaço político colonial português, que, por sua vez, não estava isolado do mundo por uma qualquer muralha da China.

Com efeito, a despeito das convicções socialistas de diversos intelectuais nativistas, como Pedro Monteiro Cardoso e, de forma aparentemente menos radical, Eugénio Tavares, do Partido Socialista Português, filiado na II Internacional antes referida, era adepto confesso da modernização da política colonial e da preservação dos territórios sob dominação portuguesa e, por conseguinte, hostil a qualquer proposta política que a questionasse, opondo-se à independência das colónias. De facto, a direção do Partido Socialista Português – em que Pedro Monteiro Cardoso militava – apoiaria expressamente a intervenção de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918 do lado da Entente e a defesa do império colonial português, fazendo-se representar na II Conferência Socialista Interaliada de Londres, em agosto de 1917, apesar do impacto da propaganda contra a guerra desenvolvida por uma tendência socialista que animava o jornal, *A Voz do Povo*, no Porto, ação que chegaria a ser louvada pelos anarquistas antimilitaristas e antibelicistas⁵².

Por sua vez, se o movimento anarquista e anarcossindicalista adotou, durante algum tempo, posições claramente anticolonialistas, defendendo a independência incondicional das colónias sob domínio português e a organização sindical autónoma dos seus trabalhadores, viria a abandonar esta postura a partir de 1925, quando a direção da confederação sindical anarcossindicalista portuguesa passou a defender a organização preferencial dos trabalhadores europeus das colónias, admitindo, embora, que nela pudessem ingressar trabalhadores africanos

⁵¹ Guimarães, 2012, 316-318.

⁵² Guimarães, 2012, 445-446, 528-529.

selecionados, continuando, no entanto, a excluir a maioria dos autóctones, que considerava incapaz de combater a opressão e a exploração colonial devido à ignorância e à corrupção que a dominavam⁵³. Retrocesso de pendor inequivocamente colonialista, que não pouparia o movimento anarquista de sofrer rudes golpes sob o sidonismo, aquando da derrota da greve geral de 1918 e, sobretudo, em 1934, em que a organização libertária viria a ser completamente desmantelada pela ditadura salazarista na sequência da repressão da greve geral de 18 de janeiro desse ano⁵⁴.

Finalmente, ao debruçarmo-nos sobre a política colonial do Partido Comunista Português (PCP), para além da ausência quase total de referências a organizações africanas de resistência anticolonial ou de projetos destinados à sua construção⁵⁵, podemos constatar que, no início da sua existência, a sua orientação oscilaria entre a proclamação propagandística da intenção de promover a libertação plena dos povos indígenas das colónias⁵⁶ e, por outro lado, a defesa da venda dos territórios coloniais cujas populações não pudessem ser preparadas para se emancipar pelo Estado português por falta de recursos financeiros⁵⁷, passando pela apologia da sua implantação nas colónias⁵⁸. No entanto, nem mesmo a remoção da inaceitável proposta de venda de algumas colónias do projeto de programa a submeter ao I Congresso do partido, em 1923, imposta pelo delegado da Internacional Comunista⁵⁹,

⁵³ Guimarães, 2012, 530.

⁵⁴ Guimarães, 2012, 530-531. A. J. Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919* (Lisboa: Ulmeiro, 1977), 195-219.

⁵⁵ Guimarães, 2012, 530. J. Many, "*Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921 -1974)*" (Bordeaux: Thèse pour le doctorat en Sciences Politiques, Institut d'Études Politiques de Bordeaux-Centre d'Études d'Afrique Noire da Université de Montesquieu – Bordeaux IV, 2004), 121.

⁵⁶ *O Comunista*. Partido Comunista Português. Bases orgânicas provisórias. Lisboa, 1 (1921a): 4.

⁵⁷ *O Comunista*. Partido Comunista Português. O congresso partidário. Lisboa, 5 (1923):3.

⁵⁸ *O Comunista*. Partido Comunista Português. Bases orgânicas provisórias (Continuação). Lisboa, 2 (1921b): 3.

⁵⁹ A. Margarido, "*A Introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*" (Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1975), 91.

permitiria que o PCP imprimisse à sua política uma orientação anticolonialista.

Com efeito, ao pronunciar-se sobre a questão negra, em 1924, o PCP consideraria que, apesar da 8.^a condição de admissão de partidos à Internacional Comunista exigir aos candidatos que apoiassem os movimentos separatistas das colónias dominadas pelos seus países de origem⁶⁰, no caso das possessões portuguesas de África isso só aproveitaria às burguesias de várias cores que então as exploravam, devido à incultura das massas negras, de onde concluiria que ainda não chegara a hora de propor a formação de movimentos separatistas nacionais.

Em vez disso, o PCP defenderia a necessidade de submeter à sua influência o proletariado europeu que trabalhava nas colónias, fazendo-lhe «nascer um sentimento de fraternal amor por essa pretalhada ignara, que ele tantas vezes ajuda a explorar por conta do patrão comum»⁶¹.

Recorrendo a uma linguagem abertamente racista e paternalista, o PCP opor-se-ia ao direito inquestionável dos colonizados sacudirem a opressão portuguesa, ao mesmo tempo que defenderia a sua implantação exclusivamente entre os trabalhadores brancos, incumbindo-os de atrair paternalisticamente a simpatia das massas africanas (apelidadas de *pretalhada ignara*), que, alegadamente, ajudavam o patrão comum a explorar.

Por conseguinte, não seria de estranhar que, no projeto de constituição proposto no âmbito da sua candidatura às eleições legislativas de 1925, o PCP advogasse a concessão da independência apenas «às províncias ultramarinas de Macau, Timor e Índia portuguesa», mantendo as colónias de maiores recursos e estrategicamente mais importantes (Angola, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) sob soberania portuguesa, territórios a que equacionaria estender as instituições da República Socialista dos Sovietes de Portugal que projetava implantar⁶². Projeto inequivocamente colonialista e, nessa medida, de natureza idêntica à da proposta de venda de colónias que o PCP pretendia inscrever no

⁶⁰ Guimarães, 2012, 125.

⁶¹ *O Comunista*. Partido Comunista Português. A questão negra. Lisboa, 21 (1924), 1.

⁶² Guimarães, 2012, 532.

programa a submeter ao seu I Congresso, refletindo a perenidade de uma orientação muito em voga em Portugal desde as últimas décadas do século XIX, como assinalámos antes.

Por sua vez, a defesa da constituição de frações comunistas nas organizações autonomistas que nelas existissem, que constava da proposta apresentada pela direção ao II Congresso, em maio de 1926⁶³, decorreria do incentivo à construção de partidos operários-camponeses, refletindo uma tentativa de adaptação à realidade colonial portuguesa da orientação então perfilhada pela direção da Internacional Comunista, com base na experiência da sua intervenção na China, entre 1925 e 1927, no decurso da qual obrigaria o Partido Comunista daquele país a ingressar e a dissolver-se no partido nacionalista GUOMINDANG, processo de diluição política de que resultaria a derrota da revolução chinesa então em curso⁶⁴.

Do mesmo modo que a aparente viragem à esquerda decorrente do reconhecimento do direito de todas as nações, sem distinção de raça, a dispor do seu destino, inclusive o direito a separar-se das que as oprimiam, formando estados independentes, defendido entre 1931 e 1934⁶⁵, não passaria de uma atitude propagandística, através da qual o PCP tentaria aplicar a orientação aprovada, em 1928, pelo VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, cujas proclamações de fé revolucionárias apenas procurariam legitimar uma política ultra-esquerdista, sectária e, como tal, inviabilizadora de qualquer aliança do(s) partido(s) comunista(s) com as organizações nacionalistas que pudessem surgir nas colónias, impedindo a formação de uma frente única anti-imperialista e acabando por comprometer a eficácia da sua intervenção anticolonial, em particular no espaço político português, dada a limitadíssima influência de que nele dispunham os comunistas⁶⁶.

No entanto, a partir de 1935 o PCP opor-se-ia frontalmente à independência das colónias, em consonância com a reorientação política

⁶³ Guimarães, 2012, 553.

⁶⁴ Guimarães, 2012, 144-155.

⁶⁵ Guimarães, 2012, 533-534. *Avante*. Partido Comunista Português. A ditadura do proletariado e a expropriação dos expropriadores, s/1, 5 (1931): 5. *Avante*. Partido Comunista Português. Pontos fundamentais do Programa do Governo operário e camponês, s/1, (1934): 6.

⁶⁶ Guimarães, 2012, 155-161.

da Internacional Comunista na sequência da assinatura do pacto franco-soviético⁶⁷. Na realidade, perante a ameaça da expansão militar da Alemanha nazi (concretizada através da invasão da URSS durante a Segunda Guerra Mundial), que era agravada pelo isolamento a que se encontrava confinada, devido às sucessivas derrotas de movimentos revolucionários para que contribuísse através da sua influência decisiva na Internacional Comunista, a oligarquia soviética aproximar-se-ia da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos, passando a apoiar a política de segurança coletiva da Sociedade das Nações (nela ingressando em 1934) e a subscrever o pacto de assistência político-militar com o governo francês (Pacto Staline – Laval), em Maio de 1935. De onde resultaria a aprovação soviética da política de defesa nacional da França e o concomitante alinhamento da Internacional Comunista por esta nova orientação defensista, ao arrepio da tradição internacionalista e antimilitarista leninista, o que confirmaria a sua morte como organização revolucionária e a sua transformação definitiva em apêndice político e diplomático da oligarquia do Kremlin⁶⁸.

Mudança substancial que, à semelhança do Partido Comunista Francês, levaria o PCP a deixar de combater a política colonial da França e de todos países cujos governos participassem na unidade antifascista, que o VII Congresso da Internacional Comunista promoveria a partir de agosto de 1935. Nesta linha de orientação, o PCP defenderia as colónias portuguesas contra os alegados riscos da sua anexação pela Alemanha nazi, que, do seu ponto de vista, poderiam vir a concretizar-se se a Inglaterra procurasse apaziguar os apetites dos imperialismos alemão e italiano através da partilha daqueles territórios (de cuja exploração sempre fora a principal beneficiária), de forma a «evitar uma nova guerra de onde o seu imperialismo sairia muito abalado, pela emancipação de alguns povos coloniais, como por exemplo a África do Sul, a Austrália e a Índia»⁶⁹.

Defesa das colónias que, por sua vez, o programa da frente popular antifascista, constituída por iniciativa do PCP, justificaria, invocando a missão civilizadora de Portugal, como sempre tinha sido advogada pelos

⁶⁷ *Avante*. Partido Comunista Português. A situação internacional e o pacto franco-soviético, s/1, 7 (1935a): 2. *Avante*. Partido Comunista Português. O pacto franco-soviético e a nova onda capitalista contra a URSS, s/1, 8 (1935b): 5.

⁶⁸ Guimarães, 2012, 170-172.

⁶⁹ *Avante*. Partido Comunista Português. As nossas colónias, s/1, 10 (1935c): 1.

meios colonialistas portugueses, sob o pretexto de auxiliar os povos «atrasados», de modo a fazê-los progredir e participar na vida internacional, até à independência, ao mesmo tempo que condenaria formalmente a política do imperialismo colonial, espírito segundo o qual os seus apologistas entendiam que deveria ser orientada a administração das «províncias ultramarinas, parte integrante e inviolável da Nação Portuguesa»⁷⁰.

De resto, a política de unidade nacional antifascista, que levaria o PCP a não reconhecer o direito das colónias portuguesas à independência, invocando a comunhão de interesses entre os seus habitantes autóctones e os trabalhadores portugueses, nomeadamente o derrubamento do regime fascista, seria prosseguida ao longo da II Guerra Mundial⁷¹.

O que permite compreender que, no relatório apresentado ao III Congresso do PCP, em 1943, Álvaro Cunhal declarasse que não se tratava de conceder uma independência de que os povos das colónias portuguesas não seriam capazes de beneficiar, uma vez que, no contexto em que então se vivia, «essa concessão representaria que as colónias portuguesas tomariam sob domínio de outro imperialismo»⁷².

Nesta linha, o IV Congresso do partido, em 1946, omitiria qualquer referência à independência das colónias, limitando-se a defender a subida do nível de vida e de cultura dos povos colonizados por Portugal, o que, do seu ponto de vista, concretizaria a ajuda fraterna do povo português àquelas populações oprimidas, de acordo com o interesse nacional⁷³.

Na verdade, só em 1957, depois da readaptação da política soviética às exigências do crescimento exponencial da luta anticolonial na Ásia e em África – operada no ano anterior pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS – teria lugar uma viragem na atitude do

⁷⁰ L. A. Manta, *A Frente Popular Antifascista em Portugal* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1976), 64.

⁷¹ *Avante*. Partido Comunista Português. A verdade sobre o império colonial português, s/1, 20 (1942): 4.

⁷² Álvaro Cunhal, “Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência”, *Obras Escolhidas* (Lisboa: Edições «Avante!», Tomo I (1935 – 1947), 2007a), 185.

⁷³ Álvaro Cunhal, “O caminho para o derrubamento do fascismo. Informe Político do Comité Central ao IV Congresso do Partido Comunista Português”, *Obras Escolhidas* (Lisboa: Edições «Avante!», Tomo I (1935 – 1947), 2007b), 465.

Partido Comunista Português face à emancipação das colónias, passando a reconhecer-lhes formalmente o direito incondicional à autodeterminação e à independência, com base no relatório apresentado por Jaime Serra ao seu V Congresso.

Com efeito, o V Congresso do PCP consideraria que estavam então criadas as condições para a conquista da liberdade e da independência por parte dos povos dominados por Portugal, independentemente das transformações políticas que pudessem ter lugar na metrópole, pressuposto que o levaria a proclamar «o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África, dominadas por Portugal, à imediata e completa independência»⁷⁴.

Mudança da maior importância, ainda que tivesse essencialmente decorrido da necessidade de ajustamento da política do PCP e dos seus tutores soviéticos à crise de dominação colonial do regime salazarista nas vésperas da deflagração das guerras de libertação nacional, que contrastava com a sua anterior recusa em reconhecer o direito dos povos colonizados à independência. O que explica a sua oposição sistemática à formação de partidos comunistas nas colónias, como testemunharia Mário Pinto de Andrade a propósito de Angola, ao relatar a recusa da direção do PCP em receber Viriato da Cruz, que fora mandatado para fazer reconhecer o Partido Comunista Angolano, em cuja existência os comunistas portugueses não estavam interessados, por considerarem que o PCA perturbava a ação da sua organização local integrada por pessoas da comunidade europeia, pelo que «Viriato não pôde verdadeiramente discutir a fundação e, muito menos, o reconhecimento de um partido comunista angolano»⁷⁵.

Com efeito, a oposição do PCP ao reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação só poderia contribuir para bloquear, durante décadas, o desenvolvimento da luta de libertação nacional daqueles povos e atrasar o seu acesso à independência, ao impedir a formação de um movimento anticolonial, no espaço político português, dotado de uma direção política capaz de implementar uma cultura anticolonialista na maioria da população trabalhadora, de forma a subtraí-la à influência chauvinista dos meios colonialistas portugueses

⁷⁴ Partido Comunista Português. Sobre o problema das colónias, *Declaração do V Congresso do Partido Comunista Português*, s/1, GES (1957).

⁷⁵ M. Andrade, C. Messiant, “Sur la première génération du MPLA: 1948 – 1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)”, *Lusotopie*, Paris (1999): 209-210.

e a viabilizar a sua mobilização conjunta com os colonizados contra a perpetuação da opressão colonial (ajudando os oprimidos a dotar-se dos instrumentos de emancipação de que necessitassem).

De facto, pela influência que detinha no movimento operário português, devido ao prestígio decorrente das ligações estreitas mantidas com o Partido Comunista da União Soviética (carregado da auréola da protagonização da revolução de Outubro e da resistência ao nazismo na Segunda Guerra Mundial) e ao lugar que ocupou na resistência ao fascismo, o PCP não poderia deixar de ter um papel decisivo na criação de qualquer projeto político anticolonial⁷⁶. No entanto, em vez de desempenhar esse papel, o PCP privilegiou sempre a defesa dos interesses da oligarquia soviética, ao arrepio das necessidades da luta de emancipação nacional dos povos oprimidos, tal como os partidos comunistas dos restantes países colonizadores⁷⁷.

Em tais circunstâncias, privados do apoio do PCP e da restante «oposição» ao regime salazarista, os africanos do espaço político colonial português encarregar-se-iam da sua própria formação política, fundando na residência da antiga militante nativista, Andreza Espírito Santo, na rua Actor Vale, n.º 37, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, local onde era assegurada a passagem de testemunho entre gerações⁷⁸ e, por outro lado, recorrendo à Casa dos Estudantes do Império⁷⁹, antes de partirem para o exílio para escapar à repressão das autoridades portuguesas e prepararem o desencadeamento das guerras de libertação com que contribuiriam para a conquista da independência dos seus países⁸⁰.

⁷⁶ Guimarães, 2012, 535-538.

⁷⁷ Guimarães, 2012, 140-213, 529-538.

⁷⁸ A. Margarido, “A edição pirata da poesia negra de expressão portuguesa falsifica a história da resistência africana”, *África Jornal*, Lisboa: 33 (1985): 10-11.

⁷⁹ A. Margarido, “Uma ilha africana na Duque d’Ávila”, *Mensagem*, Número especial 1994-1995 (Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império), Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, (1997): 41-44.

⁸⁰ Guimarães, 2012, 538.

CONCLUSÃO

Apesar do seu empenho na luta pela defesa dos interesses dos cabo-verdianos contra o domínio colonial de Portugal, ao ponto de reivindicarem a autonomia e a independência da colônia em circunstâncias de opressão extrema, os intelectuais nativistas do arquipélago nunca conseguiram romper por completo os vínculos aos valores portugueses em que tinham sido formados.

Sujeição que nem mesmo as convicções políticas radicais (socialismo, anarquismo) perfilhadas por alguns conseguiram ajudar a remover, o que, na falta de perspectivas viáveis e perante o agravamento cada vez mais acentuado da repressão colonial, acabaria por confinar a sua intervenção à defesa da identidade cabo-verdiana, com destaque para a língua crioula, legado cultural precioso que deixariam às gerações que lhes sucederam (claridosos e geração do pós-guerra, da qual emergiriam os protagonistas da luta de libertação nacional durante os anos sessenta e setenta do século XX).

Procurando uma explicação para o não rompimento deste vínculo e para as suas consequências políticas, concluímos que a origem da incapacidade dos nativistas gerarem um movimento anticolonial capaz de conduzir com êxito a luta pela emancipação de Cabo Verde (ultrapassando a dependência dos valores portugueses em que na sua maioria tinham sido formados) residiu, sobretudo, no isolamento político do seu combate, situação a que o pan-africanismo, apesar da sua influência no arquipélago, nunca esteve em condições de dar resposta, tal como viria a acontecer com as principais correntes políticas do movimento operário que intervinham em Portugal. Na realidade, anarquistas, socialistas e comunistas recusaram defender o direito dos povos sob domínio colonial português à autodeterminação e independência até quase às vésperas da deflagração das guerras de libertação nacional (iniciadas em Angola, em 1961), privando os cabo-verdianos, tal como os restantes colonizados, do apoio incontornável de um movimento anticolonial que ajudasse a dirigir e a organizar a luta pela sua emancipação, como tivemos oportunidade de constatar.

CAPÍTULO 6

A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL: O CASO DOS SINDICATOS DA SAÚDE

Paulo Marques Alves¹

¹ Paulo Marques Alves, Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/Escola de Sociologia e Políticas Públicas-Departamento de Sociologia e Investigador do DINÂMIA`CET-IUL e do IHC, paulo.alves@iscte-iul.pt

Resumo

O sindicalismo nasceu andro-centrado e revelando uma atitude sexista em relação ao papel da mulher na sociedade, a qual acabou por orientar durante um longo período as suas estratégias face às mulheres. Os atos de discriminação acabaram por levá-las a formar organizações próprias. Dada a sua crescente inserção no mercado de trabalho, os sindicatos reorientaram as suas estratégias, mas o crescimento das mulheres nos efetivos sindicais não se tem traduzido num crescimento correspondente da sua proporção nos lugares de decisão, com os sindicatos a providenciarem muito raramente uma sua representação adequada. Esta é uma situação transversal aos sindicatos da administração pública e, em particular, da saúde, objeto deste estudo. Esta constitui uma situação prejudicial para o sindicalismo. Contudo não partilhamos das teses identitárias segundo as quais só as mulheres podem defender os seus interesses e que quando detêm o poder sindical revelam necessariamente uma forma de fazer sindicalismo diferenciada da dos homens.

Palavras-chave: sindicatos, mulheres, sub-representação.

1. INTRODUÇÃO

A história do sindicalismo revela-nos a relação difícil que o movimento sindical tem mantido com as mulheres desde os seus primórdios. Nascido no seio de operários de ofício, cedo nele emergiu uma atitude sexista que rapidamente se tornou dominante, ao ser assumida pelas suas principais correntes, como a anarcossindicalista, a reformista ou a católica, apesar das profundas diferenças doutrinárias existentes entre elas. Assim se construiu toda uma estratégia que visou excluir ou segregar as mulheres no mercado de trabalho. Quanto muito aceitava-se o trabalho feminino como transitório ou que ele se confinasse aos ramos de atividade com salários mais baixos. Todavia, o crescimento do emprego feminino fez com que os sindicatos acabassem por abandonar esta estratégia em prol de uma outra tentando organizar as mulheres, o que resultou no aumento da sua proporção nos efetivos

sindicais, sem que tal tenha tido tradução num progresso correspondente em termos da sua ascensão aos lugares de decisão.

Após termos aferido² que em Portugal a sub-representação – entendida como uma menor representação das mulheres nas estruturas dirigentes por comparação com a sua proporção na população sindicalizável e/ou nos efetivos sindicais – se constitui como uma tendência estrutural que tem atingido inclusivamente organizações que atuam em profissões altamente feminizadas, procuramos com este estudo, utilizando os dados mais recentes, avaliar a situação atualmente existente nos sindicatos com jurisdição na administração pública. A esta análise sincrónica, aliaremos uma outra diacrónica tendo os sindicatos da saúde como campo empírico, com o objetivo de observar a evolução verificada nos dois últimos decénios. A recolha de informação baseou-se numa análise documental incidindo na informação estatística disponível e nas fichas biográficas das equipas dirigentes dos sindicatos.

2. DE UMA LÓGICA DE EXCLUSÃO A UMA LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO

Inicialmente, os sindicatos tentaram excluir as mulheres do mercado de trabalho por temerem que elas pudessem provocar o abaixamento dos salários. Não o tendo conseguido, assumiram numa fase seguinte a necessidade do seu recrutamento, o que se traduziu na constituição de sindicatos únicos de carácter misto, facto que marca o início de uma passagem gradual de uma «lógica de exclusão» para uma

² Paulo Marques Alves, “Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres”, *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, n.º 3 (2017): 158-177; Paulo Marques Alves, Maria do Carmo Botelho, Lucinéia Scremin Martins, “Feminização do emprego público e sub-representação das mulheres nas estruturas de decisão dos sindicatos”, in *Atas do X Congresso Português de Sociologia – Na Era da “Pós-verdade”?* Esfera Pública, Cidadania e Qualidade da Democracia no Portugal Contemporâneo, ed. APS (Lisboa: APS – Associação Portuguesa de Sociologia, 2020); Paulo Marques Alves, “A participação das mulheres nos órgãos dirigentes das organizações sindicais da administração pública portuguesa”, in *Atas das XIV Jornadas Nacionales de Historia de las Mujeres y IX Congreso Iberoamericano de Estudios de Género – Intersecciones, Feminismos, Teorías y Debates Políticos* ed. Lilia Vázquez Lorda (Mar del Plata: UNMdP – Universidad Nacional de Mar del Plata, 2019).

«lógica de organização»³. Não havia restado ao movimento sindical outra alternativa que não fosse a adoção de uma atitude pragmática. Com a incorporação em massa das mulheres no mercado de trabalho ao longo das décadas de 60 e 70, as estratégias e os programas sindicais foram reorientados em definitivo e, simultaneamente, começaram a ser providenciadas estruturas específicas para as representar. Pasture caracteriza este movimento como uma «feminine intrusion in a culture of masculinity»⁴, enquanto Cobble proclamava no início da década de 90 que «the potencial for forging a creative productive partnership between working women and unions is greater now than at any other time»⁵.

Um longo caminho foi percorrido, para o que muito terá contribuído a adoção de estratégias proativas, baseadas em políticas de reforço da posição das mulheres, como sejam a reserva de lugares; as quotas; a existência de comissões de mulheres, assumindo modalidades diversas e que, para Parker⁶, visam um vasto conjunto de objetivos que são enformados pelo conceito de igualdade, enquanto Healy e Kirton⁷ as consideram muito mais relevantes para o progresso alcançado na representação das mulheres do que as medidas de carácter administrativo, como a reserva de lugares; a realização de conferências destinadas a discutir os problemas específicos das mulheres, etc.⁸.

Mas as debilidades mantêm-se. Como vários estudos têm demonstrado, quer se centrem nas confederações sindicais nacionais quer nas organizações sindicais de primeiro nível em diferentes países,

³ Patrick Pasture, “Feminine intrusion in a culture of masculinity”, in *The Lost Perspective*, ed. Patrick Pasture, Johan Verberckmoes, Hans de Witte (Avebury: Aldershot, 1997), 218-238.

⁴ Pasture, “Feminine”, 218.

⁵ Dorothy Sue Cobble (ed.), *Women and Unions: Forging a Partnership* (Ithaca: ILR Press, 1993).

⁶ Jane Parker, “Women’s Groups in British Unions”, *British Journal of Industrial Relations* 40, n.º 1 (2002): 23-48, doi: 10.1111/1467-8543.00221.

⁷ Geraldine Healy e Gill Kirton, “Women, Power and Trade Union Government in the UK”, *British Journal of Industrial Relations* 38, n.º 3 (2000): 343-360, doi: 10.1111/1467-8543.00168.

⁸ Ada Garcia, *Femmes dans les Syndicats. Une Nouvelle Donne* (Bruxelas: ETUI, 2003); Cinzia Sechi, *Women in Trade Unions in Europe: Bridging the Gap* (Bruxelas: ETUI, 2007).

continua a manifestar-se uma não representação adequada das mulheres, a qual pode ser mais ou menos intensa.

A sub-representação constitui-se assim como uma tendência pesada, ocorrendo mesmo em países onde a participação política das mulheres é mais antiga e intensa e/ou onde a sua proporção no conjunto dos efetivos sindicais é superior à dos homens.

Porém, esta não é uma questão de carácter quantitativo, mas antes qualitativa, que remete para uma mudança de cultura nas organizações quanto à forma de exercício do poder e ao assegurar das mesmas oportunidades para homens e mulheres. No entanto, no início da década de 90, Trebilcock advertia para o facto de que um possível acréscimo da representação feminina nos órgãos de decisão pudesse vir a assumir contornos meramente simbólicos, com as mulheres a continuarem a ser afastadas dos círculos mais restritos onde as decisões são efetivamente tomadas⁹.

Vários autores têm tentado explicar a sub-representação, referindo causas que remetem para os diferentes níveis relacionais de organização social. Por exemplo, para Le Quentrec et al.¹⁰, ela deriva do facto de as mulheres se destinar a esfera privada, enquanto aos homens se destina a esfera pública. Para Healy e Kirton, a explicação encontra-se nos sindicatos, porque não são organizações «gender-neutral», mas antes «gendered oligarchies»¹¹. Já Chaison e Andiappan¹² consideram que as mulheres militam mais nas locals, onde assumem com maior frequência funções de secretárias ou tesoureiras, o que se fica a dever à divisão sexual do trabalho, tendo como consequência uma sua menor visibilidade e influência.

Em conclusão, apesar dos avanços registados, o reconhecimento das mulheres pelos sindicatos e a sua integração nas respetivas estruturas de decisão, bem como a implementação de uma política de igualdade

⁹ Anne Trebilcock, “Strategies for Strengthening Women's Participation in Trade Union Leadership”, *International Labour Review* 130, n.º 4 (1991): 407-426.

¹⁰ Yannick Le Quentrec, A. Rieu e Nathalie Lapeyre, “Femmes dans la Prise de Décision Politique et Syndicale: Pour Quels Changements?”, *UTINAM – Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, n.º 5 (2002): 59-85.

¹¹ Healy e Kirton, “Women, Power and Trade Union”, 344.

¹² Gary N. Chaison e P. Andiappan, “Profiles of Local Union Officers: Females vs Males”, *Industrial Relations* 26, n.º 3 (1987): 281-283. Doi:10.1111/j.1468-232X.1987.tb00712.x.

continuam a encontrar dificuldades e a serem processos caracterizados pela lentidão, permanecendo as mulheres largamente excluídas dos centros de decisão sindicais.

De acordo com alguns autores, aquelas que a eles conseguiram aceder, terão dado um contributo relevante para algumas mudanças no modo de fazer sindicalismo. Afirma-se a sua importância para a alteração das ideologias¹³, dos programas e das agendas sindicais: prioridade a novos conteúdos na negociação coletiva, como sejam a igualdade, a conciliação entre vida familiar e vida profissional, a tomada em consideração dos problemas relativos à guarda de crianças e de pessoas dependentes, a licença de maternidade, o assédio sexual, a recomposição e melhor gestão dos tempos sociais, etc. Afirma-se igualmente que as mulheres introduziram mudanças importantes nas práticas sindicais, desde logo porque terão um estilo de liderança diferente¹⁴. Outros autores enfatizam a prioridade concedida à igualdade em detrimento da hierarquia; à partilha em vez do sigilo; à firmeza em lugar da confrontação¹⁵. Por sua vez, Le Quentrec et al.¹⁶, começando por sublinhar que as mulheres não podem – nem querem, como enfatizam – militar da mesma forma que os homens, realçam a sua abordagem pelo concreto e o contributo importante que dão para a denúncia da rigidez, dos rituais, da acumulação de responsabilidades, etc. As autoras referem ainda a sua contribuição para a adoção de métodos de trabalho mais coletivos e para a valorização da diversidade, o que enriquece o agir sindical e tem efeitos sobre os comportamentos masculinos, ainda que reconheçam estar-se longe de se ter conseguido revolucionar as práticas sindicais. E, como sublinham, Colgan e

¹³ Pasture, “Feminine”.

¹⁴ Sheila Cunnison e Jane Stageman, *Feminising the Unions. Challenging the Culture of Masculinity* (Aldershot, Avebury, 1995).

¹⁵ Cynthia Cockburn, *In the Way of Women: Men's Resistance to Sex Equality in Organizations* (Ithaca: Cornell University Press, 1991).

¹⁶ Yannick Le Quentrec, A. Rieu e Nathalie Lapeyre, “Femmes dans la Prise de Décision”.

Ledwith¹⁷ ou Kirton e Healy¹⁸, as mulheres têm um papel central e estratégico no sentido de reverter o refluxo sindical, assumindo as que militam uma importância crucial, ao permitirem criar uma «woman-friendly image»¹⁹.

3. METODOLOGIA

Num primeiro momento, a pesquisa assumiu um carácter sincrónico incidindo sobre 100 associações sindicais de primeiro nível com jurisdição nos vários organismos que compõem a administração pública portuguesa²⁰. Estes 100 sindicatos correspondem a 35,9% das 278 organizações que procederam à publicitação dos seus dirigentes no lapso temporal decorrido entre junho de 2016 e junho de 2020²¹. Num segundo momento, procedemos a uma análise diacrónica realizada com um conjunto de sindicatos da saúde.

A escolha da administração pública como campo empírico teve por base três critérios já referenciados nos estudos anteriores. O primeiro releva do facto de este ser um sector onde se registam das taxas mais elevadas de feminização do emprego. Ela ascendia a 63,6% na administração central no 4.º trimestre de 2019, o que compara com os

¹⁷ Fiona Colgan e Sue Ledwith, “Sisters Organizing: Women and their Trade Unions”, in *Women in Organizations: Challenging Gender Politics*, eds. Sue Ledwith e Fiona Colgan (Londres: Macmillan, 1996), 152-185.

¹⁸ Gill Kirton e Geraldine Healy, “Transforming Union Women: the Role of Women Trade Union Officials in Union Renewal”, *Industrial Relations Journal* 30, n.º 1 (1999): 31-45. doi: 10.1111/1468-2338.00107.

¹⁹ Cynthia Cockburn, *In the Way of Women*; Diane M. Sinclair, “The Importance of Sex for the Propensity to Unionize”, *British Journal of Industrial Relations* 33, n.º 2 (1995): 173-190. doi.org/10.1111/j.1467-8543.1995.tb00430.x.; Diane M. Sinclair, “The Importance of Gender for Participation in and Attitudes to Trade-unionism”, *Industrial Relations Journal* 27, n.º 3 (1996): 239-252. doi.org/10.1111/j.1468-2338.1996.tb00772.x.

²⁰ Um número muito considerável destas organizações tem igualmente jurisdição nos sectores privado e social, ainda que o grosso dos seus efetivos provenham da administração pública. Num número marginal de casos sucede o inverso, do que é exemplo o SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo, sindicato com jurisdição fundamentalmente no sector privado, mas que representa alguns trabalhadores na administração pública, pelo que o considerámos.

²¹ Estes 278 sindicatos correspondem a mais de 90,0% das associações atualmente existentes.

49,5% registados entre a população ativa. Apenas a administração local apresentava um valor inferior (44,1%). Em algumas profissões e serviços atingiam-se cifras muito superiores, como nos fundos da segurança social (81,9%)²², no ensino pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico (respetivamente, 99,0% e 86,7% no ano letivo de 2017/2018²³) ou nos registos e notariado (82,4% em 2018)²⁴.

Na saúde, a profissão de enfermagem, onde a proporção de mulheres atingia 82,2% em 2018²⁵ (82,8% na Região Autónoma da Madeira²⁷); a de farmacêutico/a (79,8%²⁸) e a de técnico/a superior das áreas de diagnóstico e terapêutica (79,1%²⁹) revelam-se altamente feminizadas, com a profissão médica a apresentar valores bastante inferiores (55,3%³⁰).

Um segundo critério remete para as elevadas taxas médias de feminização das direções sindicais, as mais altas entre todos os ramos de atividade. Como se observa no Gráfico 1, no período considerado, a taxa média de feminização nos sindicatos da administração pública era de 26,0%, o que não deixa de refletir o peso dos sindicatos das forças e serviços de segurança e proteção civil (excluindo-os, a taxa seria de 43,9%); na saúde, de 41,2%; e aproximava-se dos dois terços (62,7%) na educação, para um valor médio de 27,8%. No sector privado, apenas

²² DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público – 4º Trimestre de 2019 (Lisboa: DGAEP, 2020).

²³ DGEEC, Estatísticas da Educação, 2017/2018 (Lisboa: DGEEC, 2019). À medida que se avança nos níveis de ensino, a proporção baixa, passando para 72,6% no 2.º ciclo; para 71,8% no 3.º ciclo e secundário e diminuindo drasticamente para 44,8% no superior. No ensino profissional era de 56,8%.

²⁴ IRN, Balanço Social – 2018 (Lisboa: IRN, 2019).

²⁵ INE, Estatísticas da Saúde – 2018 (Lisboa: INE, 2020).

²⁶ No SNS – Serviço Nacional de Saúde, a taxa de feminização era de 83,5% em 2018. Ministério da Saúde, Relatório Social do Ministério da Saúde e do SNS – 2018 (Lisboa: Ministério da Saúde, 2019).

²⁷ DREM, Estatísticas da Saúde da Região Autónoma da Madeira – 2018 (Funchal: DREM, 2019).

²⁸ INE, Estatísticas da Saúde – 2018 (Lisboa: INE, 2020).

²⁹ Este dado é referente apenas ao SNS. Existe ainda uma outra categoria, a de técnico/a superior de saúde, englobando os/as farmacêuticos/as, a qual registava uma taxa de feminização no SNS de 86,2% em 2018. Ministério da Saúde, Relatório Social do Ministério da Saúde e do SNS – 2018 (Lisboa: Ministério da Saúde, 2019).

³⁰ INE, Estatísticas da Saúde – 2018 (Lisboa: INE, 2020).

a categoria englobando hotelaria, comércio, serviços e espetáculos se aproxima destes valores (38,5%).

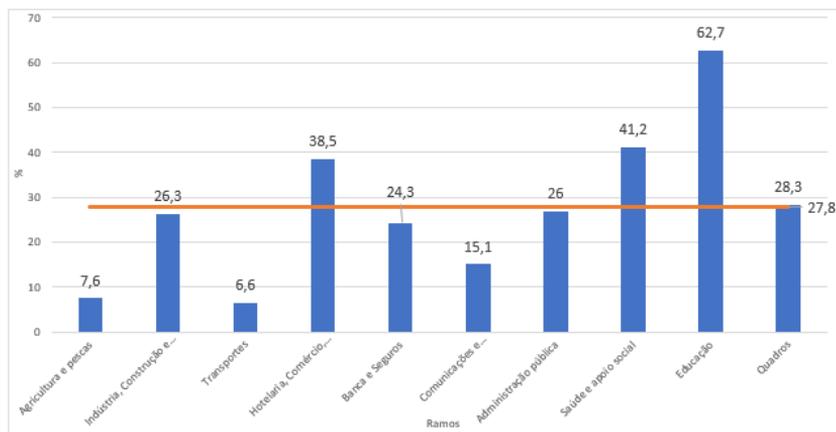


Gráfico 1 – Taxa média de feminização (%) das direções sindicais em Portugal, por ramo de atividade (junho de 2016-junho de 2020). Fonte: Cálculos próprios a partir do BTE, JORAA e JORAM.

Um terceiro critério radica no facto de que entre os sindicatos com jurisdição na administração pública se contam algumas das estruturas de maior dimensão em Portugal, envolvendo a associação de várias dezenas de milhar de trabalhadores/as.

Foram retidos três níveis de análise: a população feminina sindicalizável num determinado ramo, serviço ou profissão; a constituição das equipas dirigentes; e a liderança da organização.

Para avaliarmos a taxa de feminização do emprego na administração pública, recorreremos aos Balanços Sociais de diversos serviços; ao BOEP³¹; às Estatísticas da Educação, da responsabilidade da DGEEC³²; ou a informação sobre as profissões da justiça, produzida

³¹ BOEP – Boletim Estatístico do Emprego Público, elaborado pela DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público).

³² DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

pela DG PJ³³, e da saúde, produzida pelo INE³⁴, pelo Ministério da Saúde ou pelas ordens profissionais.

Para apurar a informação referente à constituição das equipas dirigentes e às lideranças sindicais, procedemos à análise das fichas biográficas dos dirigentes sindicais publicadas no BTE³⁵, no JORAA³⁶ e no JORAM³⁷ entre junho de 2016 e junho de 2020, na sequência das eleições sindicais realizadas, sendo que considerámos unicamente os membros efetivos das direções. Considerámos as equipas dirigentes saídas dos atos eleitorais, não retendo as possíveis substituições ocorridas ao longo dos mandatos. No caso dos sindicatos da saúde alargámos a pesquisa até ao ano 2000.

Esta informação encontra-se disponível na Internet. Após a sua recolha, foram construídas duas bases de dados em SPSS. Da primeira constam os dados relativos aos 278 sindicatos que procederam à publicitação dos seus dirigentes entre junho de 2016 e junho de 2020. Da segunda, constam os dados referentes aos sindicatos com jurisdição na saúde, os quais remontam ao início do século atual.

4. A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os sindicatos da administração pública analisados distribuem-se da seguinte forma, de acordo com o ramo de atividade em que atuam: 27,0% têm jurisdição na educação; 24,0% na saúde; 23,0% nas forças e serviços de segurança e de proteção civil; 7,0% na justiça e 19,0% na restante administração pública.

Os sindicatos estruturam-se de acordo com um determinado princípio organizativo de base. No caso das 100 organizações sobre as quais recaiu a observação, a maioria (62,0%) são sindicatos de profissão (49,0% de profissões científicas e técnicas e 13,0% de profissões não manuais); 24,0% atuam num serviço específico da administração

³³ DG PJ – Direção-Geral da Política de Justiça.

³⁴ INE – Instituto Nacional de Estatística.

³⁵ BTE – Boletim do Trabalho e Emprego.

³⁶ JORAA – Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

³⁷ JORAM – Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

pública, procurando organizar todos os seus funcionários; 11,0% são sindicatos de ramo e 3,0% são organizações de quadros.

O sistema sindical da administração pública denota um baixo grau de consistência. Por um lado, porque se apresenta extremamente fragmentado, o que é indiciado pelo elevado número de organizações existentes. Por outro lado, em virtude do baixo índice de filiação confederal, ainda que os maiores sindicatos estejam filiados nas estruturas de topo do movimento sindical português. De facto, 51,0% das organizações analisadas não são filiadas confederalmente, enquanto 13,0% estão filiadas na CGTP-IN³⁸ (no total, o universo da CGTP-IN, englobando sindicatos filiados diretamente e outros indiretamente através de federações e uniões distritais, ascende a 25,0%) e 13,0% integram a UGT³⁹ (21,0%, se considerarmos os sindicatos filiados indiretamente). Por último, 3,0% das associações encontram-se filiadas na USI⁴⁰.

À semelhança do que ocorre noutros movimentos sindicais, os sindicatos portugueses tentam organizar as mulheres, possuindo inclusivamente estruturas específicas, promovem iniciativas sobre igualdade de género, comemoram o Dia Internacional da Mulher, etc., mas o que os dados mais recentes nos revelam é a persistência de uma profunda sub-representação das mulheres nos órgãos dirigentes e que poucas são as que têm conseguido ascender à liderança máxima das organizações.

Como se pode observar no Gráfico 2, é na educação que se verifica uma maior feminização das lideranças sindicais (33,3%) situando-se no polo oposto as forças e serviços de segurança e de proteção civil (4,3%), onde apenas um sindicato na polícia é liderado por uma mulher. A média global é de somente 16,9%.

De sublinhar que em vinte sindicatos (seis na saúde; onze na educação e três classificados em «outra administração pública»), cujas direções são fortemente feminizadas, a liderança permanece masculina. Em oito, sendo seis na educação, a taxa de feminização da direção é

³⁸ CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

³⁹ UGT – União Geral de Trabalhadores.

⁴⁰ USI – União de Sindicatos Independentes.

mesmo superior a 70,0%, estando em dois deles perto dos 80,0% (SNP⁴¹ – 77,8%; SPRA⁴² – 77,5%).

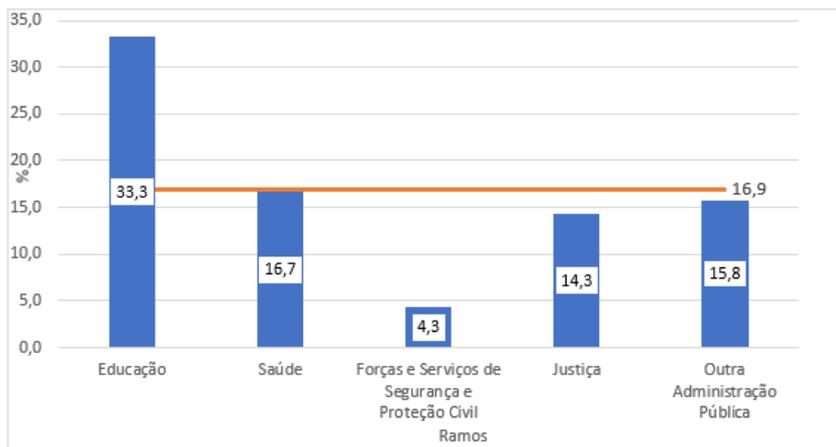


Gráfico 2 – Proporção de sindicatos com liderança feminina (%) por ramo da administração pública e respetiva média em Portugal (junho de 2016-junho de 2020).

Fonte: Cálculos próprios a partir do BTE, JORAA e JORAM

Analisando as equipas dirigentes, verificamos que as taxas de feminização das direções sindicais são, de uma forma geral, baixas. A exceção é a educação, onde é elevada ou mesmo muito elevada em 51,8% dos casos (Quadro 1). Neste ramo, o valor mais baixo verifica-se no STOP⁴³ (40,0%) e os mais elevados (85,7%) no SIPPEB⁴⁴ e no SNPL⁴⁵. Em contrapartida, num ramo fortemente masculinizado, como são as forças e serviços de segurança e proteção civil, todas as organizações apresentam taxas de feminização muito baixas (a mais

⁴¹ SNP – Sindicato Nacional dos Psicólogos.

⁴² SPRA – Sindicato dos Professores da Região Açores.

⁴³ STOP – Sindicato de Todos os Professores.

⁴⁴ SIPPEB – Sindicato dos Educadores e dos Professores do Ensino Básico.

⁴⁵ SNPL – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados.

elevada ascende a 18,1% no SNPM⁴⁶), havendo a registar um conjunto de oito organizações (cinco na PSP⁴⁷, duas no SEF⁴⁸ e uma na ASAE⁴⁹) onde as mulheres se encontram completamente excluídas da direção. O mesmo se passa em dois sindicatos da saúde, o SNMV⁵⁰ e a ANDEP⁵¹. Aqui, a taxa mais elevada é apresentada pelo SNP, com 77,8%.

No conjunto dos 100 sindicatos, somente o SIPPEB e o SNPL registam taxas de feminização muito elevadas. E apenas dois outros, o SIT⁵² e o STCDE⁵³, se encontram próximos deste patamar, com uma proporção de 80,0% de mulheres nas respetivas direções. Neste ramo da «outra administração pública» o valor mais baixo regista-se no SITESE (6,7%). Por fim, a justiça apresenta valores variando entre um mínimo de 20,0% na ASS-PJ⁵⁴ e um máximo de apenas 54,5% no SOJ⁵⁵.

Taxa de feminização	Outra administração pública (n=19)	Educação (n=27)	Forças e Serviços de Segurança (n=23)	Justiça (n=7)	Saúde (n=24)
Muito baixa (0%-20%)	10,5	0,0	100,0	14,3	15,7
Baixa (21%-40%)	31,6	3,7	0,0	71,4	29,2
Média (41%-60%)	31,6	44,4	0,0	14,3	37,5
Elevada (61%-80%)	26,3	44,4	0,0	0,0	16,7
Muito elevada (81%-100%)	0,0	7,4	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100

⁴⁶ SNPM – Sindicato Nacional das Polícias Municipais.

⁴⁷ PSP – Polícia de Segurança Pública.

⁴⁸ SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

⁴⁹ ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

⁵⁰ SNMV – Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários.

⁵¹ ANDEP – Associação Nacional dos Dentistas Portugueses.

⁵² SIT – Sindicato dos Inspectores do Trabalho. Este sindicato é dos poucos que apresenta uma taxa de feminização da direção superior à proporção de mulheres na população sindicalizável, significando uma sobre-representação, tendo tido sempre uma mulher como presidente.

⁵³ STCDE – Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas

⁵⁴ ASS-PJ – Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária.

⁵⁵ SOJ – Sindicato dos Oficiais de Justiça.

Quadro 1 – Distribuição das estruturas sindicais segundo a taxa de feminização da direção (%) em Portugal (junho de 2016-junho de 2020). Fonte: Cálculos próprios a partir do BTE, JORAA e JORAM.

5. O CASO DOS SINDICATOS DA SAÚDE

O sistema sindical na saúde encontra-se profundamente balcanizado. A par de um conjunto de sindicatos de tipo vertical com jurisdição em todo o sector da administração pública, existe uma miríade de outros sindicatos de tipo horizontal que visam a organização dos trabalhadores de cada uma das várias profissões da saúde. É o caso de quatro sindicatos médicos (SIM⁵⁶, SMN⁵⁷, SMZC⁵⁸ e SMZS⁵⁹); um de médicos dentistas (a já referida ANDEP); outro de médicos veterinários (o já aludido SNMV); um de farmacêuticos (SNF⁶⁰); um de psicólogos (o já mencionado SNP); quatro de técnicos (STSS⁶¹, SINDITE⁶², SIMAC⁶³, SFP⁶⁴); dois de profissionais de farmácia (SIFAP⁶⁵, SINPROFARM⁶⁶), um de pessoal administrativo (ASPAS⁶⁷); um de técnicos de emergência pré-hospitalar (STEPH⁶⁸) e sete de profissionais

⁵⁶ SIM – Sindicato Independente dos Médicos.

⁵⁷ SMN – Sindicato dos Médicos do Norte.

⁵⁸ SMZC – Sindicato dos Médicos da Zona Centro.

⁵⁹ SMZS – Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

⁶⁰ SNF – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos.

⁶¹ STSS – Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica.

⁶² SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica.

⁶³ SIMAC – Sindicato Nacional de Massagistas de Recuperação e Cinesioterapeutas.

⁶⁴ SFP – Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses.

⁶⁵ SIFAP – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos.

⁶⁶ SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia.

⁶⁷ ASPAS – Associação Sindical do Pessoal Administrativo da Saúde.

⁶⁸ STEPH – Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar.

de enfermagem (SE⁶⁹, SEP⁷⁰, SERAM⁷¹, SIPE⁷², ASPE⁷³, SINDEPOR⁷⁴, SITEU⁷⁵).

Estes sindicatos caracterizam-se por atuar num ramo onde, como já realçámos, se regista uma das mais elevadas taxas de feminização do emprego. Daí que seria expectável que a proporção de mulheres nas respetivas direções fosse maioritária ou mesmo largamente maioritária.

No entanto, isso não sucede. Tomando como exemplo a composição das equipas dirigentes saídas das últimas eleições em cada uma das organizações, verificamos que, no caso dos técnicos, dos quatro sindicatos, apenas dois têm uma maioria de mulheres na direção (SIMAC – 66,7% e STSS – 61,9%, significando taxas de feminização elevadas), rondando um terço nos dois restantes (SFP – 33,3% e SINDITE – 31,3%). Em termos médios, a proporção é de apenas 48,3%.

Apesar de tudo, este valor médio é superior ao que se verifica entre os sindicatos dos profissionais de enfermagem, onde desce para 42,4%. Neste caso, atualmente as mulheres são maioritárias somente em três dos sete sindicatos (ASPE – 71,4%; SITEU – 55,6% e SEP – 53,1%). Em três outras organizações são fortemente minoritárias (SINDEPOR – 31,4%; SE – 30,0% e SIPE – 11,1%). No SERAM, a sua proporção na direção é de 44,4%. A ASPE é, assim, a única organização a registar uma taxa de feminização elevada entre este conjunto de sindicatos.

O valor médio é ainda mais baixo entre os sindicatos médicos (39,6%), sendo que a proporção de mulheres na população sindicalizável é bastante inferior por comparação com as profissões anteriores. No SMZC e no SMZS verifica-se uma situação de paridade (50,0%), quedando-se a taxa de feminização da direção no SMN por um terço e sendo de um quarto no SIM.

Como referido anteriormente, o SNMV e a ANDEP não têm qualquer mulher na direção em funções (nunca houve qualquer mulher

⁶⁹ SE – Sindicato dos Enfermeiros.

⁷⁰ SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

⁷¹ SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira.

⁷² SIPE – Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem.

⁷³ ASPE – Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros.

⁷⁴ SINDEPOR – Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal.

⁷⁵ SITEU – Sindicato Independente de Todos os Enfermeiros Unidos.

na direção desta última associação desde 2000), verificando-se uma taxa de feminização média no SNF (60,0%) e elevada no SNP (77,8%).

Dada a insuficiência da informação estatística, a comparação entre a taxa de feminização das direções sindicais e a taxa de feminização da população sindicalizável só é possível para as profissões de enfermagem, médica e farmacêutica.

Os valores que acabamos de referir significam que o conjunto dos doze sindicatos com jurisdição nestas profissões apresentam atualmente uma proporção de mulheres na direção que é inferior ou mesmo muito inferior ao seu peso na população sindicalizável. Este facto assume especial acuidade nos sindicatos dos profissionais de enfermagem, onde a sub-representação das mulheres é em termos médios superior àquela que ocorre nos sindicatos médicos (-39,8pp⁷⁶ contra -15,6pp).

No respeitante aos sindicatos dos profissionais de enfermagem, o diferencial varia entre os -10,8pp na ASPE, significando uma sub-representação que se encontra na fronteira entre o ligeiro e o médio⁷⁷ e os -71,4pp no SIPE, o diferencial negativo mais expressivo entre todas as organizações analisadas, significando uma muito elevada sub-representação. O SE (-52,0pp) e o SINDEPOR (-50,7pp) são outros dois sindicatos onde se observa uma muito elevada sub-representação.

Nos sindicatos médicos a situação apresenta-se bastante mais favorável, variando o diferencial entre os -4,9pp no SMZS e os -5,0pp no SMZC, sinónimos de uma ligeira sub-representação, e os -30,1pp no SIM, já um caso de elevada sub-representação (Gráfico 3).

⁷⁶ Pontos percentuais.

⁷⁷ Considerámos a existência de uma sub-representação ligeira quando o diferencial é inferior ou igual a 10pp (pontos percentuais); de uma sub-representação média quando se situa entre os 11 e os 30pp; de uma sub-representação elevada quando varia entre os 31 e os 50pp; e de uma sub-representação muito elevada quando é igual ou superior a 51pp.

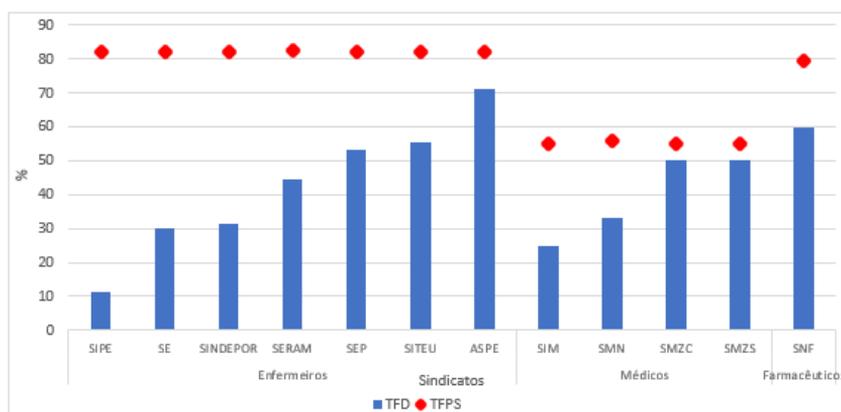


Gráfico 3 – Taxa de feminização da população sindicalizável e taxa de feminização das direções sindicais nos sindicatos médicos, dos profissionais de enfermagem e farmacêuticos (%) em Portugal (junho de 2016-junho de 2020). Fonte: Cálculos próprios.

Se analisarmos a média dos diferenciais nos sindicatos onde houve mais do que uma eleição desde 2000, os valores negativos que indiciam a sub-representação variam entre um mínimo de -6,9pp no SMZS e um máximo de -59,6pp no SIPE. Nos restantes sindicatos denota-se ou uma sub-representação média (SMN, SMSC, SNF, SEP) ou elevada (SIM, SERAM, SE). Em nenhum caso verificamos a existência de sobre-representação.

De sublinhar ainda que destes doze sindicatos, unicamente três (dois de enfermeiros – ASPE e SITEU) e um de médicos (SMN) são liderados por mulheres.

No âmbito da análise diacrónica procedemos ainda à comparação das taxas de feminização das direções saídas das últimas eleições em cada sindicato com as das primeiras eleições verificadas a partir de 2000. Este exercício é possível para um conjunto de dezasseis sindicatos, verificando-se três tipos de evolução.

Cinco organizações (31,3%) evidenciam um retrocesso. O mais acentuado ocorreu no SFP, que passou de uma taxa de feminização de 88,9% na direção eleita em 2001 para outra de 33,3% na direção eleita em 2019. Decréscimos menos acentuados ocorreram no SINDITE, SE, SNMV e SIMAC, sendo que neste caso, até às últimas eleições de 2019, a direção era composta exclusivamente por mulheres, caso único no

panorama sindical português. Nestas eleições passou a integrar um homem e duas mulheres.

Por outro lado, em sete organizações (43,8%) registou-se um crescimento, que foi bastante mais forte no STSS (de 26,7% em 2001 para 61,9% em 2019, representando um acréscimo de 35,2pp) e no SMZC (de 25,0% em 2000 para 50,0% em 2020) e menor em sindicatos como o SIM (ainda que o valor resultante das últimas eleições seja inferior ao das penúltimas), o SMN (se bem que o valor das últimas eleições seja inferior ao das três anteriores) e o SMZS. O SEP cresceu duas décimas, mas o valor referente a 2019 é inferior em 5,7pp aos das direções eleitas em 2003 e 2006 e o SIPE passou de uma direção sem uma única mulher em 2002, para outra registando uma proporção de 11,1% em 2018, mas que é um terço face ao registado nas eleições precedentes.

Por fim, dois sindicatos apresentam uma grande estabilidade. A ANDEP, onde nunca houve uma mulher na direção, e o SERAM, onde elas têm constituído sempre 44,4% dos membros. O SNF tem oscilado entre os 40,0% e os 60,0% e o SNP apresenta em 2019 um valor idêntico ao da primeira eleição ocorrida em 2004 (77,8%), tendo oscilado ao longo do período entre um máximo de 86,7% em 2007 e um mínimo de 44,4% em 2012.

Deste modo, à tendência estrutural de uma não adequada representação das mulheres nas instâncias de direção das estruturas sindicais alia-se um retrocesso que atinge uma parte bastante significativa dos sindicatos analisados. Ao movimento sindical aplica-se também a metáfora do «teto de vidro», que a US Glass Ceiling Commission define como sendo «the unseen, yet unbreachable barrier that keeps minorities and women from rising to the upper rungs of the corporate ladder, regardless of their qualifications or achievements»⁷⁸.

6. CONCLUSÃO

⁷⁸ US Glass Ceiling Commission, *A Solid Investment: Making Full Use of the Nation's Human Capital. (Final Report of the Commission)* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1995), 4. Retirado de: https://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1117&context=key_workplace.

Após ter adotado inicialmente uma atitude sexista face às mulheres, visando a sua exclusão do mercado de trabalho e dos sindicatos, o movimento sindical reverteu esta sua posição e passou a adotar, fundamentalmente após a IIª Grande Guerra, uma estratégia de organização de um contingente que afluía em grande número ao mercado de trabalho.

No entanto, a militância no feminino continua a ser menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural. E são esses fatores que entram igualmente a ascensão das mulheres aos lugares de decisão nas organizações. Mesmo em ramos e/ou profissões altamente feminizados, este facto não é garantia de uma sua adequada representação.

Uma lei de ferro de sub-representação das mulheres abate-se sobre os sindicatos da administração pública portuguesa, assumindo particular acuidade nos sindicatos da saúde, mormente entre os de profissionais de enfermagem, onde é possível encontrar diferenciais entre a proporção de mulheres na população sindicalizável e a sua proporção nas direções sindicais extremamente elevados. Este facto, convoca a necessidade de realização de estudos de outra índole, de modo a compreender as razões desta acentuada sub-representação. Acrescente-se, todavia, que uma elevada taxa de feminização de uma direção sindical também não constitui garantia de que a liderança máxima da organização seja feminina.

Uma inadequada representação das mulheres tem consequências nefastas para o sindicalismo. Por um lado, ao ser menos inclusivo, ele torna-se menos representativo. Por outro lado, como alertam várias autoras (Lawrence⁷⁹; Cockburn⁸⁰; Colgan e Ledwith⁸¹), se as lideranças sindicais não representam de forma proporcional os efetivos, então o carácter democrático das organizações fica severamente restringido. Por fim, uma representação inadequada não deixará de contribuir para a perpetuação da dominação masculina que continua a caracterizar a forma sindical.

⁷⁹ Elizabeth Lawrence, *Gender and Trade Unions* (Londres: Taylor and Francis, 1994).

⁸⁰ Cynthia Cockburn, *In the Way of Women*.

⁸¹ Colgan e Ledwith, "Sisters Organizing".

A defesa de uma representação adequada não significa, no entanto, que consideremos que a representação dos interesses das mulheres trabalhadoras – e elas têm interesses específicos, distintos dos dos homens – deva ser assumida única e exclusivamente por mulheres, como defendem algumas feministas identitárias que partem do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo homogêneo (Diamond e Harstock⁸²; Jonasdottir⁸³). Para estas autoras, o género sobrepõe-se à classe, um conceito que no seu ponto de vista não é neutral em termos de género, antes sendo baseado numa visão masculina do mundo, e que exclui as necessidades e as experiências das mulheres. Como corolário, a análise em termos de classe deve ser abandonada.

A variável género é relevante, como o é a variável étnico-racial. Mas proceder a uma abordagem pelo género negando a classe é, como afirma Curtin⁸⁴, extremamente redutor. Em primeiro lugar, porque as mulheres não constituem nenhum grupo homogêneo, existindo entre elas interesses diferenciados, com as diferenças a poderem ser mais relevantes do que as que derivam do sexo. Em segundo lugar porque, ainda que tendo interesses específicos enquanto mulheres, têm igualmente necessidades e preocupações mais gerais enquanto trabalhadoras. Por último, porque a formação dos interesses e das solidariedades em torno da classe ou do género deve ser encarada como dinâmica e fluída, com fronteiras modificáveis, com novas reivindicações e novas solidariedades a emergirem durante os processos de formulação e de reformulação dos interesses de classe ou de género.

Deste modo, a discussão sobre quem é que representa melhor os interesses das mulheres é irrelevante, até porque é impossível alguém representar os interesses de todas as mulheres. Por outro lado, se alguns autores defendem o papel positivo desempenhado pelas mulheres no

⁸² Irene Diamond e Nancy Harstock, “Beyond Interests in Politics: a Comment on Virginia Sapiro’s ‘When Are Interests Interesting? The Problem of Political Representation of Women’”, *American Political Science Review* 75, n.º 3 (1981): 717-721.

⁸³ Anna G. Jónasdóttir, (1988). “On the concept of interest. Women’s interests and the limitations of interest theory”, in *The Political Interests of Gender*, eds. Kathleen B. Jones e Anna G. Jonasdottir (Londres: Sage, 1988), 33-65.

⁸⁴ Jennifer Curtin, *Women and Trade Unions: a Comparative Perspective* (Aldershot: Ashgate, 1999).

movimento sindical, como referimos, para outros, como Heery e Kelly⁸⁵, existe uma evidência limitada para consagrar a ideia de que elas têm uma maior propensão para trazer à colação as questões que as atormentam quando se encontram em posições de liderança nos sindicatos. Alves⁸⁶ também detetou a não existência de uma alteração profunda dos programas e das agendas sindicais, bem como a inexistência de uma prática diferenciadora de fazer sindicalismo num sindicato cuja direção apresenta uma taxa de feminização muito elevada desde a sua fundação e cuja liderança máxima esteve sempre a cargo de mulheres.

O caminho tem sido longo e espinhoso, com os sindicatos a aplicarem algumas políticas que têm permitido em alguns casos melhorar a representação das mulheres nos seus órgãos dirigentes numa ótica de emancipação política. No entanto, uma situação de verdadeira igualdade só poderá ser conseguida com o derrube da sociedade patriarcal e a efetivação da emancipação humana.

⁸⁵ Edmund Heery e John Kelly, "Do Female Representatives Make a Difference? Women Full-time Officials and Trade Union Work," *Work, Employment and Society* 2, n.º 4 (1988): 487-505.

⁸⁶ Paulo Marques Alves, "A participação das mulheres".

CAPÍTULO 7

A SOLUÇÃO CORPORATIVA PRECONIZADA PELA LIGA NACIONAL 28 DE MAIO E PELO NACIONAL-SINDICALISMO FACE AO MUNDO DO TRABALHO NOS ANOS 30

Nuno Simões Ferreira¹

¹ Licenciado em História e em Estudos Europeus. Mestre em História Contemporânea. A sua Tese de Mestrado tem o título de *O Pensamento Integralista de Alberto de Monsaraz*. Pós-Graduado em Ética, Direito e Pensamento Político e em História e Género. Finalista do Doutoramento em História Contemporânea, estando a debruçar-se sobre o percurso político e militar de D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto (7.º Marquês de Fronteira). Entre 1999 e 2002 foi investigador do século XVIII português no projeto «Alcipe» da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna. É colaborador da Comissão Portuguesa de História Militar. Investigador Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa. Investigador Júnior Externo da Linha Internacional «Direitas, Memória e História» (Brasil). Membro da International Association for Comparative Fascist Studies (COMFAS, Hungria e Holanda).

INTRODUÇÃO

De modo a compreendermos as pré-condições emergentes que contribuíram para a ascensão ao poder dos regimes fascistas nos países da periferia europeia, onde se encontra Portugal², temos de salientar os seguintes aspetos segundo a visão de Fernando Rosas: o refluxo geral do movimento operário; uma crise económica que pressionava as classes dominantes das economias mais débeis ou mais debilitadas para soluções radicais contra o operariado organizado e o demoliberalismo, seduzidas pela eficácia da violência terrorista evidenciada pelos movimentos fascistas para atingir os seus fins; e, a rendição de grande parte do liberalismo conservador a essa aliança contrarrevolucionária, como condição essencial³.

[...] Esse processo de fascistização unia, num regime antiliberal, antidemocrático e antissocialista de novo tipo a velha direita nacional-corporativa, os novos movimentos fascistas e largos setores da direita liberal. Os fascismos enquanto regimes, em quase todos os países da periferia europeia, e na Alemanha empurrada por ela pela derrota e pelo Tratado de Versalhes, seriam o fruto dessa aliança, de pesos e correlações diferentes em cada um, entre direitas oligárquicas e o aríete fascista.⁴

Desde 1929, Portugal, sob a égide da Ditadura Militar, dava sinais de uma complacência e até de um certo alinhamento da política oficial do Estado relativamente às soluções de tipo fascista:

É professor profissionalizado do 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de História. Email: nunomgsf@gmail.com

² Sobre a relação entre Fascismo e a realidade diversa dos países europeus, João Medina alude ao seguinte: “[...] the different national psychologies, and the different stages of capitalism and industry explain the specific differences between the various European Fascisms”. João Medina, “European Fascism: a conceptual synthesis”, *Separata da Revista Clio*, Nova Série, vol. 1, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Edições Colibri (1996): 155.

³ Fernando Rosas, “O Corporativismo enquanto categoria histórica”, in *Estudos do Século XX*, n. 16, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra (2016): 22.

⁴ Rosas, 2016, 22.

– 21 de agosto, pelo decreto n.º 17 252, o governo da Ditadura Militar reproduzindo uma estratégia adotada pela Itália mussolinésca aprovou as bases para a organização da «campanha do trigo» realizada sob o lema «o trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende»;

– 12 de setembro, visita a Portugal dos dois filhos menores de Mussolini acompanhados por um destacamento de balilas, tendo sido recebidos pelo Presidente da República, Óscar Carmona;

– 16 de outubro, Óscar Carmona, acompanhado pelo Presidente do Conselho de Ministros e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitou a Espanha de Primo de Rivera;

A Liga Nacional 28 de Maio e o Nacional-Sindicalismo tinham como tarefa primordial a integração dos trabalhadores na Revolução Nacional e na ordem corporativa do Estado autoritário e orgânico. Esta orientação social individualizou tanto a Liga como o Nacional-Sindicalismo no campo dos apoiantes da Ditadura.

O Corporativismo contemporâneo pretendeu afirmar-se como ideologia concorrente ao Liberalismo e ao Socialismo. A sua alternativa apresentou-se sugerindo organizar a nação segundo as «forças vivas» – sindicatos, associações/confederações patronais, grémios, município, freguesias –, num todo que se pretendia e se desejava harmonioso que impunha a colaboração das classes e a conciliação de interesses.

[...] O corporativismo, enquanto regime concreto, foi uma tentativa de solucionar e eliminar pela força a conflitualidade social, decorrente de uma conceção organicista e totalizante da sociedade, em que a luta de classes surgia como um comportamento anómalo e desviante relativamente à “ordem natural das coisas” que preexistia ao Estado e devia ser integrado por ele, extirpando essas patologias subversoras.⁵

No contexto da fascistização das ditaduras antiliberais, antidemocráticas e antissocialistas, o corporativismo surgiu essencialmente como um instrumento político e económico com um triplo propósito: 1.º – um expediente de supressão violenta da luta de

⁵ Rosas, 2016, 23.

classes; 2.º – um instrumento central de regulação estatal dos impactos da crise económica, de arbitragem intersetorial dos vários interesses oligárquicos e de recuperação económica do seu processo de acumulação que o Estado livremente interpretava como «interesse nacional»; 3.º – um instrumento central de inculcação ideológica, de vigilância política e de padronização de comportamentos nos quotidianos do trabalho e dos lazeres do mundo industrial, rural, piscatório e da função pública e corporativa, («[...] o que é o mesmo que dizer, um aparelho central do controlo totalizante da sociedade portuguesa»)⁶.

Na luta pelo reconhecimento da sua ação por parte da ditadura, a Liga Nacional 28 de Maio e o Nacional-Sindicalismo sempre fizeram da luta anticomunista, um dos principais elementos de legitimação da sua existência, num regime que apenas pensava a questão social em termos preventivos e repressivos.

Rolão Preto, o chefe carismático, encabeçaria o Estado Nacionalista que se destinava a construir e impunham-se-lhe grandes tarefas intervencionistas e disciplinadoras no campo socioeconómico: nacionalizar o capital, disciplinar os patrões, organizar a harmonia social, impor salários mínimos, reformas e seguros sociais. («[...] Fascism exalts extreme nationalism and very often, in traditional Marxist and revolutionary analyses, it substitutes the notion of the class worker for the notion of the nation»)⁷.

Portanto, o sindicalismo corporativo ou orgânico teve a sua matriz inicial na designada doutrina social da Igreja e na «teoria dos corpos intermédios». Isto é, na relação entre o Estado e a sociedade deveriam existir os corpos intermédios que mediassem o entendimento entre estas duas entidades, tais como: famílias, sindicatos, entre outros.

[...] Concretamente, no corporativismo português vamos encontrar os elementos centrais do capitalismo – reconhecimento em simultâneo do papel do capital, da propriedade e iniciativa privadas e do mercado – e a síntese de outras correntes, também elas morigeradoras do capitalismo, onde pontifica a doutrina social da

⁶ Rosas, 2016, 23.

⁷ Medina, 1996, 151.

Igreja e ainda o nacionalismo, monárquico e corporativista, com a marca do Integralismo Lusitano. Neste quadro cultural, o golpe militar de 28 de Maio de 1926 funcionou como mediador, na emergência e consolidação da versão portuguesa do corporativismo.⁸

1. O INTEGRALISMO LUSITANO E A SOLUÇÃO CORPORATIVA

O Integralismo Lusitano apresentava as corporações como forma de impor a união das classes e resolver a questão social. A profunda desconfiança em relação à sociedade burguesa e capitalista era uma tônica no seu ideário, sobretudo agravada pela institucionalização da sociedade demoliberal republicana. Acusavam-na de ser a responsável pela sobre-exploração operária, pela usura desenfreada, pelo capital especulativo e pelo peso conferido à burguesia no tecido da sociedade industrial.

Na *Cartilha do Operário* (1919)⁹ Monsaraz evidencia os dois pilares da conceção corporativa: organização do sector produtivo (empresa e oficina) e a organização sindical, que pressupunha o sindicato misto, regulamentado pelo contrato coletivo do trabalho, evitando, assim, possíveis esmagamentos dos mais débeis, que seriam sempre os operários.

Embora, Alberto de Monsaraz falasse ao operário do equilíbrio social assente na família, na propriedade, na autoridade e na religião, o seu pensamento dirigia-se à resposta que a monarquia poderia oferecer à questão social ou ao conflito entre capital e operariado. A Doutrina Social da Igreja afigurava-se ao entendimento integralista como um caminho orientador da sociedade para a realização da felicidade, através da explicitação da lei natural, que era o fundamento das relações sociais.

A monarquia salvaguardava os interesses dos operários, apoiados pelos seus órgãos económicos: empresa, oficina e sindicato. A empresa, definida como grupos de indivíduos que operavam em qualquer ramo produtivo, poderia ser individual ou coletiva. Deveria ser organizada de

⁸ Rosas, 2016, 23.

⁹ Alberto de Monsaraz, *Cartilha do Operário*, Lisboa, Alberto Monsaraz (Conde de Monsaraz, 1919).

forma a garantir ao operariado não ser explorado em função da obtenção dos lucros em virtude de uma legislação social da empresa, que deveria possibilitar aos operários o desenvolvimento material e espiritual.

A oficina era um pilar para a formação do sindicalismo orgânico e uma organização vital para a boa regulamentação do trabalho e seria simultaneamente o ponto de partida para o aperfeiçoamento profissional do operariado. Cada oficina seria estabelecida por uma organização profissional.

O sindicato seria autónomo, regulado produtivamente em relação à utilidade social e à harmonização das pretensões entre os operários e os patrões. Essa harmonização concretizar-se-ia no contrato coletivo de trabalho. Ao sindicato competia a fixação dos preços dos produtos, tendo em vista desativar a lei republicana da livre-concorrência.

As relações entre capital e trabalho deviam ser pautadas pela organização profissional sob a forma de sindicatos mistos entre operários e patrões. Os sindicatos mistos teriam em conta o carácter social da produção, que estaria ao serviço das necessidades consumidoras da sociedade e pelo carácter cristão da produção, de forma a garantir uma moral equilibrada entre o lucro e o trabalho, impedindo a usura de uns e a inveja de outros.

2. A LIGA NACIONAL 28 DE MAIO E A SOLUÇÃO CORPORATIVA

Tratou-se de um movimento político fundado em janeiro de 1928 por jovens militares e políticos de direita radical que participaram no golpe do 28 de Maio. Os militares pertenciam na sua maioria ao designado grupo de oficiais de baixa patente e de militantes de organizações de direita radical. Os civis eram quase todos afetos ao Integralismo Lusitano ou pelo menos formados politicamente sob a sua influência.

Pretendia-se uma força civil virada para a ação das massas, mobilizador, de suporte à reforma nacionalista do Estado, de apoio à ditadura e reivindicava-se de um papel de vanguarda na construção de um Estado corporativo, sindicalista e cristão.

João Medina sugere as seguintes considerações que a nosso ver importa reter acerca da análise conceptual do termo «fascismo»:

Fascism emerges as a mass movement destined to fascinate the masses, to charm and to lead them to collective action; whereas the classical conservative authoritarian regimes – as in the case of Salazar – consistently tried to demobilize the masses, excluding them from public displays and offering them a system of values, points of reference and traditional hierarchies, Fascism, on the contrary, tried to inculcate in the masses the sensation of feeling constantly mobilized, always in relationship to the leader who is, simultaneously, the omniscient interpreter of their wishes and the only one capable of bringing them to fruition. It was this phenomenon that G. L. Mosse called "the nationalization of the masses.

Concretamente, no corporativismo português vamos encontrar os elementos centrais do capitalismo – reconhecimento em simultâneo do papel do capital, da propriedade e iniciativa privadas e do mercado – e a síntese de outras correntes, também elas morigeradoras do capitalismo, onde pontifica a Doutrina Social da Igreja e ainda o nacionalismo, monárquico e corporativista, com a marca do Integralismo Lusitano. Neste quadro cultural, o golpe militar de 28 de maio de 1926 funcionou como mediador, na emergência e consolidação da versão portuguesa do corporativismo.¹⁰

Continuando na esteira do entendimento de João Medina acerca do inerente carácter revolucionário do fascismo, temos que compreender que «[...] Fascism is that it always tried to be a revolutionary movement, to create a genuine revolution in its means and ends, either by constant mobilization of the masses, or in its capacity to destroy archaic or traditional forms of community, national and local life»¹¹.

A Liga Nacional 28 de Maio apresentava-se aos seus filiados de modo peremptório para que não existissem dúvidas do seu ingresso e/ou da sua desistência, sendo que a sua divisa era: «tudo pela Nação, nada contra a Nação» e a adoção da seguinte trilogia: «ordem, autoridade e justiça».

Assim sendo, a «ordem» era encarada como sendo a fraternidade, o progresso, o bem-estar moral e equilíbrio social. A «autoridade» garantiria a «liberdade» que impediria a desordem e imprimiria a

¹⁰ Medina, 1996, 151-152.

¹¹ Medina, 1996, 152.

«direção», que por sua vez evitaria os entrechoques, por vezes sangrentos, marcados por mortes e aprisionamentos, «[...] como sucede tão frequentemente por via da atuação de um reduzido número de ambiciosos exploradores da boa fé e sentimentalismo dos portugueses».¹² A «justiça» significaria razão, que faria prevalecer a igualdade, igualdade de direitos e de deveres. O maior direito que estaria acima de todos seria «ganhar a sua subsistência» fruto do trabalho de cada um, sendo que o dever supremo seria «tudo sacrificar pela Pátria e ao bem-estar da Nação».

A Liga Nacional 28 de Maio concebia indubitavelmente a organização do Estado, aliás, à semelhança das doutrinas integralista e nacional-sindicalista, como estando assente nas bases fundamentais da família, da corporação e do município.

[...] Todas três organizadas devidamente segundo as leis naturais, morais, políticas e sociais, cientificamente harmonizadas e postas em dia consoante as modernas concepções da orgânica político-social dos Estados, tendo por condutores um nacionalismo inteiramente português, uma tradição inteiramente portuguesa e funções concordes com os sentimentos, o espírito e as características da nossa raça.¹³

A família era considerada uma instituição multissecular que obedeceria às leis imutáveis da natureza, devendo rodear-se de todos os carinhos e cuidados na aposta do seu desenvolvimento no âmbito de uma moral considerada sadia e de uma vigilância constante. Assim, as eventuais tentativas destrutivas da instituição familiar deveriam ser encaradas como «[...] actos criminosos de burlescos pigmeus que querem arrasar as características congénitas, transmitidas de pais e filhos pelo sangue, características que vieram até nós, desde imemoráveis idades e se projetam até ao infinito [...]»¹⁴.

¹² L. N. 28 M., *Cartilha de Iniciação Político-Social*, Edição da Delegação de Leiria, (1932): 5.

¹³ L. N. 28 M., 1932, 7.

¹⁴ L. N. 28 M., 1932, 8.

A *Cartilha* da Liga Nacional 28 de Maio acentua que pela «lei suprema e universal», o sacrifício seria inerente à família, sendo que

[...] está provado que o homem casado, o chefe de família, o bom chefe de família, mercê das suas responsabilidades e do seu amor, trabalha mais, produz mais do que o celibatário, porque a isso o move a santa ambição, de preparar para os seus entes queridos melhores condições de vida, maior abastança, mais felicidade e fazê-los herdar, por sua morte. Esta ação em prol da família reflete-se beneficentemente na Nação e ao Estado compete premiar este esforço, conferindo direitos aos chefes de família¹⁵.

A formação da corporação assentava no lema «a união faz a força» que em oposição ao cidadão do Estado burguês, que se sentia «indefeso» e «perdido no meio da humanidade», o homem individualmente ou por si só nada valia. O valor do indivíduo residia antes, na corporação – sindicatos, federações –, órgãos esses que defendiam os interesses económicos dos seus associados e promoveriam a representação política nos vários órgãos do Estado: «Nas Federações têm entrada patrões e operários, capital e trabalho, as duas forças que se devem amparar e completar, devendo os seus conflitos ser dirimidos por comissões arbitrais eleitas dentro delas pelas partes em litígio»¹⁶.

Na ausência de acordo, o eventual litígio deveria ser levado a um tribunal corporativo presidido por um magistrado, mas acima de tudo,

[...] operários e patrões devem amar esta conveniência que apertará muito fortemente os laços que os prendem mutuamente, pois que nem o patrão sem os seus operários representa um valor apreciável, nem os segundos sem o primeiro braço, aos segundos o cérebro. Um corpo sem braços ou sem cérebro é um corpo mutilado e, por isso, inválido. A luta ateadada por certos indivíduos que presumem de avançados entre as duas partes que constituem o mundo

¹⁵ L. N. 28 M., 1932, 9.

¹⁶ L. N. 28 M., 1932, 11.

económico, nunca trouxe vantagens nem a um nem a outro campo.¹⁷

À corporação incumbiria evitar movimentos desordenados da produção, pela inclusão de indústrias sem êxito garantido e adaptaria as providências que julgasse necessárias para manter em perfeito equilíbrio a produção e o consumo¹⁸.

As corporações para poderem crescer com êxito teriam de ser técnicas, patronais e operárias. Assim,

[...] elementos saídos de todas elas, como seus representantes, formarão as Federações. Assim, as Corporações dos Engenheiros Civis, dos Construtores Civis, dos Empreiteiros e dos Operários da Construção Civil, constituirão a FEDERAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. Em tudo isto o Estado apenas intervém por intermédio de um Conselho Superior de Economia Nacional de maneira tal que, sem exercer directamente uma única função económica, não se desinteresse de nenhuma¹⁹.

A Liga 28 de Maio preconizava a criação de seguros sociais de carácter obrigatório que abrangessem a doença, a reforma, a invalidez, o desemprego e a vida, através do pagamento de quotas iguais asseguradas por patrões e operários.

[...] Estes seguros devem estar a cargo das Corporações, ficando ao Estado unicamente as funções de fiscal e de regulador das operações. E isto para que os fundos não sejam exauridos e

¹⁷ L. N. 28 M., 1932, 11.

¹⁸ L. N. 28 M., 1932, 12.

¹⁹ L. N. 28 M., 1932, 13.

dissipados por uma complicada burocracia e por um numeroso funcionalismo²⁰.

A caixa social a ser criada, seria administrada por uma comissão composta por igual número de patrões e de operários, que teria por missão garantir aos operários a posse efetiva de «uma habitação confortável barata, indivisível e inalienável»²¹.

[...] Contra esta justíssima aspiração de todo o operário, porfiam numa luta contínua os comunistas, opondo-se à aquisição de propriedade por parte dos trabalhadores. Iníqua tirania que não podemos admitir. À Caixa Social competiria ainda a criação de campos de jogos, balneários, escolas, cantinas, colónias marítimas, lactários, creches²².

Previa-se que as Corporações promovessem a criação de institutos de reeducação para os mutilados de modo a poderem ser aproveitados para trabalhos compatíveis com o seu grau de invalidez, tornando-os úteis à sociedade.

O município seria constituído por uma reunião de famílias ligadas entre si por laços económicos e morais, cuja organização municipalista²³ seria considerada muito próxima ou vinculada à tradição portuguesa, entretanto, avaliada como desvirtuada em virtude da prática do programa do Partido Republicano Português.

²⁰ L. N. 28 M., 1932, 15.

²¹ L. N. 28 M., 1932, 16.

²² L. N. 28 M., 1932, 16.

²³ A organização municipalista seria pautada pela autonomia económica, pelo alheamento político e pela descentralização administrativa, cabendo à Câmara Municipal que deveria ser eleita nos seus corpos dirigentes, estar à cabeça dos destinos locais. As Juntas de Freguesia também seriam de carácter electivo por sufrágio directo, incluindo todos os indivíduos que fossem chefes de família, independentemente de serem homens e/ou mulheres.

3. O NACIONALISMO-SINDICALISMO E A SOLUÇÃO CORPORATIVA

A recuperação da máquina política local integralista foi sobretudo obra de Rolão Preto (chefe carismático do Nacional-Sindicalismo em 1932, ano da criação do movimento político), que desde os anos 20 do século XX detinha uma influência crescente no sector juvenil e, que foi coadjuvado nessa tarefa por Alberto de Monsaraz, que desempenhou o cargo de secretário-geral do movimento no decurso do ano de 1933.

Crente na força da sua implantação nacional e da sua ação política, o Nacional-Sindicalismo deixou progressivamente de se definir como um mero movimento económico-social e de esboço da organização corporativa para resgatar o seu papel de força perpetuadora e vanguardista do espírito da ditadura iniciada pela Revolução Nacional do 28 de Maio de 1926, o que aliás, a nosso ver caminha para uma característica relevante, segundo mais um ponto de vista de João Medina,

[...]Fascism is inseparable from the idea and practice of a single party, a party of the masses, aimed at keeping them permanently mobilized and at indoctrinating them with its exclusive and totalitarian ideology. Such a party is intensely hierarchical and entirely anchored in a bureaucratic organization of government (that is, when the fascist movement becomes a political regime), when not located somewhere above it.²⁴

O Nacional-Sindicalismo foi o grande movimento fascista português e apresentou uma natureza compósita sob o ponto de vista organizativo, constituído por um centro de fascistas, jovem e radical, dirigia uma organização que nas suas margens de província englobava os sectores mais conservadores e ultramontanos das elites locais. Aliás, este movimento representou o processo de fascização de um sector significativo do Integralismo Lusitano e conseguiu até 1934, mobilizar um segmento importante da direita radical portuguesa.

A estrutura central organizativa do movimento foi constituída pelo grupo fundador do *Revolução*, que em Lisboa imprimia o ritmo e

²⁴ Medina, 1996, 154.

assegurava os postos fundamentais de direção. («[...] uma outra pequena corrente, oriunda do sidonismo "puro e duro" e dos grepúsculos fascistas a ele associados nos anos 20 – Nacionalismo Lusitano ou a Ordem Nova – (cf., A. C. Pinto, 1989), viera igualmente associar-se à direita radical no pós-28 de Maio e desembocar no Movimento Nacional-Sindicalista»²⁵).

O Nacional-Sindicalismo recolheu o fundamental da rede integralista e da Liga Nacional 28 de Maio, possuindo os seus núcleos sedes, imprensa própria e uma organização local em alguns casos com uma ativa vida política. As delegações distritais (Vila Real, Porto, Braga, Guarda, Viseu) mais numerosas da Liga aderiram logo de início ao Nacional-Sindicalismo.

A estruturação do Nacional-Sindicalismo como partido foi evidente em finais de 1932 e em meados de 1933, possuía uma rede relativamente poderosa, com secretariados em todos os distritos e delegações nos concelhos mais importantes. Controlava um diário nacional e cerca de dez semanários regionais. Pensa-se que o número de filiados rondaria os 10 mil em Junho de 1933.

Os Estatutos definiam o Nacional-Sindicalismo como um movimento de doutrina e de ação que se propunha realizar em Portugal a revolução nacional dos trabalhadores. Ele surgiu como uma força económica e social destinada a ser o embrião do novo sistema corporativo e também como força vanguardista da construção de um Estado Nacionalista²⁶.

A duplicidade de propósitos ambíguos e típicos dos movimentos fascistas que deambulavam entre um novo sistema corporativo que se intentava edificar como força vanguardista e um Estado autoritário e nacionalista herdeiro desse próprio dinamismo vanguardista, significaria a presença do sindicalismo nacional como ideologia, o que permitia iludir o carácter partidário do movimento, tal como acentua António Costa Pinto:

²⁵ Fernando Rosas, “A luta pela hegemonia no seio da Ditadura Militar (de 9 de Julho de 1926 a 1933-34)”, in *História de Portugal* dir. José Mattoso (1ª ed., Sétimo Volume, O Estado Novo (1926-1974), Lisboa: Circulo de Leitores, 1994), 176.

²⁶ O nacionalismo do Nacional-Sindicalismo recolheu a contribuição integralista e dela não se afastou, sendo que o primeiro princípio dos seus Estatutos definia Portugal como uma realidade eterna, uma pátria imposta pela Terra, Clima, Língua, Costumes, Raça, História; e, uma vez sendo uma nação considerada eterna, razão básica da sua existência, pretendia afirmar-se através dos corpos naturais: província, região, grupo económico, etc.

[...]o Nacional-Sindicalismo teve, no campo ideológico, origens nacionais específicas, não sendo um mero fenómeno residual de influência externa. Estas origens prendem-se com a emergência de uma nova direita radical nos inícios do século XX: o Integralismo Lusitano, onde se formaram a maioria dos seus dirigentes, fundamenta boa parte do projecto nacional-sindicalista. No quadro de uma tipologia dos movimentos fascistas, o Nacional-Sindicalismo aproxima-se de partidos como a Falange de las J. O. N. S. (Espanha) ou o Faisceaux, de Georges Valois, e afasta-se dos partidos de inspiração nacional-socialista, ainda que a tomada do poder por Hitler tenha constituído um elemento central da sua propaganda.²⁷

Num modelo de perguntas e de respostas, Rolão Preto elucida a essência do sindicalismo orgânico e das suas implicações na organização do Estado, na sociedade, economia e no mundo laboral.

– O que é o Sindicalismo?

É a organização da Produção tendo por base o Sindicato.

– O que é um sindicato?

É o grupo económico-social constituído por trabalhadores dum mesmo «elemento» da Produção.

– [...] Como se organiza um sindicato?

O sindicato é uma associação livre de trabalhadores que se organiza segundo os estatutos que a tradição sindical já consagrou.²⁸

²⁷ António Costa Pinto, “Nacional-Sindicalismo”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* coord. José Costa Pereira (vol. II, s.l. Lisboa: Publicações Alfa, 1985), 25.

²⁸ Rolão Preto, *Balizas/ Manual do Sindicalismo Orgânico* (3ª ed., Lisboa: Edições UP/Colecção Estudos Sociais, s.d.), 17-18.

Portanto, o esquema do sindicalismo orgânico seria constituído por sindicatos de operários e de patrões, constituindo a base da solidariedade, cabendo às corporações a mutualidade e ao Estado integral assegurar a justiça.

O modelo do sindicalismo orgânico seria baseado no corporativismo integral do Integralismo Lusitano, agora sem rei. Este corporativismo modelou a organização política proposta para o Nacional-Sindicalismo, baseado na negação do indivíduo, enaltecendo a família juntamente com o município, os sindicatos, as profissões e outros corpos naturais da nação, como sendo elementos indissociáveis à nova organização da representação nacional. Uma representação não política, mas orgânica com uma Assembleia Nacional unicamente composta por representantes destes corpos.

Rolão Preto define o conceito de sindicalismo orgânico, como sendo o «[...] – que os sindicatos que representam os “elementos” duma mesma categoria de Produção são os seus órgãos naturais dentro do plano que estabelece o seu acordo».²⁹ Enquanto que a corporação seria o órgão que resultaria do acordo dos elementos da produção, por delegações dos sindicatos do capital e do trabalho, isto é, capital técnico e mão de obra.

[...]A corporação é um «conselho» partidário reduzido, em que os elementos representativos dos sindicatos estão em igual número e em iguais condições. [...] Na Corporação há uma organização horizontal; os seus elementos realizam ali a igualdade social-económica. Isto é, no trabalho há dirigentes e dirigidos: hierarquia. Na representação corporativa há igualdade de direitos e de deveres. [...] A Corporação essencial é um órgão do Estado Corporativo.³⁰

Tanto os «12 Princípios de Produção» como os «Princípios do Nacional-Sindicalismo»³¹ davam um destaque óbvio ao mundo do

²⁹ Preto, s.d., 21.

³⁰ Preto, s.d., 21-24.

³¹ António L. Tinoco, *A Revolução Nacional dos Trabalhadores. Princípios-Doutrina* (Lisboa: Edições UP/ Estudos Sociais, 1933).

trabalho e à economia a ser dirigida pelo sistema corporativo³², já que «tudo é Produção. A Produção tem de ser o conjunto orgânico de todos os elementos que para ela concorrem. A Produção tem de ser organizada e coordenada pelo Corporativismo»³³, e «o Estado tem de confundir-se com a Nação. O Estado Nacional-Sindicalista será um estado de Trabalhadores e só de Trabalhadores, garantindo a todos os Portugueses que trabalham os justos Seguros Sociais, através dos Sindicatos e das Corporações sempre que as condições de Vida o exijam»³⁴.

Ao contrário do Nacional-Socialismo de Hitler, o Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto reconhecia a propriedade privada. Negava-se, ainda, a «...solidariedade do proletariado universal por cima e contra as fronteiras sagradas das nações»³⁵. Este tópico remete-nos, ainda, para a questão que Rolão Preto aborda acerca da diferença entre o sindicalismo orgânico e o sindicalismo revolucionário.

– Que diferença há entre o Sindicalismo Orgânico e o Sindicalismo Revolucionário?

O Sindicalismo Orgânico é um sindicalismo em profundidade isto é: hierárquico, admitindo chefes e subordinados, dirigentes e dirigidos. Além disso é também um sindicalismo em profundidade neste outro sentido de que ele cria a solidariedade dos elementos da Produção desde a raiz ao fruto.

– Exemplo do Sindicalismo Orgânico que mostre este segundo sentido?

A organização do Pão começa pela coordenação dos elementos que semeiam e colhem os cereais e vai até aos serviços da panificação, que têm, evidentemente, com os primeiros, interesses solidários. O

³² O sistema corporativo nacional-sindicalista era semelhante ao integralista, inspirando-se ambos na doutrina e acção social da Igreja, teorizada nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e na *Quadragesimo anno* (1931) de Pio XI. No entanto, Rolão Preto considerava que os sindicatos mistos, ao juntarem elementos da produção e da mão-de-obra, não seriam muito sustentáveis. Preto, Rolão, *Balizas/ Manual do Sindicalismo Orgânico*, ob. cit..., p. 17.

³³ *Página do Operário*, “V princípio do N.S.”, nº 18, (19-11-1932): 3.

³⁴ *Página do Operário*, “X Princípio do N.S.”, nº 18, (19-11-1932): 3.

³⁵ *Revolução*, “A orgânica do estado integral/ III princípio da produção”, ano I, nº 179, (29/09/1932): 3.

preço do pão, pronto para a alimentação pública, é directa consequência do preço por que fica o cereal obtido pela lavoura.

O Sindicalismo Revolucionário pretende realizar a igualdade na Produção negando a realidade dos dirigentes sem os quais não há trabalho possível. É um sindicalismo em superfície.

– Como se realizou nesse ponto o sindicalismo revolucionário na Rússia comunista?

Os dirigentes da empresa passaram a ser dirigentes políticos, indicados pelo partido.

O sindicalismo orgânico é assim um sindicalismo vertical, isto é fundado sobre a hierarquia, [...]. A corporação é um «conselho» partidário reduzido, em que os elementos representativos dos sindicatos estão em igual número e em iguais condições. [...] Na Corporação há uma organização horizontal; os seus elementos realizam ali a igualdade social-económica. Isto é, no trabalho há dirigentes e dirigidos: hierarquia. Na representação corporativa há igualdade de direitos e de deveres. [...] A Corporação essencial é um órgão do Estado Corporativo.³⁶

Ligado ao tópico da distinção dos sindicalismos orgânico e revolucionário está a avaliação que Rolão Preto tece acerca da falência da economia liberal capitalista e do erro em que enformava a economia coletiva marxista. E, tudo isto, para fazer o enaltecimento da economia coletiva orgânica.

– Mas se a economia liberal faliu, e a economia colectiva de Karl Marx ou comunista também está errada, qual deve ser a economia do futuro?

A economia colectiva orgânica ou seja o Sindicalismo Orgânico.

– Em que difere do comunismo?

³⁶ Preto, s.d., 22-23.

Em que este quer a luta de classes e traz praticamente a ruína, a fome, esmagando o capital e a técnica em proveito dum partido político, o comunismo, que se arvora em defensor das massas operárias e é o seu algoz, e o Sindicalismo orgânico que preconiza o acordo dos elementos da Produção impondo deveres e marcando direitos a todos eles, capital, técnica e mão-de-obra. É o tradicionalismo económico aplicado às conclusões da revolução da indústria moderna.³⁷

Prevía-se que o Estado nacional-sindicalista não iria estabelecer uma nova tirania, pois, a sua inspiração radicaria sempre no bem geral: «a Economia Nacional pública e privada tem de ser disciplinada e orientada pelo Estado Técnico [...] sempre que essa necessidade se imponha para o bem comum ou colectivo»³⁸.

O Estado seria o «chefe da Produção nacional»³⁹. Os «12 Princípios de Produção» e os «Princípios do Nacional-Sindicalismo» patenteiam o anticapitalismo do movimento, que se encontrava apegado ao imaginário de uma sociedade de pequenos produtores ameaçados pela concentração industrial e capitalista.

Rolão Preto foi o porta-voz das classes médias rurais e urbanas ameaçadas por aquilo que previa vir a ser o futuro do capitalismo liberal: um mundo dirigido por um capital anónimo que escravizaria os campos e transformaria a sociedade portuguesa num gigantesco corpo de proletários e de empregados de serviços.

Salazar resolvera a complexa questão financeira, mas urgia alterar e reformar o Estado segundo as propostas do corporativismo integral, única forma de estabelecer um maior equilíbrio da distribuição da riqueza, uma melhor distribuição da justiça social e eliminar a ameaça comunista.

Cabia ao Estado ou ao Estado Nacionalista construir ou coordenar grandes tarefas intervencionistas e disciplinadoras no campo económico e social: nacionalizar o capital e os deserdados do capitalismo, disciplinar os patrões, organizar em harmonia social, impor salários mínimos, reformas e seguros sociais.

³⁷ Preto, Rolão, *Balizas/ Manual do Sindicalismo Orgânico*, ob. cit. ..., p. 11.

³⁸ *Página do Operário*, “VII Princípio do N.S.”, n.º 18, (19-11-1932): 3.

³⁹ *Revolução*, “A orgânica do estado integral/ Xº princípio da produção”, ano I, n.º 179, (29/09/1932): 3.

CAPÍTULO 8

A OPERÁRIA SUBMISSA E A ILHA DISTÓPICA EM *OS FAMINTOS*, DE JOÃO GRAVE

António Martins Gomes¹

¹ CHAM - FCSH/UNL. E-mail: amgomes@fcs.unl.pt.

INTRODUÇÃO

João Grave, um autor pouco referenciado por historiadores e críticos da literatura portuguesa, faz a sua estreia em 1903 com a ficção romanesca *Os Famintos*, uma obra que narra os limites da resistência humana na sua árdua luta pelo pão. Redigido no dealbar do século XX, este romance assinala de forma inédita o crescente frenesim do mundo laboral e os novos problemas sociais, sobretudo o antagonismo de classes num momento de ascensão do capitalismo industrial, já muito próximo do crepúsculo da monarquia portuguesa. Num período em que a produção económica em Portugal vai perdendo as suas características artesanais e domésticas para obter cada vez mais uma linha mecânica e industrializada, esta obra descreve um dos primeiros movimentos de massas genuinamente proletários, e apresenta, em permanente contraste, duas formas de luta pelo pão e pela dignidade de todos aqueles que coabitam num espaço urbano marginalizado: de um lado, trabalhadores associados que reivindicam um salário mais justo, fazem greves na fábrica, manifestações na praça pública, e sofrem cargas policiais; do outro, Luísa, a jovem protagonista que prefere lutar por si própria e ficar isolada no seu mundo, sempre oposta ou indiferente a qualquer espécie de luta operária organizada.

No que diz respeito à produção literária deste complexo período finissecular, pretende-se ainda mostrar como este romance pode ser visto como uma das primeiras epopeias modernas do proletariado português; por um lado, apesar de o assunto não ser elevado ou de os seus diálogos não terem a correspondente eloquência retórica, este texto contém integridade narrativa e unidade de ação; por outro, a jovem e inocente Luísa também preenche todos os requisitos necessários para ser considerada uma nova heroína épica, quer pela sua hereditariedade determinista, quer pela luta singular que leva avante contra as várias adversidades que lhe surgem. Como figura romanesca, Luísa é uma *dramatis persona* que protagoniza uma nova forma de heroísmo épico, enfrenta novos desafios do mundo moderno e mantém-se consequente nos seus atos, como prova de que tal *exemplum* de herói singular, ordeiro e submisso ao poder, triunfa sobre o herói coletivo, indisciplinado e insurrecto.

Até aos nossos dias, tem escasseado a abordagem literária deste romance, talvez por omitir uma mensagem explícita sobre as formas

ativas de mudanças político-sociais, contrariamente a algumas obras de autores deste período, como as de Abel Botelho; com efeito, João Grave expõe algumas chagas abertas da sociedade e denuncia o lado mais sórdido da espécie humana, mas não lhes faz frente nem propõe sequer uma alternativa prática para combater ou erradicar as desigualdades sociais. A importância desta obra acaba por residir na forma inédita de descrever, sob uma focalização narrativa de predomínio feminino, as condições precárias do operariado urbano ou do trabalho fabril como um meio para a mulher entrar no mundo do vício e da prostituição. No fim, a protagonista sai vencedora numa luta que já não foi travada contra deuses e monstros da mitologia clássica, mas contra as complexidades mais adversas do quotidiano terreno; assim, Luísa assume-se como uma nova heroína épica na literatura portuguesa a representar os problemas inicialmente enfrentados pelo operariado feminino.

1. A EPOPEIA DE UMA HEROÍNA PROLETÁRIA

Após ter concluído os estudos preparatórios em Aveiro, João José Grave (Vagos, 1872 – Porto, 1934) frequentou a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde obteve a sua licenciatura em Farmácia. Contudo optou por enveredar pelo jornalismo, em cuja área desenvolveu uma carreira assinalável, quer como redator em diversos órgãos de imprensa, tais como o *Diário da Tarde*, o *Diário de Notícias* ou *O Século*, quer como colaborador em revistas como *Brasil-Portugal* e *Serões*, entre outras. Teve ainda outras funções a seu cargo, nomeadamente diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, chefe de redação da Editora Lello & Irmão, diretor da primeira edição do reputadíssimo *Lello Universal – Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, e Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

Apesar da diminuta valorização que a história da literatura portuguesa lhe tem atribuído, João Grave publicou uma extensa obra em prosa ao longo de mais de duas décadas, da qual podemos destacar o romance *A Eterna Mentira* (1904), que incide sobre um adultério praticado em ambiente pequeno-burguês, o romance *Gente Pobre* (1912), que narra aspetos da proletarização e da emigração rural nortenha, e um conjunto de contos coligidos em dois volumes, em torno da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, em 1918: ambos os títulos – *O Mutilado* e *Os Sacrificados* – prenunciam, como

horizontes de expectativa, as consequências negativas para um grande número de militares portugueses que ficaram feridos, estropiados ou perderam as suas vidas, na frente da batalha de La Lys, em França.

Até meados do século XX, o operariado português teve uma escassa atenção das artes, e especificamente do texto literário, na representação dos seus membros e do seu dia a dia, pois subentendia-se que o respetivo conteúdo e enredo principal associavam uma obra a um género inferior da *mimesis*. A partir das prósperas décadas da Regeneração e do Fontismo, a classe operária começa a surgir em curtos momentos de ação literária, como em *O Crime do Padre Amaro*. No romance inaugural do Realismo, Eça de Queiroz concebe uma personagem secundária chamada Gustavo, um revolucionário radical cheio de nobres ideais e adepto fervoroso da Associação Internacional dos Trabalhadores, da ideologia republicana, da Revolução espanhola e do federalismo ibérico; Eça, no entanto, não nutre grande simpatia por ele: nas duas primeiras versões (1875 e 1876), Gustavo é um tipógrafo anónimo, ama uma mulher a troco de dinheiro, não tem princípios morais e é desleixado na sua profissão; na última versão (1880), continua a ser um oportunista à espreita de um lugar no poder e subserviente com a aristocracia. Em 1881, Fialho de Almeida inaugura a narrativa naturalista com o conto «A Ruiva», no qual acompanha o percurso da jovem Carolina e expõe alguns episódios ligados ao seu trabalho numa fábrica de tabaco em Alcântara, tais como a prostituição e o vício do álcool.

Em 1854, *Hard Times*, de Charles Dickens, inaugura a descrição romanesca das péssimas condições do proletariado numa cidade industrial inglesa, sucedendo o mesmo com *Germinal* (1885), onde Émile Zola aborda uma greve de mineiros de carvão em França. *Amanhã*, de Abel Botelho, é a primeira obra na literatura portuguesa que expõe com minudência a mísera situação social do proletariado. Publicado em 1901, este extenso romance naturalista expõe o violento antagonismo de classes num momento histórico em que a reafirmação da doutrina católica colide com a propagação do associativismo libertário no seio do operariado lisboeta, em finais do século XIX; o seu enredo envolve a intensificação da luta violenta do operariado têxtil nos bairros ribeirinhos de Marvila e Xabregas, e o seu tempo de ação situa-se durante as celebrações do centenário do nascimento de Santo António, entre novembro de 1894 e junho de 1895.

João Grave, que também reviu e editou postumamente o romance incompleto *Amor Crioulo* (1919), de Abel Botelho, vai aderir à linha temática de *Amanhã*, mas desloca a ação para a cidade do Porto e situa-a em 1903, um dos anos de maior conflito existente em Portugal entre o operariado têxtil e o patronato. João Grave estreia-se assim na literatura com *Os Famintos*, um curto romance dividido em dez capítulos cujo enredo acompanha a resistência humana até aos seus limites na persistente e árdua luta pela vida e pelo pão. Os diálogos presentes possuem uma linguagem muito crua e coloquial, procurando a aproximação mais fiel ao calão nortenho e à gíria regional, em termos como *pregunta* ou *alevantar*.

Alguns anos mais tarde, em nota adicional à segunda edição (1915), João Grave salienta que aquelas páginas marcam, como um documento nítido e preciso, a sua iniciação na escrita ficcional. Ao aludir à importância temática do romance naturalista *Os Mistérios de Marselha*, de Émile Zola, o autor acrescenta que nenhum trabalhador deve envergonhar-se da sua profissão, e defende que a literatura e as artes devem atribuir um maior protagonismo à classe operária, pois considera que cada um dos seus membros é um modelo digno de figurar nas representações do real, independentemente do cânone estético.

Até aos nossos dias, têm sido raras as abordagens literárias deste romance, cuja ação se concentra nalguns espaços menos nobres da cidade do Porto, e focaliza uma ilha operária e uma tecelagem, não identificadas. Destaquemos João Gaspar Simões, que lhe atribuiu marcas neorrealistas numa escrita honesta e coerente², e Isabel Pires de Lima, que o inseriu na escola naturalista e considerou o melhor retrato do Porto operário³. Mais recentemente, Vítor Viçoso publicou um texto onde desenvolve algumas ideias fulcrais para uma melhor contextualização da literatura portuguesa finissecular, e, pela partilha de temáticas idênticas, enquadra o romance neste mesmo âmbito: «Entre 1899 e 1904, a literatura portuguesa é, aliás, prolífera na ficcionalização do miserabilismo operário nos meios urbanos, no quadro duma

² João Gaspar Simões, *História do Romance Português* (Lisboa: Estúdios Cor, v. III, 1978), 92.

³ Isabel Pires de Lima, *Trajectos: o Porto na memória naturalista (antologia)* (Lisboa: Guimarães Editores, 1989), 194-210.

industrialização e do desenvolvimento das relações capitalistas no último quartel do século XIX, [...]»⁴.

Em 2013, o sociólogo Eduardo Cintra Torres presta um valioso contributo para a abrangência multidisciplinar desta obra, tendo-a analisado com bastante argúcia e cotejado os episódios *literariamente* representados com os factos *verdadeiramente* ocorridos na greve de 1903, os quais foram noticiados em órgãos de imprensa da altura, tanto nacionais como regionais⁵.

Apesar de o enredo deste romance nunca ser associado diretamente a um acontecimento histórico particular, ou de a ilha operária, a fábrica têxtil e outros lugares episódicos por onde as personagens se movimentam e interagem terem rara identificação no mapa da cidade portuense, *Os Famintos* documentam a ascensão do capitalismo industrial no dealbar do século XX, a poucos anos da dissolução do regime monárquico em Portugal, e registam o crescente recrutamento de mão de obra feminina em contexto fabril num tempo em que ainda não há legislação a regular as duras condições de trabalho, ou em que as leis elementares em vigor não são devidamente aplicadas ou cumpridas.

Como pura curiosidade, a folha de rosto desta edição e a do célebre romance queiroziano *Os Maias*, editado em 1888, coincidem na mancha gráfica, no título no plural, no subtítulo (*Episódios da vida romântica / Episódios da vida popular*), na casa editora (Livreria Chardron) e no local de edição (Porto):

⁴ Vítor Viçoso, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular”, in *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX* coord. Sérgio Matos Campos (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002), 134.

⁵ Cf. Eduardo Cintra Torres, “Representação ficcional da greve geral e da multidão operária no Porto em 1903”, in *O Século do Romance: realismo e naturalismo na ficção oitocentista*, coord. António Apolinário Lourenço; Maria Helena Santana; Maria João Simões (Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2013), 75-87.

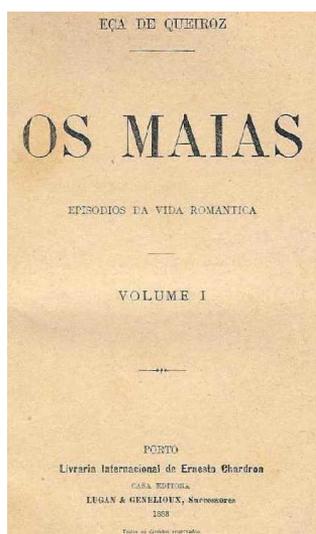


Figura 1. *Os Maias*, Eça de Queiroz

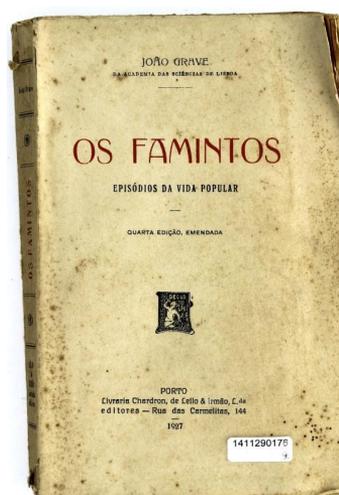


Figura 2. *Os Famintos*

Mas as similitudes entre o romance de Eça de Queiroz e o de João Grave ficam-se pelo paratexto tipográfico, pois em *Os Famintos* nunca

são narrados debates políticos por figuras de destaque, faustosos convívios em ambiente palaciano, ócios fúteis da alta burguesia, intrigas familiares ou dramas passionais. Os únicos protagonistas desta vastíssima família de famintos, cujos apelidos desconhecemos por completo, são operários pobres que vivem rodeados da maior miséria e lutam desesperadamente pela sobrevivência. Pão e sardinhas são os alimentos mais consumidos e partilhados no seio deste famélico grupo social. *Fome* é uma das palavras mais repetidas ao longo dos dez capítulos, tanto na enunciação do narrador heterodiegético como nos diálogos travados entre as personagens nortenhas; talvez se encontre aqui uma justificação plausível para a opção do autor pelo título definitivo da obra, a substituir o original, que está riscado no texto manuscrito, mas ainda suficientemente legível: *Os descalços*.

No início de *Os Famintos*, Manuel, que habita com a sua mulher e os três filhos um escasso tugúrio arrendado numa ilha operária, regressa bastante debilitado da fábrica têxtil onde trabalha, no final duma tarde de sábado:

Foi num sábado ao entardecer que Manuel, adoecendo de repente, abandonou o trabalho, com as faces cavadas numa funda ruga de amargura e os olhos acesos dum intenso brilho de febre. Sentira uma dor tão aguda, que teve de encostar-se, quase desfalecido, a uma parede para não cair desamparadamente. Perdera a noção das coisas exteriores e todos os objectos se agitavam à sua volta, em movimentos vertiginosos. A essa hora, na fábrica, ia um alegre rumor de vida. Rangiam os teares secamente e as máquinas arfavam com vigor, resfolegando como pulmões potentes.⁶

Afetado dos pulmões e sem condições financeiras para se tratar, este chefe de família é mais uma das vítimas mortais da tuberculose, doença oitocentista corrente, e é sepultado em vala comum, no Cemitério do Prado do Repouso. Viúva, Ana passa a vender hortaliças na cidade, e Luísa, como filha mais velha, passa a assumir a responsabilidade de substituir o pai na árdua e diária subsistência da família. Qual heroína épica apanhada na teia duma sólida organização

⁶ João Grave, *Os Famintos. Episódios da Vida Popular* (Porto: Chardron, de Lello & Irmão. 4.^a ed. Emendada, 1927), 1.

patriarcal e patronal, o destino obriga esta frágil e inocente personagem a abandonar o seu habitual espaço doméstico, aventurar-se por um frenético mundo industrializado e lidar com muitas personagens oponentes no seu caminho. Com sacrifício e amargura, a precoce operária Luísa irá percorrer sucessivas etapas da sua dura aprendizagem de vida e superá-las, a fim de conquistar uma felicidade recatada.

2. A ILHA OPERÁRIA

O romance setecentista *Robinson Crusoe*, em cujas páginas o autor inglês Daniel Defoe relata a história de um náufrago que sobreviveu 28 anos numa ilha deserta, é caracterizado como a epopeia primordial do homem burguês em luta pela sua afirmação pessoal; por analogia narratológica, esta obra de João Grave pode ser considerada uma epopeia do proletariado português, pois, apesar de não se lhe encontrar passados míticos, tradições populares ou assuntos grandiosos, segundo requer o cânone clássico, apresenta unidade de ação e integridade narrativa.

Como personagem romanesca, Luísa também preenche de certo modo todos os requisitos necessários para ser uma verdadeira heroína épica em demanda da sua afirmação individual, tal como os heróis de lendas populares, canções de gesta ou romances de cavalaria o faziam outrora por meio de artes mágicas ou objetos encantados: apesar de não ter uma ascendência nobiliárquica nem um elevado estatuto social, Luísa é corajosa, generosa e moralmente íntegra; para além disso, é consequente nos seus atos e é verosímil, pois as dificuldades que vai superando têm origem em factos reais. Se Ulisses e Eneias haviam descido às álgidas entranhas da terra, Dante às ardentes profundezas do inferno e Vasco da Gama aos procelosos abismos do mar, também Luísa irá cumprir esse incontornável tempo de catábase, ou seja, assistir à degradação da sua vida antes de ser recompensada com uma ligeira ascensão social; *mutatis mutandis*, é uma heroína moderna dos tempos fabris e do capitalismo industrial.

A ilha foi adquirindo, desde os tempos mais remotos, uma simbologia riquíssima na história e na cultura da humanidade. Relembremos alguns dos principais mitos efabulados em torno de espaços insulares: *Atlântida*, envolvida por círculos concêntricos como forma superior de perfeição platónica; *Avalon*, o centro de sabedoria e

de espiritualidade onde a espada Excalibur foi forjada; *Ogigia*, onde Ulisses retemperou as energias durante sete anos, antes de prosseguir a jornada; a ilha incógnita onde Santo Amaro pôde confirmar a existência do Paraíso terrestre como refúgio da vida mundana; a *Utopia* de Thomas More, microcosmos de um espaço perfeito e imutável; a *Ilha dos Amores*, arquitetada por Camões para a consagração épica dos marinheiros lusitanos; ou a *Neverland*, o lugar onde o jovem Peter Pan metaforiza a ausência da responsabilidade e da morte.

Porém, nenhuma característica da – ironicamente designada – «ilha» em que a jovem Luísa reside se identifica com as desses espaços lendários e simbolicamente perfeitos. Esta vasta e insalubre ilha é apenas uma entre as mais de mil ilhas operárias portuenses onde, no dealbar do século XX, se aglomeravam os trabalhadores pobres. Análogas às vilas e pátios lisboetas e de muitas outras cidades industriais, as primeiras ilhas nascem no início do Liberalismo e eclodem ao longo da segunda metade do século XIX, período em que a política fontista incrementa a industrialização no país e se dá, em consequência, uma forte afluência de população rural às grandes cidades. Com efeito, para os membros da classe trabalhadora, cuja maioria está ligada à indústria de fiação e tecelagem de algodão, como é o caso de muitas personagens do romance de João Grave, a única forma de obter um teto como abrigo era viver numa destas ilhas, apesar dos preços especulativos das rendas.

No final do século XIX, autoridades sanitárias e policiais, jornalistas e políticos começam a denunciar este vasto espaço habitacional, onde cerca de um terço da população portuense chegou a coabitar, como um foco de infeções e doenças que contribuíam para aumentar os índices de mortalidade urbana. Em 1881, é publicado o *Inquérito Industrial*, o primeiro documento oficial que alude às péssimas condições habitacionais de 90 mil operários fabris no país. A 27 de julho de 1885, o deputado republicano Rodrigues de Freitas publica «A miséria no Porto», no n.º 52 do jornal portuense *Folha Nova*, onde alude aos graves problemas sanitários registados naquela cidade. Em 1899, o médico Ricardo Jorge contabiliza um total de 1048 ilhas ali existentes, menciona a promiscuidade e a falta de higiene na vida de cerca de 50 mil pessoas, e alerta a comunidade para as consequências nefastas daquela situação, em defesa da saúde pública:

[...] renques de cubículos, às vezes sobrepostos em coxias de travesso. Este âmbito, onde se empilham camadas de gente, é por via de regra um antro de imundície; e as casinhas em certas ilhas, dessoalhadas e miseráveis, pouco acima estão da toca lóbrega dum troglodita. [...] São o acoito das classes operárias e indigentes que, mercê dum aluguer usurário, pagam o seu direito de residência a preço mais subido do que as classes remediadas. Há no Porto 1048 ilhas com 11 129 casas, o que dá uma média de 10,6 casas por ilha. [...] Vê-se que quase metade da gente do Porto mora e acama-se nas ilhas, gerando uma acumulação insalubérrima.

[...] habitações lóbregas e insalubérrimas onde se amesenda mais de um terço da população; há o desbaste das moléstias infecciosas pela licença do contágio; há enfim uma rede de incapacíssimos esgotos, rastilhando o solo e a água de imundície.⁷

Concentrada no espaço duma destas infortunadas ínsulas, a obra *Os Famintos* assume um determinismo geográfico, no sentido em que todo este aglomerado populacional estará sempre condicionado pelo meio em que nasce e se desenvolve:

Pequerruchos de tenra idade coçavam as chagas da cabeça com os dedinhos ulcerados e pediam pão, lacrimejando. Viam-se os interiores sem asseio, desconfortáveis e em revolta – ao fundo, alcovas sombrias, com catres de pinho nuamente expostos à observação irónica de toda a gente, como corpos sem virgindade; nas salas encardidas, três cadeiras, uma mesa e montões de farrapos, em promiscuidade com berços e louças.⁸

Mediante o panorama acima descrito, este espaço marginal de gente socialmente excluída nunca poderá ser interpretado como uma nova utopia, dada a inexistência de felicidade e harmonia, mas antes uma

⁷ Ricardo Jorge, *Demografia e Higiene na cidade do Porto* (Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara Municipal do Porto, 1899), 152 e 322.

⁸ Grave, 1927, 5.

distopia, ou seja, um *topos* deveras desconfortável para que alguém deseje permanecer ali.

3. AS LUTAS ÁRDUAS PELO PÃO

Em 1903, o algodão começa a ser negociado a preços de mercado bastante elevados e a indústria têxtil portuguesa entra numa crise profunda. Em maio, os trabalhadores fabris decidem iniciar uma greve, à qual aderiram cerca de 40 mil operários do Porto. Em alguns capítulos do romance, João Grave regista este episódio histórico de luta operária⁹, o qual havia sido desencadeado como resposta imediata à intenção manifestada pelos proprietários de «reduzir um vintém na mão-de-obra»¹⁰. Durante cerca de três meses, os grevistas enfrentarão algumas cargas violentas da polícia e da guarda civil, e assistir-se-á a um prolongado braço de ferro entre patronato e operariado quanto à distribuição dos lucros da produção num sector profissional que, na viragem do século, já estava identificado como um dos mais desvalorizados em termos de remuneração salarial, posicionando-se apenas acima do sector agrícola.

Em Portugal, as primeiras greves industriais mais expressivas em termos de mobilização ocorrem no início da década de 70 do século XIX, sob a influência ideológica da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), da III Revolução Francesa e da Comuna de Paris, e a esta nova forma de luta vão aderindo cada vez mais operários que, unidos em associações de classe, reivindicam um salário justo, a redução do horário laboral e a supressão do trabalho noturno¹¹. Esta greve em particular ocorreu entre maio e agosto de 1903 e foi

⁹ «Esta greve transformou-se, aliás, em greve geral na cidade, como consequência da solidariedade de outros grupos profissionais com os tecelões. A greve prolonga-se e a fome instala-se nos bairros populares, levando numerosos operários à mendicância.» (Marie-Christine Volovitch, “As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-1912)”. *Análise Social*. Vol. XVIII, 72-73-74 (1982): 1203).

¹⁰ Grave, 1927, 105.

¹¹ Para uma leitura complementar sobre a forma como as greves surgiram com o liberalismo e tiveram a sua evolução em Portugal, consultar José Tengarrinha, “As Greves em Portugal: Uma Perspectiva Histórica do Século XVIII a 1920”. *Análise Social*. Vol. XVII, 67-68, (1981): 573-601.

apoiada pela Confederação Têxtil do Porto e pela União Operária dos Trabalhadores, recém-formada sob o signo do socialismo libertário. Segundo Maria Filomena Mónica, esta greve foi um dos primeiros movimentos de massas genuinamente proletários em Portugal¹²; em certos momentos do romance, João Grave veicula esta mesma ideia quando se refere, por exemplo, às «heróicas resistências de luta, para a conquista do pão e uma igualdade tão arduamente sonhada e tão distante ainda.»¹³. Manuel Joaquim de Sousa, operário desses tempos difíceis, relata algumas das memórias pessoais que guardou e publicou:

Os grevistas, homens, mulheres e crianças — estas em maior número — contavam-se por milhares. Aglomerados em multidão, eles apresentaram-se na praça pública. Era um verdadeiro estendal de miséria, que comovia até os corações menos sensíveis. Saídos dos seus antros de miséria, nos bairros populosos das Antas, das Eirinhas, de S. Victor, do Monte Pedral, do Campo Pequeno, do Bom Sucesso, etc., onde vegetavam promiscuamente em apertadas casas de ‘ilha’, sem higiene, sem luz, sem ar, esfarrapados, esqueléticos, roídos muitos já pela tuberculose, os filhos sujos, desgrenhados e famélicos, minados já ou propensos àquela terrível doença, os grevistas só assim, apresentando-se como viviam, conseguiram cativar a opinião pública em seu favor.¹⁴

Outra das particularidades da greve que João Grave menciona na sua narrativa é a prática de atos violentos, comparável à que havia sido adotada no princípio do século XIX pelos *luddites*, grupos de operários ingleses que agiam na clandestinidade noturna com o propósito de destruir os espaços de produção capitalista e as máquinas que os

¹² Cf. Maria Filomena Mónica. “Os Operários Fabris: os Tecelões do Algodão”, in *Artesãos e Operários – Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1923)* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 185.

¹³ Grave, 1927, 111.

¹⁴ Manuel Joaquim de Sousa. *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante* (Lisboa: Antígona, 1989), 160.

mandavam para o desemprego; nesta obra, esse gênero de violência surge, curiosamente, por iniciativa feminina:

[...] as mulheres incitavam os homens à revolta e à violência, com exclamações obscenas; e, de saias apanhadas nas mãos trémulas, com enormes abadas de calhaus, alvejavam as vidraças.

[...] apedreje-se a fábrica, largue-se o fogo às oficinas – lembrou alguém.¹⁵

A jovem Luísa, uma entre muitas outras operárias da fábrica têxtil onde trabalhava, nascera no seio duma família humilde e católica, e fora educada a ter uma especial deferência e a ser submissa para quem tivesse uma condição social mais elevada: «É preciso tratá-los sempre com muito respeito a esses senhores – ensinara-lhe o pai noutros tempos. Eles podem tudo e não são da nossa igualha.»¹⁶. Ao ser a protagonista do romance e a legatária deste virtuoso mandamento patriarcal, Luísa simboliza a passividade e a falta de consciencialização política de grande parte da classe operária, sobretudo feminina, a maior vítima do capitalismo industrial e da inexistência de legislação laboral a proteger os trabalhadores.

Sob o ponto de vista desta inocente operária, existirá sempre uma segregação social entre o mundo do operariado, confinado à fábrica, e o mundo do capital, restrito à área do escritório: «[...] os patrões da fábrica eram desses senhores sobrenaturais. Se os via, tremia e corava, muito inquieta por estar perto deles.»¹⁷. Ao reprovar os seus colegas insurretos por recusarem aceitar a redução salarial imposta unilateralmente pelos patrões, Luísa está não só a reconhecer a inferioridade da classe social a que pertence, mas também a distanciar-se da luta político-laboral travada entre exploradores e explorados; em gíria popular, esta personagem revela-se uma operária «amarela», um curioso epíteto que, derivado do vocábulo francês *jaune*, começa a ser usado nesta altura em Portugal como designação pejorativa do trabalhador que não se colocava

¹⁵ Grave, 1927, 106.

¹⁶ Grave, 1927, 130.

¹⁷ Grave, 1927, 116.

ao lado dos seus colegas nas lutas organizadas pelas associações operárias: «Ouvira dizer vagamente que os patrões dariam menos dinheiro pelo trabalho; mas não estavam eles no seu direito? Não era a fábrica deles? Não podiam mandar para suas casas todos os operários? Pois revoltavam-se eles contra a mão generosa e boa que lhes dava o pão de todos os dias?»¹⁸.

Deste modo, esta obra procura descrever, em planos opostos, duas formas de lutar pelo pão e pela dignidade entre os que habitam num espaço de marginalidade urbana: de um lado, trabalhadores unidos que prosseguem com greves fabris, protestam nas ruas e exigem uma distribuição justa dos lucros da produção; do outro, a jovem operária Luísa, que aceita ser explorada, mostra-se indiferente à luta de classes, compreende a redução salarial imposta pelos patrões, e prefere prosseguir sozinha na sua luta diária.

Neste romance, a denúncia social está presente em diversas situações e o narrador, apesar do seu estatuto heterodiegético, não fica acabrunhado à porta das humildes casas dos operários, como sucedia na concisão descritiva da escola realista; ele atreve-se a entrar dentro desses espaços sórdidos e esconsos, e acompanha de perto algumas histórias de vida deplorável e promíscua dos operários e respetivas famílias. Num ambiente repleto de lamentos, doenças por curar e fomes por saciar entre paredes sombrias e húmidas, várias personagens femininas são identificadas como vítimas de violência doméstica, devido sobretudo a uma arreigada cultura patriarcal e ao consumo abusivo de álcool. É o caso do senhor Vitorino, que aos domingos gasta o dinheiro do trabalho semanal em álcool, antes de regressar a casa: «Hoje, corre ele todas as tabernas da cidade e à noite volta a casa como um cacho, a moer com pancada a mulher e os filhos. Má besta!»¹⁹. Para além de denunciar o consumo abusivo de álcool, mesmo em mulheres, regista episódios dessa costumada violência doméstica, como a Felismina, que morre de parto, ou a Rosa Vesga, que trabalhava desde madrugada para o marido, que, em estados de embriaguez, a espancava.

O romance *Os Famintos* é publicado num momento em que a produção económica em Portugal vai perdendo o seu modo artesanal e doméstico e se concentra cada vez mais em fábricas, espaços sombrios onde dezenas de operários chegam a agrupar-se debaixo do mesmo teto.

¹⁸ Grave, 1927, 129.

¹⁹ Grave, 1927, 165.

A meio da obra, o narrador descreve o frenesim do mundo laboral, a entrada madrugadora dos operários na fábrica, e expõe os vários problemas de saúde oriundos das entranhas daquele monstro devorador de vidas humanas, ao descrever o ruído contínuo das máquinas, a poluição expelida das chaminés e o pó fino a contaminar o ar inalado.

Causadora de elevadas taxas de acidentes, a fábrica começa a ser associada a um monstro exterminador, sendo os operários umas rudimentares e descartáveis peças de engrenagem da pujante revolução industrial, o regime escravagista dos tempos modernos. O operariado é a classe social recém-chegada ao mercado laboral e o trabalho fabril torna-se o novo modo de escravidão. Neste sentido, esta obra agrega histórias épicas de homens e mulheres que, literalmente, se matam a trabalhar por estarem em contacto permanente com níveis elevados de poluição sonora e ambiental.

Por último, sem ser de importância despreciable, João Grave denuncia o abuso patronal cometido sobre as operárias, um grupo vitimizado tanto por assédio sexual como por exploração salarial, pois as suas remunerações são bastante inferiores às dos trabalhadores masculinos. À semelhança do que sucede com a pobre e «necrófila» Carolina no conto naturalista «A Ruiva», de Fialho de Almeida, também o trabalho na fábrica facilita o acesso aos meandros da prostituição, uma alternativa muito tentadora para obter mais algum rendimento para o sustento da família. A experiência de vida da jovem e inocente Luísa é um bom exemplo disso.

Deste modo, a ilha operária e a fábrica têxtil são dois espaços contíguos que representam a pobreza enraizada e as queixas dos operários na sua reivindicação ininterrupta por melhores salários; similantemente, a tristeza sobrepõe-se à alegria, transmitindo a ideia da vida terrena como um sofrimento rotineiro, um pensamento que se articula com o decadentismo finissecular e com algum pessimismo schopenhaueriano: num momento de maior desalento, um dos operários sugere que os pobres não deviam gerar filhos para que a sua calamidade não se estendesse ainda mais pelas gerações vindouras.

4. A DENÚNCIA SOCIAL

Tal como na ficção naturalista de Abel Botelho, também João Grave procura denunciar várias patologias da sociedade portuguesa,

ousando expor as chagas ascorosas das suas feridas. Ao recorrer a fragmentos de tendência sentimentalista e ultra-romântica, onde os dramas passionais burgueses são substituídos pela indigência quotidiana da classe operária, o texto apela à piedade catártica do leitor; contudo, ao contrário de Abel Botelho, um autor mais empenhado numa literatura de tese política e de combate ideológico, falta uma mensagem ou uma proposta mais explícita na sua narrativa para uma desejada mudança político-social. João Grave descreve despidoradamente injustiças e misérias, mas não tenta combatê-las nem apresenta uma alternativa válida para as atenuar, dando a entender que, sob os supremos desígnios da hereditariedade genética e do determinismo social, existe uma imobilidade hierárquica em cada indivíduo.

Nesta obra, também persiste uma permanente evocação a Deus e a Nossa Senhora, e observa-se uma fé contínua e inabalável por parte da gente mais humilde; conformadas aos seus elevados estados de analfabetismo e catolicização, são muitas as personagens que rezam constantemente e anseiam por uma intervenção divina que as resgate da situação misérrima em que se encontram.

Ao descrever a imensa força da fé católica arreigada no proletariado, numa espécie de submissão a um poder espiritual oriundo de tempos ancestrais, João Grave revela estar em plena sintonia com as orientações programáticas emanadas da encíclica *Rerum Novarum* (1891), na qual o Papa Leão XIII determina a participação dos católicos na atividade política, repudia a violência da ideologia socialista e dos conflitos laborais, e defende a ideia romântica de um patronato mais compassivo para com o operariado. Por sua vez, o alento da fé católica cresce ainda mais a partir de 1895, com as celebrações do sétimo centenário de Santo António e a realização do Congresso Católico Internacional, em Lisboa.

No aspeto religioso, Luísa também surge representada como uma personagem-tipo, dado possuir marcas genuínas da cultura iletrada do operariado nortenho, cujos membros provinham sobretudo de comunidades rurais vincadamente tradicionais e católicas:

Enquanto ela encostava a cabeça do doente ao seio, os camaradas de Manuel davam-lhe explicações. Aquilo havia de ser o que Deus quisesse. Todos estavam sujeitos a tamanho mal. E aconselhavam paciência.

– Seja feita a vontade do Senhor – interrompeu Ana, afagando com ternura o marido que tinha os cabelos empastados em suor.

– Amém! – murmurou o coro.

[...]

– O que nós poderíamos ser, António, se Deus tivesse pena de nós.²⁰

Luísa é, em toda a extensão temporal do romance, uma *dramatis persona* condenada ao isolamento. Para sobreviver, a heroína de *Os Famintos* segue o curso do seu destino, trava diversos combates solitários contra as adversidades e procura ultrapassar os sucessivos e crescentes obstáculos que lhe vão surgindo pela frente, tais como a vida na ilha, a morte prematura do pai, a condição de operária têxtil e de criada, a greve dos operários, a prostituição com estudantes e marinheiros, a fome, a mendicidade, a prisão, a tuberculose ou o vício do álcool. No desenlace, os grevistas permanecem na ilha, em condições semelhantes às que tinham antes de iniciarem os seus violentos protestos; a operária Luísa, devota à fé católica, obediente aos patrões, dedicada ao trabalho e distanciada da luta dos camaradas insubordinados, consegue, com a adjuvância dum jovem amigo, sair da ilha operária e mudar-se para uma habitação mais digna, fora da cidade e rodeada de arvoredo.

Como mensagem final do seu romance, João Grave pune a ascensão social obtida por via revolucionária e solidária e recompensa o cumprimento dos deveres de forma ordeira e solitária. A desigualdade social não deve, pois, ser combatida pelo recurso ao associativismo operário ou à ideologia socialista, pois só as boas práticas inerentes à doutrina católica poderão concorrer para garantir a paz social e o respeito mútuo dos direitos e deveres laborais entre patrões e operários. Assim, Luísa, que preferiu ser fura-greves, amarela e traidora da luta travada pelo movimento associativista, acaba ironicamente por sair vitoriosa. No desfecho desta epopeia moderna, o herói singular triunfa sobre o herói coletivo, porque o seu destino não é coincidente com o da comunidade a que pertence; mediante esta premissa, a estratégia narrativa de João Grave passa por declinar a conceção hegeliana de povo

²⁰ Grave, 1927, 106.

como motor da História, privilegiando antes uma interpretação determinista que justifica a função desta classe como agente secundário da sociedade, *laborator* da *polis* e paradigma de um espaço perpetuamente dividido entre ricos e pobres.

Num tempo em que a produção se intensifica com o desenvolvimento do capitalismo industrial, João Grave compadece-se, sem dúvida, dos operários e dos humildes residentes da ilha, e alude às «heróicas resistências da luta, para a conquista do pão». Com efeito, este autor é um precursor na denúncia de várias injustiças sociais, mas, dando continuidade às reflexões do sociólogo Eduardo Cintra Torres²¹, transmite apenas a ideia de obediência ao poder ou da docilidade da classe trabalhadora como condição *sine qua non* para garantir os tempos de concertação social.

Neste romance de João Grave, parece ecoar a mesma inquietação finissecular que Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros «Vencidos da Vida» haviam sentido na década de 90 perante a ameaça iminente de uma revolução de baixo, a ser liderada por uma hidra acéfala, sem talento para conduzir o republicanismo arruaceiro da massa popular; em contraponto, tanto o narrador como a heroína estimulam exemplarmente a prática da filantropia entre os seres humanos mais miseráveis, embora sempre à margem da agitação política, do associativismo e da luta de classes. O apelo mais veiculado dirige-se, pois, ao exercício de solidariedade, entendida aqui no sentido restrito de caridade cristã, a começar no âmago das famílias mais humildes e a alargar-se ao vizinho, ao amigo e a outras formas legais de organização comunitária do operariado. Em tempos de fome e de luta pelo pão, o amor deve prevalecer sobre o ódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, *Os Famintos* documentam alguns conflitos sociolaborais num tempo de crescente industrialização, e veiculam a mensagem idílica de que a classe operária pode ser feliz se respeitar o poder e cumprir todos os seus deveres cívicos e morais. Fazendo aqui um jogo semântico com o apelido deste epígono da escola naturalista, dir-se-ia que João Grave é contra a greve; com efeito, através da ação de

²¹ Cf. Eduardo Cintra Torres, “Representação ficcional da greve geral e da multidão operária no Porto em 1903” (2013), 86-87.

uma nova heroína épica, é-nos proposta a tese de que não é com manifestações desordeiras nem de punho erguido que a luta pelo pão faz mais sentido; pelo contrário, a verdadeira paz social conquista-se por via do forte espírito de solidariedade cristã, a ser praticada por um operariado dócil, exemplificado em Luísa, a operária que cumpre as ordens patronais e se arreda do associativismo político e da luta de classes.

Ao longo de quatro edições no século XX (1903, 1915, 1920 e 1927), a forma de distopia veiculada no romance *Os Famintos* sobreviveu à implantação da República e subsequente laicismo social, e renovou o alento com as aparições marianas em Fátima. Para além disso, esta obra literária pode ainda ser interpretada como um presságio da política do Estado Novo, regime ditatorial que também procurará quebrantar o associativismo dos trabalhadores para controlar melhor uma classe operária deveras católica, patriótica e serena. Para os efeitos tidos por convenientes, e sempre a «bem da Nação», os três «efes» darão o seu inebriante contributo para manter ao rubro a chama das tradições mais provectas.

Dedico este texto aos meus avós Alzira e Francisco, operários fabris que também não chegaram à idade de aposentação nem empunharam os cravos de Abril.

CAPÍTULO 9

LA SOCIALDEMOCRACIA ALEMANA Y LA CREACIÓN DE LA UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES¹

Antonio Muñoz Sánchez²

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL57/2016/CT10/2019/NT-HIST-02.

² Investigador del Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

INTRODUÇÃO

En abril de 1973, veintiséis activistas demócratas portugueses encabezados por Mario Soares se reunieron en un pueblo de la Renania y fundaron el Partido Socialista (PS). Sin apenas recursos, el nuevo partido buscó la ayuda de la Internacional Socialista (IS) y también de la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL), con la que concertó una entrevista para el mes de junio. La cita era bienvenida en la CIOSL, desde hacía tiempo deseosa de poner pie en aquella casi *terra incognita* que para el conjunto del sindicalismo europeo era Portugal, sumido desde 1933 en la bizarra dictadura de Salazar y ensimismado desde 1961 en una desesperada guerra colonial. Al contrario que en la vecina España, donde la oposición sindical a Franco había resurgido con fuerza en los años sesenta al calor de la rápida industrialización y sus diferentes corrientes establecieron relación con organizaciones hermanas europeas, en el menos desarrollado Portugal el movimiento obrero se había mantenido incipiente y sin proyección externa³. Los intentos de la CIOSL de establecer contactos en Lisboa habían sido insatisfactorios⁴. Y tampoco el millón de trabajadores portugueses en Europa habían ayudado a tender puentes con el país ibérico. Mientras por ejemplo en la RFA la Confederación Alemana de Sindicatos (DGB) se había atraído a decenas de miles de *gastarbeiter* españoles⁵, y gracias a ellos pudo estrechar aún más los lazos con el movimiento obrero en la España de Franco, con los emigrantes portugueses el trabajo sindical no había dado apenas fruto⁶.

³ J. Barreto, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, n. 125-126, 1º-2º, (1994).

⁴ Informe de la CIOSL sobre Portugal, International Institute of Social History (IISH), Amsterdam, CIOSL 2995.

⁵ A. Alted, *UGT y el reto de la emigración económica, 1957-1976* (Madrid: Fundación Francisco Largo Caballero, 2010); A. Muñoz Sánchez, “Max Diamant und die Arbeit der IG Metall mit den spanischen Arbeitsmigranten – eine neue Form internationalen Solidarität”, in *Max Diamant - Sozialist, Exilant* eds. J. Platz, A. Muñoz, P. von zur Muhlen (Gewerkschafter: Archiv der sozialen Demokratie, Bonn, 2017).

⁶ Max Diamant (director de la oficina de asistencia a los *gastarbeiter* en el IG Metall) a Mario Soares, 22.9.1970, Fundação Mario Soares, Lisboa, DRC 04283.001. En Francia los emigrantes portugueses tampoco se sindicaron apenas, según V. Pereira, *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*, (Lisboa: Temas e debates, 2014), 411-412.

Desconectada de la realidad portuguesa, la CIOSL se había visto sorprendida por el surgimiento en octubre de 1970 de la Intersindical, un grupo de coordinación de 14 de los 325 sindicatos corporativos que, al calor de la liberalización impulsada por el nuevo dictador Caetano, habían pasado a manos de activistas demócratas en votaciones limpias⁷. Cuando la CIOSL logró contactar con algunos de sus miembros, ya la máquina represiva se había puesto en marcha y en julio de 1971 fue ilegalizada⁸. La presión policial fragilizó las corrientes socialista y cristiana de la Intersindical, que pasó ahora a estar claramente dominada por los activistas del Partido Comunista Português (PCP), principal grupo de oposición a la dictadura, habituado a actuar en la clandestinidad⁹. Con estos precedentes, la CIOSL solo podía alegrarse de que el flamante PS quisiera ganar influencia en el ámbito sindical y tratara de apoyarse en los compañeros europeos.

A la reunión en Bruselas con el secretario general de la CIOSL Otto Kersten acudieron el responsable de relaciones internacionales del PS, exiliado en París, y dos activistas del interior¹⁰. La entrevista, lejos de cumplir las expectativas, sería un diálogo de sordos. La influencia real de los socialistas en el movimiento obrero fue un tema obviado por los visitantes, quizás para camuflar su inanidad en ese ámbito. Si el partido tenía una estrategia para ensanchar su base social entre los trabajadores tampoco consideraron relevante exponerla. Los compañeros pedían ayuda pero sin dejar claro cómo y para qué. «Avec qui devons-nous travailler?», preguntó impaciente el alemán Kersten. «Avec la Intersindical», contestaron los portugueses al unísono. A la cuestión de cuál era la ideología dominante en la organización, respondieron que el asunto era un verdadero «imbroglio». Ni los llegados del interior se ponían de acuerdo: para uno, los elementos más destacados de la Intersindical eran socialistas; para el otro, comunistas. Buscando una salida constructiva, Kersten propuso reunirse en una ciudad europea con

⁷ J. Barreto, Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano, *Análise Social*, n. 105-106, (1990).

⁸ H. Maier (CIOSL) a Gerd Muhr (DGB), 7.9.1971, IISH, CIOSL 2295.

⁹ João Madeira, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

¹⁰ Francisco Ramos da Costa, el abogado Marcelo Curto y el periodista André Gonçalves.

diez sindicalistas del interior para conocerse y debatir sobre una posible cooperación, idea que fue desaconsejada por la delegación del PS. Ante un panorama tan incierto, la CIOSL se resistió a dar satisfacción a los compañeros: no se podía financiar sin más a la Intersindical, «parce nous ne voulions pas que, disons dans X années, notre travail ait profité à la [comunista] F[ederation] S[indicale] M[ondial]»¹¹.

Cuando el 25 de abril de 1974 el Movimiento de las Fuerzas Armadas (MFA) derrocó al Estado Novo y abrió las puertas a la última revolución de izquierdas del siglo XX, el PS de Mario Soares contaba con unos cincuenta afiliados, la mayoría profesionales de Lisboa miembros de la masonería, desconocidos para casi todos los portugueses y sin apenas contacto con el movimiento obrero. Pese a sus graves carencias, el PS acabaría por convertirse en el partido más relevante de la Revolución de los Claveles, arrebatando la hegemonía de la izquierda al poderoso PCP y alzándose como líder natural de la mayoría social que se opuso a la implantación de un *socialismo a la portuguesa* como deseaban el MFA y los comunistas. El PS formaría además los primeros gobiernos electos en más de medio siglo y sería protagonista del proceso de consolidación democrática que culminó con la adhesión a la CEE en 1986¹².

Existe consenso en la historiografía en considerar que el apoyo externo fue crucial para catapultar al PS al centro del tablero político durante la transición y favorecer así la implantación de una democracia de tipo occidental¹³. Los investigadores interesados en la vertiente exterior de la democratización portuguesa han dedicado por ello atención preferente a la acción de gobiernos y organizaciones de la izquierda moderada europea¹⁴. En el ya amplio repertorio de estudios

¹¹ Informe de la entrevista, 6.6.1973, IISH, CIOSL 2995.

¹² D. Castaño, Mário Soares e a Revolução (Alfragide: Dim Quixote, 2012)

¹³ K. Maxwell, *The Making of Portuguese Democracy* (New York: Cambridge University Press, 1995); M. del Pero, «A European solution for a European Crisis. The international implications of Portugal's Revolution», *Journal of European Integration History*, n. 15, 1, (2009).

¹⁴ J. Antunes Sablosky, *O PS e a transição para a democracia. Relações com os partidos socialistas europeus* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000); W. Kaiser, C. Salm, «Transition und Europäisierung in Spanien und Portugal. Sozial- und christdemokratische Netzwerke im Übergang von der Diktatur zur parlamentarischen Demokratie», *Archiv für Sozialgeschichte*, n. 49, (2009); A. M. Fonseca, «É Preciso Regar os Cravos! A Social-democracia alemã e a transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)» (Ph.D. thesis, ICSTE-IUL, Lisboa

sobre el tema se hace sentir sin embargo la llamativa ausencia del movimiento sindical, un actor relevante en la política europea y en el conjunto de las relaciones internacional durante la guerra fría¹⁵. Qué hizo el sindicalismo no comunista europeo tras el 25 de abril de 1974 para superar su absoluta desconexión con Portugal y ejercer algún tipo de influencia en el convulso proceso de transición, cómo se posicionó tras la revolución en la lucha cada vez más enconada entre la tendencia sindical mayoritaria cercana al PCP y la minoritaria cercana al PS, o cuál fue su contribución al nacimiento de la moderada União Geral de Trabalhadores (UGT), son algunas cuestiones a las que los historiadores no han dado todavía respuesta¹⁶. Hacerlo permitiría no solo comprender mejor las dinámicas de las izquierdas en la enrevesada transición democrática en Portugal o la relevancia de los actores externos en la *europización* de la Península Ibérica tras las dictaduras postfascistas¹⁷. También nos daría una visión más profunda del sindicalismo en las relaciones internacionales durante la era de la *détente*, pues por vez primera vez desde el inicio de la guerra fría en Portugal sindicatos del

2011); F. Kassem, «Choosing a foreign policy for French Socialists. The case of the democratic revolution in Portugal (1974-1981)», *Zeitgeschichte*, n. 2, 40, (2013); A. Simões do Paço, «El gobierno Wilson (1974-1976). Europa y la revolución portuguesa», *Ayer*, n. 99, 3, (2015); D. Castaño, «‘A practical test in détente’: International support for the Socialist Party in the Portuguese Revolution (1974-1975)», *Cold War History*, n. 15, 1, (2015); A. Muñoz Sánchez, «Entre solidaridad y realpolitik. La socialdemocracia alemana y el socialismo portugués de la dictadura a la democracia», *Hispania Nova*, n. 15 (2017); A. Granadino, «Possibilities and Limits of Southern European Socialism in the Iberian Peninsula: French, Portuguese and Spanish Socialists in the mid-1970s», *Contemporary European History*, n. 28, 3, (2019).

¹⁵ A. Carew, M. Dreyfus, G. Van Goethem, R. Gumbrell-McCormick, M. van der Linden (eds.), *The International Confederation of Free Trade Unions*, (Bern: Peter Lang, 2000); R. A. Waters Jr., G. Van Goethem (eds.), *American Labor's Global Ambassadors. The International History of the AFL-CIO during the Cold War* (New York: Palgrave, 2013).

¹⁶ Con la única excepción de V. Hulden, «The AFL-CIO and Portuguese Labor in the Wake of the 1974 Coup», comunicación presentada en la European Social Science History Conference 2014. Por lo que se refiere al apoyo de los sindicatos comunistas europeos de los dos lados del telón acero a la Intersindical portuguesa durante y después de la Revolución de los Claveles, no existe hasta ahora ningún estudio.

¹⁷ Como acercamiento al tema, véase S. Ramírez Pérez, «Iberian Trade Unions and the EFTU: from the periphery to the centre», in *A multilevel social relations history. Unions into Etuc and Etuc into European societies* A. Ciampani, P. Tilly, (Brussels: European Trade Union Institute, 2016).

Este y los del Oeste tuvieron ocasión de ejercer influencia en pacífica concurrencia.

Este texto pretende ser una pequeña contribución al estudio de la vertiente externa de la *transición sindical portuguesa*. Se concentra en el papel de la socialdemocracia alemana, reconocida por los estudiosos como la punta de lanza de la *pacífica intervención* de la izquierda moderada europea en Portugal durante la Revolución. Interesa aquí conocer cómo percibió la socialdemocracia alemana la cuestión sindical tras el 25 de abril, qué instrumentos utilizó para tratar de influir en la misma, con qué actores cooperó y qué iniciativas impulsaron conjuntamente. El texto traza apenas las líneas maestras de la historia y da especial relieve al proceso de gestación de la UGT, en que los alemanes se implicaron masivamente. La imposibilidad de acceder a documentación primaria portuguesa no permite afirmaciones concluyentes sobre el impacto final de las iniciativas impulsadas desde la RFA. En todo caso, quedará en evidencia que fue relevante al menos en el surgimiento de la UGT, lo cual contradice la historia oficial del sindicato, que no otorga ninguna importancia al apoyo externo¹⁸.

1. UNA REVOLUCIÓN SOCIALISTA SIN SINDICALISMO SOCIALISTA

El colapso del *Estado Novo* desató una euforia colectiva y un carrusel de acontecimientos felices que han quedado grabados en el imaginario colectivo portugués. Durante días la gente celebró en las calles la llegada de la libertad. Los presos políticos salieron de las cárceles y en las celdas se encerró a agentes de la odiada policía política del régimen. Los exiliados regresaron, entre ellos Álvaro Cunhal y Mario Soares, quienes marcharon juntos en Lisboa el 1.º de Mayo de 1974, convertido en una gigantesca demostración de apoyo popular al MFA. Activistas demócratas desplazaron a los funcionarios de los gobiernos locales y de toda clase de organismos corporativos. En los medios de comunicación, comisiones de trabajadores destituyeron a directores y redactores afectos al régimen. Los líderes de la oposición,

¹⁸ J. M. Brandão de Brito, C. Rodrigues, *A UGT na história do movimento sindical português, 1970-90* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

entre ellos dos comunistas, fueron nombrados ministros del Gobierno Provisional¹⁹. Al calor de una crisis económica iniciada en 1973, se produjeron movilizaciones reclamando mejoras salariales y laborales. Totalmente desprestigiada, la policía se inhibió ante las protestas, que crecieron hasta convertirse en un masivo movimiento cuyas reivindicaciones se hicieron cada vez más radicales²⁰. Así, muy pronto la presión de la calle marcó el rumbo de una transición cuyos dirigentes, los militares, carecían de una visión clara de adonde querían llevar al país²¹.

La pacífica revolución de Portugal despertó simpatías entre los sectores progresistas europeos, y pronto peregrinaron al país activistas de la variopinta izquierda post 68 y funcionarios de partidos y sindicatos²². Con motivo del 1.º de Mayo, una delegación de la CIOSL visitó Lisboa y días más tarde lo hizo el propio Otto Kersten acompañado de representantes de diez sindicatos miembros. La impresión en la CIOSL tras el primer contacto con el Portugal liberado fue muy negativa. En cuestión de días, la Intersindical había tomado control de los sindicatos corporativos, que al igual que otros organismos de la dictadura seguiría existiendo hasta la aprobación de una nueva Constitución. Como bastión de la oposición a la dictadura y como organizadora del glorioso 1.º de Mayo, la Intersindical gozaba ahora de enorme prestigio. Sus responsables («tous communistes») trataron de convencer a Kersten de que la organización era políticamente plural, por lo que no se afiliaría a la CIOSL o la Fsm. En todo caso, como única expresión del movimiento obrero portugués, la Intersindical reclamaba en exclusiva la gestión de la solidaridad internacional²³. Contra ello

¹⁹ Álvaro Cunhal fue nombrado ministro sin cartera y Avelino Gonçalves ministro de Trabajo.

²⁰ D. Palacio Cerezales, *O poder caiu na rua. Crise de Estado e ações coletivas na Revolução Portuguesa 1974-1975* (Lisboa: ICS, 2003); R. Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-1975* (Lisboa: Bertrand, 2014).

²¹ J. Sánchez Cervelló, *La revolución portuguesa y su influencia en la transición española, 1961-1976* (Madrid: Nerea, 1995); R. H. Chilcote, *The Portuguese Revolution. State and Class in the Transition to Democracy* (Plymouth: Rowman and Littlefield, 2010).

²² V. Pereira, «Será que verei Lisboa? Peregrinações de franceses no Processo Revolucionário em Curso», *Relações Internacionais*, n. 25, (2010); M. Mc Grogan, «Rendez-vous with a revolution: British socialists in Portugal, 1974-5», *Interventions. International Journal of Postcolonial Studies*, n. 19, 5, (2017).

²³ Acta del Comité Ejecutivo de la CIOSL, 30-31.5.1974, IISH, CIOSL 2995b.

advertía ahora sin embargo Mario Soares, que trataba de convencer a los compañeros europeos del peligro que los comunistas representaban para la naciente democracia²⁴. Siguiendo este consejo, el Comité Ejecutivo de la CIOSL decidió no entregar fondos de solidaridad a la Intersindical y desarrollar todas sus actividades en Portugal «en collaboration étroite avec le parti socialiste»²⁵.

La frialdad de la CIOSL con la Intersindical fue bien recibida en la RFA por la gobernante socialdemocracia, muy preocupada con la influencia de los comunistas en el nuevo contexto político portugués y convencida de que la democracia sólo podría triunfar si las fuerzas moderadas contaban con apoyo externo masivo²⁶. Apoyo que en el caso del PS debía tener un tratamiento especial en el ámbito sindical, pues los socialistas eran aquí unos auténticos inocentes (*Waisenknaben*) frente a los experimentados comunistas²⁷. Estos estarían además recibiendo un fuerte respaldo de Europa del Este, que ni siquiera se preocupaban de ocultar. Así, una delegación de la FSM de visita en Lisboa en mayo declaró que llevaban una década apoyando a los camaradas portugueses, y semanas más tarde otra delegación del sindicato único de la RDA anunció la donación de 40.000 dólares²⁸. La coincidencia de criterio, unido a la confianza que depositaban en Kersten, antiguo secretario general de la DGB, llevó a los dirigentes sindicales alemanes a reconocer el liderazgo de CIOSL en la puesta en marcha de medidas de apoyo al *sindicalismo libre* en Portugal. Situación ésta muy diferente a la que se verificará en la colaboración entre partidos. Aquí, el Spd decidirá respaldar al PS sin intermediarios al entender que la debilitada

²⁴ D. Castano, Mário Soares e a Revolução, pp. 101-107.

²⁵ Acta del Comité Ejecutivo del a CIOSL, 30-31.5.1974, IISH, CIOSL 2995b.

²⁶ Hans-Eberhard Dingels (secretario de relaciones internacionales del SPD) a Erwin Kristoffersen (secretario de relaciones internacionales de la DGB), 13.5.1974, Archiv der sozialen Demokratie (AdsD), Bonn, Friedrich Ebert Stiftung (FES) Hausakten 12799; nota de la Fundación Ebert sobre la reunión de la IS en Roma el 6 de junio de 1974, AdsD, FES Hausakten 2972.

²⁷ Wilhelm Dröscher (presidente de la fracción socialista del Parlamento Europeo) a Hans-Eberhard Dingels, 20.6.1974, AdsD, FES Hausakten 12801.

²⁸ Informe de la embajada de la RFA en Lisboa sobre la influencia comunista en los sindicatos portugueses, 4.6.1974, AdsD, FES Hausakten 2972; informe de la embajada de la RFA en Lisboa sobre la visita de una delegación de la FDGB a Lisboa, 31.7.1974, AdsD, FES Hausakten 12795. 40.000 dólares de 1974 corresponden a 217.517 dólares de 2019.

Is no era capaz de dinamizar una acción del socialismo europeo en Portugal que, además de eficaz, anulase la temprana ofensiva de François Mitterrand para promover en el país ibérico su idea de *unión de la izquierda*, la cual provocaba auténtica aprensión en Bonn²⁹.

Para concebir junto al PS un programa de colaboración, a finales de junio la CIOSL envió a Lisboa al español Manuel Simón y al alemán Dieter Wagner. Sendos expertos constataron sorprendidos el carácter puramente mesocrático del PS, un partido que, llamándose obrero, no contaba con ningún trabajador en sus filas. Mientras los socialistas trataban de iniciarse en los secretos del sindicalismo, los comunistas estaban ya trabajando por convertir la Intersindical en la central única del Portugal democrático, para lo cual contaban con la ayuda inestimable del ministro de Trabajo, del PCP³⁰. En tales circunstancias, podría parecer que la única forma de evitar el monopolio comunista en el ámbito laboral era que los moderados tomasen el poder político e implantasen un modelo sindical pluralista. Sin embargo, esta era una opción a descartar porque no tenía apoyos ni siquiera en el PS, que defendía como toda la izquierda la *unidad* de la clase obrera. Para la CIOSL resultaría por ello «muy peligroso abandonar la esperanza de un sindicato único antes de que los propios portugueses lo hagan». Si no quería ser acusada de promover el «divisionismo», el sindicalismo socialista europeo no tenía más remedio que colaborar de alguna forma con la Intersindical³¹. Asesorados por Wagner y Simón, los socialistas portugueses crearon a inicios de julio el Centro de Estudos para a Criação de Novos Sindicatos (CECNS), de cuyo sostenimiento respondía la CIOSL. El pronto renombrado Centro de Estudos Sindicais (CES) estaba dirigido por Marcelo Curto y su *leit motiv* era potenciar la corriente no comunistas en la Intersindical mediante seminarios de formación y promover la fundación de sindicatos entre grupos hasta entonces no organizados como funcionarios, agricultores y pescadores. El CES contaba además con el asesoramiento de Manuel

²⁹ M. Di Donato, “Un socialismo per l’Europa del Sud? Il Ps di François Mitterrand e il coordinamento dei partiti socialista dell’Europa meridionale”, AA.VV., *Nazioni e narrazioni tra l’Italia e l’Europa* (Roma: Aracne, 2013).

³⁰ Informe de la misión de Simón y Wagner del 24 de junio al 7 de julio de 1974, IISH, CIOSL 2995.

³¹ Informe de Dieter Wagner sobre su misión a Portugal, s.f., AdsD, FES Hausakten 12800.

Simón, que en agosto se instaló en Lisboa como delegado permanente de la CIOSL. Considerando que las iniciativas de su compañero Otto Kersten eran las apropiadas, la socialdemocracia alemana se inhibió definitivamente de la asistencia a los socialistas portugueses en el ámbito sindical y se concentró en apoyar a través de la Fundación Ebert al todavía ínfimo PS a preparar las cruciales elecciones previstas para la primavera de 1975³².

La pluralidad ideológica del PS, que dificultaba la definición de una estrategia sindical, y las carencias estructurales de la organización, iban a ser sin embargo serios hándicaps para el desarrollo del proyecto de la CIOSL en Portugal³³. En flagrante contradicción con su participación en el gobierno, los socialistas apoyaron las huelgas *salvajes* que estallaron a partir de mayo de 1974 con la única intención de ganarse la simpatía de los trabajadores diferenciándose de los comunistas que, en su afán por demostrar su sentido de estado, condenaron las protestas con más vehemencia incluso que el conservador presidente, el general Antonio Spínola³⁴. Aunque tenían escasa influencia sobre este poderoso movimiento asambleario al margen de la Intersindical en el que la extrema izquierda marcaba el tono, los socialistas pudieron vivir en la ilusión de que les estaban creciendo alas sindicales de forma natural. El trabajo de formación no les parecía por tanto prioritario, para desespero del representante de la CIOSL que apenas logró mover al CES a organizar tres seminarios en 1974³⁵. La dinámica política alimentaba además esta exagerada autosatisfacción del PS. La progresiva radicalización de la Revolución, que llevó a la dimisión de Spínola a finales de septiembre, acabó con el ambiente de unidad que reinaba en Portugal desde el 25 de abril y el PCP comenzó a ser atacado por su supuesta agenda oculta para acabar con la democracia. En enero de 1975 se presentó un proyecto de ley inspirado por el PCP que consagraba la unidad sindical a todos los niveles, y no solo a nivel confederal. El PS

³² A. Muñoz Sánchez, *Die Friedrich-Ebert-Stiftung in Portugal (1965-90)*, Bonn, Dietz (en prensa).

³³ M. Á. Pérez Suárez, Portugal, “La lucha imposible de los socialistas por la hegemonía sindical”, in *Transición y democracia. Los socialistas en España y Portugal* eds. A. Mateos, A. Muñoz Sánchez (Madrid: Fundación Pablo Iglesias, 2016).

³⁴ R. Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand Editora, 2011), 42-115.

³⁵ Informe del CES sobre sus actividades, s.f. [inicios de 1976], IISH, CIOSL 2995; entrevista del autor a Manuel Simón, Madrid, 3.7.2014.

lanzó entonces una campaña contra la «unicidade sindical» impuesta desde el poder, que presentó como parte de un supuesto plan del PCP para sovieterizar Portugal. Impulsado por la ola anticomunista desatada ya en el país, el PS ganó con un 38% de votos las elecciones a la Asamblea Constituyente celebradas en abril, triplicando el resultado del PCP. Tras la promulgación ese mismo mes de la Ley Sindical, los sindicatos tenían cuatro meses para elegir nueva directiva. En línea con el reflujo general de los comunistas, sus listas fueron derrotadas en todos los sindicatos de servicios por las listas comunes de socialistas y extrema izquierda. Las elecciones sindicales desarrolladas durante el «verano caliente» de 1975, abrieron así inesperadas perspectivas a los socialistas, que sin embargo no iban a saber aprovechar³⁶.

La táctica del PS de unirse a troskistas y maoístas se cobraba ahora su precio. En la mayoría de los sindicatos conquistados por listas no comunistas, las diferencias dentro de la nueva dirección eran tan grandes que llevaban al desgobierno. Cuando el bloqueo no se resolvía con un regreso de la anterior dirección comunista, los socialistas acababan perdiendo el control del sindicato ante sus aliados de extrema izquierda, mucho más bregados en el trabajo de organización³⁷. La escasa formación seguía siendo un problema crónico de los sindicalistas socialistas. El CES apenas había conseguido avances en la capacitación de cuadros y se había ganado la fama de ser extremadamente burocrático y distanciado del trabajo de base³⁸. Insatisfecha con su proyecto en Portugal, la CIOSL decidió durante 1975 reducir su ayuda al CES y no buscar un sustituto a su representante permanente Manuel Simón, quien se instaló en España y se centró en recabar apoyo internacional para la reconstrucción del histórico sindicato socialista UGT ante el inminente fin de la dictadura de Franco³⁹. Para Simón acababa una misión difícil

³⁶ J. Barreto, “O PS e o movimento sindical”, in *O Partido Socialista e a Democracia* org. V. Canas Oeiras: Celta Editora, 2005), 245-271.

³⁷ Hans-Ulrich Büniger a Erwin Kristoffersen, 5.10.1975, AdsD, FES Hausakten 19609.

³⁸ En año y medio, el CES solo organizó 16 seminarios de formación. Informe del CES sobre sus actividades, s.f. [inicios de 1976], IISH, CIOSL 2995.

³⁹ Sobre el papel fundamental de los apoyos externos en la reconstrucción de la UGT en España durante la Transición, véase Manuel Aroca Mohedano, *Internacionalismo en la historia reciente de la UGT, 1971-1986* (Madrid: Fundación Francisco Largo Caballero y Ediciones Cinca, 2011).

en Portugal. Mientras el PS no había sabido aprovechar el potencial de la solidaridad del sindicalismo europeo, la Intersindical se había negado de plano a colaborar con la CIOSL y con el propio Simón, a quien acusó sin fundamentos de trabajar para la CIA y conspirar contra la revolución en Portugal⁴⁰.

Desde mediados de 1975 la socialdemocracia alemana siguió de cerca la evolución sindical portuguesa gracias al nuevo delegado en Lisboa de la Federación Internacional de Obreros del Metal (FIOM) y responsable del trabajo con los *gastarbeiter* ibéricos en el IG Metall, Carlos Pardo, y al nuevo agregado laboral de la embajada de la RFA, Hans Ulrich Büniger, funcionario de la DBG⁴¹. Alarmado por la debilidad de los socialistas en el ámbito sindical y visto el progresivo repliegue de la CIOSL, Büniger entendía ya a la altura de octubre de 1975 que había «llegado el momento en que -con todo respeto hacia la coordinación con la CIOSL - los sindicatos alemanes se impliquen también de forma activa en Portugal». Siguiendo el consejo, DGB e IG Metall comenzaron a organizar seminarios en Alemania para sindicalistas portugueses y la Fundación Ebert se planteó ampliar al ámbito sindical su hasta entonces exitosa labor de apoyo al PS⁴².

2. CARTA ABERTA Y EL FRACASO DE LA OPCIÓN UNITARIA

Tras varios meses en que Portugal estuvo al borde de una guerra civil, en noviembre de 1975 la Revolución llegó a su fin con la derrota definitiva del sector del MFA que abogaba por un sistema socialista. Como figura principal del bloque moderado que supuestamente había salvado al país del abismo comunista, Mario Soares se convirtió en el héroe de la naciente democracia y llevó en volandas al PS a una victoria en las primeras elecciones legislativas de abril de 1976. En abierto contraste con el enorme capital político acumulado, los socialistas

⁴⁰ La contestación de la CIOSL a esta acusación fue publicada por la Intersindical en su revista, *Alavanca* del 3 de febrero de 1975.

⁴¹ Informe de Carlos Pardo sobre Portugal, 1.7.1975, AdsD, IG Metall 1593; Hans-Ulrich Büniger a Günter Grunwald, 7.7.1975, AdsD, FES Hausakten 19610.

⁴² Informe de la conversación de Günter Grunwald con un dirigente del sindicato de telecomunicaciones de EEUU, octubre 1975, AdsD, FES Hausakten 19609.

salieron de la Revolución extremadamente fragilizados en el ámbito laboral. De los 400 sindicatos existentes apenas controlaban 15, casi todos ellos de trabajadores de cuello blanco y solo uno de obreros industriales. Estos sindicatos se organizaron como grupo dentro de la Intersindical, y tras las elecciones lanzaron el manifiesto *Carta Aberta*. En él, negaban legitimidad a la dirección de la Intersindical por haber sido elegida al amparo de la ley de *unicidade* que consideraban antidemocrática, y exigían la celebración de un congreso de todos los sindicatos en el que confiaban que los comunistas perderían la hegemonía. Al movimiento *Carta Aberta* se fueron adhirieron sindicalistas de otras tendencias, sobre todo ligados al Partido Social Democrático (PSD), pese a su nombre principal fuerza conservadora en Portugal. Presentándose como abanderados de la pluralidad ideológica dentro de la unidad sindical, socialdemócratas y socialistas marcharon junto a los comunistas en el 1.º de Mayo de 1976. Sería una de las últimas veces que lo hicieran⁴³.

La idea de que no era tarde para forzar la democratización de la central sindical unitaria era defendida por el PS más por necesidad que por convicción. Consciente de que la política de austeridad que preveía impulsar desde el gobierno para frenar la caída libre de la economía podía poner en pie de guerra a la Intersindical, Mario Soares apostaba por no hostilizarla en exceso y trataba de contener a quienes desde su propio partido abogaban por el enfrentamiento directo con los comunistas, acabar con la *unicidade* por ley y crear un sindicato socialista independiente⁴⁴. Sin gran entusiasmo, la CIOSL y la DGB mantenían de momento la postura de Soares y alimentaban la esperanza de que los socialistas se harían fuertes en la Intersindical.⁴⁵ Para lograrlo necesitaban en todo caso un cambio radical de actitud, como apuntaba Dieter Wagner: «Cierto que nuestros colegas no están en una situación muy buena, pero tampoco se puede decir que se hayan esforzado demasiado»⁴⁶. La deficiente capacitación de sus cuadros constituía el verdadero talón de Aquiles de los socialistas en la Intersindical, que se

⁴³ J. M. Brandão de Brito, C. Rodrigues, A UGT, cit., pp. 139-151.

⁴⁴ J. Barreto, "O PS e o movimento sindical", in V. Canas, *O Partido Socialista*, cit., p. 262.

⁴⁵ Informe de la DGB sobre Portugal, 19.5.1976, AdsD, DGB 5/DGAJ000711.

⁴⁶ Dieter Wagner a Siegfried Bangert, 24.6.1976, AdsD, FES Hausakten 8485.

veían totalmente superados en liderazgo, organización y conocimientos por unos comunistas muy bregados en la lucha sindical. A ojos alemanes, la escasa formación de los compañeros portugueses resultaba chocante. En un encuentro en Lisboa con dirigentes del único sindicato del metal socialista, el secretario general del IG Metall, Eugen Loderer, quedó «visiblemente afectado» por su bajo nivel y la mala organización.⁴⁷ Por su parte, el agregado laboral Büniger no ahorra críticas a los dirigentes de la política sindical del PS, que a su entender no tenían «ni idea» de conceptos básicos del sindicalismo⁴⁸.

De común acuerdo con la dirección del PS, la Fundación Ebert decidió durante la primavera de 1976 dar máxima prioridad en su proyecto para Portugal a la formación de cuadros sindicales socialistas y sustituir a la CIOSL como principal sostén de CES, por entonces ya con muy poca actividad y sin apenas personal.⁴⁹ Un directivo de la Fundación Ebert se encontró en diversas ocasiones en Lisboa con el nuevo director del CES, Pelagio Madureira, y juntos perfilaron un programa de cooperación que se ratificó con un contrato. Durante tres años, la Fundación Ebert costearía la sede del CES en Lisboa y la que se planeaba abrir en Oporto, así como los salarios del equipo formado por el director y su segundo, el personal de oficina y diez educadores. Además, cubriría los gastos del material didáctico y publicaciones del centro, igual que de los seminarios para los que no encontrarán financiación en la CIOSL y los sindicatos afiliados⁵⁰.

Mientras discurrían las negociaciones con la CES en el verano de 1976, el panorama sindical se complicaba para los socialistas. Tras su ímpetu inicial, *Carta Aberta* perdió rápidamente fuerza y no logró consolidarse como grupo dentro de la Intersindical⁵¹. El impacto de la política de austeridad del gobierno socialista sobre los trabajadores ayudó a los comunistas a recuperar en las nuevas elecciones sindicales

⁴⁷ Informe de la embajada de la RFA sobre la visita de Eugen Loderer a Portugal, 11.2.1976, AdsD, FES Hausakten 19611.

⁴⁸ Büniger a Erwin Kristoffersen, 5.10.1975, AdsD, FES Hausakten 19609.

⁴⁹ Siegfried Bangert (director del departamento de relaciones internacionales de la Fundación Ebert) a Alfons Lappas (miembro de la dirección de la DGB), 20.5.1976, AdsD, FES Hausakten 8485.

⁵⁰ Borrador del contrato, s.f. [septiembre 1976], AdsD, FES Hausakten 19612.

⁵¹ Hans-Ulrich Büniger a Dieter Wagner, 14.7.76, AdsD, DGB 5/DGAJ000180.

el control de una serie de sindicatos, incluso algunos del sector de cuello blanco generalmente afines al PS. Medidas de urgencia para formar cuadros mediante cursos intensivos organizados por el CES con apoyo de la Fundación Ebert y la DGB o un seminario del IG Metall en Frankfurt para un grupo llegado de Portugal no obtuvieron el resultado esperado⁵². Tampoco la protección del gobierno socialista ayudó a *Carta Abierta*, más bien lo contrario. Cuando en otoño el ministro de Trabajo, Marcelo Curto, propuso un pacto social y la Intersindical rechazó participar, Curto amenazó con negociarlo exclusivamente con los sindicatos de Carta Aberta, que quedó así retratada como una muleta del gobierno. Sintiendo muy reforzada, la Intersindical pasó a la ofensiva contra *Carta Aberta*. No solo no rechazó, sino que hizo suya la idea de organizar un congreso de todos los sindicatos, aunque negó a *Carta Aberta* la paridad que reclamaba en la comisión organizadora⁵³. La esperanza de los socialistas de forzar lo que ellos llamaban la «democratización desde dentro» de la Intersindical se fue así difuminando, al tiempo que en el PS se desencadenaba una guerra entre los moderados y los izquierdistas en torno a la política general y la propia estrategia sindical, que fragilizó gravemente al gobierno de Soares⁵⁴.

Desde comienzos de 1977, la Fundación Ebert contó con un representante permanente en Portugal, Gerhard Fischer. A su llegada al país, Fischer encontró al sindicalismo socialista sumido en una situación «confusa, cuando no caótica»⁵⁵. El presidente de la Comisión para asuntos laborales del PS, el diputado Aires Rodrigues, había sido destituido acusado de troskista, decisión contestada por sus compañeros de la Comisión, que públicamente acusaron a la dirección del PS de estalinista. Entre los críticos destacaba el exministro de Agricultura, Antonio Lopes Cardoso, quien había abandonado el gobierno y el partido en protesta por la pretensión de Mario Soares de devolver los latifundios nacionalizados durante la revolución a sus antiguos

⁵² Informes de Antonio Elias Claudio (director de la oficina para los trabajadores portugueses en la DGB) sobre los seminarios, 20.8.1976 y 5.10.1976, AdsD, DGB 5/DGAJ000180.

⁵³ A. Nunes, “Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977”, *CGTP-IN*, s.l. (2011): 252-257.

⁵⁴ B. Rother, *Der verhinderte Übergang zum Sozialismus. Die Sozialistische Partei Portugals im Zentrum der Macht (1974–1978)* (Frankfurt am Main: Materialis Verlag, 1985), 171-178.

⁵⁵ Gerhard Fischer a Günter Grunwald, 13.1.1977, AdsD, FES Hausakten 19613.

propietarios. Mientras los socialistas exhibían públicamente sus querellas, los comunistas daban un golpe de efecto a finales de enero con la celebración del tan esperado «Congreso de todos los sindicatos». Participaron el 80% de los 400 sindicatos portugueses, de los cuales un tercio no estaban integrados en la Intersindical y eran de extremaizquierda, socialistas autogestionarios o católicos. Por su parte, los sindicatos de *Carta Aberta* se negaron a participar, lo que muy pronto lamentaron. Los debates del congreso fueron abiertos y muy vivos. Como era previsible, los comunistas hicieron valer su mayoría, ganando casi todas sus propuestas de resolución y haciéndose con el control de la ejecutiva, en la que también entraron miembros de las demás tendencias. En fin, el congreso de la ahora rebautizada Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) constituyó un éxito rotundo para los comunistas, a quienes ahora era difícil acusar de imponer su hegemonía sindical mediante métodos no democráticos⁵⁶.

Este congreso representó el momento más bajo de los socialistas en el ámbito sindical desde la caída de la dictadura. A partir de entonces, se consolaba Gerhard Fischer, la situación solo podía mejorar. La cuestión era qué se podía construir a partir de los pocos sindicatos «democráticos» que seguían en manos de los socialistas. Una mayoría en el PS, con el ministro de Trabajo Marcelo Curto y el director del CES Pelagio Madureira al frente, defendía la creación inmediata de una confederación sindical socialista, lo que ahora era posible gracias a una ley que acabó con la *unicidade*. Mario Soares se resistía sin embargo a esta idea que no tenía por lo demás apoyo entre los trabajadores. Vista la desorientación del PS y ante el riesgo de que con el renovado empuje de la CGTP-IN «desaparezcan los últimos restos de sindicalismo democrático», Gerhard Fischer entendía que la Fundación Ebert debía «tomar la iniciativa»⁵⁷. Contaban para ello con el respaldo de Mario Soares, quien estaba muy satisfecho con la iniciativa de Fischer de enviar a Lisboa a dos expertos alemanes en legislación laboral que asesoraron al gobierno del PS en la reforma de la Ley sindical de 1975,

⁵⁶ U. Optenhögel, “Die Arbeiterbewegung” in *Portugal im Prozess gesellschaftlichen Umbruchs: Traditionen, Entstehung und Politik der nachsalazaristischen Gewerkschaften (1969–1979)* (Hamburg: Verlag Dr. Kovač, 1988), 334-347.

⁵⁷ Gerhard Fischer a Günter Grunwald, 9.2.1977, AdsD, FES Hausakten 12794.

por la que se abolió la afiliación obligatoria y el descuento de la cota sindical de la nómina⁵⁸.

El plan del representante de la Fundación Ebert consistía en animar entre los socialistas un debate para crear las líneas maestras de una nueva estrategia sindical, que sería presentada y refrendada en una conferencia del partido. Esta debería organizarse, explicaba al director general de la Fundación Ebert, Günter Grunwald, «sin nuestra presencia directa», para que sus conclusiones «fueran un asunto puramente portugués»⁵⁹. El plan funcionó como estaba previsto. En estrecha cooperación con el nuevo ministro de Trabajo y responsable de la política sindical del PS, Maldonado Gonelha, y con miembros de *Carta Aberta*, se concibió en pocas semanas un documento-base. Acto seguido, la dirección del PS lo aprobó como su nueva línea sindical y convocó un Encuentro Nacional de Sindicalistas Socialistas para presentarlo con gran publicidad. Al acto celebrado a finales de abril de 1977 acudieron los principales dirigentes del PS y más de doscientos sindicalistas. En medio de una gran expectación, el ministro de Trabajo leyó íntegramente el documento *La cuestión sindical*, que entraría en la historia como «Documento Gonelha». Dos premisas servían como punto de partida de la nueva estrategia sindical socialista: 1) la CGTP-IN era una correa de transmisión de un partido estalinista y por ello no era posible su democratización; y 2) existía espacio para la creación de una segunda confederación sindical, aunque de momento no se daban las condiciones para ello. La hoja de ruta era pues clara; los socialistas debían centrar sus esfuerzos en hacerse con el control del mayor número posible de sindicatos, integrarlos en federaciones de industria y poner así las bases para la constitución de una confederación sindical viable. Sin nombrarlos, el documento invitaba a los sindicalistas cercanos al PSD a colaborar⁶⁰. Tampoco se citaba por supuesto a la Fundación Ebert, de la que se esperaba apoyo masivo para llevar adelante aquel ambicioso plan. Según Fischer: «Para todos los participantes es evidente que la nueva concepción solo se puede realizar con ayuda de la Fundación Ebert.

⁵⁸ Informe de la Fundación Ebert sobre el asesoramiento al gobierno portugués para la reforma del derecho laboral y de huelga, 23.3.1977, AdsD, FES Hausakten 30243.

⁵⁹ Gerhard Fischer a Günter Grunwald, febrero 1977, AdsD, FES Hausakten 19613.

⁶⁰ J. M. Brandão de Brito, C. Rodrigues, A UGT, cit., pp. 171-175.

Somos por ello no solo los iniciadores de esta nueva política, sino que debemos también asumir buena parte de su implementación»⁶¹.

3. HACIA LA CREACIÓN DE LA UGT

La conferencia socialista aprobó también la creación de la Fundación José Fontana, que se dedicaría básicamente a formar cuadros y que debía ser un instrumento clave para impulsar la flamante estrategia sindical del PS. La puesta en marcha de un nuevo instituto de formación se había hecho imprescindible al constatarse que el CES no había sido capaz de salir de su inoperancia ni siquiera con el respaldo de la Fundación Ebert⁶². Los miembros fundadores de la Fundación José Fontana, así llamada en honor al más prominente sindicalista portugués del siglo XIX, eran dirigentes del PS con Mario Soares y Maldonado Gonelha al frente, lo que la embajada de la RFA vio como un «grave defecto de nacimiento, pues el instituto aparece así como una mera prolongación del partido»⁶³. Gerhard Fischer propuso al CES integrarse en la nueva organización, pero Pelagio Madureira se negó⁶⁴. Meses más tarde, la Fundación Ebert decidirá cortar todo vínculo con el CES al volverse sus dirigentes contra la estrategia de pequeños pasos del PS y anunciar de forma inopinada la creación de una fantasmagórica central sindical⁶⁵. Esta iniciativa de nulos resultados prácticos estaba al parecer inspirada por la americana AFL-CIO, que intentaba desde tiempo atrás poner pie en Portugal al margen de la CIOSL, con la que había roto a finales de los años sesenta por supuestamente flaquear en la lucha contra el comunismo internacional⁶⁶.

⁶¹ Gerhard Fischer a Günter Grunwald, 24.3.1977, AdsD, FES Hausakten 12794.

⁶² Informe anual de actividades de la Fundación Ebert en Portugal 1977, AdsD, FES Hausakten 11039.

⁶³ Fritz Caspari al Auswärtiges Amt, 21.4.1977, AdsD, IG Metall, I199a.

⁶⁴ Fischer a Grunwald, 28.4.1977 AdsD, FES Hausakten 19613.

⁶⁵ Criação de nova Central surpreende sindicalistas, «A Luta», 16.2.1978.

⁶⁶ Informe reservado [de Bünger?] para Günter Grunwald, abril 1978, AdsD, FES Hausakten 11039.

En mayo de 1977, la Fundación Ebert solicitó al gobierno alemán casi 6 millones de marcos para la Fundación José Fontana⁶⁷. Se trataba, sostenía la Ebert, de ayudar a los colegas socialistas portugueses mediante formación y asesoramiento a «recuperar el control de sindicatos que han caído en manos de los comunistas»⁶⁸. Ya que la Fundación José Fontana iba a tener una gran exposición pública, su dirección no contaría con expertos alemanes, como ocurría en las demás fundaciones del PS. Aun con esta financiación masiva, en los meses siguientes llegarían de Lisboa diversas peticiones de ayuda económica, a las que la Fundación Ebert daría siempre una respuesta positiva por entender, en palabras de su director general, que «la labor de la Fundación José Fontana constituye un instrumento clave para consolidar políticamente a nuestros amigos del PS»⁶⁹. Asegurada la financiación, constituidos los órganos de dirección con el ministro Gonelha como secretario general y seleccionado el personal, la Fundación José Fontana echó a andar en octubre de 1977. Su equipo constaba de 20 personas entre oficinistas, redactores, pedagogos, formadores, asesores jurídicos, etc.⁷⁰. Poco antes de ponerse en marcha la Fundación José Fontana, los socialdemócratas de Francisco Sa Carneiro crearon, también con financiación de la Fundación Ebert, la Fundación Oliveira Martins, cuyo objetivo era fortalecer la corriente sindical cercana al PSD⁷¹.

La Fundación José Fontana sirvió de cuartel general de los socialistas para implementar su plan de «romper el espinazo» a la CGTP-IN, en palabras de Maldonado Gonelha. El método para lograrlo consistía fundamentalmente en impulsar listas no comunistas para las elecciones previstas a partir de finales de 1977 en alguno de los 400 sindicatos portugueses. Vista la dispersión de fuerzas no comunistas, la Fundación José Fontana promovió su unión para presentar una «lista democrática unitaria». Esto resultaba relativamente fácil en el sector manual, donde los activistas no comunistas eran por norma socialistas.

⁶⁷ 6 millones de marcos de 1977 equivalen a 22 millones de euros de 2019.

⁶⁸ Fundación Ebert al Ministerio de Cooperación Económica, 11.5.1977 y 25.8.1977, AdsD, FES Hausakten 11366 y 11386.

⁶⁹ Protocolo de la conversación de Günter Grunwald y Alfred Nau con Maldonado Gonelha en Bonn, 10.7.1978, AdsD, FES Hausakten 11040.

⁷⁰ Informe de actividades de la Fundación José Fontana, 30.9.1978, Archivo privado de Elke Sabiel.

⁷¹ J. M. Brandão de Brito, C. Rodrigues, A UGT, cit., p. 179.

En el caso del sector servicios, donde predominaban simpatizantes socialdemócratas, la Fundación José Fontana se coordinó con la Fundación Oliveira Martins para obtener el visto bueno a una lista conjunta por parte de las direcciones del PS y del PSD. La iniciativa para constituir las listas surgía de la Fundación José Fontana. Esta contactaba con los grupos socialistas dentro de una empresa y directamente o con ayuda del PS (o del PSD) local elegía un grupo de potenciales candidatos. Ya que su formación sindical era por lo general inexistente, estos colegas pasaban por un curso básico. Entre octubre de 1977 y enero de 1978 se realizaron 56 cursos de introducción al sindicalismo para grupos de entre 40 y 50 personas. Al final del curso, los participantes elegían a los 20 que formarían la lista definitiva. Con este grupo reducido se organizaban entonces uno o dos seminarios más, centrados en la preparación de la campaña y con especial énfasis en la retórica. En los citados cursos de introducción eran también seleccionados multiplicadores que, tras recibir formación específica, pasaban a colaborar en campañas de movilización por todo Portugal⁷².

La Fundación José Fontana se implicó también en la organización de las campañas electorales. En las semanas previas, los candidatos de la lista no comunista iniciaban su labor de propaganda en los puestos de trabajo y repartían material informativo que les entregaba la José Fontana. Un objetivo clave era movilizar a los obreros y empleados menos politizados, pues se verificaba que cuanto mayor era la participación electoral, menor era el resultado de los comunistas. En el caso de los Sindicatos de Correos, que celebraba sus elecciones a comienzos de 1978 en todo el territorio, la José Fontana creó 150 equipos de 2-3 personas que tras recibir un curso acelerado publicitaron la lista en las oficinas e incluso casa por casa. Tras varios meses de trabajo frenético, Gerhard Fischer informó a Bonn de la primera victoria: una lista PS/PSD se había impuesto a la del PCP en las elecciones del Sindicato de Oficinistas de la Gran Lisboa⁷³. Entre noviembre de 1977 y septiembre de 1978 hubo elecciones en 114 sindicatos. En 76 de ellas la Fundación José Fontana fue capaz, por sí misma o en colaboración con la Fundación Oliveira Martins, de crear una lista alternativa a la comunista, formar a los candidatos y ayudar en

⁷² Informe de actividades de la Fundación José Fontana, 30.9.1978, Archivo privado de Elke Sabiel.

⁷³ Gerhard Fischer a Günter Grunwald, 27.1.1978, AdsD, FES Hausakten 11039.

la organización de la campaña electoral. 61 de estas «listas democráticas» ganaron las elecciones, mientras que el resto se mantuvo en manos comunistas. Así, en apenas un año, la José Fontana había contribuido de manera fundamental a que los socialistas por vez primera desde la Revolución avanzaran con paso firme en el ámbito sindical. Si en noviembre de 1977 *Carta Aberta* contaba con 19 sindicatos, en septiembre de 1978 eran ya 93, en su gran mayoría de banca y oficinistas. Por su parte, la CGTP-IN controlaba 215. Especial motivo de satisfacción para el PS fueron las pequeñas pero significativas conquistas en el sector del metal, verdadero bastión comunista. Mediante un plan muy medido y con gran despliegue de personal y medios concebido e implementado enteramente por la Fundación José Fontana, se logró no solo arrebatarse a la CGTP-IN la dirección de diversos sindicatos sino también que estos se unieran en mayo de 1978 en una federación de industria, el Sindicato de las Industrias Metalúrgicas y Afines (SIMA), que fue inmediatamente integrado en la Federación Internacional de Obreros del Metal⁷⁴.

En julio de 1978, el presidente Ramalho Eanes destituyó al primer ministro Mario Soares para tratar de atajar la profunda inestabilidad política y creó un gobierno de «iniciativa presidencial». Preocupados porque este ejecutivo de técnicos pudiera consolidarse y Eanes se sintiera legitimado para dar un giro presidencialista a la joven democracia portuguesa, los dos grandes partidos moderados dejaron a un lado sus querellas y buscaron fórmulas de cooperación con que recuperar la iniciativa política. El ámbito sindical aparecía como uno de los más propicios para ello. Allí, PS y PSD habían logrado en los últimos meses, las más de las veces en estrecha colaboración, importantes avances a costa del PCP. Rápidamente maduró así la idea de avanzar hacia la constitución de una nueva confederación sindical. Las condiciones de la confluencia fueron fijadas por Mario Soares y Francisco Sa Carneiro en reuniones secretas. Puntos clave del acuerdo fueron la paridad en los órganos de dirección del nuevo sindicato y la garantía de que, en el futuro, las luchas entre el PS y el PSD no se proyectarían en el ámbito sindical⁷⁵.

⁷⁴ Informe anual de actividades de la Fundación José Fontana 1978, AdsD, FES Hausakten 11386.

⁷⁵ J. Barreto, «O PS e o movimento sindical», in V. Canas, *O Partido Socialista*, cit., p. 267.

Recibida la orden desde las direcciones de los partidos, los responsables de la Fundación José Fontana, el ahora exministro Maldonado Gonelha, y de la Fundación Oliveira Martins, Mario Pinto, diseñaron junto a Gerhard Fischer una serie de actos para promover un debate público sobre la necesidad de que los demócratas se unieran en el ámbito sindical, al tiempo que la Fundación Ebert contrató a una agencia de publicidad para que lanzara una campaña en los medios de comunicación⁷⁶. Después de que socialdemócratas y socialistas organizaran sus propias conferencias para sancionar la iniciativa, en octubre 30 sindicatos aprobaron unirse para constituir la União Geral de Trabalhadores, tomando el nombre del histórico sindicato socialista español que por entonces luchaba también con fuerte apoyo de la Fundación Ebert para acabar con la hegemonía sindical de la central comunista Comisiones Obreras⁷⁷. Haciendo un repaso del proceso que había dado nacimiento a UGT, el embajador de la RFA en Lisboa, Fritz Caspari, afirmaba: «El final del dominio comunista en el sindicalismo portugués está a la vista, una realidad que nadie hubiera considerado como posible hace solo un año»⁷⁸.

En enero de 1979 se celebró en Oporto el I Congreso de la UGT. Concurrieron 38 sindicatos con derecho a voto, 22 con status de observador y centenares de representantes informales de decenas de miles de trabajadores que habían mostrado su apoyo a la nueva confederación. La organización declaraba tener 677.000 miembros, aunque en realidad debían ser la mitad. Arropaban a los compañeros portugueses delegaciones de algunos pocos sindicatos europeos convocado a través de la oficina de la Fundación Ebert en Lisboa, que por algún tiempo haría las veces de secretaría internacional de la UGT⁷⁹. También estaban presentes en el congreso amplias delegaciones del PS y del PSD, encabezadas por Mario Soares y Francisco Sa Carneiro. Como pactado entre ambos, los organismos de dirección de UGT se eligieron de manera paritaria entre socialdemócratas y socialistas. Secretario general fue nombrado José Manuel Torres Couto (PS) y

⁷⁶ Informe anual de actividades de la Fundación José Fontana 1978, AdsD, FES Hausakten 11386.

⁷⁷ G. Sabater Navarro, "La corriente de retorno en las transiciones ibéricas: la influencia de la Transición Española en Portugal (1977-1982)", *Ayer*, n. 102, (2016).

⁷⁸ Fritz Caspari al Auswärtiges Amt, 16.11.1978, FES Hausakten 13589.

⁷⁹ Informe anual de la Fundación José Fontana 1978, AdsD, FES Hausakten 11386.

presidente Miguel Pacheco (PSD). El modelo de organización replicaba el de la DGB alemana, mientras que su línea político-programática se definía en oposición a la de CGTP-IN. La UGT rechazaba la intervención directa de los sindicatos en la política, apostaba por el pacto social para combatir el paro y mejorar las condiciones de vida de los trabajadores, y defendía la entrada de Portugal en la CEE. Como era de esperar, la CGTP-IN no dio una bienvenida calurosa a la UGT, a la que calificó de «instrumento □...□ de las fuerzas de la reacción y del imperialismo» al servicio de su estrategia dirigida a dinamitar «la unidad de los trabajadores portugueses» y «símbolo degradante de la abdicación y humillación del Partido Socialista» frente al gran capital⁸⁰.

Pocos días después del congreso, Günter Grunwald se reunió en Lisboa con Mario Soares, quien le expresó su profundo agradecimiento por la contribución alemana a la fundación de la UGT, según él «uno de los acontecimientos más importantes en Portugal desde la Revolución»⁸¹. Pero nadie se llamaba a engaño. Aunque el despliegue mediático quisiera hacer creer otra cosa, la UGT era apenas una promesa de futuro y el movimiento obrero organizado seguía estando claramente dominado por la CGTP-IN. Visto desde la RFA, este era un peligro mayor para la joven democracia portuguesa. Pese a las ayudas financieras de USA, el Banco Mundial, la CEE y la RFA de los últimos años, el sistema productivo del país no terminaba de arrancar. Y las negociaciones de acceso a la CEE que por entonces se abrían, lejos de tranquilizar añadían un gran factor de incertidumbre, considerando el traumático ajuste que iban a afrontar algunos sectores de la economía portuguesa con la adhesión a la Comunidad⁸². Con este complejo panorama, no era improbable que los comunistas buscasen la movilización social usando como ariete al casi millón de afiliados de la CGTP-IN. Seguir apoyando a la UGT para que fortaleciera sus estructuras y aumentara su base aparecía por ello a ojos de la socialdemocracia alemana como una contribución quizás fundamental para asegurar la estabilidad de la democracia en Portugal⁸³.

⁸⁰ J. M. Brandão de Brito, C. Rodrigues, A UGT, cit., pp. 211-212.

⁸¹ Informe sobre el viaje de Günter Grunwald a Lisboa, febrero de 1979, AdsD, FES Hausakten 11041.

⁸² Portugals Beitritt zur Europäischen Gemeinschaft. Perspektiven und Strategien, Friedrich-Ebert-Stiftung, Bonn 1981.

⁸³ A. Muñoz Sánchez, Die Friedrich-Ebert-Stiftung, cit.

CONCLUSIONES

A comienzos de los años setenta del siglo XX, la *détente* dominaba la política europea. Entre la izquierda moderada de Europa occidental, el discurso anticomunista se había vuelto obsoleto y el diálogo con los antiguos enemigos más allá del telón de acero marcaba ahora la agenda de partidos y sindicatos. La socialdemocracia alemana se situaba en primera línea de esta política. Con gestos de acercamiento a los países comunistas de gran peso simbólico, el canciller Willy Brandt daba por superada la Europa de Yalta y marcaba el camino hacia un nuevo orden continental de cooperación. Al fin de un largo proceso de lentas transformaciones, Este y Oeste debían confluír poniendo así fin a la guerra fría y posibilitando la reunificación alemana. En aquel esquema ideal no se preveían sin embargo las rupturas bruscas de las dictaduras del sur de Europa y mucho menos una revolución de izquierdas en la Península Ibérica. La inesperada explosión de inestabilidad en el sur del continente fue percibida en la RFA como un peligro vital para la *détente* y ello fue la causa de su *intervención pacífica* en la región, que resultó especialmente incisiva en el caso de Portugal. Una intervención para salvar la *détente* en la que no se iba a aplicar sin embargo un principio básico de la política de distensión: el diálogo constructivo con los comunistas.

Aunque en sus resoluciones y declaraciones públicas defendía el acercamiento al sindicalismo comunista como contribución a la *détente*, el sindicalismo alemán que por entonces era la fuerza dominante en la CIOSL, orientó su política en Portugal tras la caída de la dictadura guiada por un anticomunismo primario. De esta forma, anuló casi por completo su capacidad de acción en un momento clave, cuando se estaban forjando los cimientos del movimiento obrero organizado en democracia. Negándose a reconocer a la Intersindical como su principal interlocutor en Portugal, la CIOSL y los sindicatos moderados europeos perdieron la oportunidad de ejercer influencia sobre una organización que al comienzo de la revolución estaba lejos de ser monolítica, y de forma indirecta contribuyeron a que el PCP acabara dominándola sin fisuras. Más aún, al centrar su apoyo en grupos sindicales marginales ligados al PS, la CIOSL dejó en evidencia que sus motivaciones eran políticas y tenían poco o nada que ver con el ideal de la unidad de la clase obrera por encima de partidos e ideologías.

Las circunstancias que llevaron al surgimiento de la UGT casi un lustro después de la caída de la dictadura revelan no tanto la pujanza del sindicalismo moderado en Portugal cuanto la extrema debilidad del mismo. Incapaz de competir con el sindicalismo de inspiración comunista, la muy dispersa y frágil corriente sindical moderada tuvo que apoyarse sobre los hombros de los partidos socialista y socialdemócrata para crear su propia confederación. Estos partidos pudieron ciertamente ofrecer cobertura política a la operación pero sin embargo al no contar con los recursos humanos, económicos y logísticos necesarios para llevar adelante el grueso de la tarea, tuvieron que recurrir a su vez a la masiva asistencia exterior, que procedió en primera línea de la Fundación Ebert, alimentada del erario público alemán. La acusación de ser un constructo político impulsado con dinero extranjero sin más objetivo que quebrar la hegemonía comunista en el movimiento obrero organizado fue un pesado estigma con el que la UGT tuvo que vivir desde el inicio y del que aun hoy día no se ha liberado.

CAPÍTULO 10

A AUTOGESTÃO NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS DE 1974-75

Miguel Ángel Pérez Suárez¹

Apesar de grandemente esquecido, o fenómeno da autogestão de empresas pelos trabalhadores no processo revolucionário português de 1974 e 1975 terá sido uma das experiências desse tipo mais vastas na

¹ IHC/FCSH/UNL

segunda metade do século XX. Neste texto tentaremos apresentar uma visão global da realidade autogestionária em Portugal a seguir ao 25 de abril de 1974, enquadrando-a necessariamente no desenvolvimento do movimento operário e nos acontecimentos políticos e sociais do chamado PREC (Processo Revolucionário Em Curso).

Efetivamente, durante os meses mais escaldantes do processo revolucionário de 1974-75 centenas de empresas industriais e de serviços foram ocupadas pelos trabalhadores e mantidas em laboração sob a sua gestão, num quadro de participação política radical das camadas sociais mais desfavorecidas. Esses processos verificam-se em paralelo com outros grandes processos participativos. Em 1975, e ao lado das empresas em autogestão, surgiu uma realidade social nova com a nacionalização de parte muito significativa da economia do país: a banca, os seguros, os transportes e os sectores-chave das indústrias são estatizados, enquanto cerca de trezentas outras empresas são intervencionadas pelos sucessivos governos. Ao mesmo tempo, nos campos do Sul uma vasta revolução agrária faz surgir a última experiência de coletivismo nos campos da Europa Ocidental. Cerca de 500 Unidades Coletivas de Produção laboram um terço da área agrícola da região (algo mais de um milhão de hectares).

Com o PREC, Portugal viveu uma verdadeira revolução social. Parece-nos necessário insistir nesse carácter revolucionário no final da mais longa ditadura da Europa para poder compreender a profundidade telúrica dos movimentos populares que se desenrolam em pouco mais de ano e meio de processo revolucionário. A derrota militar nos territórios africanos, que está no cerne da conspiração de oficiais subalternos que derrubou a ditadura de Marcelo Caetano no 25 de abril, abriu, não apenas uma crise do Estado, mas uma verdadeira «crise nacional»: o objetivo histórico, a missão nacional dos Portugueses já não podia ser mais aquela construção imperial e pluricontinental com mais de cinco séculos de história. Num quadro em que todas as classes sociais foram obrigadas a re-situar-se, os sectores populares (os assalariados, os humildes) entraram em cena de forma radical colocando em causa o princípio mais elementar da sociedade capitalista: a propriedade privada.

A 25 de abril de 1974, um levantamento militar derrubava o regime do Estado Novo, instituído por Oliveira Salazar no início dos anos 30. O beco sem saída da guerra colonial em África afastou os apoios sociais tradicionais da ditadura e conduziu os oficiais intermédios – o elemento

militar chave do esforço de guerra – para uma conspiração militar triunfante naquela data. Marcelo Caetano, sucessor de Salazar desde 1968, entregou o poder ao general Spínola a fim de evitar que «o poder caísse na rua». Nos dias e semanas seguintes criou-se uma nova e complexa autoridade política com vários polos. No próprio dia, 25 de abril, apareceu uma Junta de Salvação Nacional que indicaria um governo provisório, enquanto os capitães pugnavam por manter a estrutura do Movimento das Forças Armadas que organizara o golpe militar.

Desde o momento inicial da nova situação se iria manifestar um conflito irreduzível entre Spínola, um militar conservador que tentou desenvolver um programa direitista e que foi colocado como Presidente da República pela JSN, e os jovens oficiais protagonistas do golpe militar organizados no MFA, situados claramente à esquerda e que preconizavam um fim rápido dos conflitos africanos com o reconhecimento da independência das antigas colónias portuguesas.

Neste quadro político que se irá demonstrar vulcânico surgiu uma vasta e maciça mobilização social, que teve as classes assalariadas como protagonistas e que se desdobrou em diversas frentes. O golpe dos capitães ir-se-ia mostrar como o fulminante da panela à pressão que era a sociedade portuguesa do salazarismo tardio.

As manifestações populares de apoio aos capitães culminaram na jornada do 1.º de Maio, declarado feriado nacional pelas novas autoridades. Centenas de milhares de cidadãos saíram às ruas de norte a sul do país em apoio à nova situação. Na manifestação de Lisboa discursaram os líderes da oposição, nomeadamente Álvaro Cunhal e Mário Soares, bem como dirigentes sindicais, os quais traçaram uma série de reivindicações que se vão expandir nas semanas seguintes. Simbolicamente, e enquanto nos discursos dos líderes partidários predominava a ideia da unidade das forças democráticas e a moderação, os quatro oradores sindicais, na casa dos trinta anos e pertencentes a uma nova geração etária e cultural da classe trabalhadora, apontavam objetivos como o desenvolvimento das políticas e de um estado sociais, a melhoria de salários e condições laborais, o ataque às estruturas do regime deposto e o saneamento de elementos a ele ligados nas empresas,

alguns deles referindo explicitamente o objetivo de uma sociedade socialista².

Nos dias seguintes, uma enorme vaga de greves e processos reivindicativos começava a percorrer o país. A 2 de maio temos notícia da greve e retenção dos administradores dos TLP (telefones) em Lisboa, assim como das primeiras ocupações de casas no bairro da Boavista, também na capital. Eram os primeiros passos do grande movimento trabalhadores e de moradores urbanos que virá a desenvolver-se durante a revolução.

A primeiras paralisações aconteceram nas grandes indústrias na Margem Sul do Tejo, na periferia da capital, em empresas como a Siderurgia Nacional, a Lisnave (o estaleiro naval de dimensões gigantes e construído frente à capital) e a CUF (Companhia União Fabril, o vasto e histórico complexo químico). Iniciaram-se movimentos reivindicativos nas grandes empresas de serviços do Estado, como os telefones, os correios, os caminhos de ferro, os transportes aéreos, sem recurso imediato à greve. Nas semanas seguintes, as mobilizações generalizam-se em toda a região metropolitana da capital, num movimento que atinge por ondas todos os setores, mas sem chegar a ser uma greve geral simultânea. As greves atingiram rapidamente ao Porto, que conhece nesse mês uma greve da indústria têxtil e mobilizações nos transportes coletivos e nas obras do grande empreendimento petroquímico de Matosinhos e grandes estaleiros de construção civil. A generalidade dos núcleos industriais conhecem importantes conflitos operários: Estaleiros de Viana do Castelo, automotriz de Aveiro, de Mangualde e da Guarda, a indústria dos lanifícios da serra da Estrela, vidreiros e metalúrgicos na Marinha Grande. As comunidades piscatórias vivem grandes paralisações nos meses de verão e, no outono de 1974, a indústria das conservas de peixe do Algarve, encerra um recorrido de lutas que completa a geografia e a história do desenvolvimento industrial português.

Cronologicamente, o movimento começa na primeira semana de maio e atinge um pico no final desse mês, prolongando-se durante o mês de junho nalguns conflitos de grande significado³. Não se encontram disponíveis estatísticas oficiais e apenas dispomos de contagens de

² No filme *As armas e o povo* (STIC, 1975) aparecem extensivamente trechos desses discursos.

³ Neves, 1978; Santos et al., 1976; Durán Muñoz, 2000

greves feitas em diferentes contextos, a partir da imprensa diária lisboeta. Representam apenas uma ideia aproximativa das dimensões do movimento, que pensamos sofrer do problema de as greves se terem tornado «não-notícia» com a sua generalização, no contexto de grande agitação social e crise política permanente durante os meses do processo revolucionário.

Sobre os conteúdos reivindicativos desta vaga de conflitos, os dados do trabalho pioneiro do Gabinete de Investigações Sociais⁴, que estuda 158 conflitos entre 25 de abril e 31 de maio de 1974. Outros estudos⁵ apontam resultados semelhantes. Segundo o GIS, predominam reivindicações de tipo económico e político, em concreto o salário mínimo, que aparece em 45,9% dos conflitos, o saneamento de patrões e pessoal de direção, em 43,3% e aumentos salariais, em 42%. Em relação aos aumentos salariais, os autores desse estudo salientam o carácter igualitário das reivindicações salariais, com uma grande extensão da exigência de aumentos uniformes e de igualdade salarial para as mulheres e os menores.

Exigia-se o saneamento, o afastamento de elementos vinculados ao regime deposto, reivindicação que se estendeu com facilidade a pessoas acusadas de incompetência, corrupção ou maus-tratos aos trabalhadores. O saneamento evidencia, quanto a nós, o sentido libertador e revolucionário dos conflitos nas empresas e colocava o poder patronal em questão, anunciando ou acompanhando outras formas de transgressão: ocupação do local de trabalho, retenção e barragem de passagem de pessoas (proprietários, administradores), autogestão são formas de luta comuns desde os primeiros tempos do PREC, que agora se abre. Segundo os dados que estão ao nosso dispor, tratou-se de um movimento e que afetou centenas de empresas e de empresários e empregados. Quando, em 1976, foi publicada legislação que obrigava a rever estes processos, o MT estimou em mais de dois mil casos os saneamentos efetuados nas empresas privadas⁶. E, é necessário dizê-lo,

⁴ Estudo publicado originalmente em 1975 na *Análise Social* e reimpresso como introdução a uma coletânea de documentos de diversas lutas: M. L. Lima Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas* (Porto, 1977).

⁵ R. Durán Muñoz, 2000.

⁶ *Relatório preliminar*, Gabinete Coordenador de Revisão de Saneamentos nas Empresas, Gabinete do Ministro, Ministério do Trabalho. PT/MTSSS7GabMin/951.

os saneamentos fazem parte de uma certa *lenda negra* sobre o 25 de abril construída pela direita política, com uma certa dose de verdade.

No que toca à organização das lutas dos trabalhadores, tanto na indústria como nos serviços, somos obrigados a falar das comissões de trabalhadores e os seus antecedentes e do movimento sindical existente na altura em Portugal. A ditadura salazarista criou, desde os anos trinta, uma estrutura sindical de enquadramento obrigatório denominados *Sindicatos Nacionais*. Eram estruturas de ofícios sob o controlo das instituições do Estado (Ministério das Corporações-Trabalho e outras entidades estatais) e com uma base geográfica definida pelo distrito. Os trabalhadores eram obrigados a descontar a quota sindical, que era recolhida e entregue ao sindicato pela entidade patronal. No fim do período ditatorial existiam pouco mais de trezentos sindicatos⁷ que representavam teoricamente a totalidade dos trabalhadores urbanos, já que os pescadores e os trabalhadores rurais estavam enquadrados numa estrutura diferente, as *Casas do Povo*. Na versão portuguesa do corporativismo os Sindicatos e os Grémios, representando os empregadores, deviam formar corporações organizadoras da produção nas diferentes atividades económicas.

Durante os longos anos do regime, as forças oposicionistas, nomeadamente o PCP, tentaram, em repetidos momentos, tornar os sindicatos nacionais em campo de luta contra o regime. Em 1970, e após a conquista por listas oposicionistas de importantes sindicatos, foi realizada por vários desses organismos uma reunião intersindical em que participaram vários dos maiores sindicatos, os dos Bancários e dos Metalúrgicos de Lisboa, entre outros. Neste processo de abertura sindical, têm relevância vários aspetos, como são o aparecimento de legislação mais tolerante, o fortalecimento das forças de oposição entre a classe trabalhadora, não só do PCP como de grupos de inspiração católica e sectores que virão a estar na origem do Partido Socialista e de outros agrupamentos, e com o próprio crescimento económico da época a fortalecer objetivamente o fator trabalho. Ao lado desta tradição oposicionista na frente sindical, existia a experiência de formas de

⁷ O número de sindicatos ultrapassará os 350 depois do 25 de abril para ir diminuindo depois devido aos processos de verticalização sindical. O aumento de meados da década ficará a dever-se a constituição de novos sindicatos em setores antes excluídos, como os funcionários, os pescadores e os trabalhadores agrícolas. Sobre a evolução das estruturas sindicais portuguesas ver M^a C. Cerdeira e M^a E. Padilha, *As estruturas sindicais portuguesas – uma análise evolutiva (1933-1987)* (Lisboa: MESS, Col. Estudos, Ser. C, Trabalho, 1988 (3 vol.)).

representação e luta dos trabalhadores mais irregulares, mas que se enquadravam na tradição histórica do movimento operário. Referimo-nos às chamadas *Comissões de Unidade* (e as *Comissões de Praça* nos campos do latifúndio da região sul), que surgiam em situações de conflito e davam voz aos reclamos dos trabalhadores. Nas análises do PCP⁸, ambas expressavam formas complementares na luta da classe trabalhadora.

Na vaga reivindicativa que se segue ao 25 de Abril de 1974, assistiu-se a dois processos no mundo do trabalho. A quase totalidade dos conflitos verifica-se ao nível de empresa, e aí surge um vasto oceano de comissões representativas que são eleitas em processos assembleários, com formas e normas muito variadas, mas que respondem a uma legitimidade da ação direta e à necessidade de estruturas de direção e representação responsáveis e ágeis. Desde cedo ficaram com a denominação comum de Comissões de Trabalhadores (CT), mas adotando nomes variados em muitos casos. Por outro lado, e ao nível do movimento sindical existente, assiste-se a um saneamento dos sindicatos corporativos com a expulsão das direções afetas ao regime e processos democráticos de eleição de novos corpos gerentes. A Intersindical, criada em 1970, aparece reconhecida pelo novo poder político como a base de uma confederação de sindicatos e agrupa em poucas semanas dezenas de sindicatos já libertados, em número crescente com o decorrer das semanas e meses. A 13 e 14 de julho de 1974, mais de oitenta sindicatos participaram no plenário da Intersindical. Neste processo, de ocupação de organizações sindicais e fortalecimento da *Inter*, o papel dirigente do PCP foi indiscutível.

A linha política assumida pelo Partido Comunista considerava que Portugal precisava de uma fase prévia à construção do socialismo, um período caracterizado nos documentos do partido como de *revolução democrática e nacional*⁹. Nesta fase, um governo de ampla coligação de diferentes forças progressistas, em representação dum bloco social abrangendo da classe operária à pequena e média burguesia antimonopolista, eliminaria os fatores de atraso da formação social portuguesa (agricultura atrasada e latifundiária, analfabetismo, questão colonial, poder económico dos monopólios), criando condições para a passagem ao socialismo. A eclosão dum movimento operário de massas

⁸ Ver o volume *O PCP e a luta sindical* (1975).

⁹ Ver, por exemplo, Álvaro Cunhal, *Rumo à vitória* (Porto: A Opinião, 1974).

e fora do controle das estruturas sindicais existentes punha objetivamente em perigo uma tal aliança de classes, empurrando as próprias camadas burguesas do referido bloco social para soluções de carácter reacionário. Nesta linha era necessário travar o desenvolvimento do movimento das massas, que se torna inconsequente e aventureiro porque não percebia as necessidades do momento político.

A aplicação prática dessa linha levou o PCP a sofrer importantes reveses no mundo operário, abrindo espaço para a influência política de grupos de extrema esquerda com discursos e programas mais radicais. Assim, nos CTT (correios) a Comissão Pró-Sindicato¹⁰ ficou hegemônica por grupos que estiveram na origem da União Democrática Popular¹¹ após os repetidos pronunciamentos do PCP contra a paralisação da empresa em junho de 1974. E em setembro de 1974, os operários da Lisnave manifestaram-se na rua pelo saneamento, numa mobilização histórica contra a posição expressa pelo PCP, que ficou em minoria naquela que era uma das maiores concentrações operárias do país. Será após essa data, e num processo complexo, que o PCP opera uma viragem política e se aproxima das formas de luta mais radicais do movimento¹². Com efeito, a generalidade dos casos de autogestão que conhecemos contaram com a participação de militantes e o suporte político do PCP.

No quadro deste movimento inicial de luta, encontramos os primeiros fenómenos de autogestão em Portugal. Referimo-nos aos casos de três empresas de confeções da região de Lisboa: a Naturana, a Charminha e a Sogantal. Trata-se de empresas de tamanho pequeno ou médio e quase totalmente composta por mão de obra feminina. Se bem que os dois primeiros casos fossem anteriores, o caso da Sogantal terá

¹⁰ Os trabalhadores dos correios não tinham direitos sindicais antes de 1974 e a greve de junho desse ano foi encabeçada por esta CPS, que está na origem da organização sindical dos CTT.

¹¹ A UDP foi a “frente de massas” do Partido Comunista (Reconstruído), de tendência ultra-stalinista. Foi constituída em dezembro de 1974 e tomou-se na principal organização à esquerda do PCP.

¹² Torna-se difícil estabelecer quando é que estas discussões aconteceram concretamente e o que esteve em questão concretamente. A questão central terá sido o papel do movimento sindical e das CT. Vários entrevistados referem reuniões de quadros sindicais e dirigentes do partido realizadas num local concreto e em data ou datas indeterminadas. Em relação à autogestão, se bem que o PCP não a considera a via para a construção de uma alternativa de sociedade não duvida em apoiar esses colectivos de trabalhadores e utilizar esses casos para reforçar o discurso socializante da Batalha da Produção desenvolvido durante os governos de Vasco Gonçalves.

uma repercussão mediática devido aos acontecimentos que se verificaram no mês de agosto. Mas não nos adiantemos...

A 20 de maio, as operárias da Sogantal apresentaram um caderno reivindicativo em que exigem um mês de férias pagas, o 13.º mês e um aumento geral de 1200\$ e, como forma de pressão, reduzem os ritmos de trabalho. A 30 de maio, a empresa comunica a decisão de pôr fim às atividades da fábrica, decisão que é comunicada a 8 de junho ao Ministério do Trabalho. As operárias exigiam em resposta a nacionalização da empresa e a sua reconversão, que o Estado encontrasse um empresário interessado ou que os salários fossem pagos pelo Estado enquanto a fábrica estivesse encerrada.

A 13 de julho, a Administração e o seu representante português abandonaram as instalações. A fábrica ficara nas mãos das operárias que continuavam a trabalhar. Receberam a solidariedade de partidos de extrema-esquerda como o MES (Movimento Esquerda Socialista) e o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado), mas também da secção local do PS, assim como o apoio do Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul. Foi organizada a venda militante de fatos de treino em escolas e fábricas. As primeiras vendas conseguiram pagar parte das quantias devidas às trabalhadoras, que contaram com o apoio solidário de José Afonso.

Na noite de 23 para 24 de agosto, Pierre Lardat, o proprietário, à frente de um comando de cerca de 20 elementos, retomou a fábrica com a intenção de retirar a maquinaria e as mercadorias. Mas o movimento foi detetado e, no fim da tarde do dia 24, uma concentração de operárias e população à porta da fábrica forçou a entrada nas instalações e avançou sobre o grupo de homens trazidos pelo patrão, que abandonou a empresa protegido pela GNR da fúria dos manifestantes. A atuação do patrão gerou uma considerável polémica, ficando estabelecido que as autoridades portuguesas estavam ao corrente dos planos da operação.

Depois da tentativa de tomada pela força por parte do patrão, a fábrica ficou nas mãos das operárias, que durante cerca de um ano geriram a fábrica. Segundo uma das dirigentes da luta:

A partir dessa altura (24 de agosto) começamos a dormir dentro da fábrica. (...) Fazíamos piquetes, enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país. Levávamos

comunicados para divulgarmos a nossa luta e, nisso, éramos apoiadas pelos diversos sindicatos. Gerou-se uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem. E esse dinheiro todo junto dava para pagar os nossos salários. Conseguimos manter a fábrica durante mais de um ano e, entretanto, surgiu a hipótese de auto-gestão, ou seja, outras empresas darem-nos trabalho e nós utilizarmos a fábrica para produzir.¹³

A Charminha era uma pequena fábrica, propriedade do grupo suíço-alemão FM Hammerle, instalada na Pontinha. A fábrica produzia quase em exclusividade para a casa mãe e os seus trabalhadores (quase todos mulheres) recebiam salários de 2200\$ e um trato desumano no seu horário de trabalho. De facto, as primeiras movimentações após o 25 de Abril estiveram diretamente ligadas a essa situação. As trabalhadoras exigiam aumentos salariais, fim do regime opressivo na fábrica e o saneamento do administrador responsável, de nacionalidade austríaca. As trabalhadoras elegeram uma CT de sete elementos dos diferentes sectores da empresa. A 24 de maio, o administrador visado pelo saneamento abandonou o país, deixando para o pagamento dos ordenados desse mês um cheque sem fundos.

Neste momento (28-7-1974) as operárias da Charminha continuam a ocupar a fábrica, a fabricar, a vender, e a receber os seus salários, e têm perfeita consciência de que não precisam dos patrões alemães nem do administrador austríaco para continuarem a manter a fábrica em laboração. Possuindo matéria-prima que lhes dá para trabalharem até ao mês de Outubro, as operárias da Charminha estão decididas a continuar a sua luta e já têm planos para isso. Em assembleia geral as operárias aprovaram por 95% a formação de uma cooperativa de produção em que todos os trabalhadores da Charminha entrariam com uma quota igual; essa cooperativa de todos os trabalhadores da Charminha compraria toda a matéria-prima e organizaria a venda dos produtos da fábrica. O dinheiro apurado servirá para pagar os salários, e os lucros eventuais seriam divididos igualmente por todos os trabalhadores no fim do ano,

¹³ “48 jovens contra mercenários – Operárias da Sogantal expulsaram administração” entrevista a F. Cardoso in *Setúbal na rede*, (ed. 86), 23-8-199. <http://arquivo.setubalnarede.pt/1999/86/86sogantal.html>.

depois de deduzida uma parte para actividades culturais, para uma creche (...). Assim as operárias e trabalhadores da Charminha realizam na prática um dos princípios básicos da sociedade socialista: a apropriação das riquezas por aqueles que as produzem.¹⁴

A reportagem que estamos a citar dá o seguinte balanço de receitas e despesas para o mês de Julho:

- Venda ao comércio: 183.272\$40.
- Venda ao público: 328.570\$50
- Cobranças: 37.840\$60.
- Venda ao pessoal: 109.206\$10.
- Total de receitas: 658.889\$60.
- Ajuda ao pessoal sem ordenados e salários não pagos pela firma: 614.208\$
- Luz, telefone e água: 7.587\$40.
- Despesas de venda e gasolina: 8.250\$50
- Outros: 4.133\$90.

O entusiasmo de que dá mostra o autor da reportagem, é matizado por uma membro da CT: «temos consciência das dificuldades de uma iniciativa deste género numa sociedade capitalista. Mas desde que haja matéria-prima estamos suficientemente preparadas para dirigir isto sem necessidade de patrões, nem de administradores»¹⁵. Os resultados do primeiro mês em autogestão são eloquentes: as receitas cobrem as despesas sem grande margem para o otimismo.

Os meses posteriores ao 25 de Abril foram de um contínuo aprofundar da crise política espoletada pelo golpe dos capitães. As instituições de poder surgidas do movimento militar foram o palco do confronto de projetos políticos divergentes com a descolonização como ponto de rutura e a mobilização operária e popular como pano de fundo. Em julho de 1974, a não aceitação de uma proposta de alteração do quadro legal das novas instituições leva à queda do I Governo Provisório e ao enfraquecimento do projeto de Spínola. A 28 de setembro desse mesmo ano, a mobilização de rua, com o apoio do MFA, trava uma

¹⁴ *Revolução*, “Charminha: fabricamos e vendemos”, 26-7-1974.

¹⁵ *Revolução*, “Charminha: fabricamos e vendemos”, 26-7-1974.

manifestação de apoio ao presidente e provoca a sua renúncia. Assume a presidência o General Costa Gomes e forma-se um novo governo, o terceiro desde o 25 de Abril. A 11 de março de 1975, assistiu-se ao último ato do duelo: Spínola lançou-se num golpe militar que fracassou em poucas horas, empurrando o poder estabelecido e a situação ainda mais à esquerda.

Esta situação de crise política permanente, de grandes mobilizações e de ações radicais de massas, estiveram no cerne da generalização dos fenómenos de autogestão em Portugal nestes primeiros momentos. Torna-se difícil aferir quanto de verdade havia nas acusações de fugas de capitais para o estrangeiro, da chamada «sabotagem económica», um transfundo político desestabilizador por trás dos primeiros efeitos no país da crise económica associada ao choque petrolífero de 1973. É indiscutível que a experiência chilena de 1970-73 pesava grandemente no imaginário do ativismo português, e é um facto que as histórias de empresários e capitalistas que abandonavam o país levando com eles as suas fortunas se multiplicaram com o aprofundamento da crise política.

Das tentativas de aproximação conhecidas sobre as ocupações de empresas, fica assente que o fenómeno ganha dimensão nos últimos meses de 1974 e atinge o pico nos primeiros de 1975, se bem que se trata de contagens bastante parciais e que não dão conta de grande número de casos. Segundo uma contagem feita pela Confederação da Indústria Portuguesa¹⁶, baseada na imprensa diária, ter-se-iam registado 24 ocupações de empresas no último trimestre de 1974, e 83, 55 e 14 no 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 1975, respetivamente. São números que merecem ser analisados com alguma precaução a julgar pela própria fonte, até porque a CIP refere cerca de três mil empresas ocupadas no final de 1975.

Um dado de assinalar, e que nos obriga a refletir sobre a nossa capacidade para reconstruir estes processos, é a quase ausência de notícias na imprensa de ocupações de empresas no outono e inverno de 1975, que contrasta com outras fontes que documentam numerosos casos nesse período.

Havíamos referido acima os acontecimentos de 11 de março de 1975 e a derrota da conspiração do general Spínola. Na confusão gerada

¹⁶*Boletim da CIP, 1974-1976.*

com as movimentações do golpe, os Sindicatos dos Bancários assumem de facto¹⁷ o controlo das operações bancárias, e, no fim do dia, uma assembleia do MFA decide a nacionalização do sector, entre outras medidas importantes. O MFA declarava-se socialista e os órgãos de poder eram reorganizados, sendo substituída a JSN pelo Conselho da Revolução. Alguns dias depois tomava posse o IV Governo Provisório, em que o peso militar e da esquerda aparecia reforçado. Nesta altura, o uso do termo PREC tornou-se habitual...

A realização das eleições para a Assembleia Constituinte em abril de 1975 foram um acontecimento de primeira ordem e que viria a marcar a evolução do processo. O PS obteve uma enorme vitória. Com 38% dos votos, era o único partido verdadeiramente nacional e ganhou em quase todos os núcleos urbanos do país. Os comunistas tiveram uns magros 12,5% dos votos, muito concentrados no sul, a que se juntavam os 4% do MDP¹⁸. O PPD¹⁹, com 26%, era o primeiro partido em quase todo o norte (com exceção do distrito do Porto), mas no sul era marginal. A participação foi elevadíssima: mais de 92% dos recenseados.

No decurso dos meses seguintes, a situação política portuguesa extremou-se à volta de dois projetos políticos que se definiram durante o próprio processo político, ambos com uma implantação social e geográfica relativamente clara. Do resultado das eleições foi possível corporizar um campo que chamaremos de democrático (pois não era contrarrevolucionário) que dominava claramente no centro e norte do país, agrupando as camadas médias da sociedade, as tradicionais e as novas, urbanas e rurais, o que poderíamos chamar um certo «Portugal profundo». Os seus suportes políticos eram o PS e os partidos à sua direita, o PPD e o CDS, ainda que a extrema-direita terrorista do MDLP e do ELP e os maoístas do MRPP se situassem neste campo. E contava com a suporte da hierarquia da Igreja Católica, um poder com enorme influência e capacidade de mobilização naquelas regiões e no âmbito rural. Defendia um modelo democrático-liberal ocidental juntamente

¹⁷ Sobre a nacionalização da banca ver Ricardo Noronha, “A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)”, (Tese Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, FCSH-UNL, 2011).

¹⁸ O Movimento Democrático Português tinha a sua origem numa frente ampla da oposição existente desde 1969. Depois do 25 de abril foi acusado de ser um partido satélite do PCP. Entre 1976 e 1985 concorreu à todas as eleições coligado com esse partido.

¹⁹ Partido Popular Democrático, de centro direita. Em 1976 alterou o seu nome para Partido Social Democrata (PSD).

com uma variedade de propostas de socialismo, o que na época era habitual em todos os programas políticos. A sua força advinha da defesa do resultado das eleições, e portanto da democracia e da liberdade.

A este campo democrático (no sentido liberal e ocidental), opunha-se um campo revolucionário em sentido amplo, que de forma confusa defendia um programa de tipo conselhistas ou basistas e que não foi capaz de impor a sua força baseada na mobilização e na organização popular. Alinhamos nesta área o PCP e os partidos à esquerda deste, a classe operária industrial e o proletariado rural alentejano. Era provavelmente hegemónico no sul do país e na capital, mas marginal no resto do país, e carecia de um programa e de uma direção política clara e unificada.

Com base no veredicto do voto popular, o PS e os seus aliados desenvolveram uma campanha com o primeiro ministro Vasco Gonçalves como alvo. Em junho, os ministros socialistas e os do PPD demitiram-se em protesto pela ocupação do República, e o primeiro ministro formou um novo gabinete, o quinto desde o 25 de Abril, sem representação partidária e com um apoio frio do PCP. Em meados de agosto, as manifestações de rua, a favor e contra Vasco, quase diárias e multitudinárias, deram o tom da crise do Verão Quente, junto aos assaltos a sedes do PCP e de outras organizações de esquerda no centro e no norte²⁰. Em setembro de 1975, Vasco Gonçalves foi substituído na chefia do governo e o PS e o PPD regressaram ao gabinete, o sexto.

Neste quadro de radicalização política sustentada no tempo, desde o final de 1974 e até meados de 1975, parecem ter-se verificado o grosso das ocupações de empresas. Já referimos os dados colhidos pela CIP, e outros números parecem corroborar essa evolução. Assim, um inquérito feito pelo Ministério do Trabalho em 1978²¹ sobre 131 empresas em autogestão, aponta uma ocupação entre 25 de abril e 28 de setembro de 1975, 21 entre essa data e março de 1975, 81 entre abril e dezembro de 1975 e 28 em 1976.

Os números mais abrangentes que conhecemos são os do relatório da Comissão Interministerial para Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, publicado em fevereiro de 1980. Este

²⁰ Sobre a violência anti-comunista em 1975 ver D. Palacios Cerezales, *O poder caiu na rua* (Lisboa: 2003).

²¹ Comissão Interministerial para a Análise da Problemática das Empresas em Autogestão, *A autogestão em Portugal: relatório da CIAPMEA*. Lisboa, 1980.

apresenta uma contagem suficientemente vasta para permitir uma apreciação global do fenómeno, apesar de o seu conteúdo ter sido contestado na altura por estruturas representativas das empresas naquela situação, que denunciaram em livro²² a análise económica e financeira do *Relatório* (baseada apenas em dados de apenas 67 empresas, menos de 10% do total).

Segundo esta contagem, desde maio de 1974 teriam entrado em autogestão 937 empresas que são classificadas entre empresas identificadas em autogestão ou que estiveram nessa situação e que usam a denominação da antiga entidade, e cooperativas que usam denominação própria e que usam o património de outra empresa. A grande maioria estava sob a tutela do Ministério de Indústria e Tecnologia (772), seguindo-se o Ministério de Comércio e Turismo (130). Lamentavelmente, não dispomos da denominação das empresas recenseadas nem do total de trabalhadores do sector autogestionário.

As empresas em autogestão localizam-se, sem surpresa, nos distritos mais industrializados do país: Lisboa (370), Porto (193), Setúbal (69), Braga (41), e Aveiro (27) somam quase setecentas empresas. E, no total, teria havido 222 empresas do sector metalúrgico, quase metade delas no distrito de Lisboa; 172 do têxtil, com destaque para os distritos do Porto e de Braga; 101 gráficas, 90 do sector comercial, 55 da alimentação, 40 do sector turístico e 39 do mobiliário. No distrito de Setúbal, encontram-se sete empresas do sector corticeiro, com grande tradição na região.

Os elementos sobre a dimensão das empresas fornecidos limitam-se a apenas 264 empresas. Destas 35,6% tinha menos de vinte trabalhadores e 36,4% entre 21 e 60 e apenas vinte empresas (7,7%) contavam com mais de 150 trabalhadores. As três maiores empresas que o *Relatório* refere (mais de 400 trabalhadores), eram três importantes empresas têxteis do norte do país, e que viveram grandes processos de luta já em 1976.

Um dos casos mais conhecidos de empresas em autogestão, seguramente um dos pioneiros, foi o da têxtil Sousabreu, uma pequena fábrica com cerca de trinta trabalhadores, situada em Guimarães e

²² Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, *A realidade da autogestão em Portugal*, s. d.

ocupada a 11 de setembro de 1974. Nos seus comunicados, a CT²³ denuncia as péssimas condições, os horários e ritmos de trabalho e o incumprimento por parte do patrão do salário mínimo. Os trabalhadores apelam ao apoio da classe e à compra militante dos seus produtos. Em fevereiro de 1976, a empresa é destruída por um incêndio que causa um prejuízo de 2,5 milhões de escudos. Em janeiro de 1977, durante o Congresso de Todos os Sindicatos²⁴, um trabalhador da empresa queixa-se, frente a uma câmara de filmar, do terceiro incêndio na empresa. Porém, a Sousabreu torna-se famosa por ter recebido a visita solidária de Jean Paul Sartre aquando da sua visita a Portugal em plena revolução. Num documentário emitido pela RTP em 1975 pode ler-se num cartaz:

O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro.²⁵

Ao mesmo tempo que centenas de empresas entram em autogestão há um enorme e paralelo processo de intervenção do Estado na vida económica. Já referimos anteriormente a nacionalização da banca na sequência da tentativa de golpe falhada de 11 de março de 1975. Com efeito, nas semanas seguintes, amplos sectores da economia são estatizados. O Estado toma conta dos capitais nacionais no sector financeiro (banca e seguros), as transportadoras e os sectores chave da indústria pesada. São cerca de 260 empresas, onde se verificaram importantes processos de participação dos trabalhadores numa vasta reestruturação de sectores e de companhias.

Antes das nacionalizações, já o Estado, com a publicação do Decreto-Lei 660/74, em novembro de 1974, ficara com o direito de intervir na administração de empresas privadas. Esse diploma legal

²³ “Manifesto dos operários da Sousabreu em autogestão há cinco meses”, Comunicado. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, Sousabreu.

²⁴ O Congresso de Todos os Sindicatos realizou-se em janeiro de 1977 e participaram nele cerca de 250 sindicatos representando 1,7 milhões de filiados. O congresso adotou a sigla Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).

²⁵ Citado em R. Varela, *História do povo na Revolução Portuguesa* (2014).

determinava que o Estado poderia demitir administrações de empresas privadas nomeando delegados ou comissões administrativas e assistir financeiramente às mesmas. As situações passíveis de intervenção poderiam ser classificadas como «esvaziamento» das empresas: encerramento, ameaça de despedimento, abandono das instalações, descapitalização, desvio de fundos, incumprimento das obrigações da empresa... Entre a publicação da norma e março de 1977, 341 empresas passaram por esta situação.

O DL 660/74 parece ter sido delineado para certos casos concretos de grandes empresas em situação muito grave naquele momento, como eram por exemplo importantes empresas do sector imobiliário e de construção civil como a Grão-Pará, a Torralta ou a J. Pimenta, onde existiam evidentes signos de atividades especulativas. Mas o DL vai servir efetivamente para dar cobertura legal e política a dezenas de casos de empresas em autogestão, nomeando o Estado as CT, ou delegados escolhidos pelos trabalhadores.

Um exemplo do que estamos a referir são os supermercados Pão de Açúcar e Nutripol, com 2400 e 320 trabalhadores, respetivamente, e dezenas de lojas espalhadas pelo país. A toma do Pão de Açúcar acontece na sequência do golpe de 11 de março. Os supermercados Nutripol são ocupados em novembro de 1974, numa ação coordenada pela CT central, devido à falta de pagamento de salários e começa a trabalhar em autogestão. Os trabalhadores escrevem na altura:

Nas actuais circunstâncias da empresa em que tudo parece irremediavelmente perdido desde o não pagamento do 13.º mês e salário de dezembro ao desemprego forçado para 350 trabalhadores, encontram estes na sua UNIDADE e ORGANIZAÇÃO a força geradora de novas forças que há-de conduzir à prática de diversas formas de luta numa correlação realista das nossas forças perante os obstáculos a vencer, certos, firmemente certos, da nossa razão. Sabemos por experiência quantos sacrificios nos esperam, quanta serenidade é preciso ter nos momentos difíceis, quanto ânimo se nos exige ao longo da jornada, quanta firmeza é preciso impor nas nossas decisões. Mas melhor do que ninguém sabem os trabalhadores quantas necessidades fundamentais é preciso satisfazer (...) Quanta justiça trazem na

força dos seus braços, no calor da sua camaradagem, na certeza nos ideais de igualdade e fraternidade.²⁶

Na dinâmica de participação dos meses os trabalhadores de ambas as empresas unificaram as duas empresas e outras de menor dimensão na perspectiva de criação de uma empresa pública de supermercados, Supermercados Reunidos. Porém tal não passará do projeto. No início de 1976 a Comissão Administrativa do PA, composta por trabalhadores da empresa da órbita do PCP, foi expulsa da empresa por uma mobilização organizada pela direita, e o governo nomeou uma nova CA da sua cor política. Com efeito, não estava nos planos do poder nesse tempo aquela grande empresa do Estado e ambas empresas acabariam desintervencionadas, o PA já em setembro de 1977 e Nutripol só bastante adiantada a década de 80.

Não é fácil fazer uma valoração de conjunto do sentido destas intervenções estatais nas empresas. Como já dissemos, muitas das CA nomeadas foram indicadas pelos próprios trabalhadores através das CT das empresas. Algumas CA foram defendidas com determinação pelos trabalhadores quando postas em questão pelo poder político. A legislação que acompanhou o problema limitou as obrigações das empresas intervencionadas em relação ao passivo prévio à intervenção²⁷. Certamente, essa condição oferecia uma série de garantias que as empresas em autogestão não tinham.

Todos estes fenómenos de transformação económica e social se produziam num quadro político revolucionário que se encerra no final de 1975. Omitimos neste relato aspetos políticos fundamentais do processo, e mesmo alguns processos de luta social de enorme relevo, focando os processos nas empresas capitalistas do meio urbano. Mas nessas mesmas cidades houve um impressionante quadro de mobilização em redor das grandes questões da urbe: habitação, serviços, educação, saúde, lazer²⁸.

²⁶ *Margem Sul*, “Devem continuar a ser estes senhores do capital a decidir da riqueza produzida pelos trabalhadores?”, 21-12-1974.

²⁷ Ver o DL 222-B/75 de 12 de maio.

²⁸ Existem diversos estudos de caráter local sobre os movimentos de moradores. Para Lisboa ver P. Ramos Pinto, *Lisbon rising: urban social movements in the portuguese revolution (1974-75)* (Manchester e Nova Iorque: 2013). Para Setúbal Ch. Downs, *Revolution at the*

E na metade sul de Portugal, entre o rio Tejo e as serras do Algarve, desenrolou-se, durante 1975, uma grande vaga de ocupações de terras. Um terço da área agrícola – cerca de 1 milhão de ha – foi ocupada e expropriada ao abrigo de uma lei de Reforma Agrária, e transferida para a posse dos trabalhadores agrícolas que afirmaram uma vontade de exploração coletiva com a criação de umas quinhentas Unidades Coletivas de Produção. Não podemos neste texto aprofundar a análise sobre este processo. Se bem que existe uma bibliografia relativamente abundante sobre o assunto as características e as formas de organização interna das novas unidades nem sempre aparecem claramente descritas. Parece ser possível afirmar que o movimento encontra grandes semelhanças com os fenómenos de ocupações urbanas já referidos. O grande objetivo dos trabalhadores neste movimento não era a posse da terra, mas o fim do desemprego, o problema crónico dos trabalhadores da região fora das épocas de trabalho sazonal. No movimento, o papel organizador e dirigente do PCP não está em questão: na região da reforma agrária, o PCP contava e conta ainda com uma implantação profunda que se manifesta no forte poder municipal comunista.

Alguns aspetos deste processo de reforma agrária levantam problemas que o fenómeno autogestionário partilha de forma universal, tais como o nível de consciência e de educação dos trabalhadores, a gestão democrática, o funcionamento assembleário. O debate sobre as retribuições diferenciadas e o recurso ao trabalho de especialistas, por exemplo, está presente nas UCP após as ocupações. E, como veremos, será na reforma agrária que se dará a grande batalha contra o processo contrarrevolucionário a partir de 1976.

O golpe militar de 25 de novembro de 1975 marcou o final da crise revolucionária e o início de um período de estabilização capitalista em Portugal. O pronunciamento foi precedido por semanas de tensão política e social, com mobilizações permanentes e em que se assiste à afirmação da auto-organização dos soldados. A crise das unidades de paraquedistas levou a uma intervenção musculada dos sectores direitistas das Forças Armadas que descabeçou as unidades militares

grassroots: community organizations in the portuguese revolution (Nova Iorque: 1989). Sobre o Porto, M. Rodrigues, *Pelo direito à cidade – o movimento de moradores no Porto 1974-1976* (Porto, 1999). Um estudo de conjunto centrado nos processos SAAL: J. M. Bandeirinha, *O processo SAAL e a arquitetura no 25 de abril*. (Coimbra, 2007).

tidas como progressistas e restabeleceu a disciplina tradicional nos quartéis. Os acontecimentos reforçaram a autoridade das instituições estabelecidas e prefiguraram o aparecimento de novas figuras políticas como a do General Eanes. Foram também fruto de um involgar compromisso entre a direção do PCP e sectores determinados do MFA²⁹ que evitou um confronto direto. O PREC português terá sido um raro caso de derrota de um processo revolucionário que não culminou num esmagamento sangrento do campo revolucionário.

Creemos necessário frisar que esta análise do final da crise revolucionária fundamenta-se no conhecimento dos factos posteriores. Na altura, o que estava em cima da mesa era a dúvida e a incerteza. Quem poderia ter imaginado à época que as cirúrgicas ações militares de 25 de novembro tinham posto um ponto final à brecha aberta no 25 de Abril...?

Durante 1976, ficou estabelecida a arquitetura constitucional do poder segundo a norma aprovada a 2 de abril, um texto marcadamente progressista e que teoricamente blindava muitas das conquistas do processo revolucionário. A 25 de abril de 1976, foi eleita a Assembleia da República, com o PS em primeiro lugar, mas sem maioria absoluta. Em julho, foi eleito para a presidência da República, o general Ramalho Eanes, com cerca de 60% dos votos e com o sobressalto do resultado de Otelo Saraiva de Carvalho, segunda posição com 17%. Em dezembro o povo português escolheu os novos poderes municipais.

A falta de uma maioria parlamentar clara não permitiu grande estabilidade política. Em junho de 1976, Mário Soares formou o I Governo Constitucional, do PS «sozinho», que se susteve até dezembro de 1977 e que iniciou uma política de ajustamento e austeridade capaz de reconciliar o país com as instituições financeiras mundiais. Em fevereiro de 1977, o escudo foi desvalorizado 15% e foram decretados tetos salariais abaixo da inflação. Soares foi acusado de ter metido o socialismo na gaveta. Durante esse ano assistiu-se a uma vasta ofensiva contrarrevolucionária na legislação³⁰, com destaque para a Lei 77/77: a

²⁹ Ver A. Cunhal, *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)* (Lisboa, 1999).

³⁰ Ver E. Rosa, *O fracasso da política de direita – 16 meses de governo PS*. (Lisboa: Seara Nova, 1978).

chamada «Lei Barreto» (do apelido do Ministro de Agricultura, António Barreto), ou da contrarreforma agrária³¹.

Ao nível de um setor autogestionário português, e para além da «Lei Barreto», assistiu-se a uma sucessão de vagas de devoluções de empresas intervencionadas e sob gestão dos trabalhadores. Durante o ano 1977, o governo procedeu à desintervenção de cerca de uma centena de empresas, o que conduziu a longas greves e processos de luta de grande dureza contra o regresso dos patrões, que geralmente terminaram em derrotas pesadas para o movimento operário. A mobilização operária atingiu neste período um elevado nível, com massivas manifestações de rua e duras lutas em empresas que resistem à devolução aos antigos patrões. Porém, estas lutas das empresas intervencionadas foram derrotadas devido ao seu isolamento e à falta de uma estratégia global do próprio movimento³².

O governo de Soares acabou por perder uma moção de confiança a poucos dias do Natal de 1977, mas foi Soares quem presidiu a um gabinete de coligação entre o PS e o CDS, o partido mais à direita do espectro político. Esta coligação *sui generis* durou até o verão de 1978 e foi responsável por uma «carta de intenções» enviada ao FMI solicitando auxílio financeiro.

Com um parlamento cada vez mais fragmentado, o presidente Eanes optou por encomendar a formação de governo a um independente da área socialista, Nobre da Costa, que renunciou após ser aprovada no parlamento uma moção de rejeição. Em dezembro de 1978, Mota Pinto, líder de uma das fações do PSD (o principal partido da oposição), beneficia da abstenção dos deputados socialistas e assume como primeiro ministro. Tratava-se do governo mais à direita desde o 25 de Abril.

Uma nova vaga de entregas de empresas e herdades agrícolas verificou-se em junho de 1979, na altura da queda do governo M. Pinto, como a Corame (metalúrgica), Jacinto (têxtil) e J. Pimenta. Eanes convocou eleições legislativas intercalares para o mês de dezembro e indicou M.^a de Lurdes Pintassilgo na chefia de um governo de transição e sem suporte parlamentar.

³¹ Sobre os efeitos e consequências da aplicação da norma, Idem.

³² “A todos os trabalhadores das empresas intervencionadas! A todos os trabalhadores!”, Comunicado, grupo de delegados sindicais da J. Pimenta, Handy, AC, Intento, Construções Técnicas e Grão Pará, s. d. (1977). *Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Organizações Populares de Base, AC.*

Durante os escassos meses de mandato deste governo ocorreram os trágicos acontecimentos de Montemor-o-Novo, quando dois trabalhadores agrícolas e militantes do PCP foram abatidos a tiro pela GNR e vários outros ficaram feridos pelos disparos. O facto, nunca bem esclarecido, aconteceu durante uma entrega de terras a um antigo proprietário, em moldes semelhantes a muitos outros acontecidos na região do Alentejo nesse tempo. Efetivamente, entre e 1977 e 1980, há dezenas de espancamentos de trabalhadores que protestam contra as devoluções e na região efetuam-se sete greves gerais em protesto contra a contrarreforma agrária. No início da década de 1980, mais de metade da terra ocupada pelos trabalhadores tinha sido já devolvida. As UCP, privadas do crédito do estado e amputadas das melhores terras, eram condenadas à desapareição.

As eleições intercalares de dezembro de 1979, deram uma maioria absoluta de deputados à Aliança Democrática constituída entre PSD, CDS e PPM. Porém, a soma dos votos do PS e da APU (Aliança do Povo Unido, marca eleitoral do PCP) superava em 50 mil votos à coligação de direita. O novo governo presidido por Sá Carneiro jogaria tudo na revalidação do resultado nas eleições previstas para outubro de 1980³³ e na eleição de um presidente da sua área nas presidenciais de dezembro do mesmo ano, mas a morte dos líderes da AD num desastre de aviação e a derrota do seu candidato terminariam com o projeto aliancista. Em 1983, o PS venceu as eleições sem maioria e constituiu uma aliança de governo com o PSD, o chamado Bloco Central, que se sujeitou a uma nova intervenção do FMI num quadro de grave crise financeira. O projeto neoliberal acabou por chegar pela mão de Aníbal Cavaco Silva, o líder do PSD que, em junho de 1987, venceu as eleições com mais de 50% dos votos. Ao sabor dos tempos, a retórica revolucionária e as limitações impostas pela Constituição de 1976 foram expurgadas na revisão de 1989, com o consenso do PS. Abria-se o caminho para as privatizações e a liquidação legal das UCP, no quadro da chegada do dinheiro dos fundos europeus e dos primeiros tempos do TINA³⁴.

Não sabemos quanto restou dos fenómenos de autogestão nas empresas industriais e de serviços, podendo supor apenas que poderão existir algumas empresas – na ordem das dezenas – que se mantenham

³³ Intercalares.

³⁴ ««There Is No Alternative'», a famosa frase pronunciada por Margaret Thatcher que se tornou em símbolo da época da hegemonia neoliberal.

a laborar e que tenham origem em empresas ocupadas ou cooperativas surgidas no calor da revolução naquele verão de 1975. Mas parece-nos que se trata de uma experiência relevante na história da autogestão operária pela sua dimensão qualitativa e quantitativa, e que pôs em cima da mesa as grandes questões que a autogestão levanta.

* Empresas em Autogestão por Distrito (1974-80)

Lisboa	370
Porto	193
Setúbal	64
Braga	41
Santarém	32
Aveiro	27
Faro	24
Coimbra, Évora e Madeira	20
Beja	18
Leiria e C. Branco	15
Portalegre	7
Viseu	5
V. do Castelo	3
Bragança e Açores	2
Vila Real	1
Desconhecido	23
Total	902

Fonte: CIAPMEA, Relatório, 1980.

* Empresas em Autogestão por Setor (1974-80)

Metalúrgico e M. Mecânico	222
Têxtil	172
Gráfico	102
Comércio	90
Alimentar	55

Turismo	40
Mobiliário	39
Trasf. Diversas	38
Minerais não metálicos	33
Químico	25
Madeira e Cortiça	18
Calçado	13
Extrativo	9
Curtumes	5
Papel	4
Desconhecido	30
Total	902

Fonte: CIAPMEA, Relatório, 1980.

CAPÍTULO 11

UM PACTO DE LA MANCLOA EM PORTUGAL?

Jorge Filipe Figueiredo Fontes¹

¹ Jorge Fontes é doutor em História pela Universidade NOVA-FCSH. Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea, membro do Grupo de História Global do Trabalho. É autor de diversas publicações, nomeadamente “Setenave: revolução, nacionalização, privatização (Parsifal, 2018)”.

Neste capítulo, iremos abordar uma pequena parte da história da luta e concertação de classes na II República Portuguesa, nomeadamente a primeira grande tentativa de estabelecimento de um acordo de concertação social após o epílogo do processo revolucionário, avançando com algumas hipóteses para a sua não consubstanciação a exemplo do caso espanhol.

Como veremos, trata-se de um período marcado por alguns acontecimentos-chave, tais como o Congresso de Todos Sindicatos, constitutivo da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN), e também pelos dois pacotes de austeridade, a polémica sobre o Plano de Médio Prazo 1977-1980, as negociações de um «Grande Empréstimo» com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a discussão de um «pacto social» à imagem dos Pactos de la Moncloa em Espanha, traduzido no «Memorando aos partidos e parceiros sociais».

Encerrado o período revolucionário com o golpe de 25 de Novembro de 1975, no qual é derrotada a esquerda militar, e completado o ciclo da «via eleitoral» (através de eleições legislativas, presidenciais e autárquicas), que se complementa com uma Lei Fundamental que orienta formalmente a sociedade numa transição socialista, pela qual os comunistas se associam na defesa do regime; o novo governo do Partido Socialista (PS) optando por uma governação minoritária e não coligada, situa-se duradouramente num papel charneira do sistema político, recusando quer a «maioria de esquerda» quer a «convergência democrática». Acossado entre forças sociologicamente opostas, as contradições acumuladas irão expressar-se também ao nível do executivo, o que reflete concomitantemente a heterogeneidade do seu bloco histórico social de suporte.

O ano de 1977 abre no campo da legislação laboral com o Decreto-Lei 49-A/77, de 12 de fevereiro que estabelece um teto salarial de 15% de aumento. A 25 de fevereiro, o Governo anuncia um conjunto de medidas de austeridade (o chamado 1.º pacote), como a desvalorização do escudo em 15%, aumento de 20% no imposto de transações, constituição de um cabaz de compras, incentivos à exportação e facilidades às empresas, indemnizações a estrangeiros cujos bens foram expropriados ou nacionalizados, entre outras.

A 4 e 5 de junho, na Conferência do Partido Comunista Português (PCP) para a recuperação económica, Cunhal sublinha que o seu partido «está pronto a examinar em conjunto com todas as forças e sectores

democráticos interessados na continuação do processo democrático e na defesa do regime, sem quaisquer discriminações, a possibilidade de uma plataforma que assegure a recuperação económica e a consolidação das liberdades políticas e da independência nacional»².

Sob convocação da CGTP-IN, decorrem 37 manifestações em todo o País, a 22 de junho (250 000 participantes concentram-se na capital), por uma «alteração profunda da política do governo», contra o decreto dos 15% e a carestia³.

A 14 de julho, o Plano de Médio Prazo 1977-1980, apoiado pela Intersindical⁴, com os objetivos de satisfação das necessidades básicas, redução das desigualdades, absorção progressiva do desemprego, redução do desequilíbrio económico face ao exterior, correção de injustiças na repartição de rendimentos e desequilíbrios regionais e preparação da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), é adiado no parlamento pelo PS e a direita⁵.

De 19 a 22 de julho, encontra-se em Portugal, para negociar um «Grande Empréstimo», uma delegação do FMI que considera insuficientes as medidas do «Pacote 1», na qual se revelará posteriormente ter participado José de Mello⁶.

O chamado 2.º pacote de austeridade é comunicado a 25 de agosto. Neste se inclui um sistema de câmbios flutuantes, subida de 4% da taxa de juro, possibilidade de suspensão do contrato de trabalho por parte das empresas em situação económica difícil (SED) e aumento do preço dos combustíveis, entre outras⁷.

Em consequência, são publicados, a 29 de agosto, o Decreto-Lei 353-H/77, que permite que sejam declaradas em Situação Económica Dificil (SED) empresas públicas ou privadas cuja exploração se apresente fortemente deficitária; o Decreto-Lei 353-I/77, permitindo às empresas em SED a suspensão dos contratos individuais de trabalho, com pagamento de uma quantia equivalente ao subsídio de desemprego,

² *Diário de Lisboa*, “PCP: Uma proposta confiante”, junho 6, 1977, 1.

³ *Diário de Lisboa* “Exigiu-se alteração profunda da política do governo”, junho 23, 1977, 9.

⁴ *Diário de Lisboa*, “Manuela Silva”, março 19, 1985, 5.

⁵ *Diário de Lisboa*, “PS e direita votam em conjunto para adiar debate do Plano 77-80”, julho 13, 1977, 1.

⁶ *Diário de Lisboa*, “Melos acompanharam delegação do FMI”, agosto 16, 1977, 1.

⁷ *Diário de Lisboa*, “Conselho de Ministros”, agosto 26, 1977, 8.

a suportar pelo Fundo de Desemprego; e o Decreto-Lei 353-C/77, autorizando as empresas públicas declaradas em SED, com elevados prejuízos acumulados e resultados negativos, ou com três anos consecutivos de défice a celebrar Acordos de Reequilíbrio Económico-Financeiro (AREF) com o Estado. Como resultado, a secretária de Estado do Plano, Manuela Silva, demite-se em função do «pacote 2» (exonerada pelo Decreto n.º 117-A/77), abortando-se no seu momento inicial os ensejos planificadores constitucionais.

Para completar o quadro do retrato da inversão da relação de forças, a 29 de setembro, José de Mello é reeleito presidente do Conselho de Administração da Lisnave, e publica-se em Diário da República a «lei Barreto» 77/77.

Entretanto, a situação económica degradava-se. O défice da balança de pagamentos foi de «cerca de 1500, 1000, 1300 e 1400 milhões de cada um dos anos de 1974 a 1977», neste último ano representando cerca de 10% do PIB. Verifica-se uma «diminuição dos salários reais, que haviam aumentado 9% em 1975 e diminuem -1,5% em 1976 e -9% em 1977, com conseqüente quebra da participação dos salários no rendimento nacional (68,5% em 1975, 67,6% em 1976, 61,5% em 1977) e, portanto, reconstituição dos lucros das empresas»⁸.

Neste contexto, Soares apela a um «vasto consenso à volta do Governo Constitucional», criando-se uma «zona de paz social e de prosperidade» para «vencer a crise nacional, salvar a revolução»⁹. A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) declara-se favorável a um «pacto social entre patronato e trabalhadores e mediado pelo governo, na linha defendida pela Organização Internacional do Trabalho»¹⁰.

O governo PS desenvolve contactos com os partidos da oposição e parceiros sociais para «superação da crise», falando-se num «Pacto de Moncloa» à portuguesa.

Com efeito, a ideia de pacto social ou pacto de progresso tinha aparecido como *slogan* eleitoral nas campanhas para a Assembleia da

⁸ Sousa Franco, “A Economia” in *Portugal 20 Anos Democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 212.

⁹ *Diário de Lisboa*, “Apelo ao consenso político e social”, agosto 29, 1977, 7.

¹⁰ *Diário de Lisboa*, “CIP é a favor de pacto social”, agosto 30, 1977, 5.

República e para o Presidente da República, mas adquire maior acuidade entre o começo de 1977 e o fim do II Governo Constitucional.

Segundo Álvaro Rana (CGTP-IN), «nós temos um “pacto social” saído do Congresso de Todos os Sindicatos». O Programa de Ação e o Caderno Reivindicativo são «o nosso “pacto social”». Deste modo, «se as discussões com os órgãos do poder tiverem em conta esse nosso “pacto social”», encontram-se «dispostos a dialogar nesse sentido»¹¹.

A 17 de novembro, o Governo apresenta um Memorando aos partidos e parceiros sociais, para «consolidação e estabilização da democracia pluralista». Recusa o cenário de eleições antecipadas para não se comprometer o «grande empréstimo» e não aceita entrar em nenhum governo de coligação. Tendo em conta os problemas derivados do agravamento da balança de pagamentos, elevada inflação e desemprego e o objetivo de redução do défice externo, propõe uma plataforma de acordo baseada no Orçamento de Estado e Plano para 1978 e no consenso face às negociações com o FMI. No plano social é necessária uma «clarificação das regras do jogo», com maior disciplina nas relações laborais, redução do absentismo, adequação dos horários de trabalho (incluindo por turnos), clarificação das normas relativas a despedimentos, crescimento máximo da massa salarial bruta entre os 15 e os 20%¹².

A 19 de novembro, realiza-se em Lisboa uma manifestação contra o FMI, pela independência nacional, em defesa da Constituição e pela «saída da crise com os trabalhadores»¹³.

O Governo apresenta uma moção de confiança a 6 dezembro, rejeitada no dia seguinte por todos os restantes partidos. A 23 de dezembro, é o fim do prazo dado pelo Presidente da República (PR) para os partidos chegarem a um entendimento. A 28 de dezembro, Eanes encarrega Soares de formar novo governo.

O PS e o Centro Democrático Social (CDS) chegam a um acordo de governo, a 19 de janeiro de 1978. No programa de Governo preconiza-se um «esforço de manutenção da paz social e de

¹¹ João Vilanova, 1977/78, *Sindicalismo em Portugal, perspectivas futuras/pacto social* (Lisboa: Assírio e Alvim, 1977), 64.

¹² *Diário de Lisboa*, “O próximo ano será um ano difícil para todos os portugueses”, novembro 18, 1977, 22.

¹³ *Diário de Lisboa*, “Jornada de luta de 19 de novembro”, novembro 18, 1977, 24.

estabilização das relações de trabalho com base na mobilização e responsabilização dos parceiros sociais para a obtenção de um “acordo ou contrato social”»¹⁴.

O Governo envia uma Carta de Intenções ao FMI, a 6 de maio de 1978, comprometendo-se a desvalorizar o escudo e adotar medidas restritivas a nível fiscal, monetário e orçamental. O acordo permitirá a concretização do «grande empréstimo» de 750 milhões de dólares. Cumprindo a sua função essencial, o governo cai passados sete meses, inaugurando-se um novo período caracterizado pelos governos de iniciativa presidencial, até novo parlamento poder ter competências de revisão constitucional.

Em consequência, deixa-se de falar em Portugal de acordo ou pacto ou concertação social durante alguns anos; só reaparecendo tal tema em força no contexto de espectro de novo regresso do FMI em 1983.

Podemos assim, interrogar porque falha o pacto social «fórmula» de 1977/78, à imagem por exemplo, dos Pactos de la Moncloa? Sem pretendermos ser taxativos, estabelecemos algumas teses/hipóteses:

1) As diferentes formas de transição pós-ditatorial moldam de forma diferenciada os ritmos e características do estabelecimento de mecanismos de concertação social nos dois países ibéricos, cujo processo de convergência coincide com a entrada no espaço da CEE em 1986.

2) A «convergência democrática» não tinha ainda uma representação orgânica estruturada no campo sindical, no espaço posteriormente ocupado pela União Geral dos Trabalhadores (UGT).

3) O peso de uma revolução social, e de uma potencial forte alternativa de extrema-esquerda (recorde-se o segundo lugar do candidato Otelo apoiado pela «esquerda revolucionária» nas eleições presidenciais, e a presença de uma bancada maoista no parlamento) terá retraído uma versão eurocomunista no PCP, que só terá alguma expressão, a partir de 1987.

4) O resultado da crise de 1979-81 é politicamente desfavorável ao campo dos trabalhadores, a nível internacional, não se verificando novas revoluções de esquerda com expropriação da burguesia.

¹⁴ “Programa do II Governo Constitucional”, Governo de Portugal, Arquivo Histórico, acesso a novembro 2, 2015, 96, <http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf>.

5) A nível ideológico, o «giro» pró-austeridade dos partidos socialistas, o impacto das revoltas antimoscovitas no bloco de leste, a emergência do neoliberalismo em contraponto às visões económicas do keynesianismo, a irrupção do pós-modernismo configuram uma mentalidade avessa à transformação social de esquerda.

6) O movimento operário português, ao contrário da esquerda militar, ou do movimento estudantil, ainda dispunha de uma posição relativa de força nos anos 70, tendo-se verificado uma gradual desarticulação de resistências.

7) O estabelecimento institucional da concertação social é acompanhado por uma inversão da relação de forças social, através de vários instrumentos: austeridade, inflação, tetos salariais, declaração das empresas em situação económica difícil, não pagamento de salários, rescisões «voluntárias», precarização.

8) Deste modo, numa situação de relativo equilíbrio, simultaneamente não se verificaram condições quer para uma continuação do processo revolucionário, quer para a estabilização social, os fatores conducentes para a emergência de um pacto social como em Espanha não se encontravam amadurecidos, era demasiado cedo.

Seria preciso portanto a influência de uma nova intervenção externa sob a égide do FMI, consubstanciada num bloco central para que os principais batalhões movimento operário comesçassem a desmoronar. Mas essa já é uma outra história.

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO: UMA NECESSÁRIA E URGENTE REIVINDICAÇÃO ONTOLÓGICA A PARTIR DE LUKÁCS

Vidalcir Ortigara¹; Patrícia Laura Torriglia² e Astrid Baecker Avila³

¹ Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – PPGE/UNESC. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Escola – GEPEFE/PPGE/UNESC. Vice-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/PPGE/UFSC. vdo@unesc.net

² Doutora em Educação. Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/PPGE/UFSC. patrilaora18@gmail.com

³ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica – GEPOC/PPGE/UFSC abaeckeravila@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é uma esfera da sociabilidade em que o conhecimento possui centralidade. Nessa direção, falar em educação nos leva a refletir sobre a questão do conhecimento, já que este é um impulso vital, *intentio recta*, a «postura natural em relação a um objeto [...], o estar direcionado para aquilo que vem ao encontro do sujeito, para aquilo que ocorre, que se oferece, em suma, estar voltado para o mundo em que o sujeito vive e do qual é parte»⁴. E, como salienta Lukács, considerar a dimensão gnosiológica, que averigua em que consiste o *ato de conhecer*, necessariamente inverte esse rumo da *intentio recta* porque precisa convertê-lo em seu objeto, nisso consiste a reflexão gnosiológica. Nessa afirmação constata-se a *intentio obliqua* – e aqui reside a importância da esfera da educação e do conhecimento –, significando que uma das tarefas da ontologia é colocar criticamente esta inevitável dimensão do conhecimento que, por sua limitação à corriqueira vida cotidiana, pode desfigurar o fenômeno ao não abordar os nexos e conexões da existência em si⁵ dos fenômenos, ao não capturar as relações que o campo das mediações pode outorgar.

Historicamente a relação educação, ciência e conhecimento tem sido abordada em uma perspectiva epistemológica ou no máximo gnosiológica, declinando-se, assim, da fundamental tensão dialética entre sujeito e objeto, das múltiplas atividades da consciência e de suas objetivações⁶, questão tão cara e imprescindível para Lukács. Neste texto discutimos esse tema a partir de uma perspectiva ontológica visto que, com o processo ocorrido tanto na ciência como na filosofia⁷ de uma interdição da ontologia, obliterou-se a discussão racional das questões humanas substantivas. Os seres humanos, nessa perspectiva, predominante, estariam no mundo sujeitos à imediaticidade das fatalidades.

⁴ Hartmann apud György Lukács, *Ontologia do ser social I* (São Paulo: Boitempo, 2012), 134.

⁵ Segundo Lukács, 212, 135, Hartmann “[...] considera o objeto existente em si como parâmetro único do ato de conhecer.”

⁶ Nicolas Tertulian, “Sobre o método ontológico-genético em filosofia”. *Perspectiva*, v. 27, n. 2, jul/dez. (2009).

⁷ Georg Lukács. *Per l'ontologia dell'essere sociale* (Roma: Riuniti, v. 1, livro1, 1976).

Buscamos refletir sobre a importância dos estudos ontológicos para os debates sobre o conhecimento, questão diretamente relacionada com a educação, isto é, de que imagem de mundo e de conhecimento (incluindo o científico) partem nossas afirmações. Interessa-nos tecer algumas reflexões sobre como se desenvolveu o debate ontológico até nossos tempos, destacando as contribuições de György Lukács.

O texto se estrutura em dois tópicos. O primeiro intenta dar vindicação à ontologia mediante a atualidade do tema para a produção do conhecimento em educação, bem como das mais variadas disciplinas acadêmicas. O segundo expõe, de forma introdutória, a trajetória da ontologia no desenvolvimento das ideias ocidentais, com foco na modernidade, a partir da explanação lukacsiana.

1. POR QUE ONTOLOGIA?

Todas as vezes que apresentamos a necessidade de levarmos em consideração as implicações entre ontologia e conhecimento para o debate da educação, apresenta-se, explícita ou implicitamente, a questão de por que ontologia. Em tempos pragmáticos, quando homens e mulheres e suas relações definem-se e encontram inteligibilidade em sua utilidade e adaptabilidade, qual o sentido de se indagar pelo ser social e sua especificidade? A nosso ver, no entanto, a questão guarda forte atualidade. Primeiramente podemos dizer que uma abordagem ontológica implica expressar a materialidade do ser humano histórico-social e essa premissa indica, desde já, uma árdua e complexa tarefa de desentranhar os tortuosos caminhos da relação com a realidade. Sem ignorar essa afirmação, ao contrário, como parte de sua sustentação, Lessa⁸ responde à questão indicando que as sucessivas derrotas em superar o capital geraram uma ilusão de que os seres humanos não são capazes de construir conscientemente sua história. Esse processo conduziu à revitalização da concepção liberal e, com ela, à ideia de que a ordem capitalista corresponde a uma pretensa «essência» humana. Essência essa que nos define como proprietários privados que têm suas relações com os outros mediadas pelos interesses egoístas. Assim,

⁸ Sérgio Lessa, *A ontologia de Lukács* (Maceió: UFAL, 1996).

conforme já nos apontou Marx, a essência do homem capitalista foi elevada à essência capitalista do homem⁹.

A necessidade de uma reflexão ontológica pode nos auxiliar no combate dessa imagem de mundo, desde que façamos uma profunda investigação do que é o ser humano – no caso de nossas preocupações com a educação – e do que é o conhecimento. É preciso se contrapor a essa falsa concepção da natureza humana, que imputa a ideia de algo imutável e a-histórico. Nosso horizonte de possibilidades é condicionado pelo padrão vigente de reprodução social que, por sua vez, exige que o ser humano represente o mundo mediante sua capacidade de ideação. No pôr novas objetividades reside o momento de liberdade em que a transformação social torna-se possível. «A indagação acerca da especificidade do ser humano contém a confirmação da unidade geral de todo ser e simultaneamente o afloramento de suas próprias determinidades específicas».¹⁰ Mas este primeiro passo deve conduzir-nos à aproximação da questão decisiva, isto é, «conferir uma posição central ao espelhamento dialético da realidade objetiva», pois se realidade e pensamento fossem uma mesma coisa os seres humanos estariam impedidos de pôr novos fatos ontológicos. Essa diferenciada postura ante a relação objeto e sujeito colabora com o entendimento de Bhaskar da não identidade de ser e conhecimento do ser: o primeiro, os objetos reais, é a dimensão intransitiva que pertence ao real; o segundo, o conhecimento, é a dimensão transitiva e, portanto, histórico e social. Ponto de partida e de chegada totalmente terrenal, como explica Lukács quando indaga o *conhecimento* da ontologia a partir de Hartmann.

Se nossa tentativa é nos contrapormos à concepção liberal conservadora, precisamos questionar essa essência que nos compreende no limite de proprietários individuais, para a qual a sociedade capitalista não pode ser superada, pois ela seria a expressão universal do que é o próprio ser humano tomado em sua singularidade. Nesse sentido tanto Lukács, com sua ontologia do ser social, como Bhaskar, com um realismo transcendental, auxiliam-nos a perceber que os limites colocados não são de forma alguma intransponíveis, pois a história humana só pode ter os limites colocados pelos próprios seres humanos. Esse embate só pode ser travado no terreno da ontologia.

⁹ No texto de 1968, *La Democrazia della vita cotidiana*, Lukács explicita como a oposição *bourgeois* e *Citoyen* constituiu as bases da organização social da modernidade.

¹⁰ LUKÁCS, 2012, p. 27

Lukács afirma que

Se a ontologia é negada por princípio ou ao menos considerada irrelevante para as ciências exatas, a consequência obrigatória de tal atitude é que a realidade existente em si, a sua forma de espelhamento a cada vez predominante na ciência e as hipóteses daí derivadas – ao menos praticamente aplicáveis a determinados grupos de fenômenos – são homogeneizadas em uma única e mesmíssima objetividade. (Os pesquisadores que instintivamente se opõem a esse tipo de nivelamento são estigmatizados como «realistas ingênuos»)¹¹.

Segundo Lukács, não há como discutir a ontologia do ser social sem compreender a ontologia geral, pois todo ser tem seu fundamento no ser inorgânico, haja vista que é a partir deste – com a sua manutenção, objetivando-se mudanças qualitativas – que se desenvolveram o ser orgânico e o ser social. Mas esse aspecto ainda não foi compreendido corretamente. «Não há até o presente uma história da ontologia»¹², afirma o autor magiar, e essa carência não é fortuita, está diretamente ligada à confusão e à falta de clareza da própria ontologia pré-marxiana. Como não há a compreensão da ontologia geral, quando se fala da ontologia do ser social, comumente o problema é posto como alternativa, da seguinte forma: o ser social é considerado sem distinção do ser em geral ou é visto como radicalmente diverso, sem o caráter de ser¹³.

Essa segunda posição, aponta o autor, pode ser exemplificada com o claro contraste ocorrido no século XIX entre o mundo do ser material e o mundo do ser espiritual, ou seja, respectivamente o reino da necessidade e o reino da liberdade, alternativa que nunca pôde ser mantida em sua radicalidade, pois o ser social apresenta muitas «zonas» que aparecem sujeitas à necessidade. E Lukács¹⁴ sentencia que isso ocorre «desde cedo porque é impossível que a contraposição entre reino

¹¹ Lukács, 2012, 48.

¹² Lukács, 2012, 29.

¹³ Lukács, 1976.

¹⁴ Lukács, 2012, 25-26.

da necessidade e reino da liberdade possa coincidir – de maneira evidente – com a distinção entre ser em geral e o ser social».

2. A SUBSUNÇÃO DA ONTOLOGIA À GNOSIOLOGIA

Lukács preocupa-se com a noção de conhecimento da sociedade contemporânea e em que ontologias ela se sustenta. Qualquer enunciado está pautado em uma noção de como o mundo é. Embora a atualidade seja marcada por uma supressão «nominal» da ontologia, contrapondo-nos a isso pretendemos reafirmar que: 1) todo conhecimento pressupõe uma ontologia, mesmo que realize uma negação nominal; 2) é preciso questionar quais os motivos da necessidade contemporânea de supressão da ontologia na ciência, indicando algumas consequências para o campo educacional. Nessa linha de raciocínio, procuramos caracterizar o conhecimento como atividade do ser humano, ação realizada no âmbito do ser social, o qual encontra seu fundamento na efetividade em si do objeto cognoscível – a ontologia.

Como se sabe, a preocupação com a ontologia é parte constitutiva da tradição filosófica ocidental; a indagação é pelo ser, questão que acompanha a filosofia desde o seu surgimento na Grécia. Ao longo do tempo, no entanto, foi perdendo a centralidade. Na Idade Média foi suplantada pela ontologia teológica. No Renascimento, com o avanço das descobertas científicas e a instauração de uma nova ordem social, a questão do conhecimento ganha força. A ontologia é subjugada pela questão gnosiológica, principalmente com Descartes e Kant. Este, talvez o mais influente filósofo desse período, afirmava que só o fenômeno pode ser conhecido, pode ser objeto da ciência. O existente além do fenômeno, o *noumeno*, pode apenas ser pensado. Vale recordar, com Lukács, que «a crítica kantiana do conhecimento se concentrava sobretudo na cognoscibilidade dos conceitos centrais oriundos da teologia (Deus, imortalidade etc.)»¹⁵.

Acenaremos a seguir, de forma sucinta, para alguns aspectos do predomínio da gnosiologia a partir da modernidade, sob o enfoque da crítica lukacsiana.

¹⁵ Lukács, 2012, 133.

Com o enfraquecimento da metafísica grega, a concepção teológica da ontologia passa a ter predomínio sobre as visões de mundo. A ontologia religiosa, dominada pelo cristianismo, refuta toda visão de mundo baseada no plano científico e afirma como única realidade a objetivação da aliança religiosa, negando o sentido terreno da vida. Porém, a estrutura bimundana presente na perspectiva grega é mantida:

(...) uma concepção teleologicamente fundada do mundo dos seres humanos, no qual se realiza o seu destino, no qual seu comportamento define sua salvação ou danação, e do mundo compreensivo, teleologicamente ainda superior, cósmico-transcendente, de Deus, cujo ser constitui a garantia ontológica última da indubitabilidade do poder de Deus na realidade terrena; o cosmo é, portanto, fundamento ontológico e o objeto visível do poder de Deus¹⁶.

A Igreja e a religião mantêm essa base ontológica por muitos séculos, mesmo com teorias divergentes e a necessidade de adaptação da moral cristã aos dados sociais e políticos cada vez existentes.

Porém, apesar de todas essas transformações, permaneceram inabalados os princípios mais importantes da ontologia religiosa: o caráter teleológico do cosmo e do desenvolvimento histórico, a construção antropocêntrica (e, por essa razão, necessariamente geocêntrica) do cosmo que, governado pela onipotência de Deus – exercida teleologicamente –, faz da vida humana terrena o centro do universo, um centro próprio do ser humano e protegido pela transcendência¹⁷.

Enquanto a Igreja conseguiu realizar as adaptações entre ontologia e moral pôde garantir seu predomínio, refutando a imagem de mundo

¹⁶ Lukács, 2012, 36-37.

¹⁷ Lukács, 2012, 37.

«normal-cotidiana» e aquela científica, considerando-a como heresia, adaptando-a para ser expressa em termos religiosos ou, quando isso não era possível, «nos casos extremos se oferecia à ciência um tipo de asilo intelectual com a teoria da dupla verdade»¹⁸.

A expressão dupla verdade, segundo Abbagnano¹⁹, surge na filosofia como denominação dos escolásticos latinos à doutrina de Averróis sobre as relações entre a religião – à qual cabe o mundo da ação –, e a filosofia – à qual cabe o mundo da especulação. A expressão dupla verdade só mais tarde passa a designar o ponto de vista que contrapõe a verdade da razão à verdade da fé, decidindo-se por esta num ato de arbítrio ou de deferência à autoridade. O autor conclui: «Na realidade, só esse ponto de vista (se assim se pode chamá-lo) deveria ser denominado de “dupla verdade”, ao passo que para o outro, representado por Averróis, a verdade é uma só e a religião e a filosofia simplesmente a expressam de modos diferentes, uma para a especulação e outra para a ação».

O cardeal Bellarmino é figura central no contexto da ontologia religiosa que estamos analisando. Teve forte presença nos processos da inquisição de Giordano Bruno, Tommaso Campanella e Galileu Galilei. Neste último, alerta Galileu de que a teoria copernicana deveria ser discutida somente como uma hipótese matemática²⁰. O que Bellarmino faz nesse ponto é distinguir a verdade revelada da verdade especulativa ou filosófica. Sem desfazer o primado da primeira, vai ao encontro do que Abbagnano²¹ chama de fideísmo, ou seja, admite-se a verdade filosófica, racional, inferior à verdade «revelada» pelas escrituras.

Posteriormente às pesquisas de Copérnico, Kleper e Galileu torna-se socialmente impossível reprimir as consequências de suas descobertas, que fogem ao controle da ontologia religiosa. «A derrubada científica do sistema geocêntrico do mundo até pôde ser provisoriamente condenada como heresia, com todas as consequências daí decorrentes, mas sua vigência social, seus efeitos sobre a práxis social não podiam mais ser detidos com tais expedientes».²² Reforçada

¹⁸ Lukács, 1976, 16.

¹⁹ Nicola Abbagnano, *Dicionário de Filosofia* (São Paulo: Martins Fontes, 3. ed., 1998), 295.

²⁰ Antonio M. Rui e Javier C. Morato, *Diccionario de filosofia* (Barcelona: Herder, 1996, CD-Rom).

²¹ Abbagnano, 1998.

²² Lukács, 2012, 38.

pela explosão do conflito com Galileu, verifica-se, então, uma mudança na ontologia religiosa: se até então a teoria da dupla verdade mantinha a ciência à sua sombra, com a formulação bellarminiana, «a Igreja, a ideologia religiosa oficial, recorria à teoria da dupla verdade para salvar ao menos temporariamente aquilo de sua ontologia de que não gostaria de renunciar».

Essa posição, assinala Lukács²³, possui sempre uma atitude cínica que, ao mesmo tempo em que demonstra a percepção instintivamente justa do novo estado das coisas por parte da Igreja, expressa sua orientação diante da nova classe dominante em ascensão, a burguesa. O autor complementa que esse caráter cínico é reforçado não só «quando se trata de obter um pouco de espaço para um conhecimento antes reprimido ou condenado à extinção, mas de, com sua ajuda, manter intacta no plano organizativo a validade oficial de uma ontologia».²⁴

O desenvolvimento do processo produtivo burguês baseado na utilização dos novos conhecimentos que lhe permitiam dominar melhor as forças naturais entrava em conflito com as normativas teológicas, pois, para a burguesia, «o desenvolvimento irrestrito das ciências, principalmente das ciências naturais, era uma questão vital»²⁵. Foi isso que fez com que o novo posicionamento frente à objetividade real – a questão se a verdade das ciências naturais reflete efetivamente a realidade objetiva ou torna possível a manipulação – dominasse a filosofia burguesa e determinasse os problemas ontológicos até hoje, afirma Lukács. Estava aberto o caminho ao predomínio da gnosiologia.

É a modernidade de Descartes, Locke e Kant a época em que os problemas do conhecimento e da dúvida epistemológica são eleitos os principais temas a serem inquiridos pela filosofia. Libertos dos grilhões que os prendiam até então, homens e mulheres postulam sua liberdade e emancipação dos laços da fé que tolhiam seus antepassados medievais, cujas certezas neles originavam-se e eram plenamente conhecidas, uma vez que «o cristão sabe o que sabe e tem certeza de seu próprio saber pela fé»²⁶. Contudo, descreve Lukács²⁷, como a Igreja não foi capaz de

²³ Lukács, 2012.

²⁴ Lukács, 2012, 38.

²⁵ Lukács, 2012, 39.

²⁶ Maria Célia M. Moraes, “Comte e o Positivismo”, in *Profetas da Modernidade* org. L. M. Hühne (Rio de Janeiro: UAPÊ/SEAF, 1995), 123.

²⁷ Lukács, 1976.

controlar os efeitos práticos das descobertas científicas, perdeu, também, o controle sobre a primazia da ontologia teológica das visões de mundo. Com o desmoronamento do aparato econômico e político da Igreja feudal, desaparece este sólido ponto de apoio e os homens da modernidade, livres das amarras da religião, encontram em si mesmos o fundamento da verdade e da liberdade, decidem o que pode ser conhecido, o que é o conhecimento e o que é a certeza.

Nessas circunstâncias, explicita Moraes²⁸, altera-se fundamentalmente a base de relacionamento do ser humano com o mundo que se torna o *subjectum*, o fundamento de tudo que existe quanto a seu aparecer e a sua verdade, ou seja, a sociedade e a cultura passam a ser compreendidas como obra humana. Descartes é quem elabora o fundamento metafísico deste modo de conhecer. «O *cogito* [pensamento] é o *subjectum* [fundamento] de toda certeza, uma vez que em si mesmo e por si mesmo fundamenta todas as possibilidades de qualquer fenômeno»²⁹. O existente não é mais o que está presente – como para o *hypokeimenon grego* – ou o que pertence à ordem da criação divina – como para a ontologia religiosa –, mas o que se coloca em oposição ao sujeito, o que se coloca como objeto. Sujeito e objeto são, a partir daí, tomados como duas entidades diferentes por natureza e intrinsecamente separadas. Oposto ao ser humano como sujeito, representado por ele, o que existe no mundo passa a ter sentido somente nesta relação³⁰. O único conhecimento concebido como verdadeiro é o que alcança representações mentais acuradas de um mundo objetivo, real, oposto e independente da mente do sujeito cognoscente.

Dito de outro modo, o *cogito* pode ser concebido como fundamento não por ser apenas o modelo, mas porque é a condição de qualquer certeza; para poder representar – colocar o mundo diante de si como objeto – é preciso que se conheça a si mesmo como quem representa o que é representado, como quem propõe o que é proposto³¹.

Em seus múltiplos feitios, as questões versando sobre as possibilidades do conhecimento e sobre o fundamento da verdade irão nortear as teorias do conhecimento a partir de Descartes. Ademais,

²⁸ Moraes, 1995.

²⁹ Moraes, 1995, 123.

³⁰ Moraes, 1995.

³¹ Moraes, 1995.

contemporâneas de uma ciência da natureza caracterizada pelo experimento e por uma linguagem formalizada, tais teorias buscam, também, estabelecer e delimitar suas condições de possibilidade e suas justificativas lógico-psicológicas.

Com o positivismo do século XIX, porém, algo de novo se introduz na tradicional indagação sobre a gnosiologia: a teoria do conhecimento é substituída por uma teoria da ciência e a filosofia, de análise das possibilidades do conhecimento humano, é reduzida a uma metodologia da ciência. De acordo com Lukács, «as grandes revoluções que se iniciavam nas ciências da natureza pareciam oferecer um fundamento para excluir completamente da gnosiologia as categorias ontológicas decisivas da natureza, como, sobretudo, a categoria da matéria»³². Tal movimento, segundo o autor magiar, passa de um ceticismo, ou mesmo pessimismo, especialmente no liberalismo, para uma confiança no poder ilimitado da manipulação das massas.

De fato, se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato³³.

Quando a ciência permanece no nível do imediato, sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam na prática imediata, como requerido pelo cardeal Bellarmino, na tentativa de salvar a ontologia teológica. Lukács³⁴ faz referências ao combate de Lenin a essa tendência. Para o autor húngaro, Lenin atenta para a diversidade filosófica existente entre o conceito ontológico de matéria e o tratamento científico concreto de seus modos de manifestação apreensíveis e,

³² Lukács, 1976, 47.

³³ Lukács, 1976, 47.

³⁴ Lukács, 2012.

também, à inadmissibilidade deste procedimento extrair conclusões diretas sobre a própria matéria³⁵.

Com a exclusão da efetividade existente em si, ou mesmo considerada irrelevante para o processo da metodologia da ciência, forma-se uma homogeneização da realidade existente em si e da «forma de espelhamento» (o conhecimento) em uma única objetividade.

Ainda no século XIX, na contracorrente dessa tendência, a questão ontológica recebe uma interessante abordagem com a concepção marxiana de que o que conhecemos são os fundamentos gerais do ser. As categorias de análise do real são formas de ser determinadas pelo real, que se constitui como síntese de múltiplas relações.

Para que nossa questão possa ser mais bem explicitada, talvez um bom ponto de partida seja situar a retomada da questão ontológica no século XX, ainda que em linhas bastante gerais. Tomamos como referência para essa explanação inicialmente a conferência *Georg Lukács e a reconstrução da ontologia na filosofia contemporânea*, que Nicolas Tertulian expôs no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFCE), em 1996.

A hegemonia da gnosiologia encontrou forte questionamento no século XX, quando da retomada da ontologia como questão central na filosofia nas obras de Heidegger, Hartmann e Lukács. A partir da metade do século XX, principalmente com as correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, essa discussão se articula a outra, que é a da negação da existência do real independente das ações humanas ou das formas de sua apreensão.

Segundo Tertulian³⁶, a retomada da ontologia situa-se no âmbito de uma crítica precisa: ao predomínio gnosiológico no percurso do pensamento ocidental, sobretudo na época moderna, e às consequentes concepções de conhecimento e de verdade nele implícitos. Em seu lugar,

³⁵ Podemos relacionar esse procedimento criticado por Lukács com o que Bhaskar (1977, *A Realist Theory of Science*. London: Verso, p. 36) denomina de «falácia epistêmica», entendida como «proposições sobre o ser podem se reduzidas a, ou analisadas em termos de, proposições sobre o conhecimento, isto é, que questões ontológicas sempre podem ser transpostas em termos epistemológicos».

³⁶ Nicolas Tertulian, "Georg Lukács e a reconstrução da ontologia na filosofia contemporânea", in: *Conferência Proferida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCE* (Recife, 1996. Trabalho não publicado).

Heidegger, Hartmann e Lukács sustentarão, de modo bastante distinto, o primado do ser efetivamente existente como centro de suas reflexões.

Observando as diferenças entre tais autores, Tertulian³⁷ destaca a referência ao conceito de reificação ou alienação. Enquanto Hartmann não os evoca, Heidegger, sob influência de Simmel e Husserl, recusa a abordagem dialética, «privilegiando uma concepção apriorística do ser humano e das suas estruturas fundamentais». Lukács, por sua vez, busca as fontes desses conceitos em Hegel e Marx. Realiza a crítica da alienação expondo uma concepção dialética da gênese do ser humano fundada na tensão entre teleologia e causalidade objetiva. Outro ponto, segundo o autor magiar, é que Heidegger repudia a hegemonia do *logos* e da *ratio* na interpretação do mundo, interpretação da qual, em certa medida, Hartmann se aproxima quando desenvolve a crítica do logocentrismo e do racionalismo excessivo. Lukács retoma essa crítica e avança, nela incluindo o logicismo. Aqui vale lembrar a explanação de Tertulian:

Lembremos que há nesse sentido um distanciamento comum destes três pensadores, tão diferentes ou mesmo opostos entre si, em relação ao neo-kantismo, ao positivismo e ao neo-positivismo e mesmo em relação à fenomenologia de Husserl [...] A recusa de Nicolai Hartmann de aceitar a identificação aristotélica da forma substancial dos fenômenos com sua essência lógica, recusa reiterada em nome do condicionamento da forma pela matéria, está na base da sua crítica do finalismo e do racionalismo: Lukács investe também contra o logicismo, em nome da sua ontologia materialista, ao longo de toda sua última obra. Não é menos significativo observar que a identificação hegeliana da ontologia ou da metafísica à lógica, mais precisamente a dissolução da ontologia na “ciência da lógica”, é contestada por cada um dos três pensadores, Hartmann, Heidegger e Lukács.³⁸

³⁷ Tertulian, 1996, 15.

³⁸ Tertulian, 1996, 15.

Essas rápidas pinceladas indicam o contorno da problemática a ser superada pela ontologia. Os três pensadores – Hartmann, Heidegger e Lukács –, cada um a seu modo, buscaram deslocar a questão gnosiológica com o objetivo de «interrogar antes de tudo a *ratio esendi* das coisas, subordinando a *ratio cognoscendi* àquela e, para reatualizar, assim, uma grande tradição metafísica que vai de Aristóteles passando pela ontologia medieval até Kant e à *lógica* de Hegel»³⁹.

Dos três pensadores, quem desenvolve a reflexão sobre a determinação ontológica do ser social, seguindo a orientação marxiana, com base nas categorias gerais do ser que fundamentam o novo ser, é Lukács⁴⁰. No novo ser surgem novas categorias que operam sobre as categorias gerais em uma relação de superação-continuidade, isto é, ao mesmo tempo que o ser social supera os limites postos pelos seres inferiores não elimina as suas determinações, processo a que Marx se refere como recuo das barreiras naturais.

Lukács⁴¹ observa que o domínio da gnosiologia, que culmina em Kant, foi tão expressivo nos últimos séculos que levou «a opinião pública competente» a esquecer que o seu objetivo principal estava em «fundar e garantir o direito à hegemonia científica da ciência natural desenvolvida a partir do Renascimento, mas de fazê-lo em termos tais que ficasse salvo – cada vez na medida socialmente requerida – o espaço ideológico que a ontologia religiosa tinha conquistado historicamente». Assinala que o compromisso bellarminiano nunca conseguiu bloquear totalmente as repercussões que a ruptura com a posição cósmica e ontologicamente espacial da terra pode ter sobre o plano da concepção de mundo. Isso faz surgir uma polarização na filosofia burguesa: por um lado estão os que buscam completar coerentemente a nova ontologia, acolhendo e desenvolvendo a herança do Renascimento; por outro, estão pensadores importantes e influentes que buscam dar uma fundação gnosiológica ao cinismo político-eclesiástico de Bellarmino,

³⁹ Tertulian, 1996, 2.

⁴⁰ Lukács, 2012; György Lukács, *Ontologia do ser social II* (São Paulo: Boitempo, 2013).

⁴¹ György Lukács, *Prolegomeni All'Ontologia dell'Essere Sociale: questioni di principio di un'ontologia oggi divenuta possibile*. (Milano: Guerini Associati, 1990), 3.

Basta recordar, a esse propósito, Berkeley e Kant, – a despeito de todas as diferenças entre ambos até em questões de princípio. No essencial, o elemento comum das aspirações de ambos consiste em demonstrar gnosiologicamente que não é possível atribuir significado ontológico aos nossos conhecimentos do mundo material. (...) Em ambos os casos o funcionamento do conhecimento da natureza – em cada ciência singular –, em sua objetividade prático-imanente, é deixado gnosiologicamente intacto, ao lado de uma rejeição – igualmente gnosiológica – de toda «ontologização» de seus resultados, de todo reconhecimento da existência de objetos em-si, independentes da consciência cognoscente.⁴²

Na ontologia geral apresenta-se o movimento idealista subjetivo, que «com base numa orientação gnosiológica, havia combatido o materialismo filosófico por causa do empenho deste em derivar da materialidade todo e qualquer ser»⁴³, erguendo um singular mundo pensado, embora o ser em-si – ontológico – permaneça incognoscível por princípio,⁴⁴ pois

[...] o ser em si deve permanecer para todo conhecimento um fantasma inalcançável ou um além sempre abstrato. [...] Sempre subsiste, portanto, nos idealistas subjetivos, uma visão de mundo – muito variada, ou mesmo contraposta – que refuta apenas a “presunção materialista” de explicar o mundo por si mesmo⁴⁵.

⁴² Lukács, 2012, 39-40.

⁴³ Lukács, 2012, 54.

⁴⁴ Lukács comenta a crítica de Kant que chama de «escândalo da filosofia» o fato, sustentado por Berkeley, de que a existência das coisas fora de nós era admitida simplesmente por fê.

⁴⁵ Lukács, 2012, 54.

Com a debilidade do predomínio do pensamento kantiano no curso do século XIX, Lukács observa o surgimento de uma corrente idealista no pensamento positivista – com suas origens em Mach, Avenarius, Poincaré⁴⁶ –, a qual cria um terreno que se pretende nem idealista-subjetivo nem materialista-objetivo, mas um meio filosófico que exclui do campo do conhecimento toda ontologia, garantindo, sob essa suposta neutralidade, um conhecimento científico puro.

Os assim chamados elementos do mundo (por exemplo, a unidade de sensação e coisa) são declarados um terreno assim, nem objetivo nem subjetivo, a partir do qual essa corrente quis construir uma nova filosofia científica que excluísse toda ontologia. Com isso, nada mais natural que o distanciamento em relação a Kant, apesar da múltipla afinidade gnosiológica com o neokantismo, tenha sido energicamente acentuado, de modo a evidenciar que a nova filosofia era adversária de toda visão de mundo, inclusive das idealistas.⁴⁷

Uma vez que a separação do mundo sob o modelo da «crítica da razão pura» e da «crítica da razão prática» revelava-se impraticável, pois em última análise podia somente separar um conhecimento puro da natureza de uma moral pura, surgem «contínuos compromissos metodológicos que põem de lado o problema ontológico fundamental da especificidade ontológica do ser social e afrentam as dificuldades cognitivas dos setores singulares de modo puramente gnosiológico ou puramente metódico, epistemológico»⁴⁸. Para os neokantianos isso se dá por simples coerência, uma vez que o ser da coisa em si não pode ser

⁴⁶Mach (1838-1916), Avenarius (1843-1896) e Poincaré (1854-1912), são alguns dos filósofos que no final do século XIX começaram, cada qual a seu modo, a questionar o empirismo das ciências.

⁴⁷ Lukács, 2012, 44-55.

⁴⁸ Lukács, 2012, 26.

conhecido. «Aqui o neokantismo do final do século aproxima-se bastante do positivismo da época de Mach, Avenarius etc.»⁴⁹

Somente em Marx, afirma Lukács, a ontologia recebe a descrição correta que supera a analogia da relação entre gnosiologia e métodos específicos das ciências singulares, pois o que passa a ser conhecido são os fundamentos gerais de qualquer ser. «Antes de tudo, ele vê com clareza que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido. Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral.»⁵⁰ Evidencia-se a relação existente entre os níveis de ser em que, nas formas mais compostas e complexas, as categorias da ontologia geral permanecem presentes como momentos superados. Superar, assinala Lukács⁵¹, no sentido hegeliano que inclui também o conservar.

Lukács desenvolve sua ontologia com uma visão histórica do real. Sobre esse aspecto, Duayer⁵², ao discutir a historicidade na ontologia do ser social marxiana, citando estudo de Rockmore, observa:

Na opinião de Rockmore, a noção de história desenvolvida por Lukács em sua Ontologia, baseada em sua leitura da posição de Marx, insiste na «imanência, na própria realidade social, das categorias empregadas para interpretar a realidade social». [...] Tal concepção não nega, desse modo, a historicidade das categorias contidas em outros sistemas categoriais. Para colocá-lo na conhecida formulação de Marx, isto equivale a dizer que as «categorias são formas de ser, determinações do existente.»⁵³

⁴⁹ Lukács, 2012, 26; Em outra passagem Lukács critica o posicionamento que parte dos marxistas russos realizaram em direção a estes dois autores (LUKÁCS, 1976).

⁵⁰ Lukács, 2012, 27.

⁵¹ Lukács, 2012.

⁵² Duayer, 1995, f. 107.

⁵³ Mário Duayer, *Manipulação ou Emancipação? Pragmatismo e Ciência Econômica* (Tese (Professor Titular) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995).

Lukács considera três modos de ser que se distinguem uns dos outros por uma especificidade ontológica própria, sem que isso gere nenhum tipo de hierarquia: «estão, porém, ligados segundo uma linha de desenvolvimento (necessária-causal, não teleológica) que funda o biológico sobre o inorgânico e o social sobre os dois precedentes modos do ser»⁵⁴. Logo, a ontologia da natureza inorgânica apresenta-se como fundamento de todo ser, como geral, uma vez que não pode existir nenhum ser que não esteja ontologicamente nela fundado.

Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar em nível ontológico só sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E o mesmo acontece com as categorias, por sua vez novas, do ser social em relação àquelas da natureza orgânica e inorgânica. A questão marxiana com relação à essência e a constituição do ser social pode, portanto, ser posta racionalmente somente sobre a base de uma tal fundação em graus. A questão com relação à especificidade do ser social contém a confirmação da unidade geral de todo ser e, ao mesmo tempo, do emergir de suas específicas determinações.⁵⁵

Embora tratando de uma questão central da filosofia, Lukács tem sua preocupação voltada às questões práticas emergentes do período em que vive e, por isso mesmo, vê a necessidade de recolocar a questão da ontologia no centro da reflexão, sem que isso signifique o abandono da gnosiologia, pois que esta é o conhecimento, mesmo que aproximativo, da realidade que constitui o *locus* de ação do ser social.

Segundo Scarponi⁵⁶, Lukács entendia que a nova realidade capitalista objetivava controlar as ciências para melhor manipulá-las, o que torna o método neopositivista, «que é ao mesmo tempo

⁵⁴ Alberto Prefazione Scarponi, “Per l’ontologia dell’essere sociale”, in *Per l’ontologia dell’essere sociale* G. Lukács (Roma: Riuniti, v.1 l. 1, 1976), XIII.

⁵⁵ Lukács, 1976, 5.

⁵⁶ Scarponi, 1976, IX.

representante teórico e instrumento da manipulação», o adversário direto do marxismo.

Trata-se de um verdadeiro e próprio movimento internacional que encontra origem na necessidade do capitalismo de manipular o mercado, mas que depois se autonomiza e se desenvolve em uma forma geral de consciência em que impera exclusiva uma gnosiologia que quer substituir o conhecimento da realidade pela manipulação dos objetos indispensáveis na práxis imediata. A verdade é suplantada pelo alcance dos fins prático-imediatos, neste movimento ideológico geral não estão somente as correntes filosóficas de maior prestígio intelectual neste período (neokantismo, positivismo, empiriocriticismo, pragmatismo, behaviorismo e enfim o neopositivismo, com o seu pendant, o existencialismo), mas também a religião codificada, que busca com a ciência moderna o ‘compromisso bellarminiano’ da dupla verdade.⁵⁷

Se durante quase todo o século XX a discussão situava-se claramente entre a ontologia e a gnosiologia ou a epistemologia, a partir das últimas décadas o debate ganha novas características. Com a suposta derrocada da epistemologia, com a chamada crise da modernidade e seus sub-produtos de agenda «pós-moderna»⁵⁸, os «pós-ismos»⁵⁹ determinam a suposta morte do sujeito, passam a defender que a verdade se legitima na cultura ou na política, ou então é uma construção criada pelos homens, uma crença socialmente justificada.

O debate instaurado nesses termos passou a polarizar em torno dos que consideram que o real existe independentemente de o conhecermos ou não, e, justamente por isso, é cognoscível, e os que consideram o real

⁵⁷ Scarpomi, 1976, IX.

⁵⁸ Ellen M. Wood, “O que é a agenda 'pós-moderna'?”, in *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo* org. Ellen M. Wood; John. B. Foster (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999).

⁵⁹ Maria Célia M. Moraes, “Os 'pós-ismos' e outras querelas ideológicas”. *Perspectiva*, Florianópolis, UFSC/CED, n. 24, p. 45-59, (1996).

incognoscível e até mesmo inexistente, ou que só ganha existência como produto do conhecimento ou da cultura.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Consideramos a atualidade do debate referido acima anteriormente como um dos pontos a serem enfrentados na discussão sobre a produção do conhecimento em educação. Nesse sentido, só é possível pactuarmos com a idéia de que o real existe independente de nosso conhecimento sobre ele se possuímos também uma noção coerente do que é o ser social, pois se realidade e pensamento fossem uma mesma coisa os seres humanos estariam impedidos de pôr novos fatos ontológicos, ou seja, de estabelecerem novas efetividades sociais. Lukács⁶⁰, referindo-se à ontologia marxiana, destaca sua diferença com as ontologias antecedentes, apontando que já em Marx se conferiu ao espelhamento dialético da realidade objetiva uma posição central na atuação do ser social. Bhaskar também comunga da ideia da não identidade entre ser e pensamento quando discute a questão da ciência. Para ele os objetos reais, que existem independente de nosso conhecimento, correspondem à dimensão intransitiva, e o conhecimento que possuímos destes objetos referem-se à dimensão transitiva, vista como histórica e social.

Essa distinção ontológica constitui a possibilidade de o ser social se posicionar ante a realidade. Nesse processo, a educação contribui para o estabelecimento de algumas das condições necessárias para a possibilidade da superação da sociabilidade atual. Sobre a importância do esclarecimento, Bhaskar⁶¹ resume assim a importância dessa reflexão filosófica.

A meu ver, qualquer que seja nossa política, no sentido restrito de partido ou facção, os socialistas concordarão que o que merece nossa preocupação hoje é a construção de um movimento para o

⁶⁰ Lukács, 2012.

⁶¹ Roy Bhaskar, *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. (London: Verso, 1993), 1.

socialismo – no qual o socialismo ganha uma hegemonia intelectual-cultural de modo a se tornar o senso comum esclarecido de nossa era. O meu uso da frase “senso comum esclarecido” é deliberado. Em um mundo capitalista e em uma sociedade burguesa, o socialismo nunca será o sentido corrente. Mas o que podemos aspirar é o alvorecer de um novo Esclarecimento, um Esclarecimento socialista que estará para alguma ordem futura das coisas como, no século XVIII, o Esclarecimento burguês estava para a Declaração Americana de Independência, a revolução francesa e a derrubada da escravidão colonial, para os quais ajudou a preparar o terreno cultural. Se este é nosso projeto como intelectuais socialistas – ganhar para o socialismo o plano intelectual mais elevado –, deveria estar claro por que precisamos levar a sério a filosofia.⁶²

O conhecimento é uma fértil ferramenta teórica que pode permitir analisar e desnudar os processos de desvalorização da formação humana e da pesquisa em um contexto de desumanização. Mas também pode obstaculizar e consolidar o status quo. Consideramos esse debate imprescindível para que a educação realize sua finalidade precípua, o que exige a apreensão da especificidade da formação do ser social, como explicita Lukács:

É possível que a peculiaridade específica do ser social fique ainda mais evidente no complexo de atividades que costumamos chamar de educação. Naturalmente, também para isso há certas analogias nas espécies animais superiores. Estas, contudo, empalidecem quando ponderamos que o auxílio que os animais adultos dão aos seus filhotes se reduz à apropriação de uma vez por todas, com a destreza correspondente à espécie, de certos comportamentos que permanecem indispensáveis por toda a sua vida. Porém, o essencial da educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. [...] Assim

⁶² Bhaskar, 1993.

sendo, a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida de modo socialmente intencionado.⁶³

Isso reforça a tese marxiana de que o ser social reproduz a si mesmo. Se nos limitarmos ao imediatamente dado, condenamos as novas gerações ao limite de desenvolvimento estabelecido pela vida cotidiana. Isso dificilmente apresentará «novas situações» e, pior ainda, terão dificuldades em escolher o «modo socialmente intencionado», pois agirão pela «intenção» social que defende um pequeno grupo detentor da hegemonia da direção social. Um conhecimento que se limita ao imediato da prática cotidiana não pode oferecer outra possibilidade de formação. Lukács é imprescindível para refletirmos sobre de qual conhecimento queremos que as novas gerações se apropriem.

⁶³ Lukács, 2013, 130.

PARTE 2

ATAS DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA DO TRABALHO, DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL & III CONFERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA

15 e 16 de novembro de 2019, Lisboa.

CAPÍTULO 1

TRABALHO PRECÁRIO: UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Luísa Freitas Rael da Rosa¹

¹ Mestranda em Ciências do Trabalho e Relações Laborais ISCTE/IUL; Advogada.

Resumo

Ainda que possa não ser evidente, em um primeiro momento, o mundo do trabalho invade dimensões privadas da vida cotidiana. Constrói-se, mas também, se é construído pelo trabalho exercido. Se este trabalho é garantidor de direitos, percebe-se a vida com mais segurança, sente-se mais confiante para lutar em busca de melhores condições, conseguindo projetar o futuro com mais facilidade. A proliferação de trabalhos precários, pelo contrário, sob a sombra do desemprego, emula consentimentos de aceitação e autoexploração. Deste modo, pretende-se observar, a partir de uma revisão de literatura, como o sociometabolismo do capital consegue, até certo ponto, «capturar» o imaginário dos trabalhadores a fim de imputá-los o custeio pela sobrevivência deste sistema socioeconômico.

Palavras-chave

Trabalho precário, segurança no emprego, subjetividade do trabalhador.

O modo de produção capitalista e, mais especificamente, o regime de produção a que estamos submetidos, combinado com as formas de regulação do mercado de trabalho, tem consequências diretas nos modos de vida de toda uma sociedade. De acordo com Gramsci «os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”»². Vivenciar uma geração de *capitalismo flexível*³ foi uma estratégia de organização social. Insegurança profissional é a marca do trabalho moderno e também trunfo de quem detém o poder e controla as regras. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar as implicações na subjetividade humana advindas da proliferação de trabalhos precários, desde já, aqueles sem a garantia de segurança no emprego.

² David Harvey, *Condição Pós-moderna*, trans. Adail U. Sobral and Maria S. Gonçalves (São Paulo: Edições Loyola, 2016), 121.

³ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012), 9.

Ainda que a precariedade do trabalho vivo seja ínsita ao modo de produção capitalista, é possível afirmar que o processo de precarização, possuindo este um sentido de perda de direitos acumulados⁴ é um fenômeno que vem se intensificando desde algum tempo de forma global. É necessário, todavia, sublinhar as clivagens existentes entre o norte e o sul global. A grande maioria dos países ditos desenvolvidos experimentaram no pós segunda-guerra um período de crescimento econômico lastreado no Estado de Bem-Estar Social, cujo desemprego era combatido com altos níveis de proteção ao emprego. Já nos países subdesenvolvidos, por que herdeiros de um passado colonial e escravocrata, a precarização da força de trabalho não tem tanto caráter de excepcionalidade, senão definindo-se como um traço constante desde a sua origem⁵.

Ainda assim, se até o último quartel do século XX, sinônimo de grandes empresas era empresas grandes, ou seja, as que contingenciavam numerosos trabalhadores dentro de seus estabelecimentos, cada vez mais essa premissa não é mais verdadeira. Enquanto que durante o período de organização da produção fordista-keynesiana a contrapartida era clara: a promoção do pleno emprego, segurança social e leis trabalhistas que frequentemente garantiam estabilidade no emprego, a reestruturação produtiva combinada com o avanço de políticas neoliberais e a quase autonomia do capital financeiro frente ao trabalho, vem controlando o metabolismo social por outro viés: o da insegurança profissional. Relações precárias, instáveis, desempregáveis, combinadas com a constrição da proteção social, caracterizam o *sociometabolismo da barbárie*⁶.

A fim de recuperar o padrão de acumulação abalado pela crise das fontes de energia dos anos 1970, o Toyotismo se desenvolveu e se compatibilizou com o sistema fordista-taylorista, acrescentando um segundo nível de exploração, qual seja, a manipulação ou a «captura»

⁴ Giovanni Alves, *As Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de Sociologia do Trabalho* (Londrina: Editora Praxis, 2007), 114.

⁵ Ricardo Antunes, *O Privilégio da Servidão: o Novo Proletariado na Era Digital* (São Paulo: Boitempo, 2018), 61.

⁶ Giovanni Alves, *As Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de Sociologia do Trabalho* (Londrina: Editora Praxis, 2007).

da subjetividade⁷ à valorização do trabalho vivo enquanto força de trabalho. Esta «captura» não se limitou à dimensão intelectual do trabalhador, senão avançando sobre o seu inconsciente ou, figurativamente, sobre o seu espírito.

Com o objetivo de restrição dos custos da produção (sob o lema do *lean production e just in time*), o regime de produção toyotista reduziu enormemente os postos de trabalho nas empresas centrais - ao utilizar-se de tecnologia que ao absorver o conhecimento operário, gerou desemprego estrutural⁸. Com as empresas cada vez menores, a produção descentralizou-se (sem desconcentrar-se⁹). Isto é, as empresas centrais utilizaram-se da subcontratação de força de trabalho para suprir seu abastecimento de acordo com a demanda. Desta forma, articuladas, inclusive em nível global, as grandes cadeias produtivas ultrapassaram fronteiras valendo-se da mão de obra disponível aos menores salários, a qual se encontra nos países ou regiões menos desenvolvidos¹⁰.

É neste cenário que houve o surgimento de pequenas empresas, nascidas a partir do desmembramento de uma grande empresa, em *outsourcing* dos próprios trabalhadores, resultando, assim, que os trabalhadores se tornaram pequenos empresários dependentes das grandes empresas¹¹. Houve, de igual forma, o crescimento no número de empresas, inclusive de grande porte, cujo objetivo exclusivo era o de fornecer mão de obra às empresas centrais. Desta forma, as empresas

⁷ Giovanni Alves, *As Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Londrina: Editora Praxis, 2007), 5-6.

⁸ Ricardo Antunes, *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho* (São Paulo: Boitempo, 2018), 17.

⁹ Richard Sennett refere, em *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, o estudo *Lean and Mean* realizado por Bennet Harrison que demonstra que o poder hierárquico permanece com as grandes empresas, que mantém seus corps de ballet de empresas dependentes, e passa as quedas no ciclo dos negócios ou fracassos de produtos para os parceiros mais fracos (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 62-63.

¹⁰ David Harvey refere, em *Condição Pós-moderna*, que “Onde a produção poderia ser padronizada, mostrou-se difícil parar seu movimento de aproveitar-se da força de trabalho mal remunerado do Terceiro Mundo, criando ali o que Lipietz (1986) chama de “fordismo periférico” (São Paulo: Edições Loyola, 2016 [orig. 1989]), 146.

¹¹ Raquel Varela, “Precariedade na Europa 1945-2018: Reflexos em Homenagem a Ricardo Antunes”, *Revista Pegada*, São Paulo, janeiro/abril, 2018, 7, <https://doi.org/10.33026/peg.v19i1.5818>.

centrais transferiram os custos sociais do trabalho, bem como os riscos da atividade econômica às empresas descentralizadas.

Combinada ao novo regime de produção, desenvolveram-se políticas neoliberais de governo que pretendiam o combate ao desemprego por meio de desregulamentações dos direitos sociais, em especial flexibilizando leis protetivas do trabalho. Legitimaram-se, assim, as mais diversas contratações precárias, diversificando-se as modalidades de contratos de trabalho sob o *slogan* da modernização das relações laborais alinhadas ao mercado global cada vez mais competitivo. Figuras jurídico-laborais como os contratos de duração determinada, as terceirizações, trabalhos a tempo parcial, intermitentes (ou trabalho à chamada), teletrabalhadores tem se multiplicado. Ao lado, outras modalidades atípicas de trabalho, como contratos de formação, aprendizagem, bolsas de estudo e estágios são cada vez mais frequentes no decorrer da carreira profissional. Concomitantemente somam-se à *classe-que-vive-do-trabalho*¹², cada vez mais, trabalhadores informais, incluindo-se aí os falsos independentes ou autônomos porque economicamente dependentes de uma entidade empregadora¹³.

Evidentemente que um Direito do Trabalho rígido e inflexível não traria vantagens nem a empregadores, nem a trabalhadores. Todavia, a flexibilidade decorrente da criação de modalidades jurídico-laborais que não confirmam garantias de segurança ao trabalhador, também não pode ser libertadora. Flexibilidade contratual onde há dependência econômica, ao invés de libertar, aprisiona. Neste sentido, o princípio da segurança no emprego consagrado na Convenção n.º 158¹⁴, bem como a Recomendação n.º 166¹⁵ da Organização Internacional do Trabalho –

¹² Ricardo Antunes, *O Caracol e sua Concha. Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho* (São Paulo: Boitempo, 2015 [orig. 2005]), 48.

¹³ Fenômeno crescente é a “Uberização” das relações de trabalho, que abrange diversas plataformas digitais de empresas como uber, ifood, glovo, rappi, etc, na qual apesar da subordinação aos critérios de serviço impostos pela empresa, o trabalhador é desprovido dos mínimos direitos protetivos do trabalho.

¹⁴ OIT, Convenção n.º 158
https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C158

¹⁵ OIT, Recomendação n.º 166,
https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R166

OIT – pretende conferir a estabilidade mínima necessária a esta relação, evitando-se ter no despedimento despropositado o trunfo do ente empregador. Ainda, a civilidade almejada pelo Direito a partir do exercício do trabalho deve, conforme preceituado na Declaração Universal de Direitos Humanos, conferir uma remuneração satisfatória e que permita uma existência com dignidade.

Desta forma, com o crescimento das modalidades de trabalhos precários, percebe-se que a reestruturação produtiva não acarretou o desaparecimento do trabalho. O que sucedeu, em realidade, foi que os novos «produtos jurídicos laborais»¹⁶ disponíveis à escolha do empregador vem produzindo um progressivo desaparecimento do emprego estável, suficientemente remunerado e que garantisse, no caso de alguma incontinência, um seguro assistencial. Enquanto alguns autores entendem este novo grupo de trabalhadores como uma nova classe, denominando-o de «precariado»¹⁷, fato é que esta transformação está associada a uma nova morfologia do trabalho¹⁸.

Esta nova precariedade laboral não escolhe estatuto profissional, abrangendo médicos, advogados, jornalistas, engenheiros etc, nesta morfologia. Evidentemente, as consequências mais nefastas, notadamente no que tange ao risco de pobreza, certamente, sofrerão sempre as clivagens de raça, gênero, idade, e – sempre – afetarão sobretudo aqueles que dependem para (sobre)viver única e exclusivamente da comercialização da sua força de trabalho.

Ao mesmo tempo em que a grande maioria da população mundial apenas é proprietária de sua força de trabalho, o discurso dominante retumba os valores de um sistema de organização social pautado na ampla liberdade individual. O Estado deve reduzir sua intervenção no mercado de trabalho, sob pena de obstaculizar o crescimento econômico. A solução seria um mercado competitivo que aumentaria os níveis de emprego, ainda que para ser mais competitivo seja necessário reduzir os custos do trabalho.

¹⁶ João L. Amado, *Contrato de Trabalho, Noções Básicas* (3ª ed.) (Coimbra: Almedina, 2019), 125.

¹⁷ Guy Standing, *O Precariado, A Nova Classe Perigosa* (Oeiras: Editorial Florença, 2014 [orig. 2011]).

¹⁸ Ricardo Antunes, *O Caracol e sua Concha. Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho* (São Paulo: Boitempo, 2015 [orig. 2005]).

Na sociedade da incongruência, onde a simbologia tem mais valor que a ciência, a flexibilidade daria às pessoas maior liberdade para moldar suas vidas¹⁹. Quem rejeitaria ser livre? Desta forma, sob o fetichismo da liberdade, na disputa entre a liberdade humana e a liberdade econômica, esta última sai vitoriosa. Não satisfeito, o metabolismo de controle social atribui aos indivíduos o custeio, sob o pretexto da «sobrevivência da espécie humana», a sobrevivência de um sistema socioeconômico²⁰.

A simbologia do Estado Mínimo autossustentável tacha de «assistencialismo» determinadas prestações sociais, ao passo que produz desempregados – por vezes inválidos –, e que rejeita jovens sem experiência. Ainda, o ataque ao Estado assistencial trata os dependentes do Estado com a desconfiança de que são parasitas sociais²¹. O subemprego e o desencorajamento são, também, realidades que tendem a ficar fora das estatísticas do desemprego. O Estado-Providência está cada vez menor. Em contrapartida, cada vez mais pessoas dele necessitam. O trabalho precário, seja pela sua temporalidade, seja pela sua instabilidade de rendimentos, seja pela sua falsa autonomia, frequentemente, deixa desassistido aqueles que dele precisam.

Nesta sociedade onde o princípio da solidariedade social, no qual se embasava a ideia do Estado do bem-estar social²² é fragilizado, ser livre é independente. Desta forma, a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social, desvalorizando práticas coletivas²³. Falaciosamente, entende-se a individualidade de

¹⁹ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 10.

²⁰ István Mészáros, *A Necessidade do Controle Social*, trans. Mário Duayer (São Paulo: Ensaio, 1987 [orig. 1971]), 21.

²¹ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 160-161.

²² Jorge Luiz Souto Maior, *Curso de Direito do Trabalho. Teoria Geral do Direito do Trabalho*, vol. I – Parte I (São Paulo: LTr, 2011), 470.

²³ Giovanni Alves, “Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O Novo Metabolismo Social do Trabalho e a Precarização do Homem que Trabalha”, *Revista Eletrônica da RET - Rede de Estudos do Trabalho*, Marília: UNESP, ano IV, n. 8, 2011, 11, <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>.

classe como a negação à individualidade pessoal²⁴. A competição pelos poucos empregos combinada com a insegurança profissional decorrente da alta rotatividade afeta o reconhecimento de classe identitária, o que leva, por conseguinte, dentre outros motivos, à pulverização do sindicalismo.

Nesta lógica, o «ser livre para competir» inflama discursos de competência, de empreendedorismo e de meritocracia. O objetivo não é outro senão levar os indivíduos a acreditarem que o sucesso de cada um depende unicamente da sua capacidade de adaptação aos novos tempos, assim como a culpa pelo seu fracasso é exclusivamente sua. Compete ao indivíduo habilitar-se de acordo com as necessidades do mercado, que na maioria das vezes não correspondem às reais necessidades humanas. Surge, assim, o que foi denominado por Bourdieu de «newdarwinismo social»²⁵.

Muito embora uma enorme massa de trabalhadores da atualidade não possuam habilidades singulares, são eles as partes mais substituíveis, dispensáveis, disponíveis e trocáveis do sistema econômico²⁶. Por outro lado, é crescente o número de pessoas com elevado grau de escolaridade que não conseguem empregos condizentes com seus estatutos profissionais e acabam, por vezes, sendo subutilizadas²⁷. A falta de experiência profissional é tão problemática quanto a acumulação desta. As atuais condições de vida empresarial encerram muitos preconceitos contra a meia-idade, dispostos a negar o valor da experiência passada da pessoa²⁸.

²⁴ Giovanni Alves, “Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O Novo Metabolismo Social do Trabalho e a Precarização do Homem que Trabalha”, *Revista Eletrônica da RET - Rede de Estudos do Trabalho*, Marília: UNESP, ano IV, n. 8, 2011, 16, <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>.

²⁵ Jorge L. Souto Maior, *Curso de Direito do Trabalho, Teoria Geral do Direito do Trabalho*, vol. I – Parte I (São Paulo: LTr, 2011), 470.

²⁶ Zygmund Bauman, *Modernidade Líquida*, trans. Plínio Dentzien (Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [orig. 1999]), 191.

²⁷ José Soeiro, “A precariedade como modo de vida? Recensão crítica do livro *Jovens em Transições Precárias*”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXIV, 2012, 233, <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v24/v24a12.pdf>.

²⁸ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 103-106.

1. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E OS *CONSENTIMENTOS ESPÚRIOS*²⁹

Crise econômica, desemprego, eliminação de direitos do trabalho, informalidade disfarçada de empreendedorismo, desassistência pública, pobreza pairam sobre a mente dos indivíduos produzindo efeitos psicossociais. A produção do medo é a função estrutural da barbárie social. Neste capitalismo global, são poucos os que se sentem verdadeiramente seguros, por conseguinte, são menos ainda os que conseguem reivindicar melhores condições de trabalho. Sabem que são dispensáveis, sabem que não são necessários. Consentem, resilientes, à exploração face à desesperança, por receio de recusar o pouco que lhes é oferecido.

Seria possível reavivar um organismo ministrando maiores doses do mesmo veneno que produziu a doença? Seria possível combater a patologia reduzindo a imunidade do hospedeiro? Isto é, seria lógico almejar o pleno emprego, ou mesmo reduzir o desemprego prescrevendo empregos sem garantia contra despedidas arbitrárias, empregos que desempregam, que adoecem, sem segurança econômica por que a tempo parcial, por que intermitentes, por que simplesmente não há contrato? Um mês há trabalho, no seguinte pode não mais haver. Num mês os ganhos são suficientes, no seguinte já não o são. Num mês se está apto a trabalhar, no outro há uma contingência incapacitante e não há proteção social para resguardar a sua subsistência. Ao amanhecer podem estar desempregados. A despedida já não é mais um acontecimento extraordinário, é um ciclo.

Sennett³⁰ indaga em seu livro *A corrosão do caráter – O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo* se é possível estabelecer vínculos de confiança e compromisso quando se vive na «corda bamba»? Em uma sociedade sob ameaça do desemprego, onde a única forma de adquirir os meios de subsistência mais básicos continua

²⁹ Giovanni Alves, *As Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Londrina: Editora Praxis, 2007).

³⁰ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 10.

sendo através da alienação da força de trabalho, a vontade contratual se converte em necessidade contratual.

A lógica da redução de custos, que atinge principalmente os recursos da força de trabalho é, na verdade, uma forma de produção artificial da escassez que possui um significado simbólico: constrianger (e emular) a força de trabalho³¹. Conforme Bourdieu³² as relações de trabalho precárias inscrevem-se num modo de dominação de tipo novo, baseado na instituição de um estado generalizado e permanente de insegurança visando coagir os trabalhadores à submissão e à aceitação da exploração. Quando o imaginário do indivíduo é emulado através do medo do desemprego o trabalhador consente em um maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas³³.

Nesta sociedade que elimina o trabalho de um pela superexploração de dois, o tempo de vida é importante enquanto produtivo. O trabalho vivo é reduzido à força de trabalho. Aquele que tem um emprego com relativa segurança econômica trabalha com maior intensidade e em carga horária superior na expectativa de manter o emprego. Porém, nem as melhores qualificações podem obstaculizar a dispensabilidade dos trabalhadores. Pelo contrário, a liofilização³⁴ do saber operário é um objetivo. Por outro lado, ainda que laborem menos horas do que gostariam (ou necessitariam), como os trabalhadores a tempo parcial ou intermitentes, o seu trabalho não se limita unicamente à produção material. O tempo de vida fora do trabalho está cada vez mais ligado a trabalhos imateriais, invisíveis, frequentemente confundidos com relações de consumo (de mercadorias e/ou de educação).

³¹ Giovanni Alves, “Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O Novo Metabolismo Social do Trabalho e a Precarização do Homem que Trabalha”, *Revista Eletrônica da RET - Rede de Estudos do Trabalho*, Marília: UNESP, ano IV, n. 8, 2011, 13, <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>.

³² Pierre Bourdieu, *Contrafogos*, trans. Miguel S. Pereira (Oeiras: Celta, 2002 [orig. 1998]), 118.

³³ Giovanni Alves, *As Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaio de Sociologia do Trabalho* (Londrina: Editora Praxis, 2007), 197.

³⁴ De acordo com Ricardo Antunes, em *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, Juan Castillo (1996) cunhou o termo liofilização organizacional, processo pelo qual as substâncias vivas são eliminadas, em que o trabalho vivo é crescentemente substituído pelo trabalho morto (2018 [orig. 1999], p. 248-249).

Estão ansiosos e apreensivos. Vulneráveis ao discricionário poder de despedimento. Vivem a vida a curto prazo. Compartilham da solidão individualizadora. Lutando contra um inimigo sem rosto todos em volta tornam-se concorrentes. Não há como prever quem será condenado e quem será salvo. A incerteza do presente é uma poderosa força fragmentadora. Ela separa ao invés de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a ideia de «interesse comum» fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático³⁵.

A administração pelo medo pode, ainda, levar à construção de «personalidades-simulacro», tipos de personalidades mais particulares, imersas no particularismo estranhado de mercado³⁶. Isto é, como fuga à realidade, não é incomum trabalhadores perderem a identificação com a classe a que pertencem, encarnando a própria figura do empregador ao se auto explorarem e assumirem responsabilidades para além do seu papel. Trabalhadores são transmutados em colaboradores, chefes são transmutados em líderes. Ao «vestir a camisa da empresa» percebem a incerteza e o correr risco como desafios inerentes à relação empregatícia³⁷. Assim são capazes de enxergar nos poucos que ainda detém segurança no emprego como detentores de privilégios.

Outrossim, um fenômeno cresce, decorrente do sentimento de vivenciar a insegurança profissional: as doenças psicológicas, as quais, dificilmente, tem suas causas atribuídas ao emprego, mas convenientemente relacionadas a qualquer outro aspecto da vida moderna. Stresse, *burnout*, depressão e ansiedade podem se manifestar de diversas formas. Quando a desesperança domina o indivíduo pode resultar em absenteísmo. O sentimento de raiva, frequentemente, se manifesta de forma passiva. O medo aprisiona o ímpeto de se rebelar; a destruição é interna, desta forma.

³⁵ Zygmund Bauman, *Modernidade Líquida*, trans. Plínio Dentzien (Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [orig. 1999]), 186.

³⁶ Giovanni Alves, “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha” in *Revista Eletrônica da RET - Rede de Estudos do Trabalho* (Marília: UNESP, 2011), 2011, 13.

³⁷ Richard Sennett, *A Corrosão do Caráter. O Desaparecimento das Virtudes com o Novo Capitalismo*, trans. Marcos Santarrita (Rio de Janeiro: Edições Bestbolso, 2012 [orig. 1998]), 29.

Eivado de contradições, o modo de produção capitalista como um todo que transforma até mesmo as últimas conquistas do «desenvolvimento», da «racionalização» e da «modernização» em fardos paralisantes do subdesenvolvimento crônico³⁸, relega para o avanço tecnológico, para a ciência uma autonomia que ela não tem, mas que oportunamente serve de bode expiatório. Em vez de despedir, os trabalhadores são «desligados», como máquinas, como insumo da produção, como mercadorias que já cumpriram o seu papel, que já foram consumidas...

O modo de organização social em que vivemos, estruturado pela mercantilização total, desde as necessidades mais básicas até o trabalho vivo como força de trabalho, não é autossustentável. O livre mercado e suas «mãos invisíveis» não pode lavar eternamente as suas mãos e delegar aos seres humanos, com sacrifícios individuais, responsabilidades assumidas pelo natural funcionamento deste sociometabolismo de controle social.

Talvez tenhamos de restaurar a conscientização de que o trabalho no capitalismo é sim uma mercadoria³⁹ e a sua desvalorização é uma estratégia de sobrevivência deste sistema. Para que a ordem social não se transforme em caos, devem ser realizadas escolhas e a desvalorização de mercadorias (sua «baixa» ou «cancelamento») é uma resposta instintiva a queda de lucros⁴⁰. As cíclicas crises deste sistema socioeconômico no mais das vezes são momentos de retiradas de direitos sociais com o fundamento de ser a única forma de salvamento da humanidade. Entretanto, esta estratégia para a recuperação econômica não é a única escolha política possível. Conforme Baylos⁴¹ assim como ocorreu nos Estados Unidos da América em 1929, com o New Deal, e na Europa, com a experiência da República de Weimar, «en muchas ocasiones las crisis ha supuesto una oportunidade para câmbios transcendentales en la configuracion del sistema de tutela de los

³⁸ István Mészáros, *A Necessidade do Controle Social*, trans. Mário Duayer (São Paulo: Ensaio, 1987 [orig. 1971]), 49.

³⁹ Karl Marx, *O Capital, Crítica da Economia Política – livro I*, trans. R. Enderle (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [orig. 1867]).

⁴⁰ David Harvey, *Condição Pós-moderna*, trans. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves (São Paulo: Edições Loyola, 2016 [orig. 1992]), 170-179.

⁴¹ Antonio Baylos Grau, “Crisis y derecho del trabajo / ¿Derecho del trabajo en crisis? Una aproximación desde Europa”, in *Direito do Trabalho e Pensamento Crítico*, ed. Denis Einloft, Luciane Toss and Valdete Souto Severo (Porto Alegre: HS Editora, 2016), 10.

derechos laborales y de la ciudadanía social [...] supuso el embrión de un derecho del trabajo potente y democrático».

Concluo esta reflexão em um momento completamente atípico para a humanidade. Isto porque, o modo de organização da sociedade capitalista que não consegue se reproduzir sem superexplorar – inclusive a natureza –, chega ao ano de 2020 sendo surpreendido com uma crise sanitária intercontinental. A pandemia da Covid-19 tem muito a revelar acerca da necessidade de um Estado mais participativo e mais protetivo aos indivíduos na organização do metabolismo social. Fica cada vez mais evidente que as reais necessidades da espécie humana se deixadas exclusivamente às escolhas produtivas do mercado, não serão satisfeitas.

Líderes de todo o mundo, bem como produtores de informação que historicamente defenderam a desregulamentação de direitos sociais como forma de crescimento econômico, reconheceram, agora, a necessidade de rever esta forma de organização social. O jornal *Financial Times*, em 3 de abril de 2020, assim se manifestou⁴²:

As medidas de paralisação da economia impõem um alto custo àqueles que já estão mais fragilizados. Da noite para o dia, milhões de pessoas perderam seus empregos em setores como hotelaria, lazer e outros serviços relacionados. (...).

Muitos países que permitiram o surgimento de um mercado de trabalho precarizado e mal-regulado perceberam a dificuldade que é canalizar corretamente os recursos para ajudar as pessoas em condições tão instáveis. (...) Reformas radicais, que revertam a direção tomada nas últimas quatro décadas, deverão ser discutidas. Os governos deverão aceitar um papel maior na economia. Eles precisam começar a ver os serviços públicos como um investimento, e não mais como um gasto, e também buscar soluções para tornar o mercado de trabalho menos precário. A redistribuição de riquezas voltará ao centro dos debates e os privilégios dos mais ricos deverão ser questionados. Medidas até recentemente

⁴² “Virus lays bare the frailty of the social contract. Radical reforms are required to forge a society that will work for all”, *Financial Times*. Accessed April 06, 2020. <https://www.ft.com/content/7eff769a-74dd-11ea-95fe-fcd274e920ca>. trans. Conversa Afiada, “Até o *Financial Times* desistiu do neoliberalismo!” <https://www.conversaafiada.com.br/economia/ate-o-financial-times-desistiu-do-neoliberalismo>.

consideradas excêntricas, como a renda básica universal e a taxaço de grandes fortunas, também precisam ser consideradas.

O trabalho precário, sem segurana econômica, sem segurana no emprego, condiciona os indivíduos à necessidade de aceitarem as condições de trabalho impostas como única alternativa à sobrevivência, tanto sua, quanto do próprio sistema econômico. Pessoas desesperadas percebem na retomada ao trabalho, mesmo quando ainda não recomendado pela Organização Mundial da Saúde, como uma responsabilidade individual. A Covid-19, de fato, não é uma doença profissional, entretanto, ela se torna mais difícil de ser combatida por uma classe trabalhadora impossibilitada de exercer seus direitos, de ser valorada para além da sua dimensão produtiva.

A falência deste sistema nunca foi tão evidente. Regular a organização social pela escassez não é a única forma de experimentar a vida. O trabalho não precisa ser visto como instrumental para manter-se vivo fisicamente. Ele deve restaurar o seu potencial emancipador. Deve ser socialmente útil. Para que seja minimamente sustentável esta organização social é imprescindível que o capital tenha um compromisso com o trabalho. Uma força de trabalho precarizada, insegura e desigual decorrente da sua superexploração não é salubre à humanidade.

CAPÍTULO 2

A PRECARIEDADE LABORAL DOS JOVENS EM PORTUGAL

Maria Clara de Almeida Leal¹

¹ ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Email: mariaclaradealeal@gmail.com

Resumo

A partir da tendência predominante das últimas décadas de precarização das relações laborais em Portugal, o presente artigo pretende abordar como objeto central a análise da juventude nesse contexto. Os resultados apontam que em 2019 somente 28% dos jovens portugueses estavam empregados, sendo a maioria deles através de uma empregabilidade precária e fazem parte de um dos grupos abarcados por trabalhadores que recebem um salário mínimo. Metodologicamente, para a construção da problemática foi utilizada uma vasta bibliografia do campo da Sociologia do Trabalho do Brasil, Portugal e da Europa, em geral. Em seguida, foi consultada a base de dados da Eurostat para obtenção das informações estatísticas.

Palavras-chave

Jovens portugueses, mercado de trabalho, precarização.

INTRODUÇÃO

As mudanças no processo produtivo das últimas décadas têm apontado para uma tendência de precarização das relações de trabalho. A classe trabalhadora tornou-se um objeto de adaptação em um cenário de flexibilização dos contratos de trabalho, de condições indignas e da perda de direitos anteriormente conquistados para alcançarem a sua entrada e/ou permanência no mercado de trabalho. Assim, de forma a observar tais mudanças estruturais que afetam de uma forma geral toda a classe trabalhadora, os jovens são um dos grupos etários ainda mais vulneráveis.

Assim, a reflexão inicial do que deveria significar o trabalho pode ser vista a partir do que Lukács² apresenta como um ato que envolve um conhecimento prévio de determinadas finalidades e meios de forma que o indivíduo seja consciente e tenha a capacidade de expandir seus conhecimentos. Assim como podemos ver que a substância do trabalho

² Georg Lukács, (1978). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo. Disponível em: http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%E1cs.pdf. Acesso em: 20.02.2020

em Marx significa a atividade vital para a vida humana, sendo um esforço material de modificação e um modo de satisfação das necessidades. Mas, a partir do momento em que o indivíduo não se reconhece no produto do processo de trabalho e nem se satisfaz na sua atividade de trabalho, torna-se um sujeito alienado³. Com isso, o trabalhador perdeu a sua consistência, tornou-se impotente e cada vez mais passa a ser objeto considerado como mero meio de satisfação da produção do capital.

Assim, de forma a analisar a relação da juventude e da precariedade laboral pressupõe compreender que nas últimas décadas Portugal acompanhou a tendência mundial com o avanço do modelo e de práticas neoliberais a partir de mudanças estruturais nas esferas política, econômica e social. E, apesar da precariedade não ser um fenômeno particular dessa estrutura, uma das principais consequências no âmbito do mercado de trabalho é o crescimento da exploração da força de trabalho traduzido principalmente na manutenção do capital às custas dessas relações precárias.

Para certa parte da sociedade, tais transformações chegaram a fomentar a crença de um contexto de mudança positivo que desencadearia em possibilidades de redução das jornadas de trabalho, maior liberdade para atividades sem fins lucrativos e um melhor cenário de pleno emprego⁴. Mas, na verdade, as consequências geradas foram o aumento e intensificação das formas de precarização a partir da ampliação dos contratos de trabalho a tempo parcial, temporários, das subcontratações e das terceirizações, além da maior possibilidade de exclusão dos trabalhadores jovens e dos acima de 45 anos do mercado de trabalho⁵.

O aumento da precariedade e da flexibilidade das relações laborais também resultou em maiores desigualdades sociais e na aceitação «involuntária» e, de forma geral, inconsciente de tais conjecturas pelo trabalhador que necessita de um meio de subsistência. Além disso, a

³ Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosófico* (Traduzido por Jesus Ranieiri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004).

⁴ José Machado Pais, *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (4ª Ed. GD Publishing Ltd. & Co KG, 2016), 14.

⁵ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2015), 189.

precariedade além de ser percebida como remodelagem das formas contratuais, da desvalorização do salário e do sucateamento dos direitos trabalhistas, também passa a envolver questões que afetam o bem estar psicológico do trabalhador, inclusive Bauman⁶ indica que tal fenômeno pode ser visto como a experiência combinada de insegurança e incerteza.

De forma que a carreira tradicional estável de longo prazo também perdeu espaço nesse cenário, onde a estimativa laboral juvenil passa a ter como uma expectativa de mudança «de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho e troca da sua aptidão básica pelo menos outras três vezes» durante toda a sua trajetória profissional. Assim, as diversas condições de precariedade vivenciadas desde o início do percurso laboral desenvolvem um sentimento marcado pelo medo e vulnerabilidade que contribuem para a criação e internalização de um perigoso discurso político de que mais vale ser precário do que desempregado.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar a precariedade laboral dos jovens em Portugal a partir da análise quantitativa das condições contratuais das últimas duas décadas que ajudam a caracterizar uma relação precária com o mercado de trabalho. A análise foi realizada a partir da recolha de informações na base de dados do Eurostat que considera jovens aqueles indivíduos que estão entre os 15 e 29 anos.

1. A EXPERIÊNCIA DA PRECARIIDADE EM PORTUGAL

Como já sabido, o processo de precarização do mercado de trabalho envolve um conjunto de modificações nas relações laborais e na regulação política do trabalho. Tanto que a partir dos anos 2000 o trabalho precário foi impulsionado em Portugal como estratégia de acumulação do capital ao atacarem a previdência e a extraírem direitos trabalhistas de forma a tornar a contratação precária como regime salarial dominante⁷.

⁶ Zygmund Bauman, *Liquid Modernity* (Cambridge: Polity Press, 2000), 130-167.

⁷ Ruy Braga, *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global* (São Paulo: Boitempo, 2017), 55-56.

Portanto, no início da década de 2000 a situação portuguesa caracterizava-se por ter uma proporção de contratos temporários maior do que a média da União Europeia, pelo início da proliferação dos chamados recibos verdes que externalizaram os postos de trabalho e transferiram os riscos para o trabalhador, pela flexibilização e redução de custos a partir de contratos a termo e trabalhadores independentes. E, os mais atingidos por essas formas contratuais foram os grupos das mulheres, dos jovens e dos menos qualificados⁸.

Do mesmo modo que no contexto da crise econômico-financeira mundial de 2008 foram priorizadas políticas de austeridade em Portugal que contribuíram para que este cenário fosse complementado a partir de um retrocesso de garantias e direitos anteriormente garantidos bem como pelo aumento significativo do desemprego⁹.

De forma que a realidade do jovem passou a ser, até os dias atuais, de transitoriedade entre as múltiplas oportunidades de empregos precários de forma a intervalarem inserções provisórias no mundo do trabalho onde não há uma rotina estável ou carreira previsível. O percurso profissional de um emprego formal com benefícios assistenciais passa a ser substituído pelo emprego precário e informal juntamente com a realidade de um mercado de trabalho saturado onde não encontram chances de ter acesso a ele¹⁰.

Além disso, a própria formação universitária tornou-se produtora de mercadorias, não só pela qualidade do ensino moldada para cumprir os interesses do capital a partir de formações massivas e baixa criticidade, como ampliou o quadro das novas profissões¹¹. São os casos dos estágios e das bolsas de investigação que estão a vincular os estudantes a ambientes laborais a partir de baixos salários e condições precárias para realizarem o trabalho. O que também pode ser interpretado como a valorização da junção pelo simples título acadêmico

⁸ José Soeiro, "Perdi o emprego, encontrei uma ocupação": juventude, precariedade, indignação e o novo ciclo de protesto global", in *Trabalho, juventude e Precariedade: Brasil e Portugal* (2012), 131.

⁹ Renato Miguel do Carmo e Ana Rita Matias, *Retratos da precariedade. Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens* (Lisboa: Edições tinta-da-china, 2019), 13.

¹⁰ José Machado Pais, *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (4ª Ed. GD Publishing Ltd. & Co KG, 2016), 14.

¹¹ Pablo Almada, "O futuro é mesmo incerto? A precariedade e os jovens em Brasil e Portugal" in *Trabalho, juventude e Precariedade: Brasil e Portugal* (2012), 115.

com a experiência no ambiente laboral para efeitos de currículo ao invés de também ser considerada a formação crítica do indivíduo.

Dessa forma, a entrada e permanência dos jovens no mercado de trabalho em Portugal vem ganhando suporte nos contratos que apareciam no Código de Trabalho português como alternativa para situações excepcionais, como o caso de contratos a tempo parcial para apoio na realização de tarefas específicas ou a contratação temporária para substituição de funcionários. Mas atualmente estes tipos de contrato se mostram cada vez mais frequentes e são indicadores de precariedade laboral. Esta realidade torna-se ainda mais evidente quando essas situações são involuntárias, ou seja, quando o trabalhador não tem a opção de escolha para estar nessa condição.

Além disso, é importante mencionar que nas últimas duas décadas a precariedade em Portugal não foi marcada somente pelas mudanças estruturais relativas ao sistema de produção capitalista. A insatisfação pelo avanço de tal estrutura desenvolveu descontentamentos a gerar manifestações por parte da população jovem. Não será possível discorrer sobre elas neste espaço, mas é de suma relevância destacar que a juventude se preocupa com o seu futuro e está insatisfeita pela profunda crise de expectativas onde cada vez mais a excepcionalidade dos contratos tem se tornado regra.

A reivindicação por melhores condições laborativas pelos jovens foram demonstradas em diversas formas de organizações, a partir dos movimentos como o «MayDay», em 2003, os «Indignados», em 2011 e, no mesmo ano, o movimento da «Geração à Rasca» que foi marcada pela música da banda Deolinda que continha o verso «que mundo tão parvo onde para ser escravo é preciso estudar» como uma das frases-efeito de insatisfação.

Além do mais, no âmbito legal, em 2013, foi aprovada no parlamento a Lei 63/2013¹², de 27 de agosto, a qual instituiu mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços a partir de pequenas alterações no Código de Trabalho.

Mas, é perceptível uma estrutura política por trás da manutenção da precariedade que ainda está longe de ser combatida em Portugal, onde um exemplo recente a ser dado é o que ocorreu nas últimas alterações

¹² Portugal. (2013). Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto. Diário da República n.º 164/2013, Série I de 2013-08-27.

do Código de Trabalho aprovadas no parlamento a partir da Lei 93/2019¹³, de 27 de agosto. A conferir que o período de experiência exigido aos jovens que estão à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração passou de 90 para 180 dias. O que acarreta diretamente na continuação da precariedade, visto que a natureza desses contratos na maioria das vezes está pautada pela lógica do capital de exploração da força jovem de trabalho por mais tempo a partir de baixos salários

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ESTATÍSTICA: A EMPREGABILIDADE PRECÁRIA DOS JOVENS EM PORTUGAL

Conforme anteriormente dito, a base de dados da Eurostat considera jovens os indivíduos que estão entre 15 e 29 anos. No ano de 2019, os dados mostram que 28% dos jovens portugueses estavam empregados, de forma a se distanciar da realidade de 85,2% dos indivíduos entre 25 e 54 anos e de 60,4% dos indivíduos entre 55 e 64 anos, segundo a própria base de dados.

A Figura 1 permite observar que no começo dos anos 2000 o total de jovens empregados era bem mais alto, sendo possível perceber uma queda neste quantitativo entre os anos de 2008 a 2013. Facto que foi consequência não só da crise econômica, como também da entrada em vigor da Lei n.º 85/2009¹⁴, de 27 de agosto, que determinou o regime de escolaridade obrigatória a partir do ano letivo de 2012/2013 para os jovens que se encontram em idade escolar, somente cessada com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação ou quando completa 18 anos.

¹³ Portugal. (2019). Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro. Diário da República n.º 169/2019, Série I de 2019-09-04.

¹⁴ Portugal. (2009). Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27.

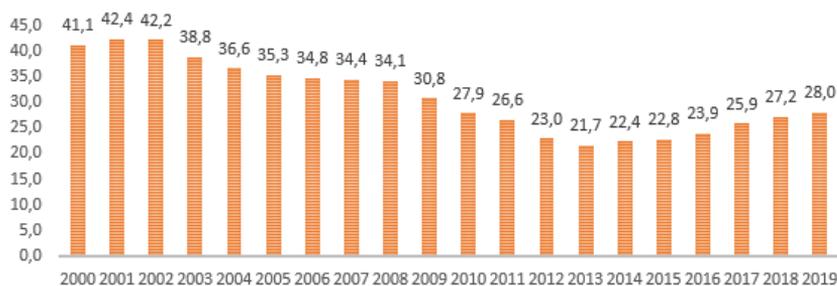


Figura 1. Fonte de dados: Eurostat – *Youth employment by sex, age and education attainment level*. Última actualização 21/04/2020

Importante ressaltar que o aumento ou uma alta taxa de empregabilidade não necessariamente indica uma situação favorável para os jovens no mercado de trabalho. O mais importante a ser verificado é a qualidade em que os próprios estão sendo inseridos.

2.1. CONTRATOS TEMPORÁRIOS

De acordo com as definições da Eurostat, os contratos temporários consistem em um acordo entre o empregador e o empregado, em que se assume o fim do trabalho com a determinação de condições objetivas, como uma data específica de término, a conclusão de uma tarefa ou o retorno de um trabalhador que foi temporariamente substituído. Assim, segundo o Artigo 178.º do Código de Trabalho, a duração do contrato não pode exceder o limite de dois anos e possui um limite máximo de seis renovações quando é celebrado a termo certo.

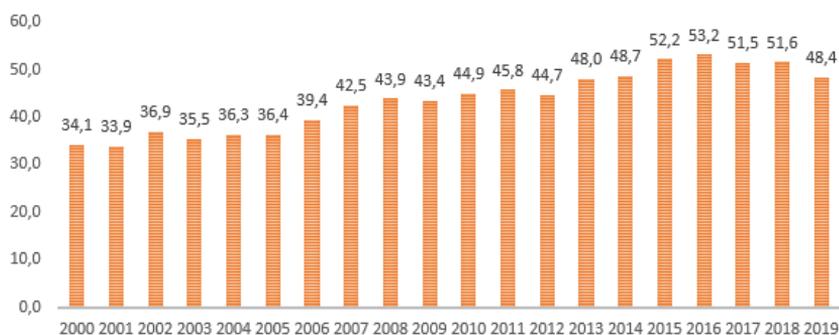


Figura 2. Fonte: Eurostat – Young temporary employees as percentage of the total number of employees, by sex, age and country of birth [yth_empl_050]. Última actualização: 21.04.2020

Uma razoável explicação para a contratação temporária é pelo facto deste tipo de contrato ser o reflexo da globalização da economia, onde se permite o rápido recrutamento, bem como o fácil despedimento devido a crescente volatilidade do mercado¹⁵.

Portugal tem seguido essa tendência, sendo a contratação temporária uma das principais formas de contratação entre os jovens, como é possível ver na Figura 2. Além disso, Portugal ocupa o 4.º lugar dos países da União Europeia, segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho¹⁶, a ter uma maior tendência por esse tipo de contrato de trabalho sob a forma involuntária por parte dos trabalhadores.

2.2. CONTRATOS A TEMPO PARCIAL

O contrato a tempo parcial é definido pelo Eurostat como aquele em que o trabalhador gostaria de trabalhar horas adicionais e está disponível para fazê-lo. Mas, o indicador estatístico abrange pessoas

¹⁵ José Machado Pais, *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (4ª Ed. GD Publishing Ltd. & Co KG, 2016), 41.

¹⁶ OIT. (2018). Trabalho Digno em Portugal 2008-18. Obtido de http://www.ilo.org/lisbon/sala-de-imprensa/WCMS_666304/lang-pt/index.htm

que, apesar de estarem empregadas, não trabalham em período integral e carecem de um volume de trabalho «suficiente». Por conseguinte, também são abrangidos aqueles que trabalham com horas de trabalho regulares inferiores às horas habituais (a excluir os aprendizes) acordadas em conjunto.

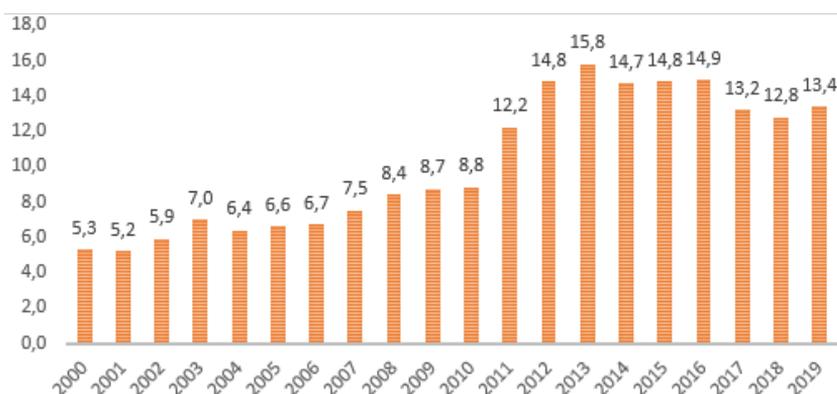


Figura 3. Contratos a tempo parcial, 15-29 anos, em Portugal (%). Fonte: Eurostat – Part-time employment as percentage of the total employment for young people by sex, age and country of birth [yth_empl_060]. Última actualização 21.04.2020

A observação do aumento de contratos a tempo parcial entre os anos de 2011 e 2013 foram reflexos imediatos das medidas implantadas pela Troika, onde a principal motivação para este tipo de contrato foi pelos jovens não terem encontrado em emprego a tempo integral.

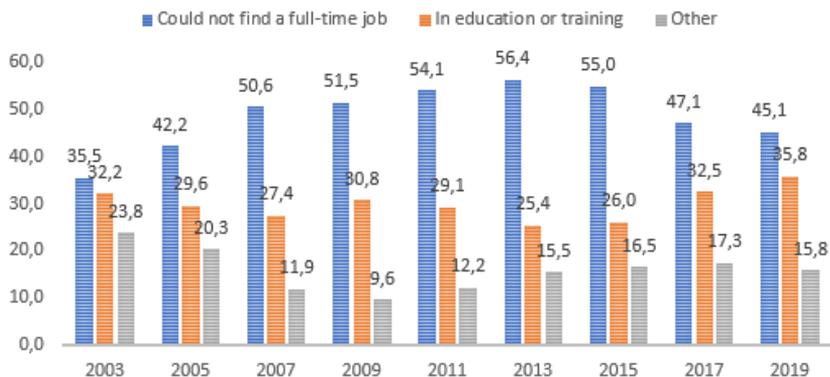


Figura 4. Principais motivos para um contrato a tempo parcial, 15-29 anos (%). Fonte: Eurostat – reasons for part-time employment of young people by sex and age [yth_empl_070]. Última actualização 21.04.2020

Outro facto a ser observado é que a partir de 2015, a motivação por um contrato a tempo parcial que tem avançado é do jovem estar a estudar ou em algum estágio.

2.3 SALÁRIO MÍNIMO

Outro facto a ser analisado é o salário mínimo que desde janeiro de 2020 possui o valor de 635 euros em Portugal, tendo em conta que este é o valor mais baixo imposto por lei de salário a nível nacional. De forma que também é importante saber que a base de dados PORDATA¹⁷ indica a remuneração base média em Portugal em 2018 com o valor de 970,4 euros.

¹⁷ Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: remuneração base e ganho. Fonte: PORDATA

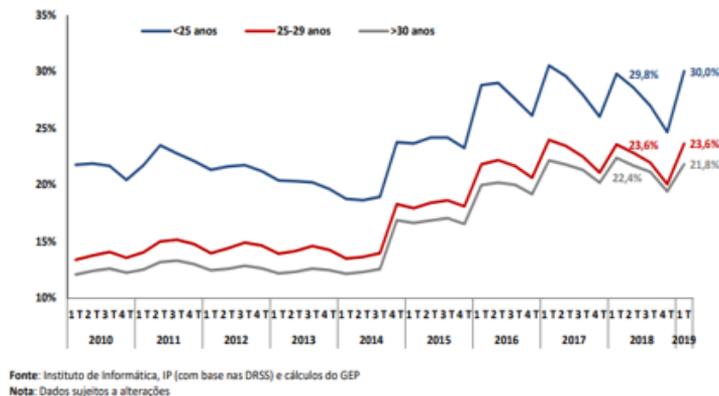


Figura 5. Evolução do emprego com remuneração igual ao salário mínimo nacional em Portugal, por grupo etário (%). Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2019.

As figuras 5 e 6 permitem observar que os jovens estão entre os segmentos com maior proporção de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo e que houve um aumento nos últimos 5 anos de abrangência, com o valor de 30% para o grupo com menos de 25 anos e, 23,6% para os jovens entre 25 a 29 anos. De forma que a evolução dessas taxas corresponde com que tipo de contrato esses jovens estão sendo contratados.

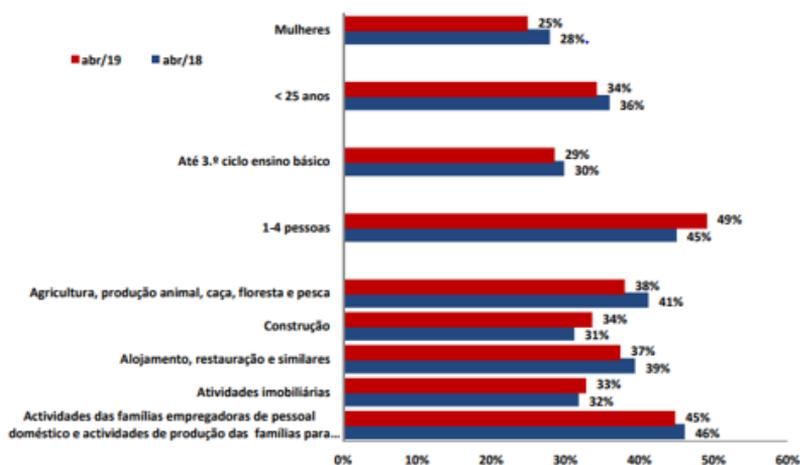


Figura 6. Segmentos com maior proporção de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo nacional em Portugal, 2018-2019. Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2019.

CONCLUSÕES

Diante do exposto é possível perceber que a entrada do jovem no mercado de trabalho sempre foi associada a maiores níveis de volatilidade e instabilidade. Mas, por conta das sucessivas mudanças causadas pela precarização e flexibilização das relações laborais nas últimas décadas fez com que essas as condições precárias estejam se prolongando na trajetória profissional do jovem.

O exemplo da sua entrada e permanência no mercado de trabalho a partir de contratos temporários ou a tempo parcial que não lhe dão direitos indicam o seu estranhamento com o que está a ser produzido. Visto que a indicação de estar em um determinado emprego de forma involuntária condiz com a perda de contacto entre o seu interior, a sua vontade e o seu processo de trabalho, a sinalizar que virou objeto da produção do capital em troca da luta pela sua sobrevivência.

A contar que somente 28% dos jovens portugueses estão empregados e a maioria deles em condições precárias torna-se essencial refletir e discutir cada vez mais soluções para não somente cessar a sua

posição de vulnerabilidade na sociedade, como também formas organizadas que impeçam a manutenção desse sistema econômico-político-social.

Pois, assim como é verificado nas taxas referentes ao período da Troika, dentro de um cenário de que no ano de 2020 a taxa de desemprego possa chegar a 10% em Portugal, segundo o Boletim Econômico do Banco Central¹⁸, é de se supor que os jovens que já enfrentam essa precariedade como forma de vida sejam bastante afetados, visto que, por exemplo, geralmente são os primeiros alvos de despedimento.

Assim, resistência torna-se palavra do dia. A reivindicação pelo fim da precariedade jovem com o apoio em melhores salários, por condições de trabalho dignas, mais estáveis, permanentes e com direitos que lhes permitam acesso à subsídios, torna-se necessária para que um presente com melhores condições sejam não só o fim da ausência de expectativas por um futuro melhor, mas também pela segurança e preservação de dignidade humana principalmente em cenários de crise econômica.

¹⁸ Boletim Econômico: Março 2020. (2020) Banco de Portugal. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mar2020_p.pdf. Acesso em: 02.04.2020

CAPÍTULO 3

PRECARIEDADE E SUBORDINAÇÃO: O CASO DA NOVA GERAÇÃO DE ADVOGADOS

António Pedro Dores¹

¹ CIES-IUL. Email: apad@iscte-iul.pt

Resumo

As sociedades de classes foram construídas com base num direito doutrinamente igualitário. À medida que as classes sociais discriminadas conseguem acesso ao direito, as contradições doutrinárias dentro do sistema de justiça tornam-se mais evidentes. Mas permanecem intocadas. Com a globalização, o direito permanece o mesmo, mas as práticas profissionais transformam-se: o prestígio social dos advogados dá lugar aos lucros que se obtém retraindo-se para as sombras da discricção, tão longe quanto possível do espaço público. Os jovens advogados encontram na eventual integração nas sociedades de advogados o lugar onde participam na modernização da profissão, começando como trabalhadores aprendizes de empresário, na esperança de um dia serem sócios gerentes de uma sociedade de advogados, ou de outras empresas suas clientes. O empreendedorismo jurídico é, afinal, um aspecto do processo mais geral de proletarização, incluindo o das profissões liberais, no quadro da transformação social sob o neoliberalismo.

Palavras-chave

Empreendedorismo, proletarização, advogados, modernização.

INTRODUÇÃO

A proletarização não foi um processo que decorreu e se fechou no século XIX, na Europa. É, ao contrário, um longo processo de séculos que começa com a substituição do trabalho escravo (ainda hoje existente, mesmo onde é proibido) por trabalho assalariado, em que em vez de caber às classes superiores manter vivos os trabalhadores, passa a ser da própria responsabilidade dos trabalhadores essa incumbência.

Karl Marx percebeu que o capitalismo estava a industrializar o trabalho proletário, assalariado, e imaginou que a consciência proletária, a prática de sermos (quase) todos assalariados e de nos caber tomar conta de nós próprios, individual e coletivamente, mais tarde ou mais cedo, iria levar à dispensa daqueles que nos empregam e financiam, a classe burguesa, o 1%.

Até agora, as perspetivas de transformação igualitária de Marx não se realizaram. O capitalismo, embora concentre riqueza na mão de cada

vez menos pessoas, fá-lo a uma escala que admite e exige a democratização do espírito empreendedor. Os processos de proletarização capitalista realizam-se ao mesmo tempo que se difunde o espírito do capitalismo. A modernização dos campos das profissões, como a dos advogados, testemunham-no.

1. DIREITO E SOCIEDADE

Ativistas de direitos humanos ou organizações de denúncia de corrupção, em geral, defensores dos mais desfavorecidos e os que procuram moralizar os comportamentos das classes dominantes, em Portugal, mas também no resto do mundo, podem ou não contar com o sistema de justiça e, em especial, os advogados para defender as suas causas?

Há (ao menos) três teses diferentes para responder a tal pergunta: a) o direito moderno é um poder soberano formalmente passivo: persegue crimes e não pessoas, julga casos e não circunstâncias; b) o sistema de justiça é um instrumento à disposição da cidadania, dependendo portanto da capacidade de investimento desta para formatar as normas e a respetiva aplicação em proveito próprio e coletivo²; c) a justiça criminal é uma evidência sobre o abuso do poder institucional no reforço da discriminação social e económica existente, ao serviço das classes dominantes³.

Cada uma destas teses corresponde a funções próprias do sistema de justiça moderno: a) parte do poder soberano moderno: defesa do direito de propriedade e, portanto, da impunidade de iniciativas privadas no seu campo próprio, o interior das propriedades, a menos que conflite com outros direitos capazes de reclamar; b) reforço das fronteiras dos sistemas modernos, na defesa dos estados, historicamente primeiro como assembleias de proprietários e, mais tarde, como assembleias de representantes dos nacionais, contra os cidadãos e empresas que não estejam sob a sua proteção; c) controlo social dentro de fronteiras, na defesa da legitimidade do monopólio da violência do estado,

² John Rawls, *Uma Teoria de Justiça* (Lisboa: Editorial Presença, 1993) e Jacques Commaille, *À quoi nous sert le droit?* (Paris: Gallimard, 2015).

³ Michel Foucault, *Surveiller et punir : naissance de la prison* (Paris: Gallimard, 1975) e Elena Loizidou, *Disobedience: Concept and Practice* (Londres: Routledge, 2015).

exemplarmente exercitado contra os cidadãos desqualificados ou em processo de desqualificação.

Tese	Função	Personagens sociais	Preocupações dominantes
Formal	Direito de propriedade	Proprietários	Administração
Instrumental	Identitária	Profissionais	Proletarização
Violenta	Discriminatória	Contestatários	Direitos humanos

A proletarização não é o inverso do empreendedorismo: a primeira é o resultado estrutural da estratégia secular do capitalismo, seja por via da integração de trabalhadores oriundos de outros modos de produção, seja por via da reconversão de trabalhadores profissionais ou empresários, cujo ciclo de crescimento económico autónomo acaba e, para sobreviver, se tornam assalariados. O empreendedorismo é como a corrida ao ouro, os jogos ponzi ou o tráfico de drogas ilícitas: a esperança de tirar benefício individual da conjuntura, que apenas as elites conseguem fazer durar por gerações.

Estas diferentes teses-funções correspondem a diferentes personagens sociais. Jakobs⁴ chamou a atenção para o facto de, ao tempo do neoliberalismo, a doutrina de aplicação igual do direito a todos, indistintamente, estava, afinal, a ser sistematicamente violada. Verificou a coexistência da impunidade para os empresários, a punitividade contra os cidadãos comuns e a ausência de oportunidade de recurso ao direito por parte dos párias, das classes perigosas ou dos estrangeiros, tratados como inimigos.

A desigualdade de tratamento organizada pelo sistema de justiça não foi inventada nos anos 80, com o neoliberalismo. As denúncias da impunidade dos poderosos e do uso contra direito dos tribunais para perseguição dos pobres e dos dissidentes vêm de muito atrás. As perseguições políticas, por crimes de consciência atribuídos a dissidentes, continuam a ser praticadas e contrastam com a impunidade,

⁴ Günther Jakobs & Manuel Vancio Meliá, *Derecho Penal del Enemigo* (Madrid: Cuadernos Civitas, 2003).

por exemplo, da violência institucional ou da violência de género, esta última apenas recentemente descoberta pelo direito.

Incluindo nas ciências sociais, as análises dos usos do direito são profunda e emocionalmente marcadas pelo viés estatal-nacionalista. Aquilo que é evidente no estrangeiro, sobretudo quando são países tratados como inimigos, a discriminação, a dissimulação dos crimes das elites e a exposição de alegados crimes que incomodam as elites, o elitismo, são entendidos como ofensas pessoais a respeito dos nossos países. Como mostram os perfis sociais das populações prisionais, em qualquer parte do mundo, esse viés funciona tanto para fora de fronteiras como dentro de fronteiras, através dos tribunais, neste caso contra o lumpen e os estrangeiros.

Um dos critérios de democraticidade de um regime é, precisamente, a independência dos tribunais, a existência de um Estado de direito, isto é, a existência de um sistema de justiça capaz de se impor às outras partes do poder de Estado, como o legislativo, o executivo e o administrativo, em nome da equidade e do direito. Porém, há várias formas através das quais essa independência é condicionada, ao ponto de ser negada. No caso português, por exemplo, a crónica e normalizada demora dos processos, muitas vezes condenada pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, sem reação do estado português para ultrapassar os problemas apontados, esconde perseguições feitas pela pendência de processos que afligem os atingidos, sem que haja capacidade de reação possível. A administração da justiça, pela simples demora, que é crónica, falha princípios básicos do Estado de direito, em grande parte porque está dependente dos recursos do Estado (sistema informático, secretariado, pessoal técnico para a gestão corrente dos tribunais, qualidade do edificado, etc.) que não provê o necessário para que a situação mude.

O critério da independência e autonomia dos tribunais, bem como dos diferentes agentes judiciais, são importantes e relevantes porque exigem, para serem cumpridos e respeitados, condições institucionais que é necessário criar, ativar e manter, sempre nos limites das possibilidades, jamais ideais. O Estado de direito é o sonho de acesso geral e equitativo à justiça por parte de todos. O que está realizado para certas classes, mas não para outras. O que significa, mesmo para as classes com acesso à justiça, que as práticas profissionais e institucionais discriminatórias de algum modo são toleradas e comuns.

A existência do desiderato democrático, do respeito e da proteção do estado de direito, como notou Jakobs, não tem conduzido, de facto, a prática judicial para longe da discriminação das pessoas, em função do respetivo estatuto social. José Preto⁵ confirma-o empiricamente, para o caso português.

A ideia de que a troca da centralidade social do prestígio social pela aparente versatilidade e adaptabilidade da produção de valor mercantil, característica da modernização, resulta em sociedades socialmente menos rígidas, pode ser uma ilusão. Gregory Clark⁶ descobriu uma constante de mobilidade social global e a mesma, desde a Idade Média. Por debaixo da sociedade da informação⁷, da sociedade líquida,⁸ a globalização é mais uma etapa da continuação da exploração da Terra e dos seus recursos humanos por parte de elites que herdaram umas das outras os privilégios. Aparentemente, há um resultado prático de discriminação à nascença secularmente constante, empiricamente observável na (falta) de mobilidade social, que não foi afetado pela modernização.

Nessa perspetiva, a primeira geração de direitos humanos, os direitos civis e políticos de cidadania para os trabalhadores, abriram campo às ilusões de mobilidade social em função da utilidade social do trabalho de cada um, sem correspondência prática. Porém, a promessa de ascensão social por mérito individual está mais vivaz que nunca⁹.

Nos anos 80, as políticas de recursos humanos da IBM – o monopolista privado de computadores, à época – elaboraram as melhores carreiras profissionais do mundo para pessoas sem formação formal em computadores, pois tal não existia ao tempo. Os informáticos foram a profissão pós-moderna modelo: indivíduos autorregulados inventavam o seu próprio currículo em função do sucesso das experiências práticas. Com diferenças de produtividade de trinta para

⁵ José Preto, *Estado Contra Direito - flagrantes do assédio Liberdade de Expressão* (Lisboa: Argusnauta, 2010).

⁶ Gregory Clark, *A Farewell to Alms - a Brief Economic History of the World* (Princeton&Oxford: Princeton University Press, 2007) e idem, *The Son Also Rises* (Princeton&Oxford: Princeton University Press, 2014).

⁷ Alvin Toffler, *Terceira Vaga* (Lisboa: Livros do Brasil, 1999).

⁸ Zygmunt Bauman, *Liquid Modernity* (Cambridge: Polity Press, 2000).

⁹ Margaret S. Archer, *Making our Way through the World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007).

um, a programação das novas tecnologias de informação e comunicação serviram tarefas estratégicas, como a criação das infraestruturas do sistema financeiro global. Pagaram-se salários muito elevados a quem entrou nessa «corrida ao ouro». As carreiras da IBM baixavam as tensões salariais em troca de segurança laboral que os sindicatos (praticamente proibidos na empresa) não podiam ambicionar noutros sectores e empresas. Tal como as aristocracias operárias do século XIX (manutenção de máquinas), também os informáticos do século XX foram usados para cumprir objetivos cruciais para o capital.

A ideia de autossuficiência e autonomia profissionais entre estes trabalhadores parecia corresponder às suas práticas. A perspectiva de abolição de classes é tão viva na consciência dos aristocratas operários do século XIX como dos informáticos e seus admiradores¹⁰. Imaginam-se a viver na melhor das sociedades possível, as sociedades que serão o futuro dos outros, assim esses adquiram as suas competências. Imaginam-se vanguardas da sociedade, o futuro no presente. Porém, a organização da produção continua sob o controlo dos herdeiros das elites que dominaram as sociedades modernas desde o início¹¹. Foram a aristocracia operária e os informáticos quem imaginou que os trabalhadores já tinham ganho a luta de classes. O que lhes aconteceu, porém, foi estarem sujeitos às regras de contratação ideais de todos os outros trabalhadores. Muito bem pagos, devido à concorrência dos seus mercados de trabalho particulares, enquanto as elites não conseguiram organizar a expropriação e a desqualificação do seu trabalho.

A profissionalização¹², primeiro, o empreendedorismo, depois, são formas de reação dos trabalhadores, frequentemente sugeridas e alimentadas pelas elites, para contrariarem, ao menos simbolicamente, a proletarização em curso.

¹⁰ Manuel Castells, *A Galáxia Internet – Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004).

¹¹ John Holloway, *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today* (London: Pluto Press, 2003) e Francisco Louçã, João Teixeira Lopes, & Jorge Costa, *Os Burgueses - quem são, como vivem, como mandam* (Lisboa: Bertrand, 2014).

¹² João Freire (coord), *As Profissões em Portugal* (Oeiras: Celta, 2003).

2. O NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo trouxe novidades no campo do direito. A par do sucesso da luta contra o sindicalismo, desde o pós-guerra transformado em parceiro social do estado, incluindo a degradação da proteção jurídica dos direitos laborais, o prestígio social dos engenheiros e dos professores, no tempo das tarefas de reconstrução da Europa e da Guerra Fria,¹³ foi diminuindo depois dos anos 80. Com a globalização, foi a vez de os economistas e juristas se tornarem peças-chave na transformação da economia e dos valores sociais, em torno da engenharia financeira¹⁴. Em todos estes casos, como também no caso dos juristas juízes e procuradores, a par das organizações profissionais existentes criaram-se organizações sindicais, sinais evidentes da sua proletarização.

No campo empresarial, continuou a aprofundar-se a diferença entre as empresas que trabalham em mercados e as multinacionais. A confusão entre interesses pessoais e interesses empresariais própria das empresas familiares, ficou clarificada na lei pela adoção da figura de sociedades de responsabilidade limitada, em que os financiadores, os acionistas, cediam a posse das empresas a administradores profissionais. Este passo na racionalização do capital transformou as antigas responsabilidades locais e nacionais dos capitalistas em responsabilidades mais abstratas e independentes dos estados. Os estados tornaram-se de soberanos nos seus territórios, com direito a intervir na economia por via judicial ou política, por exemplo através de nacionalizações, em Estados clientes dos grandes investidores sem sede própria, a não ser aquela que alguns magnatas desejem manter para fins de mecenato e prestígio, como as fundações.

A rivalidade entre Estados, para favorecerem as respetivas empresas nacionais, que gerou as guerras mundiais e as políticas de nacionalizações, na primeira metade do século XX, foi substituída por novas políticas internacionais de direito sobre a propriedade privada, como os famosos paraísos fiscais. Há uma tentativa de autonomizar os jogos de propriedade – privatização dos recursos para servir a acumulação de valor – dos jogos de legitimidade, estatais.

¹³ Daniel Bell, *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting* (New York: Basic Books, 1973).

¹⁴ Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações* (Lisboa: Quetzal, 1991).

À democratização da vida pública, agora mais acessível a camadas da população excluídas no século XIX, correspondeu a construção paulatina de uma supersociedade global, exterior aos estados, organizada sob a proteção imperial supra-estatal – de um lado, a nomenclatura soviética, que acabou por aderir à globalização capitalista, e do outro lado as multinacionais e as instituições de governança internacionais.

O direito nacional viu-se limitado pelas redes globais de estados mutuamente aliados pare levar à frente a agenda da globalização, diluente dos processos de democratização dos espaços políticos nacionais ocidentais, no pós-guerra. Houve tentativas de o direito acompanhar a instituição da globalização através do aumento do âmbito das jurisdições nacionais, como o caso da decisão que tornou famoso Baltazar Garzón, ao mandar prender em Londres, a partir de Espanha, o ex-ditador Pinochet. O juiz acabou expulso da magistratura, sem relação formal com esse caso. Mas ordens como esta voltaram a ser virtualmente impossíveis de decretar. A globalização da justiça seguiu outros caminhos. Ao invés, o que está a vingar é a criação de instâncias judiciais privadas supranacionais para dirimir litígios de empresas globais contra estados que possam prejudicar as suas receitas, como as previstas nos tratados internacionais de livre comércio¹⁵.

As sociedades modernas evoluem e o direito mantém-se dogmático, como é sua função: ajuda a estabilizar, ainda que escamoteando, as transformações sociais em curso. Será a altura de mudar a doutrina? Não se fala disso. O que mudou foram as profissões: os gestores tomaram posse do capitalismo, ao serviço dos acionistas. Proletários privilegiados, como os professores ou os engenheiros, deixaram de ser recompensados com o prestígio social. Os engenheiros financeiros, economistas e juristas internacionais, tornaram-se os principais ajudantes das classes dominantes, recompensados com participações nos lucros – e já não com carreiras socialmente prestigiadas, como décadas atrás. Na sombra dos espaços públicos, nos corredores do poder, os advogados dos investidores escrevem as leis de que vão beneficiar os seus clientes não declarados. Alguns tornam-se administradores das propriedades ao serviço dos seus clientes, criando a famosa porta giratória entre políticos e gestores. É um trabalho apenas compatível com a total discrição.

¹⁵ António Martins, “O fantasma do Ultra-capitalismo”, *Outras Palavras* (Setembro de 2015).

A corrupção tornou-se um problema público e político. Os tribunais, evidentemente impotentes para tratar disso, são olhados, equivocadamente, pelos Estados e pela opinião pública como a eventual solução para fazer sair da sombra os profissionais e investidores mais poderosos do mundo.

A outro nível, a globalização prometeu circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. É hoje evidente que a livre circulação de pessoas não funciona para a maioria e que isso não é regulado pelo direito: são as forças de fronteira, frequentemente acusadas de violação dos direitos humanos, quem regula os movimentos dos excluídos.

3. PROFISSÕES

As corporações medievais eram organizações urbanas de mestres e aprendizes que viviam juntos, em torno de artes mais ou menos secretas transmitidas na tarimba e avaliadas em função das relações sociais que eram estabelecidas dentro da corporação e entre a corporação e os mercados com os quais ela se relacionava.

O comércio e os Descobrimentos estenderam de tal modo as relações sociais que as organizações corporativas passaram a necessitar de um Estado que as protegesse dos vendedores agressivos. Para o comércio ultramarino, eram precisas grandes quantidades de mercadorias para compensar as importações em grosso de bens oriundos das Índias. As corporações não produziam o suficiente. Os estados deixaram-nas cair.

A industrialização começa com o sistema *putting out*, isto é, a deslocalização das atividades laborais para fora do âmbito da ação das corporações. Tal como os aristocratas operários e os informáticos, mais tarde, as famílias de camponeses gostaram de usufruir de mais rendimentos ao serviço da indústria que haveria de proletarizar os seus netos. Com as fábricas, o próprio capitalismo passou a precisar de organizar industrialmente os cuidados com os seus trabalhadores, dado que estes passaram a estar isolados dos cuidados tradicionais, camponeses ou corporativos. Criaram-se novas condições de acesso a alojamento e alimentação, em função das necessidades de sobrevivência dos proletários, responsabilizando-os tanto quanto possível para tomarem conta de si próprios. Os proletários eram assim mais baratos,

produtivos e adaptáveis (ou dispensáveis) do que os trabalhadores forçados.

O Estado que protegeu as corporações passou a apoiar os industriais e a reprodução dos seus proletários livres. Os lucros do comércio, que foi fundado com base na organização militar capazes de impor tal atividade além-mar, foram crescendo e dominando não apenas as funções militares dos estados, mas também as estratégias domésticas de criação de condições de vida proletária, nos países europeus. As liberdades empresarial e proletária tornaram-se modelo social para todo o mundo, à força, mas também através da promoção da individualização, da igualdade perante o mercado de trabalho concorrencial pacificado. As ciências sociais desenharam sociedades de pessoas formalmente iguais, indivíduos, cada uma tratando de si própria, em solidariedade orgânica através de uma divisão de trabalho¹⁶.

Os Iluministas lançaram o movimento de democratização da valorização do trabalho, anteriormente tipicamente corporativa. Através da Enciclopédia, tornaram públicos os segredos dos mestres. Os engenheiros foram os expropriadores dos saberes tradicionais e os proletarizadores dos camponeses, no interior das fábricas. Como os informáticos, a aristocracia operária, os empresários do sistema *putting out*, serviram processos estratégicos de afirmação do capitalismo.

A proletarização é um processo que continua a abranger mais gente, no quadro de estratégias globais de expansão do capital, apoiado no trabalho de quem é preciso para tal.

A proletarização, por outro lado, não é o único modelo de vida, nem sequer é o mais atraente, nas sociedades modernas. As profissões foram e continuam a ser modelos de realização humana mais prestigiados do que os proletários.

A valorização do trabalho individualizado, profissional e proletário, substituiu a valorização medieval do trabalho socializado, dos camponeses, dos mosteiros, das corporações. É um processo histórico lento e não voluntário.

Os profissionais tornaram-se também indivíduos, independentes da sua vida privada, dos cuidados a que tinham acesso, mas não se confrontavam diretamente com o mercado agressivo dos proletários.

Conforme a natureza do trabalho, a capacidade de expropriação de competências laborais (automação), a elaboração cultural e ou a

¹⁶ Émile Durkheim, *De la division de travail social* (Paris: PUF, 1960).

imprescindibilidade das funções para os projetos de poder prioritários em curso, assim os profissionais adquirem novo prestígio e/ou remunerações acima da média ou se tornam proletários.

Arquitetos, engenheiros, médicos, advogados, são versões modernas dos criados domésticos dos senhores dos escravos e dos eunucos dos imperadores chineses. Salvos da proletarização geral pela mão e interesse dos poderosos, enquanto forem indispensáveis e raros.

As profissões desenvolveram competências altamente elaboradas e raras, de modo a tornarem-se tão imprescindíveis e úteis quanto possível. Por outro lado, os profissionais criaram escolas de formação e expropriaram, tanto quanto possível, os mestres da tarimba. São competências estruturantes das sociedades modernas, cuja aplicação se transformou paulatinamente, do serviço da autarcia para o cosmopolitismo, incluindo a chamada fuga de cérebros e a correspondente falta de quadros.

As profissões imaginam-se intelectualmente superiores às sociedades, e ao serviço destas, independentemente das divisões de classe. São elas que promovem os valores da meritocracia, de universalidade, das ciências, para justificar a sua superioridade social relativamente aos outros trabalhadores. Distinguem-se internamente como os de esquerda – ativamente sensibilizados pelas misérias alheias –, os de direita – ativamente empenhados em contribuir para a revolução social contra as aristocracias (direitos diferenciados segundo a condição social) – e os agnósticos – motivados exclusivamente por sobreviver ou enriquecer como profissionais.

O período histórico que aparenta estar a chegar a um fim, neste final de segunda década do século XXI, caracteriza-se pela expansão das organizações profissionais¹⁷ e, ao mesmo tempo, pela precarização do trabalho e a redução geral da massa salarial relativamente ao produto. O empreendedorismo tem sido a resposta ideológica que procura mobilizar tanto proletários como profissionais para sentimentos de classe dominante. O que significará o fim do período neoliberal para o jogo de alianças entre grupos de trabalhadores e grupos ao serviço das classes dominantes, o futuro o dirá. Para já resta-nos observar como se trabalha nas sociedades de advogados para recrutar novos profissionais proletarizados.

¹⁷ João Freire (coord), *As Profissões em Portugal* (Oeiras: Celta, 2003).

4. EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

Como esta evolução das sociedades modernas é vivida pelas jovens gerações de advogados, em Lisboa? É esse o tema de investigação de Susana Santos¹⁸, que explorou a experiência pessoal de quem trabalha em sociedades de advogados. Trabalho referido pela autora noutro capítulo deste livro.

Em Portugal, a advocacia dos direitos humanos é frágil, comparada com o que se passa noutros países europeus. Por exemplo, em Espanha há dezenas de associações de defesa dos direitos dos presos: é campo praticamente deserto em Portugal. Na Irlanda, a Ordem dos Advogados obriga os seus membros a prestar anualmente um mínimo de horas pró bono, prática oficialmente desaconselhada pela sua congénere portuguesa.

Em Portugal, há advogados com dificuldades de se manterem na profissão, por falta de rendimentos, o que corresponde a uma desqualificação geral da profissão. E há, ao mesmo tempo, uma acentuada valorização dos aspectos financeiros da profissão e um aumento das desigualdades entre profissionais, sendo alguns patrões (em vez de patronos) dos outros.

As eleições mais controversas para os órgãos sociais da Ordem revelaram a centralidade destas contradições de interesses entre as sociedades de advogados e os praticantes de advocacia de escritório. Os representantes destes últimos interesses foram acusados de populismo, precisamente por apelarem às massas de advogados mais isolados, em vez de protegerem as empresas/sociedades de advocacia.

Este contexto é a concretização particular, em Portugal, de tendências globais acima referidas. Contexto que ajuda a explicar as motivações que levam os jovens advogados a disponibilizarem-se para serem «trabalhadores incansáveis», uma vez admitidos à entrada de uma sociedade de advogados, ao mesmo tempo que minimizam a importância da Ordem dos Advogados no reconhecimento social da profissão. Como os mais competitivos dos trabalhadores atuais, os jovens advogados sentem-se os únicos responsáveis pelo seu sucesso profissional e, por isso, entram numa competição relativamente aos outros colegas, sujeitando-se à avaliação hierárquica na empresa,

¹⁸ Susana A. Santos, “Becoming a Lawyer in a Large Law Firm: The Idea of the Unstoppable Worker”, *Professions and Professionalism* 8, n.º 3 (Dezembro de 2018): 2285.

admitindo que esta é neutral e fiável. Os jovens advogados entram para as sociedades de advogados como proletários, como outros profissionais qualificados entram na banca, na educação, nos hospitais. A todos é imposto um ritmo de trabalho nos limites do risco de sofrerem da novel doença de *burnout*¹⁹. Imaginam-se empreendedores de si próprios, sabendo terem de trabalhar árdua e persistentemente para escapar aos riscos de um destino pior: o insucesso profissional, existencial, identitário, pessoal, financeiro, que acontece a quem vê desqualificados, ao nível da proletarização, os seus direitos. Isto é, como profissionais aceitam a sua proletarização, na esperança de escapar a ela.

A entrada no circuito das sociedades de advogados é entendida como uma carreira, como uma proteção contra a atual condição laboral que torna a profissão liberal um modelo antiquado de viver. O facto de haver perspectivas de saída da condição de assalariamento, quando forem chamados a tornarem-se sócios de uma sociedade de advogados, o tratamento patriarcal de que possam beneficiar, na relação com os colegas mais velhos que são sócios das sociedades para que trabalham, a posição estratégica que as sociedades de advogados têm na política – na feitura de leis – e na economia – no aconselhamento às administrações das empresas –, conhecendo na intimidade as técnicas de relações de poder das elites, são tudo aspetos que aparentemente distinguem a condição dos assalariados e dos jovens advogados a trabalhar para sociedades de advogados. Porém, tal como os eunucos, a atual posição destes advogados ao lado do poder não será reproduzida por eles próprios, mas sim pelas elites que servem. Tal como a velha aristocracia operária, os camponeses do sistema *putting out*, os informáticos, os vendedores e outros intermediários entre em quem as elites têm de confiar, também os jovens advogados lutam arduamente, individualmente, para negarem a sua condição proletária.

Na prática, a diferença entre a colaboração profissional entre o patrono dos escritórios de advogados e os seus estagiários, e entre os sócios de uma sociedade de advogados e os jovens advogados assalariados, revela-se no ponto em que estes últimos aprendem de cor, formalmente, antes e em vez de qualquer formação de convicção, os argumentos-produto usados na empresa. A independência e a

¹⁹ Redação, “Burnout já está na lista das doenças da Organização Mundial de Saúde”, *Público* (27 de Maio de 2019) e Raquel Varela e outros, “Inquérito Nacional sobre as Condições de Vida e Trabalho na Educação em Portugal”, *Jornal da FENPROF* (Outubro de 2018).

responsabilidade profissionais são socializadas e hierarquizadas dentro da sociedade de advogados, dando a sensação de solidariedade quando está a ser destruída a base de autonomia individual na profissão. O trabalho torna-se industrial: a qualidade de um serviço e de uma marca corresponde a um produto controlado pela engenharia do sistema. Os trabalhadores (neste caso advogados) só são responsáveis perante a sua fábrica (a sociedade de advogados) e já não perante os cidadãos patrocinados, transformados em utilizadores. Os produtos são os argumentos de formulação exata e replicável, como minutas. A competência de cada um é a de ser mais igual (ao ideal da empresa de advogados, à marca) do que os outros.

Em tese, o empreendedorismo jurídico é, na verdade, também um aspeto do processo de proletarização das profissões liberais. Há, em curso, um processo de transição entre o estatuto liberal dos advogados para um estatuto assalariado dos advogados. As sociedades de advogados são uma das formas de tal processo.

As transformações sociais exigem esforços diferentes, consoante o lugar e o tempo. Na Europa, por exemplo, ao tempo da reconstrução do pós-guerra, que proporcionou aos professores e engenheiros as oportunidades de trabalho continuado e crescente, pagos com carreiras prestigiadas, sucedeu um tempo em que a reconstrução acabada deu lugar à sociedade do conhecimento e em rede, a globalização, para o que foi necessário construir novas infraestruturas de informação (como o sistema financeiro global). A reconstrução das empresas e das respetivas estruturas acionistas para explorarem as novas possibilidades, as possibilidades de uma sociedade a crédito, deu um lugar de destaque a economistas e juristas. Ao contrário dos engenheiros, que gostam de mostrar obra, ou dos professores, que se expõem aos seus estudantes e ao público que os queira ouvir, os profissionais sob neoliberalismo que se tornaram os analistas simbólicos²⁰ são sobretudo discretos. São frequentemente pagos em géneros, isto é, em valores financeiros do tipo daqueles com que trabalham. O aumento das desigualdades entre profissionais, como na sociedade em geral, são um corolário inevitável. A vertigem entre os ricos e os pobres substituiu o prestígio intelectual anteriormente vigente.

²⁰ Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações* (Lisboa: Quetzal, 1991).

CONCLUSÃO

A expansão da profissionalização a todo o tipo de campo de atividade laboral no período histórico da financiarização do capitalismo, dominado pelo discurso único e por políticas neoliberais, é, ao mesmo tempo, parte do lento processo de proletarização das profissões liberais.

Uma análise sociológica do processo e da situação deve questionar-se se e como os profissionais, como os da advocacia, se dividem entre aqueles que continuam a prosseguir, mesmo que parcialmente, os ideais profissionais de serviço ao interesse geral e à defesa dos direitos das pessoas, incluindo as dos com menos posses, e os que desistiram de pensar nisso. Entre estes últimos, há também que verificar se e como existe uma diferenciação entre os profissionais, uns gestores e outros proletários, como nas sociedades de advogados.

Para tais estudos, serão relevantes a caracterização das lutas a respeito de direitos humanos, comparando-as com o envolvimento dos profissionais, entre os quais os advogados, na construção de mercados e oportunidades de negócio globalizados. A observação do impacto das contradições sociais entre os profissionais na organização e nos programas eleitorais das organizações representativas, como sindicatos, associações e ordens, como a Ordem dos Advogados, revelará as tensões criadas pelas diferenciações profissionais em curso. Além da análise sincrónica da cristalização da estratificação social dos profissionais, uma análise histórica do modo como o mundo das profissões se cruza com o mundo do trabalho poderá ajudar a compreender a divisão criada nas profissões pelos processos de proletarização.

CAPÍTULO 4

REFLEXÕES EM TORNO DA PROFISSÃO DE ADVOGADO E DOS IDEAIS DE PROFISSIONALISMO

Susana Santos¹

¹ Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE; CIES.

Resumo

Nas sociedades contemporâneas assistimos a uma acelerada mutação nas formas de organização do trabalho, em particular em profissões ditas intelectuais e científicas. A entrada no mundo do trabalho desses profissionais, no caso de estudo os advogados, é um momento de profunda transformação e de passagem do conhecimento académico para a ação profissional. Que ideais de trabalho e de profissão são inculcados? Qual o papel do estágio profissional? Como é que as sociedades de advogados integram os novos profissionais? Esta reflexão baseia-se numa investigação dedicada a jovens advogados em grandes sociedades de advocacia que tem privilegiado uma abordagem qualitativa que entrecruza histórias de vida com análise documental e observação de terreno.

Palavras-chave

Profissionalismo organizacional, profissionalismo ocupacional; estágio profissional.

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta parte de um conjunto de experiências de «ciência colaborativa» iniciadas no seminário colaborativo de Sociologia do Direito e da Violência, em que participo com outros colegas² e que resultaram na organização da mesa «As Novas Condições do Trabalho Jurídico» no IV Congresso de História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. A proposta – a partir do comentário a um artigo³ – é a de refletir sobre o trabalho dos advogados, sua organização e modelos de

² Anne Schippling, António Pedro Dores e Pierre Guibentif. Mais informação disponível em: <http://www.cies.iscte-iul.pt/np4/221/>

³ Susana A. Santos, “Becoming a Lawyer in a Large Law Firm: The Idea of the Unstoppable Worker”, *Professions and Professionalism* 8, n.º 3 (Dezembro de 2018): 2285.

profissionalismo, ancorando essa experiência num projeto de investigação⁴.

1. PROFISSÃO E PROFISSIONALISMO

O conceito de profissão e de profissionalismo tem alimentado interessantes debates na literatura. Com longa tradição nos estudos da Sociologia, o estudo das profissões acompanha o conjunto de transformações das sociedades modernas de matriz liberal. Parsons⁵ enfatizou a importância das profissões na organização social, no sentido de garantir a ordem social nas sociedades capitalistas. Foi um dos primeiros sociólogos a estudar as profissões na sua articulação com o Estado, sublinhando o papel que estas assumiam na legitimação da ação do Estado e, em simultâneo, assinalando a importância da autonomia profissional e da regulação.

Na década de 1970, a obra seminal de Larson⁶ destacou a importância do estudo das profissões, ancorando o seu trabalho na explicação de como grupos sociais organizados em torno de profissões liberais como o direito e a medicina garantiam através da sua ação o monopólio do mercado na sua área de conhecimento, garantindo aos seus membros em termos individuais e coletivos um estatuto social elevado e mobilidade social ascendente. O conceito de projeto profissional refletia o fechamento social de cada mercado em que os membros através das suas associações e ordens profissionais desempenhavam o papel de guardiões, selecionando o acesso e controlando a continuidade dos seus membros.

⁴ ‘Os advogados de negócios e as grandes sociedades: práticas, identidades e culturas.’ Projeto financiado pela FCT através de uma bolsa individual de pós-doutoramento. Mais informação disponível em: <http://www.cies.iscte-iul.pt/np4/projectos/?pj=507>

⁵ Talcott Parsons, “The Professions and the Social Structure”, *Social Forces*, 17(4): 457-467 (1939).

⁶ Margaret Larson, *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis* (Berkeley, CA: University of California Press, 1970).

Em trabalhos mais recentes podemos identificar os contributos de várias filiações teóricas. Os neomarxistas apontam como característica distintiva das profissões nas sociedades contemporâneas a sua proletarização⁷. O crescente número de profissionais liberais a desenvolver a sua atividade em grandes organizações retira margem e autonomia de ação, ao mesmo tempo que os integra hierarquicamente e os controla quer em termos de horário de trabalho, como de função e salário. Em torno desta abordagem há que ter em consideração os estudos que incorporando o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu⁸ enfatizam as novas formas de profissionalismo comercial. Segundo Hanlon⁹ o que está em causa na atualidade é a luta pela legitimação de diferentes tipos de capitais. O profissionalismo comercial enfatiza o crescente predomínio das tarefas e competências ligadas à gestão e ao empreendedorismo combinando três fatores: 1) capacidade técnica: competência e especialização; 2) competências de gestão: a capacidade de gerir o trabalho dos outros; 3) competências empreendedoras: a capacidade de atração de novos clientes e gerar negócio. Hanlon observou este tipo de profissionalismo nas grandes sociedades de advogados da City de Londres recolhendo dados sobre o seu crescimento exponencial na passagem da década de 1980 para a década de 1990¹⁰.

Os neweberianos enfatizam as estratégias dos grupos profissionais no controlo do acesso à profissão, a *social closure* mantendo o monopólio como forma de garantir um *status* elevado e recompensas

⁷ Celia Davies, “The Sociology of Professions and the Professions of Gender”, *Sociology*, 30(4), 1996, pp.661-678 e Stephen Ackroyd. “Sociological and organisational theories of professions and professionalism”. Em Mike Dent et al. *The Routledge Companion to the Professions and Professionalism*, 15-30. (London: Routledge, 2016).

⁸ Por exemplo: Andrew Cook, James Faulconbridge and Daniel Muzio, “London’s legal elite: recruitment through cultural capital and the reproduction of social exclusivity in City professional service fields”, *Environment and Planning*, 44, 1744 – 1762 (2012).

⁹ Gerard Hanlon, “Professionalism as enterprise: service class politics and the redefinition of professionalism”, *Sociology* 32(1):43-63 (1998).

¹⁰ Gerard Hanlon, Sacking the New Jerusalem? - The New Right, Social Democracy and Professional Identities', *Sociological Research Online* 5 (1), <http://www.socresonline.org.uk/5/1/hanlon.html>

financeiras. Freidson¹¹ com o conceito de *market shelters* acentua a natureza incompleta do fechamento social em torno de cada grupo profissional. Friedson aponta a importância das profissões identificando-as como uma terceira lógica de atuação na sociedade, entre o estado e o mercado. Esta terceira lógica negocia diretamente com as duas esferas – o estado e o mercado – a sua autonomia. Autonomia que consiste, essencialmente, no acesso à profissão, creditação e sanção através da auto-organização em associações profissionais¹².

Os neofoucaultianos, discutem a partir do conceito de governamentalidade¹³ a importância da interiorização da disciplina pelos sujeitos. A ideia que os cidadãos seguem a disciplina e se tornam eles próprios os seus disciplinadores, autocontrolando-se e autopunindo-se. Neste sentido, o predomínio da autorregulação promove o aumento das horas de trabalho e a criação do trabalhador incansável como protótipo do bom trabalhador¹⁴.

O que parece ser o mínimo denominador comum das várias abordagens teóricas é a mudança social das últimas décadas que no caso europeu tem-se pautado por uma viragem neoliberal. Esta viragem que vários autores identificam cronologicamente com os governos Thatcher da década de 1980 no Reino Unido e que foi alastrando aos vários países europeus terá atingido o seu auge na resposta à crise financeira de 2008, seja num ponto de vista supranacional com a resposta à crise encetada pela Comissão Europeia e Banco Central Europeu, seja numa perspetiva nacional com a imposição de medidas de austeridade na grande maioria dos países.

Esta mudança nas políticas públicas vem ao arrepió da história recente europeia fundada no desenvolvimento do estado social consagrado constitucionalmente nos diversos países na forma de direitos sociais de educação, saúde, justiça e habitação que asseguraram ao longo

¹¹ Eliot Freidson, *Professionalism Reborn: Theory, Prophecy, and Policy* (Chicago: University of Chicago Press, 1994).

¹² Abbott, *The System of Professions* (Chicago: University of Chicago Press, 1988).

¹³ Michel Foucault, “La gouvernementalité”, *Actes 54 – Les cahiers d’actions juridiques*: 7-15 (1986).

¹⁴ Susana A. Santos, “Becoming a Lawyer in a Large Law Firm: The Idea of the Unstoppable Worker”, *Professions and Professionalism* 8, n° 3 (dezembro de 2018): 2285.

dos anos formas de profissionalismo assentes na ideia de serviço público. Mesmo no caso das profissões liberais, como a advocacia, a sua ligação ao estado-nação e à ideia de serviço público é forte com a garantia do acesso à justiça, concretizada no apoio jurídico prestado por advogados em prática liberal, mas pagos pelo Estado. No caso português é assegurado o acesso à justiça dos cidadãos que comprovem não ter rendimentos suficientes¹⁵ através de protocolos entre a Ordem dos Advogados, o Ministério da Justiça e o Instituto da Segurança Social. Esta prática é hoje questionada por lógicas empresariais de *pro bono*.

A viragem económica e política neoliberal é acompanhada pela profusão do managerialismo como prática social. Nas profissões com maior expressão nos serviços públicos de saúde e educação, como os médicos¹⁶ ou os professores, o managerialismo é incorporado nas práticas profissionais garantindo um maior controlo organizacional sobre o profissional e uma menor autonomia. Nas palavras de Teresa Carvalho «o managerialismo é interpretado como uma ideologia dominante em sociedade com base na ideia que os valores da gestão são neutros e aplicáveis a todos os domínios da vida social»¹⁷. Esta forma de dominação, é de acordo com a autora, responsável pela incorporação do próprio conceito e das suas manifestações na identidade profissional dos enfermeiros.

Estudos sobre a hibridização¹⁸ referem que podemos estar a falar de situações de profissionais com algumas funções de gestão, mas alinhados com os interesses dos seus colegas, de profissionais com funções de gestão alinhados com os interesses da organização e com a agenda de gestão e ainda o híbrido profissional/gestor que desempenha

¹⁵ Lei n.º 34/2004 de 29 de julho (transposição da diretiva comunitária n.º 2003/8/CE) determina o conjunto de regras comuns no interior da união europeia em matérias de acesso à justiça e aos tribunais. A lei foi atualizada e republicada em 2007, Lei n.º 47/2007, de 8 de agosto. Os artigos 8.º, 8.ºA e 8.ºB estabelecem a definição de necessidade económica (indexante dos apoios sociais - IAS) e o tipo de documentação e formulários necessários, o artigo 9.º define que em todos estes casos as taxas de justiça não se aplicam.

¹⁶ Tiago Correia, *Medicina, O Agir numa Saúde em Mudança* (Lisboa: Mundos Sociais, 2012).

¹⁷ Teresa Carvalho, “Changing connections between professionalism and managerialism: a case study of nursing in Portugal”. *Journal of Professions and Organization* 1(2): 176-190 (2004).

¹⁸ David Brock, “The Changing Professional Organization: A Review of Competing Archetypes”, *International Journal of Management Reviews*. (2006) 8. 10.1111/j.1468-2370.2006.00126.x.

ao mesmo tempo os dois papéis tal como encontramos nas sociedades de advogados. A hibridização descreve igualmente um processo de negociação da ordem profissional, caracterizada por novas formas de estratificação e segmentação profissional, muito patentes na organização das sociedades de advogados.

2. GRANDES SOCIEDADES DE ADVOGADOS E ELITE JURÍDICA

A advocacia e a elite jurídica – subconjunto do universo profissional dos advogados com acesso às principais decisões jurídicas, políticas e económicas de um país seja pela presença em grandes escritórios de advocacia, pela pertença a partidos políticos, pelo desempenho de cargos governativos ou em gabinetes ministeriais, pela presença em conselhos de administração de grandes empresas, e ainda pela participação em organismos internacionais – é o mote para a reflexão sobre as transformações e continuidades dos valores profissionais. É importante fazer esta distinção entre advocacia em grandes escritórios e a prática individual ou em pequenos grupos de advogados que partilham despesa correntes do escritório. Vários estudos demonstram que as transformações na profissão criaram segmentação, diferenciação e hierarquização. Em Portugal as transformações na profissão de advogado remontam aos anos 1980 com um crescimento acelerado do número de profissionais e a partir dos anos 1990 com a criação de sociedades de advogados criando dinâmicas de diferenciação e segmentação¹⁹.

A adaptação à mudança dos advogados tem sido documentada em vários estudos que sublinham a diferenciação e segmentação da profissão numa constante busca pelo poder e pelo reconhecimento patente em várias estratégias profissionais através: i) da capacidade de

¹⁹ António Caetano, *Inquérito aos advogados portugueses: uma profissão em mudança* (Lisboa: Ordem dos Advogados Portugueses, 2003) e Miguel Chaves, *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados – As novas configurações da inserção profissional* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010).

absorver as funções de outras profissões²⁰; ii) da capacidade de competir com as grandes consultorias e com os consultores e outros profissionais da área financeira²¹; iii) do seu papel na construção de uma nova ordem económica mundial²². A diferenciação e segmentação da profissão de advogado atesta a capacidade dos advogados enquanto grupo profissional de se adaptar às transformações sociais, políticas e económicas e de em vários momentos operar de forma a garantir o fechamento e integridade do grupo. O processo de fechamento social não é idêntico em todos os grupos, os advogados de negócios pela sua integração em grandes organizações beneficiam de um conjunto de características: i) áreas do direito com maior atração de capital como a finança, a banca, as aquisições e reestruturações de empresas; ii) padrões de recrutamento distintos; iii) formas de organização distintas; iv) salários elevados; v) estatuto social distinto no sistema judicial e no sistema económico.

O surgimento das grandes sociedades de advogados nos EUA ocorre no início do século XX, como resposta às novas necessidades jurídicas criadas pelo crescente desenvolvimento de grandes empresas cotadas em bolsa e da atividade especulativa²³. Durante o pós-guerra, este tipo de sociedades continua a desenvolver-se nos EUA e no Reino Unido aproveitando a mundialização do direito inglês e do direito de Nova Iorque²⁴ nos negócios internacionais. Na Europa continental, as grandes sociedades constituem-se mais tarde com o surgimento de uma nova elite jurídica dedicada aos negócios internacionais, os «marchands des droits»²⁵, em países como a França, a Alemanha, a Espanha ou a

²⁰ Heike Jung, “The authority of lawyers”. *Oñati Socio-Legal Series*, 1(9): 1-8 (2011).

²¹ Yves Dezalay e David Sugarman, *Professional Competition and Professional Power* (London: Routledge, 1995).

²² John Flood, “The re-landscaping of the legal profession: large law firms and professional re-regulation”. *Current Sociology*, 59(4), 507-529 (2011).

²³ Eli Wald, “The rise and fall of the WASP and Jewish Law Firms”, *Stanford Law Review*, 60 (6), (2008), 1803-1866.

²⁴ Doutrina Monroe, estabelecida no século XIX, em oposição ao colonialismo europeu. Durante o século XX teve como principal efeito a garantia da hegemonia dos EUA face ao continente americano.

²⁵ Yves Dezalay, *Les Marchand des droits: la restructuration de l'ordre juridique international* (Paris: Fayard, 1992).

Itália que beneficiam de uma conjuntura económica marcada pelo neoliberalismo associada a uma conjuntura política de integração europeia e de florescimento do direito europeu público e privado.

O caso alemão é particularmente interessante. Os advogados de negócios tiveram um papel importante na privatização das empresas da antiga República Democrática da Alemanha, sendo impulsionadores e operadores da economia de mercado na estratégia de unificação alemã²⁶.

Os estudos comparativos assinalam singularidades nas estratégias e opções de crescimento das sociedades de advogados europeias que resultam de especificidades de contexto relacionadas com a história da advocacia e do Direito em cada país, a sua relação com o tecido económico, o papel do Estado.

O artigo de Morgan e Clark²⁷ debruça-se sobre a comparação entre as grandes sociedades da City de Londres, várias com presença na Alemanha e as sociedades de advogados alemãs. As sociedades alemãs ainda que importantes e de grande escala não tem a dimensão nem a participação em negócio das sociedades britânicas. O Estado exerce a sua capacidade de decisão em matéria económica o que afasta ou dificulta o poder dos mercados em afirmar as suas lógicas de internacionalização económica, tendo também um papel importante na regulação do acesso à profissão e na formação académica dos juristas.

3. PROFISSIONALISMO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONALISMO OCUPACIONAL

Julia Evetts²⁸ propõe uma tipologia de profissionalismo dividida em dois modelos: o profissionalismo de base organizacional e o

²⁶ Ralf Rogowski, “German corporate lawyers”. Em: *Professional competition and professional power*, editado por Yves Dezalay e David Sugarman (London: Routledge, 1995), 114-135.

²⁷ Glen Morgan e Sigrid Quack, “Institutional legacies and firm dynamics: the internationalisation of British and German Law Firms”, *Organization Studies*, 26, (2005),1765-1785.

²⁸ Julia Evetts, “Reconnecting professional occupations with professional organizations: risks and opportunities”. Em *Sociology of professions - continental and anglo-saxon traditions*, editado por Svensson e Julia Evetts, (Göteborg: Daidalos, 2010),123-144.

profissionalismo de base ocupacional. Tal como a autora sublinha esta tentativa de categorização é uma simplificação da complexidade dos valores profissionais que combinam diversidade no desenvolvimento das profissões e que são permeados pelos diferentes contextos nacionais. No entanto, pode ter grande utilidade do ponto de vista analítico sublinhando aspetos comuns e captando a diversidade interna a cada profissão.

Tendo como ponto de partida o estudo das grandes sociedades de advogados em Portugal verificamos que este modelo sumarizado na tabela seguinte pode apoiar na explicação das transformações que a profissão de advogado tem passado ao longo dos últimos anos. Ao centrarmos a nossa observação na integração dos jovens advogados podemos estabelecer um ponto comparativo entre quem está neste momento a entrar e aqueles que exercem a profissão neste modelo de sociedade há alguns anos.

A análise baseada num conjunto de dezanove entrevistas biográficas a jovens advogados em grandes sociedades nacionais e multinacionais, entrevistas semiestruturadas a sócios e observação não-participante assinala que os dois modelos de profissionalismo estão presentes, mas não estão acessíveis a todos os profissionais. O modelo de integração dos jovens advogados é hoje bastante diferente da prática profissional dos sócios, o primeiro muito próximo do profissionalismo organizacional e o segundo do profissionalismo ocupacional. Apresentamos duas hipóteses explicativas: a sociedade de advogados como organização e a introdução de modelos de gestão e o estágio profissional nas suas duas vertentes conflituantes, o estágio/plano de carreira na sociedade e o estágio formativo / profissional na Ordem dos Advogados.

Profissionalismo organizacional	Profissionalismo ocupacional
Discurso construído a partir da ideia de controlo utilizada na gestão e pelos gestores	Discurso construído no interior do grupo profissional
Formas de autoridade racional -jurídica	Autoridade colegial
Procedimentos standardizados	Arbitrio e controlo sobre o trabalho
Estrutura hierárquica de autoridade e de decisão	Confiança do profissional no cliente e nos empregados
Managerialismo	Profissional responsável pelo controlo da atividade
Formas de regulação externas e de responsabilização; cumprimento de objetivos e avaliação de performance individual	Ética profissional monitorizada por associações profissionais
Relacionada com o <u>modelo</u> Weberiano de organização	Relacionada com o modelo <u>Durkheimiano</u> de ocupação como comunidade moral
Estagiários e associados	Sócios

Quadro 1. Tipologia de modelos de profissionalismo (adaptado de Evetts)

Enquanto estagiário ou associado as suas formas de trabalho estão muito próximas do modelo organizacional, com destaque para as várias formas de managerialismo, estruturas hierárquicas de decisão e standardização de procedimentos. Para os sócios em particular, os sócios de capital, as suas formas de trabalho e a sua identidade profissional

aproximam-se do modelo ocupacional, caracterizado pela colegialidade, pela confiança com o cliente, e pela circulação de um discurso profissional construído no interior da profissão e com incidência na participação ativa nas associações profissionais.

A ética individual e entre pares, o respeito pelo cliente está em mudança para uma ideia do advogado na organização, complexa, hierárquica, com responsabilização individual pelo sucesso do caso e pela continuidade da relação sociedade-cliente mais do que a relação advogado-cliente. Esta última é exclusiva de poucos advogados, em geral sócios ou coordenadores que estabelecem com o cliente uma relação de intimidade que pode extravasar a relação profissional e se aproxima do tipo de relação que se estabelece entre o cliente e o advogado em prática individual. Mas mesmo esta relação tem contornos que a diferenciam. As reuniões decorrem entre os advogados da empresa/cliente e o grupo de advogados da sociedade que combina vários níveis da hierarquia: sócios, coordenadores, associados e estagiários cada um com papéis definidos. Ao estagiário o trabalho mais repetitivo e menos complexo, ao associado o grosso do trabalho jurídico, a correção do estagiário e a ligação com os interlocutores ao mesmo nível hierárquico. Aos sócios é reservada a ligação mais social materializada em encontros fora do escritório, almoços e jantares com clientes, telefonemas fora de horas de expediente. Este tipo de relação mais informal é descrito como uma marca de qualidade do atendimento e como prova da dedicação «exclusiva» aos seus problemas jurídicos ou extrajurídicos. A este nível estamos mais próximos do modelo colegial da velha profissão liberal.

4. A ORGANIZAÇÃO

O managerialismo na organização está patente nas formas de divisão em departamentos. Nas sociedades visitadas existe uma panóplia de departamentos que mimetiza a forma de organização da grande empresa, com departamentos dedicados à prática da advocacia divididos por especialidade e com a possibilidade de serem fundidos ou expandidos de acordo com as necessidades dos clientes e departamentos de suporte informático, controlo e faturação de horas, de recursos

humanos, de comunicação, e de gestão do conhecimento. Este último resulta da crescente automatização e armazenamento de informação jurídica possibilitado pelas tecnologias de informação e é em geral preenchido por mulheres advogadas com horários mais flexíveis.

O departamento responsável pelo controlo e faturação de horas de cada advogado e de parametrização de todo o tipo de atividades desenvolvidas pela sociedade é o centro nevrálgico da organização. Funcionando de forma separada ou integrado em cada área de prática é de responsabilidade dos sócios e é o principal instrumento de tomada de decisão.

Cada área de prática é autónoma e é da responsabilidade dos sócios a sua gestão financeira e de pessoal, o que significa que cabe aos sócios um conjunto de tarefas de atribuição de número de horas de faturação, decisão de contratação ou despedimento de advogados, angariação e manutenção de clientes. Estamos assim perante uma forma de hibridização profissional com os sócios a desempenharem várias tarefas de gestão em acumulação com atividades mais tradicionais da profissão como a angariação de clientes.

5. O ESTÁGIO PROFISSIONAL: MOMENTO FORMATIVO E DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Em Portugal, o exercício da advocacia está condicionado aos titulares de uma licenciatura em Direito reconhecida pela Ordem dos Advogados. Após conclusão da licenciatura, os candidatos devem frequentar com sucesso um programa de estágio ministrado pela Ordem dos Advogados e que se divide em sessões de formação ministradas nos centros de formação da Ordem e de um estágio profissional assegurado por um patrono em prática individual ou societária.

O patrono é um advogado inscrito na Ordem com pelo menos cinco anos de atividade profissional, sem punição disciplinar superior à de multa²⁹ e que pode ter sob sua alçada o máximo de dois estagiários em

²⁹Parecer 2014/2016 Ordem dos Advogados, disponível em: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=1&idsc=135578&ida=147161

simultâneo³⁰. O limite de estagiários por patrono afeta sobretudo a organização das grandes sociedades que contratam entre 10 a 20 estagiários por ano, podendo ter ao mesmo tempo na organização 60 estagiários em fases diferentes do seu percurso, muitas vezes desfasado entre a atividade que desempenham na sociedade e o seu estatuto de estagiário perante a Ordem. Isto deve-se ao facto do estágio numa grande sociedade ser acompanhado de um plano de carreira que é apresentado ao estagiário no momento do recrutamento. Esse plano da responsabilidade do departamento de recursos humanos tipifica todas as fases do estágio que tem uma duração de dois anos³¹, podendo ou não prolongar-se no tempo. Algumas das sociedades contactadas seguem de forma mais rígida o estágio na Ordem enquanto outras valorizam menos e reconhecem internamente o estagiário enquanto advogado, embora legalmente este não possa utilizar esse título em nenhum ato oficial ou na relação com os clientes. Esta promoção ou reconhecimento comporta um acréscimo remuneratório e simbolicamente enfatiza a divisão e o afastamento das sociedades de advogados e dos seus profissionais da Ordem dos Advogados.

O período de estágio na Ordem dos Advogados podia ter uma duração superior a três anos desde a inscrição até ao exame final de agregação até à alteração de 2015³² que produziu efeitos no primeiro curso de estágio de 2016. O novo regulamento define que o estágio tem duas fases: a primeira fase com a duração de seis meses, com aulas obrigatórias e a segunda fase, com a duração de doze meses, comporta toda a atividade formativa com um patrono até ao exame de agregação final.

O modelo formativo de estágio profissional nas sociedades de advogados analisadas tem por referência o modelo cravath³³, conhecido na gíria profissional como o modelo «up or out» (embora esta seja apenas uma das componentes do modelo). O sistema foi desenhado por Paul Cravath no início do século XX e consiste num conjunto de formas de recrutamento e de organização do trabalho entre os advogados. No

³⁰ Artigo 16º do regulamento nacional de estágio aprovado em 28 de dezembro de 2015.

³¹ Informação recolhida nas entrevistas.

³² Regulamento n.º 93-A/2015, de 9 de setembro.

³³ Vide: <https://www.cravath.com/cravathsystem/>

recrutamento, o sistema aplica a regra de escolher os melhores alunos, das melhores universidades, independentemente da sua origem social³⁴. O estágio consiste num período pré-definido com os estagiários e a firma, igual para todos em tempo e que não acompanha o período de estágio da Ordem dos Advogados.

Durante o estágio, o estagiário contacta com vários departamentos através de um sistema de rotação, variável em número de meses, onde contacta com os sócios e os associados. No final do período formativo o estagiário é convidado a ingressar como associado num departamento ou em caso negativo convidado a sair da sociedade. Este sistema foi idealizado para proporcionar ao estagiário um contacto direto com vários departamentos e níveis de hierarquia possibilitando um conhecimento aprofundado da organização e da divisão do trabalho. Incorporando ao longo do processo os valores da sociedade em que trabalha, tornando-se assim um advogado da sociedade e não um advogado.

Durante o período de realização das entrevistas estive em contacto com seis sociedades de advogados de grande dimensão, duas internacionais. Em todas elas se aplica o método cravath na seleção dos estagiários com algumas nuances: i) médias elevadas³⁵, só encontrei licenciados por universidade públicas, ou pela Universidade Católica; ii) privilegia-se a frequência ou posse de um título de mestre o que não é fator de exclusão no caso dos muito bons alunos; iii) diversidade de experiências – frequência de *Erasmus*, participação associativa, trabalho voluntário, desporto, que permitem aferir competências ao nível das *soft skills*; iv) conhecimento da língua inglesa, com realização de entrevista; v) em algumas situações a posse de um LLM numa universidade estrangeira.

No caso das sociedades internacionais, o estágio é iniciado com uma curta estadia na sede da sociedade, onde os estagiários têm a oportunidade de conhecer todos os outros estagiários e em grupo é-lhes apresentada as formas de trabalho da organização, o que é esperado de um estagiário e em que passos será realizada.

³⁴ Sendo um sistema implantado nos EUA a base de recrutamento é muito alargada e impossível de fazer uma comparação com a realidade portuguesa

³⁵ As faculdades de Direito elaboram anualmente uma lista com os melhores alunos finalistas que é enviada às sociedades de advogados, que contactam informalmente estes alunos para uma entrevista.

Nas sociedades nacionais a integração do estagiário também passa pela inclusão num grupo de estágio que numa primeira fase recebe formação geral e posteriormente é integrado no primeiro departamento em sistema de rotação.

O estagiário tem de encontrar um mentor que lhe passe trabalho interessante e o valorize, senão passará o estágio a fazer trabalho repetitivo com poucas oportunidades de se destacar quando passar a associado.

O sócio tem pouco tempo e disponibilidade para explicar o como se faz ao estagiário, essa é uma tarefa do associado ou associado sénior, ou seja, cada patamar na hierarquia é responsável pelo patamar exatamente abaixo. Apenas nos departamentos mais pequenos é que o estagiário tem acesso ao sócio, mas mesmo nesses casos o papel do estagiário é mais ouvir e observar do que perguntar, o estagiário espera que lhe seja apontado o erro e tem como missão não voltar a repetir, mais do que uma explicação profunda sobre o motivo do erro e como o utilizar noutra tipo de casos. Essa cultura de ouvir e observar é passada com sucesso visto que o testemunho dos associados vai no sentido de ter exatamente a mesma prática com os seus novos estagiários.

Os melhores momentos de aprendizagem acontecem fora das horas normais de expediente. Nesses casos, o estagiário tem o privilégio de estar a trabalhar mais de perto com o sócio ou com o associado sénior e ter com eles uma postura mais informal, porque estão a passar muitas horas juntos, têm um prazo em comum, estão a trabalhar para o mesmo objetivo e sentem que o seu superior necessita deles e está a olhar para o trabalho deles. Estes são também os momentos para deixar entrar um pouco da vida pessoal e dos interesses e motivações na vida profissional, quebrando algumas barreiras, em momentos de pausa fala-se da família, do clube de futebol, dos livros, das viagens e dos hobbies. Assim, o trabalhar pela noite fora pode ser entendido pelo estagiário como um privilégio, o de ter sido escolhido para aquela operação ou aquele projeto, um sinal exterior de reconhecimento da qualidade do seu trabalho, do seu potencial ou do seu espírito de sacrifício que se espera seja reconhecido e recompensado mais tarde, seja através de algo satisfeito no imediato como um bônus, seja algo no médio prazo como o convite para se manter na firma na sua passagem a associado, ou ainda uma progressão mais rápida na carreira.

CONCLUSÃO

Com este artigo pretendeu-se contribuir para o debate em torno do profissionalismo e dos valores profissionais em contextos sociais e económicos marcados pelo domínio das políticas neoliberais. As sociedades de advogados são organizações complexas, altamente hierarquizadas e direccionadas para o serviço ao cliente empresarial. À entrada, os jovens advogados são introduzidos em lógicas que privilegiam o trabalho em equipa, segmentado e com várias cadeias de controlo em que a competição, as longas horas de trabalho e a padronização de tarefas são um traço comum. Os valores profissionais de tipo organizacional como o managerialismo, a utilização de procedimentos standardizados, o cumprimento de objetivos e a avaliação individual são propalados como formas integradoras. Este tipo de valores permite à organização um maior controlo da qualidade do trabalho oferecido ao cliente, ao mesmo tempo que garante ao estagiário um espaço controlado de autonomia, onde a cada momento vai gerindo as suas aprendizagens.

As longas horas de trabalho, o carácter repetitivo de muitas das tarefas, a pressão dos objetivos, a necessidade de integrar nas suas práticas um conjunto de aspetos não conhecidos à partida, a obrigatoriedade de conhecer ou pelo menos reconhecer a linguagem dos negócios em combinação com uma aprendizagem acelerada do saber estar, o que dizer, como escrever, o que vestir, como falar, como ouvir, ajudam a explicar a concordância, ou pelo menos, a aceitação com um modelo profissional orientado para o negócio e para o lucro/prémio a curto prazo.

De facto, todo o modelo formativo aponta para uma valorização do curto prazo em detrimento da criação de uma expectativa de carreira profissional, que ainda que pensada dificilmente será almejada.

O plano de carreira integra o jovem advogado numa estrutura complexa e hierarquizada com seis níveis de senioridade. A cada momento de transição a possibilidade de ficar estagnado ou sair da organização é elevada. Assim, as estratégias dos advogados são esboçadas no curto prazo e implicam a possibilidade de saída da organização. Em particular, em momentos de transição na vida pessoal como o nascimento dos filhos.

O sistema de base individualista que avalia o advogado com base nas suas horas de trabalho cobradas ao cliente e na sua capacidade de atrair novos clientes e conduzir negócios põe em causa a colegialidade das sociedades, importando a competição para o seu interior. A competição é uma forma de aprendizagem e de socialização profissional. Primeiro consigo próprio aprendendo a otimizar a faturação e as suas horas de trabalho e depois a competir com os outros estagiários ou associados pelo interesse do sócio e/ou do cliente. O fim do estágio e a passagem a associado surge como um reconhecimento da sociedade de advogados de que o advogado já internalizou esta noção de competição no seu trabalho e na sua prática quotidiana, estando apto a exercer de acordo com o sistema de base individual.

CAPÍTULO 5

SOBRE A QUESTÃO SOCIAL DO TRABALHO

Duarte Rolo¹

¹ Professor Associado, Université de Paris. E-mail: duarte.rollo@parisdescartes.fr

Resumo

Neste texto, o autor procura analisar as razões daquilo que qualifica de «recalque» da questão do sofrimento no trabalho no seio da tradição de pensamento do movimento operário. Para tal, remonta às origens do movimento socialista e à crítica do sistema taylorista que eclodiu em Maio de 68, mostrando que a crítica do sofrimento no trabalho desempenhou um papel de primeiro plano na crítica política da alienação no trabalho.

Palavras-chave

Sufrimento, questão social, trabalho.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão do sofrimento no trabalho parece ter sido alvo de maior atenção. Em França, numerosos jornalistas, realizadores, encenadores e documentaristas ajudaram a dar uma visibilidade acrescida a este problema². As suas obras, apoiadas muitas vezes no trabalho de investigadores, contribuíram para o aparecimento de um debate público sobre os distúrbios psíquicos relacionados com o trabalho. Os suicídios no trabalho ocorridos em grandes empresas francesas, bem como os julgamentos e processos a que deram origem, conferiram também uma maior visibilidade ao sofrimento no trabalho³. Esses processos revelaram publicamente o impacto nocivo de métodos de organização do trabalho hoje em dia extremamente difundidos. Ao procurarem imputar responsabilidades, os julgamentos levantaram a questão da causalidade e da etiologia do sofrimento no trabalho. Desta feita, trouxeram para junto do grande público um problema científico e político de primeira ordem.

² Christophe Dejours and Antoine Duarte, “La Souffrance Au Travail: Révélateur Des Transformations de La Société Française,” *Modern & Contemporary France* 26, no. 3 (July 3, 2018): 233–44, <https://doi.org/10.1080/09639489.2018.1445707>.

³ Sarah Waters, “A Capitalism That Kills: Workplace Suicides at France Télécom,” *French Politics, Culture & Society* 32, no. 3 (December 1, 2014): 121–41, <https://doi.org/10.3167/fpcs.2014.320307>.

1. O «MODELO CLÁSSICO» DE CRÍTICA DO TRABALHO

A tendência para retirar qualquer valor político à noção de sofrimento, característica do movimento operário atual, contrasta com a tradição socialista do início do século XIX. Pois, na verdade, o tema do sofrimento teve um papel importante no surgimento da questão social. Dos retratos literários que encontramos nos livros de Eugène Sue, Zola ou Victor Hugo, passando pelos estudos de Villermé (em França) ou de Engels (em Inglaterra), até aos manuscritos parisienses de Marx, o desvendar das condições de vida e da miséria física e moral dos trabalhadores deu origem a uma crítica social vigorosa e original. Esta tradição crítica, da qual procurarei dar alguns exemplos, fez do sofrimento dos trabalhadores uma questão eminentemente política.

Analisemos primeiro o exemplo, estudado por Emmanuel Renault, da revolta dos operários da indústria têxtil (*canuts*) de Lyon em meados do século XIX⁴. Renault destacou a importância da referência ao sofrimento na organização da luta política dos *canuts*. O léxico do sofrimento encontra-se omnipresente no Eco da Fabrica (*L'Écho de la Fabrique*), o jornal operário do movimento. Neste contexto, a descrição do sofrimento parece servir dois propósitos:

Por um lado, desqualificar a ordem social que a produz, por outro lado, marcar a irredutibilidade do conflito de classes e legitimar a auto-organização da classe trabalhadora. (...) a descrição da realidade do sofrimento vale também como justificação das reivindicações, inclusive da revolta⁵.

O discurso do sofrimento serve igualmente para gerar uma consciência de classe:

Por outro lado, o discurso do sofrimento não é apenas dirigido à sociedade responsável pela extensão de uma miséria insuportável,

⁴ Emmanuel Renault, *Souffrance et critique sociale* (ERES, 2009); Emmanuel Renault, "Mépris et souffrance dans L'Écho de la Fabrique," 2010, <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01177186>.

⁵ Renault, 2009, 100.

mas também pretende constituir os próprios trabalhadores como sujeito político autónomo. O objetivo da série «Miséria dos proletários» [uma das rubricas do jornal] é fazer emergir uma comunidade de interesse através da partilha de experiências. Favorecer uma tomada de consciência sobre o facto de que as injustiças e a miséria de uma ocupação específica são uma condição geral dos ofícios e que, portanto, devem firmar as reivindicações da classe trabalhadora em geral, é um dos objetivos constantes da literatura operaria da época⁶.

Tomemos um outro exemplo: nos *Manuscritos de 1844*, Marx⁷ também confere uma importância central à questão do sofrimento no trabalho. É precisamente por ter levado a sério o sofrimento dos trabalhadores sujeitos ao regime de produção capitalista que Marx acaba por concetualizar o trabalho alienado. Marx insere-se, desta feita, num vasto leque de estudos (tal como refere Éric Hobsbawm, no seu prólogo à *Situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, de F. Engels (1960))⁸ que, por volta da década de 1830, se dedicam a descrever a realidade do trabalho nas fábricas e manufaturas da revolução industrial, dando ênfase aos danos morais e físicos sofridos pelos proletários. Ao revelarem as condições brutais de trabalho e de vida dos trabalhadores, e suas consequências para quem trabalha, essas investigações expõem a essência do capitalismo, dando do proletariado a imagem de uma classe que sofre. A descrição desse sofrimento opera como revelador da realidade do capitalismo. O relato concreto do sofrimento opõe-se deste modo às descrições idealistas, que retratam o capitalismo como um conjunto de princípios ou ideias abstratas, procurando desta forma esconder a sua verdadeira natureza. Ao descreverem a miséria e o sofrimento causados pelo trabalho industrial, estes inquéritos colocam-nos face às consequências reais e tangíveis da economia política. Mostrar o sofrimento surge logo como uma arma poderosa para criticar

⁶ Renault, 2009, 104.

⁷ K. Marx, *Manuscrits de 1844* (Paris: Messidor, 1990).

⁸ Eric J. Hobsbawm, “Avant-Propos à ‘La Situation de La Classe Laborieuse En Angleterre’ de Friedrich Engels,” in *La Situation de La Classe Laborieuse En Angleterre* (Éditions Sociales, 1961).

uma ordem social: denunciar o sofrimento é denunciar a injustiça de que o sistema capitalista é a causa. A revelação dessa «má realidade»⁹ deve, finalmente, incitar os proletários à ação e levá-los a constituir-se como sujeito político, como classe. O interesse comum dos proletários decorre de sua experiência compartilhada de trabalho e sofrimento.

Estas intuições pioneiras, constitutivas do que Emmanuel Renault chama de «modelo clássico» de crítica do trabalho¹⁰, serão gradualmente substituídas por outras categorias de análise e desaparecerão da tradição de pensamento do movimento operário. Desde logo, o tema do sofrimento deixará de alimentar a crítica social e de contribuir para a formulação de reivindicações políticas durante largos anos.

Contudo, podemos assinalar um reaparecimento desta questão em Maio de 68, onde vimos ressurgir a crítica da alienação no trabalho. Segundo Christophe Dejours¹¹, as palavras de ordem e as reivindicações do movimento de 68 («mudar a vida!») são nada menos do que uma denúncia do absurdo, da monotonia, do desgaste físico e psíquico produzido pelo regime taylorista. Existiria, portanto, no movimento de 68, uma nova crítica do trabalho, dirigida desta vez contra a desumanização característica da condição dos operários especializados («O.S.») submetidos ao trabalho repetitivo e cadenciado. Segundo Dejours, as greves de 68 foram parcialmente motivadas pela esperança de uma mudança qualitativa do trabalho, pela esperança de não ser mais tratado como um mero executante, como um autómato. Os protestos representavam assim uma luta contra o sofrimento e contra o desprezo pela subjetividade no trabalho. Exigiam formas de trabalho mais emancipadas, mais livres e um reconhecimento da humanidade dos trabalhadores. Estas características fazem de Maio de 68 um momento de denúncia da organização científica do trabalho.

A desconfiança dos sindicatos e dos partidos políticos de esquerda relativamente ao tema do sofrimento impediu-os de reconhecerem nestas reivindicações um meio de contribuir para a transformação da sociedade. Desde logo, não souberam tirar proveito do verdadeiro

⁹ Friedrich Engels, *La Situation de La Classe Laborieuse En Angleterre* (Éditions Sociales, 1960), 28.

¹⁰ Emmanuel Renault, “Héritages et Actualité de La Critique Immanente Du Travail,” in *Travail Vivant et Théorie Critique*, ed. Alexis Cukier (PUF, 2017).

¹¹ Christophe Dejours, “Mai 68, Travail et Subjectivité: Rendez-Vous Manqué Ou Détour Nécessaire?,” *Travailler*, no. 1 (1998): 68.

desafio político colocado pela crítica do taylorismo. O patronato francês, pelo contrário, tomou em consideração as queixas que surgiram em 68. Contratou numerosos especialistas em ciências humanas (psicólogos, sociólogos, psicossociólogos, etc.) e iniciou uma reflexão aprofundada sobre a organização do trabalho, promovendo experiências sobre o enriquecimento das tarefas, sobre flexibilidade, autonomia no trabalho, etc. Em resposta ao sofrimento, o patronato procurou transformar a organização taylorista do trabalho, no intuito de acalmar a contestação social e afim de manter o seu poder de direção e de organização. Desse período nasceram várias inovações em matéria de organização do trabalho e de gestão de pessoal (a invenção do conceito de recursos humanos, por exemplo), que lograram cativar a adesão dos trabalhadores. Ao ignorar as queixas subjetivas dos trabalhadores, a esquerda entregou ao patronato a iniciativa no que concerne a transformação da organização do trabalho. Patronato esse que não esperou para restabelecer o seu domínio, recorrendo a novas técnicas de controle e avaliação dos trabalhadores.

2. O RECALQUE DO SOFRIMENTO NO TRABALHO

De que forma podemos compreender a renúncia da esquerda, a sua recusa de assumir uma crítica do trabalho baseada no sofrimento? O que aconteceu às intuições originais do movimento socialista? Em suma, como podemos explicar aquilo que se assemelha a um verdadeiro recalque do tema do sofrimento na tradição de pensamento do movimento operário?

A resposta a esta pergunta é demasiado complexa para poder ser tratada no âmbito desta comunicação. Até porque, para responder a esta pergunta seria necessário podermos contar com estudos históricos especializados sobre este tema, estudos dos quais, tanto quanto sei, não dispomos. Logo, apenas estou em condições de propor algumas hipóteses iniciais, em guisa de introdução a esta questão.

No estudo acima mencionado, Emmanuel Renault sustenta que este recalque se deve, por um lado, a uma forma de ignorância e, por outro, a um erro de interpretação:

Se o léxico do sofrimento é hoje considerado inadequado para a crítica social, é provavelmente porque desconhecemos a sua

presença nas formas iniciais do socialismo e do comunismo, e também porque julgamos que muitas vezes implica uma despolitização por moralização e psicologização, bem como por individualização (...). No entanto, nas formas do protossocialismo, o sofrimento tem uma função deveras política, que consiste em desmistificar as justificações sociais e em revelar os problemas a resolver. Além disso, a insistência sobre a universalidade do sofrimento (a partilha da experiência que torna possível a construção de uma consciência de classe) acompanha-se frequentemente da necessidade de revelar as suas estruturas sociais gerais¹².

O afastamento do tema do sofrimento repousaria, portanto, num duplo déficit, histórico e teórico: a ignorância da sua própria história, por um lado, e a adoção de um modelo inadequado de interpretação, por outro, explicariam a relutância do movimento operário em adotar a noção de sofrimento.

A esta primeira explicação, devemos acrescentar um segundo elemento de resposta. No contexto francês, em especial, convém termos em conta as relações antagónicas mantidas entre o marxismo e a psicanálise, isto desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De facto, em 1949 os psiquiatras filiados no Partido Comunista Francês (alguns dos quais estavam e permaneceram próximos da psicanálise, como Jean e Evelyne Kestemberg) assinaram na revista *Nouvelle Critique* um panfleto intitulado «A psicanálise, ideologia reaccionária»¹³. Trata-se de uma verdadeira autocritica, na qual os signatários abjuram a psicanálise, considerada como uma ciência burguesa, contrária aos interesses da classe trabalhadora. O artigo em questão assemelha-se a um verdadeiro requisito contra a psicanálise (infelizmente, não tenho tempo para entrar nos detalhes do texto, extremamente interessante sob vários aspectos). Apresenta a teoria do sujeito da psicanálise e a teoria social marxista como duas correntes de pensamento inconciliáveis. A minha hipótese é que a oposição entre estas duas correntes de pensamento impediu a esquerda de conceptualizar a relação entre trabalho e

¹² Renault, 2010.

¹³ Lucien Bonnafé et al., “La Psychanalyse, Idéologie Réactionnaire,” *La Nouvelle Critique*, 1949, 55–72.

subjetividade de forma realista. De resto, esta oposição parece ter deixado uma marca duradoura na formação intelectual de várias gerações de ativistas, educados numa rejeição sistemática da psicanálise. Na verdade, a influência deste panfleto ainda hoje se pode sentir no pensamento de esquerda, para quem a psicanálise continua sendo alvo de anátema. Christophe Dejours exemplifica a desconfiança que reinava nos círculos militantes de maio de 68 a respeito da psicanálise no seguinte excerto:

As investigações sobre o funcionamento psíquico, sobre as próprias psiconeuroses, sobre a subjetividade, eram em geral consideradas como egocêntricas, individualistas e perigosas, na medida em que desviavam a atenção dos trabalhadores para preocupações individuais que constituíam um perigo real para a empreitada de construção da consciência de classe e da ação em favor da revolução. Em essência, acreditava-se comumente que a psicanálise despolitizava as pessoas que visava, que era um obstáculo à ação coletiva, que estava ao serviço da adaptação, da resignação e do conformismo pequeno-burguês e que operava em benefício da padronização social¹⁴.

Este antagonismo, que assumiu uma forma idiossincrásica em França (provavelmente devido à influência do P.C.F. no final da guerra, entre outros aspetos), condicionou a capacidade do movimento operário de teorizar a relação entre subjetividade e trabalho. A meu ver, o repúdio doutrinário da psicanálise privou a esquerda marxista de uma teoria do sujeito que lhe permitisse pensar corretamente certos fenómenos, de entre os quais o sofrimento no trabalho.

Todavia, o déficit teórico da esquerda não afetava apenas a dimensão do sofrimento. Tal como mostrou Bruno Trentin no seu livro magistral, *La Cité du Travail*¹⁵, as escolhas teóricas e estratégicas da esquerda também a privaram de desenvolver um pensamento crítico sobre o trabalho e sua organização. Segundo Trentin, a esquerda

¹⁴ Dejours, “Mai 68, Travail et Subjectivité: Rendez-Vous Manqué Ou Détour Nécessaire?,” 126.

¹⁵ Bruno Trentin, *La Cité du travail: La gauche et la crise du fordisme* (Paris: Fayard, 2012).

(sindical e política) entregou o direito de planificar e de organizar o trabalho ao patronato, em troca de compensações salariais. Aliou-se, para além do mais, ao sistema taylorista sem procurar desenvolver uma crítica política da organização científica do trabalho, da qual foi até apologista (a começar por Lénine, defensor do sistema Taylor¹⁶). No contexto do compromisso fordista, a estratégia da esquerda consistiu em aliviar o sofrimento e a alienação gerados pelo trabalho por via de compensações monetárias, enquanto aguardava a conquista do poder de Estado e o momento a partir do qual as bases da propriedade seriam finalmente transformadas. Neste contexto, as reivindicações sindicais focalizaram-se naturalmente na questão dos salários, da taxa de emprego e das reformas.

É portanto sob o efeito combinado do fordismo e do socialismo real que o movimento operário abandona o projeto de uma outra organização do trabalho, voltada para a emancipação e para a democratização do trabalho. Contenta-se, a partir de então, com um «projeto de administração pública da proteção social no qual a justiça social é reduzida à redistribuição equitativa dos recursos disponíveis. Seja na sua versão reformista ou na sua versão revolucionária, a esquerda abandonou o projeto de transformação do modo de produção capitalista em prol de um projeto de transformação do modo de distribuição da riqueza»¹⁷. Neste modelo, a liberdade e os direitos políticos acabam à entrada da fábrica, que se torna por conseguinte um irremediável local de alienação. A luta contra a alienação reduz-se então a uma luta pela redução do tempo de trabalho. Noutros termos, numa luta pelo direito à reforma antecipada ou pela redução dos horários de trabalho. Tais lutas são obviamente fundamentais. Mas não me parecem suficientemente ambiciosas para fundar um projeto político de libertação do trabalho.

CONCLUSÃO: A NOVA QUESTÃO SOCIAL DO TRABALHO

Ao abandonar a crítica do trabalho e das suas consequências sobre os seres humanos, a esquerda ignorou uma das principais expressões da

¹⁶ Robert Linhart, *Lénine, les Paysans, Taylor* (Paris: Le Seuil, 2010).

¹⁷ Renault, “Héritages et Actualité de La Critique Immanente Du Travail”, 66–67.

questão social do nosso tempo. Se considerarmos que a questão social se refere tanto à tomada de consciência pública das desigualdades e injustiças existentes numa determinada sociedade, quanto às tensões internas que atravessam essa mesma sociedade¹⁸, então parece-me que o sofrimento no trabalho representa uma componente indiscutível da nova questão social do trabalho.

Ao menosprezar o fenômeno do sofrimento no trabalho, a esquerda ignorou as preocupações de grande parte da população. Logo, as queixas dos trabalhadores relativamente à perda de sentido, à intensificação ou à padronização do trabalho não encontraram tradução política, deixando um espaço vazio prontamente preenchido por movimentos políticos manifestamente pouco preocupados com a emancipação dos trabalhadores. Parte da população, cujo sofrimento no trabalho não encontra expressão num projeto político emancipatório, volta-se hoje para as sereias do populismo e do autoritarismo, por um lado; ou da indiferença e da abstenção, por outro lado. Porém, este desfecho não é fatal. Cabe à esquerda construir alternativas para combater os efeitos devastadores da individualização, da padronização e da intensificação do trabalho. Para tal, deve tornar a uma crítica do trabalho baseada na análise das consequências negativas (humanas, sociais, ecológicas) da organização gestonária do trabalho.

¹⁸ Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale* (Paris: Folio, 1999).

CAPÍTULO 6

A COMPANHIA DE FABRICO DE ALGODÕES DE XABREGAS, EM LISBOA, E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA VIDA OPERÁRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Alexandra de Carvalho Antunes¹

¹ Universidade de Lisboa (Artis). E-mail: aca.heritage@gmail.com

Resumo

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas foi fundada, em 1858, por industriais ingleses, seguindo o modelo das unidades congéneres de Manchester. Em 1862 a fábrica tinha três pisos, máquina de vapor de 30 cavalos, teares e engenhos de fiação com 4600 fusos de fiar e 1000 fusos de torcer. Procurando formar futuros operários, em 1862 foi criado um internato que admitia «menores vadios» como aprendizes. Em complemento existia «uma aula nocturna de instrução primária». Em 1881 a companhia possuía três prédios, sendo a habitação reservada aos mestres da fábrica. Em 1890 os operários eram mais de 500, muitos ocupavam a Vila Flamiano – os novos edifícios de habitação inaugurados em 1888. Este artigo visa apresentar e discutir, a partir deste caso de estudo, os mecanismos e o papel dos capitalistas/ industriais no desenvolvimento das condições de vida da comunidade operária têxtil da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave

Operários têxteis, industrialização, paternalismo patronal.

1. FUNDAÇÃO E FUNDADORES DA FÁBRICA DE ALGODÕES DE XABREGAS

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas foi criada como sociedade anónima, em 1858, e manteve a sua designação formal até ser vendida na década de 1930. Foi conhecida também por «Fábrica de Fiação de Xabregas» ou «Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas», «Fábrica da Samaritana», por ter sido implantada perto da fonte da Samaritana, e «Fábrica do Black» ou «Fábrica de Fiação do Black» em referência a Alexandre Black, um dos seus fundadores.

A inauguração do caminho de ferro, em 1856, foi um fator animador da industrialização. A via férrea marcou a paisagem de Xabregas e vincou a escala industrial da paisagem. Na Xabregas industrial, desde 1854 laborava a Fábrica de Fiação convertida, em 1858, pelo mesmo grupo de industriais ingleses, em Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas. Deste modo, o local de implantação

da companhia têxtil passou a ser contíguo à linha de comboio (Figura 1).

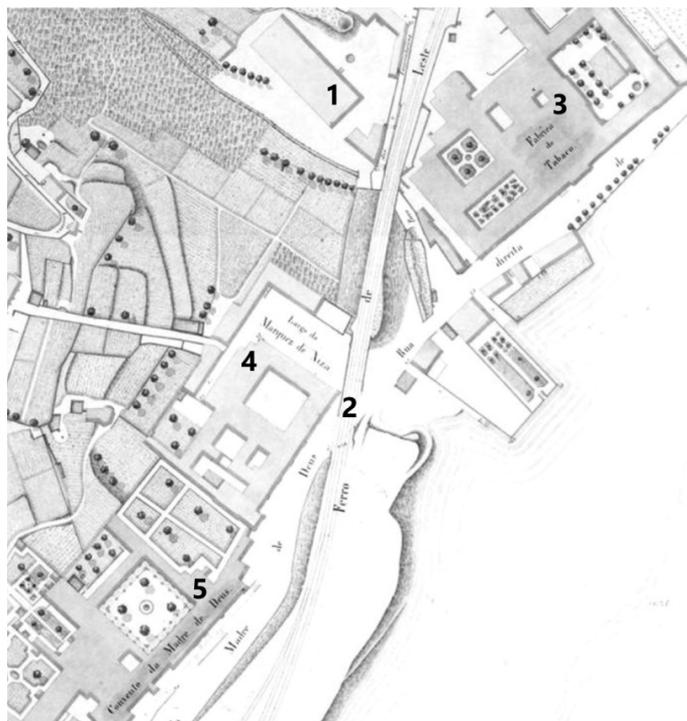


Figura 1. Localização da fábrica da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas (1), da linha de caminho de ferro de leste (2), da Fábrica do Tabaco (no antigo convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas) (3), do largo do marquês de Nisa (4) e do convento da Madre de Deus (5), em cartografia de 1858. [pormenor da *folha 23 do Levantamento topográfico da Cidade de Lisboa*, realizado em 1856/1858, sob direção de Filipe Folque].

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas uniu, na sua génese, três investidores ingleses que seguiram os modelos das fábricas de produção de tecidos de algodão de Manchester. A *Relação dos Accionistas fundadores* (Figura 2), datada de 12 de agosto de 1857,

explicita que foi criada por: (i) João Scott Howorth², morador na rua do Sacramento à Lapa; (ii) Guilherme João Howorth (representado pelo anterior), residente na rua Bela da Rainha (depois renomeada rua da Prata, na Baixa de Lisboa); e (iii) Alexandre Black, que então tinha como morada o seu local de trabalho, o n.º 1 da rua de Santa Apolónia. Conforme o *Jornal do Comércio* publicou em dezembro de 1859, A. Black preparava-se para abandonar o cargo de «engenheiro chefe» das «oficinas de reparação de máquinas, na Cruz da Pedra, e de fundição em Xabregas», pertencentes ao «caminho-de-ferro de Leste». Este técnico era o terceiro acionista fundador da fábrica têxtil de Xabregas.

Relação dos Accionistas da Companhia de Fabrico d'Algodões de Xabregas

<i>Nomes</i>	<i>Moradas</i>	<i>Numero de Accoes</i>
<i>João Scott Howorth</i>	<i>Rua do Sacramento da Lapa N.º 10</i>	<i>337</i>
<i>pro Guilherme João Howorth</i>	<i>Rua Bella da Rainha N.º 237</i>	<i>338</i>
<i>João Scott Howorth</i>	<i>2.º Andar</i>	
<i>Alex. Black</i>	<i>Rua da Santa Apolonia N.º 1</i>	<i>75</i>
<i>Total</i>		<i>750</i>

Lisboa 12 d'Agosto de 1857

Figura 2. Relação dos fundadores da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, de 12 de agosto de 1857. [AHBMOP, *Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Sociedades anónimas, Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas*].

² John Scott Howorth (1829-1893), nome depois aporuguesado quando casou com uma senhora portuguesa. O capitalista e industrial J. C. Howorth adquirira a Fábrica de Loiça de Sacavém, em 1861-1863, modernizando-a. Foi agraciado por D. Luís I, em 16.7.1885, com o título de barão de Howorth de Sacavém. O mesmo monarca atribui à fábrica loiças a designação de *Real Fábrica de Loiça de Sacavém*.

À data de fundação da sociedade anónima, no verão de 1857, do total de 750 ações ao portador, de 200 réis cada, cabiam a J. Scott Howorth 337, a Guilherme J. Howorth 338 e a Alexandre Black 75 ações; perfazendo assim o capital de 150 contos de réis, conforme os estatutos. A companhia tinha «por fim» as atividades de «fiação, tecelagem, tinturaria e calandragem de algodões, e todos os mais produtos que tenham imediata relação com esta empresa»³.

2. OS PRIMEIROS ANOS DE LABORAÇÃO, DESAFIOS CONSTANTES

Conforme estabeleciam os estatutos (art. 3.º), a companhia duplicou o capital social, logo depois da sua criação. Era mais uma forma de lutar contra «embaraços e contrariedades próprias de tais tentativas num país atrasado na indústria fabril». Os principais investidores, tidos como «pessoas que já com bom êxito e inteligência se dedicavam» às indústrias, foram Anjos & C.⁴, José Elias de Miranda, Joaquim José Fernandes e José Ribeiro da Cunha⁵. Eram estes os principais sócios da fábrica de estamparia de Alcântara sob a firma Anjos, Cunha, Miranda & C.^a, fundada escassos anos antes.

Em 1858, o primeiro ano enquanto sociedade anónima, ficaram como diretores: António Ferreira Lima (primo e conterrâneo de Flamiano Anjos e seus irmãos⁶), Alexandre Black e Joaquim Moreira Marques⁷. O balanço de 1858 revela dois credores, que se iriam repetir

³ *Estatutos da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas*, Lisboa, Imprensa União-Typographica, 1857.

⁴ Com Flamiano Anjos (1816-1886) à cabeça. Sobre esta família e as suas atividades veja-se: Alexandra de Carvalho Antunes, *A Família Anjos. Modelo de Ascensão Social e Económica no Século XIX* (Oeiras: Mazu Press, 2019 (2.ª ed.)).

⁵ *Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*, Castro Irmãos & C.^a, vol. V, 1862, p. 44.

⁶ E, tal como seus irmãos Teodoro e Manuel Ferreira Lima (este casado com Ludovina, irmã dos Anjos) todos nascidos na aldeia do Cabeçudo no concelho da Sertã.

⁷ Que viria a representar quer esta companhia quer a Fábrica de Anjos, Cunha, Ferreira & C.^a, de estamparia, em Alcântara, no inquérito directo *do Inquérito Industrial de 1881*.

nos anos seguintes, os fornecedores: Leech Harrison & Forwood, de Liverpool, e Samuel (abreviado para «Sam.») Mendel⁸, de Manchester.

Em 1862, a fábrica tinha três pisos (Figura 3). No piso térreo estava «a máquina de vapor de força de 30 cavalos», no «sistema de William Fairbairn & Sons», e nos dois acima os «teares e engenhos de fiação com 4600 fusos de fiar e bancas para linha com 1000 fusos de torcer». As instalações incluíam oficinas de tinturaria, «calandra de lustrar e um gasómetro que fornece gás para toda a fábrica»⁹. Diariamente ali trabalhavam, 12 horas por dia interrompidas para duas refeições, 140 a 150 operários. Destes, dois terços eram «rapazes e raparigas». Eram os anos da crise algodoeira, pelo que os salários não excederiam 260 a 340 réis para os adultos, e 60 a 140 réis para os menores. Não erraremos ao afirmar que os valores inferiores de cada um dos intervalos eram os salários das representantes do sexo feminino. Era a regra.

8 Conforme a *Manchester Commercial List. 1869-1870, Third and Fourth Years*, by Estell & Co., London, 1869, p. 13, 127: Samuel Mendel (1814-1884) estabeleceu-se como negociante («merchant») em 1840. Em 1870 tinha como morada comercial o n.º 130 da Portland street, em Manchester e era um dos directores da companhia de seguros, fundada em 1860, Thames and Mersey Marine Insurance Company Limited. Esta seguradora tinha, para além da delegação em Manchester, outras duas: uma em Londres e outra em Liverpool. Por exemplo em *Effie: The Passionate Lives of Effie Gray, John Ruskin and John Everett Millais* (Suzanne Fagence Cooper, ed. St. Martin's Press, New York, 2011) é referida a vida faustosa e as ligações à melhor sociedade de Samuel Mendel. Ao seu tempo, era habitualmente apelidado de “Manchester's greatest 'merchant prince'”, o maior príncipe negociante de Manchester (veja-se, por exemplo, Barry Worthington, *Discovering Manchester. A walking guide to Manchester and Salford – plus suburban strolls and visits to surrounding attractions* (Cheshire: Sigma Leisure, 2002, p. 127)).

9 *Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*, Castro Irmãos & C.^a, vol. V, 1862, p. 44-45.

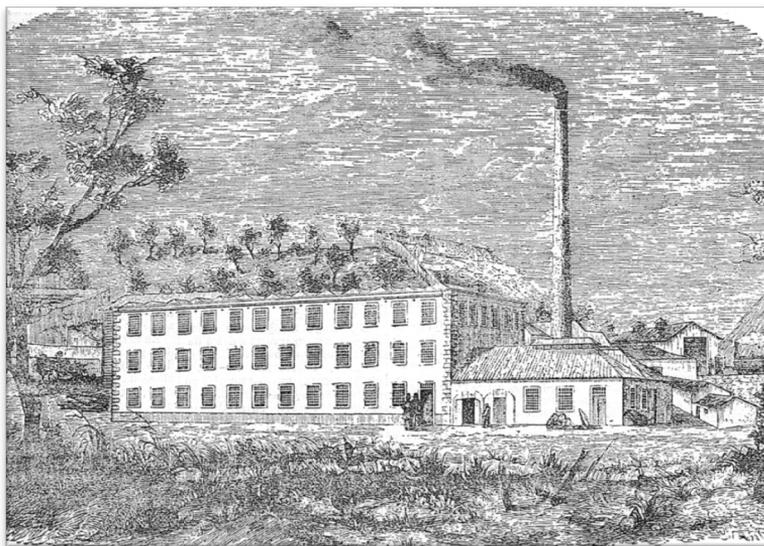


Figura 3. Gravura da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, publicada em 1862. [Archivo Pittoresco, Castro Irmãos & C.^a, vol. V, 1862, p. 45.]

Os resultados dos primeiros anos foram bastante animadores. O dividendo do primeiro ano (1858) foi de 5%, no ano seguinte 6%, em 1860 8% e em 1861 de 10%. Em 1858 foram produzidos 137 mil arráteis de fio, em 1860 210 mil e em 1861 243 mil arráteis de fio de algodão. Apesar destes resultados muito havia a fazer para se encontrar uma unidade industrial tecnológica e socialmente desenvolvida.

3. O FIM DA CRISE ALGODOEIRA E O INTERNATO PARA MENORES

Conforme o *Relatório de Actividades* do ano de 1865, Flamiano Anjos era, então, o primeiro diretor substituto. Quando a 1 de agosto desse ano morreu António Ferreira Lima (seu primo e diretor na companhia), Flamiano estava fora do país. Logo que regressou, assumiu a sua efetividade como diretor¹⁰. Desde então até ao seu falecimento, em fevereiro de 1886, manteve-se continuamente em funções. Estavam lançadas as bases para o projeto de cariz social, o internato para menores

¹⁰ *O Jornal do Porto*, ano 8, n.º 34, 13.2.1866, p. 1.

– criado por Flamiano, ainda em 1865, e extinto com o incêndio de 1877 – e para a atribuição do nome «Vila Flamiano» ao conjunto das habitações para operários, inauguradas logo depois da sua morte.

O relatório de 1865 dá conta da «grande baixa» na procura de «fazendas de algodão», sentida no primeiro trimestre, e do enfoque na tecelagem de algodões crus, tendo ocupado os (poucos) teares durante todo o ano para a produção de 4735 peças. Foi decidido não aumentar o número de teares. A unidade de tinturaria manteve produção regular, segundo o mesmo relatório. Ficaram, nesse ano, concluídas as obras no edifício de habitação junto à fábrica, com quartos para os operários. Todos os quartos, «em condições higiénicas e económicas», estavam alugados.

No ano em que findou a guerra civil americana, com o conhecido impacto no fornecimento da matéria algodoeira (crise de 1861-1865), foi decidida a criação de um internato para menores. A direção da companhia de Xabregas «ofereceu-se», ao Governo Civil de Lisboa, para «admitir na fábrica menores vadios, dando-lhes casa, comida e vestuário». Assim se recrutaram os primeiros 14 menores, «roubados à ociosidade e aos vícios que a acompanham, com esperança de poderem mais tarde vir a ser bons operários e homens prestáveis»¹¹. Um dos objetivos era preparar uma geração de operários, classe cujo défice em profissionais qualificados era um dos conhecidos entraves à efetiva industrialização.

O internato chegou a ter 80 rapazes e 30 raparigas e funcionou entre 1865 e 1877 – quando um grande incêndio destruiu por completo todas as instalações da fábrica. Em complemento, havia sido criada «uma aula nocturna de instrução primária».

Flamiano acabou por ver gorados os seus propósitos, sendo até posto em causa o real interesse na formação dos menores. E por quem? Pelos pais dos próprios menores. Veja-se o esclarecimento dos diretores da fábrica, ao inquérito direto do *Inquérito Industrial de 1881* que publicou, inclusivamente, a lista de internos e o apuramento das contas individuais.

As regras do internato eram conhecidas: os menores, sem idade discriminada, eram enviados pelo governador civil de Lisboa com a condição de permanecerem dois anos na fábrica; era aberta uma conta corrente com o menor/aprendiz, «fornecendo a empresa vestuário e

¹¹ *O Jornal do Porto*, ano 8, n.º 34, 13.2.1866, p. 1-2.

comida», e creditava-se pelo «jornal» (o ordenado). O menor aprendia uma profissão e, se não faltasse às suas obrigações laborais, acumulava uma poupança. Não foi fácil persuadir os pais da relevância deste sistema. Vejamos: quando eram publicadas as contas e havia «saldo a favor do aprendiz antes de dois anos», logo «os pais e as mães viam (...) que eram credores da empresa, e apresentavam-se a ela, para que lhes restituíssem os filhos e o saldo».

O representante da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas lamenta, nas suas respostas ao *Inquérito de 1881*, a ausência de «bons sentimentos» dos pais. O mesmo relata que diversas vezes, algum tempo depois da «entrega dos menores», estes voltaram à fábrica «quando os pais já haviam gasto as suas pequenas economias, solicitando a readmissão num completo estado de miséria, que seria repugnante descrever»¹². Será este um bom retrato da classe operária (e da sociedade portuguesa) dessa época?

Os rapazes e raparigas do internato para menores foram lembrados no testamento de Flamiano, registado em 1875, dois anos antes do incêndio que destruiu todas as instalações. Recomendou a atribuição, pelos dez anos seguintes ao da sua morte, do «valor de quarenta e cinco réis, em fazenda de algodão própria para os seus vestuários», a cada um, com a obrigação de estes ouvirem uma missa por alma da falecida esposa de Flamiano. Com o incêndio findaram o internato e a «aula nocturna» que, embora fosse muito «útil», dava «grande trabalho e incómodo à administração da fábrica, sem compensação equivalente»¹³.

4. EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS, RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROGRESSOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Pouco depois de Flamiano assumir a direcção da fábrica – tendo como codiretores Joaquim Moreira Marques e Alexandre Black –, foi inaugurada (a 15 de Setembro de 1865) a Exposição Industrial

¹² Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo, segunda parte, livro primeiro. Visita às fábricas do Districto Administrativo de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 117-129.

¹³ Idem, *ibidem*.

Internacional no Porto. Na classe «algodão em fio e tecidos» da região de Lisboa (classe 21), encontramos a Fábrica de Algodão de Xabregas. Os produtos apresentados foram: «algodão em fio, em peças e paninhos tintos de diversas cores para forros»¹⁴. Dois anos depois os artigos da companhia de Xabregas voltaram a ser expostos. Da Exposição Universal de Paris de 1867, os «filés et tissus» trouxeram menção honrosa¹⁵.

A história da fábrica estava prestes a ter inscrito o capítulo negro, da total destruição, quando os seus produtos viajaram além-Atlântico para a Exposição Internacional de Filadélfia de 1876. Foi uma nova oportunidade de mecanização. Entretanto já tinha acumulado quatro prémios: no Porto em 1863, em Lisboa em 1863, no Porto em 1865 e em Viena em 1873.

Cotejemos os dados de 1876 com os de 1881. Os artigos produzidos em 1876 eram «forros tingidos, algodão cru e fios de algodão» e cinco anos depois «fio de algodão de n.ºs 4 até 20, algodões crus, sarjados, guardanapos e toalhetes, paninhos lustrados para forros».

O número de operários foi reduzido de 293 para 191: os homens passaram de 55 para 33 e os menores de 90 para 51. A maioria da massa trabalhadora era a feminina adulta, de ordenado inferior ao dos homens, que em 1876 era de 48 e cinco anos depois passou para 107 operárias. A fábrica apostava, agora na «tecelagem em grande escala».

Tenhamos em conta que a mecanização permitiu aumentar exponencialmente a produção. Adicionalmente, a vaga migratória masculina para o Brasil propiciou o incremento do operariado feminino e infantil. Aos homens reservava-se muitas vezes a supervisão do trabalho das mulheres e dos menores e a manutenção dos equipamentos. Afinal, o acréscimo de operárias mulheres não era, propriamente, um progresso na justiça social¹⁶.

¹⁴ *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto de 1865*, Tipografia do Comércio, 1865.

¹⁵ *Exposition Universelle de 1867 à Paris. Catalogue Officiel des Exposants Récompensés par le Jury International*, 1er tirage, Paris, E. Dentu, Librairie-Éditeur de la Commission Impériale, 1867.

¹⁶ Este modelo de gestão dos recursos humanos é comum na maior indústria portuguesa de então: a algodoeira. No Vale do Ave foi-se «multiplicando»: «Este padrão da estrutura fabril, em tudo semelhante aos que se conhecem para as indústrias têxteis oitocentistas de outros países, vai mais tarde multiplicar-se pelas várias fábricas do Vale do Ave. Ganharão relevo características como a natureza extensiva da mão-de-obra, os baixos salários e as

Se em 1862 a jornada de trabalho era de doze horas, em 1881 havia sido reduzida para dez horas e meia. Os ordenados sofreram relativo aumento, de 1876 para 1881, com esta expressão: os homens, passaram de 220 a 600 réis para 360 a 750 réis, as mulheres de 150 a 300 réis para 160 a 300 réis; os menores de 80 a 140 réis para, os rapazes, de 100 a 160 réis, e as raparigas de 100 a 140 réis.

Em 1881 a companhia de Xabregas estava integralmente equipada com o topo da tecnologia inglesa e tinha em uso dos mais modernos modos de fabrico. Segundo os diretores Joaquim Moreira Marques e Teodoro Ferreira Lima, trabalhava com «três caldeiras de vapor e uma máquina motora da força de 50 cavalos». Dispunha de oficinas de cardação, fiação, goma, tecelagem e tinturaria. Na oficina de fiação tinha «cinco engenhos de fiar a trama» com 2560 fusos, «dez bancas de fiar» com 2440 fusos, uma encartadeira com 160 fusos, uma caneleira com 40 fusos, entre outros recursos. Na oficina de tecelagem, dispunha de 128 «teares mecânicos de sistema inglês» e três «teares de repassar», e na oficina de tinturaria três prensas hidráulicas, «sendo uma de grande força» e, entre muito outro equipamento de «procedência inglesa», um calandro de fricção.

Com a abolição da «aula nocturna de instrução primária», que existira antes do incêndio de 1877, no ano de 1881 era concedido o período de duas horas por dia, aos menores que o pedissem, para a frequência da escola no exterior. Poucos se revelavam interessados nesse esforço suplementar, embora, por regra, quando chegavam à fábrica, os menores não soubessem ler nem escrever. Do total de operários da fábrica 90% dos homens era analfabeto e a percentagem de mulheres nas mesmas circunstâncias era ainda maior. Nas proximidades não existiam «escolas de instrução primária e especial para adultos, nem aulas de desenho ou cursos profissionais».

Vejam-se as condicionantes de vida dos operários e as limitações impostas aos empresários. A fábrica tinha constantes dificuldades em encontrar «operários habilitados», sendo ingleses os mestres das oficinas de tinturaria e de tecelagem. Havia, isso sim, «um movimento de operários flutuantes que aparecem e desaparecem em épocas

consequentes feminização e juvenilização do operariado, com os homens adultos a exercerem essencialmente funções de vigilância, de manutenção dos maquinismos e de serviços de apoio» [Jorge FernandesAlves, «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», *Património e Indústria no Vale do Ave* coord. José Amado Mendes e Isabel Fernandes (Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002), 372-389].

determinadas, por exemplo no tempo da castanha e da melancia». Assim o indicaram os diretores em 1881.

Nesse ano, a companhia tinha três prédios, para habitações dos operários, com 51 quartos – variando as rendas entre 700 réis (com uma divisão) e 1\$600 réis por mês (com três divisões), sendo o pagamento feito semanalmente por meio de desconto no vencimento. O apoio na doença era comum, principalmente quando resultava de acidente ocorrido na fábrica. Não havia «caixa económica nem de pensões ou de socorros mútuos dentro do estabelecimento», mas dispunha de «uma creche com 18 berços para as crianças de peito», enquanto «as de mais idade» eram «vigias por uma mulher» e podiam «passear no jardim» em frente à creche.

5. O INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1890, O DIRETOR FLAMIANO ANJOS, O PROBLEMA DA HABITAÇÃO DAS CLASSES OPERÁRIAS E A VILA FLAMIANO

Os resultados do *Inquérito Industrial de 1890* permitem confirmar que o número de operários excedia os 500 – mais do dobro dos recenseados nove anos antes. Acompanhando este crescimento, também a produção anual subiu de 150 contos de réis, em 1881, para 232,6 contos de réis em 1889. Os produtos com maior representatividade continuavam a ser os algodões crus. Por comparação veja-se que a Companhia de Tecidos Lisbonense tinha, então, 980 operários ao seu serviço e mais 208 aprendizes, realizando uma média de 80 a 90 serões por ano.

A década de 1890 mostraria o défice nas contas públicas gerado pelos progressos de Fontes Pereira de Melo. No século XIX português assistiu-se a mais uma crise financeira, com a estagnação industrial e a recessão na agricultura, o decréscimo quase generalizado das exportações, o desemprego e a inércia dos investimentos. À região de Lisboa rumou uma torrente de homens e de mulheres disponíveis para o trabalho, procurando, nas indústrias (principalmente na têxtil, a maior empregadora), nas obras públicas e nos serviços domésticos, os seus modos de subsistência.

Como vimos, o ano de 1886 foi marcado pela inesperada morte de Flamiano Anjos, diretor que por duas décadas esteve à frente da fábrica. Os corpos sociais eleitos na assembleia geral de 25 de fevereiro de 1886

(o dia anterior à morte de Flamiano) incluíam (na direção) Joaquim Moreira Marques, Carlos Alexandre Munró (sogro de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, secretário da mesa da assembleia geral) e Teodoro Ferreira Lima; eram diretores substitutos Flamiano Anjos e Alexandre Black; no conselho fiscal constava Luís Leite Pereira Jardim¹⁷ (genro do falecido António Lopes Ferreira dos Anjos). Um novo ciclo começou logo a seguir, com a consolidação do legado de Flamiano a seus descendentes.

Confiando nas fontes, Flamiano Anjos era um dirigente bastante apreciado pelos operários, razão para a homenagem que um grupo – que fundou uma «filarmónica, sob o título de alunos de Verdi» – o ter visitado, num Domingo de 1875, na sua casa da Avenida. Ali lhe desfiaram o repertório da banda que incluía uma cantiga «acompanhada de coros, cuja letra era alegórica às propriedades da fábrica» e ao seu proprietário, mostrando-se «gratos pela urbanidade e bom gasalho (*sic*) com que foram acolhidos pelo sr. Anjos»¹⁸.

Igual reconhecimento perdura até à atualidade, sob a forma de uma dupla de edificios de habitação (originalmente para os mestres e contramestres), que a companhia inaugurou em 1888 e a que deu o nome de Vila Flamiano (Figuras 4 e 5).

¹⁷ *DI*, n.º 4317, 3.3.1886, p. 3.

¹⁸ *DI*, n.º 878, 30.3.1875, p. 2.

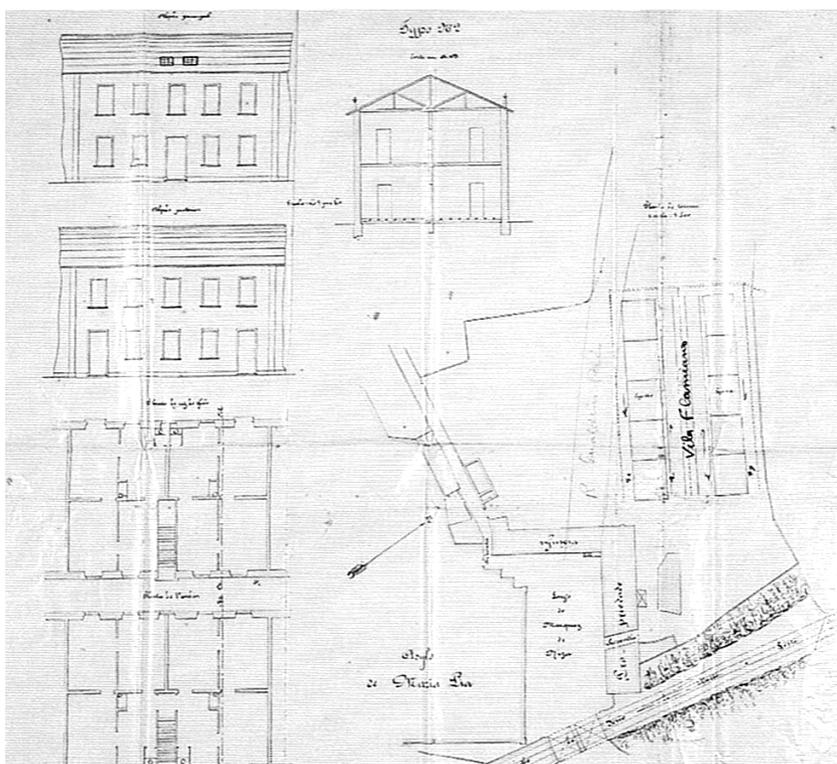


Figura 4. Projeto de construção da Vila Flamiano, ano de 1887. [CML, Arquivo de Obras, publicado em Deolinda Folgado & Jorge Custódio, Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 74].

O projeto do bairro foi do engenheiro António Teixeira Júdice – à data, parceiro de Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, filho de Flamiano, na fábrica de Alcântara e também no grande projeto urbanizador do Monte Estoril. Os trabalhos de construção ficaram a cargo de António Machado de Faria e Maia, também construtor, anos depois, de vários prédios de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos na praça dos Restauradores.

Havia que solucionar o problema do alojamento da classe operária que, nas últimas duas décadas de Oitocentos, abandonou as regiões rurais e os trabalhos agrícolas para procurar melhores condições de vida na capital. As soluções encontradas resultavam de iniciativas privadas e, sendo os empregadores industriais parte particularmente interessada,

não admira que tenha resolvido construir, junto às unidades fabris, alojamentos para os seus operários.

Como antes vimos, em 1865, mais de uma vintena de anos antes da construção da Vila Flamiano (de 1887, inaugurada em 1888), a Companhia de Xabregas já proporcionava alojamento (pago, é certo) aos seus operários.

A Vila Flamiano teve características inovadoras: (i) as duas correntezas de prédios ficaram separadas por uma faixa, arborizada, de 14 metros, permitindo acessos amplos e boas ventilação e iluminação das habitações; (ii) foi previsto saneamento básico e a execução da obra com esgotos enterrados.

Durante toda a década de 1890, o problema da habitação das classes populares motivou acesa discussão. Em 1891, o «funcionário público» cascalense Guilherme Augusto de Santa Rita, no seu opúsculo *Habitação do Operário e classes menos abastadas*, louvava os blocos de habitações até então construídos pelas fábricas têxteis da capital. Estas eram, por ordem cronológica da sua construção: a da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara, de 1873; a da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, de 1888; e a da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, na quinta do Cabrinha, em Alcântara.

Adães Bermudes juntou-se às preocupações socialistas, em 1897, publicando um extenso programa, de 80 páginas, intitulado *Projeto para a organização de uma Sociedade Promotora de Habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*.

Não é objetivo deste artigo analisar a problemática destas habitações¹⁹, mas não podemos deixar de evidenciar que as soluções encontradas pela fábrica da Companhia de Xabregas foram, sob vários aspetos, precursoras.

¹⁹ Para mais detalhes sobre as acções, em Portugal e no resto da Europa, sobre esta questão em finais do século XIX, é fundamental consultar: BASTOS, Teixeira, *Habitações Operárias*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898. Título integrado na colecção, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos, *O Ideário Moderno*. Biblioteca Popular de Orientação Socialista.

6. CULTURA MATERIAL: A REUTILIZAÇÃO E RUÍNA. A VILA FLAMIANO E A ANTIGA FÁBRICA

Voltemos aos traços materiais. Os edifícios que compõem a Vila Flamiano estão, como seria de esperar, desvirtuados: os estores exteriores e as caixilharias em alumínio disseminaram-se durante as últimas décadas do século XX. Ainda assim, é um relevante registo da Xabregas industrial que está em pleno uso e justifica que se visite o conjunto.

A fábrica de fiação de Xabregas manteve-se na posse da sociedade anónima sua fundadora até 1936. Nesse ano foi vendida à Sociedade Têxtil do Sul que fornecia, por exemplo, os Grandes Armazéns do Chiado. A unidade industrial sofreu um novo incêndio em 1947 e, desde então, foi decaindo.

Atualmente restam umas ruínas, localizadas junto à antiga vila operária (Figura 5), para nos fazerem lembrar que só a força do homem pode impedir a degradação dos bens patrimoniais materiais.



Figura 5. Localização das ruínas da fábrica da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas (1), da Vila Flamiano (2) e do convento da Madre de Deus (3), sobre fotografia aérea da década de 2010. [imagem Google Earth recolhida em 2017].

A antiga fábrica já há muito perdeu a cobertura. Mantêm-se de pé as paredes e a chaminé. O conjunto integra a *Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico*, da Câmara Municipal de Lisboa²⁰, sob a designação «Fábrica de Fiação de Xabregas (CMP 07.59, edifício industrial no Beco dos Toucinheiros n.º 1)». Cremos que pouco há a fazer quanto à sua salvaguarda, apesar desta «distinção».

NOTAS FINAIS

Como tem sido verificado, eram alguns dos principais entraves à industrialização do ramo dos têxteis, em particular no início da década de 1880: (i) a ausência de fontes de financiamento à indústria, obrigando a que se associassem os capitalistas para custear os investimentos e a industrialização do país; (ii) a falta de preparação dos operários, na sua maioria analfabetos e sem qualquer formação técnica para os trabalhos industriais, desta resultando reduzida produtividade; (iii) a reduzida dimensão e capacidade aquisitiva do mercado nacional e, mais tarde, o

²⁰ *Aviso n.º 8391/2015*, de 31 de julho.

retorno quase nulo das operações comerciais com as possessões de África; e (iv) a ausência de matérias-primas no país, ficando as indústrias sujeitas às variações dos mercados internacionais e das taxas alfandegárias²¹.

O presente caso de estudo permite confirmar a implementação de ações de cariz paternalista patronal, na indústria têxtil da segunda metade de Novecentos. São evidentes os esforços para a alfabetização e a atribuição de melhores condições de habitação, reconhecendo-se que o analfabetismo dos operários e a ausência de qualificações técnicas foram obstáculos difíceis de transpor. Não obstante, terá sido de relevante impacto nas suas vidas o ingresso dos menores no internato bem como o acesso a habitação operária salubre.

²¹ Alexandra de Carvalho Antunes, *A Família Anjos. Modelo de Ascensão Social e Económica no Século XIX* (Oeiras: Mazu Press, 2019 (2.^a ed.)), 326.

CAPÍTULO 7

A CARTILHA DO OPERÁRIO DE ALBERTO MONSARAZ E A SOLUÇÃO INTEGRALISTA PARA O MUNDO DO CAPITAL E DO TRABALHO NO ANO DE 1919

Nuno Simões Ferreira¹

¹ Faculdade de Letras de Lisboa, Investigador Integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa. E-mail: nunomgsf@gmail.com

Resumo

A vaga de reivindicações e de sucessivas greves do operariado que se vinham assistindo, juntamente com a atitude benévola do Estado no pós-guerra, fez com que vários patrões sentissem a necessidade de se organizarem para melhor lhes resistir. O resultado imediato da reação patronal, ainda que meramente defensiva, foi o nascimento da Confederação Patronal em novembro de 1919. A Confederação Patronal estava claramente orientada contra o movimento operário. Na *Cartilha do Operário* (1919), embora Alberto de Monsaraz falasse ao operário do equilíbrio social assente na Família, na Propriedade, na Autoridade e na Religião, o seu pensamento dirigia-se à resposta que a Monarquia poderia oferecer à questão social ou o conflito entre Capital e Operariado. A resposta de Alberto de Monsaraz inspirou-se amplamente no pensamento da doutrina social da Igreja, preconizada pelo Papa Leão XIII na sua encíclica *Rerum Novarum* de 1891.

Palavras-chave

Integralismo Lusitano, corporativismo, sindicalismo orgânico.

A *Cartilha do Operário* a nosso ver terá de ser entendida de acordo com a sensibilidade política e o pensamento integralista de Alberto de Monsaraz, que considerava que no período que se estava a viver do pós-guerra, o comunismo seria e apresentar-se-ia como uma séria e severa «ameaça virulenta» que poderia espreitar no horizonte, enquanto a crise económica, financeira e social grassava por toda a Europa, com a inflação disparada, o desemprego a subir, a violência e a agitação incontroláveis.

Para já, o regresso à normalidade ou tentativa de sê-lo, após a assinatura do armistício, ocorrida a 11 de novembro de 1918, parecia complexo a Monsaraz, e até mesmo entravado, por dois motivos: a vaga revolucionária que se alastrou, que refluíu e instalou-se na Rússia e o demoliberalismo confirmado no noroeste europeu ou na Europa rica, perdera parte do seu prestígio.

No entanto, face à recuperação material da Europa e da resolução dos problemas nascidos da guerra, é legítimo que nos interroguemos acerca da possibilidade de estabilização da Europa. Alberto de Monsaraz parece responder, sugerindo outras não menos pertinentes questões: «[...] a Humanidade mudou de rumo, que um vento novo, mais fresco e mais sadio, vai soprar agora à superfície da Terra. Teremos de passar ainda por instantes da agitação do terror, da subversão e de ruína, sublinhados a sangue pela mão da fatalidade? Ou entraremos desde já no século fecundo das reparações e do resgate? É difícil de prever. O Destino tem a palavra»².

Para Monsaraz, era claro e empolgante um aspeto que estava a ocorrer: o refluxo revolucionário da Rússia bolchevique. Efetivamente, o refluxo surgira rapidamente e começara muito antes da vaga revolucionária ter cessado de alastrar, e os movimentos em sentido contrário provocaram, de certo modo, uma efervescência geral.³

Na Alemanha os spartakistas, que haviam fundado recentemente o Partido Comunista Alemão, foram vencidos na «semana sangrenta», entre 6 e 12 de janeiro de 1919, em Berlim, sendo os seus chefes, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg, assassinados. Nas semanas seguintes, a revolução gorava-se, também, no resto da Alemanha. Os combates reavivaram-se em Berlim, na Primavera, mas o movimento revolucionário foi novamente vencido, tal como em diversas cidades, onde se haviam formado «repúblicas dos conselhos», sendo a da Baviera iniciada a 23 de fevereiro e esmagada entre 3 e 5 de maio de 1919.

² Alberto de Monsaraz, “Crónica externa/Rússia – Alemanha - França”, in *A Monarquia*, Ano III, N.º 547 (Lisboa: 12 de setembro de 1919), 1.

³ Na Rússia, apesar de a Revolução de outubro ter catapultado os bolcheviques para o poder, o Congresso dos Sovietes e o Conselho dos Comissários do Povo aprovaram leis revolucionárias, com o objetivo de construir uma sociedade socialista marxista. Era abolida a propriedade privada de terras, fábricas, minas, bancos e outros meios de produção de riqueza, nacionalizados sem direito a indemnizações. A nobreza fundiária e a grande burguesia, depois de perderem o poder político, perdiam também o poder económico. Em outubro de 1918, a vitória dos Aliados sobre as Potências Centrais já não deixava dúvidas nenhumas, mas o Comité Central Executivo Pan-Russo, organismo supremo dos soviets, queria acreditar ou fazer crer que a revolução iria varrer capitalistas e imperialistas tanto nas potências vitoriosas como nas potências vencidas. Enquanto o esperava, contudo, ia apelando à formação de um forte Exército Vermelho para resistir às agressões internas e externas que ameaçavam a Revolução bolchevique.

[...] vemos a Alemanha inteira, desde os operários aos mais graduados chefes militares, tomarem uma atitude de franca irredutibilidade em face do Bolchevismo. Hoje, que já não é urgente erguer esse papão da anarquia aos olhos da Entente para obter dela mais concessões, os princípios de disciplina e ordem retomam o seu antigo significado social e todos se preparam para uma luta sem tréguas e sem mercê às investidas anárquicas. [...] em Berlim o ministro da guerra Noske, prescreve as mais rigorosas medidas de segurança para que os spartakistas não voltem a alargar em sangue as ruas e praças das cidades alemãs⁴.

Em França, o refluxo revolucionário parecia estar a processar-se, aquando das eleições de 1919, que beneficiavam aquele que se apresentava como continuador do espírito da guerra, Clemenceau, figura emblemática de uma coligação centro-direita – o Bloc National, que acabaria por ganhar as eleições legislativas, maioritário na «Câmara azul celeste»:

[...] a França nacionalista, a França patriótica, com Clemenceau à frente e Maurras e Daudet empunhando o velho pendão tradicional, vai defrontar-se, primeiro nas urnas, depois talvez na praça pública, com esses descaracterizados sem classificação social, vaza imunda de todas as nacionalidades, que tanto mais facilmente se avisa lá no fundo, quanto mais pura e translúcida é a alma da Raça, que elas procuram atrair. A vitória não é duvidosa. Essa *câmara ardente* de 1919, como lhe chama Daudet, vai iniciar e continuar durante a sua permanência o resgate coletivo da França, pelo predomínio dos princípios da ordem sobre a anarquia latente, pela extinção definitiva dos partidos políticos ante a Nação organicamente hierarquizada e disciplinada, consciente da sua energia e do seu valor. [...] uma coisa está, sem dúvida, absolutamente prevista e garantida – o aniquilamento do espírito maçónico, que desde 89 de lá irradiou para todos os povos latinos, impedindo-lhes, em nome da seita, o seu desenvolvimento coletivo, histórico e natural⁵.

⁴ Monsaraz, “Crónica externa/Rússia – Alemanha – França”, in *A Monarquia*, 2.

⁵ Monsaraz, “Crónica externa/Rússia – Alemanha – França”, in *A Monarquia*, 2.

De facto, capitalistas e vastos setores da direita conservadora, assustados pelo exemplo da Revolução Russa, recebiam que Portugal pudesse enveredar também por um processo revolucionário. Por isso, não só foram estimular a formação de grupos armados de direita como procuraram o apoio dos militares com vista à formação de um governo forte que defendesse melhor os seus interesses. Portugal, país de economia dependente e atrasada, não deixaria de sofrer ainda mais os efeitos da crise internacional.

Apesar de Afonso Costa, que chefiara a segunda delegação lusa ao Tratado de Paz, ter conseguido obter dos Aliados a concordância para o pagamento por parte da Alemanha de reparações de guerra, numa percentagem apreciável, esse pagamento foi sempre protelado⁶. O descalabro económico facilitou manobras do capital financeiro, num país em que a circulação fiduciária aumentava a todo o momento e a dívida flutuante triplicara depois da guerra. Principal vítima da inflação era a classe média, em que o regime republicano se apoiara. O poder de compra do funcionalismo público baixara consideravelmente, em consequência das crónicas dificuldades orçamentais, agravadas entretanto com as despesas da guerra⁷.

As reivindicações salariais dos sindicatos contribuíram, por seu lado, para a espiral dos preços num ciclo imparável. Eis o testemunho de Alberto de Monsaraz:

⁶ Alberto de Monsaraz indignou-se pelo facto do projeto inicial do Tratado de Paz não precisar devida e justamente o pagamento das indemnizações de guerra da Alemanha aos Aliados, o que na falta deste pagamento arruinaria as já débeis finanças portuguesas.

⁷ Portugal saíra do conflito mundial totalmente arruinado: a dívida provocada pelas despesas de guerra ascendia a dois milhões de contos; os prejuízos económicos provocados pela guerra representavam cerca de 37 a 45,7% da riqueza nacional. Portanto, os encargos contraídos por Portugal durante a I Guerra Mundial eram incompatíveis com as suas possibilidades económico-financeiras. Cerca de 43% do orçamento geral do Estado destinava-se ao pagamento dos encargos da dívida pública. Ver António Sousa Franco, “As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, dir. João Medina, vol. XIV, *A República (III)*, Parte V, *A Economia e as Finanças ou a República Falida* (Alfragide: SAPE, 2004), 357-372. Ver António Telo, “A economia da República”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias (Direção de João Medina)*, vol. XIV, *A República (III)*, Parte V, *A Economia e as Finanças ou a República Falida* (Alfragide: SAPE, 2004), 373-414.

o atual momento político é de sobressaltos e de angústia. Saímos da guerra vitoriosos, é certo, mas tristes e prostrados, com a consciência do dever patriótico rigorosamente cumprido até ao fim, reconfortados sob o ponto de vista moral, mas sob o aspeto material, o aspeto económico e financeiro, mais pobres do que dantes. Seria necessário trabalhar muito, trabalhar constantemente, numa faina incansável, dia a dia, para ganharmos de novo, com o suor do nosso rosto, pelo esforço próprio que nobilita e engrandece, aquela gloriosa situação entre os povos da terra, que já tivemos e deixámos perder.

Não parece compreendê-lo assim o operariado português. Em país nenhum do mundo o espírito sectário, antipatriótico e antinacional, está mais fundamente radicado na alma das massas proletárias⁸.

Monsaraz esteve completamente ausente da atividade e propaganda políticas ativas devido a estar há nove meses hospitalizado. Mas não deixava de advertir que, em caso de

[...] desnorteamento e os maus conselhos, [...] conduzirem os operários portugueses a uma tentativa hedionda de subversão nacional e social, pode contar o governo desta terra com o nosso esforço patriótico, com aquele espírito de sacrificio que já tantas vezes temos revelado na defesa dos nossos ideais, para que todos juntos, monárquicos e republicanos, possamos proteger a Pátria contra os sem Pátria e a civilização latina contra os novos bárbaros que a ameaçam.⁹

O governo revelava-se incapaz de travar o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade e de evitar a deterioração das condições de sobrevivência. O operariado agitava-se e os movimentos grevistas, determinados quase exclusivamente pela necessidade de elevar os vencimentos, agravavam a instabilidade política. As greves

⁸ Alberto de Monsaraz, “Na hora incerta...”, in *A Monarquia*, Ano III, N.º 572, (Lisboa, 11 de outubro de 1919), 1.

⁹ Monsaraz, “Na hora incerta”, in *A Monarquia*, 1.

sucediam-se, e nos períodos mais difíceis, desencadeavam mesmo confrontos violentos e assaltos coletivos a lojas e a armazéns de produtos de primeira necessidade. Alguns grupos sobretudo anarquistas recorriam frequentemente a atentados que lançavam o pânico na população.

António Ventura observa relativamente às insistentes sugestões de vários setores do movimento operário para que a organização fosse reforçada, a realização do II Congresso Operário, em Coimbra, a 13 de setembro de 1919, onde foi constituída a Confederação Geral do Trabalho, que marcou igualmente a ascensão dos anarcossindicalistas à direção do movimento operário português, embora em colaboração com os sindicalistas revolucionários.

[...] Constituíram-se nessa altura alguns grupos simpatizantes com a Rússia soviética, o mais importante dos quais foi a Federação Maximalista Portuguesa com o seu órgão de imprensa, Bandeira Vermelha; mas o clima de confusão ideológica e deficiente informação sobre os acontecimentos naquele país e sobre a natureza do estado que ali se construía possibilitou uma certa convivência entre «comunistas» – as aspas são intencionais – e anarcossindicalistas da C.G.T.¹⁰.

É, ainda, oportuno acrescentar que a vaga de reivindicações que se vinham assistindo, juntamente com a atitude benévola do Estado no pós-guerra, fez com que vários patrões sentissem a necessidade de se organizarem para melhor lhes resistir. Um dos maiores estímulos neste processo foi a aprovação da lei das 8 horas de trabalho em 1919, que estaria na origem dos primeiros confrontos de envergadura. O resultado imediato da reação patronal, ainda que meramente defensiva, foi o nascimento da Confederação Patronal em novembro de 1919, como uma tentativa de organização nacional e geral do patronato. A Confederação Patronal estava claramente orientada contra o movimento operário.

Nestas condições, não se estranhará que se comesse a assistir a um progressivo fracionamento no campo dos defensores de um regime

¹⁰ António Ventura, “O Operariado e a República”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias (Direção de João Medina)*, vol. XIV, *A República (III)*, Parte V, *A Economia e as Finanças ou a República Falida* (Alfragide: SAPE, 2004), 317.

demoliberal e ao reforço dos extremos do leque político, de um lado, o movimento anarcossindicalista e a Confederação Geral do Trabalho, formada em 1919 e do outro, os católicos conservadores do Centro Católico e os monárquicos do Integralismo Lusitano. Alberto de Monsaraz deixa entrever na correspondência com António Sardinha, que tinha esperança de vir a influenciar decisivamente os ventos que sopravam conturbadamente, «[...] creio bem que o operariado português, desiludido da questão revolucionária, virá francamente colocar-se ao nosso lado. É só possível que triunfemos muito mais depressa do que seria para supor e até mesmo para desejar»¹¹.

Alberto de Monsaraz já na sua *Cartilha Monárquica* (1916) em termos de arregimentação do operariado para a solução corporativa referira sugestivamente o seguinte: «[...] esta organização (corporativa), tendendo apenas aos fins económicos e morais dos agregados, evita as quimeras socialistas e encontra-se na mesma aspiração do sindicalismo atual que por falta de direção e unidade, tem caído em excessos que são o contrário do sindicalismo bem entendido»¹².

No contexto histórico do pós-guerra surgiu no espetro político-social e de forma nítida o processo das pré-condições emergentes que contribuíram para a ascensão ao poder dos regimes fascistas nos países da periferia europeia, onde se encontra Portugal,¹³ a saber: o refluxo geral do movimento operário; uma crise económica que pressionava as classes dominantes das economias mais débeis ou mais debilitadas para soluções radicais contra o operariado organizado e o demoliberalismo, seduzidas pelo culto da violência evidenciado pelos movimentos fascistas para atingir os seus fins; e, a rendição de grande parte do

¹¹ Lisboa, Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, Espólio de António de António Sardinha, 1920 (24 de agosto), Paris, Victoria Palace-Hotel, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 86.

¹² Alberto de Monsaraz, *Cartilha Monárquica* (Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916), 24.

¹³ Sobre a relação entre Fascismo e a realidade diversa dos países europeus, João Medina alude ao seguinte: “[...] the different national psychologies, and the different stages of capitalism and industry explain the specific differences between the various European Fascisms”. João Medina, “European Fascism: a conceptual synthesis”, in *Separata da Revista Clio*, Nova Série, vol. I (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1996), 155.

liberalismo conservador à aliança contrarrevolucionária, como condição essencial¹⁴.

[...] Esse processo de fascistização unia, num regime antiliberal, antidemocrático e antissocialista de novo tipo a velha direita nacional-corporativa, os novos movimentos fascistas e largos setores da direita liberal. Os fascismos enquanto regimes, em quase todos os países da periferia europeia, e na Alemanha empurrada por ela pela derrota e pelo Tratado de Versalhes, seriam o fruto dessa aliança, de pesos e correlações diferentes em cada um, entre direitas oligárquicas e o aríete fascista¹⁵.

No campo das direitas radicais portuguesas antes do 25 de abril de 1974, o Integralismo Lusitano apresentou-se como sendo a árvore frondosa que acabaria por inspirar e influenciar o «[...] Salazarismo [...] como [...] uma espécie de regime de «“Integralismo republicano”»¹⁶.

Alberto de Monsaraz aproveitando o «terror» ocasionado pelo impacto do pós-guerra e pelos acontecimentos internacionais, que atingiram sensivelmente as classes conservadoras, publicou *a Cartilha do Operário*, onde atacou simultaneamente a desordem e a anarquia no quotidiano, conquistando as boas graças conservadoras.

Na *Cartilha do Operário*¹⁷, embora Alberto de Monsaraz falasse ao operário do equilíbrio social assente na Família, na Propriedade, na

¹⁴ Fernando Rosas, “O Corporativismo enquanto categoria histórica”, in *Estudos do Século XX*, número 16 (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016), 22.

¹⁵ Rosas, “O Corporativismo enquanto categoria histórica”, 22.

¹⁶ João Medina, “António Sardinha, anti-semita”, in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre* (Diretor António Ventura, N.º 2 (Nova Série), (Portalegre: Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, julho/dezembro 1988), 48.

Num outro estudo, João Medina refere que “o Integralismo Lusitano, bem vistas as coisas, transformou-se na ideologia oficial do 'Estado Novo' salazarista, uma vez expurgada da sua tineta monárquica fundamental – ou seja, desde que os seus sequazes se conformassem com o pequeno pormenor, aliás capital, de que nunca haveria rei nesta República de monárquicos... [...] a verdade é que a doutrina e a ação integralista serviram de base jurídica, metafísica e até concreta a partir da qual se alicerçou o 'Estado Novo’”. *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias (Direção de João Medina)*, vol. XV, *O «Estado Novo» (I), O Ditador e a Ditadura*, Parte I, *O Ditador* (Alfragide: SAPE, 2004), 394-396.

¹⁷ Alberto de Monsaraz, *Cartilha do Operário* (Lisboa: Tipografia Soares & Guedes, 1919).

Autoridade e na Religião, o seu pensamento dirigia-se à resposta que a Monarquia poderia oferecer à questão social ou ao conflito entre Capital e Operariado. Deste modo, Monsaraz procurou intervir de maneira teórica nas reivindicações proletárias, bem como delimitá-las e, sem nunca perder de vista a atração dos operários portugueses:

[...] e assim morrendo de fome, enquanto há ambiciosos que enriquecem à custa do seu suor, como não há-de o proletário revoltar-se reclamando a sua parte no festim? Evidentemente o seu protesto é justo. Mas são justas também as suas ambições, os seus intuits revolucionários, os seus sonhos duma remodelação social que derrube de vez o que ainda resta do mundo antigo?. Não!. Essas não são justas¹⁸.

À semelhança da visão elitista integralista da sociedade, Monsaraz nutria igualmente a sua perspectiva elitista do operariado, que poderia protestar contra as condições de trabalho e a exploração da mão de obra, todavia, não lhe seria lícita a iniciativa de encontrar fórmulas e/ou soluções para retirá-lo da inerente condição laboriosa de proletariado urbano.

O operariado seria disciplinado, organizado, fiel à hierarquia sindical orgânica, sendo encabeçada pelo rei: «[...] certamente, a Monarquia precisa reorganizar o trabalho em todas as suas modalidades, mas para isso é necessário que o operariado se abstenha de ideias avançadas, para só pensar na sua organização profissional»¹⁹.

Na visão de Monsaraz só a representação técnica especializada poderia corresponder à considerada «verdade» dos interesses,

os corpos profissionais intervêm pelos seus legítimos representantes na vida económica nacional, guardado o respeito devido à coordenação dos interesses das outras classes, a qual pertence ao Rei e ao Governo.

¹⁸ Monsaraz, *Cartilha do Operário*, 5.

¹⁹ Monsaraz, *Cartilha do Operário*, 26.

[...] A especialização do mandato efetiva as responsabilidades, individualizando-as em cada delegado diante da classe a que pertence.²⁰

No modelo que os integralistas apregoavam, de uma monarquia integral, o corporativismo desempenhava um papel deveras importante, por ser a estrutura de combate, pela imposição de uma nova disciplina social (não só baseada nos bens materiais, mas sobretudo no mérito e no prestígio) e, por ser uma arregimentação das classes trabalhadoras e populares na projeção da totalidade social. Assim sendo, no entendimento de Monsaraz a hierarquia das competências passaria pela organização das classes, devendo cada classe cuidar do seu respetivo interesse e cada indivíduo do interesse da sua classe. «[...] em Monarquia cada qual cuida dos assuntos para que está habilitado. Para os altos cargos da administração facilmente o Rei se informa da capacidade de quem melhor possa servi-los, verificando-se deste modo que na Monarquia a competência é a lei das preferências»²¹.

Monsaraz assinalava no ano de 1916 que a Monarquia surgia no horizonte social como a organizadora das classes em regime corporativo, «a Monarquia propõe o estabelecimento do régimen corporativo para as profissões e misteres. Os diferentes ofícios, organizados por associações, formam sindicatos e estes por sua vez constituem federações, competindo-lhes a direção superior dos interesses da respetiva classe e a representação no conjunto político».²²

Na *Cartilha do Operário*, Monsaraz evidenciou os dois pilares da conceção corporativa: organização do sector produtivo (empresa e oficina) e a organização sindical, que pressupunha o sindicato misto, regulamentado pelo contrato coletivo do trabalho, evitando, assim, possíveis esmagamentos dos mais débeis, que eram sempre os operários. «A Monarquia reconhece [...] e considera como primeiro tipo de corporação a proteger e estimular, a associação integral de patrões e operários, dentro da qual se possa dizer resolvido o problema da paz social»²³.

²⁰ Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, 26.

²¹ Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, 28.

²² Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, 24.

²³ Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, 24.

A proposta integralista de sindicatos mistos baseou-se na teoria do Papa Leão XIII, que defendia a formação de associações de socorros mútuos, de patronatos, de corporações operárias, destinadas ao aperfeiçoamento intelectual e moral dos trabalhadores, na sua defesa contra a miséria e o desemprego. Leão XIII sugeria o corporativismo, ao pugnar pela necessidade de unir patrões e operários em sindicatos mistos ou corporações.

A resposta de Alberto de Monsaraz inspirou-se amplamente no pensamento da Doutrina Social da Igreja, preconizada pelo Papa Leão XIII na sua encíclica *Rerum Novarum* de 1891. A Doutrina Social da Igreja afigurava-se ao entendimento integralista como um caminho orientador da sociedade para a realização da felicidade, através da explicitação da lei natural, que era o fundamento das relações sociais.

A Monarquia salvaguardava os interesses dos operários, apoiados pelos seus órgãos económicos: Empresa, Oficina e Sindicato.

A Empresa definia como grupos de indivíduos que operavam em qualquer ramo produtivo. A Empresa podia ser individual ou coletiva, devendo ser organizada de forma a garantir ao operariado não ser explorado em função da obtenção dos lucros, em criar uma legislação social da Empresa que concedesse aos operários possibilidades para o seu desenvolvimento material e espiritual e impedindo a entrada de ambiciosos que só queriam enriquecer.

A Oficina era uma organização vital para a boa regulamentação do trabalho, e seria simultaneamente o ponto de partida para o aperfeiçoamento profissional do operariado. Cada Oficina seria estabelecida por uma organização profissional, e um pilar para a formação do Sindicalismo Orgânico, uma das bases inevitáveis da Monarquia integralista.

O Sindicato seria autónomo, regulado produtivamente em relação à utilidade social e à harmonização das pretensões entre os operários e os patrões. Essa harmonização concretizar-se-ia no contrato coletivo de trabalho:

[...] assim, tem de ser organizado o Trabalho de forma a que entre patrões e operários volte a existir a mesma cooperação e as mesmas relações amistosas. O capital é necessário para desenvolver a indústria. O trabalho é necessário para produzir. De forma que entre um e outro há uma comunidade de funções. Um sem outro nada é.

Os dois juntos constituem duas modalidades do mesmo todo, absolutamente necessário ao bom andamento da produção²⁴.

Ao Sindicato competia a fixação de preços dos produtos, tendo em vista desativar a lei republicana da livre-concorrência. Com esta medida económica, o consumidor lucraria muito mais, pois, a concorrência só se faria sentir na qualidade dos produtos.

A organização operária suportava a criação de sindicatos de produção, como meio de assegurar a sua liberdade do jugo esmagador do capital e do lucro. Enquanto, que as relações entre Capital e Trabalho deveriam ser pautadas pela organização profissional sob a forma de sindicatos mistos entre operários e patrões.

Os sindicatos mistos teriam em conta o carácter social da produção, que estaria ao serviço das necessidades consumidoras da sociedade, e pelo carácter cristão da produção, de forma a garantir uma moral equilibrada entre o lucro e o trabalho, impedir a usura de uns e a inveja de outros, apresentar os verdadeiros deveres e direitos.

Portanto, a designada doutrina social da Igreja mais a concepção da «teoria dos corpos intermédios sociais» marcaram a visão dos integralistas relativamente à representação social e ao modelo socioeconómico. Assim, na relação entre Estado e Sociedade deveriam existir os corpos intermédios que mediassem o entendimento entre estas duas entidades, tais como: famílias, sindicatos, corporações, grêmios, municípios, entre outros.

Em suma, o pensamento de Alberto de Monsaraz insere-se perfeitamente na ideologia do Integralismo Lusitano, pugnando ambos pela estabilidade social, pelo elogio da ruralidade em face da perversão urbana marcada pela industrialização e pelo cosmopolitismo, e representação corporativa dos núcleos tradicionais: família, município, profissões, sindicatos e corporações.

Ao capitalismo demoliberal e burguês, o corporativismo. Ao sindicalismo revolucionário, bolchevique e socialista, o sindicalismo orgânico.

Para cimentar a unidade proclamada e ansiada, Monsaraz e o Integralismo Lusitano apoiaram as seguintes medidas: corporações, como forma de impor a união das classes e resolver a questão social; o

²⁴ Monsaraz, *Cartilha do Operário*, 32.

predomínio a conferir a nível económico à agricultura e à província, consideradas como berço das virtudes da «raça», às quais se opunham as cidades e as indústrias.

A profunda desconfiança em relação à sociedade burguesa e capitalista era uma tónica do ideário integralista, sobretudo agravada pela institucionalização da sociedade demoliberal republicana. Acusavam-na de ser a responsável pela sobre-exploração operária, pela usura desenfreada, pelo capital especulativo e pelo peso conferido à burguesia no tecido da sociedade industrial.

CAPÍTULO 8

«PARA LUTA É PRECISO SER INSTRUÍDO». A
IDEOLOGIA E O MOVIMENTO OPERÁRIO NA
UNIVERSIDADE POPULAR DE SETÚBAL - 1.^a
REPÚBLICA E O ADVENTO DO ESTADO NOVO

Ana Campos¹

Resumo

O presente artigo procura perceber de que forma é que o movimento anarquista português influenciou o movimento operário nacional, com vista à sua formação intelectual, partindo do estudo de caso da Universidade Popular Portuguesa (U.P.P.) de Setúbal. Apresentamos esta secção como o concretizar, à escala local, das relações pretendidas pela U.P.P. e os trabalhadores do país. Relevamos, ainda, o papel do sindicalismo em todas estas dinâmicas, com particular destaque para o papel da Confederação Geral do Trabalho. Por fim, tentou-se analisar o impacto que a fundação do Partido Comunista Português teve no movimento anarquista do país, com a disputa da influência ideológica dos trabalhadores e dos sindicatos.

Palavras-chave

Setúbal, anarquismo, movimento operário.

Este trabalho procurou analisar a secção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa (U.P.P.). Porém, esta foi apenas uma primeira camada da investigação, uma vez que tal nos permitiu perceber a relação entre o anarquismo e o movimento operário, qual foi a participação libertária e anarcossindicalista nas dinâmicas de Setúbal, e de que forma é que o anarquismo setubalense e a secção da U.P.P. da cidade se relacionaram e interligaram.

Sendo o anarquismo a ideologia dominante no Movimento Sindical, durante toda a Primeira República, com o sindicalismo como veículo prestigiado de acesso ao Movimento Operário e à disseminação dos ideais anarquistas, explica-se a valorização da autoeducação, não apenas pelo seu valor intrínseco, mas como um dos pilares do

¹ IHC-NOVA/FCSH. E-mail: acampos542@gmail.com

anarquismo português que mais contribuiu para estas dinâmicas. Esta deveria ser anticlerical, antiautoritária² e racionalista (em oposição aos cânones religiosos), e deveria cultivar os valores da preservação da

natureza, da igualdade, da liberdade e da emancipação³. Tal levaria, idealmente, ao aperfeiçoamento da sociedade pelos próprios indivíduos, tornando obsoleta qualquer entidade externa à regulação natural da sociedade e, portanto, à anarquia⁴.

Setúbal surge, pois, como um dos principais focos do anarquismo português, à época, sendo a cidade designada como a «Barcelona Portuguesa». Tal explica-se por vários fatores, a saber, o enorme crescimento demográfico e industrial durante a primeira metade do século XX, intensificado na década de 1930, com a construção do Porto de Setúbal⁵; a concentração e o fechamento sobre si próprio do corpo laboral, aliado a uma muito baixa mobilidade social, que perpetuou atividades e ofícios ao longo de gerações⁶; a íntima relação dos setubalenses com o movimento associativo, particularmente com as associações de classe e sindicatos, que garantiu a disseminação da instrução popular e dos ideais anarquistas, de acordo com as orientações da própria CGT⁷; condições sociais, como o analfabetismo, o alcoolismo, a tuberculose, a pobreza generalizada e os problemas de abastecimento resultantes da I Guerra Mundial, a par do deteriorar de infraestruturas de transportes e da apropriação de bens e da produção

² Maria Filomena Mónica, “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX” *Análise Social* vol. XVI, no. 63 (2008): 500.

³ António Candeias, “Movimento operário português e educação (1900-1926)”, in *Análise Psicológica* II (1), (1981): 47.

⁴ ICS, AHS, *Espólio Pinto Quartim*, Série B, Item 7.

⁵ Albérico Afonso Costa, “*O Germinal*, um roteiro acrata para a revolução social”, in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, vol. 1. ed. FCSH (Lisboa: IHC FCSH-UNL, 2013), 8.

⁶ Joana Dias Pereira, “Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo da península de Setúbal”, in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, vol. 1. ed. FCSH (Lisboa: IHC FCSH-UNL, 2013), 269.

⁷ BNL, AHS, *Núcleo Augusto Ferreira*, Caixa 1, Artigo do jornal *A Batalha*, 16 de agosto de 1925.

pelos grandes proprietários⁸. Não obstante, o confronto entre a cidade e a I República era anterior ao conflito, tendo sido iniciado logo em 1911, aquando dos «Fuzilamentos de Setúbal», e sendo sempre alimentado pela corrente anarquista, que incentivava a luta operária e a defesa das capacidades dos trabalhadores, sempre com vista a um objetivo emancipador.

A conjugação destes elementos fez com que Setúbal se tornasse na terceira cidade com maior número de organizações libertárias no país, muitas associadas a sindicatos e associações de classe (sendo, apenas, ultrapassada por Lisboa e Porto)⁹ e, portanto, uma escolha fácil para a expansão da U.P.P., reunindo todos os requisitos e condições favoráveis ao sucesso das suas atividades.

É de referir que a Educação Popular, em geral, e a U.P.P., em particular, favoreciam a imagem da República, então ainda recentemente instaurada, junto do Movimento Operário, com o objetivo de dotar os trabalhadores de uma formação que lhes permitisse entender o novo regime. Ora, sendo a classe operária um dos grupos mais importantes para a legitimação do novo regime¹⁰, o favorecimento da sua imagem através da ação da U.P.P. poderia contribuir para uma maior coesão social, elemento essencial para a continuação do republicanismo e o sucesso dos seus ideais¹¹. Por outro lado, a via sindical era, pois, a que garantia mais fácil acesso aos trabalhadores, sendo também, do ponto de vista dos sindicatos, uma oportunidade para colocar em discussão os problemas considerados prioritários, a saber, a exploração dos trabalhadores, e para a transmissão eficaz de ideologias revolucionárias¹². Na verdade, já em 1921, a Confederação Geral de Trabalhadores (C.G.T.) tinha mostrado interesse em colaborar com a

⁸ Diogo Ferreira, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial* (Setúbal: Estuário, 2017), 93.

⁹ Carlos da Fonseca, *Para uma análise do movimento libertário e da sua história* (Lisboa: Edições Antígona, 1988), 40.

¹⁰ Maria Gabriela dos Santos Lourenço, *Ideia(s) e Movimento(s): sindicalismo libertário e educação* (Lisboa: UL-IE, 2015), 17

¹¹ Joaquim Pintassilgo, “Experiências republicanas e intervenções educativas: o exemplo da I República Portuguesa (1910-1926)”, in *História e historiografia da educação ibero-americana: projetos, sujeitos e práticas*, ed. Quartet-Faper-SHBE (Rio de Janeiro: Quartet-Faper-SHBE, 2012), 1-2.

¹² ICS, AHS, *Espólio Pinto Quartin*, Série B, Item 390.

U.P.P. no sentido da sua expansão, considerando-a uma boa escolha para a educação do operariado, que deveria estar organizado por classes, em sindicatos ligados à sua organização¹³.

Desta forma, a escolha das instalações da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar (A.C.T.M.), em 1922 (com trabalhos iniciados apenas em 1924) para a sede da secção de Setúbal não foi arbitrária, indo de encontro a estas lógicas e representando o concretizar dos interesses comuns a todas as partes envolvidas. Esta era uma das principais organizações de trabalhadores da cidade, tendo, inclusivamente, recebido o Congresso dos Trabalhadores Marítimos, em 1914, acolhido cursos abertos de esperanto e dando lugar a uma escola primária para os filhos dos seus associados¹⁴. A A.C.T.M foi exemplo, então, de uma sinergia de interesses: enquanto a U.P.P. formava intelectualmente os trabalhadores, o que possibilitaria uma resistência política mais consistente, os sindicatos, ou associações de classe, forneciam um espaço físico, mas também social, com a legitimação da sua causa. Todas estas dinâmicas caminhariam para a tão desejada Revolução Social, de carácter fundamentalmente emancipador, devendo subverter as relações de poder e reforçar o papel económico-social das classes trabalhadoras¹⁵, garantindo a legitimação duradoura dos ideais laicos e republicanos.

Apesar de os conferencistas convidados se posicionarem em vários quadrantes políticos, é claro que a esmagadora maioria era militante anarquista. Muitos eram naturais de outros pontos do país, embora estivessem frequentemente ligados às atividades da U.P.P. pertencendo vários, inclusivamente, ao corpo dirigente da instituição. Destes, destacamos os nomes de Augusto Carlos Rodrigues¹⁶, César Porto¹⁷,

¹³ Filomena Bandeira, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20: Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, vol 1, (Lisboa: FCSH-UNL, 1994), 84.

¹⁴ BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Carta a Edgar Rodrigues, Cova da Piedade, 24 de Maio de 1974.

¹⁵ ICS, AHS, *Espólio Pinto Quartim*, Série B, Item 7.

¹⁶ BNL, AHS, *Núcleo Adriano Botelho*, Caixa 6, Biografia de Augusto Carlos Rodrigues por Adriano Botelho, sem data.

¹⁷ BNL, AHS, *Núcleo Adriano Botelho*, Caixa 6, Biografia de César Porto por Adriano Botelho, sem data.

José Carlos de Sousa¹⁸ e Emídio Santana¹⁹. Maior é o número de militantes naturais da cidade, envolvidos nestas dinâmicas, não podendo

esquecer Lino de Andrade²⁰, José Jorge da Silva²¹, António Augusto das Neves²², António Augusto Quaresma²³ e Jorge Quaresma²⁴.

Numa última vertente desta análise, procurou-se perceber como é que todas estas realidades se integraram nas dinâmicas políticas do início do século XX, com destaque para a fundação do Partido Comunista Português (P.C.P.) e o advento, e consequente embate, das Ditaduras, em 1926 e 1933.

A década de 1920, em particular na cidade de Setúbal, foi palco de duas dinâmicas que interessa destacar: por um lado, a escalada de tensões sociais resultantes dos anos seguintes à participação portuguesa na I Guerra Mundial, com constantes surtos grevistas concentrados na área urbana da cidade, concretamente na Praça do Bocage e na Avenida Luísa Todí, e com uma forte intrusão anarquista nos corpos dirigentes dos sindicatos e associações de classe; por outro, o auge máximo da atividade reivindicativa do movimento operário português e, consequentemente, do anarcossindicalismo.

Não obstante, a fundação do P.C.P., em 1921, resultante da Federação Maximalista Portuguesa, de 1919, foi o mais profundo golpe dado ao anarquismo português, uma vez que, estando ambas as linhas ideológicas ligadas às causas dos trabalhadores, seria necessária a

¹⁸ BNL, AHS, *Núcleo Adriano Botelho*, Caixa 6, Biografia de J.C. de Sousa por Adriano Botelho, sem data.

¹⁹ BNL, AHS, *Núcleo Outros Militantes*, Caixa 57, Carta de Raúl Elias Adão a Emídio Santana, Setúbal, 1/12/1931.

²⁰ BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

²¹ BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Biografia de José Jorge da Silva por Jorge Quaresma, sem data.

²² BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Biografia de António Augusto das Neves por Jorge Quaresma, sem data.

²³ BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Biografia de António Augusto Quaresma por Jorge Quaresma, sem data.

²⁴ BNS, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Autobiografia de Jorge Quaresma em resposta a inquérito aplicado por João Freire, sem data.

partilha ou a competição pelo movimento operário, enquanto base social de apoio, criando-se cisões internas, com a viragem de militantes do anarcossindicalismo para o comunismo, casos dos quais destacamos o de Carlos Rates, que veio a ser o primeiro secretário-geral do P.C.P.. O confronto entre estas duas correntes explica-se por vários fatores: o confronto, dentro da C.G.T. até 1925, ano em que os comunistas abandonaram a Confederação; a defesa de objetivos, modelos de sociedade e táticas de ação diferentes; a hegemonia do anarcossindicalismo junto do operariado português, sendo que ambas

necessitavam de a garantir, de forma a ter uma base social de apoio sólida; o facto de a simples existência do P.C.P. pôr em causa a preponderância ideológica do anarquismo junto dos trabalhadores; a percepção de traição ideológica e de camaradagem dos militantes agora comunistas; o facto de os comunistas considerarem que os anarquistas estavam relegados a uma posição de apatia face aos acontecimentos nacionais, resultante do sectarismo e da desadequação dos seus sindicatos²⁵.

No entanto, a U.P.P. de Setúbal surge aqui, a nosso ver, como um fator conciliador, espelhado no envolvimento de figuras como Bento de Jesus Caraça e Avelino Cunhal²⁶, ambos oriundos do republicanismo, simpatizantes do comunismo, considerados *compagnons de route*, e que contribuíram para uma instituição dominada, em grande parte, por figuras do anarquismo português. Bento de Jesus Caraça estaria presente na secção de Setúbal em 1931, como conferencista, trabalhando em conjunto com Cunhal²⁷.

É, ainda, de ressaltar a importância das organizações intersindicais para a organização do ativismo operário, com foco para o papel da C.G.T., mas também de grupos ligados à Seara Nova, principalmente a

²⁵ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol.1: “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941), (Lisboa: Temas e Debates, 1999), 165.

²⁶ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol.1: “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941), (Lisboa: Temas e Debates, 1999), 15.

Bento de Jesus Caraça. *A Cultura Integral do Indivíduo*, (Lisboa: Pelouro da Educação e da Juventude da Câmara Municipal, 1995), 8.

²⁷ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol.1: “Daniel”, o Jovem Revolucionário (1913-1941), (Lisboa: Temas e Debates, 1999), 15.

partir de 1926, cujos membros viram as suas expectativas em torno da recuperação da estabilidade nacional e de regeneração da própria República defraudadas, após a derrota no movimento reviralthista (no qual, diga-se de passagem, as duas correntes encontraram uma causa comum, apesar da classificação errónea de vários anarquistas como comunistas²⁸) e o avanço da Ditadura Militar. A contestação foi feita através dos métodos comuns (principalmente a greve) e foi rapidamente silenciada, o que desencadeou uma intensa produção clandestina de informação e panfletismo opositor ao golpe e à Ditadura Militar.

O embate com as Ditaduras, tanto dos flancos comunistas, como dos anarquistas, não foi, porém, uma novidade, tendo, já, antecedentes na década de 1920, com o aumento progressivo das medidas e ações de repressão, prisões e exílios, de que, em Setúbal, vão ser exemplo João Maria Major e Jorge Quaresma, figuras de destaque do anarquismo da cidade. Tal culmina na instauração de um sistema de repressão comum a qualquer ditadura e, em 1927, no sufocar da C.G.T., com a proibição do direito de associação. A maior parte destas prisões aconteceu sem direito a defesa ou, em alguns casos, sequer a julgamento. Apesar de alguns conseguirem reiniciar a sua vida na clandestinidade, não se pode dizer que tal foi o padrão, sendo os movimentos opositores, guiados pelas linhas soviética ou da Espanha revolucionária, largamente esvaziados²⁹.

As greves de 1931 e 1932 seriam o pico das tensões entre anarquistas e comunistas³⁰: ao mesmo tempo que a secção setubalense do P.C.P. assume e apoia a greve, a C.G.T. tem uma posição semelhante, participando na organização das paralisações laborais e nas negociações com o Regime. Tal significou não só a afirmação do comunismo no campo da luta operária, como a morte da hegemonia anarquista na cidade, com a prisão de vários anarquistas que se haviam destacado em

²⁸ Luís Farinha, *O Reviraltho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 36.

²⁹ Luís Farinha, *O Reviraltho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 200.

³⁰ Albérico Afonso Costa, *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*, (Setúbal: IPS, ESE, CMS, 2014), 75.

atividades políticas na cidade, particularmente membros da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, sendo figuras ativas nas dinâmicas da U.P.P.. Deles destacamos Xico Cagarrão, Francisco Franco, João Atanásio e Jaime Rebelo, que ficaria, mais tarde, conhecido como o «Homem da Boca Cerrada»³¹. Paralelamente, a Associação de Classe passaria a ser alvo de controlo e repressão policial³², tal como a maior parte das organizações laborais da cidade. Estas greves, iniciadas em Setúbal, pelos trabalhadores marítimos, insurgiam-se contra os despedimentos ou suspensões de trabalho, a descida contínua dos salários e o incumprimento dos horários laborais estabelecidos.

A resposta setubalense seria, no entanto, letárgica³³, facto explicado pelo cansaço dos trabalhadores, associado à falta de ânimo e à ausência física dos elementos que, habitualmente, dariam força às contestações. Tal abriu espaço às prisões e encerramento de espaços de convívio de militantes, o que favoreceu o patronato, que aproveitou o esgotamento dos trabalhadores e do movimento libertário para deteriorar, no geral, o contexto laboral setubalense.

A publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, em 1934, seria, pois, a última machadada no movimento anarquista português, no geral, e setubalense, em particular, com o fim do sindicalismo livre, no artigo 20.º, e a proibição de organizações internacionalistas, no artigo 10.º, enterrando qualquer possibilidade de retorno da C.G.T., bem como da criação de alguma organização sua congénere³⁴.

Assim, em conclusão, todas estas dinâmicas representavam um inimigo para as Ditaduras que se afirmaram uma vez que: o sindicalismo poderia, idealmente, combater as más condições de vida e a alienação do operariado; a desalienação dos trabalhadores e a Educação Popular dificultariam a sua manipulação pelo patronato; a secção de Setúbal da U.P.P. representava um novo espaço de sociabilidade, que fugia ao controlo das Ditaduras até à década de 1930, durante a qual passou a funcionar nas instalações da Sociedade Promotora de Educação Popular,

³¹ Sobre Jaime Rebelo, ver: Luísa Tiago de Oliveira, “Setúbal Libertária. Cinco Passos ao Encontro de João Freire”, in *Anarquismo, Trabalho e Sociedade - Livro em Homenagem a João Freire*, ed. Almedina (Coimbra: Almedina, 2017), 541-551.

³² BNL, AHS, *Núcleo Jorge Quaresma*, Caixa 22, Biografia de Lino de Andrade por Jorge Quaresma, sem data.

³³ Albérico Afonso Costa, *Setúbal sob a Ditadura Militar: 1926-1933*, (Setúbal: IPS, ESE, CMS, 2014), 61.

³⁴ Decreto-Lei n.º 23050, Diário do Governo n.º 217/1933, I Série, 23 de Setembro de 1933.

em consequência do encerramento da A.C.T.M.. Não restarão dúvidas de que, do ponto de vista da Ditadura, a U.P.P. de Setúbal significaria, sempre, um foco de oposição e resistência à limitação dos direitos e liberdades individuais e de pensamento. Nessa linha, o Estatuto do Trabalho Nacional significaria, apenas, o terminar de uma obra de já longa construção, por um Estado Novo apostado numa nação analfabeta.

CAPÍTULO 9

SOB O FUMO DAS CHAMINÉS: O GRUPO DESPORTIVO «OS FÓSFOROS» E O FUTEBOL DE FÁBRICA (1920-1946)

João Santana da Silva¹

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). E-mail: silva.joaocarlos@hotmail.com

Resumo

A criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1935, institucionalizou uma intervenção direta do Estado no lazer e nos tempos livres dos trabalhadores portugueses. Porém, esta intromissão das estruturas de poder iniciou-se muito antes, com a criação de grupos desportivos para os trabalhadores com apoio ou por iniciativa dos patrões. No período da sua popularização, era sobretudo o futebol a modalidade eleita nestas agremiações. A partir do exemplo do Grupo Desportivo «Os Fósforos», criado em 1920 (e extinto em 1946 para criação do Clube Oriental de Lisboa) para recreação dos operários da fábrica da Companhia Portuguesa de Fósforos, no Beato (Lisboa), analisaremos o desenvolvimento do desporto corporativo em Portugal e de que modo os trabalhadores, quadros superiores e administradores das empresas se envolviam com esses clubes. Procuramos, assim, avançar questões sobre a integração dos trabalhadores na «família» laboral, eventualmente substituindo outras identificações sociais e políticas.

Palavras-chave

História do futebol, desporto corporativo, trabalhadores fabris.

INTRODUÇÃO

Falar do futebol nas fábricas é falar da popularização de uma modalidade que, no caso de Lisboa, sobretudo a partir da criação da Associação de Futebol de Lisboa (AFL), da calendarização e intensificação das partidas e da expansão da modalidade aos pequenos bairros, fugiu em muito ao controlo pretendido por patrões, pelo Estado e pelos próprios órgãos associativos ou reguladores do desporto. Estes procuravam, por outro lado, reger a prática desportiva segundo valores morais mais virados para a educação física e a expansão das práticas higiénicas a outras classes, particularmente ao operariado. Com assinalara Richard Hoggart em relação à classe trabalhadora inglesa, os homens admiravam sobretudo qualidades como força, velocidade e

«manha» em atletas que conheciam pelo nome, sendo-lhes indiferente o lema da «mente sã em corpo sã»².

O estudo da questão tem-se orientado muito para o estudo das diretivas ideológicas e das práticas orientadas pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 1935, já no Estado Novo. No entanto, deve entender-se esta história do futebol nas fábricas como uma narrativa que foge às balizas cronológicas e ideológicas da FNAT e do próprio Estado Novo, como assinalaram Nuno Domingos e Rahul Kumar, respetivamente em relação ao controlo dos tempos livres e ao futebol português no seu todo³. É uma história que remete para um campo próprio, com atores e protagonistas autónomos, sem, no entanto, ser possível estudá-la sem o contexto social que lhe dá sentido. É assim que importa ver o Grupo Desportivo «Os Fósforos».

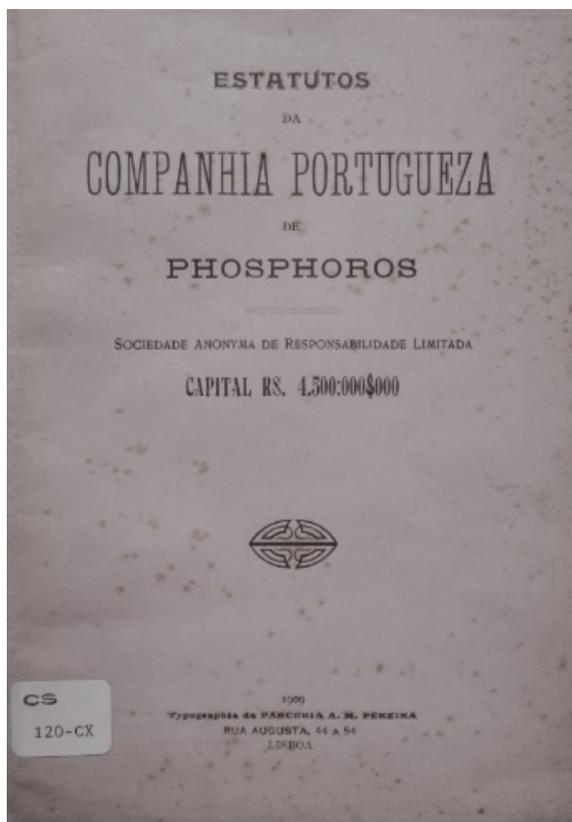
1. A FÁBRICA DOS FÓSFOROS NA RUA DO AÇÚCAR

A indústria dos fósforos, em Portugal, foi uma das poucas a merecer a atenção do Estado e a receber o privilégio de um negócio monopolista, ainda na monarquia constitucional. As principais razões desse monopólio estão patentes nos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, que revelam a existência de várias pequenas fábricas de fósforos, com poucos operários e condições precárias e insalubres, em vez de uma estrutura regulada e com investimento sólido. Adicionalmente, o monopólio do tabaco era mais lucrativo, mas o dos fósforos permitiria também ao Estado garantir uma renda sólida. Assim, em 1895, abriu-se o concurso ao monopólio. Para além de regular o mercado, a intervenção do Estado neste negócio possibilitou a imposição de condições mais rigorosas de segurança, higiene e salubridade no final do século XIX.

² Richard Hoggart, *The Uses of Literacy – Aspects of Working-Class Life* (Londres: Penguin, 2009 [1957]), 91.

³ Nuno Domingos, “Desproletarizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo”, in *O Estado Novo em Questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira (Lisboa, Edições 70, 2010), 165-196; Rahul Kumar, *A Pureza Perdida do Desporto: futebol no Estado Novo* (Lisboa: Edições Paquiderme, 2017).

A 25 de abril de 1895, fez-se a escritura de adjudicação do exclusivo concedido a uma empresa, formada como sociedade anónima limitada (Figura 1). Obrigada a indemnizar as pequenas fábricas desaparecidas em 30 dias, formou-se a nova empresa, a Companhia Portuguesa de Fósforos, com um capital inicial de 1200 contos⁴.



⁴ Fernando Sottomayor, "A Indústria dos Fósforos: das Origens ao Monopólio (1862-1926). O caso do Porto" (dissertação de mestrado, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2011), 58-61.

Figura 1. Estatutos da Companhia Portuguesa de Fósforos. Fonte: *Estatutos da Companhia Portuguesa de Phosphoros* (Lisboa: Typographia da Parceria A. M. Pereira, 1909).

Decide-se, então, construir uma fábrica no Porto e outra em Lisboa, no Beato. A instalação da fábrica no Beato recaiu sobre os terrenos defronte da Rua do Açúcar, que então separava a unidade fabril do rio Tejo. O grande terreno pertencia à enorme quinta dos marqueses de Marialva (Figura 2).

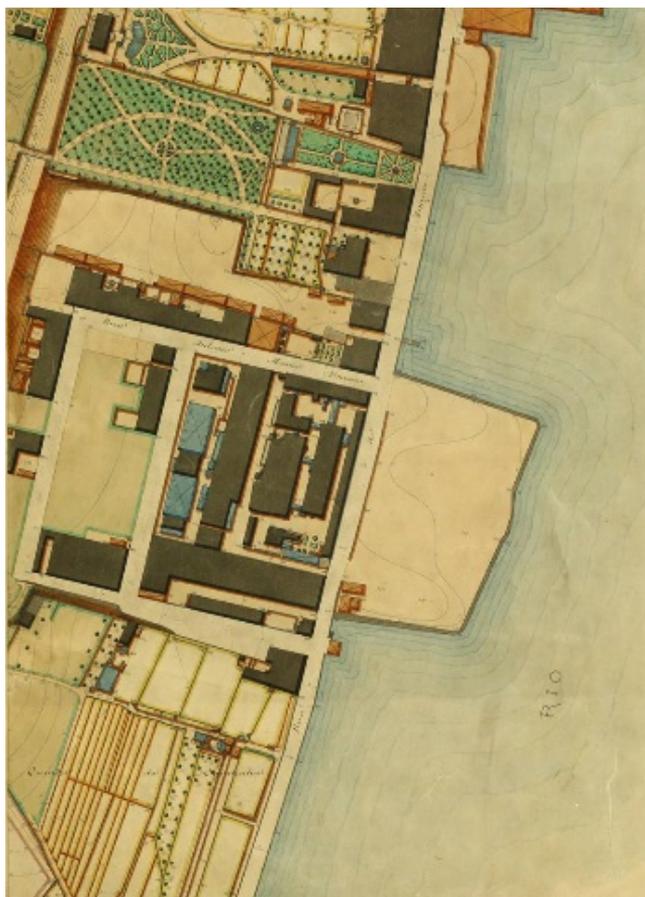


Figura 2. O «bairro» da Companhia Portuguesa de Fósforos, em Lisboa, em 1911.
Fonte: *Levantamento da Planta de Lisboa*, Silva Pinto, 1904-1911, parcela 15-L.

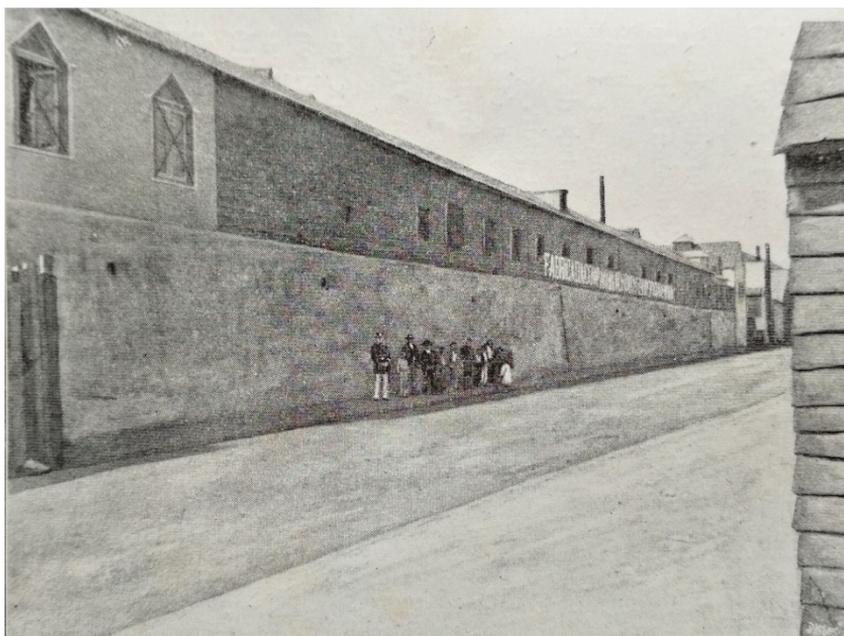


Figura 3. A Fábrica da Companhia Portuguesa de Fósforos, na Rua do Açúcar (1898).

Fonte: *Excursion industrielle de Lisbonne a Thomar* (Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1898), 39.

Numa visita feita à fábrica do Beato, o capitão Correia dos Santos notara a «variedade de machinismos» espalhados pelas «numerosas e amplas officinas, tendo em vista os mais delicados pormenores da divisão do trabalho «e verificando-se uma organização e métodos de produção bastante rigorosos⁵. A direção da Companhia Portuguesa de Fósforos era ainda elogiada por não recorrer, na direção técnica do processo de fabrico, a pessoal estrangeiro, ao contrário do que sucedia em quase todas as indústrias químicas em Portugal⁶ (Figura 4).

⁵ João Antonio Correia dos Santos, *Problemas Resolvidos e Manipulações de Chimica – III Volume* (Lisboa: Typ. da Cooperativa Militar, 1911), 384-385.

⁶ Santos, *Problemas Resolvidos e Manipulações de Chimica*, 387.



Figura 4. Oficina de fabrico de pavios para os fósforos de cera. Fonte: *João Antonio Correia dos Santos, Problemas Resolvidos e Manipulações de Chimica – III Volume* (Lisboa: Typ. da Cooperativa Militar, 1911).

De acordo com Pedro Neves, a Companhia Portuguesa de Fósforos era, em meados da segunda década do século XX, uma das quatro maiores empresas nacionais, ao lado da Companhia dos Tabacos de Portugal, da Nova Companhia Nacional de Moagens e da Companhia União Fabril⁷. Em 1917, a Estatística Industrial assinalava 409 operários no fabrico de fósforos em Lisboa, embora este número pudesse ser mais elevado⁸.

Em 1925, quando terminaram os 30 anos da concessão estatal, a Match and Tobacco Timber Supply Company adquiriu a Companhia Portuguesa de Fósforos, fazendo transitar quase todo o capital para a

⁷ Pedro José Marto Neves, “*Grandes Empresas Industriais de um País Pequeno: Portugal. Da Década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*” (tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2007), 169.

⁸ Ministério do Trabalho – Direcção Geral do Trabalho, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116. Estatística Industrial: ano de 1917 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1926).

Sociedade Nacional de Fósforos, que passou a ser o nome da fábrica da Rua do Açúcar e da do Lordelo a partir de 1926⁹.

2. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS OPERÁRIOS FOSFOREIROS

Em 1910, na inquirição feita por várias associações de classe dos operários portugueses, foram sondadas a Associação dos Manipuladores de Fósforos de Lisboa e a União dos Manipuladores de Fósforos do Porto. Eram especificadas entre 9 e 10 horas de trabalho diário para os jornaleiros sem distinção de género ou de idade, e 8 horas para quem trabalhava de empreitada, com apenas uma hora de descanso por dia e um dia de descanso, nomeadamente o domingo. Quanto à retribuição diária de quem trabalhava a jornal, estava então na média de \$700 para os operários, de \$350 para as operárias do sexo feminino e de \$250 para os aprendizes¹⁰.

⁹ Deolinda Folgado e Jorge Custódio, *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 145.

¹⁰ Ministério do Fomento – Direcção Geral do Commercio e Industria, J. de Oliveira Simões, *Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49. Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1910), 52-54.



Figura 5. A fábrica da Sociedade Nacional de Fósforos, no Beato (c. 1943). Fonte: *1933-1943 – Isto é a história dos últimos dez anos de assistência social na Sociedade Nacional de Fósforos* (s.l.: Sociedade Nacional de Fósforos, 1943).

Na altura do inquérito, não havia habitações próprias para os operários fornecidas pelas fábricas de fósforos. No entanto, existia uma Caixa de Socorros dos Operários e pensões para incapacidade temporária, nas quais a própria Companhia Portuguesa de Fósforos tinha um papel importante no auxílio¹¹. As principais preocupações remetiam para a natureza muito específica desta indústria. Por um lado, a preocupação com o perigo do próprio trabalho, dando-se alguns casos de acidentes nas fábricas, principalmente queimaduras (devido à inflamabilidade dos produtos) e, embora fosse raro, necroses entre os operários¹².

O Regulamento Interno da indústria dos fósforos permite perceber que o serviço na fábrica era fortemente regulado: era feito com toques de apito ou sinete marcando a entrada e saída do trabalho; proibição de entrada de operários em oficinas que não as suas; às ordens do gerente

¹¹ Simões, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, 55-58.

¹² Simões, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, 55-58.

da fábrica, revista diária dos operários, um a um à saída, «com o maior recato, e em sítio convenientemente apropriado»; proibição de conversar e discutir no trabalho se perturbar o serviço da oficina; proibição de reuniões, de afixação de cartazes, anúncios ou convites para reuniões dentro da fábrica; e, entre outros assuntos, refere-se ainda a proibição de «comprar ou vender phosphoros manufacturados dentro das fabricas», sob risco de suspensão e perda do salário¹³.

Numa brochura de 1943, a Sociedade Nacional de Fósforos elenca as diferentes valências criadas para auxiliar os trabalhadores das suas fábricas em Lisboa e no Porto. No caso da do Beato, abriram a primeira creche em 1933 e davam apoio alimentar às mães, incluindo licença para amamentar. Inaugurou-se na mesma fábrica um novo refeitório em 1935 (Figura 6), escola e recreio infantis em 1942, organizara-se festas de Natal e caixa sindical de previdência¹⁴. Uma das grandes obras, embora rapidamente autonomizada da administração, foi a criação do grupo desportivo.

¹³ *Regulamento do Serviço Interno nas Fabricas de Phosphoros*, 6-12.

¹⁴ *1933-1943 – Isto é a história dos últimos dez anos de assistência social na Sociedade Nacional de Fósforos* (s.l.: Sociedade Nacional de Fósforos, 1943).

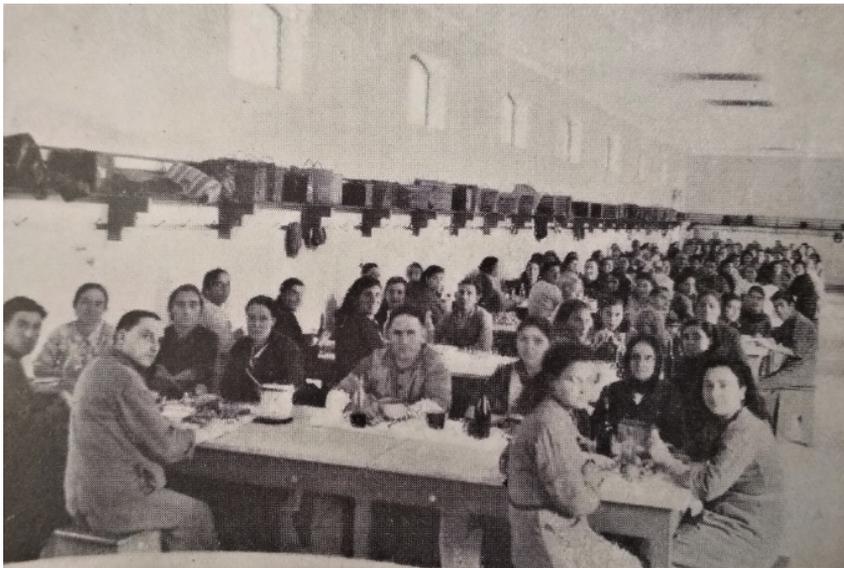


Figura 6. Refeitório da Sociedade Nacional de Fósforos (Lisboa). Fonte: 1933-1943 – *Isto é a história dos últimos dez anos de assistência social na Sociedade Nacional de Fósforos* (s.l.: Sociedade Nacional de Fósforos, 1943).

3. FUTEBOL DE FÁBRICA

A Grande Guerra de 1914-1918, com participação do Corpo Expedicionário Português ao lado do Exército britânico, acabou por ajudar a «democratização» do futebol. O futebol de fábrica beneficiou muito destes contactos, muito antes do advento da FNAT em 1935 e do próprio Estado Novo. Não só na frente de batalha se noticiavam partidas de futebol entre jogadores de várias nacionalidades, por imitação dos «mestres» ingleses e escoceses, como no território português se era contagiado pelas notícias da «frente doméstica» na Grã-Bretanha e de como estes modificaram os seus hábitos higiénicos, de saúde e de exercício físico. Alguns meses antes do armistício de 1918, o jornal desportivo *O Sport de Lisboa* afirmava que o governo britânico tinha equipado as fábricas de munições com campos de jogos. Sendo a maioria dos operários então mulheres, substituindo o grosso da força laboral masculina enviada para a guerra, foram elas a calçar as botas e a

ocupar as posições em campo, ao longo do período de 1914 a 1918. Descreve o jornalista Alvaro de Lacerda:

A moda pegou; e as fabricas de munições têm hoje os seus teams femininos de futebol e de *cricket*. Ha pouco, uma selecção, de raparigas da fabrica Vickers foi de Barrow a Newcastle-on-Tyne jogar um desafio de futebol contra a selecção feminina da casa Armstrong! Quem tal havia de dizer, aqui ha anos? Pois são milhares e milhares de raparigas que hoje jogam o futebol em todo o Reino-Unido.¹⁵

Este assunto não era mera curiosidade. Do ponto de vista socioeconómico, o desporto parecia contribuir para o incremento da produtividade britânica. A produção de munições revelara ser superior nos distritos em que os jogos se praticavam, levando a que o ministro das Finanças britânico permitisse uma dedução dos impostos aos industriais que promovessem equipas e prática desportivas nas suas fábricas. E as mulheres inglesas não só não tinham perdido as suas «características» femininas, como «adquiriram um *esprit de corps* que até ahi não possuíam», pelo simples facto de representarem a sua fábrica nos torneios desportivos e, assim, fortaleceram algum tipo de laço afetivo à empresa, mudando menos frequentemente de emprego¹⁶. Noutro artigo, elogiava-se a prática desportiva nas fábricas, onde «quase sempre o homem que se evidencia nos jogos, é o mesmo homem que se notabilisa na oficina ou no escritorio». Ou seja, o ídolo desportivo transportaria esse espírito vencedor para o trabalho: «na sua profissão, esse homem demonstra o mesmo zelo, o mesmo cuidado, a mesma aplicação, que o levou nos jogos a vencer. Ele sobressai aos outros, pelo seu trabalho, pelo seu espirito de iniciativa e por aquele são desejo de ir mais além, que é, na essencia, a característica de todo o progresso»¹⁷.

Não por acaso, no jornal do mesmo dia em que se falava das fábricas femininas, em junho de 1918, anunciavam-se os campeões do Campeonato de Lisboa. Em terceiras categorias, o surpreendente

¹⁵ Alvaro de Lacerda, “Futebol por mulheres”, *O Sport de Lisboa*, 08/06/1918, 1.

¹⁶ Alvaro de Lacerda, “Futebol por mulheres”, *O Sport de Lisboa*, 08/06/1918, 1.

¹⁷ Alvaro de Lacerda, “Porque não?”, *O Sport de Lisboa*, 17/08/1918, 1.

vencedor era o Grupo Desportivo da Fábrica Seixas, à Rua do Açúcar, em Marvila. Formado por empregados de uma recente fábrica de cortiça – e que teria existência curta –, rapidamente se filiou na Associação de Futebol de Lisboa (AFL) e conquistou um título, sobrevivendo essa conquista à própria empresa.

O futebol na zona oriental da capital não era, aliás, novidade. Um dos fundadores, a título individual, da AFL em 1910 foi Raul Gilman, um dos empresários da Fábrica de Louça de Sacavém. O Gilman Football Club (ou Grupo Gilman) jogou nos primeiros campeonatos organizados na capital, antes da fundação da AFL, na qual nunca se filiou (Figura 7). O clube terá sido formado por empregados da fábrica, embora pouco se saiba sobre ele. Numa das raras fotografias da equipa, é identificado um português chefe de armazém de loiça vidrada. Por um lado, indicava que as equipas teriam participação de portugueses. Por outro, não deveriam ser operários manuais, mas antes responsáveis de secção ou empregados administrativos, como seria comum em clubes de fábrica¹⁸.

¹⁸ Assunção, Belo e Aniceto, *O Desporto Corporativo nas Fábricas*, 47-48.

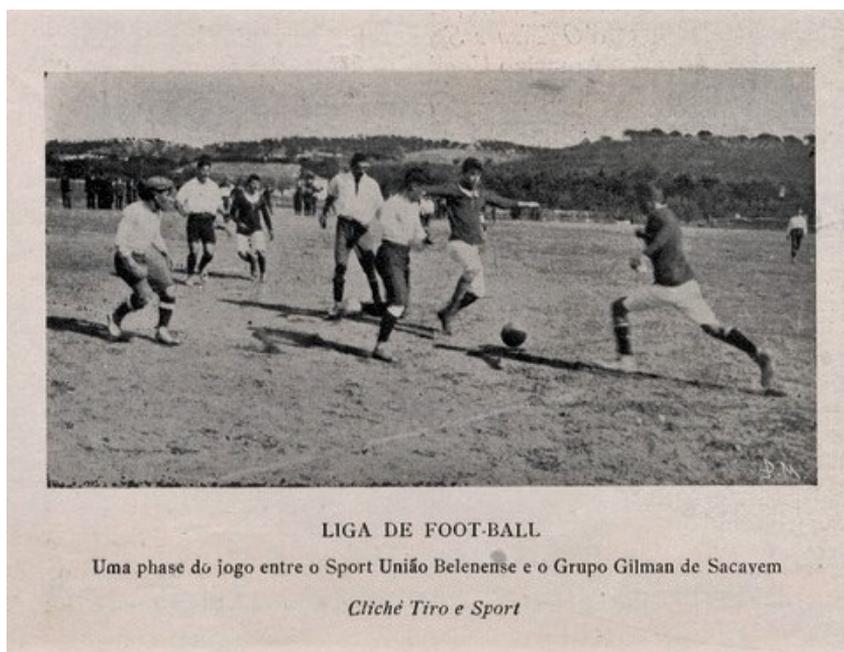


Figura 7. O «Grupo Gilman» defronta o União Belenense, em 1909. Fonte: *Tiro e Sport*, 30/11/1909, 9.

Nos meses e anos seguintes à guerra, nascem diversas equipas ligadas a empresas, formadas por trabalhadores das mesmas (embora muitos empregados o fossem apenas para jogar e, em alguns casos, se tenha aberto pertença e prática desportiva a elementos de fora das empresas). Na época desportiva de 1920/1921, começa o Campeonato Inter-Corporativo, coorganizado pela AFL. Neste já participará o Grupo Desportivo do Pessoal da Companhia dos Fósforos.

4. O GRUPO DESPORTIVO «OS FÓSFOROS»

Criado inicialmente como equipa da fábrica homónima, localizada na Rua do Açúcar, o Fósforos tem as suas raízes fixadas na estrutura desta empresa. Inicialmente, no entanto, todos os seus dirigentes e jogadores trabalhavam na Companhia Portuguesa de Fósforos. No dia 1

de setembro de 1920¹⁹, foi então fundado este clube «para recreio e divertimento do pessoal da Fábrica dos Fósforos», ainda com o nome de Grupo Desportivo do Pessoal da Companhia Portuguesa de Fósforos, «com o objectivo acima indicado e privativo do pessoal mencionado»²⁰ (Figura 8). Do grupo fundador original, ainda se mantinham Mário e Artur Marques da Silva às vésperas da fusão do clube com Chelas e Marvilense para a criação do Clube Oriental de Lisboa, em 1946. O primeiro como presidente da direção e o segundo a presidir à assembleia geral. Mário Marques da Silva é, na verdade, tido como um verdadeiro mentor do clube durante décadas, desde a fundação até ao desaparecimento do clube para dar lugar ao Oriental. Aliás, passa mesmo para a primeira direção do Clube Oriental de Lisboa, como vogal da direção.

¹⁹ Embora a data de fundação também seja referida noutros locais como 18 de junho de 1920 (nos officios do próprio clube na década de 1930) ou 21 de junho de 1920 (numa reportagem de *Os Sports* de 23/01/1933).

²⁰ A. M. S., “Como se fundou e desenvolveu o Grupo Desportivo ‘Os Fósforos’”. *Grupo Desportivo “Os Fósforos”*, 1945, 1.



Figura 8. Constelação dos fundadores do Fósforos. Na legenda: Mário Marques da Silva (no topo), José Pinto de Oliveira, Manuel Joaquim, António Santos Júnior, Mário Trindade Mendes, Isidro dos Reis, Alexandre Marques, Severino Romão Alves, Francisco Garcia e Artur Marques da Silva. Fonte: *Grupo Desportivo "Os Fósforos"*, 1945, 8.

Vendo-se limitado pelas restrições corporativas, o ano de 1921 será aquele em que o Grupo Desportivo da Companhia Portuguesa de Fósforos dá o salto para outro nível competitivo. Já não se insere meramente nas provas corporativas, mas passa a competir contra clubes consolidados na segunda linha do futebol lisboeta. Inscreve equipas na 3.^a e 4.^a categorias da AFL, passando a poder jogar apenas contra clubes

filiados nesta²¹. A passagem para um outro nível competitivo já se adivinhava há alguns meses, após as várias participações do Fósforos em jogos contra equipas fora do círculo corporativo (Figura 9).



Figura 9. A equipa principal dos Fósforos em 1922, em jogo contra o Operário Vilafranquense, que bateu por 3-1. Fonte: *Grupo Desportivo «Os Fósforos»*, 1945, 1.

O campo do Fósforos começou por se chamar apenas Campo de Marvila, rebatizado mais tarde como Campo Eng.º Carlos Salema. As condições deste campo de jogos, adquirido na Azinhaga dos Alfinetes

²¹ “Associação de Futebol de Lisboa”, *O Sport de Lisboa*, 15/10/1921, 3.

lado a lado com o campo do Marvilense (onde hoje se encontra o do Clube Oriental de Lisboa), tal como na maioria dos recintos desportivos portugueses, eram extremamente rudimentares. Só em outubro de 1937, o repórter de *Os Sports* assinalaria os «melhoramentos» que o Fósforos fizera ao seu campo de Marvila: «Na parte destinada ao publico, do lado da entrada, foi construida uma vedação de madeira e feitos tambem uns degraus de acesso ao terreno. Assim, evita-se o contacto directo dos espectadores com os jogadores e que estes, para descerem ao campo como sucedia, tenham de saltar do morro para o rectangulo do jogo. Falta ainda muita coisa para que o campo de Marvila fique em condições de satisfazer. A substituição do velho e inestetico barracão destinado a balnearios por uma mais cómoda instalação impõe-se como necessidade urgente»²².

Volvidos alguns anos, o Fósforos teria de alterar o seu nome, passando para Grupo Desportivo «Os Fósforos» devido à dissolução, em 1926, da anterior empresa a que estavam ligados, a Companhia Portuguesa de Fósforos. A renomeação também é atribuída, simultaneamente, a questões desportivas. «Na época 1927/28 foi notificado ao Fósforos a obrigatoriedade da mudança do título, mercê de alterações profundas na estrutura do futebol nacional e foi-nos pela Federação Portuguesa de Futebol comunicado que não nos seria permitido continuar a disputar o campeonato com um nome que representava uma firma»²³. Numa assembleia geral é decidido então o novo nome e alarga-se oficialmente a inscrição de sócios a candidatos que não estivessem ligados à fábrica.

O clube oscilaria entre Divisão de Honra e Segunda Divisão da AFL, conforme as prestações desportivas. Mas manteve sempre um núcleo forte e um campo difícil para os adversários. Destacam-se a conquista da 2.^a Divisão em 1930/1931, a da 3.^a Divisão em 1938/1939 e a da 2.^a Divisão novamente em 1939/1940. Na derradeira época, 1945/1946, venceram a 2.^a Divisão e conseguiram o regresso à Divisão de Honra de Lisboa (Figura 10), um percurso que já viria a ser percorrido pelo clube a que deram origem: o Clube Oriental de Lisboa.

²² “Na 2.^a Divisão – Após duas jornadas”, *Os Sports*, 29/10/1937, 3.

²³ A. M. S., “Como se fundou e desenvolveu o Grupo Desportivo ‘Os Fósforos’”, 2.



Figura 10. Almoço de homenagem ao Grupo Desportivo «Os Fósforos», vencedor da 2ª Divisão da AFL em 1945/1946, realizado em 30/01/1946. Fonte: Arquivo Particular de Fernando Santos Costa.

Depois de largos anos a discutir uma possível fusão com o Chelas e o Marvilense, efetivou-se o processo. Em assembleias gerais que decorreram em todos os clubes ao longo de 1946, venceu a proposta favorável. Na assembleia geral do Fósforos, na Rua Capitão Leitão, 163 sócios votaram a favor, apenas 9 votaram contra (Figura 11). Estava concluído o processo, que viria a ser confirmado em assembleia magna dos três clubes. Morria o Fósforos, nascia o Clube Oriental de Lisboa, em 8 de agosto de 1946.



Figura 11. A assembleia geral do Grupo Desportivo «Os Fósforos» para a fusão, 1946.

Fonte: Arquivo do Cluue Oriental de Lisboa.

5. FIGURAS DO CLUBE

Desde cedo na sua história, o Fósforos emancipou-se da empresa que o dera à luz e esteve longe de ser um clube corporativo da FNAT. Na prática, no entanto, o envolvimento entre o Grupo Desportivo «Os Fósforos» e a fábrica manteve-se sempre muito estreito. A principal fonte de financiamento do clube, embora seja difícil comprovar isto, deveria ser o patrocínio da Sociedade Nacional de Fósforos. Os corpos gerentes eram, essencialmente, empregados com alguma influência nesta fábrica. Os jogadores, embora não todos, tendiam a estar ligados à fábrica, possivelmente mantendo a fidelidade à camisola do Fósforos a troco da estabilidade de um emprego nesta empresa. Até a própria sede e campo do Fósforos eram propriedade da Sociedade ou obtidos através dos esforços desta.

Eram frequentes as festas na sede do Fósforos, que, depois de ter começado por ser na Rua do Açúcar, passou a ser no «cotovelo» da Rua Capitão Leitão, que contornava o quarteirão da fábrica²⁴. Mas não só aí. Há relatos, entre jornais e fotografias de arquivos particulares, de várias excursões e confraternizações fora da sede. No álbum do ex-dirigente do Fósforos e do Oriental, e chefe de secção na fábrica, Carlos Costa (gentilmente cedido pelo seu filho Fernando Santos Costa), uma fotografia eterniza um convívio em julho de 1942, na Quinta de São Lourenço em Carnide, celebrando a manutenção na 1.^a Divisão de Lisboa, após vitória sobre o Estoril Praia (Figura 12). Na fotografia, é possível reconhecer, entre atletas da equipa, vários dirigentes do clube, como Carlos Costa e o sempre presente Mário Marques da Silva, mas também dirigentes da fábrica, como os engenheiros Carlos Salema e Moreira Rato. Numa nota curiosa, mesmo debaixo de Mário Marques da Silva, está Vasco Marques da Silva, seu filho e massagista do clube, sendo também uma figura icónica da coletividade.

²⁴ Mudança oficializada em 1932, a pedido do clube, num ofício ao Governador Civil de Lisboa em 12 de dezembro de 1932. Ministério da Administração Interna – Secretaria Geral, *Arquivo do Governo Civil de Lisboa*, cx. 174, “Clube Oriental de Lisboa”, doc. 357.



Figura 12. Confraternização do Grupo Desportivo "Os Fósforos" em Carnide, 1942.

Fonte: Arquivo particular de Fernando Santos Costa.

Carlos Costa foi uma figura clássica deste envolvimento dos elementos da fábrica com o clube (Figura 13). Não sendo particularmente orientado para a prática desportiva, teve, no entanto, uma história de envolvimento associativo desde cedo. Nascido em 1912 no Barreiro e formado na Escola Industrial Machado de Castro, começou por dar aulas nesta mesma escola, ao mesmo tempo que se começou a envolver com o associativismo barreirense. Foi associado e presidente da Sociedade Democrática União Barreirense, conhecida por «Os Franceses». Quando casou e veio para Lisboa, já nos anos 30, instalou-se na Rua Capitão Leitão e começou a trabalhar na Sociedade Nacional de Fósforos. Foi chefe de oficina, de armazém e da secção de recursos humanos, entre outros cargos de responsabilidade. Talvez tenha sido esta respeitável posição profissional, bem como o seu perfil associativo, a levar Carlos Salema, diretor da fábrica e detentor de grande influência junto do clube, a propô-lo para dirigente do Grupo Desportivo «Os Fósforos». Um convite que Carlos Costa aceitou, começando o seu maior envolvimento com o desporto. Foi o próprio Carlos Costa, aliás, a presidir à última assembleia geral do clube, onde os sócios do Fósforos decidiram a favor da fusão que deu origem ao Clube Oriental de Lisboa. Também neste clube deixou a sua marca,

sendo um ativo vice-presidente e chegando mesmo a presidente da direção²⁵.



Figura 13. Carlos Costa (à esquerda, de gabardina) e o Fósforos na recepção ao Benfica.

Fonte: *Stadium*, 10/12/1941, 12.

Este envolvimento, aliás, não era novo. Como foi possível verificar nas equipas ligadas a empresas, a hierarquia da própria fábrica ou empresa refletia-se nos corpos gerentes do grupo desportivo. No caso do Grupo Desportivo da Fábrica de Louça de Sacavém²⁶ e do Grupo

²⁵ Entrevista com Fernando Santos Costa, 11/05/2019.

²⁶ Assunção, Belo e Aniceto, *O Desporto Corporativo nas Fábricas*, 62-65.

Desportivo da CUF²⁷, por exemplo, era normal encontrar nos corpos gerentes, particularmente nos presidentes e secretários de cada órgão, chefes de secção ou, pelo menos, empregados de escritório. Os operários, trabalhadores especializados ou manuais tinham pouca ou nenhuma presença nos órgãos sociais. Embora o Fósforos já tivesse alguma autonomia, mantinha-se uma lógica semelhante, pelo que foi possível apurar.

Também entre os próprios praticantes se verificava tendência para algum «elitismo». Desde cedo, o futebol – quase a única modalidade desenvolvida pelo Grupo Desportivo «Os Fósforos» – esteve de alguma forma presente na fábrica. Daniel Queiroz dos Santos, um casapiano que ajudou a fundar o Sport Lisboa e Benfica e foi presidente do Sporting Clube de Portugal, era empregado superior da Sociedade Nacional de Fósforos²⁸. Já Mário de Carvalho, um dos mais destacados avançados das primeiras décadas do Sport Lisboa e Benfica, fora empregado comercial na Companhia Portuguesa de Fósforos e jogador e capitão do Grupo Desportivo da fábrica, saindo para o Benfica em 1923. Segundo uma pequena revista dos anos 20 sobre a sua vida, «foi um árduo propagandista da causa desportiva entre o pessoal da mesma companhia»²⁹. Não tendo a Companhia Portuguesa de Fósforos, até pelos seus estatutos e regulamento, muitos empregados estrangeiros, talvez estes dois homens pertencessem a um pequeno grupo mais ativo a «passar a palavra» do novo jogo, que rapidamente fez nascer uma equipa competitiva.

Entre esses jogadores mais competitivos estariam, mais tarde, José Roçado e António Leitão (Figura 14). Roçado, nascido em 1925, é hoje o único elemento vivo da equipa estreada do Clube Oriental de Lisboa. Empregado de escritório na Sociedade Nacional de Sabões, começou a jogar no Grupo Desportivo «Os Fósforos» após ser descoberto em «futeboladas» informais na praia de Xabregas, perto da sua casa (onde crescera e jogara com o primo jornalista Carlos Pinhão). De família desafogada, filho do dono de uma alfaiataria, José Roçado acabou por

²⁷ Em diferentes ofícios do clube obtidos no Arquivo do Ministério da Educação, *Fundo da Direção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*.

²⁸ Referido por ocasião do seu funeral, em *Diário de Lisboa*, 13/08/1948, 9.

²⁹ *Os Azes do Sport*, n.º 3, junho de 1925, 7.

abandonar o futebol cedo, após um ultimato do seu patrão na fábrica dos sabões. Já tendo cargos de responsabilidade no emprego, optou por este em detrimento do futebol³⁰.



Figura 14. Leitão, Roçado e outros na equipa júnior dos Fósforos. Fonte: *Crónica Desportiva*, n.º 28, 20/10/1957, 25.

Também António Leitão pertenceu a essa equipa. Nascido em 1927 na própria Rua Capitão Leitão, aí cresceu e se fez jogador. Era filho de

³⁰ Informações obtidas numa série de entrevistas com José Roçado em 2017 e 2019.

João Leitão, que trabalhava na Sociedade Nacional de Fósforos, ao que tudo indica como chefe de armazém³¹. Tirando o curso na Escola Afonso Domingues, foi no popularmente chamado bairro ou «rua de Trás-dos-Fósforos» que Leitão concentrou a vida. Foi jogar para o Grupo Desportivo «Os Fósforos» após ter entrado para a fábrica como empregado de escritório por intermédio do pai, aos 15 anos. Aí encontrou, também nos escritórios, Isidoro Conde, um pouco mais velho e que seria capitão do Fósforos e, mais tarde, do Oriental. Leitão, curiosamente, seguir-se-ia com a braçadeira já no novo clube³².

Apesar de ser possível encontrar alguns operários entre os jogadores do Fósforos, e mesmo alguns outros vindos «de fora», como foi o caso de Carlos França, oriundo do Sporting e mecânico, a regra era igual à dos outros clubes de Marvila e Beato: serem «do bairro». O que, no caso do Grupo Desportivo «Os Fósforos», implicava quase sempre ser empregado da fábrica ou viver nas poucas ruas circundantes desta. Este aspeto é notório se observarmos as ruas em redor da fábrica. Num raio de poucos metros, encontrávamos fábrica, sede do clube e moradas de jogadores e dirigentes do Fósforos e, posteriormente, do Oriental (Figura 15).

³¹ Informação facultada por Fernando Santos Costa, em entrevista já referida.

³² *Ídolos do Desporto*, n.º 59, 16/03/1957.



Figura 15. Pormenor da planta de Lisboa de 1950 (fábrica dos fósforos e seu bairro).

Legenda: 1 – Sede do Grupo Desportivo «Os Fósforos»; 2 – Casa de Carlos Costa (dirigente Fósforos e Oriental); 3 – Casa de Jaime António (dirigente Marvilense e Oriental); 4 – Casa de Francisco Loureiro (dirigente Oriental); 5 – Casa António Leitão (jogador Fósforos e Oriental); 6 – Companhia Portuguesa de Fósforos/Sociedade Nacional de Fósforos; 7 – Casa de Mário Marques da Silva (dirigente Fósforos Oriental); 8 – Casa de Vasco Marques da Silva (massagista Fósforos). Fonte: *Levantamento da planta de Lisboa de 1950*. Gabinete de Estudos Olisiponenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que conclusões, procurámos deixar pistas para pesquisas. Queremos sublinhar a existência de uma cronologia e um campo autónomos da história do futebol em Portugal, embora sempre contextualizados pela história social, cultural e política da realidade em que se inserem. Muito antes da FNAT, já se organizavam grupos

desportivos e encontros entre estes nas fábricas e empresas portuguesas. Se, por um lado, se procurava melhorar o equilíbrio entre trabalho, saúde e capacidade física dos trabalhadores (e aumentar a produtividade), por outro também se procedia a tal, como escrevera a FNAT ao subsecretário de Estado das Corporações, «para os disciplinar e poder ter sobre eles verdadeiro e efetivo controle»³³.

Também se procurou demonstrar como a relação entre jogadores, patrões, dirigentes e o bairro em que fábrica e clube se inseriam era bastante mais dinâmica do que a visão de uma dialética entre classes hegemónicas e as outras. Apesar de existirem linhas ténues que separavam classes sociais, essas linhas acabavam por ser suplantadas pela «troca» existente. Numa área geográfica em que, durante muitos anos, o Estado estava ausente senão através de ação policial, o paternalismo laboral preenchia as necessidades sociais, de providência e mesmo de promoção desportiva e recreativa dos seus trabalhadores, em troca da ideia de uma «família» laboral. Da mesma forma, os clubes de fábrica tornaram-se os espelhos dessa relação, servindo uns e outros, sem ninguém verdadeiramente conquistar o espaço por completo.

³³ José Carlos Valente, *Para a História dos Tempos Livres em Portugal da FNAT à INATEL (1935-2010)* (Lisboa: Edições Colibri/Fundação INATEL, 2010), 66.

CAPÍTULO 10

OS MOVIMENTOS DE CLASSE NO DECORRER DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA NO DISTRITO DO PORTO

José Pedro Reis¹

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: josepedroreis88@gmail.com

Resumo

Os movimentos de classe do decorrer da Primeira Grande Guerra no Distrito do Porto iriam viver momentos únicos devido à grande facilidade em conseguirem mobilizar as massas para as suas atividades, motivadas sobretudo pelo mau momento em que viviam os elementos da classe operária. Aumento desmedido do desemprego, inflação galopante, falta de resposta das autoridades políticas para resolver os graves problemas sociais e um evoluir constante dos acontecimentos e práticas nefastas para o operário provocado por muitos dos capitalistas do setor alimentar, iria encaminhar a sociedade para um negro cenário. Nos quatros anos que durou o conflito realizaram-se inúmeros congressos, assim como manifestações, que iriam terminar por vezes em graves confrontos e alterar a ordem pública. As associações de classe foram os principais baluartes para a organização dos operários nestes momentos difíceis e por esse fundamento deve ser destacado o seu papel no discorrer do conflito mundial.

Palavras-chave

Primeira Grande Guerra, movimentos de classes, distrito do Porto.

INTRODUÇÃO

Atendendo ao que foi descrito no resumo deste artigo relativamente às dificuldades em que vivia o comum operário na Primeira República é necessário mencionar que na Primeira República foram publicados muitos diplomas de direito laboral: foi aprovado o direito à greve pelo decreto de 6 de dezembro de 1910 e estabelecido o descanso semanal obrigatório em janeiro de 1911, a Lei da Assistência em maio de 1911, a regularização dos acidentes laborais em outubro de 1914, as casas económicas em abril de 1918, como também sofrem avanços legislativos as questões de garante alimentar, prolongação do regulamento para a construção de bairros sociais, a semana de quarenta e oito horas com o pagamento de trabalho extraordinário, etc.².

² Augusto Castro Pereira, *Operariado Têxtil em Portugal: uma monografia* (S.L: Gráfica Covense, 2006), 97.

Viviam-se circunstâncias com pouco ou nenhum paralelismo com o presente, a sociedade portuense fervilha com as lutas políticas, várias forças políticas se debatiam nas ruas, nas conversas dos populares, com os anarquistas e sindicalistas a ganharem terreno na agenda política da cidade.

Segundo o professor universitário e investigador de história contemporânea, José Manuel Lopes Cordeiro, os revolucionários portuenses, não só se destacavam no combate ao intervencionismo como na direção do movimento operário e popular contra as consequências da guerra³.

Na tentativa de explicar a dinâmica dos movimentos sindicais, deve abrir-se um pequeno parêntesis com importância para a história do movimento sindical em Portugal. Em 1904, havia 131 associações sindicais, passados alguns anos, em 1909, existiam 135 associações de classe a nível geral, representando 27 milhares de pessoas e, com a chegada da República, o movimento associativo operário progrediu consideravelmente, atendendo que no Congresso de Tomar, que foi realizado em 1914, estiveram representados 103 sindicatos e 7 federações, em 1917, havia mais de 55 mil sindicalizados e a Confederação Geral do Trabalho tinha, em 1919, mais de 125 mil sócios⁴.

Dissecando a evolução do número de sindicalizados é possível comprovar o aumento da simpatia dos operários com as suas associações, atendendo que eram cada vez mais os filiados.

Após a formação em 1914 da UNO (União Operária Nacional) com o recuo dos socialistas e a hegemonia anarcossindicalista repercutem-se, inevitavelmente, essas mudanças nas comemorações da efeméride, passando a ser privilegiada a vertente reivindicativa, mas sem se conseguir eliminar totalmente a festividade. O dia 1º de Maio, transformou-se em um dia de luta que por vezes era também sinónimo de greve, em prol dos objetivos como as 8 horas de trabalho⁵.

³ José Manuel Lopes Cordeiro, *História do Porto – Desafios à República – cidade inconformada e rebelde* (Lisboa: Quidnovi, 2009), 83.

⁴ Augusto Castro Pereira, *Operariado e Sindicalismo no Vale do Ave (1890-2004)* (S.L: Gráfica Covense, 2005), 20.

⁵ Fernando Pereira Marques, *Saúde e Fraternidade – A República Possível (1910-1926)*. (Lisboa: Edições Gradiva, 2018), 184.

Realizando uma sùmula da argumentação do parágrafo anterior, iria ganhar terreno o carácter reivindicativo nas organizações operárias que irá ser uma mudança profunda no seu paradigma de atuação que se irá refletir de forma intensa no distrito do Porto.

1. O INICIAR DO CONFLITO – AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES CONTESTATÁRIAS

Nas primeiras semanas após o principiar do conflito, a Associação de Classe dos Operários Sapateiros realizou uma reunião magna a fim de apreciar a crise que começava a apoquentar os elementos daquela classe.

Os intervenientes lembravam ao Governo a necessidade de suspender a lei do inquilinato até à próxima legislatura, que a renda deveria ser paga pelo valor que estava registado na conservatória e relativamente aos géneros alimentares estavam na expectativa de compreender o que o governo iria decidir para suprimir as carências.

Na proximidade a estes acontecimentos, o movimento da Associação de Classe dos Tecelões de Seda no Porto reuniu em Assembleia Extraordinária em setembro de 1914, onde os participantes ostentaram a sua revolta pelas práticas reiteradas dos açambarcadores e o repetido incremento do preço das matérias primas⁶.

Surgiram as primeiras greves dos tecelões, concretamente numa fábrica localizada na Rua de S. Roque da Lameira a ser paralisada com uma adesão de 130 operários que protestavam contra a diminuição do preço da mão de obra⁷.

Os salários iam sendo reduzidos e com essa minoração a esperança no futuro ia desaparecendo atendendo que os preços de géneros alimentares básicos aumentavam e os seus vencimentos diminuíam.

No esforço de pelear contra o flagelo social que era cada vez mais óbvio, várias associações de classes conseguiram anular a ausência de apoios do Estado para com os operários.

Na tentativa de haver uma maior proximidade com o problema, como igualmente compreender a real dimensão do caos que se estava a

⁶ “Eccos da Guerra – reclamações de operários”, *O Comércio do Porto* (Setembro 1914).

⁷ “Crise de trabalho – greve dos tecelões”, *O Comércio do Porto* (Setembro 1914).

instalar na sociedade, deveriam os seus membros denunciar a sua difícil situação aos dirigentes da sua associação para assim ser possível receberem os apoios e entrarem no rolo das vítimas pela guerra⁸.

3. COMÍCIOS POLÍTICOS

Os comícios políticos eram constantes no decorrer do conflito, sendo exemplo o que aconteceu em outubro de 1914, planificado pela classe dos Operários do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos na Alameda das Fontainhas que estava previsto ser um grande comício contra os açambarcadores de géneros alimentícios.⁹

A predileção por aquela alameda para a concretização destas atividades políticas era uma escolha lógica considerando a sua localização na freguesia do Bonfim, uma das freguesias mais relevantes na malha industrial da cidade, além de ser dos poucos sítios no Porto com dimensão satisfatória para albergar grande número de pessoas, além que o seu próprio figurino era o ideal para a organização daqueles eventos.

No role de argumentos para a escolha daquele local não deve ser descurada a proximidade com o Asilo da Mendicidade do Porto que era um equipamento fundamental para o apoio aos principais visados pela crise que se vivia.

A atuação dos movimentos políticos que eram um dos aliados dos movimentos de classe, atendendo ao incremento que provocam na reivindicação dos operários e das suas associações, fazia-se sentir um pouco por todo o Distrito do Porto e em Vilar de Pinheiro, uma localidade com menos de dois mil habitantes, onde subsistia um movimento político com forte pendor anarquista que sempre esteve na frente das movimentações a favor dos direitos dos operários. A principal motivação para as suas manifestações e lutas era a enorme crise que afetava os trabalhadores daquela localidade.

Um exemplo dos acontecimentos políticos em Vilar do Pinheiro, foi o comício realizado no dia 27 de setembro de 1914, no teatro da

⁸ “Contra a carestia de vida”, *A Voz do Povo* (Novembro 1914).

⁹ “Contra a carestia de vida”, *A Aurora* (Outubro 1914).

localidade, com uma enorme mobilização dos operários para lutarem contra os açambarcadores e a exploração que se diziam vítimas¹⁰.

Os comícios iam decorrendo regularmente e aconteceu um no lugar de Coimbrões que é pertença da freguesia de Santa Marinha, atual União de Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro de Afurada, no dia 17 de janeiro de 1915. Neste comício foi aprovada uma moção que transmitia a ideia que os comerciantes roubavam nos preços dos alimentos, alimentavam a miséria ao colocar na rua quem tem os arrendamentos por pagar, e que para contrariar estas práticas deveriam ser realizados diversos protestos de forma mais enérgica e o aviso que o povo teria o direito de ajustar diretamente contas para com seus especuladores¹¹.

A argumentação do parágrafo anterior atesta a crescente índole reivindicativa das associações operárias, que tinha sido referido por Fernando Pereira Marques, após a retirada de influência ao movimento socialista nos movimentos operários. Possivelmente nas grandes franjas de populares deveria haver muitos que estavam a atingir um ponto sem retorno.

Os comícios ocorriam na cidade do Porto a um ritmo alucinante, aconteciam vários em dias praticamente seguidos, sendo essa dinâmica o resultado de um grande trabalho das organizações operárias como também pelas organizações anarquistas que iam sendo realizados no Passeio das Virtudes e, por último, na supramencionada Alameda das Fontainhas.

A escolha dos locais não era inócua, a tentativa de reprimir aqueles movimentos era gradual e a realização em espaços amplos ao ar livre, tornava mais difícil para as autoridades a proibição e a interrupção desses mesmos eventos o que era uma prática comum das autoridades perante os vários eventos reivindicativos que aconteciam nos espaços fechados.

Todavia apesar do argumento referido no parágrafo anterior, um dos muitos comícios que foi realizado na zona das Fontainhas foi proibido com uma presença musculada da polícia que rapidamente dispersou a multidão que se encaminhava para aquele local. Acabariam os populares por se reorganizarem na Serra do Pilar na vizinha cidade de Vila Nova de Gaia, e concretamente no campo de manobras do

¹⁰ “A Aurora na Província – Vilar do Pinheiro”, *A Aurora* (Outubro 1914).

¹¹ “A Carestia da vida – comício de protesto”, *A Aurora* (Janeiro 1915).

quartel ali localizado, onde organizaram o comício que tinha sido impedido em terras portuenses.

As autoridades políticas julgavam que era indispensável sufocar e controlar os movimentos que pudessem destabilizar o normal funcionamento da sociedade apesar das crescentes dificuldades em que os elementos da sociedade viviam.

3. AUMENTO DA TENSÃO – VIOLÊNCIAS E CARGAS DE POLÍCIA

A 18 de setembro de 1916, dezenas de populares foram convocados pelas suas direções de classes, para abandonarem o trabalho e organizarem uma manifestação pública e ordeira que iria sair do largo do Bonjardim, atual largo Dr. Tito Fonte, rumando de seguida para a rua Gonçalo Cristóvão.

Passando pela rua do Almada e a praça da Liberdade, viram o seu caminho obstruído no início da rua 31 de Janeiro, considerando que os elementos policiais estavam dispostos em fileira à emboscada dos manifestantes e obstruiu prontamente a passagem dos mesmos. Colocaram-se em posição com os seus terçados, acontecendo de seguida uma intervenção muito violenta que provocou vários feridos e igualmente detidos, aproximadamente setenta¹².

A concretização daquela postura agressiva por intermédio dos agentes de autoridades pode ser fundamentada com o argumento que as autoridades políticas temiam a crescente influência dos movimentos sindicais e de classe e era necessário reprimi-las porque seguramente os seus elementos compreendiam que o comum operário com a barriga vazia facilmente poderia ser manipulado com os discursos exaltados dos dirigentes anarquistas e sindicalistas.

Viviam-se momentos de enorme tensão na cidade, os comícios em finais de setembro de 1916 eram persistentes, os operários desafiavam as autoridades locais e aceleradamente se combinavam comícios nas localizações onde haviam os vários bairros de classes operárias, concretamente na rua e largo do Bonjardim e para aqueles locais eram arregimentados vários operacionais da GNR que não permitiam agrupamentos de trabalhadores.

¹² “Movimento popular contra a carestia das subsistências – a manifestação de Segunda Feira”, *A Voz do Povo* (Setembro 1916).

Nas proximidades havia o salão da União Operária Nacional que reunia nas suas instalações um elevado número de operários que eram representantes das associações de fabricantes de calçado, correios, construtores de carruagens, manipuladores de pão, etc.

O parágrafo anterior assegura a importância do largo do Bonjardim para o desenrolar do movimento operário e da luta de classes na cidade do Porto no decorrer da Primeira República. Nesse mesmo mês e ano referido anteriormente estava a ser preparada uma reunião naquelas instalações e os presentes, percebendo que não era possível reunir no largo do Bonjardim, acabariam por optar em rumar ao Governo Civil em cortejo para reivindicar as soluções defendidas em comícios anteriores.

Em direção ao Governo Civil, caminhando pelas ruas de Gonçalo Cristóvão, Almada, praça da Liberdade, em direção à rua 31 de Janeiro, ao transpor a praça da Liberdade para a referida rua de 31 de Janeiro, a polícia, aproveitando o estreitamento da via, tentou parar a marcha e foram dispersos os manifestantes, provocando algum burburinho e também algumas detenções.

Relembro que aquele local era possivelmente um dos locais preferidos pelas autoridades para efetuarem um controlo das manifestações e obstruir a marcha das mesmas, considerando que foi mencionado precedentemente que naquele mesmo local tinham ocorrido confrontos entre as autoridades e manifestantes em manifestações anteriores.

A desmedida mobilização de pessoas que era conseguida para essas manifestações aliada ao crescente sentimento de saturação, tinha de ser gerida com o máximo de cuidados para evitar que estas manifestações terminassem em atos de violentos.

Os operários conseguiram transpor a barreira policial, os membros da comissão dos trabalhadores seguiram pela rua 31 de Janeiro, juntando-se a eles na praça da Batalha um grande número de trabalhadores das minas de carvão de S. Pedro da Cova, alguns deles munidos de candis o que iria fazer dilatar o carácter reivindicativo daquele movimento, com os polícias a conseguirem sustar a multidão a uma distância segura do edifício do Governo Civil. Iriam permitir as autoridades que alguns dos elementos que se manifestavam entrassem naquelas instalações, conseguindo de seguida entregar ao Governador Civil, Pereira Osório, um extenso memorial com as reclamações das classes trabalhadoras relativas à carestia de vida.

A manifestação acabaria por seguir pela rua de Santa Catarina, com o propósito da comissão retornar à sua sede na União Operária Nacional a fim de prestarem contas aos seus membros que ainda permaneciam na sua sede. Infelizmente na passagem da rua Formosa, os populares promoveram uma manifestação de protesto contra a carestia de vida, sendo apedrejada uma mercearia, sendo que uma zona com muitas lojas de venda a retalho, com o referido edifício a ficar com os vidros partidos e alguns danos no edifício. Aconteceu a mesma prática na loja «Viveres Costa» que ficava no cruzamento da rua do Bonjardim com o Largo da Cancela Velha, onde o dono do estabelecimento foi inclusivamente agredido pelos manifestantes.

Os distúrbios continuaram com os manifestantes a prosseguirem pela rua do Bonjardim, apedrejando a «Casa Carioca» que era localizada no ângulo das ruas do Bonjardim e Fernandes Tomas, impondo o encerramento de inumeráveis estabelecimentos comerciais, coagindo a intervenção da polícia que fez terminar aquele movimento de massas em correrias e com os seus operacionais a darem pranchadas para repelir a multidão. Alguns dos feridos foram tratados no Hospital da Misericórdia e no Posto da Cruz Vermelha.

Os operários finalizariam ao fazerem circular um manifesto impresso de forma clandestina por entre os populares, que a polícia, rapidamente apercebendo-se da situação, não deixou circular aquele documento, apreendendo alguns exemplares.

No principiar da madrugada, pela uma hora da madrugada, estava reposta a normalidade na cidade. Naturalmente foram mobilizados para vários locais elementos das forças policiais, mas essa prática aconteceu de forma especial com o reforço dos efetivos das esquadras próximas da Caixa Filial do Banco de Portugal, na praça da Liberdade, e também em alguns dos principais armazéns e estabelecimentos de viveres, ficando também de prevenção elementos da Guarda Republicana no Quartel do Carmo¹³.

Os dias seguintes foram bastante ativos para as autoridades policiais com os seus operacionais a executarem várias detenções. Os detidos eram membros conhecidos de associações operárias e socialistas com as autoridades a importunarem aquelas associações.

Os elementos que pertenciam à organização não foram detidos. Foram, todavia, intimados a não efetuar qualquer reunião nas direções

¹³ “Subsistências”, *O Comércio do Porto* (Setembro 1916).

das Associações Operárias, instaladas na Casa do Povo, localizada na rua de Camões, ficando aquelas instalações sobre forte vigilância policial.

Aquelas instalações principiaram a sua construção em 20 de abril de 1914, após terem saído da rua do Almada devido a um incremento de renda preferindo comprar um terreno na rua de Camões e, no final de 1914, estavam instaladas naquela rua no n.º 360, a secretaria da sociedade, a sua tipografia e também várias sedes do movimento socialista e operário portuense¹⁴.

Os detidos naqueles acontecimentos foram encaminhados para a Cadeia da Relação e quatro dos detidos como ainda eram menores de idade foram transferidos para a tutoria da infância do Porto.

As penas foram uniformes, bastantes réus foram condenados ao pagamento de fianças, mas, vinte e nove desses elementos recolheram à cadeia porque não tinham dinheiro para pagarem essa mesma fiança, no grupo dos que foram detidos estava uma figura bastante conhecida do movimento socialista, e diretor do jornal *A Voz do Povo*, Manoel José da Silva que tinha sido também deputado.

Nos dias seguintes, a imprensa publicava que ainda havia dezanove presos e para libertar esses indivíduos foram organizadas diversas reuniões com o principal propósito de obter formas de apoio para aqueles operários que ainda permaneciam presos devido à falta de dinheiro para pagar a sua fiança.

Acabaria por ser planificada uma comissão para recolher doações para aqueles operários presos e concordou-se em enviar circulares para várias associações operárias a pedir donativos aos seus membros para ser possível pagar as fianças e libertar os detidos.

Manteve-se uma desmesurada atividade sindical com várias atividades a decorrerem naqueles dias, tal era a ânsia de tentar libertar os operários detidos.

O movimento de classes crescia de forma retumbante e a sua influência estendia-se por vários locais do distrito com vários comícios a ocorrerem. As greves eram constantes e, em meados de julho, as oficinas de móveis da cidade, estavam bloqueadas em virtude de um conflito entre operários e patrões. Os primeiros reclamavam o aumento

¹⁴ João Emanuel Coelho Freitas, “*A Casa do Povo Portuense (1900-1914)*” (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014).

de salários e diminuição de horas de trabalho, os segundo não quiserem perceber as reclamações¹⁵.

Não percebendo se foi por ação de movimentos de classe, a pressão social iria colher alguns frutos e, no mês de março de 1918, foi narrado um aumento de 20% dos salários dos refinadores de açúcar, um incremento que foi obviamente bem acolhido pelos seus elementos¹⁶.

No mês de setembro em 1918, a carestia da vida que se prolongava e agravava sem parecer ter fim à vista, motivou que as organizações de classe realizassem, no dia 15, várias manifestações e comícios em diversas cidades do norte do país: Póvoa de Varzim, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Vila do Conde e, por fim, Porto. A organização massiva destes eventos devia-se à União Operária Nacional e é possível considerá-lo quase como um movimento inédito pela sua dimensão e a sua coordenação¹⁷.

As ocorrências do dia 15 de setembro eram a prova da organização das estruturas sindicais que eram cada vez menos organizações, determinadas em pequenos grupos que atuavam de forma desorganizada, tinham cada vez mais uma atividade contínua que revelava uma evolução da organização e foram evidentemente os responsáveis por pressionarem o poder político para a tomada de medidas contra os atentados económicos e sociais que o povo ia sofrendo.

Por último, é essencial referir que estas organizações realizaram várias atividades e poucas foram as ocorrências que terminaram em violência, demonstrando o elevado sentido de responsabilidade dos seus dirigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de classes nos primórdios no século XIX, iriam ver nas últimas décadas do mesmo século, o seu crescimento a acompanhar, por razões óbvias, o desenvolvimento do movimento capitalista com o respetivo progresso do tecido empresarial nacional.

¹⁵ “Questões operárias”, *A Voz do Povo* (Julho 1917).

¹⁶ “Refinadores de Açúcar”, *O Comércio do Porto* (Março 1918).

¹⁷ “Contra a carestia da vida”, *A Voz do Povo* (Setembro 1918).

Os anos respeitantes à grande guerra foram custosos para os constituintes da classe operária que observavam e consideravam as suas associações de classe como uma âncora de apoio e de alguma proteção para eles na ausência de respostas do poder político.

As autoridades políticas tinham desmedidas arduidades em lidar com os movimentos de massas no distrito do Porto e, ao invés de seguir o caminho mais lógico – que a distância temporal nos permite compreender –, sem paixões e raivas características do momento, deveria ter sido fomentada a criação de consensos para haver uma resolução mais clara dos conflitos sociais. Todavia, na maioria das vezes, a resposta às exigências dos elementos destas classes nas manifestações era presenteada com cargas de cavalaria ou de infantaria.

A crescente violência apenas iria fazer dilatar as tensões e a ansiedade da comunidade operária do distrito, que iria viver enormes privações nos quatro anos de antagonismo mundial e, conforme foi supramencionado anteriormente, as associações operárias iam ver a sua relevância crescer de forma contínua, marcando a agenda política e conseguindo, na medida do exequível e apoiada na fraternidade dos seus elementos, responder às várias solicitações da sua comunidade.

CAPÍTULO 11

FERREIRA DE CASTRO: A LÃ, A COVILHÃ E A POLÍTICA LABORAL DO ESTADO NOVO

António Martins Gomes¹

¹ CHAM - NOVA FCSH. E-mail: amgomes@fesh.unl.pt

Resumo

Em 1947, Ferreira de Castro publica *A Lã e a Neve*, um romance cujo enredo acompanha a vida de Horácio, um pastor de ovelhas que se torna tecelão na Covilhã, uma cidade industrial. Tanto as personagens como o narrador testemunham o modo como as fábricas de lanifícios aplicam os novos regulamentos sobre os direitos dos trabalhadores, relativos a questões como horas de trabalho e descanso, idades de admissão, higiene e segurança, progressão na carreira, proteção do operariado feminino, construção de casas económicas, desemprego e invalidez. A pobreza e a falta de solidariedade no seio da classe operária, durante as greves de 1946, comprovam o discurso dominante de ordem e paz em Portugal, onde emerge uma utopia industrial como modelo alternativo ao pandemónio existente numa Europa pós-guerra. Será *A Lã e a Neve* um romance encomiástico das novas regras laborais do Estado Novo, o regime fascista de Salazar?

Palavras-chave

Ferreira de Castro, política laboral, Estado Novo.

É no princípio do século XX que a voz do operário fabril, moderadamente introduzida por Fialho de Almeida no conto «A Ruiva» (1881), começa a ter o seu protagonismo na literatura portuguesa, há já muito tempo merecido: em 1901, Abel Botelho inaugura a exposição minudente das míseras condições sociais do proletariado lisboeta ao romancear, em *Amanhã*, a labuta dos operários têxteis e a disseminação urbana do associativismo libertário em confronto com o revigorado poder católico; dois anos mais tarde, João Grave relata em *Os Famintos* o quotidiano épico de Luísa, uma jovem que, numa persistente e árdua luta para assegurar o pão para a família, tem de substituir o seu falecido pai numa fábrica têxtil portuense durante um conflito entre o patronato e o operariado, desencadeado por motivos salariais. Em 1947, é editado o romance *A Lã e a Neve*, em cujo enredo Ferreira de Castro (1898-1974) acompanha o percurso agreste de um pastor rural que, ao ambicionar ter uma casa e condições para sustentar a sua família, procura ascender a tecelão na Covilhã, uma cidade industrial do interior.

A tradição de pastorear rebanhos de ovelhas e trabalhar a lã na região covilhanense vem de tempos remotos: em 1420, Dom João I, o monarca que dá início à dinastia de Avis, já se referia aos homens que ali pisoavam o burel e teciam panos de lã meirinha; por sua vez, o dramaturgo Gil Vicente alude, na tragicomédia pastoril *Serra da Estrela* (1527), à criação de ovelhas meirinhas e à produção de panos finos na Covilhã. No início do século XX, esta cidade da Beira Interior detinha um elevado índice de crescimento de população urbana, sendo o sector têxtil aquele que maior número de operários concentrava em toda a indústria portuguesa.

Após o sucesso editorial obtido no início da sua carreira de romancista com *Os Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930), o escritor nortenho Ferreira de Castro publica, em 1947, *A Lã e a Neve*, indubitavelmente uma das obras mais importantes na abordagem romanesca do operariado fabril em Portugal. Com dezasseis edições ao longo do século XX, foi um dos seus romances mais traduzidos, destacando-se a edição na Checoslováquia (1952), com uma introdução de Jorge Amado. Tendo a II Guerra Mundial como pano de fundo histórico, acompanha o protagonista Horácio – um nome que remete para o bucolismo clássico – no seu percurso de guardador de rebanhos a operário especializado. É também uma obra didática, pois o autor, na introdução (Pórtico), conta a evolução da tecelagem na Covilhã, a «Manchester portuguesa», e descreve a epopeia ancestral do «povo dos Hermínios» que pastoreia rebanhos de ovelhas e sobrevive no meio de uma natureza agreste, nas faldas graníticas da Serra da Estrela. O romance aborda ainda a relação complexa entre a pastorícia transumante e o operariado, na sua adaptação à rotina fabril, a luta operária através de propaganda, difusão de livros proibidos, clandestinidade, prisões, manifestações e greves, e simboliza a esperança de uma vida melhor em tempos de instabilidade político-económica.

A Lã e a Neve ficciona a cidade da Covilhã como um espaço utópico que se sustém numa aparente concórdia estabelecida entre patrões e operários da indústria de lanifícios, e tanto as mais diversas personagens como o próprio narrador são testemunhas diretas do modo como desponta uma vida mais condigna para o operariado fabril sob os efeitos práticos de duas leis laborais que o Estado Novo havia promulgado na década de 30: o *Estatuto do Trabalho Nacional* (Decreto-Lei n.º 23.048, de 23 de setembro de 1933) e o *Contrato Coletivo de Trabalho*. Com efeito, este extenso romance, dividido em três partes, descreve o modo

exemplar como todas as fábricas têxteis da região beirã aplicam os novos regulamentos sobre os direitos dos trabalhadores, concernentes a horas de trabalho e descanso, idades mínimas de admissão, higiene e segurança, progressão na carreira, proteção do operariado feminino e infantil, atribuição de casas económicas, ou até mesmo a situações de desemprego, invalidez ou reforma.

Em 1933, a II República Portuguesa, sob forte influência do fascismo italiano, havia ratificado uma nova Constituição Política, inspirada em diversas doutrinas, tais como o jusnaturalismo, o corporativismo, o socialismo católico e o socialismo catedrático. Ao longo da década de 30, a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (FNIL) vai assumir a sua liderança como entidade reguladora da organização económica da indústria têxtil, das matérias-primas e dos salários; deste modo, a FNIL conseguiu estabelecer com a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios (FNSPIL) os salários mínimos em 1936, o regime dos Quadros Permanentes do Pessoal na secção de tecelagem em 1938, e o Contrato Coletivo de Trabalho em 1939, que é posteriormente sujeito a algumas alterações, como é o caso do Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, que estabelece a jornada de oito horas de trabalho para a indústria e o comércio.

No rescaldo da II Guerra Mundial, fome, miséria e morte alastram-se numa Europa sob escombros. Portugal, além de ter resistido estoicamente a esta devastação global, mantém o seu nível económico graças a uma política de neutralidade conduzida pelo regime salazarista; como paradigma alternativo ao pandemónio e desespero existentes numa Europa pós-guerra, uma utopia industrial emergia na «Manchester lusitana», uma pacata cidade do interior.

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro descreve a forma como todas as fábricas da região covilhanense procuram aplicar com todo o rigor os novos regulamentos sobre o direito individual do trabalho, de acordo com o CCT, nomeadamente nas horas de jornada diária, trabalho noturno e turnos. No início da Segunda Parte do romance, Horácio é admitido na fábrica de Azevedo de Sousa; quando inicia o seu trabalho rotineiro, a mudança de turno ocorre sempre às 17 horas, após oito horas de laboração contínua:

Às cinco da tarde, houve um rápido trânsito de figuras na fábrica. Os que trabalhavam de dia deram o seu lugar junto das máquinas a outros que chegaram para o turno da noite e, tão apressadamente como haviam entrado de manhã, abalaram em direitura à calçada que desembocava no portão².

[...]

Milhares de operários laboravam, durante o dia, nas fábricas, e, ao fim da tarde, outros milhares vinham substituí-los para trabalhar noite adentro. Ordenava a lei que não soassem sempre para os mesmos as longas horas noturnas e, assim, em cada semana eles alternavam³

A sua nova rotina profissional obriga-o a entrar na fábrica às 7 horas e 55 minutos. A entrada diária dos operários tinha de ser efetuada no momento do toque das sentinelas, e, se alguém se atrasasse mais de cinco minutos – o único tempo permitido, em virtude de os portões permanecerem encerrados durante o período laboral –, ser-lhe-ia descontado o equivalente a uma hora do seu salário:

Na estrada, caminhavam muitos outros operários, em direcção à Covilhã: homens de faces quase ocultas nas golas erguidas de velhos sobretudos; mulheres muito embrulhadas nos xailes escuros e garotos de doze, catorze anos, vestidos com remendadas roupas e uma das mãozitas metida no bolso, enquanto a outra segurava o cesto da comida. Todos marchavam lestandamente, que a entrada nas fábricas era às oito menos cinco e se chegassem um minuto depois poderia ser-lhes descontada uma hora no salário⁴.

[...]

² Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 143-144.

³ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 165.

⁴ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 132.

Quando atingiram o alto de onde se avista a Carpinteira, com suas fábricas ribeirinhas, Horácio viu, no declive oposto, outras centenas de negros vultos que desciam da Covilhã para o trabalho. Nessa altura, as sereias fabris deram o primeiro sinal.⁵

Em 1934, o domingo é instituído oficialmente como dia de descanso. Neste dia, veste-se o fato domingueiro, vai-se à missa e ao mercado, namora-se e visitam-se amigos ou os familiares mais próximos, como se constata em alguns excertos do romance:

«— Nós estaremos juntos todos os domingos... Temos todos os domingos por nossa conta...⁶

[...]

Com Idalina, desde que trabalhava na fábrica, só aos domingos podia ir ao mercado.

— Pudesse eu passar lá os dias como os que vêm de Lisboa ou como os filhos dos industriais! Não sou um homem igual aos outros? O mal é que só posso lá ir aos domingos.⁷

Em 1939 é promulgado um despacho que torna obrigatória a filiação sindical de todos os trabalhadores da indústria de lanifícios, com uma quotização semanal. No CCT, também assinado em Junho desse ano, já estava prevista a obrigatoriedade de o patronato assegurar o trabalho, ou o seu respetivo salário, num mínimo de quatro dias por semana. Tal como é referido pelo vigário da aldeia a Horácio, quando este, após regressar do serviço militar obrigatório e constatar que nunca progrediria na vida se se mantivesse na sua humilde condição de pastor de rebanhos, lhe solicita que interceda junto dos industriais fabris a darem-lhe emprego:

⁵ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 133.

⁶ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 318-319.

⁷ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 391.

Como os patrões têm de pagar quatro dias de salário por semana, mesmo que não haja trabalho para os operários, ninguém quer ter gente que não seja absolutamente indispensável.⁸

Em *A Lã e a Neve*, também há novas regras no trabalho infantil. Tradicionalmente, os pais nunca prescindiam de colocar os seus filhos menores a trabalhar nas fábricas, como apoio indispensável à economia doméstica. Em 1923, as crianças ainda eram admitidas aos nove anos de idade; porém, o Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, reforçado pelo CCT (1939), estabelece uma nova idade mínima de admissão ao trabalho: doze anos para os rapazes, e catorze para as raparigas. Na Segunda Parte do romance, Horácio é admitido na fábrica covilhanense, onde passa a entrar todas as manhãs juntamente com grandes grupos de homens e mulheres, e, tal como é descrito pelo narrador, com crianças entre doze e catorze anos de idade:

Na estrada, caminhavam muitos outros operários, em direção à Covilhã: homens de faces quase ocultas nas golas erguidas de velhos sobretudos; mulheres muito embrulhadas nos xailes escuros e garotos de doze, catorze anos, vestidos com remendadas roupas e uma das mãozitas metida no bolso, enquanto a outra segurava o cesto da comida.⁹

Para além disso, a contratação de crianças no meio fabril está mais limitada, uma vez que o número de aprendizes não pode exceder vinte por cento do total de operários:

Antigamente, eles metiam quantos aprendizes quisessem, mas agora não podem meter mais de vinte por cento em relação ao

⁸ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 40.

⁹ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 132.

número de operários. Tu compreendes? Se uma fábrica tem cem operários e empregados, não pode ter mais de vinte aprendizes...¹⁰

Ao ingressar na fábrica de Azevedo de Sousa, Horácio, apesar de já ter ultrapassado a idade mínima legal, começa como aprendiz de pegador de fios, a auferir uma remuneração muito baixa. Na Terceira Parte, recém-casado com Idalina e com uma renda de casa para pagar, Horácio decide trabalhar dois turnos por dia – ou seja, dezassete horas no total – pois só deste modo poderia ser tecelão. Assim, com vista a progredir na carreira e ganhar um melhor salário, o protagonista passa a frequentar um curso de tecelagem, após obter as devidas autorizações de Mateus, o gerente da fábrica, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios da Covilhã e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência:

Desde os seus primeiros dias de fábrica, ele decidira aprender tecelagem logo que chegasse a pegador de fios, pois os tecelões ganhavam mais do que os restantes operários. Em vez de salário fixo, recebiam conforme o número de passagens que as lançadeiras faziam nos teares e alguns havia que, ao fim da semana, tinham uma fêria superior às dos outros obreiros melhor pagos. Além disso, os tecelões eram, entre o pessoal fabril, os mais respeitados por mestres e industriais.¹¹

[...]

— É só um ano... — atenuou. — Ao cabo de um ano, estou pronto. Muitos tecelões fizeram-se assim... Ganhavam a vida de noite, para poder aprender de dia...¹²

Por intercessão de Horácio, Idalina, a sua mulher, também é admitida na fábrica Renovadora, como aprendiz de esbicadeira. A propósito da mão de obra feminina, que vai aumentando neste período,

¹⁰ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 40.

¹¹ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 315-316.

¹² Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 318.

o Decreto-Lei n.º 24.402, de 24 de agosto de 1934, sobre duração do trabalho, veio igualmente determinar diversas normas de proteção das mulheres, tais como a proibição do trabalho noturno.

Outras questões abordadas no romance de Ferreira de Castro estão relacionadas com a promoção e a prevenção da segurança e da saúde no local de trabalho. Os acidentes laborais ocorriam, na maior parte das vezes, por negligência e incúria de empresas que não cumpriam os padrões mínimos de segurança. As primeiras normas específicas sobre higiene e segurança do trabalho são promulgadas em 1895, mas apenas para o sector da construção civil. A fim de evitar a elevada percentagem de acidentes, o artigo 25.º do decreto n.º 23.053, de 23 de setembro de 1933, cria o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, organismo que se encarrega de certificar o cumprimento das condições do trabalho, tais como o horário, o regime salarial, as leis sobre o trabalho de mulheres e menores, bem como «a higiene física e moral e a segurança do trabalhador».

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro descreve o modo como as novas regras do Estado Novo compulsam o patronato a providenciar condições adequadas aos seus trabalhadores, que envolvem mais higiene e luminosidade nas instalações fabris, bem como a construção de um refeitório:

De quando em quando, ele desviava a vista, rapidamente, para o resto da fábrica, que ainda não havia percorrido. Era um grande quadrilongo asfaltado e com vidros foscos e semiabertos à altura dos beirais, para seu arejamento. A Horácio aquilo parecia excelente. Muito mais limpo e simpático do que o quartel; e com as casas de Manteigas, a respeito de luz e de asseio, nem havia comparação¹³.

[...]

À hora do almoço, os dois amesendaram-se no novo comedeiro. O dia apresentava-se friorento para eles se sentarem ao ar livre, como era tanto de seu gosto, coisa que irritava Azevedo de Sousa, o gerente, o próprio Mateus, sempre prontos a lamentarem ter a fábrica gasto um dinheirão a construir o refeitório que a lei

¹³ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 141.

mandava e, afinal, os operários preferirem continuar a comer arrumados a qualquer parte, lá fora, ao sol, como os bichos, sem ordem, sem jeito nenhum¹⁴.

Em Portugal, o diploma legal que definiu as bases da Previdência Social – que antecedeu a atual Segurança Social – foi a Lei n.º 1.884, de 16 de março de 1935, em estrita obediência aos princípios gerais consagrados pela Constituição Política de 1933 e pelo Estatuto do Trabalho Nacional. Com o estabelecimento deste sistema, Portugal passa a incorporar o movimento de intervenção dos Estados europeus no domínio da proteção social aos trabalhadores.

Por despacho de 1939, torna-se também obrigatória a quotização sindical do pessoal da indústria de lanifícios, com pagamento semanal de quotas. Em março de 1943, a FNIL, dando cumprimento aos princípios corporativos do regime, comunica aos patrões e aos trabalhadores da indústria de lanifícios as primeiras medidas destinadas à criação da Caixa do Abono de Família, para a qual as entidades patronais passam a contribuir com 5%, e os operários e empregados com 1%.

No romance de Ferreira de Castro, Horácio toma conhecimento de que o seu Sindicato paga agora um subsídio a quem estiver numa situação de desemprego, reforma ou invalidez, algo de que beneficiam, sem exceção, todos os restantes colegas:

Já viste algum patrão querer operários velhos? Antigamente, eram postos na rua sem mais aquelas... Agora, o Sindicato dá-lhes vinte escudos por semana. Sempre podem comer quatro dias por mês...¹⁵

No fim do romance, o gerente da fábrica despede o Marreta, por limite de idade. Contudo, e apesar de este ter sido sempre um operário grevista, subversivo, e com um vago idealismo utópico, Mateus aconselha-o a ir ao médico da Caixa Sindical, para que lhe passe o atestado de invalidez a fim de receber semanalmente a sua reforma:

¹⁴ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 349.

¹⁵ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 139.

— Você está cansado, está quase no limite da idade, e o melhor é reformar-se. Eu cá por mim custa-me dizer-lhe isto, mas são ordens. Você deve ir ao médico da Caixa Sindical, para que lhe passe o atestado de invalidez e você poder receber o subsídio... Não é muito: são apenas vinte escudos por semana, mas é melhor do que nada...¹⁶

A partir de 1932, o Estado Novo começa a implementar uma política habitacional de casas económicas. O primeiro programa de habitação social materializa-se a partir de 1935 com a edificação do bairro do Arco do Cego, em Lisboa. Para a atribuição das habitações económicas, podiam candidatar-se os chefes de família não grevistas e sem cadastro criminal, com idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos, e deveriam estar inseridos numa das seguintes categorias: empregados, operários ou outros assalariados pertencentes aos Sindicatos Nacionais, bem como funcionários do Estado, civis e militares. A prestação destas casas seria ainda estabelecida de acordo com o número e o rendimento de cada agregado familiar.

Em 1940, este programa habitacional chega à Covilhã. O bairro do Penedos Altos, localizado numa encosta da ribeira da Carpinteira, a norte da também denominada «cidade-fábrica», foi o primeiro aglomerado de casas sociais inserido no Programa das Casas Económicas, e teve o patrocínio da Caixa de Previdência dos Têxteis; na primeira fase, foi construída meia centena de casas destinadas a alojar cerca de duzentas pessoas. Em *A Lã e a Neve*, o narrador descreve a grande euforia sentida por várias personagens ao longo da sua construção, na expectativa de que alguma delas lhes fosse atribuída:

Nos Penedos Altos havia começado a construção de casas para os pobres. Toda a manhã andara lá, a trabalhar, uma turma de homens. E a todo o momento chegavam camionetas com material. Ao ouvir aquilo, alguns dos operários ainda duvidavam, enquanto outros iam afirmando: «Eu bem preciso de uma casa...» «E eu também.» «E eu também.»

¹⁶ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 358.

À hora da saída, os que moravam na Covilhã acompanharam os da Aldeia do Carvalho até o ponto da estrada de onde se viam os Penedos Altos. Afinal, era verdade. Já havia alguns alicerces abertos. Perto, levantavam-se rimas de pedras e tijolos que não se encontravam lá de manhã. E, ao fundo, um barracão de madeira e zinco, para recolha das ferramentas e dormida de pedreiros e carpinteiros, fora concluído num só dia¹⁷.

[...]

Horácio sentia-se cada vez mais contente. E, no domingo seguinte, em Manteigas, deu a novidade a Idalina: “Estava resolvido a casar-se. Já era operário e pouco importava que a casa não fosse dele. O principal era que fosse como ele a havia desejado. E a Câmara ia, agora, construir casas assim para os operários”¹⁸.

[...]

— Olha, é acolá! — disse. E apontava os Penedos Altos, numa suave declividade da outra margem da ribeira. — É acolá que estão a construir as casas para os pobres. Vês? É um sítio bonito, não é verdade?

Idalina mirava as dezenas de paredes, ainda sem cobertura, que se erguiam ao longe, em frente dela, e confirmava:

— É muito bonito.

— Pois é lá que ficará a nossa... Vão construir por ali acima, para os operários da Covilhã¹⁹.

Em 1941, o delegado do Governo, num ato de propaganda do regime fascista, inaugurava este bairro operário com o seguinte discurso oficial:

¹⁷ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 267.

¹⁸ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 268.

¹⁹ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 307.

— [...] este domingo, apesar de invernosso, é um dia de júbilo, não só para a família operária covilhanense, mas para a cidade inteira, um verdadeiro amplexo entre as várias classes da sociedade, pois só assim, pela justiça social, se obtém a harmonia que constitui a base sólida para o bem-estar das colectividades²⁰.

Todavia, no momento da distribuição das casas, nem Horácio nem os restantes colegas da fábrica são contemplados no sorteio, uma vez que os seus rendimentos eram insuficientes para pagar a prestação de setenta escudos por mês, ao longo de vinte anos. Com efeito, para além da elevada amortização, estas casas não eram sorteadas apenas para os cerca de seis mil trabalhadores da indústria de lanifícios, mas também para funcionários públicos, empregados do comércio, motoristas e padeiros, todos filiados nos mais diversos sindicatos e com maior estatuto económico.

O Albergue dos Pobres, na Covilhã, foi inaugurado em 1900. Na década de 30, foi integrado num programa nacional do Estado Novo e passou a chamar-se Albergue dos Inválidos do Trabalho; a «Assistência Operária» foi uma das suas fórmulas mais significantes, porque este espaço comunitário também começou a acolher os reformados da indústria de lanifícios sem casa própria, que pagavam uma quota simbólica. Em 1970, passou a designar-se Lar de São José, e ainda recebe uma contribuição dos operários.

No final do romance, Horácio visita o seu colega Marreta, que, encontrando-se já reformado e sem possibilidade de pagar a renda da casa onde vivia, não teve outra solução senão ir para essa mesma instituição, onde também residiam deficientes mentais; aí, toma consciência do panorama entristecedor que rodeava estes operários na fase derradeira das suas vidas amargas:

Agora, para onde quer que ele volvesse os olhos, Horácio via figuras de velhos – velhos por toda a parte. Uns coxeavam à sua frente, outros arrastavam-se sobre o lajedo, apoiando-se a bengalas²¹.

²⁰ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 339.

²¹ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13^a. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 368.

A partir de 1910, com a implantação da república portuguesa, as greves tornam-se uma prática comum no quotidiano instável do novo regime político. Para obter a ordem social e a disciplina no trabalho, o Estado Novo promulga, em 1933, duas medidas drásticas: proíbe as greves e substitui os sindicatos de associação livre por sindicatos nacionais, mais limitados nas suas atividades. No ano seguinte, um novo Decreto-Lei vem definir as coimas a aplicar às associações de trabalhadores grevistas e aos patrões em *lock-out*. Com a eclosão da II Guerra Mundial, Salazar procura proteger o patronato industrial, causando uma maior desigualdade social. Perante a ausência de respostas da estrutura corporativa face às crescentes reivindicações operárias, em novembro de 1941, uma multidão de operários junta-se em frente à Câmara Municipal da Covilhã a exigir aumentos salariais.

Durante este período conflituoso, assiste-se a uma paralisação massiva de operários em protesto contra o custo de vida. Após uma aparente paz social e a consolidação do corporativismo nos anos 30, estas greves vêm abalar a estabilidade do regime. Embora tivessem sido consideradas greves políticas, a sua organização não terá sido partidária nem mediada pelos sindicatos nacionais. Devido à inflação, à desvalorização dos salários e à escassez de bens alimentares, os movimentos de protesto expandem-se na Covilhã durante o período da guerra e atingem o seu auge em 1946, com mais greves e intervenções militares.

A *Lã e a Neve* inclui alguns episódios das greves levadas a cabo pelos operários têxteis da Covilhã, Tortosendo e Vila do Carvalho. Porém, estas greves tiveram uma fraca adesão, porque «o número de amarelos era maior do que se imaginava»²². Horácio, por exemplo, não faz greve, pois um registo criminal retirar-lhe-ia toda a esperança que ainda tinha de lhe ser atribuída uma casa; o protagonista, apesar de ler livros proibidos, frequentar reuniões clandestinas e começar a ter consciência de classe, é, como muitos outros, um «amarelo», um epíteto utilizado pelas associações operárias para classificar pejorativamente todos aqueles que se alheavam das lutas organizadas. Vários operários foram presos e torturados na esquadra da PSP da Covilhã, sendo enviados posteriormente para o Forte de Caxias, em Lisboa. Em protesto, várias mulheres dirigem-se à esquadra, a pedir liberdade para

²² Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 277.

os presos e pão para os filhos, e começam a apedrejar a polícia, que dispara contra elas. Curiosamente, o narrador faz aqui um registo documental, quase desapaixonado, procurando justificar a razão dos disparos e a carga policial sobre os manifestantes, em resposta à violência.

Entretanto, os protestos continuam, com novos comités de greve, mas muitos operários vão desistindo, quebrando a solidariedade com os colegas grevistas; no fim da Segunda Parte, a luta termina, de forma inglória e sem as reivindicações satisfeitas. Em conclusão, os patrões não aumentam os salários, mas prometem não despedir os grevistas. As fábricas reabrem, sob a proteção da guarda republicana.

A respeito desta greve, numa carta escrita em 1947, Ferreira de Castro aborda os problemas que enfrentou ao romancear estes incidentes, a fim de respeitar alguma coerência entre a mimese literária e o que aconteceu, em termos de factos históricos:

Com a perseguição da censura escolhi uma greve tal qual ela foi [...] – uma greve que não pudesse ser contestada. Eu já sabia que o episódio real é um grande inimigo do romancista – um limite, uma fronteira, um trambolho sem plasticidade.

E aconteceu, inevitavelmente, o que era de recear: a greve verdadeira mostrou-se menos convincente, menos sugestiva, mesmo menos... verdadeira do que seria numa greve construída pelo romancista, uma greve imaginada... Eis um problema de estética literária que não é novo, que já tem sido tratado, mas sobre o qual eu tenho, por experiência própria, colhido algumas surpresas e também alguns ensinamentos²³.

A *Lã e a Neve* também acompanha, à distância, o catastrófico contexto vivido por toda a Europa durante o tempo de guerra (1939-1945). Os operários juntavam-se em grupos a escutar as rádios estrangeiras pela telefonia, sintonizada nas emissões da BBC em português e, num misto de ansiedade e expectativa, seguiam a evolução dos acontecimentos, tais como a queda de Mussolini, a morte de Hitler e a ocupação da Chancelaria do Reich pelo exército russo.

²³ Carta de 1.9.1947, pertencente ao espólio de Mário Dionísio, Casa da Achada.

Com a política de neutralidade adotada por Salazar na II Guerra Mundial, Portugal manteve sempre a sua indústria operativa, tendo beneficiado imenso da conjuntura internacional. Com o aumento da procura de fardamentos militares e praticamente sem concorrência externa, o sector dos lanifícios aproveitou esta oportunidade única de negócio: a estatística industrial de 1943, referente às fábricas de lanifícios, destaca o concelho da Covilhã, que concentrava, a nível nacional, 33% das fábricas, 40% de trabalhadores e 60% da produção têxtil. Em 1945, as 140 unidades fabris covilhanenses empregavam cerca de 6.000 operários, em contraste com a devastação espalhada por toda a Europa.

Perante a situação aterradora de outras nações, os operários portugueses iam sobrevivendo, graças à economia de guerra posta em prática pelo Estado Novo: fomentava-se a indústria, aumentava o trabalho nas fábricas, e os salários, apesar de exíguos, eram pagos com regularidade. No final do romance, o narrador de *A Lã e a Neve* repercute esta mesma ideia:

Naqueles meses de Estio, os jornais começavam a falar das consequências da guerra. Em vez do pão para todos, que se anunciara para depois da luta, haveria, no mundo em ruínas, falta de pão até para muitos dos que, antes da guerra, o tinham abundantemente nas suas arcas. Quando o Inverno imobilizasse os percevejos, milhões de homens na Europa, que à guerra, haviam sobrevivido, morreriam de fome e de frio.

Um dia soubera-se que, por isso, os Americanos tinham feito, também em Portugal, gordas encomendas de cobertores destinados àqueles que, nas aldeias e cidades destruídas, se encontrariam sem abrigo quando a neve começasse a cair na Europa. E, assim, nas fábricas da serra não haveria falta de trabalho, como era tão frequente nos anos em que o mundo vivia em paz²⁴.

Contrariamente à visão fatalista e imutável da condição humana proposta pelo naturalismo oitocentista, o neorrealismo, baseado numa metodologia materialista, vai afirmar a existência de uma sociedade

²⁴ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, 13ª. ed. (Lisboa: Guimarães Editores, 1980), 386-387.

dialética, em evolução contínua. Tal como *Gaibéus* (1939), o romance com que Alves Redol inaugura o neorrealismo em Portugal, também *A Lã e a Neve* pode ser considerado um documentário humano que descreve as rotinas da pastorícia transumante e o quotidiano dos operários, repleto de sofrimento e desencanto. À semelhança de Alves Redol, que acompanhou de perto os jornaleiros das lezírias ribatejanas, também Ferreira de Castro se instalou na Covilhã para examinar os pormenores da luta de classes e as míseras condições sociolaborais do operariado têxtil, diariamente oprimido pela engrenagem capitalista. A sua capacidade de observação permitiu-lhe retratar os efeitos da entrada do mundo rural e do artesanato doméstico no processo de industrialização.

Álvaro Cunhal insere *A Lã e a Neve* na corrente neorrealista, entre outros romances, como *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes, *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca, *Montanha*, de Miguel Torga, ou *Quando os Lobos Uivam*, de Fernando Namora, cujas obras irradiam «uma profunda e comunicativa confiança no povo, na luta, no futuro»²⁵. Também Urbano Tavares Rodrigues refere que *A Lã e a Neve* será «talvez o livro onde o realismo social do autor mais apurado se nos apresenta»²⁶, e Álvaro Pina elogia-lhe a visibilidade que deu à classe operária fabril, incluindo-a no conjunto da «escrita de oposição e resistência»²⁷ à cultura dominante nos anos 30 e 40 do século XX.

Na verdade, *A Lã e a Neve* vem comprovar que dos fracos também reza a História da Literatura: esta extensa obra retrata a resistência do povo, denuncia as injustiças sociais e a alienação do indivíduo subjugado ao capitalismo, e deixa uma mensagem final de esperança, com Horácio a abraçar o seu filho recém-nascido, como se a luta popular se transmitisse de geração em geração. Com efeito, Horácio, ao adaptar-se a uma nova vida, vai passando por um processo de aprendizagem, incluindo a tomada de consciência da nova classe a que pertence; contudo, o fio condutor do romance concentra-se sobretudo na ação de um protagonista ambicioso que procura para si uma bem-aventurança

²⁵ Álvaro Cunhal, “Uma arte voltada para o povo”, in *A Arte, o Artista e a Sociedade* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997), 99.

²⁶ José Augusto Cardoso Bernardes, dir., *Biblos - Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa* (Lisboa: Editorial Verbo, 1995, vol. 1), 1070.

²⁷ Álvaro Pina, “Conhecer a comunidade, contar a Nação, autorizar a cultura: no cinquentenário da publicação de *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro”, *Vária Escrita*, 5, (1998): 245.

materialista. Deste modo, a luta solitária do herói individual que troca a vida de simples guardador de rebanhos para se tornar tecelão, motivado pelo sonho irreal de ter uma casa luxuosa, sobrepõe-se ao combate solidário do operariado, o herói coletivo que age sempre em nome da justiça social.

Segundo a mensagem veiculada por Ferreira de Castro na sua utopia industrial, a ordem e o trabalho imperam numa nação pacata, livre de greves sindicais. Neste sentido, ao estar em plena sintonia com a estratégia engendrada por António Ferro, mentor do regime salazarista, para o seu aparelho tentacular de propaganda fascista na década de 40 – massivamente difundida nos livros de leitura do Ensino Primário Elementar, na Exposição do Mundo Português ou nas bancadas do Estádio Nacional –, parece-nos legítimo concluirmos que *A Lã e a Neve* é um grande elogio romanesco ao Estado Novo e às novas regras laborais do corporativismo.

CAPÍTULO 12

A EUGENIA DURANTE O ESTADO NOVO: SEUS PRESSUPOSTOS E A CONSTRUÇÃO DO RACISMO EM PORTUGAL

Ivan Ducatti¹

¹ Professor Adjunto de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF).
Visiting Scholar - Università Ca'Foscari, Veneza (Itália). E-mail: ivanducatti@id.uff.br

Resumo

A eugenia foi uma pseudociência que buscava eliminar os considerados não adaptáveis à ordem da industrialização e expansão imperial. Foi um fenômeno que se desenvolveu em várias partes do mundo, na primeira metade do século XX, mais fortemente em países cujos regimes eram fascistas ou protofascistas, como, por exemplo, Portugal. A eugenia foi um projeto desenvolvido por intelectuais comprometidos com valores de governos autoritários. Essa pseudociência ganharia terreno fácil em países fascistas, pois foi uma conjugação necessária para o trato da «questão social». A eugenia tornou-se, portanto, mais que um projeto da extrema direita; foi uma necessidade de legitimação de ações arbitrárias de Estado. E Portugal, com seu Estado Novo, não se furtaria a tal processo ideológico.

Palavras-chave

Eugenia, saúde pública, Portugal.

INTRODUÇÃO

A eugenia – a pseudociência que pretendia desenvolver os bem-nascidos, buscando eliminar os considerados não adaptáveis à ordem da industrialização e expansão imperial – foi um fenômeno que se desenvolveu em várias partes do mundo, na primeira metade do século XX, mais fortemente em países cujos regimes eram fascistas ou protofascistas, como, por exemplo, Portugal, Alemanha, Itália, Brasil, Argentina, México. Em países considerados democráticos, como Estados Unidos e Inglaterra, a eugenia também encontrou algum terreno para que suas pesquisas fossem realizadas, como controle de casamento e esterilizações, mas sem uma aplicabilidade generalizada e destrutiva como ocorrido na eugenia alemã.

Antes que passemos necessariamente ao tema, algumas breves notas sobre esta pesquisa devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a abordagem da eugenia não é uma abordagem de caráter epistêmico; é,

sim, a abordagem de uma ideologia – própria do pensamento conservador e reacionário, calcado no irracionalismo da filosofia burguesa imperialista, portanto, não mais uma classe portadora de bandeiras progressistas – que visa controlar e subordinar a classe trabalhadora – em especial as mulheres, sobre cujos corpos está a reprodução da vida – aos ditames do grande capital, a partir de pressupostos racistas.

Outro fator a se considerar é a abordagem inicial deste trabalho pela discussão acerca da saúde pública. A eugenia visa atacar os corpos da classe trabalhadora. Atacar para controlar. E o faz por intermédio de um sistema que atua diretamente nos corpos, na abordagem no processo saúde/doença da classe trabalhadora, no controle direto sobre a vida. O sistema a que nos referimos é a saúde pública, *locus* primeiro de atuação da eugenia e de aplicabilidade de seus pressupostos. E, como toda instituição histórica, a saúde pública aqui tratada está devidamente datada: trata-se da construção dessa instituição durante o período fascista, tanto no Brasil como em Portugal.

1. A SAÚDE PÚBLICA EM PORTUGAL

De acordo com Baganha e Ribeiro², antes de 1974, a saúde pública em Portugal era constituída por várias vias, sobrepostas, não se configurando um sistema articulado em si. Muitas instituições hospitalares eram geridas pelas casas de misericórdia, com sua própria forma de gestão e administração. Numa outra camada, havia os serviços médico-sociais voltados à prestação dos beneficiários da Federação da Caixa de Previdência. Para serviços de vacinação, saúde materno-infantil e saneamento, existia o serviço de saúde pública. Os grandes centros urbanos contavam com alguns hospitais gerais e especializados. Para as camadas que podiam pagar pela saúde, havia a saúde privada.

² Maria Baganha, Joana Ribeiro e Sónia Pires, “O Sector da Saúde em Portugal: Funcionamento do Sistema e Caracterização Sócio-Profissional”, *Oficina do CES*, Dezembro, 2002, <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32721>.

Já Varela e Guedes³ nos oferecem um quadro bem abrangente da saúde pública quando afirmam que se pode conceitualizar, dentro da perspectiva da classe trabalhadora, a saúde pública como um sistema que visa garantir a proteção e a assistência dessa mesma classe. A proteção quando universal recebe o nome de segurança social. Já a assistência se refere aos programas que visam à produção e reprodução da força de trabalho, por intermédio da gestão de fundos públicos. Assim, no modo de produção capitalista, a assistência visa tanto à manutenção do exército industrial de reserva, ao evitar a morte deste – quando possível –, e garantir minimamente a sobrevivência daqueles que se encontram em condições de vender sua força de trabalho. No século XIX, existia, no máximo, alguma assistência focalizada para alguns setores da sociedade. Vale salientar que nesse momento Portugal é um país essencialmente rural, que enfrentara diversas guerras civis. Não havia o caráter universal da saúde pública, fenômeno institucional de sociedades industrialmente mais avançadas. O Estado funcionava como fiscalizador dos estabelecimentos de caridade que atuavam no campo da assistência. Os asilos, as misericórdias e hospitais tinham regulamentação própria e estavam voltados para o controle de epidemias e doenças infecciosas. As maternidades foram construídas somente na República, depois de 1910. O pequeno movimento operário de Portugal organizado era protegido por ações mutualistas. Não havia cobertura para a sua proteção dentro de um sistema estatal universal. De fato, isso somente viria a acontecer depois da revolução de abril de 1974, momento em que se construirá o direito ao trabalho.

Ainda segundo Varela e Guedes⁴, a configuração da saúde pública durante o Estado Novo tinha a seguinte estrutura: as clínicas livres, que eram exercidas por médicos liberais; as caixas de previdência, que, por intermédio dos Serviços Médico-Sociais (SMS) contratavam médicos; a assistência pública, destinada a uma faixa da população comprovadamente pobre, atestada pelas juntas das freguesias (a menor das unidades administrativas de Portugal, em nível municipal), porém organizada por particulares, tendo o Estado um papel apenas

³ Raquel Varela e Renato Guedes, *História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal: a Saúde e a Força de Trabalho, do Estado Novo aos Nossos Dias* (Lisboa: IHC (FCSH/UNL), 2016).

⁴ Raquel Varela e Renato Guedes, *História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal: a Saúde e a Força de Trabalho, do Estado Novo aos Nossos Dias* (Lisboa: IHC (FCSH/UNL), 2016).

suplementar. Este pilar assistencialista, sobre o qual daremos maior destaque, se destinava à maioria da população portuguesa, que era camponesa, e a uma minoria urbana – o traço em comum dessas espacialidades era a pobreza. A assistência pública passará da caridade corporativa (1937-1944), pela reorganização de 1945 a 1971, chegando à fase sanitária sofrida em 1971. Essas mudanças, no entanto, seriam mais acomodações da administração da força de trabalho estatal para a administração do sistema e não necessariamente ajustes para as demandas da população dependente dessa assistência. Em nome da racionalização do sistema, na década de 1940, em benefício da capital que gerenciava o assistencialismo português, seriam desoficializados grandes hospitais públicos, como os Hospitais Civis de Lisboa (São José, Estefânia, Santa Marta, Curry Cabral e Santo António dos Capuchos), bem como os Hospitais da Universidade de Coimbra. Em nome da racionalização de tal assistência, reconhecem-se as áreas onde essa assistência deveria centrar a sua ação. Em primeiro lugar, destaca-se a assistência à vida no nascimento e primeira infância (consultas pré-natais, maternidade, lactários, parques e dispensários infantis); depois, a assistência à vida na formação e preparação física, intelectual e moral (preventórios, colônias de férias, orfanatos e patronatos); também é incluída a defesa da vida ameaçada por infecções físicas, mentais ou morais (hospitais, casas de saúde, dispensários, manicômios e casas de regeneração); finalmente, a assistência à vida ameaçada por fatores causados pela miséria econômica ou pela incapacidade física, mental ou moral (não são definidos os conceitos citados).

Durante o Estado Novo, Portugal tinha, entre os países europeus, os piores resultados em problemas de mortalidade infantil e materna, tuberculose, câncer, doenças infecciosas, nutrição e doenças adquiridas no trabalho, etc.

Ainda conforme Varela e Guedes, o assistencialismo português será regulamentado em 1944 pelo Estatuto da Assistência Social, e reforçam-se as iniciativas particulares, por intermédio do qual o Estado reconhece o papel das associações eclesiais da Igreja Católica e das Casas de Misericórdia. Os hospitais serão organizados pelo Estado Novo pela Lei de Assistência Hospitalar de 1946. Assim, somente na segunda metade do século XX é que Portugal terá uma organização hierarquizada

de estrutura hospitalar, erigida por zonas territoriais. A estrutura hospitalar seria acompanhada por estruturas menores de assistência, como postos de socorro. O financiamento do sistema era majoritariamente estatal, mas poderia haver alguma parceria dos hospitais privados com os quais o governo mantinha convênio.

No que concerne à questão sanitária geral de Portugal dentro do período em que se analisa, alguns fatores devem ser considerados como elementos de reflexão: baixo índice de fomento para políticas públicas sanitárias, dada a debilidade do desenvolvimento das forças produtivas; escassez de força de trabalho especializada para serviços de saúde; grau técnico da medicina no país. Além desses fatores, deve-se salientar o fato de que a mortalidade infantil e a imigração em massa da classe trabalhadora para o exterior tornava-se um desagregador da composição social da força de trabalho no país. Como o sistema de saúde pública no modo de produção capitalista – respeitando, nesta análise, obviamente as condições histórico-sociais de cada país para a relação de fomento em saúde pública e as lutas sociais para a construção e manutenção desse próprio sistema – visa a manutenção mínima da saúde da classe trabalhadora para garantir a produção e reprodução do próprio capital, se esta classe trabalhadora entra em colapso numérico, isto é, decai consideravelmente a ponto de comprometer a existência do próprio proletariado, com seu exército de reserva, ao Estado, como gestor dos interesses do capital, não resta estabelecer uma saúde pública em níveis considerados insatisfatórios para a classe trabalhadora, seja em financiamento, tecnologia sanitária, investimento em força de trabalho especializada, etc, uma vez que a produção da mais-valia social se reduz, naturalmente nesse momento, com o colapso numérico da classe trabalhadora. Deve-se, ainda, ressaltar que se trata de um período e de uma realidade nacional por intermédio das quais ao capital não se permitia a redução dos quadros da composição da força de trabalho no rés do chão da fábrica, uma vez que a gestão técnica do capital daquele momento em Portugal não se encontrava no nível da redução da força de trabalho, pela aplicação de novas tecnologias na produção, ampliando assim o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, pela própria escassez de unidades produtivas no país.

2. A EUGENIA EM PORTUGAL

A eugenia foi um projeto desenvolvido por intelectuais comprometidos com valores de governos autoritários. Essa pseudociência ganharia terreno fácil em países fascistas, numa conjugação necessária para o trato da «questão social»⁵. A eugenia tornou-se, portanto, mais que um projeto da extrema direita, uma necessidade de legitimação de ações arbitrárias de Estado. E Portugal, com seu Estado Novo, não se furtaria a tal processo ideológico.

Segundo Pereira⁶, o pensamento eugênico ganhou corpo em Portugal no contexto do higienismo, o qual se limitou a defender a boa descendência, com critérios de robustez tanto física como mental. Isso envolveu o tema da reprodução humana, via casamentos. Assim, os indivíduos portadores de formações, físicas e mentais, consideradas negativas, teriam uma hereditariedade genética comprometida patologicamente. Enfim, buscava-se justificar, por intermédio desse tipo de pseudociência (que aparecia como legitimadora para ações em saúde), políticas para a repressão da pobreza. Os eugenistas, mais radicais e mais próximos dos princípios de Galton, tinham como discurso preservar e melhorar os considerados bem-nascidos geneticamente e, por outro lado, eliminar o seu contrário, isto é, os mal nascidos. Porém, os pressupostos galtonianos não se tornaram uma corrente a ser seguida, como na Alemanha ou Inglaterra. Mais próxima do eugenismo francês, a eugenia portuguesa se restringiu mais ao campo do higienismo. De qualquer forma, a arianidade não foi questionada, porém o problema da eugenia no plano racial não foi assumido – nessa questão pode-se analisar a influência da Igreja católica contra esterilizações. Os esforços seriam o de prevenir a transmissão de doenças e de anomalias consideradas hereditárias. A busca da boa hereditariedade levaria ao controle dos casamentos, com inspeções médicas, chegando até ao combate criminal – o criminoso não deveria procriar, afinal, o criminoso poderia transmitir seus genes considerados responsáveis pelo impulso do crime para seus filhos, seus herdeiros

⁵ Ivan Ducatti, “A Eugenia no Brasil: uma Pseudociência como Suporte no Trato da ‘Questão Social’”, *Temporalis*, Julho e Dezembro 15, 2015.

⁶ Ana Leonor Pereira, “Eugenia em Portugal?”, *Revista de História das Ideias*, 1999.

biológicos. As sanções para os portadores de hereditariedade considerada negativa incluíam a possibilidade de o indivíduo ser preso.

Todas essas análises e considerações de Pereira – que procurou desvendar quais os elementos para afirmar a eugenia em Portugal, buscando identificar os elementos que os pesquisadores utilizaram para postularem suas teses – são realizadas a partir da leitura de autores eugênicos e higienistas para, por fim, afirmar que a eugenia permaneceu «enlatada entre a *prudência jurídica* e o *optimismo higienista*, o que pode ser interpretado como sendo sintomático da persistência de valores humanistas, de fundo cristão, na cultura portuguesa, apesar da força dos seus sinais de acolhimento do cientismo, ou agnóstico ou ateu, no período considerado»⁷, grifos no original). Enfim, há um grande esforço intelectual para chegar à conclusão de que a eugenia é sempre arbitrária, e não a estrutura política e econômica que permitiria a aplicação das possíveis políticas públicas autoritárias, bem como o alastramento de ideais fascistas e destruidores, como ocorreu no Estado Novo, para então negar a aplicação da mesma em território português.

Para Cleminson⁸, a eugenia portuguesa pode ser classificada como eugenia latina, que envolve a questão específica da miscigenação, como no caso da eugenia praticada na América Latina como um todo. Trata-se de uma eugenia ambientalista, menos focada na higiene racial e mais na questão da higiene familiar e puericultura. Apesar da predominância de uma eugenia latina, a influência da eugenia alemã também existiu em alguns trabalhos teóricos, que tiveram alguma visibilidade durante as décadas de 1930 e 1940, não por acaso o auge do nazifascismo na Alemanha, mas a repulsa por parte da Igreja católica, como também aborda tal autor, foi patente. Porém os postulados da eugenia latina, depois do pós-guerra, permaneceram por algum tempo. Tal vertente eugênica ganhou terreno durante o governo Salazar, em especial se aplicada nas então colônias africanas.

Mas a eugenia não desapareceria. Em Portugal, no pós-guerra, muito fortemente, como nos países latino-americanos, houve uma associação da eugenia ao sanitarismo, higiene social, higiene mental e higiene das células reprodutivas. Sem endossar como eugênicas, no entanto, o regime salazarista focou sua atenção à saúde em reformas

⁷ Ana Leonor Pereira, “Eugenia em Portugal?”, *Revista de História das Ideias*, 1999.

⁸ Richard Mark Cleminson, “Between Germanic and Latin Eugenics”, *História, Ciências, Saúde*, Dezembro 16, 2016, 73-91.

higiênicas relacionadas à maternidade e cuidados a crianças. As ideias científicas dependem de um ambiente social apropriado para sua absorção e assimilação, e o governo de Salazar possibilitou tais circunstâncias e uma abordagem flexível à raça, buscando uma posição política no pós-guerra. Sem os principais países fascistas na cena internacional, Portugal não abriria mão do anticomunismo, do antiliberalismo e da antidemocracia, como veremos mais adiante.

A eugenia não surgiu na história como um produto criado e elaborado simplesmente a partir da mente de pesquisadores, cientistas e filósofos, ela é produto direto do irracionalismo; é produto da miséria do pensamento burguês que se constrói a partir da formação do capitalismo monopolista, ao qual interessa ocultar todo e qualquer tipo de conflito e contradição inerente a esse modo de produção, os quais podem ser conhecidos pelo pensamento dialético crítico, pelo fato de o capitalismo em si ser um modo de produção contraditório e humanamente destrutivo, por isso impossível de ser reformado pela via política. Assim, aqueles pensadores que optaram por pensar a decadência e degeneração humanas, o fizeram por uma opção de classe, a burguesa.

O filósofo húngaro Georg Lukács⁹ nos ajuda a refletir acerca do irracionalismo burguês. Produto do final do século XVIII europeu, o biologismo na filosofia e na sociologia tem sido a base para tendências filosóficas reacionárias. É próprio do pensamento reacionário aplicar a analogia dos organismos ao funcionamento das sociedades e do Estado, como princípio natural da formação de cada uma dessas instâncias, dentro da lógica do crescimento orgânico, e, ao mesmo tempo, considerar os levantes revolucionários como contrários à natureza. O biologismo é uma forma de defesa das classes reacionárias como necessidade inevitável de defender interesses ideologicamente, que nasce com a nobreza reacionário que passa a perder privilégios políticos e econômicos a partir da Revolução Francesa. Porém, ainda que nobreza tenha perdido poderes políticos e econômicos, o pensamento reacionário em questão não desapareceu. Ao contrário, em seu nome surge a teoria racial na primeira metade do século XIX. Porém nesse mesmo século, as teorias raciais não tiveram grandes repercussões no campo ideológico. Foram os acadêmicos fascistas que desenterraram tal teoria, da qual derivaram várias pseudociências.

⁹ Georg Lukács, *The destruction of reason* (Londres: Humanities Press, 1981).

O pensamento eugênico que se introduz em Portugal não difere em termos gerais do processo de «decadência moral» atribuído pelo irracionalismo filosófico burguês, muito presente às vésperas da Primeira Guerra Mundial. No caso português, essa decadência teria, como uma das principais fontes – porém não única –, sua intolerância religiosa historicamente construída pela Inquisição, pelo absolutismo monárquico e pela grande tendência de colonizar e conquistar outros povos e nações. Importante frisar que essa ideia de decadência, no entanto, já havia tido seu início de gestação por vários escritores e pensadores portugueses, durante o último quartel do século XIX.

O pensamento eugênico, elitista e autoritário, passa a ganhar respaldo por governos e intelectuais apologetas do capital na formação daquilo que poderíamos chamar de grande complexo de controle social sobre a classe trabalhadora, principalmente nas instâncias da saúde pública e educação – por intermédio das quais torna-se mais factível uma ação política e estatal de massas, de atuação sobre a “questão social” trazida pela pauperização. A eugenia é uma proposta política dos governos imperialistas, que irá se popularizar na periferia do capital, principalmente onde as políticas sociais são frágeis e quase inexistentes. Seu caráter aparentemente científico – pois a ciência infelizmente ainda se apresenta ao nível do senso comum como apolítica – não ultrapassa um revestimento de nível meramente epidérmico, pois favorece a legitimação de atividades, que no nível das aparências fenomênicas, que surgem como desprovidas de intenção de controle político; surgem tão e somente como atividades consideradas científicas, sanitaristas, médicas, higienistas, descoladas de políticas de controle e policiais campanhistas. A saúde pública, em especial, nos países em que as forças produtivas são pouco desenvolvidas, como em Portugal antes de 1974, e cuja participação popular na sua construção é praticamente inexistente, em vez de ser equipada por uma estrutura que atende efetivamente à produção e manutenção da saúde da classe trabalhadora, por um sistema democrático e popular de gestão, é utilizada para, entre tantos exemplos nefastos, classificar e isolar os considerados inadaptáveis ao capital e, quando possível, encarcerar em instituições totais, como hospícios e instituições de isolamento.

A partir dessas considerações acerca da debilidade da saúde pública em Portugal no período salazarista, e levando em consideração os

argumentos de Pereira¹⁰, a eugenia fora, de fato, pensada e estudada em Portugal, mas seu desenvolvimento, em cujo campo principal de implantação seria justamente o campo da saúde pública, a eugenia não teria condições de se materializar como política de Estado, como prática médica e biológica.

3. EUGENIA E COLÔNIAS

Em Portugal, propriamente dito, as dificuldades de implantação da eugenia exigiam a concretização de uma saúde pública, estrutura em termos não somente técnicos, mas também econômicos e de pessoal capacitado – fatores esses que fizeram com que Portugal não levasse adiante projeto de tal dimensão, como ocorrera na Alemanha nazista. Mas isso não impediu que o racismo eugênico não fosse pensado e aplicado nos territórios ultramarinos. Referimo-nos, assim, ao Estatuto Indígena e à Escola do Porto.

De acordo com Rosário *et al*¹¹, a política colonial portuguesa fez amplo uso do racismo científico, principalmente na primeira metade do século XX, baseando-se na visão etnocêntrica para justificar o papel de Portugal no Ultramar como portador de valores universais. Assim, a hierarquia racial foi a ideologia de sustentação da função civilizadora da colonização, condenando os negros, preferencialmente, à subalternidade.

Não é à toa que será criado o Estatuto Indígena, como instrumento racista, estatal, para que Portugal justificasse, no plano jurídico, o trabalho forçado nas colônias. Por intermédio desse Estatuto, o trabalho forçado seria a forma pela qual, segundo afirmava a administração colonial, os povos os quais se submetessem a esse tipo de trabalho teriam condições de melhorarem naquilo que o colonizador concebia como civilização. A argumentação para a criação do trabalho forçado foi a de que seria o instrumento civilizador fundamental nas possessões coloniais, de forma estruturada para a manutenção das relações entre o

¹⁰ Ana Leonor Pereira, “Eugenia em Portugal?”, *Revista de História das Ideias*, 1999.

¹¹ Edite Rosário, Tiago Santos e Sílvia Lima, “Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e Inferiorização nas Trocas Coloquiais sobre Categorias Minoritárias”, *Observatório da Imigração*, 2011.

colonialismo português e as populações colonizadas. O pensamento intelectual comprometido com a causa colonial – expresso por intermédio de políticos e publicistas – declarava abertamente que a aspiração ao trabalho forçado seria a forma ideal de se entrar naquilo que consideravam ser o «grêmio das civilizações».

O Estado Novo haveria de promover a valorização das colônias enquanto palco da «missão civilizadora» de Portugal para com as raças consideradas inferiores. As colônias eram, para o capitalismo português, sua grande fonte de acumulação primitiva, e objetivo para o capital nas colônias não era o de construir as bases de um Estado aos moldes europeus em Ultramar, ao contrário, o objetivo era aprofundar o trabalho forçado, precarizado ao máximo, porém com o discurso da assimilação e protecionismo às «raças inferiores», na definição do próprio Salazar, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a pressão internacional pela descolonização torna-se fator político crescente, tanto pelas lutas de libertação nacional como por pressões do imperialismo liderado então pelos Estados Unidos, uma vez que estes viam a ameaça concreta do apoio da antiga União Soviética aos movimentos revolucionários.

Ainda sobre o racismo em Portugal, sua maior elaboração teórica fora construída por intermédio de acadêmicos da Escola do Porto, conforme bem demonstra Pereira¹². Já em 1936, o então ministro das colônias, Francisco Vieira Machado, havia determinado o envio de missões antropológicas com a finalidade de conhecer os grupos étnicos de cada domínio ultramarino, para que se procedesse aquilo que seria denominado de cartas etnológicas. Afinal, é nos anos 1930 em que renasce o «espírito colonial» na ciência a partir da iniciativa dos próprios cientistas, em especial por intermédio dos acadêmicos do Porto, Lisboa e Coimbra, bem como de Goa, conforme manifestação dos mesmos no 1o. Congresso Nacional de Antropologia Colonial, de 1934, realizado na cidade do Porto, onde havia o predomínio da *intelligentsia* voltada para a produção antropologia física. No entanto, o entusiasmo pelas ideias acadêmicas não foi imediato, uma vez que, para o Estado, naquele momento, na sua visão autoritária de mundo, a Universidade não havia ainda produzido teorias que tivessem aplicabilidade prática e concreta.

¹² Rui M. Pereira, “Raça, Sangue e Robustez: os Paradigmas da Antropologia Física Colonial Portuguesa”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 2005, <http://journals.openedition.org/cea/1363>.

Ao contrário, o governo de Portugal ignora a Universidade e, cria, em 1936, a Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC), dotada de iniciativas estatais e de particulares. Os apoletas intelectuais responsáveis pela divulgação ideológica da JMGIC eram oriundos, em sua maioria, das ciências naturais (em geral, médicos e biólogos), estreitamente ligados ou vinculados à «Escola do Porto», sendo que o nome mais proeminente dessa instituição foi o de Mendes Corrêa (assistente de biologia e médico legista).

A antropologia física, ainda segundo o mesmo autor¹³, havia sido desenvolvida pela Escola do Porto e englobava etnologia e psicologia, e se baseava na raciologia, excluindo perspectivas sociais e culturais. Disso surge a antropobiologia, na década de 1920, pseudociência que procurará sistematizar a eugenia em Portugal. Mendes Corrêa, como importante expoente da antropobiologia, argumentava contra a mestiçagem, uma vez que esta, para ele, seria um fator degenerativo, que conduziria à idiotia e à demência mental. Assim, a mestiçagem deveria ser rejeitada e os mestiços, impedidos de ocuparem posições políticas de liderança. Se aos mestiços estariam vetadas quaisquer possibilidades de ascensão econômica e social, também estariam vetadas as mesmas possibilidades aos negros e asiáticos (isto é, os não brancos); e isso o movimento histórico do colonialismo bem tem demonstrado.

Ainda baseando-se em Pereira¹⁴, em Moçambique, na década de 1940, as missões de investigação antropológicas e etnológicas, ornadas pela concepção de mapeamento racial da antropologia física, tinham por finalidade investigar as populações das colônias de uma perspectiva considerada «bio-étnica», cujo objetivo consistia em conhecer os grupos étnicos do território colonizado, bem como conhecer suas instituições e seu direito consuetudinário. O estudo da robustez e vitalidade dos povos colonizados também eram o objetivo dessas intervenções, dentro do que se considera perspectiva biológica, para avaliar o potencial humano de se adentrar territórios. Buscava-se, com isso, melhor aproveitamento da força de trabalho nas colônias; tratava-se de mapear o potencial de exploração que o trabalho forçado das populações nativas poderia fornecer, excluindo, obviamente, qualquer possibilidade de ascensão

¹³ Rui M. Pereira, “Raça, Sangue e Robustez: os Paradigmas da Antropologia Física Colonial Portuguesa”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 2005, <http://journals.openedition.org/cea/1363>.

¹⁴ Rui M. Pereira, “Raça, Sangue e Robustez: os Paradigmas da Antropologia Física Colonial Portuguesa”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 2005, <http://journals.openedition.org/cea/1363>.

social e cultural por parte dos trabalhadores, como já informado. Na exploração colonial, não havia nenhuma preocupação de dimensão cultural, portanto, não se encontrava em questão nenhuma alusão à dimensão humana, mas ao nível máximo de exploração à qual os povos colonizados poderiam ser submetidos.

Desconhecia-se por completo a antropologia cultural e seus conceitos, e isso fazia com que as abordagens aos povos autóctones se dessem de forma catastróficas, pois a ignorância, por exemplo, a respeito de formas de organização de grupos familiares (se matriarcal ou patriarcal) e consanguinidade não permitiam a compreensão dos laços comunitários, fatores estes que já tinham sido desenvolvidos por antropólogos anteriores ao antropólogo português Santos Jr., por exemplo, que havia participado das missões etnográficas em Moçambique e cuja tese sobre os povos daquele país se revelaram um total insucesso, pelo seu despreparo em termos culturais, levando a não conclusões sobre as etnias observadas. Essas investigações serviram para legitimar a colonização de forma considerada científica, estabelecendo a supremacia portuguesa sobre as populações a serem exploradas. O biologismo presente na antropologia física, calcada em pressupostos racistas por intermédio dos quais a hierarquização do ser humano branco encontra-se na parte superior de qualquer escala que se queira tomar como referência, a qual despreza qualquer possibilidade de abordagem cultural e social, contribuiu para se criar uma imagem de povos de raças consideradas inferiores, mental e civilizacionalmente. Em 1955, cria-se o Instituto de Investigação Científica de Moçambique, porém com uma roupagem nova que incorpora as ciências humanas. Mas isso ocorre porque o Instituto é criado em cooperação com países colonizadores e da África, que exigiam novos fatores de pesquisa. A partir daí, assume-se que as ciências humanas teriam “importância crucial na legitimação da dominação colonial e que o auxílio prestado à administração colonial por estas disciplinas se havia tornado indispensável¹⁵, conforme afirmava Adriano Moreira. A conjuntura da época, pós-Segunda Guerra Mundial, tornava incômodo um discurso baseado somente em pressupostos da raça.

¹⁵ Rui M. Pereira, “Raça, Sangue e Robustez: os Paradigmas da Antropologia Física Colonial Portuguesa”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 2005, 25 (232). <http://journals.openedition.org/cea/1363>.

Assim, podemos considerar que o Estado, cuja configuração desde o final do século XIX realiza-se como a de representante do grande capital – para além de mero salvaguarda repressor deste –, enfrente, no nível do desenvolvimento científico – que demanda controle e inversões orçamentárias para a reprodução do mesmo capital –, problemas semelhantes às dotações realizadas para a saúde pública e qualquer outra política social, tal como a escassez de recursos financeiros que levam à dificuldade na preparação de força de trabalho qualificada para ciência e tecnologia, restando, quando muito, poucos projetos para construção de universidades e institutos especializados.

Nesse sentido, a eugenia não poderia ter sido uma prática científica colocada ao serviço público. Seus autores e mentores encontraram eco nos salões dos discursos reacionários, mas não puderam ver seu produto realizado em termos epistemológicos. O Estado Novo português, fascista e, portanto, bom receptor das ideias eugênicas, não tinha condições materiais mínimas para um projeto de tal monta, como havia ocorrido na Alemanha nazista, pois esta última já era uma nação industrializada, altamente produtora de tecnologia, bens produtivos e improdutivos e, antes de tudo, beligerante. Além disso, o Estado Novo tinha a oposição da questão eugênica por parte da Igreja Católica¹⁶, instituição que o apoiava, mas que colocava óbice de cunho encíclico aos projetos desse tipo de natureza.

¹⁶ Um pequeno exemplo dessa oposição encontra-se em Antônio Augusto de Miranda, “Dois Canceros Sociais”, *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*, 1943, 18-22, <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BEAG/BEAG-A02-N01&p=28>.

CAPÍTULO 13

AS RELAÇÕES LABORAIS: NOVOS E/OU VELHOS DESAFIOS SINDICAIS

Paulo Fernandes¹

¹ Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal. E-mail: paulo.fernandes@esce.ips.pt

Resumo

As relações laborais têm sido atravessadas por mudanças que decorrem das alterações ocorridas nas empresas, não só em termos materiais, por exemplo, a progressiva integração de novas tecnologias, como humanas, onde as necessidades em termos de recursos se têm alterado, não só quanto ao seu perfil, como pela redução dos recursos humanos existentes, resultantes muitas vezes das reorganizações dos quadros de pessoal das empresas e que acabam por instituir alterações no funcionamento das relações laborais. Neste sentido, no campo das relações laborais estamos a assistir a mudanças profundas na sua configuração, não só em termos mais globais, como em termos de realidade nacional. As alterações que resultaram da crise financeira global vieram levantar um conjunto de questões relacionadas com a estruturação dos sistemas de relações laborais e pelo questionar de um conjunto de pressupostos que estavam subjacentes na sua definição. As mudanças ocorridas nos últimos tempos colocam um conjunto de interrogações que tornam pertinente uma reflexão sobre o papel de representação das estruturas dos trabalhadores e dos desafios que os sindicatos enfrentam em termos de representação e do papel que devem ou podem desempenhar na realidade atual. O presente trabalho procura abordar e discutir um conjunto de questões que atravessam a realidade sindical e dos sistemas de relações laborais, confrontando-os e ilustrando algumas questões com dados empíricos, de forma a tornar esta reflexão mais sustentada.

Palavras-chave

Relações laborais, sindicalismo, trabalhadores.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está enquadrado numa investigação mais aprofundada; dentro de um projeto de doutoramento, que tem vindo a ser desenvolvido sobre a negociação coletiva em Portugal, numa perspetiva diacrónica e sincrónica, a fim de compreender a evolução deste fenómeno, no contexto português e em momentos particulares de rutura ou continuidade que tem marcado a sua evolução.

A negociação pode ser entendida num sentido mais restrito e numa perspectiva mais individual ou numa dimensão coletiva e neste caso associada à atividade laboral, como será o caso do trabalho que irá ser apresentado nas seguintes páginas.

As relações laborais por seu lado podem ser entendidas como o conjunto das práticas e das regras que estruturam as relações entre assalariados, empregadores e o Estado em contextos de trabalho, tendo presente as mudanças que têm ocorrido nas relações de trabalho, não só num contexto mais alargado; negociação coletiva e enquadramento legal, com todas as implicações que estas alterações na realidade do trabalho e em particular no caso português.

Estas mudanças atravessam várias dimensões, desde a organização do trabalho, passando pelos tempos de trabalho, mudanças dos conteúdos do trabalho que derivam da alteração do peso que os diversos sectores tem na absorção da força de trabalho através da introdução de novas tecnologias, por exemplo, assim, como do tipo de vínculos; relação contratual, alteração da força de trabalho; feminização do mundo do trabalho, bem como, novas exigências em termos de qualificação, sem esquecer das competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Os sindicatos como atores do sistema de relações laborais não estão fora deste contexto de mudanças e dessa forma são ao mesmo tempo participantes nas alterações que ocorrem, mas também eles próprios vão ser objeto dessas transformações como resultado destes processos que ocorrem nas sociedades atuais.

A metodologia deste artigo assentou na pesquisa bibliográfica e na leitura crítica de um conjunto de artigos e textos publicados sobre a temática que é objeto de reflexão, assim como de uma análise de alguns conteúdos presentes nesses artigos.

A estrutura do trabalho que irá ser apresentada terá um primeiro ponto sobre organização económica e a regulação laboral, um segundo ponto sobre os modelos de negociação coletiva, um terceiro ponto sobre as relações laborais e o papel dos sindicatos e por fim apresentamos algumas conclusões/considerações finais.

1. ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E REGULAÇÃO LABORAL: EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

A crise dos sistemas de relações coletivas de trabalho² e, por arrastamento, do próprio sistema de tutela legal³, tem sido uma das marcas mais significativas associadas ao triunfo do modelo capitalista de acumulação flexível⁴ e da ideologia meritocrática⁵ que o suporta. Se a flexibilidade, nas suas diferentes dimensões⁶, se tornou hegemónica num quadro marcado pela globalização dos negócios, justificando as deslocalizações de empresas, a «luta» entre Estados⁷ para atrair novos investimentos diretos estrangeiros e a imposição de relações de trabalho cada vez mais instáveis e degradadas⁸, a ideologia meritocrática, através do seu culto da performance⁹, foi legitimando as consequências socialmente negativas do novo modelo de organização económica ao criar um mundo de infindáveis promessas de oportunidades económicas para todos desde que interiorizassem as novas regras económicas e investissem na sua empregabilidade permanente¹⁰.

Nestas condições, a representação coletiva dos trabalhadores foi cedendo progressivamente o seu espaço, sendo que, por outro lado assiste-se à crescente institucionalização das organizações sindicais que,

² P. B. Beaumont, *The future of employment relations* (London: Sage, 1995).

³ António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho* (Coimbra, Ed. Almedina, 2010).

⁴ Sónia Maria Rummert, *Educação e identidade dos trabalhadores* (S. Paulo: Intertexto, 2000).

⁵ Geoff Dench (ed.), *The rise of meritocracy* (London: Blackwell, 2006).

⁶ Robert Boyer (dir.), *La flexibilité du travail in Europe* (Paris: La Découverte, 1987).

⁷ A expressão; a «luta» é entre Estados poderá ser excessiva, o termo competição, como, o exemplo da Autoeuropa mostra que são as empresas do grupo que estão em competição entre si para receberem os novos modelos que viabilizam as empresas e mantêm o emprego. Os Estados só podem intervir indiretamente, propiciando às «suas» empresas algumas condições mais favoráveis do que as de outras.

⁸ Elísio Estanque, «Classes, precariedade ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais» (*Oficina do CES*, n.º 38, 2005).

⁹ Alain Ehrenberg, *Le culte de la performance* (Paris: Hachette, 1991).

¹⁰ António José de Almeida, «Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal» (*Sisifo/Revista de Ciências da Educação*, n.º 2, 2007): 51-58.

adquirindo o estatuto de parceiros sociais, foram tendo cada vez mais dificuldade em representar a massa de trabalhadores paulatinamente entregue aos seus «méritos» pessoais e à sociedade de consumo¹¹.

O que vemos são indivíduos/grupos comprometidos com os objetivos socioeconómicos das políticas públicas orientadas para garantir o acesso de todos ao consumo, condicionados pelas quase ilimitadas oportunidades de mobilidade social ascendente e sem base social de apoio para contestar a hegemonia dos grupos e dos valores sociais dominantes¹², os sindicatos foram-se enredando em estratégias reformistas baseadas na melhoria dos salários e das condições de trabalho, deixando-se aprisionar pelas vantagens do Estado-Providência e pelo sedutor discurso gestor que em nome da empresa, enquanto instituição social que extravasa o território do económico para se afirmar como criadora de emprego e garante da estabilidade social¹³, foi garantindo prerrogativas próprias que sustentam a eficácia do modelo económico capitalista através dos processos de acumulação flexível.

A premissa de que «o que é bom para a empresa é bom para os seus trabalhadores» transformou-se numa máxima não só aceite como legitimadora de opções políticas e de estratégias económicas. É que a empresa, inicialmente vista como um recetáculo reprodutor dos sistemas de representação e dos valores do meio social envolvente, passou a ser vista como «uma verdadeira instituição capaz de difundir as suas próprias consequências culturais ao resto da sociedade»¹⁴.

Nesta ideia de empresa coloca-se ainda uma questão prática, onde está o interlocutor e aqui como defendem alguns autores, surge a ideia da «opacidade» do empregador real, entendida, no sentido de dissimulação ou camuflagem da entidade empregadora, a qual

¹¹ Para Iona Kovacs, (org.), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*, (Oeiras: Celta, 2005), este novo modelo de organização económica baseado na flexibilidade representa a vitória da moral individualista que legitima a realização individual em detrimento do interesse coletivo. Ao indivíduo emancipado sobrepõe-se o indivíduo fragilizado, submetido à insegurança, desfiliação e fragilização dos laços sociais.

¹² J. M. Carvalho Ferreira, “Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização”, in *Transformações sociais e dilemas da globalização*, org. Carvalho Ferreira e Sherer-Warten (Oeiras: Celta, 2002), 201-230.

¹³ Philippe Bernoux, *A sociologia das empresas* (Porto: Rés, s.d.).

¹⁴ Renaud Sainsaulieu, *Sociologie de l'entreprise* (Paris: Presses de Sciences PO et Dalloz, 1997), 194.

corresponde, por sua vez, a uma lógica de erosão das características típicas do espaço tradicional da empresa, como sucede, por exemplo, na subcontratação, na prestação de serviços, nas empresas de trabalho temporário¹⁵.

A forma como o trabalho aparece nestes novos sistemas de *puting out*, isto é, a difusão do trabalho feito à peça, trabalho no domicílio, teletrabalho, esbatem ainda mais a distinção entre espaço doméstico e o espaço da produção que desde o começo caracterizou o modo de produção capitalista e de certa maneira permitiu o corte com o modelo anterior com características mais artesanais¹⁶.

O crescente esvaziamento político dos processos de negociação coletiva, a favor de uma conceção reformista e gestionária baseada na determinação «técnica» da riqueza (e dos sacrifícios) a distribuir e no modo de implementar essa mesma distribuição forneceu, de forma coerente, a arma letal contra as formas tradicionais de representação e de negociação coletiva.

A crescente individualização da relação de trabalho, com a consequente perda de identidade coletiva e de solidariedade de classe¹⁷, a par, particularmente no caso português, do crescimento das formas atípicas de emprego¹⁸, o reduzido poder de regulação da negociação coletiva de trabalho¹⁹ e da crise de representatividade sindical induziram uma progressiva desvalorização social deste modo de regulação da relação salarial e dos seus protagonistas.

É neste contexto que a empresa adquire uma centralidade crescente enquanto espaço de negociação coletiva e as Comissões de

¹⁵ António Casimiro Ferreira, “Para uma conceção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re)pensar o direito das relações laborais”, in *Globalização: Fatalidade ou utopia*, org. Ferreira, António Casimiro e Boaventura Sousa Santos (CES-UC, cap. 7, 2001), 255-293.

¹⁶ Id. *Ibidem*.

¹⁷ J. M. Carvalho Ferreira, “Trabalho e sindicalismo no contexto da globalização”, in *Transformações sociais e dilemas da globalização*, org. Carvalho Ferreira e Sherer-Warten (Oeiras: Celta, 2002), e Elisio Estanque, “Classes, precariedade ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais” (Oficina do CES, n.º 38, 2005).

¹⁸ Isabel Faria Vaz, *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho* (Lisboa: MQE, 1997).

¹⁹ António Dornelas, “Os sindicatos e as relações industriais em Portugal (1974-1996)”, in *Gestão de recursos humanos*, coord. António Caetano (Lisboa: RH editora, 2000).

Trabalhadores parecem emergir como os interlocutores privilegiados de administrações cada vez mais preocupadas com a performance financeira dos seus negócios, menos expostas à luta ideológica que atravessa o movimento sindical e mais «comprometidas» com a realidade concreta de cada empresa²⁰.

Neste contexto, e segundo alguns autores, as Comissões de Trabalhadores, apesar da lei portuguesa não lhes conferir capacidade para negociar instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho dado atribuir essa competência exclusivamente aos sindicatos, têm surgido como um interlocutor privilegiado das grandes empresas nacionais e multinacionais para negociar aquilo que Damasceno Correia (2008) designa por «acordos negociais» internos²¹. Esta tendência vem, aliás, na linha já constatada noutros estudos, do reforço do sindicalismo de empresa orientado por uma lógica de ação baseada na negociação em detrimento da lógica do conflito²².

2. OS MODELOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

O papel e as funções desempenhadas pela negociação coletiva na atual conjuntura sócio laboral, deve atender aos contextos específicos e as histórias nacionais dos sistemas de relações laborais que influenciam os modelos institucionais e legais e as práticas e relações dos atores sociais, sob pena de não se entenderem as várias manifestações em presença e de inviabilizar qualquer esforço comparativo que se pretenda realizar. Acresce ainda o facto da evolução económica, política e social de cada país dificultar o trabalho comparativo.

A este propósito, são conhecidas as dificuldades relativas a aproximação entre modelos socio laborais e a possibilidade de agregação num só modelo de relações de trabalho. Em bom rigor, as tentativas de aglutinação dos países em modelos tipo e a construção de

²⁰ António Correia Damasceno, *As relações laborais em Portugal*, (Lisboa: RH Editora, 2008).

²¹ Dornelas (2000: 68) refere o facto de que a crise atual do capitalismo deslocou “os processos de regulação social” para o nível da empresa.

²² Paulo Fernandes, *As relações sociais de trabalho na Lisnave: crise ou redefinição do papel dos sindicatos* (Lisboa: Policopiado, JNICT, ISCTE, 2000).

classificações e tipologias acabam por ter um carácter redutor e meramente tendencial²³. Tal fica patente no facto de se encontrarem exemplos de diferentes modelos com características comuns ou estes englobarem países com acentuadas diferenças entre si.

Apesar das reservas colocadas, alguns estudos têm desenvolvido análises comparativas entre modelos de relações laborais e de negociação coletiva. A tipologia proposta pela OIT sublinha a existência de dois modelos de relações, um que segue uma lógica de sistematização e organização laboral europeia²⁴ e anglo-saxónico²⁵. O primeiro tem como eixos estruturantes uma negociação centralizada/coordenada que vai além da proteção económica do trabalhador no sentido de promover a solidariedade social, a intervenção do Estado e mais acentuada do que noutros modelos, tendendo a predominar negociações nacionais e sectoriais.

O segundo caracteriza-se pela negociação descentralizada, assumindo a proteção dos trabalhadores uma base mais económica do que social, e intervenção do Estado e mínima, ocorrendo a negociação sobretudo ao nível da empresa e registando-se baixas taxas de sindicalização.

²³ Maria Josefina Leitão, “O sistema de relações de trabalho português no contexto europeu”, (Trabalho e relações laborais, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n.º 1, 2001): 215.

²⁴ A matriz comum aos modelos europeus de relações de trabalho assenta no reconhecimento da liberdade sindical, do direito a negociação coletiva e ação coletiva (Leitão, 2001, p. 218), direitos consagrados nas Constituições de alguns países (Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Islândia). Uma das críticas que se pode apontar às convenções da OIT e o facto de não expressarem o direito a não filiação sindical ou a “liberdade sindical negativa” (Leitão, 2001, p. 218) que permite a adoção de práticas de tipo *closed shop* (“regime que permite aos sindicatos acordar com os empregadores cláusulas reservando ou dando preferência ao emprego dos seus filiados”) (idem). No entanto também se pode argumentar que o direito de Filiação Sindical dos trabalhadores, consagrado nos artigos 2.º e 11.º da Convenção n.º 87, não é de exercício obrigatório, por isso os trabalhadores tem o direito de se filiar ou se filiar nos sindicatos – O artigo 11.º refere-se mesmo ao “Livres exercício do direito sindical”.

²⁵ A OIT refere ainda a existência do modelo japonês, tendo como arquétipo de coordenação das relações laborais, o *shunto*, e uma alta coesão das organizações de empregadores e trabalhadores.

Neste sentido e segundo a OIT (1997a²⁶ e 1997b²⁷), a negociação enfrenta, nos países industrializados, um conjunto de problemas comuns aos diferentes modelos de relações laborais: a resolução de conflitos, a descentralização da negociação e a individualização das relações laborais.

A partir desta proposta existem várias tipologias analíticas tem agrupado os sistemas de negociação coletiva em torno de dois tipos fundamentais de modelos: o modelo «voluntarista», originário de Inglaterra, cujos principais exemplos são os EUA, o Reino Unido e a Irlanda e o modelo europeu.

Embora tendo presente as limitações analíticas e substantivas subjacentes aos modelos e tipologias dos sistemas de relações laborais, no âmbito deste enquadramento e tendo presente a proposta de Visser e Ebbinghaus²⁸ que identifica quatro modelos de relações industriais na Europa Ocidental, modelo continental, modelo nórdico, modelo latino e modelo anglo-saxónico. Segundo os autores, a sistematização das relações laborais no quadro europeu e influenciada por diversos fatores, desde o tipo de intervenção estatal, passando pelos níveis de negociação, práticas dos parceiros sociais, intensidade dos conflitos²⁹.

Assim e de forma resumida pode-se referir que os países pertencentes ao modelo europeu ou continental (associativismo social – social partnership) se caracterizam por um quadro institucional variavelmente regulado e com diferentes graus de cooperação tripartida, sinais de uma evolução histórica e temporal que os distingue entre si. O fator comum a esses países e a configuração das relações laborais assente nos movimentos sindicais e na sua influência na construção do Estado Providencia. «A livre negociação e uma parte estabelecida da economia do mercado, e as relações industriais são claramente encaixadas num sistema de normalização legal»³⁰.

²⁶ OIT (2004a) *International Labour Review*, vol. 143.

²⁷ OIT (2004b) “How do trade union rights affect trade competitiveness?“, in *Integration working paper*, 39.º.

²⁸ ETUI, *Industrial relations in western Europe: models, developments, Europeanization in Industrial relations in central and eastern Europe: transformation and integration*, (Giuseppe Fajertag (ed.), Chapter 8, Brussels, 2004), pp. 315-340.

²⁹ Id. *Ibidem*, p. 320 e p. 330.

³⁰ ETUI, *Industrial relations in western Europe: models, developments, Europeanization in Industrial relations in central and eastern Europe: transformation and integration*, (Giuseppe Fajertag (ed.), Chapter 8, Brussels, 2004), p.319.

No caso do «submodelo»; o modelo escandinavo (corporativista) revela-se como um modelo altamente consensual, baseado na colaboração entre os parceiros sociais e numa organização institucional uniforme. Este modelo tem uma estrutura tripartida equilibrada coenvolvendo preocupações macroeconómicas, assumindo o Estado um papel mediador e conciliador face aos conflitos coletivos não autorregulados. Os resultados negociais parecem indicar uma tendência positiva dos trabalhadores.

Seguindo o mesmo registo de submodelos, a relação entre capital e trabalho no modelo sul-latino europeu (conflitual) e polarizada e o reconhecimento entre atores sociais não é tão marcante como nos modelos corporativistas e de associativismo social. Por outro lado, a intervenção do Estado nas relações laborais é mais acentuada na definição dos mínimos salariais, na extensão dos acordos coletivos ou nas questões litigiosas. Ao mesmo tempo «o movimento sindical e politicamente e ideologicamente dividido (correntes sindicalistas, comunistas e sociais-democratas)» com tendência para diminuição desde 1980.

Por fim, o modelo anglo-saxónico (pluralista) é caracterizado por «um certo grau de regulação oficial e legal». «A ação recíproca entre capital e trabalho segue uma lógica voluntarista, cujo sistema de organização é marcado por pluralismo e fragmentação com pouca coordenação centralizada». O Reino Unido e a Irlanda fazem parte deste modelo³¹.

A proposta dos autores referidos, no modelo apresentado tem a vantagem, segundo a reflexão de Ferreira³² de relacionar os modelos de relações laborais, com dimensões sociopolíticas, sociojurídicas e económicas atendendo, por exemplo, as formas de democracia, ao sistema económico, a legislação laboral, ao equilíbrio de poderes entre os parceiros sociais e o estado da organização dos interesses.

Neste sentido e tendo em conta a dinâmica da negociação coletiva e afetada pelas características do complexo relatório acima referido, sendo o desenvolvimento da produção e aplicação da normatividade laboral e a interpretação e reinterpretação das regras resultado da

³¹ ETUI, *Industrial relations in western Europe: models, developments, Europeanization in Industrial relations in central and eastern Europe: transformation and integration*, (Giuseppe Fajertag (ed.), Chapter 8, Brussels, 2004), p.319.

³² António Casimiro Ferreira, *Impacto da negociação coletiva na regulamentação do mercado de trabalho* (Lisboa: DGEEP/MTSS, Coleção Cogitum, n.º 24, 2006).

correlação de forças estabelecida entre os parceiros sociais vinculados ao complexo regulatório.

Um levantamento dos diagnósticos centrados na negociação coletiva permite identificar as seguintes propriedades estruturais: carácter tradicionalmente centralizado das relações laborais; predominância negocial versando conteúdos pecuniários em detrimento de conteúdos não pecuniários; forte presença do Estado; elevado pluralismo patronal e sindical; diminuição dos conflitos emergentes da negociação coletiva; nível de negociação sectorial com predominância dos contratos coletivos; paralelismo das convenções; imobilismo na resolução dos conflitos; ausência de critérios de representatividade dos parceiros sociais.

No que se refere ao caso português, o sistema de relações laborais português enquadra-se, no modelo europeu e tem características que o situam ao nível do submodelo sul-latino europeu (conflitual).

A negociação coletiva em Portugal consoante a intervenção dos vários atores sociais pode ser feita por via negocial; quando os diversos parceiros negociam diretamente sem intervenção de terceiros ou por via administrativa; quando o Estado intervém no processo negocial por emissão de instrumentos de regulamentação para áreas não cobertas para negociação coletiva ou em processos de arbitragem obrigatória, quando as partes não conseguem celebrar/finalizar um acordo.

Para finalizar deixamos uma última nota sobre a importância da negociação coletiva pela justificação não apenas por ser «(...) uma forma, por excelência, de expressão da autonomia dos parceiros sociais, mas também a mais importante via pela qual empregadores e trabalhadores estabelecem conjuntamente esquemas de organização económica e social, determinando condições de vida e de trabalho e fixando regras que influenciam o desenvolvimento económico e a concorrência entre empresas»³³.

A negociação coletiva em Portugal apresenta uma série de aspetos muito particulares que a diferenciam de outros elementos da sociedade portuguesa, sendo um dos traços característicos do Estado de direito, bem como do sistema democrático, já que é a partir do 25 de Abril de 1974, que ela nos surge, pelo menos num aspeto que pode ser

³³ Maria Josefina Leitão, “Traços gerais da contratação coletiva em Portugal”, (Lisboa, *Revista Sociedade Trabalho*, n.º 2, 1998): 44-55.

considerado como o mais relevante, a liberdade de negociação entre as partes.³⁴

Assim, o direito de contratação coletiva deve ser considerado um direito fundamental dos trabalhadores para efeitos de aplicação do regime dos direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente consagrado (art.º 17.º da CRP)³⁵.

Enquadrada por alguns aspetos legais e por regras, a livre iniciativa de discussão apresenta-se como um fato inegável³⁶.

O sistema de negociação coletiva que existe hoje em Portugal e apesar das recentes alterações, mantém alguns dos princípios subjacentes ao modelo anterior. Este modelo que assenta sobretudo em dois modos distintos de regulamentação coletiva (com intervenção do

³⁴ Importa deixar aqui uma nota que reforça esta ideia da importância da realidade social e da sua evolução, como aliás refere o Prof. Monteiro Fernandes e neste caso em relação ao Direito do Trabalho, “(...) este não cria este modelo de relação de trabalho: limita-se a recolhê-lo da experiência social, reconhecendo-o e revestindo-o de um certo tratamento normativo” (Fernandes, 2010, pp. 15-16).

³⁵ Neste sentido, o direito de contratação coletiva, consagrado na Constituição como direito fundamental dos trabalhadores abrange: a) o direito de celebrar convenções coletivas com os empregadores, o que implica a respetiva imposição de um dever de negociar de boa-fé; b) O direito de produzir, por essa forma, normas jurídicas diretamente vinculativas nas relações inter-individuais de trabalho; c) o direito de negociar livremente o conteúdo das convenções. O fundamento geral do direito de contratação coletiva é contrabalançar a desigualdade real entre os sujeitos da relação de trabalho. Como explicita o Prof. José João Abrantes, “A disciplina contratual deve corresponder a um equilíbrio entre os poderes contraentes: ora, nas relações laborais tal só pode ser conseguido pela conjugação entre a autonomia coletiva e a lei de cariz protecionista. A primeira a determinar as condições globais de trabalho e os salários, a segunda a definir imperativamente matérias do conteúdo do contrato de trabalho, procurando assegurar a igualdade substancial dos contraentes e a proteção do trabalhador” (Abrantes, 2005, p. 100).

³⁶ A Constituição da República Portuguesa, CRP, no Título II – Direitos Liberdades e Garantias, no seu Capítulo III Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores, consagra: a) No artigo 56.º n.º 3 “Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação coletiva, o qual é garantido nos termos da Lei.”; b) E, o n.º 4 “A lei estabelece as regras respeitantes à legitimidade para a celebração das convenções coletivas de trabalho, bem como à eficácia das respetivas normas.”. O que significa, que inclui na competência das associações sindicais, a defesa e promoção dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam, exercendo o direito de contratação coletiva. Não sendo diretamente reconhecido às associações sindicais ele é, com mais rigor, um direito, de natureza coletiva, dos trabalhadores em cuja representação agem as associações sindicais. A contratação coletiva é, assim, um meio de fazer intervir os trabalhadores organizados na determinação coletiva das condições de trabalho celebrando convenções coletivas de trabalho. O Código do Trabalho, aprovado pela Lei 99/2003, de 27 de Agosto, reconhece quer às associações sindicais (art.477.ºal.a), quer às associações patronais (art.510.º, n.º 1, al. a)), o direito de celebrar convenções coletivas de trabalho.

Estado e sem essa intervenção); negociais e não negociais (Quadro 1), embora ocorra alguma circulação de informação ou de conteúdo, como são o caso das portarias de extensão³⁷.

No sistema português, os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho podem ser negociais ou não negociais, dependendo do tipo de participação dos vários intervenientes, tal como vem definido no Código do Trabalho. Os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (Quadro I) negociais são as convenções coletivas, o acordo de adesão e a decisão arbitral em processo de arbitragem voluntária:

Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho	Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho negociais	Convenção coletiva	Contrato coletivo
			Acordo coletivo
			Acordo de empresa
		Acordo de adesão	
		Arbitragem voluntária	
	Instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho não negociais	Arbitragem obrigatória	
		Arbitragem necessária	
		Portaria de extensão	
		Portaria de condições de trabalho	

Quadro 1. Instrumentos de Regulamentação coletiva de Trabalho. Fonte: Código do Trabalho (2015).

As convenções coletivas de trabalho podem ser: *a)* Contrato coletivo, a convenção celebrada entre associação sindical e associação de empregadores; Acordo coletivo, a convenção celebrada entre associação sindical e uma pluralidade de empregadores para diferentes empresas, Acordo de empresa, a convenção celebrada entre associação sindical e um empregador para uma empresa ou estabelecimento.

Os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho não negociais são a portaria de extensão, a portaria de condições de trabalho e a decisão arbitral em processo de arbitragem obrigatória ou necessária.

³⁷ A portaria de extensão é um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que é aplicado com a intervenção do Estado e que resulta da extensão de um instrumento existente, negociado entre um sindicato e uma entidade patronal/empregador, mas que passa a ser aplicado a outros trabalhadores ou a outra empresa/entidade patronal.

Em termos práticos e de organização, a preponderância na aplicação realiza-se pela proximidade com a realidade laboral, se assim podemos dizer ou seja, quando existem IRCT negociais serão esses que se aplicam, dentro destes será dada prioridade às convenções e nestas os AE serão aqueles que estarão juto da realidade laboral dos trabalhadores quando tal exista para a sua empresa³⁸.

No entanto, com a publicação do «Novo» Código do trabalho (Lei 99/2003) e da respetiva regulamentação (Lei 35/2004) são introduzidos novos elementos, na negociação coletiva, como por exemplo a caducidade dos contratos coletivos assinados pelos vários parceiros. Esta situação representou na altura um desafio em termos de negociação coletiva, já que no enquadramento anterior os contratos permaneciam em vigor até à assinatura de um novo contrato que o viesse substituir³⁹.

A negociação coletiva em Portugal continua a apresentar e a representar um conjunto de elementos que justificam só por si a sua

³⁸ No reforço desta situação, o art.º 476 do CT, define que as disposições de um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho só podem ser afastadas por contrato de trabalho quando este estabeleça condições mais favoráveis para o trabalhador (Princípio do Tratamento mais Favorável).

³⁹ O art.º 10 da Lei nº 7/2009 estabelece o regime transitório de sobrevivência e caducidade de convenção coletiva, assim é instituído um regime específico de caducidade da convenção coletiva da qual conste cláusula que faça depender a cessação da sua vigência de substituição por outro instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. Segundo alguns autores, por exemplo, Antunes e Perdigão (2011), este preceito prevê um regime de sobrevivência e caducidade aplicável a convenção coletiva anterior que contenha cláusula que faça depender a respetiva vigência da sua substituição por outro instrumento de regulamentação coletiva de trabalho. Destina-se a neutralizar, nas convenções celebradas anteriormente à entrada em vigor do Código do Trabalho, as cláusulas que repercutiam o nº 2 do art.º 11 da LRCT (“... a convenção coletiva e a decisão arbitral mantêm-se em vigor até serem substituídas por outro instrumento de regulamentação coletiva.”) e que eram invocadas na vigência do CT 2003 para garantir a sobrevivência ilimitada dessas convenções (Antunes e Perdigão, 2011). Esta questão não é linear, no entanto, o Tribunal Constitucional no Acórdão n.º 338/2010, de 22 de Setembro (DR, 1.ª série, n.º 216, de 8 de Novembro de 2010) pronunciou-se pela constitucionalidade desta norma. O grupo de deputados à Assembleia da República que requereu a inconstitucionalidade deste preceito fundamentava-a entendendo que “o regime do 501 do Código de Trabalho e 10.º da lei preambular nº 7/2009 – ao fazer caducar as convenções coletivas de trabalho sem simultaneamente obrigar as entidades patronais a negociarem novas convenções que as substituam – atinge a liberdade sindical (artigo 55) e viola o direito à contratação coletiva (artigo 56.º, nº 3, da Constituição). O Acórdão sustenta que “ (...) o art.º 10 prende apenas resolver um problema específico que é o da caducidade das convenções coletivas de trabalho anteriores à entrada em vigor do Código do Trabalho que tem uma cláusula de manutenção da vigência da convenção até à sua substituição, estabelecendo prazos mais curtos e meios mais céleres de que os previstos no art.º 501 do Código de Trabalho de 2003” (Antunes e Perdigão, 2011: 19).

importância não só em termos sociais, mas também como objeto empírico, já que as dimensões de análise subjacentes são determinantes para a compreensão do modelo de relações laborais que está presente nos dias que «correm»⁴⁰.

Esta importância acaba por ser ilustrada a partir de alguns dados concretos⁴¹, nos últimos dez anos, o número de trabalhadores por conta de outrem potencialmente cobertos pela negociação coletiva atingiu valores acima dos 85%, salvo algumas exceções⁴², com os valores mais a serem atingidos no ano de 2008⁴³, antes da crise económica que atingiu Portugal.

Os dados mais recentes vieram demonstrar e a partir do período de intervenção da «troika» em Portugal uma inversão desta tendência, como, alguns autores referem em alguns trabalhos realizados⁴⁴, no período compreendido entre 2008-2015 verificamos uma queda na publicação das convenções coletivas negociadas entre os empregadores e os sindicatos (ver Gráfico 1).

⁴⁰ Para reforçar esta ideia importa ter presente que na discussão aquando da alteração do Código do Trabalho, a negociação coletiva foi uma das dimensões que foi indicada como passível de alteração tendo como enfoque a sua dinamização.

⁴¹ O número de trabalhadores abrangidos por conta de outrem (TCO) pela negociação coletiva, situou-se entre 1994 e 2001, em média um milhão e 300 mil trabalhadores, sendo que em 2006 abrangeu cerca de um milhão e 500 mil trabalhadores.

⁴² MSST, Principais características da negociação colectiva em Portugal: 1994-2001 (Lisboa, Cides/DEPP, *coleção estudos*, n.º 16, 2002).

⁴³ Os valores de 2008 com mais de 1 milhão e 800 mil trabalhadores abrangidos (DGERT/MTSS).

⁴⁴ Maria da Paz Campos Lima, “O desmantelamento do regime de negociação coletiva em Portugal, os desafios e as alternativas” (Universidade de Coimbra, CES, Setembro, *Cadernos do observatório* n.º 8 2016): 1-54.

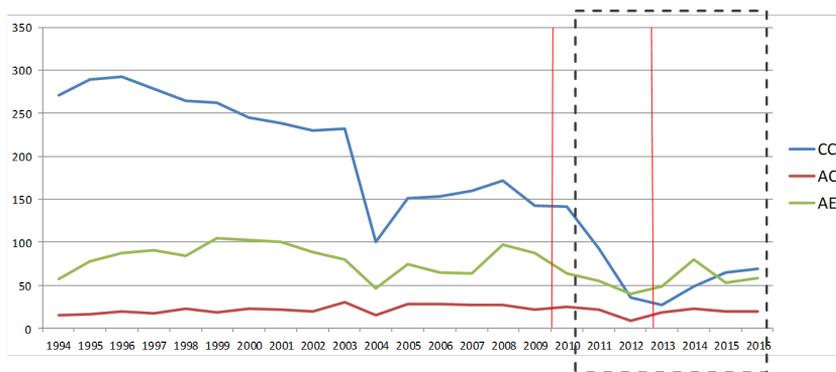


Gráfico 1. Evolução das convenções coletivas de trabalho 1994-2016. Fonte: Base de dados, DSRP, DGERT, MTSSS (1994-2016).

A negociação coletiva encerra um conjunto de práticas e procedimentos que vão para além dos aspetos meramente administrativos ou legais, tal como seja, a indicação que os atores sociais envolvidos dão para a sociedade e para o mundo do trabalho. Aliás, basta pensar nos conteúdos presentes nas convenções coletivas, por exemplo, no que refere às matérias pecuniárias, acordadas entre os vários intervenientes e de que forma, o que é acordado serve como referencial obrigatório para que subscreve, mas ao mesmo tempo pode servir como elemento de referência para outras empresas ou organizações⁴⁵.

No entanto, a dimensão coletiva que encerra, modo de representação e a relação com os representados assume um significado que extravasa e excede essa dimensão. Os atores intervenientes nestes processos entendidos como forças sociais que procuram alcançar determinados objetivos e exercer influência sobre as decisões que irão impor a uma coletividade.

A negociação coletiva continua, apesar de algumas situações de bloqueio, como identificam alguns autores, ou de impasse, como por

⁴⁵ Neste sentido e a propósito desta matéria, o Prof Bernardo Xavier refere “As CCT têm uma particular importância neste domínio, pertencendo a matéria retributiva ao núcleo duro do seu conteúdo, e uma inarredável competência conferida pela própria lei” (Xavier, 2014, pp. 85-86). Aliás, seguindo esta linha de pensamento, refere o mesmo, para destacar a importância da contratação coletiva; “Acontece, contudo, que certa jurisprudência, sem qualquer fundamento, tende a substituir os critérios legais gerais, afastando-se aliás do sistema constitucional e do próprio CT” (Xavier, 2014, p. 86).

exemplo, o centrar da discussão em matérias pecuniárias, deixando de fora uma série de outros aspetos da vida no trabalho, a pouca alteração e o imobilismo de algumas normas, bem como, a reprodução da Lei em muitos dos contratos assinados⁴⁶.

No entanto, a negociação coletiva continua a ser um referencial de enquadramento das relações sociais de trabalho, nas várias dimensões que contempla, seja a um nível mais alargado, no caso sectorial, ou a um nível mais circunscrito, no caso das empresas.

3. AS RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E O PAPEL DOS SINDICATOS

Desta forma, as relações coletivas de trabalho podem ser definidas como um conjunto de normas que regulamentam o emprego dos trabalhadores, assim como os diferentes métodos através dos quais essas normas são estabelecidas e podem ser interpretadas, aplicadas e modificadas; métodos aceites e escolhidos pelos diversos atores que interagem nestas relações, com base em processos, nos quais podem encontrar-se graus diversos de cooperação e de conflitualidade⁴⁷.

A dimensão do conflito é fundamental, tem um centro, os adversários partilham sempre a mesma linguagem, se assim, se pode dizer, já que esta serve de elo de ligação entre eles e vai servir de base para estes se debaterem⁴⁸.

Estas relações coletivas de trabalho podem ser entendidas a partir de várias análises, por exemplo, a partir da análise da estrutura e do processo do sistema de gestão das relações coletivas de trabalho⁴⁹.

A partir desta abordagem, podemos identificar cinco dimensões de análise, consoante a situação dentro do sistema global; o ambiente

⁴⁶ Maria Josefina Leitão, “Traços gerais da contratação coletiva em Portugal” (Lisboa, *Revista Sociedade Trabalho*, n.º 2, 1998): 44-55.

⁴⁷ António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho* (Coimbra: Ed. Almedina, 2010).

⁴⁸ Alain Touraine, *La voix et le regard* (Paris: Éditions du Seuil, 1978).

⁴⁹ John Dunlop, *Industrial relations systems* (New York: Holt&Co., 1958).

(sistema económico, legal, social e político), a estrutura (atores intervenientes), o processo, os comportamentos e os resultados⁵⁰.

No entanto, as dimensões presentes na análise referida podem assumir por vezes um peso mais significativo em termos de influência sobre o sistema. Por exemplo, alguns autores alertaram para o facto de que o contexto económico assumiria uma maior preponderância em termos de negociação coletiva ou de definição das relações entre os vários atores⁵¹.

A presença de um sistema de relações coletivas de trabalho continua, apesar de tudo, a ter um papel muito importante em termos de regulação das relações de trabalho, já que a existência de modelos institucionais e de práticas, bem como de relações formais entre os vários atores sociais são importantes para a regulação das relações de trabalho, não só em termos de mercado de trabalho, mas dos espaços produtivos⁵².

O trabalho continua, apesar de algumas alterações nas formas de vida, com o aumento da heterogeneidade social, a ser um elemento estruturante ou estruturador da vida dos indivíduos, daí que todos os aspetos que se prendem com esta centralidade são importantes para compreender os fenómenos que lhe estão associados.

O paradigma industrial «clássico» ainda se mantém como elemento de referência pelo menos em termos teóricos, já que continuamos a falar em relações industriais e estas ainda servem de modelo, mesmo em termos de relações coletivas de trabalho, mas a realidade que lhes serviu de inspiração tem vindo a alterar-se, nos últimos anos assistimos à redução do emprego industrial e vemos surgir empregos em novas áreas.

Uma das principais tendências das relações industriais nas últimas duas décadas tem sido a gradual descentralização das estruturas de negociação da empresa e inter empresas. Na Europa este processo foi notório na negociação a partir da redução do tempo de trabalho nos anos oitenta, mas desde então estes acordos têm-se estendido a outras matérias remuneradas.

⁵⁰ Michael Poole, *Theories of trade unionism* (London: Routledge, 1981).

⁵¹ Tiziane Treu, *Contratação colectiva e relações industriais* (Lisboa: APG, 1984).

⁵² As convenções coletivas continuam a ser consideradas um elemento potencialmente estruturador na organização das relações laborais, como aparece, aliás, plasmado no Livro Branco das Relações Laborais para Portugal, no seguimento do Livro Verde e das orientações apontadas pela Comissão Europeia.

A internacionalização, mudança organizacional e tecnológica, polivalência de funções, trabalho em equipa e processos de trabalho relacionados com os clientes tiveram soluções estandardizadas, negociadas para sectores inteiros, menos praticável e menos eficazes. Esta reflete o crescimento da diversidade entre as suas filiais (empresas) e entre os seus membros, esta tendência de descentralização também afeta os sindicatos, em particular no que está relacionado com o tempo de trabalho e as questões família/trabalho. A questão chave agora é o de encontrar novas formas e métodos de coordenação, no interior e através dos campos políticos, adaptados ao ambiente caracterizado por uma pressão internacional e pela diversidade interna⁵³.

O movimento de afastamento da «velha economia», baseada na estandardização, produção de massa, assimilação das tecnologias existentes e emprego a tempo inteiro, uma nova fase começa a surgir, onde as instituições das relações industriais devem facilitar, dirigir e recompensar um conjunto de condições, tais como: escolha, compromisso, imaginação, mobilidade e reconversão («reformação»/reciclagem).

As instituições das relações industriais clássicas – parceria social e negociação coletiva – podem desempenhar um papel «facilitador», criando as condições de equidade e partilha de regras que permitam o investimento e a capacidade de risco entre as empresas e os trabalhadores. Para que isto aconteça, a existência de acordos coletivos que estejam constantemente a ser revistos, abertos a novos sistemas de recompensas, permitindo novas trocas entre flexibilidade e segurança, bem como procurando uma melhor cobertura do trabalho a tempo parcial e do emprego temporário, o que representa um desafio para os sindicatos, já que esta realidade dificulta muitas vezes o recrutamento de novos associados e a renovação também dos seus próprios quadros

O grau de abertura dos procedimentos e de reforma substantiva é um dos pontos fortes da negociação coletiva e em parte da sua flexibilidade adaptativa⁵⁴.

Tendo como cenário esta realidade que se vai modificando, pode ser importante e interessante perceber como é que estas contradições

⁵³ João Freire e Maria da Paz Campos Lima (coords.). *Conteúdo das convenções coletivas de trabalho na óptica do emprego e da formação* (Lisboa: OEF, 1999).

⁵⁴ João Freire e Maria da Paz Campos Lima (coords.). *Conteúdo das convenções coletivas de trabalho na óptica do emprego e da formação* (Lisboa: OEF, 1999).

influem na negociação coletiva e como estes aspetos se manifestam ou não de forma concreta na construção de um novo modelo, com o qual os sindicatos vão sendo confrontados, no seu papel de defesa dos direitos dos trabalhadores e na capacidade de conquistar novos direitos.

CONCLUSÕES

A presença de um sistema de relações coletivas de trabalho continua, apesar de tudo, a ter um papel muito importante em termos de regulação das relações de trabalho, já que a existência de modelos institucionais e de práticas, bem como de relações formais entre os vários atores sociais, são importantes para a regulação das relações de trabalho, não só em termos de mercado de trabalho, mas também dos espaços produtivos.

Desta forma compreender a negociação coletiva e interpretar determinados processos só poderá resultar da compreensão das dinâmicas que resultam da negociação enquanto processo de troca de concessões e não como forma de persuasão das outras partes, tendo como pano de fundo uma dinâmica pluridimensional como alguns autores a caracterizaram⁵⁵.

O contexto económico atual representa também por si só um grande desafio para as organizações e para a gestão de recursos humanos, porque altera os padrões de relações laborais e coloca pressão sobre os empregadores e sobre os trabalhadores.

Neste sentido, os sindicatos têm tido e continuam a ter um papel central na defesa dos trabalhadores e a sua manutenção depende dessa relação que vão estabelecendo com os seus representados e com os resultados que conseguem alcançar nos diversos contextos onde estão presentes.

Desta forma compreender a negociação coletiva e interpretar determinados processos só poderá resultar da compreensão das dinâmicas que resultam da negociação enquanto processo de troca de concessões e não como forma de persuasão das outras partes, tendo como pano de fundo uma dinâmica pluridimensional como alguns autores a caracterizaram.

⁵⁵ Audebert-Lasrochas, *La negotiation* (Paris: Editions d'Organization, 1999).

A importância da negociação coletiva resulta do impacto que tem em termos de coesão social e como modelo regulador das relações laborais, tendo como efeito a estabilizações entre representantes e representados, tanto dos empregadores como dos empregados.

CAPÍTULO 14

PORQUE ESTÃO OS SINDICATOS EM CRISE. SEGUIDO DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA DELA SAÍREM

Paulo Marques Alves¹

¹ Paulo Marques Alves, Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/Escola de Sociologia e Políticas Públicas-Departamento de Sociologia e Investigador do DINÂMIA³CET-IUL e do IHC, paulo.alves@iscte-iul.pt

Resumo

Surgidos na sequência da emergência da sociedade capitalista, os sindicatos viram os seus recursos de poder começarem a ser erodidos a partir da década de 70, entrando numa crise profunda, a qual constitui atualmente uma sua característica dominante à escala internacional. As suas causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores exógenos ao movimento com outros que lhe são endógenos, a que daremos especial enfoque. Por todo o mundo, o sindicalismo só muito tardiamente enfrentou a situação, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas, mas com um carácter extremamente limitado. Portugal segue o padrão internacional, quer no que respeita ao decréscimo da sindicalização quer no que se refere às respostas dadas ao refluxo. Porém, a crise não representa necessariamente uma decadência inexorável do sindicalismo conducente ao seu desmoronamento definitivo. Este cenário só poderá ocorrer se o sindicalismo não adotar uma perspetiva radicalmente transformadora em termos de organização e de práticas sindicais.

Palavras-chave

Sindicatos, crise, reinvenção.

INTRODUÇÃO

As revoluções dos séculos XVIII e XIX operaram uma rutura fundamental que possibilitou a emergência de uma nova formação social. O sindicalismo está indissolivelmente ligado a esta transformação.

Inicialmente sujeitos a uma forte repressão, em nome da defesa dos princípios de um liberalismo puro, da negação dos corpos intermédios do *Antigo Regime* e do receio da união do proletariado nascente, os sindicatos integraram um movimento mais amplo em prol da liberdade associativa, tendo vindo a ser legalizados, com maiores ou menores restrições à sua atuação, ao longo do século XIX.

O vocábulo *sindicato* foi introduzido no português a partir do francês *syndicat*. Como refere Mouriaux², este termo remete para a função de síndico, aquele que representa um grupo visando zelar pelos seus interesses, o que se depreende da sua raiz etimológica, a palavra grega *sundikos* que chegou até nós através do latim *syndicus*. É esta igualmente a raiz das palavras *syndiqué* (*sindicalizado*), *syndicalisme* (*sindicalismo*) e *syndicaliste* (*sindicalista*), surgidas em finais do século XIX.

O sindicalismo tempos difíceis desde meados da década de 70, altura em que os seus recursos de poder (*poder organizacional, poder económico, poder institucional e poder societal*) começaram a ser erodidos, com particular ênfase para o recurso crucial que são os efetivos sindicais. Após décadas de crescimento, quer em termos de associados quer de influência, inicia-se uma época de refluxo. A crise desta forma associativa instala-se, tendo-se vindo a agravar e constituindo atualmente uma característica dominante do sindicalismo à escala internacional.

É sobre esta crise e sobre como dela se poderá sair que focaremos a nossa atenção. Abordá-la-emos analisando as suas causas e os seus contornos. Interpelaremos as ações diversificadas, mas com um carácter extremamente limitado, que os sindicatos têm vindo a implementar no sentido de reverter a situação. Concluiremos afirmando que a crise não representa necessariamente uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo. Afirmaremos que este cenário só se poderá concretizar se o sindicalismo não adotar uma perspectiva *radicalmente transformadora* em relação ao seu modo de organização e às suas práticas.

2. A CRISE DO SINDICALISMO

2.1 OS CONTORNOS DA CRISE

Se os «trinta gloriosos» foram anos de florescimento para o sindicalismo e lhe conferiram um poder importante, «*when the bill*

² René Mouriaux, *Les Syndicats dans la Société Française* (Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983).

became too high», as classes dominantes decidiram abandonar «*the road of appeasing the working classes by the institution of a liberal state combined with doses of economic concessions*»³ seguida desde 1848, o que ocorreu nos finais da década de 60. O sindicalismo entra numa era de declínio, cuja aferição passa necessariamente pela análise da *taxa de sindicalização*, a qual nos últimos decénios tem evidenciado uma tendência para o decréscimo⁴.

Observando a evolução global da sindicalização a nível agregado nos vários polos do sistema capitalista mundial⁵ entre 1960 e 2018, constata-se a existência de uma fase de crescimento até à década de 70, seguida de uma outra de recuo (Gráfico 1).

³ Immanuel Wallerstein, “Response: Declining States, Declining Rights”, *Journal of International Labor and Working Class History*, n.º 47 (1995): 26.

⁴ Para a medir, podem ser utilizados outros indicadores: o decréscimo do número de indivíduos dispostos a militar; a quebra dos níveis de mobilização; a procura de outras formas organizativas; a desativação de estruturas sindicais e a inoperacionalidade de outras; a diminuição do número de greves e de grevistas ou o aparecimento de movimentos grevistas fora do quadro sindical; a perda de poder negocial na contratação coletiva; a perda de influência política do sindicalismo; etc..

⁵ Na Ásia inclui-se o Japão, na Oceânia, a Austrália e a Nova Zelândia; na América do Norte, o Canadá e os EUA. A nível da Europa considerámos os vários sistemas de relações sociais de trabalho existentes, à exceção do Leste europeu: anglo-saxónico (Irlanda e Reino Unido); renano (Alemanha, Áustria, Países Baixos e Suíça); nórdico (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia); mediterrânico (França e Itália). Os valores apresentados correspondem às médias simples apuradas para cada grupo de países.

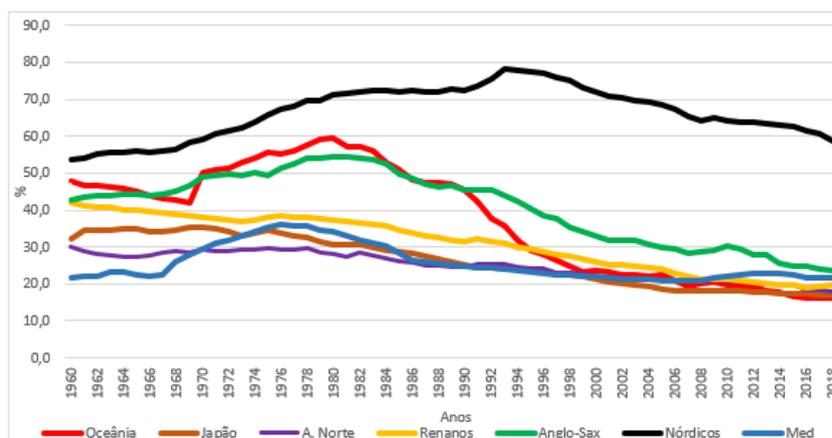


Gráfico 1 – Evolução das taxas de sindicalização nos vários polos do sistema capitalista mundial (%), 1960-2018. Fonte: ICTWSS.

Todavia, uma leitura atenta do gráfico permite-nos concluir que a regressão é desigual, visto ocorrer segundo ritmos e intensidades muito distintos, e também contraditória, pois diversos movimentos sindicais não só conseguiram resistir como até mesmo crescer enquanto outros já regrediam de uma forma mais ou menos intensa. No entanto, a partir dos anos 90 verifica-se uma total convergência no sentido do declínio.

Nos vários sistemas de relações sociais de trabalho também se verificam disparidades nos níveis de sindicalização, as quais se revelam muito mais significativas do que os patamares de desenvolvimento económico ou do que as diferenças em termos de estrutura social deixariam antever (Quadro 1). Veja-se o caso do Canadá, cujo movimento sindical tem resistido melhor à crise do que o dos EUA. Veja-se a França e a Itália, com evoluções opostas se tomarmos os dois anos polares para análise, pois enquanto o movimento sindical italiano cresceu nestes 60 anos – ainda que muito em virtude dos reformados – o francês afundou-se. Veja-se ainda os dois países nórdicos considerados, com o crescimento a ser residual na Suécia e muito intenso na Finlândia.

	1960	1980	Δ% (80-60)	2000	Δ% (00-80)	2018	Δ% (00-18)	Δ% (18-60)
Oceânia								
Austrália	50,2	49,6	-1,19	24,8	-50	13,7	-44,76	-72,71
Nova Zelândia	45,8	69,1	50,87	22,4	-67,58	18,8	-16,07	-58,95
América do Norte								
Canadá	29,2	34	16,44	31,2	-8,24	25,9	-16,99	-11,3
EUA	30,9	22,1	-28,48	12,9	-41,63	10,1	-21,71	-67,3
Renanos								
Alemanha	34,7	34,9	0,58	24,6	-29,51	16,5	-32,93	-52,45
Áustria	60,1	51,7	-13,98	36,9	-28,63	26,3	-28,73	-56,24
Anglo-saxónicos								
Irlanda	45,3	57,1	26,05	36	-36,95	24,1	-33,06	-46,8
Reino Unido	40,5	52,2	28,89	29,7	-43,1	23,4	-21,21	-42,22
Nórdicos								
Finlândia	31,9	69,4	117,55	74,3	7,06	60,3	-18,84	89,03
Suécia	64,6	80	23,84	86,6	8,25	64,9	-25,06	0,46
Mediterrânicos								
França	18,9	18,7	-1,06	9,5	-49,19	8,8	-7,37	-53,44
Itália	24,7	49,6	100,81	34,4	-30,65	34,4	0	39,27

Quadro 1 - Evolução das taxas de sindicalização em alguns países capitalistas centrais (%) (1960-2018). Fonte: Cálculos próprios, a partir de ICTWSS.

Portugal acompanha esta tendência geral. Entre 1978 e 2016, a taxa de sindicalização caiu 45,5 pontos percentuais, tendo sido perdidos cerca de três quartos dos efetivos sindicais, o que constitui um dos reflexos mais pronunciados a nível mundial. A taxa de sindicalização era de 60,8% em 1978, quedando-se nos 15,3% em 2016, o valor mais baixo de sempre.

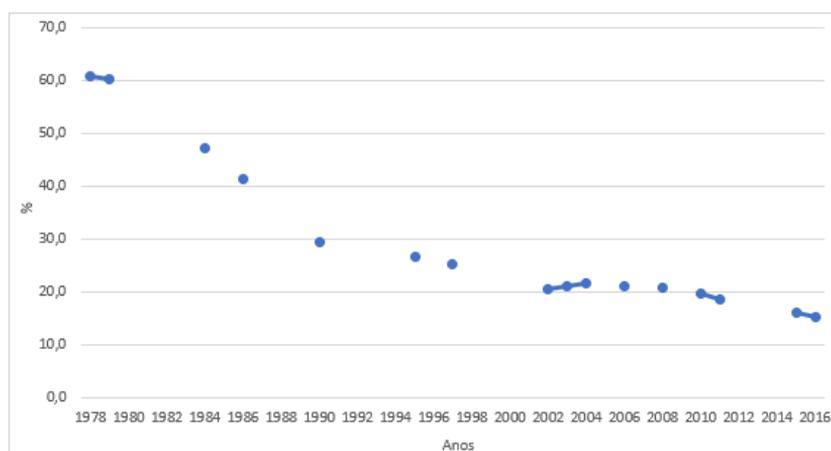


Gráfico 2 – Evolução da taxa de sindicalização em Portugal (%), 1978-2016. Fonte: ICTWSS.

Porém, para uma boa delimitação dos contornos da crise, não nos devemos ater exclusivamente aos dados agregados, sendo necessário proceder a uma análise mais fina.

Num vasto estudo que incidiu sobre 38 países e que utilizou dados estatísticos provenientes de fontes diversas, Blanchflower⁶ detetou um padrão de regularidade no respeitante ao comportamento da sindicalização: ela era sempre mais elevada – em alguns países bastante mais elevada – no sector público do que no privado. É o que sucede no Reino Unido e nos EUA (Gráfico 3).

⁶ David Blanchflower, “International Patterns of Union Membership”, *British Journal of Industrial Relations* 45, n.º 1 (2007): 1-28.

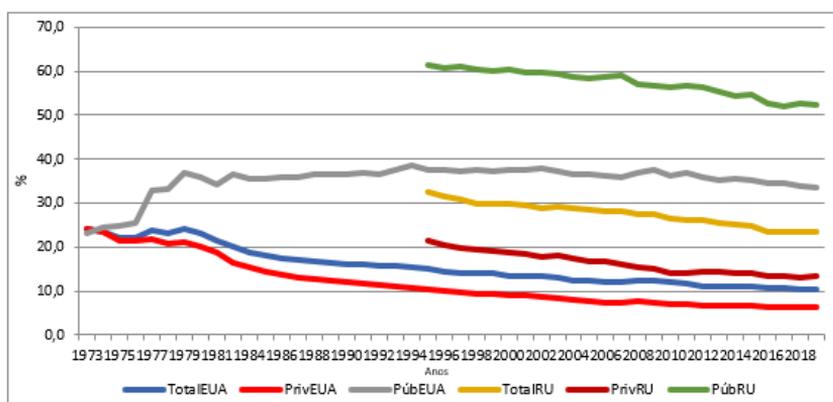


Gráfico 3 – Evolução das taxas de sindicalização total e nos sectores público e privado (%) nos EUA (1973-2019) e no Reino Unido (1995-2019). Fonte: Unionstats, para os EUA; Mercer e Notley (2008) e DBI&S, para o Reino Unido.

Consequentemente, a crise do sindicalismo é uma crise sobretudo do sindicalismo do sector privado, com a forma sindical a restringir-se cada vez mais a um sector público que também se encontra crescentemente sob pressão. Em resultado desta situação, registou-se uma alteração muito relevante na correlação de forças no interior dos movimentos sindicais⁷.

2.2 AS CAUSAS DA CRISE

2.2.1 AS CAUSAS EXÓGENAS AO MOVIMENTO SINDICAL

Havendo um consenso generalizado de que o movimento sindical atravessa uma grave crise, há que refletir sobre as suas causas e as suas consequências, campo onde o consenso deixa de se verificar.

⁷ Este estudo e outros evidenciam a importância de mais algumas variáveis na propensão para uma maior ou menor sindicalização: o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o trabalhar-se a tempo inteiro ou a tempo parcial, o tipo de contrato (estável ou precário), a antiguidade na organização ou a dimensão da organização.

A crise tem sido objeto de várias explicações. Dois paradigmas colocam o acento tônico num conjunto de causas externas ao movimento, sendo que o primeiro sustenta que existem padrões regulares de crescimento e de declínio que acompanham as fases de crescimento e de depressão económica. O segundo assume que a regressão nos níveis de sindicalização constitui o epifenómeno de mudanças estruturais na economia, na sociedade, na política e no domínio ideológico.

Ambos têm um ponto em comum: postulam lógicas de carácter universalista, o que constitui a sua principal fragilidade. De acordo com essa lógica, teríamos como consequência a existência de uma convergência dos padrões nacionais de sindicalização, o que os dados não evidenciam, como vimos anteriormente.

Pelo contrário, verifica-se a existência de uma diversidade de situações, o que impele a que fatores de vária ordem, específicos aos diversos países, sejam mobilizados de modo a explicar porque é que alguns movimentos sindicais conseguiram crescer após a década de 70, outros conseguiram resistir melhor à crise, alguns começaram a perder efetivos de forma acentuada a partir de finais dos anos 70 e outros já se encontravam em declínio antes desse momento de viragem.

Um desses fatores específicos, muito relevante para explicar os níveis e as tendências da sindicalização, ao desempenhar um importante papel no recrutamento de novos membros e na sua retenção, constituindo-se como uma almofada que permite amortecer os efeitos das pressões globais de carácter económico, social ou político, são as configurações institucionais existentes em determinados países⁸.

Entre elas contam-se os níveis de cobertura da negociação coletiva; o acesso facilitado dos sindicatos aos locais de trabalho; a existência de incentivos à sindicalização, como o *sistema Ghent* ou as tradicionais práticas de *closed shop* e de *union shop*, que nos anos 80 foram proibidas pelo governo de Margaret Thatcher.

Deste modo, a ação dos fatores cíclicos ou estruturais é mediatizada pelas condições institucionais, organizacionais ou legislativas de carácter nacional, que assim assumem grande influência na explicação dos níveis e das tendências da sindicalização.

⁸ Bernhard Ebbinghaus e Jelle Visser, "When Institutions Matter: Union Growth and Decline in Western Europe: 1950-1995", *European Sociological Review* 15, n.º 2 (1999): 135-158.

2.2.1 AS CAUSAS ENDÓGENAS AO MOVIMENTO SINDICAL: BUROCRACIAS E OLIGARQUIA

Sem olvidar os aspetos externos e sem lhes retirar a importância que assumem, a crise também tem muito de endógeno ao movimento, existindo fatores inerentes ao modo como os sindicatos se organizam que nela desempenham um papel relevante, fazendo-se sentir com mais intensidade em alguns países do que noutros, nomeadamente aqueles onde existem os arranjos institucionais que acabamos de referenciar. Segundo Ebbinghaus e Visser⁹, entre os fatores inerentes ao movimento, temos a sua divisão/fragmentação por motivos políticos, confessionais ou de estatuto, a que se junta o défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes. Este transparece na adoção de estratégias inadequadas para o recrutamento de mulheres e jovens; na adoção de atitudes obreiristas que tendem a afastar certas camadas de trabalhadores ou a levá-los a constituírem organizações próprias; na não propensão para organizar os excluídos (desempregados, trabalhadores migrantes, trabalhadores da economia informal, precários, trabalhadores das microempresas e das PME) ou no enfoque concedido à defesa de determinados grupos de trabalhadores.

Em França, vários trabalhos de Labbé e da sua equipa¹⁰, partindo da constatação de que o movimento sindical francês se afundou profundamente, sublinham que ele tem estado submetido às mesmas forças económicas que os seus congéneres, bem como a semelhantes mudanças sociais e culturais, não tendo conhecido inclusivamente uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a ação sindical, como sucedeu nos países anglo-saxónicos.

Num dos estudos que efetuaram, onde foram inquiridos ex-sindicalizados da CFTD, concluíram que em cerca de três quartos dos casos as causas da desfiliação tinham a ver com razões internas aos

⁹ Ebbinghaus e Visser (eds.), *Trade Unions in Western Europe Since 1945*.

¹⁰ Entre outros, citem-se: Dominique Labbé, “La Crise du Syndicalisme Français”, *Revue de l’IRES* 16 (1994): 75-101; Dominique Labbé e Maurice Croisat, *La Fin des Syndicats?* (Paris: L’Harmattan, 1992) ou Dominique Labbé, Maurice Croisat e Antoine Bevort, *La Désyndicalisation. Le Cas de la CFTD* (Grenoble: CERAT, 1989).

sindicatos: 40,0% dos trabalhadores tinham abandonado a organização em desacordo com a divisão e a politização sindical, enquanto pouco mais de um terço sentia que o sindicato os tinha abandonado: as quotas tinham deixado de ser cobradas; a secção sindical de empresa havia deixado de funcionar, ninguém atendia o telefone ou abria a porta na sede local do sindicato, etc.. Tudo expressões do abandono de um *sindicalismo de base* que se alicerçava numa rede de militantes benévolos eleitos nos locais de trabalho e que desenvolviam a atividade sindical nas empresas, em detrimento do aprofundamento da centralização e da burocratização. Enfatizam-se os mecanismos de representação e os sindicatos passam a confundir-se com uma elite gestonária composta por um pequeno grupo de dirigentes a tempo inteiro, a cujo estatuto se acede por cooptação, e que mantém relações de distanciamento com os trabalhadores.

O modo como as organizações de tipo associativo se estruturam e funcionam e a forma como as suas lideranças ascendem aos cargos e neles se perpetuam são questões que vêm sendo debatidas desde finais do século XIX, envolvendo autores tão distintos entre si como Karl Marx e outros marxistas, Max Weber ou Robert Michels.

Marx assumiu uma posição muito crítica em relação aos sindicatos e aos dirigentes operários da sua época. Por este motivo, atribui-se-lhe frequentemente uma sua eventual desvalorização da forma sindical, o que não corresponde à verdade. O trabalho de mobilização, o fomento da união dos operários, a criação de laços de solidariedade, possibilitando a construção de verdadeiros coletivos de trabalho visando ultrapassar a concorrência entre os operários são aspetos considerados indispensáveis para a formação do movimento operário. No entanto, embora valorizando o papel que desenvolviam no domínio dos interesses imediatos, julgando essa atividade não só como legítima, mas como sendo mesmo indispensável no quadro da sociedade capitalista, isso não o impede de os criticar pelo seu excessivo pendor para a «luta económica», ao mesmo tempo que defende que o seu papel deveria ser mais amplo: em vez de lutarem contra *efeitos*, deveriam lutar contra as respetivas causas, assumindo a «missão histórica» de transformar a *luta económica* em *luta política*, desafiando abertamente a ordem capitalista.

Em relação à *aristocracia operária* que liderava os sindicatos do seu tempo acusou-a, nomeadamente, de se ter tornado «um tipo intermédio entre a burguesia radical e o operariado» e que tendo

satisfeito a sua própria ambição em termos de privilégios materiais, de segurança no emprego e de poder, acabara por pactuar com o capitalismo, defendendo a conciliação de classes. Daí defender o mote conservador «um salário diário justo para um trabalho diário justo!» em detrimento da palavra de ordem revolucionária: «abolição do sistema de salários!»¹¹.

Também Gramsci se mostrou bastante crítico em relação aos burocratas sindicais, que via como concebendo «a legalidade industrial como um estado permanente (...) com muita frequência a [defendendo] desde um ponto de vista idêntico ao do patrão»¹². Esta constatação, bem como a experiência dos conselhos de fábrica levaram-no a concluir que o burocrata sindical é um sabotador ativo da luta de classes, que se orienta mais para a estabilização das relações entre capital e trabalho do que para dirigir a luta contra a dominação capitalista.

No seguimento de Marx, Gramsci não deixava de enfatizar que a «legalidade industrial», e as conseqüentes concessões que os capitalistas faziam, haviam melhorado as condições de vida da classe operária. Este facto, constituía uma vitória para o operariado, se bem que a «legalidade industrial» devesse ser vista como um compromisso que não significava o fim da dominação, a qual só chegaria quando a correlação de forças fosse favorável à classe operária.

Lenine e Trotsky – que travaram um intenso debate em 1920-21 sobre o papel e as tarefas dos sindicatos na nascente União Soviética – criticaram igualmente os dirigentes e as políticas sindicais prosseguidas no capitalismo.

Lenine, por um lado, refuta o «economicismo», ou seja, a ação sindical centrada na defesa da melhoria dos salários e das condições de trabalho e, por outro, o «culto da espontaneidade». Ao se focarem nos interesses imediatos, os sindicatos restringiam a sua ação, deixando de constituir uma ameaça à estabilidade do capitalismo quando o deveriam combater de forma determinada.

¹¹ Karl Marx, *Salário, Preço e Lucro* (Lisboa: Edições Avante!, 1983 [1865]), 77.

¹² Antonio Gramsci, *Consejos de Fábrica y Estado de la Clase Trabajadora* (Editorial Roca: Cidade do México, 1973), 117.

Ele partia ainda do pressuposto de que «os operários não podiam ter consciência social-democrata»¹³, mas apenas uma consciência «trade-unionista», pelo que a consciência de classe teria que ser levada de fora. Daí os comunistas deverem atuar nos sindicatos, incluindo os «sindicatos reacionários»¹⁴, de modo a transformarem a luta direta contra o capitalista em luta pela superação do capitalismo.

Por sua vez, Trotsky, denunciou «a degenerescência» dos sindicatos, das mais variadas correntes, consubstanciada numa «sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal», o mesmo é dizer, na sua integração no sistema capitalista, assim como criticou a ausência neles de uma «democracia operária». Daí a sua defesa de que as massas deviam ser mobilizadas não só para lutar contra a burguesia, mas também contra os dirigentes que sustentavam um «regime totalitário» nos sindicatos, sob duas palavras de ordem: a da independência dos sindicatos face ao Estado capitalista e a da defesa da democracia sindical¹⁵.

Mais recentemente, veja-se a perspetiva crítica de João Bernardo, nomeadamente quando analisa o que designa de «capitalismo sindical»¹⁶, isto é, os negócios de vária índole em que as burocracias sindicais um pouco por todo o mundo se envolvem, para tal utilizando as cotizações dos trabalhadores.

Fora do campo marxista, ressaltem-se as análises de Max Weber sobre o fenómeno burocrático¹⁷ e de Robert Michels sobre a lei de ferro da oligarquia inerente a todas as organizações de massas¹⁸.

Para Weber, os sindicatos não ficam imunes à avassaladora torrente burocrática por dois motivos: por um lado, dada a necessidade de dotar todos os membros de um tratamento igual e de benefícios idênticos, o que engendra procedimentos estandardizados e regras para obviar às

¹³ V. I. Lenine, *Que Fazer?* (Lisboa: Edições Avante!, 1977 [1901-1902]).

¹⁴ V. I. Lenine, *A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo* (Lisboa: Edições Avante!, 1977 [1920]).

¹⁵ Leon Trotsky, “Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista,” (1940). Retirado de <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>.

¹⁶ João Bernardo e Luciano Pereira, *Capitalismo Sindical* (São Paulo, Xamã, 2008).

¹⁷ Max Weber, *Economia e Sociedade* (São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 [1919-1922]).

¹⁸ Robert Michels, *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy* (New York: Collier Books, 1961 [1910]).

contingências; por outro, para que os sindicatos possam ser eficazes numa situação de conflito, é necessária uma ação disciplinada e organizada.

Por sua vez, Michels defendeu que a partir de um determinado nível de complexidade, uma organização não pode ser governada a não ser por um grupo profissionalizado que se dedique a tempo inteiro a essa tarefa. Esta situação comporta um preço muito elevado: a tendência para o governo da maioria por parte de uma minoria que concentra em si todo o poder, monopolizando os recursos existentes e perpetuando-se no poder, com a conseqüente inevitabilidade de um completo domínio das organizações por parte dos seus dirigentes. Estes, manipulam burocraticamente os militantes e os aderentes, reproduzindo fielmente a realidade presente na sociedade capitalista e a alienação por ela engendrada. Uma lei de ferro da oligarquia abate-se inexoravelmente sobre o governo das organizações, tornando a democracia impossível. Mesmo as organizações que professam o seu compromisso democrático serão profundamente oligárquicas. Deste modo, burocracia e oligarquia, de um lado, e democracia, de outro, serão incompatíveis.

Esta tendência para a burocratização e para a oligarquização passa, entre outros aspetos, pela longa permanência dos dirigentes nos seus cargos, o que provoca um distanciamento entre estes e as bases; pela cooptação como forma de acesso primordial aos cargos de direção; pela centralização das informações e das decisões nas cúpulas; pela marginalização das minorias; pela desvalorização das assembleias de trabalhadores, transformadas em organismos de consulta ou de ratificação de decisões *vindas de cima*; pela comunicação de tipo vertical; por uma divisão vertical do trabalho entre aqueles que concebem as estratégias e as políticas e aqueles que depois as aplicam; pela apatia e afastamento das bases; pela institucionalização do sindicalismo, que perde a sua dimensão de movimento social; etc..

A longa permanência dos dirigentes nos cargos de direção provoca ainda o aparecimento de vícios de poder propiciadores da reprodução de ideias, práticas e processos burocráticos, bem como o enquistamento em formas de atuação desajustadas da realidade, para além de conduzir a um envelhecimento das elites dirigentes, com um conseqüente acentuar do *gap* geracional face aos mais jovens.

A problemática da democracia organizacional foi introduzida na década de 50 por Gouldner¹⁹, que sustentou que se nas organizações existe uma lei de ferro da oligarquia também existe uma lei de ferro da democracia agindo como contracorrente. Esta basear-se-á num compromisso envolvendo o controlo democrático das lideranças e na possibilidade de participação dos membros na tomada de decisões. Mas é sobretudo na sequência do trabalho de Lipset e seus colegas, realizado na *International Typographical Union*²⁰, que o debate no seio das ciências sociais se inicia verdadeiramente. Vários estudos são dados à estampa evidenciando a existência de mecanismos que podem contrariar a tendência apresentada como inexorável desde Michels e concluindo que a democracia sindical é possível.

Contudo, os debates científicos contemporâneos sobre a organização sindical continuam a ser fortemente influenciados pelas teorias da burocracia e da oligarquia, ainda que estes conceitos nem sempre sejam apresentados com um sentido claro e consistente, como sublinharam Fosh e Heery²¹, no que se refere à burocracia, e Edelstein e Warner²², a propósito da oligarquia.

Deste modo, no sindicalismo existe um défice democrático – que não é só característico desta forma associativa – e que, no movimento sindical, não é apenas apanágio de uma corrente sindical.

Acrescente-se que, contrariamente ao defendido por Weber, as organizações que se regem por padrões burocráticos não são eficientes, antes evidenciando disfunções com implicações nefastas. A eficiência é antes conseguida pelo não afastamento dos membros das decisões e pelo elevado grau em que podem exercer um controlo democrático sobre a burocracia.

¹⁹ Alvin W. Gouldner, “Metaphysical Pathos and the Theory of Bureaucracy”, *American Political Science Review* 49, n.º 2 (1955): 496-507.

²⁰ Seymour Martin Lipset, Martin A. Trow e James Samuel Coleman, *Union Democracy: The Internal Politics of the International Typographical Union* (New York: The Free Press, 1956).

²¹ Patricia Fosh e Edmund Heery, “Introduction: Whose Unions? Power and Bureaucracy in the Labour Movement”, in *Trade Unions and their Members*, ed. Patricia Fosh, e Edmund Heery (Londres: Macmillan, 1990).

²² J. David Edelstein e Malcolm Warner, *Comparative Union Democracy* (New Brunswick: Transaction Books, 1979).

3. QUE FAZER?

O movimento sindical só muito tardiamente enfrentou a situação, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas, mas com um carácter em geral muito limitado. É o caso das tentativas de reforço da ação sindical a nível internacional, ainda que a globalização tenha tornado evidentes problemas reais que evidenciam a fragilidade da solidariedade internacional e os consequentes entraves à ação coletiva a nível global. Refiram-se ainda algumas experiências de ação conjunta com movimentos sociais diversos, implicando o estabelecimento de alianças e de coligações em torno da resolução não só de questões laborais, mas também de outras que extravasam este âmbito, permitindo aos sindicatos refutar as acusações recorrentes de *corporatismo*. Sublinhe-se ainda a implementação de novas agendas negociais, dada a crescente heterogeneidade dos efetivos sindicais e respetivos interesses, a renovação de lideranças ou a utilização da Internet.

Contudo, a ação tem incidindo fundamentalmente em campanhas de recrutamento e nos processos de reestruturação organizacional, visíveis através de uma atividade febril de fusões e integrações.

De acordo com Kelly e Heery²³, as campanhas de recrutamento têm sido realizadas segundo uma lógica reativa e não obedecendo nem a um planeamento nem a uma sistematização. Por outro lado, segundo Heery et al.²⁴, o padrão mais frequentemente seguido é o «*servicing model*», que constitui um «*top-down model*», significando o aprofundamento de um sindicalismo de serviços que alguns autores vislumbram como fonte de sobrevivência do sindicalismo²⁵, mas que não cria ou reforça a organização sindical de base, nem melhora a ligação entre os militantes e os aderentes, nem fomenta a mobilização

²³ John Kelly e Edmund Heery, *Working for the Union: British Trade Union Officers* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

²⁴ Edmund Heery, John Kelly, Jeremy Waddington, "Union Revitalization in Britain", *European Journal of Industrial Relations*, 9, n.º 1 (2003): 79-97

²⁵ David Metcalf, "Trade Unions: Resurgence or Perdition? An Economic Analysis", in *Trade Unions: Resurgence or Demise?*, ed Susan Fernie, e David Metcalf (Londres: Routledge, 2005).

dos trabalhadores como sucederia se fosse implementado um «*organizaing model*», um «*bottom-up model*».

As fusões e integrações remetem para uma reestruturação de tipo externo que, na generalidade dos casos, se encontra imbuída de «*defensive motivations*»²⁶ com o objetivo de proceder ou a um ajustamento estrutural face ao declínio de sócios e consequente declínio financeiro ou à procura de economias de escala, de modo a canalizar recursos para serem aplicados em campanhas de recrutamento, se bem que não haja evidência empírica de que tal ocorra efetivamente²⁷. Num número muito reduzido de situações podemos encontrar «*aggressive motivations*» na base destes processos, visando a obtenção de vantagens nas relações intersindicais.

No entanto, como referem Behrens et al., somente as reestruturações imbuídas de «*transformative motivations*» estão em condições de possibilitar o acréscimo do poder sindical. Este tipo de motivação é o único que permitirá atuar, simultaneamente, nas vertentes externa e interna promovendo uma mudança organizacional que aprofunde a democracia sindical, crie estruturas que acomodem os vários grupos que continuam sub-representados nas estruturas decisórias, incrementando a sua participação, e reconstruir as relações entre os vários níveis do movimento.

E esse é um imperativo. A desburocratização, o quebrar da oligarquização e a implementação de uma efetiva democracia são questões chave que o movimento sindical tem que enfrentar.

Como referimos, grande parte da crise do sindicalismo passa por uma deficiente qualidade da relação entre sindicatos e trabalhadores. O que se defende é uma ampla democracia, assente numa efetiva participação em todos domínios, quer digam respeito à organização, às políticas ou à ação, que suplante a prática da delegação de poderes. Não se trata de aumentar os mecanismos de democracia representativa – ao invés do que pensam os epígonos do voto eletrónico que nele veem uma tábuca de salvação para os sindicatos, não é este que os irá salvar – mas

²⁶ Martin Behrens, Richard Hurd, e Jeremy Waddington, *Structural Change as a Source of Union Revitalization*, WSI-Mitteilungen 09/2003, n.º 56: 534-40. Retirado de www.boeckler.de/pdf/wsimit_eng_2003_09_behrenshurdwaddington.pdf.

²⁷ Jeremy Waddington, *Restructuring Representation: the Merger Process and Trade Union Structural Development in Ten Countries* (Bruxelas: Peter Lang, 2005).

antes de implementar uma democracia de base, onde os trabalhadores em assembleias debatam sem anátemas as questões que se colocam à organização e elejam as lideranças sindicais, em vez destas serem eleitas em listas fechadas elaboradas pela direção cessante com base em critérios nem sempre claros, configurando uma situação de cooptação.

Concomitantemente, a admissão da limitação de mandatos para cargos sindicais²⁸, a existência de eleições plurais com um número de candidatos superior ao número de lugares a preencher e a possibilidade dos dirigentes – e também delegados – poderem ser destituídos a qualquer momento²⁹ permitiria quebrar a lei de ferro da oligarquia³⁰.

O sindicalismo não pode ser vetor de democracia se os trabalhadores se limitarem a participar apenas – e cada vez o fazem menos – nas eleições sindicais. A força de um sindicato reside não na apatia dos seus aderentes e militantes de base, mas, pelo contrário, na sua possibilidade de influenciar a ação quotidiana. Do que se trata é de uma recomposição das relações entre o indivíduo e o coletivo; entre os assalariados e os sindicatos; entre os aderentes e a estrutura; entre as cúpulas e as bases. *A participação, enquanto primeiro pilar essencial da democracia organizacional, é fonte de dinamismo; a não participação é fonte de esclerose e de declínio.*

Para que a participação possa ser efetiva, a *transparência organizacional*, é uma condição *sine qua non*. Este constitui o segundo pilar essencial da democracia organizacional. Transparência na esfera real e na esfera virtual.

²⁸ Em Portugal existem sindicatos que nos seus estatutos preveem a limitação de mandatos. É o caso do STSSSS – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, cujo art.º 24º estipula que os membros da assembleia geral, da direção e do conselho fiscal só podem ser reeleitos “*para o mesmo órgão*” num máximo de três vezes consecutivas, o que acaba por permitir a sua rotação entre órgãos. É também o caso do STCC – Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, cujo art.º 35º consagra que só é “permitida a reeleição para mandatos sucessivos até ao limite máximo de três”, o mesmo sucedendo com os delegados sindicais (art.º 50).

²⁹ A destituição a qualquer momento dos corpos gerentes do sindicato (arts.º 30 e 31) e dos delegados sindicais (art.º 50 e 51º) está prevista nos estatutos do STCC.

³⁰ Não compartilhamos a visão pessimista e determinista de Michels e de outros autores, segundo a qual a lei de ferro da oligarquia será inultrapassável dado a tendência ser para um contínuo e irreversível aprofundamento da burocratização e oligarquização das organizações, ideia que tem subjacente a consideração de que ao registar-se uma tendência para um crescimento da sua dimensão, este impossibilita a participação de todos os membros.

Os sindicatos passaram a utilizar a Internet em larga escala³¹. Mas os seus *websites* restringem-se a um repositório de informação oficial e a interatividade é inexistente. Por outro lado, a transparência organizacional encontra-se também praticamente ausente, visto que documentos relevantes como os relatórios de atividades, os programas de ação, os relatórios de contas, os orçamentos ou as atas das assembleias gerais³², bem como as decisões tomadas nas reuniões de direção não são divulgados. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a alguns destes documentos por outras vias, os potenciais associados não têm.

As redes sociais *online*, como o Facebook, também não são utilizadas com o intuito de aprofundar a participação³³. A lógica da sua utilização por alguns sindicatos obedece mesmo ao que van Dijk³⁴ denomina de «*marketing model*», ou seja, servem para divulgar os serviços que são oferecidos ou para fornecer informação considerada útil sobre a profissão em que se tem jurisdição.

Deste modo, o modelo burocrático de organização estendeu-se ao mundo virtual, originando uma «*infocracy*», como observado por Zuurmond³⁵ em meados da década de 90. Reforçam-se os padrões de comunicação existentes, apenas se procedendo à alteração da forma

³¹ Paulo Marques Alves, “Democracia Digital? Os Usos da Internet pelos Sindicatos da Saúde,” *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, n.º 1 (novembro de 2015): 158-179.

³² No caso de Portugal, quatro exceções a esta regra são configuradas pelo SNESUP – Sindicato Nacional do Ensino Superior, em cujo *website* podemos encontrar os Relatórios de Atividades e Contas da Direção desde 1991; o SNQTB – Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, que nos apresenta vária documentação financeira remontando a 2002; o SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, onde também podemos encontrar alguma documentação; e o STOP – Sindicato de Todos os Professores, que revela os extratos com as contribuições para um “Fundo Judicial Docente” que o sindicato criou para promover ações judiciais contra o Estado português.

³³ Apenas um exemplo: como regra, os sindicatos não respondem aos comentários ou às perguntas que são feitas nas caixas de comentários do *Facebook*. Uma exceção é o STOP. Esta é uma forma de não só reforçar os laços com os aderentes ou potenciais aderentes, mas também de incentivar a participação.

³⁴ Jan van Dijk, “Models of Democracy and Concepts of Communication”, in *Digital Democracy: Issues of Theory and Practice*, ed. Kenneth L. Hacker e Jan van Dijk (Londres: Sage, 2000): 30-53.

³⁵ Arre Zuurmond, *The Infocracy. A Theoretical and Empirical Reorientation in Weber's Idealtype of the Rational Legal Bureaucracy in the Information Age* (The Hague: Phaedrus, 1994).

como se transmite a informação, que assume um carácter restrito e não incide sobre o governo dos sindicatos.

Ainda no campo organizativo, os sindicatos têm como missão histórica organizar e representar socialmente todos os que estão inseridos no mercado de trabalho, o qual é cada vez mais segmentado. Daí que devam reunificar no seu seio trabalhadores precários; desempregados; trabalhadores migrantes ou quem trabalha na informalidade, e não se constituir apenas como um grupo de pressão dos que se encontram melhor posicionados no mercado, tendo emprego garantido.

Um sindicalismo que nas suas correntes maioritárias há muito abandonou a sua dimensão de movimento social em prol da institucionalização, o que conduziu à sua captura pelo sistema capitalista. Retornar a esta matriz de movimento social e à independência face ao poder é uma exigência. Um *sindicalismo de movimento social*, que alie a um incremento da «solidariedade interna» (aprofundamento das relações entre as várias organizações sindicais nos planos local, regional, nacional e internacional) a disponibilidade para o fomento da «solidariedade externa»³⁶, significando a capacidade de trabalhar em conjunto com outro tipo de movimentos sociais, articulando coordenações horizontais e verticais e juntando combates laborais a outros de carácter geral.

Isso significaria que os sindicatos conseguiriam articular as relações sociais internas e externas à empresa, através da reaproximação das esferas da produção e da reprodução, permitindo-lhes inscrever novamente a sua atuação numa *perspetiva societal*, a qual se foi perdendo ao longo do tempo. As questões do emprego, dos transportes, da saúde, da segurança social, da cultura, do lazer, da educação e da formação, do ambiente, etc. são questões relevantes para o sindicalismo. A resposta à dominação e a definição de projetos alternativos passa pelo *conjunto da vida social* e não apenas pelos aspetos inerentes às relações sociais de trabalho.

Alie-se-lhe a construção de uma «capacidade estratégica»³⁷, isto é, de uma capacidade para elaborar, implementar e difundir uma agenda

³⁶ Christian Lévesque e Gregor Murray, “Le Pouvoir Syndical dans l’Économie Mondiale: Clés de Lecture pour un Renouveau”, *La Revue de l’IRES*, n.º 41 (2003): 149-176.

³⁷ Richard Hyman, “How Can Unions Act Strategically?”, *Transfer* 13, n.º 2 (2007): 193-210.

própria que expresse o pensamento, os interesses e os objetivos dos membros e onde se incluam as reivindicações, mas também os projetos e o modo como se encaram as relações sociais.

Por fim, a implementação de abordagens, quer numa lógica comunitária, no espírito de um «*community unionism*»³⁸, que mostra ser particularmente relevante para organizar os trabalhadores precários, dada a elevada rotação no emprego a que estão sujeitos, quer numa lógica de «*social capital unionism*»³⁹. Com ela, visa-se não só recriar as antigas comunidades de trabalho, mas também fortalecer os laços entre os trabalhadores e as organizações a partir de uma ação sindical que associe a tentativa de resolução dos seus problemas coletivos à tentativa de resolução dos problemas individuais de cada trabalhador/a.

4. CONCLUSÃO

Organizações duplamente centenárias, os sindicatos estão confrontados atualmente com enormes desafios de vária índole, que os fazem navegar em «*rough waters*»⁴⁰. Desafios externos e desafios internos, que têm induzido uma crise que não pode ser negada, mas cujos contornos convém delimitar com precisão.

Os sindicatos só muito tardiamente enfrentaram a situação, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas de carácter limitado, com o objetivo de proceder ou a um ajustamento estrutural face ao declínio do número de sócios e consequente declínio financeiro ou à procura de economias de escala, de modo a canalizar recursos para serem aplicados em campanhas de recrutamento.

Ao falarmos em crise, convém perceber de que crise falamos. Trata-se de uma crise que denuncia uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo como

³⁸ Sian Moore, Steve Jefferys, e Pierre Cours-Salies, Why do Europe's Unions Find it Difficult to Organise in Small Firms?, *Transfer* 13, n.º 1 (2007): 115-130.

³⁹ Paul Jarley, "Unions as Social Capital: Renewal Through a Return to the Logic of Mutual Aid", *Labor Studies Journal*, n.º 29 (2005): 1-26.

⁴⁰ Steffen Lehndorff; Heiner Dribbusch e Thorsten Schulten, *Rough Waters. European Trade Unions in a Time of Crises* (Bruxelas: ETUI, 2018).

profetiza, por exemplo, Rodrigues⁴¹? Ou trata-se antes de um recuo conjuntural? Ou será que a crise representa o sinal de uma mutação do sindicalismo no sentido de se tornar uma espécie de «*agence sociale*» sem sócios que dá o seu apoio a outros coletivos como em tempos prognosticou Rosanvallon⁴²?

Por detrás do declínio sindical global oculta-se uma realidade que só a análise dos dados desagregados possibilita descortinar. Se a crise não afeta com idêntica intensidade os vários movimentos sindicais nacionais, ela também não atinge com a mesma expressão os vários sectores e ramos da economia ou os diversos grupos socioprofissionais.

Como vimos, o declínio é muito mais acentuado no sector privado, onde se concentra a maioria da força de trabalho, atingindo particularmente os grupos que constituíram tradicionalmente o esteio do sindicalismo: os assalariados do sexo masculino que laboram nas minas, na metalomecânica, na metalurgia, em suma, nos bastiões do sindicalismo operário.

Do mesmo modo, a sindicalização não cresce nos ramos emergentes da economia, como é o caso dos serviços privados, onde proliferam o trabalho precário, a ameaça do desemprego, o «empreendedorismo» ou o trabalho intermitente. Contudo, é um dado adquirido da experiência do movimento sindical que a sindicalização e a criação de organização sindical nos locais de trabalho não acontecem nem de forma espontânea nem automática, sendo que, quando existem, por vezes também são difíceis de manter. Em consequência, temos que ser prudentes neste domínio. Assim nos mostra a história, que está repleta de exemplos onde à partida a sindicalização se mostrou difícil, mas que, tendo ocorrido determinadas circunstâncias, acabou por verificar-se. Foi o que sucedeu com os operários não qualificados que só muito tardiamente chegaram ao sindicalismo. Inclusive, há umas décadas seria impensável pensar que grupos que sempre se mostraram bastante afastados da forma sindical, por indiferença, quando não mesmo por hostilidade, se viriam a sindicalizar de um modo mais ou menos massivo e até a desempenhar um papel muito ativo no

⁴¹ Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (São Paulo: EDUSP, 1999).

⁴² Pierre Rosanvallon, *La Question Syndicale. Histoire et Avenir d'une Forme Sociale* (Paris: Fondation Saint-Simon/Calman-Lévy, 1988).

movimento sindical⁴³. Daí ser prematuro afirmar-se terminantemente que os sectores emergentes não se virão a sindicalizar. Mas existe o perigo de se consolidar um sindicalismo ancorado no sector público, em torno de grupos socioprofissionais técnicos dotados de um elevado capital escolar, tendo como consequência o sindicalismo tornar-se menos representativo do conjunto dos assalariados.

Por conseguinte, o refluxo não é um indicio de uma decadência inexorável da forma sindical, mas antes o reflexo da ação conjugada de um conjunto de fatores, nos quais adquire relevância o definhamento de um determinado tipo de sindicalismo. A crise do sindicalismo é também uma crise de uma certa forma de ser e fazer sindicalismo.

Optando por uma estratégia *radicalmente transformadora*, que corte com as tendências burocráticas e oligárquicas e afirme uma democracia de carácter não formal, a forma sindical será portadora de futuro, o qual passa necessariamente pela existência de sócios⁴⁴. Esta constitui uma condição prévia à indispensável construção da organização sindical nos locais de trabalho que, a existir, permitirá posteriormente reforçar a sindicalização.

⁴³ A título exemplificativo refiram-se os casos dos detentores de órgãos de soberania, professores universitários, médicos, enfermeiros, polícias, militares, guardas prisionais, guardas costeiros, clérigos protestantes ou *trabalhadores do sexo*.

⁴⁴ Os sócios, mobilizados e não apáticos, constituem o principal recurso de poder dos sindicatos. E é sobre a quotização dos sócios que deve repousar a saúde financeira de um sindicato e não na especulação imobiliária ou nos subsídios e outras prebendas estatais, que coartam a independência dos sindicatos, ou nos negócios que enformam o *capitalismo sindical* de que falam João Bernardo e Luciano Pereira.

CAPÍTULO 15

FASES DA CONCERTAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

Jorge Filipe Figueiredo Fontes¹

¹ Investigador Integrado do Grupo de História Global do Trabalho do IHC-FCSH/NOVA. E-mail: fontes.jorge@gmail.com

Resumo

Neste capítulo procuraremos fazer, de modo sucinto, um trabalho exploratório que consiste na formulação de hipóteses de periodização, classificação e caracterização das diferentes fases que atravessa a concertação social em Portugal, desde o Estado Novo à atualidade.

Palavras-chave

Concertação social, pacto social, classes sociais.

Neste capítulo procuraremos fazer, de modo sucinto, um trabalho exploratório que consiste na formulação de hipóteses de periodização, classificação e caracterização das diferentes fases que atravessa a concertação social em Portugal, desde o Estado Novo à atualidade.

Antes de mais, torna-se necessário definir «concertação social». Neste trabalho usaremos este conceito como um sinónimo de outras expressões normalmente usadas para designar a mesma realidade, como por exemplo «diálogo social», «contrato social», ou «pacto social».

Trata-se portanto de uma relação entre partes que pressupõe a regulação pacífica de um estado de ausência ou incompletude dessa dimensão pactuada. A concertação social é a ausência (ou atenuação) dos conflitos sociais. É a antítese da «luta de classes».

Um famoso cartaz de propaganda do Estado Novo rezava: «Só o bom entendimento entre operários e patrões pode conduzir ao equilíbrio social». Na retórica da ditadura nacional, essa concórdia seria assim um bem a alcançar. O Estatuto do Trabalho Nacional de 1933, em grande medida inspirado na *Carta del Lavoro* do fascismo italiano, estabelece uma organização corporativa que pretende suprimir a luta de classes, no seu artigo 11.º estabelece nomeadamente que «a propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade»².

A arrumação corporativa (mais teórica que realidade prática) pretendia assim organizar as entidades patronais em Grémios e os operários e empregados nos Sindicatos Nacionais. Teoricamente

² Estatuto do Trabalho Nacional. Decreto-Lei 23: 048.

subordinando as classes ao Estado-nação (mantendo-se assim uma relação por definição, desigual), afirma na «iniciativa privada o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da Nação»³.

A ditadura é capitalista e antioperária, proibindo o movimento operário de formar sindicatos livres e partidos políticos, privando-o do direito à greve, de liberdade de expressão, reunião, entre outros direitos democráticos.

À sombra da Lei do Condicionamento Industrial, do mercado colonial e trabalho forçado em África, dos baixos salários e da repressão, sete grandes monopólios económicos e financeiros dominaram a economia portuguesa: CUF, Espírito Santo, Champalimaud, BPA, Banco Borges, BNU, FONSECAS & BURNAY.

Não existe «concertação social», mas sim uma repressão violenta da organização independente do movimento operário, e uma retórica corporativa que pretende apagar os conflitos sociais.

A Operação Fim de Regime derruba a ditadura, a 25 de Abril de 1974. Após o golpe, dá-se uma vaga de greves, algumas fortemente polémicas, como nos CTT, padeiros, Jornal do Comércio, Lisnave, TAP, no começo de um processo revolucionário que duraria dezanove meses.

A ausência de uma «concertação social» pela via da repressão aberta, impedindo a existência de canais de diálogo com uma representação laboral institucionalizada, terá contribuído para a explosão reivindicativa e a multiplicação de estruturas relativamente espontâneas, como as Comissões de Trabalhadores, a seguir ao 25 de Abril.

No I Governo Provisório participam dois ministros do Partido Comunista, Álvaro Cunhal como ministro sem pasta, e Avelino Gonçalves como ministro do Trabalho. Mário Soares, o líder do Partido Socialista, «lembra ter seguido o exemplo francês em que o partido comunista participou no governo de coligação no Ministério do Trabalho para controlar melhor a onda de contestações»⁴

Neste contexto, a nova «Lei da Greve», o Decreto-Lei 392/74, de 27 de agosto, tratará de regulamentar o direito à greve, tornando ilegal grande parte das características que a mesma havia assumido desde o 25 de Abril. Deste modo, proíbe a «cessação isolada de trabalho por parte

³ Ibidem.

⁴ Marco Lisi, “Um partido revolucionário na transição para a democracia: o PCP entre 1974 e 1976” (Dissertação doutoramento, ISCTE, 2002), 52.

do pessoal colocado em setores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo», a «ocupação dos locais de trabalho durante a greve», a greve «política», de «solidariedade», e por «modificação de contratos e acordos coletivos, antes de expirado o seu prazo de vigência». A paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, e retira-se às Comissões de Trabalhadores a possibilidade de desencadear uma greve, conferindo-a às comissões sindicais ou, na sua ausência, a uma assembleia com mais de 50% dos votos na presença de um representante do Ministério do Trabalho. Assegura-se ainda ao patronato o direito ao *lock-out*⁵.

Contudo, a lei foi derrotada na prática e virou letra morta. É fora da pretensão deste capítulo resenhar a imensa riqueza e complexidade do período revolucionário, mas saliente-se brevemente que se caracterizou por uma intensa luta de classes, tendo assumido formas de autogestão e controlo operário. Ou seja, verifica-se uma ausência de concertação social.

A 25 de Novembro de 1975 foi derrotada a esquerda militar, encerrando-se o PREC. A contrarrevolução não assumiria contudo contornos «chilenos», mas seria na expressão de Sousa Franco uma «contrarrevolução democrática»⁶. Em termos práticos a emulação da via soviética de 1917, chinesa de 1949, cubana de 1959, ou outra variante insurrecional da «moda» ficava congelada.

A democracia representativa (assembleia legislativa) de tipo «ocidental» e «pluralista» é consagrada como a forma do novo regime, embora sob a roupagem «socialista» característica do período precedente.

Assim, a Constituição aprovada a 2 de abril de 1976, define a República como «empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes» (art.º 1.º) e estabelece como «objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras» (art.º 2.º). São «tarefas fundamentais do Estado»: «socializar os meios de produção e riqueza» e «abolir a exploração e opressão do homem pelo homem» (art.º 9.º, c).

⁵ Decreto-Lei 392/74, 27 agosto.

⁶ Sousa Franco. “A economia”, in *Portugal, 20 anos de Democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 207.

Os limites materiais da revisão constitucional (art.º 290.º) teriam de respeitar: «os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais», o «princípio da apropriação coletiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios» e a “planificação democrática da economia»⁷.

Ficam portanto cristalizadas uma série de conquistas laborais, é estabelecida uma rede de serviços públicos democratizantes, como o Serviço Nacional de Saúde ou a escola pública, os partidos de esquerda, os sindicatos e as comissões de trabalhadores continuam na legalidade e a gozar de direitos democráticos amplos.

Com efeito, verificar-se-á uma «arrumação institucional» de cunho tripartido, com a Intersindical a participar no Conselho Nacional do Plano, Conselho de Gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conselho Nacional de Educação, INATEL, Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, Instituto do Emprego e Formação Profissional, pelo que no seu VI Congresso existiam «quarenta e quatro organismos nos quais a confederação tinha assento»⁸.

Trata-se, não obstante, de um tripartismo no qual, na maior parte, os organismos são pouco eficazes e o papel dos sindicatos meramente consultivo. A transição entre este modelo de «planeamento concertado» e um outro baseado num órgão específico de concertação social será acompanhada pela emergência de uma central sindical alternativa, a erosão das conquistas dos trabalhadores no período revolucionário e a progressiva imposição de um «liberalismo concertado»⁹.

Embora com três décadas de atraso, sucede em Portugal o mesmo que na «Europa Ocidental» no pós-guerra, ou seja estabelece-se um «Estado Social», contudo de breve duração, pois a revolução acontecia já sob o signo da crise económica mundial de 1973-74, verificando-se uma nova crise mundial em 1979, encerrando-se os «trinta gloriosos» e seguindo-se a ascensão do neoliberalismo com Thatcher em 1979 e Reagan em 1981.

⁷ Constituição da República Portuguesa, 1976.

⁸ Victor Gomes da Silva, “*A evolução da Intersindical Nacional/CGTP-IN no quadro socioeconómico e político português: Do 25 de Abril ao VI Congresso*” (Dissertação de Mestrado, ISEG, 1992), 100.

⁹ Jorge Fontes, *Setenave- revolução, nacionalização, privatização* (Lisboa: Parsifal, 2018), 75.

A democracia representativa de estilo ocidental e pluralista, baseada no relativo equilíbrio entre capital e trabalho (embora mantendo-se a intrínseca relação de desigualdade) parece assim corresponder ao regime que melhor se acomoda ao estabelecimento de uma «concertação social».

Por sua vez, o neoliberalismo corresponde a uma «*ofensiva de classe* liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular»¹⁰. Abalando os alicerces da concertação social, o neoliberalismo impôs-se após derrotas infligidas aos controladores aéreos nos EUA ou aos mineiros no Reino Unido, ou seja, setores estratégicos do movimento dos trabalhadores, com capacidade de arrastamento de outros contingentes.

Em Portugal, sucede o mesmo. É após derrotar os trabalhadores da indústria naval, com o pacto social na Setenave em 1983, cujo exemplo se alastra desmoralizando outros setores, que se estabelece o primeiro órgão tripartido de concertação social. Estes pactos sociais «formais» na verdade correspondiam à sua erosão real. Mais do que um «pacto de não-agressão» ou «guerra fria» tratava-se de, passe a comparação, uma *pax romana*, ou seja, uma paz enquanto subproduto de um ataque de conquista de posições no campo adversário.

O Decreto-Lei 74/84 cria o Conselho Permanente de Concertação Social, o atual Conselho Económico e Social. A CGTP-IN recusa entrar denunciando um órgão «neocorporativo», mas à medida que a relação de forças fica cada vez mais desfavorável, nomeadamente com o pacto social assinado na Lisnave em 1986, acaba por ceder em entrar.

O neoliberalismo, modelo pioneiramente testado no Chile de Pinochet, enquanto «o modo de existência do capitalismo contemporâneo»¹¹, um sistema de acumulação, traduzindo-se num ataque à concertação social, mina também de modo acoplado as bases nas quais repousam os regimes democráticos, assistindo-se a um crescimento do autoritarismo e de tendências bonapartistas. Do “«populismo» de Trump, Bolsonaro e companhia aos eurocratas não eleitos de Bruxelas, a tendência geral é de debilitamento das conquistas democráticas do movimento dos trabalhadores no âmago dos regimes democrático-representativos.

¹⁰ Alfredo Saad Filho, “Neoliberalismo: uma análise marxista,” *Marx e o Marxismo* v. 3, no.4 (2015): 59.

¹¹ *Ibidem*.

A concertação social já «não existe» na medida em que não se verifica um relativo equilíbrio entre as classes sociais, um acordo de «estados-maiores» de representantes da burguesia e do proletariado. A definição de Barreto de «pacto social» encontra pouca aplicabilidade prática: «acordo à escala nacional, negociado, periodicamente ou a título excepcional, entre o movimento sindical, as organizações patronais e, eventualmente, o Governo, com o objetivo de assegurar, durante determinado espaço de tempo ou em permanência, as condições de uma relativa paz social. (...) Significa, pois, a aceitação pelas partes de determinada programação económica e social, a cujos supostos benefícios se sacrificam certos interesses imediatos ou, possivelmente, até estratégicos»¹².

Contudo, embora não existindo um acordo, mas um *diktat*, o movimento dos trabalhadores continua (embora de modo mais debilitado) a movimentar-se dentro de um quadro de uma democracia representativa, na qual tem assegurado uma série de direitos democráticos, conquistas e posições. A concertação social, neste sentido ampliado, subsiste na medida em que ainda se reverbera e reifica nas entranhas institucionais da II República (como por exemplo no Serviço Nacional de Saúde, na Escola Pública, na Segurança Social, no direito do trabalho), a influência do peso do trabalho em dada relação de forças passada e presente.

Podemos, em suma, estabelecer uma hipótese de 4 fases na evolução da concertação social em Portugal, do Estado Novo à atualidade:

1) Estado Novo: Ausência de concertação social. Ditadura sobre a classe trabalhadora. Retórica corporativa.

2) Revolução: Ausência de concertação social formal e real. Conquistas substanciais do trabalho sobre o capital.

3) II República (1976-83/86): Ausência de concertação social formal. Pacto social real, com relativo equilíbrio de posições (tendencialmente desfavorável ao trabalho).

4) II República [«integrada» na União Europeia] (1983/86 - ?): Estabelecimento da concertação social formal. Conquistas substanciais

¹² José Barreto. «Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social», *Análise Social* 52 (1978): 81.

do capital sobre o trabalho. Erosão progressiva do pacto social real.

CAPÍTULO 16

AS MULHERES DE XABREGAS: TRABALHO, QUOTIDIANO E ATIVISMO (DO FIM DO SÉCULO XIX AOS ANOS 40 DO SÉCULO XX)

Virgínia Baptista¹ e Paulo Marques Alves²

¹ IHC-FCSH/UNL. E-mail: virbaptista@gmail.com

² DINÂMIA'CET-IUL e ISCTE-IUL. E-mail: paulo.alves@iscte-iul.pt

Resumo

As mulheres trabalhadoras de Xabregas, em Lisboa, eram a maioria dos trabalhadores nas fábricas. Os empregadores preferiam as mulheres porque tinham as atividades mais rotineiras e recebiam os salários mais reduzidos em comparação com os homens. A legislação «protetora» do trabalho feminino e da maternidade de 1891 apenas foi aplicada no final dos anos 20 e de forma irregular. Na freguesia de Xabregas viviam famílias muito pobres. Por isso, desde o final do século XIX que associações públicas e privadas foram fundadas com os objetivos de assistência ou de previdência às mulheres. As mulheres trabalhadoras estavam integradas no movimento associativo mutualista, de classe e educativo, exclusivamente feminino ou misto (com homens e mulheres).

Palavras-chave

Xabregas, trabalhadoras, quotidianos.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por tema as trabalhadoras de Xabregas, freguesia que era um dos polos da industrialização, na zona oriental de Lisboa, entre os finais do século XIX e os inícios do Estado Novo. As mulheres de Xabregas estavam inseridas no mercado de trabalho, apesar de serem predominantemente iletradas, terem famílias alargadas, muitas cuidarem de filhos pequenos e a maioria viver em vilas, becos e casebres, na zona.

As mulheres trabalhavam essencialmente nas várias oficinas e fábricas (têxteis, fiação, loiças, tabacos, fósforos) e algumas eram também lavadeiras, criadas de servir, peixeiras, vendedoras e costureiras. Os salários das trabalhadoras, muito baixos, eram considerados um suplemento ao salário do «chefe de família» masculino.

Com este estudo pretendemos levantar várias questões: quais eram as condições de trabalho destas mulheres? De que forma conseguiram articular o trabalho fora de casa com os quotidianos familiares domésticos? Como sobreviveram num mundo dominado por homens, tanto pelos empregadores como pelos seus colegas masculinos? Que

objetivos tiveram ao criarem um associativismo só feminino? Quais as proteções sociais disponibilizadas para as mulheres trabalhadoras e seus filhos, na zona oriental de Lisboa? Como as historiadoras Michelle Perrot, Karen Offen e outras demonstraram, é difícil escrever a história do silêncio das mulheres ou da sua modéstia, principalmente das classes trabalhadoras, porque estas mulheres não deixaram autobiografias, diários ou cartas escritas por elas. Foi através de arquivos e fontes diversas – Inquéritos às fábricas, escritos médicos, atas de reuniões de associações, recenseamentos da população, imagens de fotografos e livros da época – que conseguimos dar a visibilidade possível às trabalhadoras de Xabregas. Por fim, verificámos que foram as mulheres das classes trabalhadoras, neste caso de Xabregas, que criaram os seus próprios quotidianos laborais, familiares e ativistas, e romperam com o ideal do *male breadwinner*.

O bairro de Xabregas, na zona oriental de Lisboa, pertencente à freguesia do Beato, foi um dos centros de forte industrialização da capital desde o século XIX. Situada à beira do rio Tejo, aí aportavam os barcos, o elétrico rolava até ao centro da cidade, o comboio passava no troço da linha em direção ao norte do país, inaugurado em meados do século, com o viaduto de três arcos, que marcou indelevelmente a paisagem da zona. O seu quotidiano caracterizado pelo bulício dos operários e operárias que afluíam às fábricas do bairro, com as altas chaminés e o silvo pontual das suas sirenes, ficaria imortalizado na pintura e na literatura do século XIX³. Predominaram os armazéns, oficinas e fábricas de petróleo, vinho, confeção de produtos alimentares, rolhas, tanoarias, cortiças, fósforo, têxteis e tabacos. As cigarreiras de Xabregas perduraram na memória dos seus habitantes.

A maioria dos trabalhadores vivia no bairro, em habitações humildes, em barracas ou em Vilas, como a Dias, a Flamiano, construídas pelos proprietários das fábricas.

Tratando-se de trabalhadores de reduzidos rendimentos, para acorrer às famílias mais desfavorecidas foram fundadas diversas instituições de assistência privada e pública, que se enquadram nas origens históricas do Estado-Providência em Portugal.

³ No óleo de João Pedroso, 1859, de Abel Botelho, 1901 e O Livro de Cesário Verde (s/l: Ulisseia, 1986).

Esta população popular e operária desde finais de oitocentos que foi bastante reivindicativa e interventiva socialmente, participando em associações mutualistas, de classe e de instrução.

1. A FORTE IMPLANTAÇÃO DA TABAQUEIRAS DE XABREGAS

Muitos operários e operárias do bairro de Xabregas trabalhavam nas fábricas de tabacos. O escritor Fialho de Almeida narrou assim a entrada dos tabaqueiros numa fábrica:

«À entrada da fábrica, os operários davam-se abraços de grande intimidade; tratavam-se todos por tu, com uma algazarra incorrigível, até que o fiscal, de barba branca, o seu casaco amarelo, um cachimbo preto de noqueira, abria as portas das oficinas. No corredor, os operários dividiam-se em turmas; uns iam para o empapelamento dos cigarros; outros iam picar o tabaco; alguns cortavam rótulos para a caixa de charutos»⁴.

A fábrica de tabacos de Xabregas fora instalada no antigo Convento de S. Francisco. Em 1887, no inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respetivos operários, nesta fábrica, então pertencente à Companhia Nacional de Tabacos, as operárias eram a maioria dos trabalhadores, 74,9%. O número de operários masculinos seria de 249, 9 tinham entre 12 e 16 anos e 240 mais de 16 anos. As operárias eram 746, sendo 2 menores de 12 anos, 44 teriam entre 12 a 16 anos e 700 tinham mais de 16 anos.

Por especialidade de trabalho, as tabaqueiras executavam as tarefas mais rotineiras: charuteiras, 89,7% dos trabalhadores, cigarreiras, 89,7% dos operários, empacotadoras de tabaco e rapé, 92,7% dos trabalhadores. Nos cargos mais especializados as mulheres constituíam apenas 30,9% dos operários. Tendo em conta o sistema de retribuição do trabalho, enquanto para os operários havia um equilíbrio entre empreiteiros e jornaleiros, 49,3% e 50,3%, respetivamente, as mulheres eram maioritariamente empreiteiras, 96,5%, situação que se deve

⁴ Fialho de Almeida, "Ruiva", in *Contos* (Mem Martins: Publicações Europa América, s/d), 74.

prender com o número de horas de trabalho que cada operária poderia dispendir por dia e os baixos salários que receberiam.

E as operárias estariam numa situação de maior vulnerabilidade sexual, tal como declarou na comissão do referido inquérito a tabaqueira Cândida Reis denunciando as ofensas que dirigentes das fábricas dirigiam a algumas mulheres, escutadas pelas menores:

«As frases obscenas que utilizadas pelos dirigentes das fábricas, as quais não só ofendiam as mulheres a quem eram dirigidas, mas concorriam, de forma poderosa, para perverter as menores, carne poderosa ao alcance de qualquer capataz»⁵.

Sobre a maior empregabilidade de mulheres nas fábricas, operários masculinos e patrões tinham visões diferentes sobre os motivos para esta ocorrência. Pelo lado dos operários era um modo de redução dos salários, o que levava à sua rejeição das trabalhadoras no local de trabalho e mesmo por alguns sindicalistas que defendiam o «salário familiar», enquanto para os patrões a situação explicava-se pela especificidade da «condição» feminina:

A preferência à admissão das mulheres para certas especialidades, não só porque são mais disciplinadas e mais assíduas, mas também porque muitos dos trabalhos, tais como os do empacotamento e outros são mais próprios das mulheres do que dos homens⁶.

Apesar da divergência nas declarações de patrões e operários sobre os salários auferidos, segundo a informação dos delegados da «Associação Fraternal dos Operários de Fabricação de Tabacos» o salário médio por 10 horas diárias, sempre inferior para as operárias, podia variar para os charuteiros de 300 a 633 réis e para os cigarreiros, de 320 a 480 réis. Assinale-se que na ausência ainda de creches nas fábricas as operárias chegavam a pagar 100 réis por dia à ama que cuidava da criança.

⁵ Maria Filomena Mónica, *O Tabaco e o Poder. 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal* (Lisboa: COTAPO/Quetzal Editores, 1992), 34.

⁶ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respectivos operários ordenados por Decreto de 23 de Setembro de 1887* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1887), 10-1.

Conforme declarou o patronato, os operários e as operárias não utilizariam o número máximo de horas oferecido pela fábrica, sendo apontadas razões distintas por sexo: os homens porque acumulariam o trabalho fabril com outra profissão, as mulheres porque necessitavam de cuidar da casa e dos filhos antes de saírem para a fábrica, o que deixa pressupor, no caso dos operários, os salários muito baixos que auferiam na indústria.

Ainda no início dos anos trinta do século XX, na indústria de tabacos eram admitidas raparigas para a confeção de charutos, trabalho que permanecera manual com salários muitos reduzidos, situação considerada inaceitável e denunciada pela Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos de Lisboa e Porto.

Deficientes eram igualmente as condições de higiene e salubridade das fábricas. Pelo inquérito referido, o relatório dos médicos encarregados da clínica dos operários da Companhia Nacional de Tabacos indicou que a tuberculose constituía 75% das doenças que afetavam os tabaqueiros. Nomeadamente na fábrica de Xabregas, que funcionava no espaço do antigo convento, possuía oficinas reduzidas, insalubres e sem iluminação adequada.

2. AS LEIS «PROTETORAS» DO TRABALHO FEMININO EM PORTUGAL

Na sequência das regulamentações aprovadas na Conferência de Berlim, de 1890 sobre o trabalho em estabelecimentos industriais e minas, em Portugal, logo em abril do ano seguinte foi publicado o decreto «regularizando o trabalho das mulheres e dos menores em fábricas e oficinas». Os artigos 21.º, 22.º e 23.º direcionavam-se às mães trabalhadoras:

Cada uma das fábricas em que trabalhem mais de cinquenta mulheres por dia, terá uma creche com as acomodações e condições higiénicas que os regulamentos determinem. A distância da creche à fábrica não será superior a 300 metros (artigo 21.º).

A mulher não será admitida a trabalhar nos estabelecimentos industriais nas primeiras quatro semanas após o parto (artigo 22.º).

A mãe poderá ir à creche amamentar o filho à hora e pela forma determinada nos regulamentos (artigo 23.º)⁷.

Tal como na restante Europa, as leis consideradas «protetoras» do trabalho feminino provocaram controvérsia ao afastarem as mulheres dos trabalhos melhor remunerados e porque a licença de parto, sem remuneração, empobrecia as mulheres, pelo que muitas mulheres se furtavam à legislação, ou contornavam-na trabalhando no domicílio.

Logo em 1900, a situação da lei da interrupção do trabalho após o parto, sem indemnização, foi denunciada pela médica feminista Adelaide Cabette (1867-1935) na dissertação de final de curso apresentada à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa na qual reclamou o cumprimento da lei sobre a criação de creches nas fábricas.

Com base no Recenseamento Geral da População de 1900, verifica-se que as mulheres com idades entre 15 e 49 anos seriam 1 381 564 e, nesse ano, teriam ocorrido 165 245 partos. A nível nacional as mulheres seriam 27,4% dos trabalhadores no mercado de trabalho (sendo seguro que não eram contabilizadas muitas mulheres que trabalhavam no domicílio, na agricultura e em oficinas familiares). Não sendo possível cruzar todos os dados através do Recenseamento, pode, no entanto, constatar-se que em todos os sectores profissionais a maioria das mulheres tinha entre 20 e 40 anos, idade correspondente à da fecundidade, pelo que estariam, em predomínio no mercado de trabalho mulheres casadas e com filhos. Esta situação poderá explicar-se pelos baixos salários masculinos que conduziu as mulheres a trabalhar fora de casa com o fim de aumentar o orçamento familiar. Indubitavelmente se entrevê a conclusão de que a esmagadora maioria destas mulheres das classes populares não poderia ter uma licença de 4 semanas após o parto sem remuneração.

Já durante a ditadura do Estado Novo, a advogada e feminista Elina Guimarães (1904-1991) expressou claramente a dubiedade das leis protetoras que acabaram por se virar contra as trabalhadoras, lançando-as na miséria, observando-se, também, que feministas e as mulheres das classes populares nem sempre estiveram em sintonia:

⁷ *Diário do Governo*, 22 de abril 1891, 882.

A legislação limitando as horas de trabalho das operárias, proibindo-lhes certas ocupações, assim como o trabalho nocturno e, sobretudo, procurando assegurar-lhes o maior repouso possível durante o período da gravidez e do aleitamento, tomou um rápido incremento em todos os países.... Até aqui julgava-se que esta regulamentação representava o sistema ideal para a mulher – tanto que as associações feministas a incluíram nos seus programas. Porém da parte das próprias mulheres assim legalmente protegidas esboça-se e acentua-se cada vez mais um protesto contra esta protecção⁸.

Num tempo muito posterior ao ocorrido em França com a lei Strauss de 1913, as trabalhadoras em Portugal apenas tiveram direito a uma licença obrigatória por parto com a concessão de um subsídio, em 1937, proposta da deputada Cândida Parreira. A lei aprovada a 10 de março estipulou uma licença de parto de 30 dias, com uma remuneração de pelo menos 1/3 do salário da trabalhadora. Contudo a lei apresentava-se com pressupostos muito criticáveis, já que a concessão do subsídio dependia da visão do empregador sobre se a trabalhadora dele necessitava ou era digna⁹.

Se a França foi pioneira na legislação dos abonos de família, em 1932, podendo ser concedidos à mãe, reconhecendo-se assim um papel político da maternidade, em Portugal o abono de família só seria legislado em 1942, atribuído aos trabalhadores por conta de outrem na indústria, no comércio e nas profissões liberais ou no serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica¹⁰. No ano seguinte foi extensível aos funcionários do Estado, civis e militares e dos corpos administrativos.

O abono de família enquadrava-se no ideário do salário familiar, no apoio às famílias numerosas, tal expresso na Constituição de 1933, que institucionalizou o regime ditatorial. Era pago ao chefe de família casado, com família legitimamente constituída, ao trabalhador solteiro, viúvo, divorciado ou separado com família a cargo e à mulher casada,

⁸ Elina Guimarães, “O Trabalho Feminino”, in *Indústria Portuguesa*, n.º 108, 1937, 38.

⁹ *Diário do Governo*, 10 de março 1937, 203-205.

¹⁰ *Diários do Governo*, 13 agosto 1942, p. 1025-1028 e 29 fevereiro 1943, 138-139.

cujo marido se encontrasse incapacitado de prover ao sustento da família. Não foi prevista a sua atribuição às trabalhadoras solteiras.

Caso excepcional terá ocorrido com o grupo profissional das professoras primárias, em que a I República democrática, em 7 de janeiro de 1911, lhes concedeu uma licença de parto de dois meses, com o vencimento integral, tal como tinha ocorrido em 1910 em França só com as professoras do ensino público, depois de aprovada a lei Engrand de 1909, que concedia uma licença não obrigatória de parto de oito semanas¹¹. Em Portugal, em 1931, já em período de ditadura, a lei foi alterada e só as professoras casadas tinham direito a 23 dias de licença remunerada por parto.

3. AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS OPERÁRIAS TABAQUEIRAS

Pelo inquérito industrial de 1881 conhecem-se as elevadas taxas de analfabetismo dos operários, nomeadamente na Companhia Nacional de Tabacos, em que dos 1678 operários, sendo como vimos as mulheres a maioria dos trabalhadores, 2/3 eram analfabetos¹².

Em 1933, o médico da Companhia, Manuel Vicente Moreira realizou um estudo com 100 operárias, constatando que maioritariamente as tabaqueiras viviam nos bairros em redor da fábrica e só uma minoria apanhava o elétrico ou o comboio diariamente¹³. Verificou que destas operárias 9% não tinham filhos e das que eram mães 75% pagavam a amas um montante considerável relativamente ao seu salário.

Noutro estudo de 1941 a 407 famílias de tabaqueiras ou mulheres de tabaqueiros o médico conclui que 35% das famílias gastavam mais de 14% do salário com a renda da casa. Estas percentagens eram muito significativas, tendo ainda de se contar com a compra de alimentação, vestuário, calçado, o pagamento a amas e, em alguns casos, da quota para associação de socorros mútuos.

¹¹ Áurea Adão, *O Estatuto Sócio – Profissional do Professor Primário em Portugal, 1901-1951* (Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984), 238-239. Ver também Gisela Bock “Pauvreté féminine, droits des mères et États- Providence”, in *Histoire des Femmes, Le XX.e Siècle*, dir. George Duby et Michelle Perrot (1999), 381-409.

¹² Inquérito Industrial de 1881.

¹³ Manuel Vicente Moreira, *Ensaio médico-sociais. Creches industriais* (Coimbra: Imprensa Universidade, 1933), 17.

Indício da exiguidade e simplicidade das habitações operárias é observado a partir da verificação de que de num total de 617 bebês, menos de metade possuía uma cama ou berço próprio, 37,8% dormia com outras crianças e 18% com adultos.

Deste modo denunciou o médico a situação precária que se vivia naquela zona oriental de Lisboa, descrevendo habitações degradadas onde residiam as famílias operárias:

Casebres de madeira... miseráveis barracas... barracas de madeira e lata onde a custo consegue penetrar o Sol e onde o ar entra por todos os lados... as barracas velhas e desconjuntadas não têm esgotos... coabitam com vacarias e estrumeiras, a céu aberto, perto das quais brincam as crianças que habitam nos casebres, num espetáculo confrangedor¹⁴.

A estas carências juntava-se a falta de assistência médica na zona oriental de Lisboa que obrigava a população, quando doente, a deslocar-se a Hospitais no centro da cidade, perdendo frequentemente meio-dia de trabalho.

4. A PROTECÇÃO MATERNO-INFANTIL NA ZONA DE XABREGAS: AS ORIGENS HISTÓRICAS DO ESTADO-PROVIDÊNCIA

Desde 1896 que a freguesia do Beato possuía a Cozinha Económica, a cargo da Associação privada Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa, fornecendo diariamente uma refeição a preço módico, sendo prevista a criação de mesas para as mães mais carenciadas, grávidas e no período do aleitamento¹⁵.

¹⁴ Manuel Vicente Moreira, *Maternidade da Companhia Portuguesa de Tabacos. Bases da organização e síntese do movimento (1927-1933)* (Lisboa: Tipografia da Companhia portuguesa de Tabacos, 1934), 19-21.

¹⁵ *Estatutos da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1894). A ementa era em regra constituída por uma tigela de sopa de hortaliça (arroz e grão ou feijão e nabos), seguida por um quarto de posta de bacalhau, três batatas com azeite, vinagre e cebola, mais 125 gramas de pão de trigo. A Sociedade Protectora das Cozinhas

Foram também fundados dois lactários que distribuíam leite às crianças mais desfavorecidas, cujas mães não pudessem amamentar ou tivessem leite insuficiente, um em 1929, no Beato, o lactário n.º 4, a cargo da associação privada de beneficência – a Associação Protectora da Primeira Infância¹⁶ e outro, em 1941, a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (instituição pública), no edifício da Cozinha Económica de Xabregas.

Os estatutos da Associação Protectora da Primeira Infância foram aprovados em 1901 e tinham por fins: estabelecer lactários para fornecimento de leite às crianças que não podiam ser amamentadas por serem órfãs ou devido à pobreza das mães; distribuir leite às parturientes quando o médico da associação o considerasse conveniente; fornecer vestuário às crianças; internar as crianças prematuras; divulgar cuidados de puericultura.¹⁷ De realçar que a Associação criou o primeiro lactário do país com uma vacaria anexa, visitado em 1906 pela médica Harrich Alexander de Chicago, que muito elogiou a sua organização.

As mães que acorriam aos lactários eram provenientes de meios socioeconómicos muito desfavorecidos, tendo de provar a sua pobreza, assim como não poderem amamentar os filhos. A procura do lactário do Beato pelas mães nestas condições é assim confirmada pelo relatório de 1941:

«Um dos mais movimentados e que serve uma vasta área de densa população, de mais pobre viver... de mais acentuada necessidade debaixo do ponto de vista físico e de feição social».¹⁸

Para o acesso à assistência destas associações privadas, cujos estatutos eram aprovados pelos poderes estatais, as populações

Económicas foi fundada em 1893 pela duquesa de Palmela, em 1911, já na I República, as Cozinhas passaram a ser administradas pelo Estado.

¹⁶ A Associação foi fundada em 1901 pelo Coronel Rodrigo António Aboim de Ascensão, após ter visitado uma *Goute de Lait*, na viagem à Exposição de Paris de 1900.

¹⁷ *Estatutos da Associação Protectora da Primeira Infância*, aprovados por alvará de 3 de julho de 1901 (Lisboa: Papelaria La Bécarre, 1902).

¹⁸ Associação Protectora da Primeira Infância, Catálogo de benfeitores acompanhado do relatório e contas de gerência do ano económico de 1941.

carenciadas ao terem de comprovar a sua situação de pobreza não tinham ainda adquirido direitos, uma vez que socialmente prevalecia uma visão de assistência caritativa ou moral para com os mais desfavorecidos.

A ação paternalista de iniciativa patronal começou a surgir no final dos anos vinte do século XX, com a criação em algumas empresas de maternidades, creches e lactários, dando cumprimento à legislação de 1891, reiterada em anos sucessivos, em diversos diplomas.

Inserir-se nesta situação o caso da então denominada Companhia Portuguesa de Tabacos, a partir de 1927, a que pertencia a fábrica de Xabregas, fomentando uma forte ação assistencial, criando uma Maternidade para as operárias e mulheres de operários, com internamento, consultas para as mães e crianças e distribuição de leite aos bebés, que dele necessitassem, visitadoras que asseguravam que as mães seguiam as prescrições médicas e forneciam conselhos de puericultura, e uma creche.

A Maternidade estabelecida em 1927, muito próximo da fábrica de Xabregas, destinava-se a mulheres dos operários da Companhia e às operárias, que tinham direito a internamento gratuito durante dois meses, um mês antes do parto e outro depois do mesmo. Durante este período tinham o mesmo direito dos operários doentes, recebendo 5\$35 diários. A assistência no parto, apesar de equiparado a doença, indicava já um direito para as operárias tabaqueiras.

Tal como outros profissionais de saúde, o médico da Companhia, prestava particular atenção aos cuidados de assistência nos primeiros anos de vida, uma vez que a alarmante mortalidade infantil no país, por comparação com outros países europeus, era considerada um flagelo. Só em Lisboa, em 1934, a mortalidade infantil rondava 18%, continuando a classe médica a alertar para os perigos da degenerescência da raça, segundo a designação da época.

Em 1938 a Companhia Nacional de Tabacos criou numa das alas da fábrica de Xabregas uma creche para as crianças, filhas das tabaqueiras, com menos de um ano, o que se demonstrava ser um tempo muito insuficiente.

5. AS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS, DE CLASSE E DE INSTRUÇÃO

Em meio popular e operário, várias eram as associações que uniam os trabalhadores, na entreatajuda ou nas reivindicações.

A legislação mutualista de 1891 refletiu o carácter pioneiro português em relação a outros países (Grã-Bretanha, 1896, França, 1898)¹⁹. Em 1867 tinha sido fundada a Associação de Socorros Mútuos, Associação Humanitária da Freguesia de S. Bartolomeu do Beato, para ambos os sexos, em que inédito no mutualismo da época, às mulheres era-lhes permitido participar nas assembleias gerais, nos finais de oitocentos. Esta associação mutualista tinha a particularidade de administrar a escola primária gratuita feminina Casal Ribeiro, fundada em 1869 pelo conselheiro José Maria Casal Ribeiro, que legara a esta associação a verba de 10 000\$000, mantendo-se em funcionamento ainda nos anos trinta.

Se o número de associações de socorros mútuos femininas em Portugal era muito reduzido, em finais do século XIX, na zona oriental de Lisboa, as mulheres estavam associadas, constituindo 38,8% dos mutualistas, o que demonstra a preocupação de previdência das mulheres das classes populares²⁰. Apesar ser escassa a informação a que conseguimos aceder, em 1894 foi fundada a Associação de Socorros Mútuos Feminina do Pessoal Jornaleiro dos Tabacos, com sede no bairro, que contaria com 61 associadas em 1898.

Tal como em França, como refere Nadine Giraud, as associações de socorros mútuos viram as mulheres como «menores» e durante muito tempo nos dois países a maternidade foi equiparada a doença (em Portugal só em 1962 a maternidade se tornou uma modalidade autónoma de seguro).

Os trabalhadores da Companhia Nacional de Tabacos, desde 1885, tinham anualmente acesso a um montante legado pelo patrão Paulo Cordeiro e à Caixa de Socorros e Aposentações Paulo Cordeiro para

¹⁹ Michel Dreyfus, *Les femmes et la Mutualité française* (Paris: Éditions Pascal, 2006), 96.

²⁰ Guilherme Augusto de Santa-Rita, *O Socorro Mútuo em Lisboa. Relatório-Estudo, 1901. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição do Comércio* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1901), 73.

ambos os sexos, com clínica médica, para a qual descontavam a quota anual de 3\$500.

Foi neste meio predominantemente analfabeto, como constatámos, que a 11 de outubro de 1879 foi publicado o primeiro número do jornal «A Voz do Operário», órgão da Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco, que daria origem à Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário». Neste jornal escreveu a escritora feminina e socialista Angelina Vidal (1874-1917), muito acarinhada pelos tabaqueiros até à sua morte.

À Sociedade «A Voz do Operário», se deveu a instalação de diversas escolas, espalhadas pela cidade, dirigidas aos filhos (as) das classes populares, a entrega de enxovais para recém-nascidos às parturientes sócias, de vestuário e calçado para as crianças pobres das escolas e o funcionamento dos serviços clínicos, na Policlínica e assistência farmacêutica. Confirmando a menoridade a que eram submetidas as mulheres, as tabaqueiras, apesar de serem a maioria dos trabalhadores, ainda em 1906, devido à lei geral do país sobre o associativismo, eram silenciadas, não podendo votar na sua associação. Em 1937 o número de associadas rondava 24 000, que perfazia 40% do total dos associados.

A nível da implementação da formação e especialização industrial, de realçar a Escola Afonso Domingos, criada em Xabregas em 1884, dirigida a operários e operárias e seus filhos. Nos cursos noturnos, o número de alunas era mais reduzido, predominando as profissões de modistas e horticultoras.

No mundo associativo as trabalhadoras também fundaram algumas associações de classe só femininas, por exemplo, das costureiras (que mantinha correspondência com a associação dos manipuladores de tabacos), das criadas de servir, das operárias de engomadorias de Lisboa, das lavadeiras e das parteiras portuguesas. Em 1912 foi constituída a União das Mulheres Socialistas, organização feminina do Partido Socialista, com 91 associadas, sendo a costureira Alexandrina Soares Homem uma das fundadoras²¹. As mulheres participaram também em associações de classe mistas, das quais nomeamos as relacionadas com

²¹ João Palminha Silva, *Pequeno Dicionário do Movimento Socialista português* (Lisboa: Edição de Fundação José Fontana, 1989), 241 e Edgar Rodrigues, *O despertar operário em Portugal-1834-1911* (Lisboa: Editora Sementeira, 1980), 114.

o nosso estudo, a Associação de Classe do Pessoal dos Tabacos e a Associação de Classe dos «Professores da Voz do Operário».

E as mulheres foram uma força reivindicativa de Xabregas e do Beato que bastante incomodaram as forças policiais. Nomeadamente, no ano de 1942, devido ao aumento do horário de trabalho ocorreram movimentações operárias em muito locais da cidade que levou à intervenção da polícia. Nestes bairros as mulheres foram a força dominante, situação que terá confundido as forças policiais, não podendo atuar como era habitual, levando o comandante do 1.º Batalhão da Guarda Nacional Republicana (GNR) que interviera na zona a referir:

O ambiente, dado o imprevisto podia tornar-se desconcertante pela fraqueza e obediência que se antepunham à força e aos seus avisos²².

CONCLUSÃO

Neste estudo sobre as mulheres, na Lisboa operária de Xabregas, demonstrou-se que as mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho, fundamentalmente nas fábricas de têxteis, de fósforos, destacando-se as tabaqueiras que perfuraram na memória do bairro. As mulheres também tiveram uma grande participação no movimento associativo-mutualista, de classe e educativo.

A particularidade da maternidade, que recaía sobre as operárias, distinguiu-as dos seus colegas masculinos, interferindo no seu horário de trabalho e nos salários inferiores recebidos. Apesar de excepcionalmente algumas trabalhadoras terem adquirido alguns direitos, subsídios aquando do parto e na assistência durante o primeiro ano dos seus filhos, eram subalternizadas na gravidez, no parto e na amamentação porque oneravam os patrões, logo eram preteridas pelos empregadores.

²² Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1934* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2 vols. 1995), 604.

Foram, no entanto, estas mulheres trabalhadoras, no caso concreto analisado das trabalhadoras fabris de Xabregas, que na prática romperam com o ideário do «homem ganha-pão» e da mulher doméstica que parecia vingar por toda a Europa porque os seus salários eram fundamentais para o orçamento das famílias, logo não se tratava de um mero trabalho «auxiliar», mas trabalho efetivo.

CAPÍTULO 17

TRABALHO COMO RESISTÊNCIA: LUTA OPERÁRIA DE MULHERES DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

Pamela Peres Cabreira¹

¹ Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Investigadora Integrada ao Grupo História do Trabalho e dos Conflitos Sociais/IHC e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Bolsista da CAPES/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de luta das operárias da empresa têxtil Sogantal durante o período revolucionário português. O papel histórico das mulheres trabalhadoras após o 25 de Abril, em suas representações sociais no campo laboral, mas também nas condições e mudanças em suas vidas privadas – enquanto mulheres, mães, esposas, domésticas –, interessa-nos para se compreender as transmutações na vida e na condição feminina no Portugal contemporâneo. Ao empreender uma intensa luta pelo direito ao trabalho, as operárias da Sogantal iniciam ocupação e autogestão da fábrica já em maio de 1974, numa dualidade entre a intensidade de manutenção desta luta e de suas vidas privadas, ainda condicionadas às premissas do «lugar da mulher», herdados dos mais de 40 anos do regime repressivo e autoritário estadonovista. Essas 48 mulheres, entre os 13 e 24 anos, tomaram a responsabilidade da autonomia operária, assumindo um caráter de enfrentamento pela classe trabalhadora, com intensa troca de informações e solidariedade entre fábricas da região, apoios mútuos na venda da produção e relação direta com sindicatos e comissões de trabalhadores.

Palavras-chave

Sogantal, PREC, mulheres operárias.

«Há um ano que lutamos por uma causa que é justa
 O que nós reivindicamos, ao nosso patrão não custa
 O salário não nos pagaram por baixa de produção
 Dar à sola eles pensaram sem nos darem um tostão
 Daqui ninguém nos tira
 Daqui ninguém arreda
 Se o patrão aqui vier corremos com ele á pedra»²

² “Cantiga das Operárias da Sogantal”, texto em fotografia, arquivo pessoal da autora.

INTRODUÇÃO

Em maio de 1912, em um comício das mulheres social-democratas na Alemanha, Rosa Luxemburgo³ remonta à questão levantada por Emma Ihrer: porquê se ouve tão pouco sobre o movimento das mulheres trabalhadoras? Apesar do aumento entre mulheres organizadas em sindicatos e na luta proletária ou das que aderiram à bandeira social-democrata na reivindicação sufragista, ainda assim este foi um tema marginalizado pela história e pelos historiadores ao longo das décadas seguintes. Apenas com a ebulição da História Social (e neste campo muito influenciado pela «segunda onda» das constestações feministas) este leque analítico entra em cena na historiografia. É a esta parcela do tecido social que me debruço, o da mulher trabalhadora, suas lutas, conquistas e as dinâmicas que até os dias atuais imperam no «lugar social» das mulheres e suas representações.

A relação entre trabalho e gênero é primordial se atentarmos para a afirmativa que uma operária, simplesmente não é um operário. Suas condições sociais de vida, obrigações e raiz histórica sobre a inserção no mundo do trabalho são distintas. Desde logo, acato esta predisposição, de que «a classe operária tem dois sexos»⁴, ou seja, das características não partilhadas por estes dois grupos: maternidade, amamentação, trabalho doméstico – percebendo que esta ainda não é uma atividade socializada ou sequer percebida como «reprodução social» -, cuidados familiares, ciclos menstruais, etc.

A forma organizativa da estrutura social está inevitavelmente ligada ao trabalho. Se remontarmos aos períodos classificados anteriormente à contemporaneidade nos confrontaremos com dinâmicas específicas de acordo com a maneira de se compreender e se «hierarquizar» os meios de produção (seja ele manual ou mecânico) e o próprio trabalho. No sistema capitalista não é diferente. Aliás, esta relação destaca-se como base em seu fundamento primordial. O trabalho

³ Rosa Luxemburgo, *Sufrágio feminino e luta de classes*. 1912. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm?fbclid=IwAR0AZJ8rygAa6XeU1JYzwsuIXEZ1stsgbfaMSoTom6_D4WMqQZwDYJaD_f0

⁴ Elisabeth Souza-Lobo, *A Classe operária tem dois sexos* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996).

torna-se, neste processo, subordinado ao capital, sendo «um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados»⁵. No processo de industrialização, as mulheres tornaram-se subjugadas aos baixos salários pelas baixas qualificações – dado o processo histórico da organização familiar –, a entrada no mercado de trabalho de forma inconstante e reduzidas às condições mais precárias do desemprego estrutural sem retirar as obrigatoriedades do trabalho de reprodução social imputado às mulheres de famílias proletárias.

Dadas estas observações, gostaria de adentrar brevemente no caso das operárias que lutaram e resistiram em busca de melhores condições de trabalho e muitas vezes pela própria utopia da sociedade socialista portuguesa no período pós-revolução. Este artigo traz inquietações, indagações, problemas práticos e conceituais para a reflexão de quem o lê. Traz, sobretudo, desassossego, aponquentação sobre essa abordagem.

A epígrafe que inicia este texto é a cantiga das operárias da Sogantal, uma empresa que foi ocupada e autogestionada por mulheres durante o período revolucionário português. Foi apenas uma das muitas ferramentas utilizadas por estas mulheres para propagarem sua luta e dialogar com demais trabalhadores que também combatiam o desemprego, a precariedade e a busca por condições dignas de trabalho durante estes dezanove meses de ebulição. A ocupação e autogestão desta fábrica é emblemática, tendo sido a primeira empresa da cintura industrial de Lisboa a adotar esta forma de resistência, além de ter sido toda composta por mulheres trabalhadoras. Saltando entre o enfrentamento ao patronato, caderno reivindicativo, inúmeras idas e estabelecimento de diálogo no Ministério do Trabalho, até a autogestão e manutenção da produção, vendas por elas mesmas, peças de teatro e eventos políticos para se angariar fundos, essas mulheres resistiram; ousaram; marcaram uma época e uma história que permanece secundarizada até os dias de hoje.

Portanto, parece-me importante discutir este caso como um importante exemplo não só de luta mas de resposta a uma sociedade que sufocava ainda mais as mulheres. Trata-se de uma chamada à história

⁵ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital* (São Paulo: Nova Cultural, 1996b. v. 1, t. 2. (Os Economistas)).

social, ao movimento dos vindos «de baixo», da importante e indispensável discussão acerca de gênero e classe social, categorias analíticas que importam serem estudadas, contrariando a vaga historiográfica pós-modernista pautada no individualismo, na fragmentação e identitarismo como novas formas de se compreender a contemporaneidade. Antes, defendemos a emergência de se compreender os conflitos sociais como um todo, percorrendo não só personagens e documentação institucional como quem sustenta este sistema, as trabalhadoras e trabalhadores contemplados em situações de semelhança e diferença em sua vivência e em sua produção.

A intensificação da luta neste período produziu alterações no status quo, atestando que a luta dos trabalhadores por mudanças nas suas condições de vida traduz-se num «inquestionável protagonismo político», o «mais poderoso movimento social organizado» do século XX, sendo «em grande medida a história do confronto, em algumas décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contrarrevolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista».⁶ Historicamente, este século ficou marcado pelas guerras, pelo avanço tecnológico, conflitos entre estados-nação e numa crescente modificação das condições de produção. A disputa global pela organização socioeconômica debate-se, finalmente, com as contradições de classe. Ou, como sublinha Hobsbawm «os estranhos apelos em favor de uma “sociedade civil” não especificada, de uma “comunidade”, eram as vozes de gerações perdidas à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tornado frases insípidas»⁷; a organização social e seus confrontos permearam este período, historicamente. Em Portugal durante o período revolucionário, nos diversos campos de lutas sociais «as intervenções do Estado nas empresas e até exigências de nacionalização, começaram por ser basicamente lutas de trabalhadores pelo direito ao trabalho, de resposta aos despedimentos, encerramento de empresas e *lock-out* dos

⁶ Valério Arcary, *As Esquinas Perigosas da História: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. São Paulo. (Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000), 147-148.

⁷ Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994), 21.

patrões»⁸, uma clara representação deste conflito constante na luta entre classes sociais.

Como sublinha Ana Barradas⁹, «sendo a historiografia essencialmente tecida em volta dos feitos dos dominadores, as obras de referência que circulam, limitam-se a consagrar as figuras femininas “politicamente correctas”, complementares da ação dos homens», e, acrescento: tem se preocupado muito pouco com a mulher da classe trabalhadora, em sua luta cotidiana nas reivindicações que nos parecem as mais simples, de «trabalho igual salário igual» à institucionalização da violência doméstica como crime, ou mesmo da problematização em torno do corpo da mulher enquanto mercadoria. Importa deixar estes tópicos para reflexão neste pequeno texto que retrata a comunicação apresentada no Congresso, para que conceitos e perspectivas analíticas estejam em um horizonte próximo na análise sobre mulheres trabalhadoras em Portugal.

LUTA E RESISTÊNCIA ENTRE MULHERES OPERÁRIAS

Em uma passagem repetidamente utilizada, mas com efeito reflexivo sobre a relação da mulher e o trabalho, é explícita quando Perrot afirma que «as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram “profissões”». ¹⁰ Ora, o trabalho doméstico, os cuidados dos filhos e dos mais velhos recaem sobre as mulheres de uma maneira mais abrupta e pautada em um condicionamento estrutural desde o cruzamento entre família monogâmica, herança, trabalho reprodutivo. Adotando a concepção do materialismo histórico, é crível perceber que a produção e reprodução são fatores que permeiam toda a sociedade, inclusive, a própria família e os papéis atribuídos.

A relação entre a luta pelos direitos das mulheres e organizações feministas andam juntas desde o final do século XIX. Em Portugal, por

⁸ José Mário Mascarenhas, *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70* (Coordenador) (Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997), 40.

⁹ Ana Barradas, *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes* (Lisboa: Edições Antígona, 1998), 7.

¹⁰ Michelle Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história* (Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005), 251.

exemplo, a inserção da mão de obra feminina ganha corpo principalmente no início do século passado, sobretudo em setores como têxteis, das conservas, do tabaco, trabalhadoras de servir, acompanhadas, paralelamente, à criação de associações de classe e organizações feministas. Ainda hoje há grande confusão entre académicos – mas não só –, sobre o uso do termo «feminismo» como reivindicação categórica de mulheres por direitos de equidade, contra o machismo, por todos os direitos iguais – adequado às diferenças - e em grande medida uma luta anti-sistema capitalista. Esta confusão é gerada pelas controvérsias de suas diferentes correntes, onde o feminismo é tido como um conceito que abrange todas estas facetas ideológicas. É importante ter em causa que ao reivindicar o uso do conceito, dirijo-me especificamente ao feminismo de classe, marxista e contra qualquer ideal liberal de compreender «mulheres», mais uma vez, como um bloco unicaracterístico.

Esta perspectiva salienta a importância de como compreender o processo de luta e libertação das mulheres após o 25 de Abril de 1974 como uma ruptura, e não uma transição. Após 48 anos de regime autoritário, as mulheres resistiram dentro das condições de possibilidade, entre a militância partidária e/ou nas greves e paralisações fortemente reprimidas no início dos anos 1970. Vide os casos das operárias da Signetics, da Automática Elétrica Portuguesa (Plessey) que em novembro de 1973 entram em greve pelo aumento dos salários, pela semana de 40 horas e pagamento das horas extras e férias remuneradas e são reprimidas pela polícia¹¹. Ou das conserveiras de Setúbal, em março de 1973 que atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações; em Alpiarça na comemoração do 8 de Março, as trabalhadoras rurais e costureiras entraram em greve, recebendo apoio dos trabalhadores da construção civil que aderiram à paralisação¹². Estes são apenas exemplos de que nada estava adormecido na sociedade portuguesa. Somado à pressão pelo fim das guerras de libertação em África, o desgaste do sistema fascista do Estado Novo sofre consecutivamente com as manifestações de trabalhadoras e trabalhadores, fortemente reprimidos. É o estopim para o 25 de Abril de 1974.

¹¹ *Avante!*, Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974, p.4.

¹² *Avante!*, Ano 43, série VI, n. 452, maio de 1973, p.1.

Com a ruptura revolucionária, as lutas e reivindicações se espalham pelo país, seja no setor industrial, no meio rural, na educação e nas ocupações de casas – onde nestes dois últimos casos as mulheres protagonizaram importantes enfrentamentos e conquistas. Os anos de 1974-75 foram amplamente marcados por experiências de controlo operário e autogestão. No princípio do mês de agosto de 1975, calculava-se que aproximadamente 380 fábricas estavam em autogestão por todo o país¹³, destas quais, muitas protagonizadas por mulheres operárias.

Lutas como a das operárias da Sogantal, da Timex, Applied Magnetics, Charminha e tantas outras, apenas revelam a necessidade de se impor diante ao desemprego e a uma nova perspectiva de sociedade. As «lutas duras e prolongadas travam-se nos casos em que os patrões respondem à luta dos trabalhadores com o encerramento das empresas – casos particularmente normais em empresas de maioria de trabalho feminino e de capital estrangeiro»¹⁴.

Ressalta-se casos como o das mulheres de Montemor-o-Novo, que se rebelaram contra o sistema de miséria a que viviam em oscilações enquanto assalariadas rurais, sofrendo constantes perseguições das autoridades civis e policiais, conseguiram manter e organizar estratégias de luta, dentro de uma «coesão e a solidariedade dentro da família e da comunidade, originadas nessas condições de vida adversa e na hostilidade contra quem os explorava e humilhava»¹⁵. Ou ainda na representatividade das mulheres na luta pela habitação e contra os bairros de lata, as mais atingidas pela situação precária pois cabia a elas a lida doméstica a limpeza aos dejetos, a inexistência das casas de banho e o cuidado dos filhos. «Assim, desde o início, foram as mulheres as primeiras a compreender que o 25 de Abril, proclamando a liberdade,

¹³ Danúbia Mendes Abadia, *O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)*. Goiânia. (Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade Federal de Goiás (UFG) – Faculdade de História, 2010), 90.

¹⁴ José Mário Mascarenhas, *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70* (Coordenador) (Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997), 39.

¹⁵ Teresa Fonseca, *A memória das mulheres: Montemor-o-Novo em tempos de ditadura* (Organização) (Lisboa: Edições Colibri, 2007), 7.

lhes permitia protestarem e organizarem-se para mudar a situação»¹⁶. Na região de Lisboa, 18 mil pessoas moravam em barracas ou em casas partilhadas, 82% destas casas não possuíam casa de banho, 71% não tinham água canalizada e 62,5% da população não possuía eletricidade¹⁷. Muitas mulheres analfabetas participaram de cursos de alfabetização geridos coletivamente, recorde-se que 38% das mulheres no país naquela altura eram analfabetas¹⁸.

Na Timex, em maio de 1974, duas mil trabalhadoras ocupam a empresa por aumento de salários, saneamento dos chefes, salário igual por trabalho igual; na Cintideal fazem greve durante 10 dias por diversas reivindicações, mas, sobretudo, contra o controle das idas à casa de banho. Na Standard Elétric, em 24 do mesmo mês ocupam a fábrica enquanto as operárias da Messa iniciam uma greve que durará 12 dias com ocupação das instalações e reivindicação de trabalho igual/salário igual. Ainda durante o mês de maio, 800 operárias ocupam a Melka e fazem greve por melhores salários; na Fábrica Simões conseguem suas reivindicações após dias de luta. No sector das conserveiras, mais de 10 mil mulheres envolvem-se em greves, manifestações e retenção das conservas dentro de determinadas fábricas. No Montijo, onde as lutas espalharam-se nos mais diversos setores, além da Sogantal, as operárias da camisaria Mafalda sequestram o patrão estadunidense, que se recusava a pagar os salários e ameaçava fechar a empresa. Com a intervenção de um funcionário da embaixada dos Estados Unidos da América, os pagamentos são realizados, há a promessa do não encerramento da fábrica e o patrão é libertado. Na Applied Magnetics, com cerca de 600 trabalhadoras, após o despedimento de 116 operárias, fazem-se quotas para assegurar salários e entra-se em paralisações até que as trabalhadoras sejam readmitidas¹⁹.

¹⁶ José Hipólito Santos, *Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de Abril* (Lisboa: Letra Livre, 2014), 82.

¹⁷ Recenseamentos da População, INE, IP. 25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 18/39.

¹⁸ Pamela Peres Cabreira, “*Semeando Ventos O Governo Colherá Tempestades?*”: *Crise Marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)*. Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017), 46.

¹⁹ Manuela Tavares, *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)* (Alfragide: Editora Texto, 2000).

As reivindicações residem, sobretudo, no aumento de salários, salário mínimo, salário igual por trabalho igual, abolição dos privilégios e gratificações, além de reivindicações mais qualitativas, como condições nos locais de trabalho, reconhecimento dos órgãos representativos como as Comissões de Trabalhadores, 40 horas semanais, abertura de creches, infantários e salas de amamentação no local de trabalho. Muitas destas reivindicações são exigências diretas de mulheres, o que indicia uma fértil consciência de luta nesta categoria analítica, sobretudo por serem as mulheres as mais atingidas pelas duplas ou até triplas jornadas de trabalho. Como bem ressalva Almeida, “para o quotidiano das mulheres portuguesas, o 25 de Abril trouxe cenários de mudança construídos a partir de ingredientes que, lenta e progressivamente, vêm acumulados desde as décadas anteriores²⁰. Ante, ainda que as transformações estruturais passadas neste período, como no campo da educação, trabalho e emprego, «colocam e afectam, na linha de frente da mudança, as mulheres e os universos em que tradicionalmente elas se movem».

Neste sentido, vale sublinhar que a luta das mulheres trabalhadoras invariavelmente confluem na organização do trabalho e na dinâmica social delimitada na questão fundamental do que «é ser mulher» na sociedade pós industrial. O que é ser mulher trabalhadora? Quais as implicações específicas no condicionamento desta categoria analítica? Uma coisa é certa: urge a necessidade do estudo em se considerar a classe trabalhadora feminina dentro da micro e da macro análise social, sem perder de vista as questões estruturantes no processo formador da classe operária.

²⁰ Ana N. Almeida; K. Wall, “Famílias e quotidiano: movimentos e sinais de mudança”, in J.M. Brandão (org.). *O País em Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), 299.

CAPÍTULO 18

O CORPO DA MULHER É A ÚLTIMA FRONTEIRA DE CONQUISTA DO CAPITAL?

Jacykelly Renata França de Oliveira¹ e Juliana Nunes Pereira²

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder. E-mail: j.renataoli@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, linha de pesquisa: Políticas Públicas. E-mail: julianaaspereira@gmail.com.

Resumo

Na comunidade primitiva, antes do aparecimento do excedente econômico, diferenciavam-se trabalho de homens e de mulheres, sendo a divisão sexual a primeira forma de divisão do trabalho. Contudo, o desaparecimento da economia de subsistência forjou relações sociais sexualmente diferenciadas, havendo por base, por um lado, a produção para o mercado (criadora de valor), e de outro, tornou invisível a importância econômica da reprodução da força de trabalho e sua função para o capital. O processo de transformação do trabalho com vistas a acumulação do capital fora acompanhado da transformação do uso dos corpos, sobretudo construída a partir da hierarquização de gênero. A referida proposta tem como fito analisar no contexto contemporâneo as estratégias e capturas do capital para (re) inventar formas de apropriação dos corpos das mulheres, refletindo a redução de custos e maximização da acumulação. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave

Mulheres, trabalho, capital.

INTRODUÇÃO

Ao discutir o mundo do trabalho, importa-nos destacar que o trabalho é categoria central para a compreensão do fenômeno humano social. A transformação de matérias naturais em produtos que atendam às necessidades humanas, configura o trabalho.

No processo de produção, os indivíduos estabelecem entre si determinadas relações sociais, através das quais extraem da natureza o que necessitam. A produção determina o objeto do consumo e o modo de consumo, criando também o consumidor. O trabalho é uma atividade criadora, teleologicamente orientada, ou seja, atividade exclusivamente humana, podendo ser trabalho produtivo – que produz riqueza e está diretamente ligado à extração de mais-valia e, conseqüentemente, à

acumulação – e, reprodutivo – relacionado à reprodução da força de trabalho³.

As relações materiais estabelecidas entre as pessoas e o modo como estas produzem, conformam a base de todas as suas relações. A forma econômica em que produzem e consomem são transitórias e eminentemente históricas. Assim, ao passo que se adquirem novas forças produtivas e alteram o modo de produção, também mudam as relações econômicas⁴.

Os instrumentos e habilidades que possibilitam o controle das condições naturais para a produção informam o conceito de forças produtivas. O conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade formam sua estrutura.

Neste conjunto de elementos designado forças produtivas, a força de trabalho seria a mais relevante entre elas. O conceito de relações sociais de produção, reflete as diferentes formas de organização da produção e distribuição, a posse e os tipos de propriedade dos meios de produção, se constituindo em desigualdades, que se expressam na forma de classes sociais.

A distribuição dos meios de produção e do produto e o tipo de divisão social do trabalho em uma sociedade, em um determinado período histórico, instituem as relações de produção. A cada segmento da sociedade cabem tarefas, que variam em quantidade do produto social, já que eles ocupam posições desiguais no concernente ao controle e propriedade dos meios de produção. Assim, o tipo de divisão do trabalho corresponde à estrutura de classes da sociedade.

Importa a este estudo destacar que, na comunidade primitiva, antes mesmo do aparecimento do excedente econômico, diferenciavam-se trabalho de homens de trabalho de mulheres, sendo a divisão sexual a primeira forma de divisão do trabalho, havendo posteriormente as divisões entre ocupações agrícolas e artesanato, depois entre campo e cidade e entre atividades manuais e intelectuais⁵.

³ Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* (São Paulo: Boitempo, 2013).

⁴ Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* (São Paulo: Boitempo, 2013).

⁵ J. Netto; M. Braz, *Economia política: uma introdução crítica* (São Paulo: Cortez, 2006). C. Nogueira, *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing* (São Paulo: Expressão Popular, 2011).

O processo de produção e reprodução através do trabalho é atividade humana fundamental, a partir da qual se constitui a história da sociedade. No modo de produção encontra-se a estrutura econômica da sociedade. Na produção da vida social os indivíduos forjam-se também as ideologias políticas, concepções religiosas, códigos morais, sistemas legais, de ensino, de comunicação, o conhecimento, modos de pensar e concepções de vida, esta é a superestrutura.

Em contexto contemporâneo, na esteira do trabalho formal e informal, produtivo e reprodutivo, deve-se atentar para o uso dos corpos das mulheres na esfera do trabalho que por um longo período fora invisibilizado, pouco investigado e problematizado. Relevante destacar que as relações sociais de sexo são entendidas como relações desiguais e hierarquizadas, na relação entre homens e mulheres, bem como na relação capital e trabalho, sendo a distinção produção/reprodução, fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista.

Segundo Kergoat⁶, as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino pautado no biológico, mas sim, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada de divisão sexual do trabalho.

Adotamos para fins de análise a categoria Relações sociais de sexo, que se opõe ao determinismo biológico, normativo e positivista, na abordagem sobre as diferenças entre os sexos. As relações sociais de sexo configuram-se como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder.

É sobre o corpo que são fixados alguns atributos do ser homem e ser mulher. Atributos construídos socialmente, variando no tempo histórico e nas culturas, mas de tal forma articulados que passam a ser percebidos como parte da natureza do homem e da mulher.

Do ponto de vista do trabalho, o desaparecimento da economia de subsistência forjou relações sociais sexualmente diferenciadas, havendo por base, por um lado, a produção para o mercado (criadora de valor) e,

⁶ D. Kergoat, “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, in *Dicionário crítico do feminismo*, org. H. Hirata (São Paulo: Unesp, 2009).

de outro, tornou invisível a importância econômica da reprodução da força de trabalho e sua função para o capital.

Assim, o processo de transformação do trabalho com vistas à acumulação do capital foi acompanhado da transformação do uso dos corpos, sobretudo construída a partir da hierarquização de gênero, com evidentes aprofundamentos distintivos balizados por classe e «raça». Estes foram transformados em máquinas de trabalho e sujeição das mulheres, com fulcro na reprodução da força de trabalho, sendo esta fundamental para a reprodução do capitalismo, pois intensifica e oculta a exploração.

Cumpre destacar que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema. Encontra-se em todas as sociedades conhecidas, é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade do campo, se configurando como um paradigma das relações de dominação. O que está em jogo não é apenas a ordem epistemologia, mas também a ordem política.

Os corpos das mulheres, dentro dessa lógica, passa a ser estratégia da divisão sexual do trabalho e suas relações, aliados ao modelo patriarcal, que inclui a sua submissão mas também a sua exploração, como fins de ganhos significativos na produção, automatização e consolidação desse modelo societário.

1. AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As transformações pelas quais passam o mundo do trabalho desvelam desdobramentos das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, havendo como elemento signifiicante para a sua análise o conceito de divisão sexual do trabalho.

O sexo⁷ é uma condição biológica que diz respeito aos caracteres biofísicos e assinala uma diferença entre os seres humanos. Ao nascer⁸, o sexo é definido pela evidência dos caracteres sexuais primários, contudo, ser homem ou ser mulher e agir de acordo com o que a

⁷ Compreendemos o sexo como constructo social, alicerçado em aspectos culturais, políticos e, indubitavelmente, econômico.

⁸ Exceto em condições especiais.

sociedade acredita ser natural do homem e próprio da mulher, pouco ou nada tem a ver com essa natureza biológica e a fisiologia de cada corpo.

É sobre o corpo que é fixado os atributos do gênero. Atributos construídos socialmente, variando no tempo histórico e nas culturas, mas de tal forma articulados que passam a ser percebidos como parte da natureza do homem e da mulher.

Mediante esses vínculos socialmente constituídos e tão fortemente arraigados ao longo da história⁹, esta construção de estereótipos do que é ser homem e ser mulher, faz com que as pessoas não se deem conta disso quando questionadas.

Problematizar a divisão sexual do trabalho pressupõe pensar a dialética dos fenômenos da reprodução social, suas variações, deslocamentos e rupturas. No presente estudo, desconsiderar a existência dessa divisão, significa ignorar as novas configurações que o corpo assume nas transformações significativas do mundo do trabalho.

Portanto, segundo Kergoat¹⁰:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.).

A busca pela discussão a partir da divisão sexual do trabalho se dá a partir da compreensão de que esta categoria, configura-se como um instrumento e desvelamento do real, mais especificamente, das relações de exploração da sociedade, portanto, discutir corpo, numa abordagem ontológica histórica, pressupõe ir além das aparências. E a problemática da divisão sexual do trabalho se inscreve na tradição das discussões de gênero, precisamente por adentrar o senso comum, as aparências.

⁹ Comumente a sociedade vê os homens como os mais decididos, mais ousados, os que detêm coragem, liderança, agressividade e competitividade. E por sua vez, o feminino seria o emotivo, sensível, atencioso e dedicada ao âmbito doméstico.

¹⁰ D. Kergoat, “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, in *Dicionário crítico do feminismo*, org. H. Hirata (São Paulo: Unesp, 2009), 67.

A divisão sexual do trabalho, associada à divisão sexual do poder e à categorização do sexo, formam o tripé de sustentação, ou, as três atividades que expressam as relações sociais de sexo. A primeira diz respeito à organização do trabalho entre os dois grupos de sexo. A segunda, divisão sexual do poder, desvela mecanismos pelos quais os homens fundam a natureza do poder na divisão das funções produtivas (exercidas na esfera do trabalho) e reprodutivas (exercidas na esfera da família), o domínio do público e do privado. Sobre a última, a categorização do sexo, segue-se de todo um sistema de normas, valores, atributos, características fixadas entre a oposição binária de «homens» e «mulheres», estabelecendo a partir do referente masculino a dominação sobre as mulheres¹¹.

Para Nogueira¹², a divisão sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, fundamentando sua desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, desencadeando uma acentuada precarização do feminino no mundo produtivo.

O trabalho precário é predominantemente feminino e isto se deve ao fato de que são nestes empregos (informais, de tempo parcial e terceirizado) que as mulheres articulam as atividades domésticas (trabalho reprodutivo) ao trabalho na esfera pública (trabalho produtivo). É conveniente ressaltar que tal conciliação aparece como responsabilidade exclusiva do sexo feminino. Tudo isso representa para elas regressão dos direitos sociais e trabalhistas, perceberem salários inferiores e ausência de proteção sindical¹³.

As desigualdades se aprofundam quando observamos as relações entre os sexos. Devemos considerar que a essência da divisão social do trabalho é a desigualdade, dividindo a sociedade em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, a divisão sexual do trabalho distribui os gêneros para atividades desiguais, onde umas são mais valorizadas que as outras, entre o mundo da produção e o da reprodução.

¹¹ A. Devreux, “A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina”. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano V, n. 4 (dez. 2011).

¹² C. Nogueira, *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing* (São Paulo: Expressão Popular, 2011).

¹³ Ricardo Antunes, *Degradação real do trabalho* (São Paulo: Boitempo, 2009).

A permanência dessa fragmentação entre o mundo do trabalho/produtivo e o mundo doméstico/reprodutivo tem como uma das causas fundamentais a ideologia, que oculta a diferenciação entre a biologia e a história, privilegiando o papel reprodutivo feminino, em detrimento da sua intervenção no mundo social.

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho tem levado à inúmeras discussões sobre o conteúdo desse trabalho, a sua distribuição no mercado e a sua relação competitiva com o trabalho masculino, tendo em vista, por exemplo, o aumento do nível de escolarização das mulheres, além da elevação no índice de desemprego dos homens em atividades que sofreram o impacto da reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1990.

A participação das mulheres em atividades fora do ambiente doméstico foi acompanhada pela extrema segregação ocupacional no mercado de trabalho com a criação de nichos «tipicamente» femininos, os quais procuram ressaltar muitas vezes certas «qualidades» referidas ao sexo como destreza, meticulosidade, paciência.

As relações sociais de sexo constituem-se como grupos de interesses antagônicos (grupo social de homens versus grupo social de mulheres), não sendo confundidos com a oposição biológica macho-fêmea. No sentido marxista, uma relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos, portanto, formam assim duas classes que representam interesses que se divergem.

Essas relações sociais de sexo são expressas pelas seguintes dimensões:

a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; e as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; – essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a «mudança de mentalidades» jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la; – essa relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação

hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação¹⁴.

Esse ponto, traz à tona o debate sobre o corpo nas transformações do mundo do trabalho sob moldes capitalistas, anteriormente, levantamos como a centralidade do corpo ganha espaço na transição para a sociedade do capital, agora importa, também, problematizar como as novas configurações do trabalho, mediante a precarização, flexibilização do emprego, tornam essas relações sociais de sexo mais arbitrárias, aprofundando o modelo patriarcal de dominação das mulheres, e como este incide sobre os seus corpos.

2. APROPRIAÇÃO DOS CORPOS DAS MULHERES: UM DEBATE NECESSÁRIO NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Neste ponto, situamos a discussão a partir dos pressupostos teóricos de alguns autores, que partem da perspectiva de que, o capitalismo não surgiu como uma evolução da sociedade feudal, mas, como resposta ao modelo feudal conflitivo. Este, que, já em seu cerne, apresentava um enfrentamento de classes a partir das relações nos estamentos, onde os servos já resistiam à servidão imposta.

Uma vez em que a escravidão nunca fora completamente superada, foi desenvolvendo-se uma «nova» relação de classe que vem a uniformizar as condições dos antigos escravos e dos trabalhadores livres.

Do ponto de vista das mudanças introduzidas na relação senhor-servo, o aspecto mais importante da servidão foi a concessão aos servos do acesso direto aos meios de sua reprodução. Em troca do trabalho que estavam obrigados a realizar na terra do senhor, os servos recebiam uma parcela de terra que podiam utilizar para manter-se e deixar a seus filhos «como uma verdadeira herança, simplesmente pagando uma dívida de sucessão». Este acordo aumentou a autonomia dos servos e melhorou suas condições de

¹⁴ D. Kergoat, “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, in *Dicionário crítico do feminismo*, org. H. Hirata (São Paulo: Unesp, 2009).

vida, já que agora podiam dedicar mais tempo à sua reprodução e negociar o alcance de suas obrigações, em vez de serem tratados como bens móveis, sujeitos a uma autoridade ilimitada. O que é mais importante, por terem o uso e a posse efetiva de uma parcela de terra, os servos sempre dispunham de recursos; inclusive, no ponto máximo de seus enfrentamentos com os senhores, não era fácil forçá-los a obedecer pela ameaça de passar fome. É verdade que o senhor podia expulsar da terra os servos rebeldes, mas isso raramente ocorria, dadas as dificuldades para recrutar novos trabalhadores em uma economia bastante fechada e devido à natureza coletiva das lutas camponesas. É por isso que, no feudo, como apontou Marx, a exploração do trabalho sempre dependia do uso direto da força¹⁵.

Com isso, não se quer dizer que não existiam diferenças, antagonismos sociais, mas que, as servas, eram menos dependentes de seus parentes do sexo oposto, se diferenciavam menos fisicamente e pouco subordinadas a suas necessidades, do que, em breve, estariam as mulheres «livres» da sociedade capitalista. A mulher estava atrelada à unidade familiar e era como qualquer um dos membros «servos», para os senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade destes servos, com isso, havia todo um controle sobre estes.

Nestas sociedades, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e, de certa forma, a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres.

Os primeiros indícios de reações sexistas e misóginas contra as mulheres se deu a partir de uma suposta independência feminina, dada pela sua presença na vida social das cidades, e pelo acesso às ocupações que, posteriormente, vão ser elencadas como trabalho masculino. A reação se deu através dos sermões dos padres, e pelas narrativas da literatura. Vale destacar o papel fundamental que teve os hereges na idade do medievo, representando, assim, o maior movimento social do período, batendo de frente à ordem vigente, indo contra as conformações que a Igreja impusera para a manutenção do status quo. Relevante

¹⁵ S. Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (São Paulo: Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2017).

também foi o papel das mulheres dentro do movimento herético, pois foram elas, que deram vida a muitos desses movimentos espalhados pela Europa. Provinham das camadas mais pobres da sociedade de servos e dentre as suas bandeiras era o controle de sua função reprodutiva.

Interessante destacar que, no período em questão, a estabilidade econômica e social estava abalada pela catástrofe demográfica causada pela Peste Negra, esta que destruiu mais de um terço da população Europeia, e, se acentuava, com o controle da natalidade pelas mulheres. Isso implicava, uma baixa no número de nascimentos entre os servos, conseqüentemente, poucos indivíduos, para exploração e manutenção do poder.

A resposta a isso foi o empreendimento de esforços para uma verdadeira contrarrevolução sexual, para cooptar os mais jovens e rebeldes, o acesso a sexo gratuito e a hostilização contra as mulheres, a descriminalização do estupro, nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa, são exemplos, da legalização pelo Estado de um verdadeiro ataque sexista e misógino. Além disso, a igreja também se engajou nessa preocupação com o crescimento populacional, informando que «as mulheres são necessárias para produzir o crescimento da raça humana»¹⁶.

Neste quadro onde à crise do poder feudal era uma realidade, o desenvolvimento do capitalismo, se deu não só pelo processo de acumulação primitiva, mas segundo a mesma autora, pela concentração de vários fatores, como:

i. A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e «acumulado»;

ii. Este processo demandou a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das «bruxas»;

iii. A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de

¹⁶ S. Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (São Paulo: Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2017).

capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a «raça» e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno;

iv. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem (...) pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta.

Percebe-se que não se pouparam esforços para retirar das mulheres seu controle reprodutivo, fazendo com que estas experimentassem uma verdadeira alienação dos seus corpos, de seu trabalho e de seus filhos, encarcerando as mulheres à atividade reprodutiva de um modo como não visto em sociedades anteriores. Forçá-las a «produzir filhas e filhos para o Estado» é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho.

Observa-se que, a partir disso, há todo um investimento e uma verdadeira caça às mulheres como imprescindíveis ao desenvolvimento do modelo capitalista, recentemente instaurado. As mulheres e seus corpos, tornavam-se assim, um bem comum, estabelecendo uma nova ordem patriarcal, onde a dependência se dava aos seus empregadores e aos seus homens. O poder exercido pelos seus maridos se dava tanto nas classes mais abastadas, como nas mais pobres, a propriedade conferiu poder aos homens das classes altas, sobre as suas esposas e o não acesso ao salário das mulheres das classes baixas, pelo confinamento ao trabalho reprodutivo não assalariado, conferiam poder aos homens das camadas mais pobres sobre as suas mulheres.

Sobre esta base, foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma

divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista¹⁷.

As estratégias desse novo modo de produção e suas investidas foram de dimensões estratosféricas, a criação de uma mão de obra disciplinada e uma mentalidade capitalista se tornam meta, no que tange também, aos aspectos mais arraigados do indivíduo. Nesse sentido, os corpos, são fundamentais na luta burguesa pela apropriação e exploração profunda dos trabalhadores, a alienação dos corpos dos trabalhadores, sua subordinação e controle, são aspectos essenciais na relação entre capitalista e trabalhador.

A mecanização dos corpos, enquanto filosofia capitalista do trabalho, aponta não apenas para a intensificação da sujeição dos corpos dos trabalhadores, mas também para a maximização da sua utilidade social. Uma vez reduzidos a uma ferramenta, os corpos, deveriam ser abertos à manipulação ilimitada, fazendo com que a classe dominante tivesse o total controle da natureza individual, num verdadeiro «sistema de sujeição», onde o comportamento do indivíduo pode ser calculado, organizado, pensado tecnicamente e «investido de relações de poder», transformando todos os aspectos corporais em força de trabalho.

O corpo-máquina era a partir daqui a condição necessária para a racionalização capitalista do trabalho, nesse sentido, houve uma verdadeira campanha para a maximização da força de trabalho, investindo nessa construção do novo indivíduo, homogeneizado em seu comportamento.

Segundo Federici¹⁸, a obtenção disso se deu a partir do auxílio e controle das mulheres, o adensamento do seu trabalho reprodutivo, a caça às bruxas, a condenação do aborto e da contracepção como um *maleficium*, *o que deixou o corpo feminino – o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho – nas mãos do Estado e da profissão médica*.

O corpo ideológico protelatizado tornou-se também o corpo fiscalizado, controlado de suas paixões e vícios, a conversão deste em «bons modos» e «boas maneiras», a conquista de seus mais íntimos

¹⁷ S. Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (São Paulo: Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2017).

¹⁸ S. Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (São Paulo: Elefante. Tradução Coletivo Sycorax, 2017).

segredos fez parte de um grande processo de «colonização» do proletariado por parte da burguesia e uma forte administração do que estes consideravam como «vadiagem» e excessos, exemplo disso, o controle das horas de lazer, do uso do álcool, para a burguesia isso desvirtuava o proletariado da disciplina necessária ao trabalho.

Progressivamente, o corpo foi sendo dominado, desnaturalizado, oprimido e explorado, num enfrentamento constante, esse corpo ‘rebelde’, precisava ser domesticado, passando a ser reconduzidos e subordinados à racionalização e a sociabilidade do capital. Não obstante, a apropriação histórica do corpo das mulheres foi, sem dúvida, um grande impulsionador à acumulação capitalista, contemporaneamente esses corpos vão se transformando em mercadoria na cultura de consumo.

3. REFLEXÕES FINAIS – AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO CAPITALISTA: QUAL O REFLEXO PARA OS CORPOS DAS MULHERES?

Uma discussão mais aprofundada sobre as novas configurações no mundo do trabalho e como isso reflete diretamente nos corpos das mulheres, pressupõe entender que essa divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho.

Segundo Kergoat apud Cisne¹⁹:

Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção.

Portanto, se as relações de trabalho «evoluem», no sentido da exploração, se intensificam a exploração do trabalho das mulheres. A feminização do trabalho, sob moldes capitalistas, naturaliza a subalternidade das mulheres, como exemplo disso, tornam naturais,

¹⁹ M. Cisne, *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social* (São Paulo: Outras Expressões, 2ª ed., 2015).

atributos ditos «femininos», estendendo esses aspectos para um suposto «dom natural», ou habilidade própria. O resultado disso, é a apropriação pelo capital, dessas atividades consideradas dons, e não trabalho, justificando a não remuneração pelos trabalhos domésticos, tornando esses serviços necessários a reprodução do capital.

O processo que se consolidou nos últimos vinte anos para o capitalismo mundial, é denominado de «mundialização do capital», este sob a hegemonia do capital financeiro. Neste quadro que se impõe, corpo e mente tendem a ser impulsionados pelo capital para se integrarem à produção do valor, supondo uma nova relação corpórea, não apenas com uma disposição psicocognitiva, acrescido a isso, uma nova postura corporal – denominada de «compreensão psicocorporal» – capaz de recompor a subjetividade do trabalho vivo nas condições de acumulação flexível²⁰.

Nesta nova implicação subjetiva, o corpo parece ser a última subversão do capital, não se emancipando da disciplina do capital, mas constituindo-se como uma nova relação psicocorporal, que busca preservar um componente essencial das sociedades capitalistas: um corpo útil, produtivo e submisso.

Para além desses componentes podemos citar, que diante das novas configurações, um elemento novo surge para cooptação desse corpo, é o que Goldemberg²¹, chama de «corpo capital», um corpo distintivo, à luz de Bordieu, a partir da valorização de determinadas práticas. Sendo que este se subdivide em algumas classificações, a saber: física, simbólica, econômica e social.

Podemos citar como característica desse corpo físico distintivo, a supervalorização na atualidade, por um corpo, jovem, malhado e sexy. No tocante à esfera social, que se caracteriza pelo corpo como ferramenta fundamental de status e ascensão social, percebe-se que os corpos das mulheres só ganham centralidade no que tange à sua objetificação e pelo viés da mercantilização. O investimento e as preocupações com os corpos são visíveis nos objetivos e estratégias de

²⁰ Giovanni Alves, "Trabalho, Corpo e Subjetividade: Toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global". *Trabalho, Educação e Saúde*. v.3. n.2, p.409-428, 2005.

²¹ Miriam Goldenberg. *Corpo, Envelhecimento e Felicidade na cultura brasileira*. Ed. 18. Vol. 9 N. 2. 2001. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_18/contemporanea_n18_06_Mirian_Goldenberg.pdf> Acesso em: 14/09/2019.

consumo do capital. Agora, para além da sua expropriação para o mundo do trabalho, mas como corpos consumidores para a lógica do capital.

Expropriados, explorados, objetificados, mercantilizados, consumidores, são possíveis respostas de como o mundo do trabalho se flexibiliza na bárbarie do capital, o reflexo disso são novas e reeditadas formas de apropriação dos corpos das mulheres, agora como mercadoria, como desdobramentos da manutenção da sociabilidade do capital.

CAPÍTULO 19

EMOÇÕES E CAPITAL: O TRABALHO DAS MULHERES NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Terezinha Martins dos Santos Souza¹

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pós-doutoranda no Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. Visiting Scholar na Università Ca' Foscari Venezia – Itália. E-mail: terezinha.souza@unirio.br

Resumo

A opressão das mulheres conhece uma nova fenomenologia, expressa na forma como o capital utiliza-se da força de trabalho das mulheres e que passa pela instrumentalização das emoções, traço geral da forma de ação do capital na Acumulação Flexível. As transformações que o capital promove a partir dos anos 1970 provoca mudanças importantes na configuração da classe trabalhadora, entre as quais o aumento no número de mulheres no trabalho assalariado. Tais alterações não configuram um novo modo de produção, posto que os meios de produção continuam privados e a força de trabalho continua assalariada. Na Acumulação Flexível, as mulheres têm ocupado lugares significativos na função de controle da força de trabalho, posto que não é necessário gastos com formação para as mulheres utilizarem (pragmaticamente) as emoções, o que amplia o domínio do mais trabalho.

Palavras-chave

Mulheres, emoções, acumulação flexível.

INTRODUÇÃO

A opressão das mulheres conhece uma nova fenomenologia, aparecendo muitas vezes como seu contrário, como avanço civilizatório, o que dificulta o desvelamento e a apreensão da totalidade das relações de exploração/opressão, totalidade da qual a opressão é parte movente e movida. Este processo guarda estreita ligação com o processo de extração da mais valia relativa, expressa na forma como o capital utiliza-se da força de trabalho das mulheres e que passa pela instrumentalização das emoções, traço geral da forma de ação do capital na Acumulação Flexível.

A entrada das mulheres maciçamente no mercado de trabalho ocorre a partir da Segunda Guerra Mundial, mas o crescimento qualitativo não significou uma diminuição da desigualdade de gênero, posto que as condições de trabalho continuam sendo mais difíceis para as mulheres do que para o conjunto da classe trabalhadora: menores salários, maiores exigências de «empregabilidade», maior precarização no trabalho (adoecimentos, assédio moral, assédio sexual), acréscimo no

número de obrigações (tripla jornada). Não são criados equipamentos sociais necessários (materiais e ideológicos), para que as tarefas consideradas «obrigações da mulher» sejam exercidas coletivamente ou divididas entre parceiros/as, o que acarreta um incremento das exigências sociais: além de boa esposa e dona de casa, é exigido que a mulher seja uma excelente profissional, culta, conhecedora das artes do amor, além de ser independente, bonita e sempre bem-humorada.

Quando o capital necessita fazer realizar a mercadoria, no âmbito da circulação, não se hesita, como desde o início do patriarcado, em tomarem as mulheres como simples objetos de prazer dos homens. Na vida intelectual e política, setores da vida social em que o avanço societal produz as maiores transformações, também não se encontraram grandes mudanças, e, no que se refere aos números da «vida privada», as mulheres continuam sofrendo violência sexual e doméstica, sendo assassinadas, brutalizadas.

As determinações que compõem a vida cotidiana das mulheres são perpassadas pelas determinações sociais patriarcais. Em todas as determinações do ser social, assim como no gênero, nada é puramente natural, mas construções sociais sobre uma biologia. Busca-se descortinar algumas das questões mais tangentes que compõem a exploração/opressão/dominação que recai sobre as mulheres enquanto força de trabalho, enfatizando que o exercício da vida pública, no sistema patriarcal/capitalista, acarreta uma série de conseqüências (limitantes) para a vida das mulheres.

As transformações que o capital promove a partir dos anos 1970 provoca mudanças importantes na configuração da classe trabalhadora², entre as quais, o aumento no número de mulheres no trabalho assalariado. Tais alterações não configuram um novo modo de produção, posto que os meios de produção continuam privados e a força de trabalho continua assalariada.

É necessário distinguir as determinações que valem para a produção em geral daquelas que dizem respeito a certa época; do contrário perde-se a historicidade na análise³. Dimensionar a profundidade da mudança é fundamental para evitar tanto as avaliações

² Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo, 1999).

³ Karl Marx, *Para a crítica da economia política (salário, preço e lucro): os rendimentos e suas fontes* (S. Paulo: Abril Cultural, 1982).

apologéticas do «novo», expresso nas análises pós-modernas, como o mecanicismo paralisante que afirma que «tudo continua como antes», analisando a classe trabalhadora hodierna como idêntica à classe trabalhadora dos primórdios do capitalismo.

Para entendermos as mudanças ocorridas, voltemos até o período da manufatura, é lá que o capital se apodera da potência do/as trabalhadores/a coletivo – a combinação de muitos/as trabalhadores/as parciais – transformando esta potência em potência do capital. Este trabalho coletivo é complexo, composto por trabalhadores/as qualificados/as e não qualificados/as, o que faz emergir uma hierarquia de força de trabalho, expressa sempre em salários diferenciados. A divisão entre trabalho qualificado e não qualificado é central para a organização do trabalho, e encontra suporte na divisão social do trabalho. Falar em trabalhadores/as não qualificados/as parece uma contradição, posto que o capital age sempre para valorizar o valor. Mas como esse processo ocorreria com a existência do/a trabalhador/a não qualificado? Importantes tarefas a serem realizadas no trabalho, rotuladas como «não qualificadas», são tarefas que se aproveitam de um saber que o/a trabalhador/a já traz previamente, sem que o patrão precise realizar a aprendizagem, o que significa que os custos de aprendizagem desaparecem, reduzindo, com isso, o tempo de trabalho necessário para reproduzir força de trabalho, ampliando assim o domínio do mais trabalho, mecanismo que permite potenciar a mais valia. Ideologicamente, como o/a trabalhador/a é «não qualificado», isto é, não possui uma qualificação dada pela formalidade do treinamento (seja o ensino técnico ou a educação formal em quaisquer de seus níveis), a sua função aparece como menos importante, e isto justifica seu salário mais baixo, tornando-se uma prática circular: a mais valia extraída é alta, seja porque o patrão não tem custos com a formação seja porque o salário pago é muito baixo, significando mais valia elevada. O que desaparece é que as funções executadas pelos/as trabalhadores/as «não qualificados/as» são funções básicas, sem as quais seria impossível a construção das tarefas seguintes de maior complexidade. Os salários mais baixos pagos para esses/as trabalhadores/as aparecem, inclusive ao/à próprio/a trabalhador/a, como justificável. O/a trabalhador/a nesta situação queixa-se do salário “insuficiente” (porque o salário não lhe permite adquirir o necessário para viver), mas não vive a situação como injusta, mas repreende a si mesmo por não ser «qualificado» ou suficiente. Ora, se o próprio/a trabalhador/a vê a si mesmo como

culpado/a por seu baixo salário, como agir coletivamente para mudar?, como rebelar-se contra o patrão? É obstada a possibilidade de reação individual e coletiva.

Desde a grande indústria, quando a massa de mais valia produzida se tornou suficiente para libertar o empregador do trabalho manual e transformá-lo em capitalista, a função de gestão/supervisão foi transferida para um grupo particular de assalariados, que comandavam em nome do capital e formavam seu exército. O controle sobre o processo de trabalho no capitalismo, cristaliza-se em função exclusiva, sendo que o comando supremo na indústria torna-se atributo do capital. Comandar faz parte do caráter do capital como função de centralidade e não de forma acessória: o capitalista não se torna capitalista por ser dirigente industrial, ao contrário, ele torna-se comandante industrial pela condição mesma de ser capitalista.

1. OS CUSTOS DA APRENDIZAGEM E O TREINAMENTO DE GÊNERO

O objetivo do capital é valorizar o valor e, para tanto, busca todas as formas de realizá-lo, sendo que diminuir (ou desaparecer) com os custos da formação é um destes momentos, não constituindo-se no entanto como o momento predominante. Na Acumulação Flexível, o capital cria mais uma forma de não arcar com os custos da aprendizagem, agora com relação à força de trabalho das mulheres, quando ocorre o aproveitamento das «habilidades» treinadas pela educação de gênero, pois, segundo Izquierdo⁴, «la división sexual del trabajo es una característica de la organización de las actividades productivas, y es también un mecanismo básico de socialización».

O capital aproveita-se das «habilidades» formatadas pela educação de gênero no aproveitamento da força de trabalhos das mulheres. Nos primórdios do século XX, as mulheres formavam majoritariamente a categoria de professoras, posto que é uma profissão que lida com crianças e as mulheres já tinha esta «habilidade», construída pela educação de gênero, pois a tarefa de cuidar de crianças e velhos, nas sociedades patriarcais, é considerada uma tarefa de mulheres.

⁴ María Jesús Izquierdo, “La construcción social de género” in *Sociología y Género*, ed. Capitolina Díaz (Madrid: Editorial Tecnos, 2013), 20.

Na Acumulação Flexível o capital utiliza-se da parte imaterial do trabalho, as emoções, tanto para o aumentar na produtividade (ganhos econômicos), como para engendrar, no conjunto da classe trabalhadora, a submissão ideológica, sem sublevação (ganhos ideológicos), fazendo emergir uma subjetividade inautêntica que se expressa com o/a trabalhador/a incorporando as necessidades do capital como suas, trabalhando feliz. As mulheres têm sua força de trabalho solicitada de forma diversa pelo capital, exatamente pelas habilidades treinadas pela educação de gênero. No patriarcado, a educação de gênero provoca o superdesenvolvimento da racionalidade nos homens e da emotividade nas mulheres. Como diz Izquierdo⁵,

Un orden sexista y patriarcal. Orden sexista, porque regula las relaciones entre los individuos a partir de las diferencias anatómicas y fisiológicas referidas al aparato genital. Orden patriarcal porque establece el gobierno de los patriarcas, respecto del patrimonio: la mujer y los hijos. La regulación de las relaciones sociales es tal que hace significativas las categorías hombre y mujer, y las categorías de edad viejo, adulto niño.

No período em tela, as mulheres têm ocupado postos significativos na função de controle da força de trabalho, visto que não é necessário gastos com formação para as mulheres utilizarem (pragmaticamente) as emoções, o que amplia o domínio do mais trabalho.

2. A UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES

Na Acumulação Flexível, o capital substitui o cronômetro e o controle ostensivo do supervisor pela «cooperação»/cooptação, com a vigilância sendo internalizada e exercida pelo/a próprio/a trabalhador/a sobre si mesmo e seu colega, com um processo de mobilização da afetividade para o trabalho. A classe operária que realiza seu trabalho diretamente no chão da fábrica, na produção direta de mercadorias, conhece uma enorme retração. A classe trabalhadora estável, com

⁵ María Jesús Izquierdo, “La construcción social de género” in *Sociología y Género*, ed. Capitolina Díaz (Madrid: Editorial Tecnos, 2013), 10.

direitos trabalhistas conquistados por décadas de lutas, diminuí significativamente. Ocorre simultaneamente um aumento do proletariado terceirizado, fabril e de serviços, propiciado pelo avanço que o capital empreende em direção ao processo de mercantilização de toda a vida social. Conforme Izquierdo⁶,

El sistema sexo/género organiza y rige la asignación de posiciones sociales conforme a la lógica de la división sexual del trabajo. Mediante la misma se da por sentado que las actividades de cuidado inmediato de la vida humana, sea en el ámbito doméstico o en el mercado sean propias de mujeres, y las actividades relativas a la producción de bienes, a la administración de la riqueza, y a la defensa o el ataque, sean asignadas a los hombres.

Parcela significativa deste proletariado terceirizado e de serviços crescentemente é composta por mulheres, fenômeno conhecido como «feminização do trabalho», no qual três problemas se reapresentam: 1) as tarefas de cuidar de doentes e velhos, agora mercantilizadas, são oferecidas para restritos estratos de classe, como tudo que é produzido no capitalismo, não sendo acessível às mulheres da classe trabalhadora; 2) essas tarefas ligadas à reprodução da vida continuam sendo imputadas as mulheres, consequentemente nos estratos da classe que não conseguem pagar por esses serviços aumenta o grau de opressão, posto que estas mulheres «cuidam» como tarefa profissional e cuidam como tarefa «familiar»; 3) o capital não só se apropria da formação de gênero das mulheres para exercer o trabalho necessário sem que precise despender custos com essa formação, como novamente se utiliza da lógica patriarcal: o trabalho das mulheres é construído como se fora de menor importância, pode ser pago com menores salários.

O crescimento das mulheres como força de trabalho assalariada se configura como desaguadouro de um conjunto de tendências sociais: 1) o movimento feminista eclode de forma significativa nas décadas de 1960/70, reafirmando a necessidade de maior participação das mulheres no trabalho assalariado; 2) a reestruturação que o capital promove entre os anos 1970-90, no qual combina tempo flexível e polivalência de

⁶ María Jesús Izquierdo, “La construcción social de género” in *Sociología y Género*, ed. Capitolina Díaz (Madrid: Editorial Tecnos, 2013),19.

funções, agrega crescentemente mulheres, pois o tempo flexível é mais facilmente aceito pelas mulheres, porque desta forma elas podem cumprir as funções da produção e da reprodução social a elas imputadas pelo patriarcado; e a polivalência é uma qualidade treinada pela educação de gênero, que prepara as mulheres para as múltiplas funções da reprodução social; essas condições precarizadas intensificam a divisão sociossexual do trabalho: nas áreas em que há capital intensivo (maquinário técnico-científico), há presença de homens nas áreas do trabalho intensivo (manual), e há presença de mulheres, isto é, há uma divisão sexual do trabalho dentro da divisão social do trabalho operada pelo capital; 3) o avanço das novas tecnologias em informação propiciou a transferência para o espaço doméstico de atividades que eram exercidas no espaço verticalizado, surgindo o híbrido trabalho produtivo (que extrai mais valia) em domicílio, em que as atividades produtivas são realizadas no espaço reprodutivo.

O trabalho produtivo mescla-se com o trabalho doméstico, ampliando a exploração sobre mulheres e crianças. O trabalho em domicílio significa que o trabalho no espaço reprodutivo é frequentemente preenchido pelo trabalho produtivo, especialmente, mas não só, feito pelas mulheres. Muitos/as trabalhadores/as da indústria têxtil têm migrado para o espaço doméstico onde ocorre o trabalho produtivo. As mulheres geralmente fazem essas tarefas – produtivas e reprodutivas – ao mesmo tempo, o que lhes acarreta maior precarização e maior dificuldade em organizar-se como classe.

3. TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO EM MARX E A FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES

As discussões acerca do trabalho produtivo e improdutivo são travadas por setores do movimento feminista de uma forma pouco precisa, o que leva a sérios equívocos. Ao discutir os conceitos «produtivo» e «improdutivo», em relação ao trabalho efetuado dentro da casa, referente à reprodução da vida (lavar, cozinhar, passar, etc.), majoritariamente executado por mulheres, trabalho esse classificado como improdutivo, setores do movimento feminista tomam essa definição como moral, como se fora sinônimo de trabalho inútil e se insurgem contra «o economicismo» dos/as marxistas.

Produtivo é o trabalho que realiza um produto, uma mercadoria, que produz um valor; quanto ao processo capitalista de produção, produtivo refere-se ao trabalho que valoriza diretamente o capital, não só que produz valor, mas que valoriza o valor, isto é, que produz um sobreproduto para o capitalista, que produz mais valia. Trata-se de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua valorização, de valorização do valor, como meio para produção de mais valia. Na sociedade capitalista, não é considerado produtivo aquele trabalho que produz objetos úteis, mas aquele que produz diretamente mais valia, pouco importando que se materialize em objetos humana e socialmente discutíveis ou nocivos. Só são produtivos os fornecedores de força de trabalho que servem para valorizar o capital.

O processo de trabalho no modo de produção capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho (de que é produtivo o trabalho que produz mercadorias e produtos), mas nele o processo de trabalho não tem como finalidade apenas produzir mercadorias, mas é um meio para o processo de valorização do capital, processo que só ocorre com a produção do mais trabalho, de trabalho não pago, apropriado privadamente pelo capitalista. Dessa forma, considera-se como produtivo/a, no sistema capitalista de produção, o/a trabalhador/a que executa trabalho produtivo, que gera diretamente mais valia, que valoriza o valor.

4. O USO PRAGMÁTICO DAS EMOÇÕES

O traço novo na Acumulação Flexível é o refinamento das formas de dominação, que envolvem necessariamente aspectos de internalização, potenciação de certas emoções envolvendo o conjunto da classe trabalhadora, homens e mulheres. Mas uma das mais exitosas forma de potencializar a extração da mais valia relativa é a exploração de certas emoções da força de trabalho das mulheres em cargos de direção, enquanto gestoras e responsáveis pelo controle e otimização da produção, propiciando, como consequência, uma mais valia relativa, nos atuais moldes da Acumulação Flexível. O capital não efetua gastos para qualificar a mulher gestora, visto que as mulheres são historicamente treinadas pela educação de gênero para lidar melhor com as emoções. Mas, para qualificar homens, há gastos do capital. A força de trabalho das mulheres gestoras desonera o capital.

Ocorre a segregação das mulheres de uma forma ainda mais refinada e de difícil desvelamento: na aparência, há uma ascensão da força de trabalho, mas nos seus múltiplos desdobramentos – tanto no mundo do trabalho propriamente dito (salários mais baixos), como nos demais papéis sociais de gênero (maternidade, cuidados com o lar) – ocorre, senão uma regressão, uma manutenção dos mesmos padrões de divisão de trabalho social de quando a força de trabalho das mulheres era significativamente menor, o que acarreta uma superexploração do trabalho (produtivo ou improdutivo) da mulher.

O capital utiliza-se da habilidade que as mulheres têm no trato com as emoções de forma dupla: não investindo em formação profissional, economizando capital constante, pois as mulheres já têm essa habilidade (de lidar com as emoções) dada pela educação de gênero e contribuindo para a extração da mais valia relativa indiretamente, contribuindo para criar o clima afetivo, íntimo, necessário nesse momento de Acumulação Flexível. Essa extração da mais valia não significa, diretamente, singularidade de sujeitos. Para Marx⁷, «a desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais trabalho».

A utilização da emoção das mulheres, no processo de trabalho, promove uma redução de custos de aprendizagem: a educação de gênero já preparou as mulheres para serem mais emotivas, e os homens mais racionais. Dessa forma o «bom» uso das emoções é necessário no período de Acumulação Flexível.

No início das fábricas equipadas com teares mecânicos, foram as mulheres que passaram a trabalhar junto a eles; na Acumulação Flexível além da máquina o capital precisa do componente imaterial, emoção, da força de trabalho das mulheres, o que vem atestar que, em períodos de transformações econômicas, o capital inova suas formas de extrair mais valia e aumenta a submissão⁸, enquanto as ações dos capitalistas podem servir como instrumento, seja na instituição ou na transformação de uma

⁷ Karl Marx, *O Capital: crítica da economia política* (São Paulo: Nova cultural, 1988), LI, VI, 263.

⁸ Heidi Hartmann, “Segregación de los empleos por sexos”, in *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*, Einsenstein, Zillah (Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1980).

força de trabalho segregada por sexos. Nas palavras de Izquierdo⁹, «el elogio de la diferencia acompañado de la invisibilización de la desigualdad, es una salida a “la cuestión de la mujer” que tiene bajo coste para una parte de las mujeres, las que gozan de privilegios de clase, étnicos, de edad o raciales».

5. PROCESSO DE CONSCIÊNCIA EM MULHERES

O desenvolvimento da consciência é uma área fortemente afetada pelas relações desiguais de gênero, sendo que o processo de construção de uma consciência feminista é um movimento dialético, que acontece em espiral e nunca linearmente, avança e recua. As várias configurações ligadas ao papel de gênero feminino, às quais as mulheres precisam responder, não são feitas como decisões tomadas racionalmente, com várias possibilidades de escolha colocadas à disposição das mulheres. São papéis sociais internalizados por mulheres. As sanções (externas e internas) lhe são aplicadas quando esses papéis são descumpridos. Cada mulher se vê defronte a dilemas que são resolvidos de acordo com suas disponibilidades, e quando não tem consciência de sua condição de gênero vive-as como se fora uma condição sua, particular. Evidencia-se o fato de que estas opções que cada mulher faz apresentam similaridades enormes entre si. Por que os obstáculos que recaem sobre a vida das mulheres na vida pública são tão concretos em suas consequências e, muitas vezes, para essas mesmas mulheres, sobre as quais eles recaem, eles não são conscientes? Izquierdo¹⁰ responde:

Pero sería muy desajustado suponer que los hombres o las mujeres sean conscientes del impacto de estas prácticas sobre las relaciones entre los unos y las otras. Hay que tener presente que la desigualdad social no se impone única y fundamentalmente, mediante la represión abierta, sino que en buena medida, los propios oprimidos contribuyen a sostenerla con sus creencias. Creer que aquello que

⁹ María Jesús Izquierdo, “La construcción social de género” in *Sociología y Género*, ed. Capitolina Díaz (Madrid: Editorial Tecnos, 2013), 12.

¹⁰ María Jesús Izquierdo, “La construcción social de género” in *Sociología y Género*, ed. Capitolina Díaz (Madrid: Editorial Tecnos, 2013), 16.

nos es impuesto, es lo mejor que nos puede pasar, o lo único posible, tiene como resultado que seamos nosotros mismos quienes contribuyamos a mantener las cosas como están. Pero al mismo tiempo, no puede decirse que los actos de sumisión o de dominación se realicen con plena conciencia de su significado y consecuencias.

As exigências que recaem sobre cada mulher sinalizam a constituição de uma subjetividade narcísica, isolacionista, que o período da Acumulação Flexível faz emergir nos seres sociais. A noção de indivíduo como autocentrado, dono e responsável por si mesmo, o *self made (wo)man*, aparece, aqui, em uma concepção que enaltece os valores do liberalismo, e encobre as determinações sociais que constroem coletivamente subjetividades de homem e mulher. Subjetividades que só podem ser modificadas por uma ação política que possa propiciar a tomada de consciência dos sujeitos singulares. As questões que oprimem a mulher são vividas e sentidas como individuais, como particularidade, como da ordem do eu. O crescimento do número de mulheres no mundo público não se fez acompanhar por mudanças significativas, proporcionais a esse crescimento, nem nos equipamentos sociais que poderiam liberá-las de tarefas consideradas próprias ao seu papel de gênero, nem de mudanças significativas nas representações sociais concebidas a seu respeito. O que acaba por somar novas tarefas às anteriormente exercidas, de modo que a mulher, obedecendo às mesmas exigências feitas ao/à trabalhador/a toyotista – a multifuncionalidade – acaba por se sobrecarregar e não consegue exercer a contento todas as superexigências que lhe são feitas. As exigências são sobre-humanas, como uma ditadura da perfeição, que se expressa como se fosse um consentimento que a sociedade dá para a mulher sair do seu papel tradicional, de mãe e dona de casa, desde que agregue novos papéis, como profissional, militante, sem abrir mão dos anteriores, e que exerça todos eles com perfeição, de uma forma não igual, mas superior ao que o homem o faz. O sentimento de culpa que advém quando não se exerce com perfeição um destes papéis, principalmente o de mãe, é um dos mecanismos citados como responsável pelo assujeitamento da mulher.

A atuação das mulheres, no mundo público, denuncia que é preciso operar uma profunda mudança na valoração social que cerca a atividade

das mulheres, em quaisquer setores. Quando se avalia a presença das mulheres na vida pública, atribui-se um caráter mágico à sua entrada, à sua atuação, como se sua simples presença tivesse de resolver problemas que são estruturais. Esta é uma forma de relegá-las ao fracasso, pois não conseguirão mesmo resolver os problemas crônicos no trabalho ou na sociedade, isto é, relegá-las ao eterno feminino, ao papel da grande mãe mágica que tudo resolve, que cuida e cura.

Mas se não é pertinente cobrar apenas das mulheres a resolução de problemas que pertencem ao conjunto da humanidade, é necessário cobrar das mesmas um comprometimento na destruição dessa ordem: a posição no mundo do trabalho hoje ocupada pelas mulheres, cujas condições são ainda insuficientes, é significativa e fruto da luta coletiva perpetrada pelos movimentos de esquerda e feminista. Ao analisar a atuação das mulheres em cargos de direção, o que aparece é um processo de aprisionamento da sua consciência à lógica do capital. No atual modo de reestruturação produtiva capitalista, esse aprisionamento da consciência das mulheres à ordem vigente não significa uma rendição consciente, mas o resultado de uma estratégia bem bolada do capital, que é o uso das emoções no mundo do trabalho (característica distintiva do toyotismo). Em época de subsunção real e não mais formal dos/as trabalhadores/as à lógica do capital, parcela da classe (as mulheres) não poderia evidentemente pairar acima e fora desta subsunção. A subjetividade das mulheres parece revelar uma ainda maior submissão aos ditames do capital.

No bojo da constatação de que o toyotismo é uma forma de gerir a força de trabalho menos despótica, há um estranhamento mais complexo, o que torna mais fácil ao capital capturar as subjetividades e dificultar o desvelamento da opressão. Esta captura das subjetividades não é um ato sem importância para o capital, mas, para este, se faz necessário capturar a subjetividade para extrair dela mais valor e é importante que esta subjetividade não se volte contra o capital, pois o capital se arma de todas as formas, objetivas e subjetivas, para impedir a revolta¹¹.

A aderência aos ditames do capital que as mulheres em cargos de direção parecem apresentar não é um acontecimento isolado, mas é uma submissão que tem raízes objetivas na forma como se organiza o

¹¹ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo, 1999).

trabalho, nas estratégias utilizadas pelo capital, neste momento de Acumulação Flexível. As mulheres em cargos de direção representam um papel significativo para o capital, contribuindo na extração da mais valia relativa, mas que tais mulheres não representam o conjunto das mulheres da classe trabalhadora, pois essas continuam sofrendo a mesma exploração que o conjunto da classe trabalhadora, guardadas as diferenças de classe/raça/etnia. O aumento do número de mulheres, em cargos de direção, como avanço conseguido pelas mulheres em direção à igualdade de gênero – mesmo que ainda minoritária – contribui para a construção do protagonismo de gênero? Aponta na direção do fim da opressão de gênero e da exploração de classe? Como herdeiras dessas conquistas, frutos das lutas dos setores progressistas, especialmente, do movimento feminista, ao se efetivar o avanço em cargos de direção, essas mulheres guardam alguma similaridade/ligação com aquelas lutas, no sentido de apontar para o rompimento da opressão? Ou será que não se faz necessário alertar para o caráter contraditório desse processo, na medida em que o avanço das mulheres, que é uma conquista coletiva, se faz com as mulheres se apossando do resultado, demonstrando uma aderência significativa aos ditames do capital, eliminando, assim, o potencial de rompimento revolucionário de que o enfrentamento radical da opressão de gênero é portador? Esse processo de privatização de ganhos coletivos não é uma invenção das mulheres em cargos de direção, mas representa a lógica societal que rege o atual momento político, com a lógica neoliberal ditando as ações daquelas/es que ocupam os espaços públicos.

Na Acumulação Flexível, o avanço significativo que o capital tem propiciado, incentivado e permitido a algumas mulheres: (1) é uma estratégia a que o mesmo recorre, para cumprir seu objetivo, que é valorizar o valor, de uma das formas mais utilizadas por ele na atualidade (a extração da mais valia relativa), valendo-se da “habilidade” para lidar melhor com a emoção que nas mulheres foi treinada pela educação de gênero, de forma a satisfazer as necessidades por meio do controle e gestão da força de trabalho, que significa criar um ambiente de trabalho «mais familiar», «mais humano», polivalente, acolhedor; (2) atua ideologicamente para perpetuar-se, como modo de produzir a vida, na medida em que este avanço no número de mulheres aparece como se fora um avanço progressista, o qual apontaria na direção da superação das desigualdades de gênero.

Alguns setores fazem a defesa desses avanços das mulheres, como se os mesmos pudessem contribuir para a superação da opressão/dominação das mulheres, como se o gênero fosse a determinação central do capital, como se a questão da opressão fosse separada da questão da exploração, como se as mulheres tivessem todas o mesmo interesse, como se não houvesse a clara determinação da classe.

Constata-se que o avanço significativo do número de mulheres em cargos de direção, que ocorre no atual momento histórico, não representa um rompimento do padrão de dominação/opressão de gênero, mas, pelo contrário, revela um aprofundamento dessa opressão/dominação, visto que esse ascenso se dá de forma subordinada, sem alterar, substancialmente, a objetividade/subjetividade das determinações que recaem sobre as mulheres, na medida em que as novas exigências, que os cargos de direção lhes trazem, somam-se às patriarcais exigências que elas tinham de cumprir como destino de gênero. Em relação à classe trabalhadora, a forma como se dá essa participação das mulheres em cargo de direção contribui com o avanço, material e ideologicamente, do modo de produção capitalista, à proporção que, como objetividade, contribui para o aumento da mais valia relativa, com a utilização pragmática das emoções; e, como ideologia, na proporção em que toma a parte como se fora o todo, pois o número de mulheres que ocupa cargos de direção é significativo quando comparado ao número anterior de mulheres na mesma situação e/ou ao número de homens no exercício da direção. Mas, no que se refere à relação com as mulheres da classe trabalhadora, os números não são significativos (esses números não chegam ao chão da fábrica) e essas mulheres que exercem cargo de direção para o capital estão em contradição com o interesse de classe não só das mulheres mas de toda a classe trabalhadora, pois servem de instrumento para aumentar o grau de exploração da classe. Retomo à clássica citação de Marx¹² que diz que «os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado».

Mas como romper com essa aderência à ordem por parte das mulheres em cargos de direção? As possibilidades de rompimento com

¹² Karl Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte (1851-1852)* (São Paulo: Boitempo, 2011).

essa consciência alienada, do ponto de vista da classe, iniciam-se pela construção do protagonismo de gênero, que significa que as mulheres devem apoiar-se dos mecanismos críticos construídos pelo movimento feminista classista para romper com o isolamento político que enfrentam; e prosseguem com um movimento em direção à classe, em direção à participação nos organismos da classe, como sindicatos e partidos, para que ocorra um rompimento com a identificação que essas mulheres construíram com o patrão.

O movimento de ocupação de cargos de direção pelas mulheres é um movimento da dinâmica econômica, mesmo que esta reivindicação apareça principalmente como um ganho do movimento de mulheres. Não se trata de negar que as lutas sociais, no geral, e as das mulheres, especificamente, contribuam para mudanças e que não tenham importância na erosão das bases do sistema societal burguês. Não defendo um movimento de retorno ao lar para as mulheres, nem de regressão a situações no mundo do trabalho, em que as mulheres já obtiveram algum avanço. Defendo que se deve fazer a contundente denúncia acerca de como e a serviço de quem as mulheres estão ocupando os cargos de direção. Pois a luta pela entrada das mulheres, no mercado de trabalho, se inscreve no quadro de construção da independência das mulheres e, para tanto, deve ser reivindicação do movimento social geral, bem como do movimento de mulheres. Esse processo deve ser dirigido pelo feminismo socialista, que pensa os processos de exclusão das mulheres e as transformações de gênero na perspectiva da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade socialista.

CAPÍTULO 20

DEPRESSÃO E TRABALHO: CONTINUIDADE E RUPTURA DE LAÇO SOCIAL

Sílvia Rodrigues Jardim¹

¹ Médica Psiquiatra, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: silvia.jardim@gmail.com

Resumo

Desde o início do século XXI a OMS anuncia a depressão como a principal causa de dias vividos com incapacidade em 2020, medida em incapacidade para o trabalho. Questiona-se menos como aquilo mesmo para o que a depressão nos torna incapazes, o trabalho, se articula enquanto causa dessa mesma depressão. É sobre essas múltiplas determinações entre a dimensão do trabalho no capitalismo e a depressão e seus corolários, incluindo a síndrome de *Burnout* e a questão dos suicídios relacionados ao trabalho, que trato neste artigo. Parto da crítica à posteridade da centralidade do trabalho na formulação da economia psíquica, e, portanto, na constituição de determinadas subjetividades. O espectro psicopatológico que acompanha as duas décadas vividas do século XXI confirma a centralidade do trabalho como anterior, incluindo a sua derrisão como valor simbólico, implicando uma expropriação tanto material quanto imaterial do valor-trabalho na constituição da subjetividade.

Palavras-chave

Depressão, trabalho, laço social.

*OS TRABALHOS E OS DIAS*²

Sento-me à mesa como se a mesa fosse o mundo inteiro
e principio a escrever como se escrever fosse respirar
o amor que não se esvai enquanto os corpos sabem
de um caminho sem nada para o regresso da vida.

À medida que escrevo, vou ficando espantado
com a convicção que a mínima coisa põe em não ser nada.
Na mínima coisa que sou, pôde a poesia ser hábito.
Vem, teimosa, com a alegria de eu ficar alegre,
quando fico triste por serem palavras já ditas

² Jorge de Sena, *Não Leiam Delicados este livro: 100 Poemas de Jorge de Sena*, org. Gilda Santos (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019), 46.

Estas que vêm, lembradas, doutros poemas velhos.

Uma corrente me prende à mesa em que os homens comem.
E os convivas que chegam intencionalmente sorriem
e só eu sei porque principiei a escrever no princípio do mundo
e desenhei uma rena para a caçar melhor
e falo da verdade, essa iguaria rara:
este papel, esta mesa, eu apreendendo o que escrevo.
27/10/1942

INTRODUÇÃO

Em 1997 afirmávamos:

Desde que o trabalho foi instaurado como valor dos valores que, paradoxalmente, vivemos fases nas quais se torna um bem escasso. Deslocam-se as queixas, relativizam-se as pesquisas a respeito do mal-estar no trabalho pois um mal mais alto se levanta: a falta de empregos. Este livro transcorre no sentido de mostrar que desemprego, subemprego, mulheres cada vez mais trabalhadoras não prenunciam o fim do mal no trabalho, são apenas várias de suas facetas, ora revelando ora escamoteando os conflitos que, se movem os sujeitos no mundo, podem também paralisá-los ou matá-los de dor.³

Partimos hoje da crítica à consideração *a posteriori* da centralidade do trabalho na formulação da economia psíquica em suas dimensões real, simbólica e imaginária, e, portanto, na constituição de determinadas subjetividades, afirmando sua anterioridade histórica (real), cultural (simbólica) e social (imaginária). Consequência analítica dessa anterioridade do valor-trabalho como central na política econômica da sociedade é que não tanto as tecnologias de extração da

³ João Ferreira da Silva Filho e Sílvia Jardim (Org.), *A Danação do Trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico*, (Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997), Apresentação.

mais-valia (formas de organização do trabalho) são novas. Mas a mesma é mais intensa e profunda, deixando tantos, que só «querem» trabalhar, sem trabalho, e poucos, que “podem” trabalhar, trabalhando demais. E menos ainda, que não trabalham, têm cada vez menos nome próprio, detendo mais capital.

Pensar a organização do trabalho, portanto, as relações de trabalho na sociedade capitalista como anterior à organização, vamos chamar, psíquica dos sujeitos, passa a ser uma premissa não sempre tão óbvia. Em um congresso de História do Trabalho Operário isso se toma por óbvio. Em um congresso de Saúde do Trabalhador, campo que se auto define como multi e interdisciplinar, também. Entretanto, estes nossos campos são também contra-hegemônicos e heterodoxos. Estamos na contra-mão das tendências «neo», «novas». Mas será? Ou será que nós somos realmente os «novos» e os «hegemônicos» são os «antigos» como invoca a chamada tão apropriada deste nosso Encontro: «Tempos Modernos, Jornadas Antigas»?⁴

Nesse sentido, o que seria verdadeiramente «novo» é o não estabelecido, é o movimento que se opõe ao estabelecido. Entretanto, o título deste ensaio aponta para uma ruptura em outro ponto do laço social⁵: a ruptura do próprio laço estabelecido no contrato da sociedade chamada salarial também por Robert Castel⁶. Uma ruptura que o filme *Em Guerra*⁷ retrata tão bem ao mostrar os trabalhadores da fictícia Indústria Perrin que cumprem a sua parte no trato mas não recebem o tratado; e isso, para além da extração da mais-valia implicada no próprio salário. O que os trabalhadores atuais não recebem é a garantia mínima do próprio trabalho, do emprego, da subsistência e da razão de viver, do sentido da vida. Por isso, essa ruptura, rompimento do laço social, do

⁴ Pietro Basso, *Tempos Modernos, Jornadas Antigas: vidas de trabalho no início do século XXI* (Campinas-SP: Editora Unicamp, 2018).

⁵ Fernanda Costa-Moura (Org.), *Psicanálise e laço social* (Rio de Janeiro: 7letras, 2009).

⁶ Robert Castel, *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* (Petrópolis (RJ): Editora Vozes Ltda, 1998).

⁷ Stéphane Brizé, *Em Guerra* (filme), França, 2018; Brasil, 2019. *O drama* mostra a organização de uma greve de operários de uma pequena cidade francesa após o anúncio do fechamento da Fábrica Perrin (fictícia) pela matriz, sediada na Alemanha. O fechamento representa a traição de um acordo com os funcionários que aceitaram perdas salariais em troca da continuidade do trabalho. Mesmo com grandes lucros os diretores resolvem cerrar as portas, desempregando 1.100 funcionários. Acompanhamos a mobilização dos operários e suas batalhas contra seus empregadores, contra o sistema judiciário e finalmente contra a omissão do governo francês e seus representantes.

contrato social, culturalmente estabelecido na carta de valores compartilhados, o valor do trabalho, o valor dos bens para o sustento dos corpos e dos espíritos, essa ruptura, vem redundando em um paradoxo endêmico ao próprio modo de produção capitalista, culminando tanto com o esgotamento pelo trabalho (*o burnout*) quanto com o suicídio no trabalho (morte de Si), passando pela depressão (incapacidade para trabalhar).

Há, portanto, a nosso ver, uma necessidade epistemológica e metodológica de assumpção da centralidade do trabalho como anterior à organização psíquica dos sujeitos trabalhadores para que tenhamos realmente uma psicopatologia e uma patologia que leve a organização do trabalho conforme se dá nas sociedades capitalistas em consideração nos estudos de patogenia e patologia e nas intervenções (nas práticas) no que se refere aos processos saúde-doença, incluindo, claro, os processos de saúde e doença mental⁸. Isso não como um ultimato mas como uma premissa sob pena de sempre termos uma «interdisciplinaridade» amputada em suas finalidades por não afinarmos entre nós, afinal, de onde partimos.

A Organização Internacional do Trabalho (fundada em 1919) tomou a questão da proteção ao trabalho e aos trabalhadores como inseparável da justiça e da paz social em seus textos fundadores. Será que estamos em tempos de refundar essa proteção ao trabalho e aos trabalhadores incluindo com ênfase a questão da saúde, ou melhor, talvez, das saúdes, tendo na chamada «Saúde do Trabalhador» – que sempre achei deveria ser chamada «dos trabalhadores», pois o plural inclui o singular e os múltiplos – o verdadeiro paradigma da Saúde pois trabalhadores deveríamos ser todos?

1. O TRABALHO COMO CAUSA E A PSICOPATOLOGIA COMO EFEITO: PROTEÇÃO E RISCO

⁸ Duas referências relevantes, a meu ver, para esse trabalho epistemológico de alicerçar nossa interdisciplinaridade são os de Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega, *Processo de Trabalho e Saúde: trabalho e desgaste operário* (São Paulo: Hucitec, 1987); e o de Edith Seligmann-Silva, *Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo* (São Paulo: Cortez, 2011).

«Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos»⁹

«Afeto, sentido, cultura estão sempre presentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que a criança toma»¹⁰.

O capítulo 1 de *O Capital* intitula-se «A Mercadoria». Estes são os dois primeiros parágrafos de *O Capital*:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma «imensa coleção de mercadorias», e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa.¹¹

Aqui há uma nota, a de número 2 do livro, que é uma citação: «Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo (...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito»¹².

Com estes dois parágrafos e esta nota de rodapé, Marx inicia *O Capital* e toda a discussão do valor de uso e valor de troca da(s) mercadoria(s), dos objetos.

⁹ Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. (São Paulo: Boitempo, 2011), 25.

¹⁰ Piera Aulagnier, *A Violência da Interpretação: do pictograma ao enunciado*, Rio de Janeiro: Imago, 1979.

¹¹ Karl Marx, *O Capital*, apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, (São Paulo: Abril Cultural, 1983), (Volume I), 45.

¹² Nicholas Barbon, “A Discourse on Coining the New Money Lighter”, in *Answer to Mr. Locke’s Considerations etc.* (Londres: 1696), 2-3.

Cabe notar, portanto, que para Marx as necessidades humanas aqui já estão para além da Natureza. Podemos dizer que Marx ao citar Barbon na nota de rodapé de forma explícita e quase poética assume a natureza humana como a do desejo, físico (o estômago) e espiritual (a fantasia), pouco importando, em suas próprias palavras, essa distinção entre estômago e fantasia. Define, então, o reino da necessidade humana como o do desejo, ou seja, a Natureza, no que se refere ao humano já é desde sempre subvertida ou submetida pela dimensão do desejo. Ao mesmo tempo, atrela a produção de objetos, o trabalho por definição, ao desejo, do princípio ao fim. Precisando melhor, os objetos são produzidos para atender ao Desejo, redundante chamá-lo de humano, não importando se é o pão que sacia a fome do estômago e no mesmo movimento realiza a fantasia de ser amado pela mãe ou o livro que sacia a fome do espírito e acalenta todos os sentidos, trazendo a voz do mestre que ofereceu aos ouvidos a primeira palavra da vida.

Entretanto, essa centralidade do trabalho no capitalismo é revestida de uma peculiaridade que faz toda a diferença. O trabalho é a medida do valor na troca de tempo por dinheiro, o trabalho tornou-se, em si, uma mercadoria. Hoje ninguém se espanta quando falamos em mercado de trabalho e não de escravos. O trabalho foi contabilizado. Para tanto foi necessária uma mudança na configuração dos valores, uma transformação lenta e gradual ao longo de séculos. Laicizou-se o trabalho. Destituísse-lhe o caráter de sagrado, se lhe tirou a transcendência e se lhe atribuiu um caráter de bem terreno que pode ser acumulado. Dotou-se o trabalho de um espírito de calculabilidade que prevê/provê um futuro antecipado, orientado por uma visão de mundo (uma cultura) caracterizada por um tempo linear em oposição ao tempo mítico circular em que passado e futuro estão inscritos no presente. Mas não bastou dessacralizar o trabalho. Foi preciso fazê-lo produzir de acordo com uma nova ordem: a da utilidade e da produtividade. O trabalho não vale mais pelo papel que desempenha no equilíbrio de um determinado grupo, mas pelo a mais que produz¹³. A partir dos séculos XVII e XVIII, adestraram-se os corpos e as almas: «As “Luzes” que inventaram as liberdades inventaram também as disciplinas»¹⁴. O poder disciplinar estipulou formas de apreensão e de tratamento dos sujeitos

¹³ Sílvia Rodrigues Jardim e João Ferreira da Silva Filho, “Profissão: identificação e projeto”, *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, v.6, n. 1 / 2, Rio de Janeiro (1996): 101-109.

¹⁴ Michel Foucault, *Vigiar e Punir* (Petrópolis: Vozes, 1991), 195.

que resultam em efeitos individualizantes. Produzem-se «indivíduos-trabalhadores» que se dizem (querem) livres e iguais.

Esta digressão apesar de ter passos históricos, antropológicos e sociológicos bem conhecidos se torna premente no esforço epistemológico de lembrar que o valor-trabalho não entra na vida das pessoas quando elas chegam ao mercado de trabalho mais ou menos formal. Está lá desde sempre como um ideal, um gosto a ser construído, ser trabalhador, ser profissional... Assim podemos pensar o trabalho também como um «bem simbólico» e perguntar, em que momento e como os sujeitos estão (são) ou não marcados para trabalhar?

Se Marx definiu o capital como uma relação social, Lacan chamou a essa relação de «laço social» (termo freudiano): a mais-valia é simultaneamente o que o capitalismo extrai do trabalho e o que o move, o que o causa. Por isso Lacan afirma que o objeto («pequeno a») causa do desejo é homólogo à «mais valia»¹⁵. Esse mesmo objeto é definido por Lacan como «êxtimo», o mais externo e o mais íntimo ao mesmo tempo¹⁶.

2. SÍNDROME DE *BURNOUT*

Entramos na terceira década do século XXI com a promessa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que em 2022 o *Burnout*, enquanto uma síndrome crônica e um fenômeno ligado ao trabalho, vai entrar na Classificação Internacional das Doenças em sua 11.ª Edição (CID-11) que deve entrar em vigor em 1.º de janeiro de 2022, como diagnóstico nosológico, significando o reconhecimento de um quadro clínico descrito pela primeira vez nas décadas 70-80 do século passado como intimamente relacionado ao esgotamento profissional¹⁷. No

¹⁵ Francisco Leonel F. Fernandes e Fernanda Costa-Moura, “Lógica da ciência, formalismo e forclusão do sujeito”, in *Psicanálise e laço social* org. Fernanda Costa-Moura (Rio de Janeiro: 7letras, 2009), 144-166.

¹⁶ Jacques Lacan, *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008), 241.

¹⁷ Herbert Freudenberger, *Burn Out: The High Cost of High Achievement. What it is and how to survive it. [S.l.]: Bantam Books. ISBN 978-0-553-20048-5*. Publicado em 1980 nos Estados Unidos da América, o livro de Freudenberger tornou-se referência para aqueles interessados

Brasil, o *Burnout* já se encontra como diagnóstico nosológico desde 1999 na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Previdência e do Ministério da Saúde¹⁸. Entretanto, estamos longe de ter, nas práticas clínicas e periciais, a síndrome reconhecida como decorrente das condições de exploração do trabalho na contemporaneidade. Será este o nosso desafio na continuidade do século XXI: além de descrever e diagnosticar, legitimar politicamente a exaustão das *classes* ou (d)*aqueles-que-vivem-do-trabalho* como quer o neologismo conceitual de Ricardo Antunes¹⁹?

3. DEPRESSÃO E SUICÍDIO

A Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho na última década do século XX e primeiras décadas do século XXI recuperaram a questão da centralidade do trabalho para a psicopatologia, acompanhando a explosão da depressão e a epidemia de suicídios no trabalho tão retumbante ou tão sentida, exatamente na França, tendo em Christophe Dejours²⁰ seu grande relator e ensaísta²¹.

A chamada cultura ocidental moderna tem se organizado em torno do trabalho, ou seja, da produção de objetos como valor mediador das trocas sociais, a ponto de o trabalho se tornar um ideal, um gosto, uma vocação, uma nobreza, «ser trabalhador», «ser profissional». «Ser trabalhador» torna-se para nós uma marca, uma insígnia.

em estudar o *burnout*. Em 1999 a Associação Americana de Psicologia entregou-lhe uma medalha de ouro por ter contribuído durante sua vida à psicologia. O subtítulo do livro de Herbert Freudenberger e Géraldine Richelson já indicava o alto custo para os profissionais que tinham extrema dedicação e alcançavam grandes metas.

¹⁸ Ministério da Saúde, Brasil, *Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de procedimentos para os serviços de Saúde*. Série A. Normas e Manuais Técnicos, n.114, Brasília DF, 2001.

¹⁹ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo, 1999).

²⁰ Christophe Dejours, *Souffrance em France: la banalisation de l'injustice sociale* (Paris: VI^e: Éditions du Seuil, 1998).

²¹ Christophe Dejours et Florence Bègue, *Suicide et Travail: que faire?* (Paris: Presses Universitaires de France, 2009).

Jacques Lacan chega a afirmar que foi necessária a absolutização do mercado²², concordando com Marx, chegando a englobar o próprio trabalho, para que a mais-valia aparecesse no discurso como esse trabalho não remunerado embora pago de acordo com a consistência do mercado.

O psiquiatra e psicanalista Charles Melman retoma esse ponto de articulação da economia política de Karl Marx com a psicanálise para abordar o mal-estar na contemporaneidade, aproximando-se de nossa compreensão sobre depressão e trabalho:

O valor do escravo é efetivamente esse objeto que Marx pôde isolar como sendo o da mais-valia, objeto que é também o do saber, pois Lacan observa que o saber está do lado do escravo, é ele que sabe como transformar a matéria, é ele que sabe cultivar a terra, é ele que sabe construir. Assim, esse objeto é também o do saber, do qual o mestre quer se apropriar²³.

Entretanto, a acumulação desses objetos, na sua forma de capital ou de coleções milionárias ou descartáveis, prepondera em importância à própria troca social que a sustenta. Assim os sujeitos motores da produção tornam-se absolutamente dispensáveis:

Mas se o valor está do lado do escravo, inclusive o saber, o mestre tem algum valor? Há vários tipos de mestre. O mestre capitalista é muito diferente, ele zomba da dignidade humana, ele não precisa mais dela para ser um mestre, basta-lhe acumular todos esses objetos que constituem o capital. Por que é que o escravo lhe obedece? Porque ele precisa viver! Eu insisto aí também, que escolha? O que é que ele pode inventar?²⁴

²² Lacan, 2008, 37.

²³ Charles Melman, *O público e o privado* (Conferência proferida na Universidade de Bogotá, em 21 de fevereiro de 2002). In: *Para introduzir à psicanálise nos dias de hoje*. (Porto Alegre: CMC, 2009), 355-364, 361.

²⁴ Melman, 2002, 361.

Os escravos têm escolhido a morte. Além dos suicídios, podemos destacar ainda a ocorrência do *karoshi*, literalmente, morte por excesso de trabalho, no Japão.

Partimos de uma comunidade com um bem comum e chegamos a essa estranha privatização, em que aqueles que estão na posição de mestres organizam agora uma sociedade à parte. É uma sociedade dos mestres, muito particular, à medida que ela não tem mais bem comum. Entre os mestres não há senão concorrência, não há mais solidariedade, não há mais reconhecimento de outrem como um semelhante, e para essa sociedade de mestres não há mais lei. Do outro lado, há os excluídos disso que era um bem público, ou seja, aqueles cuja humanidade é negada²⁵.

Negar o trabalho é negar a humanidade. Mas em que termos isso acontece?

É quando não há nenhuma possibilidade de lugar para sujeito do trabalho, para ação, para ato, criação, trabalho vivo, portanto, para o desejo. É inadmissível pois aponta para o totalitarismo nas relações sociais, que o único lugar deixado para o sujeito seja o da passagem ao ato, no suicídio, a falácia da cooperação ou a exclusão pelo desemprego ou doença²⁶.

Mas mesmo assim, por que seriam a depressão e o suicídio e não outras formas de adoecimento que vêm tomando todo esse vulto nas grandes e pequenas estatísticas?

Em seu ensaio magistral de 1917, *Luto e Melancolia*, Sigmund Freud define:

O luto é, em geral, a reação à perda de uma pessoa amada, ou à perda de abstrações colocadas em seu lugar, tais como pátria, liberdade, um ideal etc. Entretanto, em algumas pessoas – que por isso suspeitamos portadores de uma disposição patológica – sob as

²⁵ Melman, 2002, 357.

²⁶ Sílvia Jardim, “Depressão e trabalho: ruptura de laço social”, *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, 2011, 36(123): 84-92.

mesmas circunstâncias de perda, surge a melancolia, em vez de luto²⁷.

Considerando que Freud chama de melancolia o que nos termos atuais chamamos de depressão grave, a melancolia e o luto compartilham também quase todos os traços clínicos, como o estado de ânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar e a inibição geral da capacidade de realizar tarefas. Excetua-se um traço, a autodepreciação de cunho delirante, que é exclusiva da melancolia. É essa depreciação do sentimento-de-Si que pode levar às ideias de autoextermínio e ao suicídio efetivamente. Já o trabalho do luto culmina liberando o sujeito para suas atividades normais.

Tanto a melancolia quanto o luto são reações a perdas. De acordo com a psicanálise não faz diferença se o objeto amado e perdido em questão é uma pessoa ou um ideal, isto é, um objeto externo ou um objeto interno. Por isso, podemos articular a perda do emprego ou a ameaça de perdê-lo com o luto e a melancolia de acordo com cada caso. O luto e a melancolia compartilham as mesmas circunstâncias de perda. Por isso também podemos articular os casos de suicídio no trabalho com a dedicação exaustiva ao trabalho, caracterizando uma via melancólica de reação à perda do ideal internalizado como bem simbólico, como insígnia.

4. A CONTEMPORANEIDADE GLOBAL E AS MARCAS DO TRABALHO IMEMORIAL

A teoria da História, a Economia Política e a Sociologia do Trabalho de orientação marxianas nunca deixaram de nos lembrar que o capitalismo implica desde sempre em desemprego estrutural. Não há mercado de trabalho sem exército de reserva. O desemprego estrutural é

²⁷ Sigmund Freud (1917), *Luto e Melancolia*. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, V.2: 1915-1920. Coordenação geral da tradução Luiz alberto Hanns, (Rio de janeiro: Imago, 2006), 99-122, 103.

a força de pressão sobre o valor dos salários que garante que a mais-valia jamais seja devidamente paga pelo capital aos trabalhadores²⁸.

Entretanto, a derrisão simbólica e real do valor trabalho empreendida pelas políticas e campanhas de precarização das relações de trabalho na contemporaneidade global favorecem e fomentam a expropriação da própria subjetividade «trabalhadora», (d)aqueles-que-vivem-do-trabalho. Trata-se da expropriação do próprio valor simbólico do trabalho, deixando aqueles que necessariamente vivem-do-trabalho sem lugar e sem razão de viver. Não se consegue imaginar algo mais vil: até o lugar de escravo é negado. Resta o lugar de descartado ou descartável. Há uma negação do próprio lugar de humano. Um mundo que deixa ser do trabalho para ser do desumano. Não deve nos surpreende, então, que a morte apareça, não com a sua face de renovação da vida, mas sim de abolição da vida, a melancolia, o suicídio, o assassinato de Si-mesmo.

O espectro psicopatológico que acompanha as duas décadas vividas do século XXI confirma cada vez mais, a meu ver, a centralidade do valor trabalho como necessariamente anterior, incluindo a sua derrisão como valor simbólico, ou seja, uma desapropriação material e imaterial, portanto, objetiva e subjetiva desse mesmo valor trabalho.

No capitalismo haveria uma expropriação cada vez mais profunda, digamos, na fonte, do valor trabalho? O sujeito só tem valor se for consumidor. Não se tem mais valor por ser trabalhador. E o sujeito enquanto consumidor tende a ser um sujeito-*fake*, tende à submissão absoluta, dependente de um mercado de trabalho que vai submetê-lo até o avesso para pagar o cartão de crédito e ao patrão ou ao gerente para lhe dar um lugar de trabalho também *fake*²⁹. Os efeitos psicopatológicos que conseguimos identificar são: o *burnout* (exaustão e perda de sentido pelo e no trabalho) a depressão (perda da capacidade de trabalhar), a impossibilidade de fazer luto (a melancolia) e o colapso de Si (os suicídios). O que tudo isso significa?

O ano de 2020 chegou. E com ele se somam aos dias vividos com incapacidade por depressão prometidos pela OMS desde 2001, os dias vividos em isolamento social pela pandemia de COVID-19 causada pelo

²⁸ Ricardo Antunes, *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez, 16.^a ed., 2015).

²⁹ O filme de Ken Loach, *Sorry We Missed You (Você não estava aqui)*, Brasil, 2020) retrata esta realidade de forma absolutamente dramática e exemplar.

novo coronavírus (SARS-CoV2), da China ao Japão, passando antes por todo o resto do mundo, toda a Ásia, Austrália, Itália, Alemanha, França, Espanha e Portugal, Inglaterra, Equador, Brasil e atingindo em cheio o coração do Império Americano do Norte. Somam-se também mais todas as mortes que já ocorreram e que ocorrerão em breve sempre em progressão geométrica até atingir o pico ou o platô. Mais todo o luto possível, a depressão impossível de debelar, o estresse agudo e crônico, o desespero e o colapso dos corpos e das almas países afora atualizados dia a dia no mapa do Google ou da Johns Hopkins University.

Sabemos que o coronavírus atinge todas as classes sociais mas se sabe também que já mata mais que em dobro os mais pobres; não escolhe cor mas mata mais afro-descendentes e hispânicos que caucasianos; já mata mais os mais vulneráveis através de qualquer parâmetro; parece que atinge e mata mais as mulheres. Por isso, a pergunta «a bolsa ou a vida?», continua sendo a do ladrão. Se se cede a vida pela bolsa, se fica com a morte. Uma projeção também já colocada é que a pandemia do COVID-19 jogará meio bilhão de pessoas para baixo da linha da pobreza no mundo. Esse efeito da pandemia joga países inteiros e bolsões de desvalidos na miséria absoluta com sepulturas em valas comuns ou a céu aberto em pleno século XXI.

Podemos dizer que essa aceleração da morte pela miséria da vida vinha sendo fermentada pelos quarenta anos de pregação e implantação de políticas econômicas neoliberais em todos os continentes e muitas ilhas mundo afora. Mas a nova pandemia do século XXI acelera o processo em progressão exponencial. Expõe dia a dia os posicionamentos éticos ou antiéticos de governos e instituições, as políticas de Estado protetoras ou não dos trabalhadores, incluindo na linha de frente os trabalhadores da saúde por um lado e do outro aqueles que têm seus lugares de trabalho mais ameaçados ainda pelo desemprego, pela recessão, e as medidas econômicas que podem verdadeiramente dignificar a vida humana enquanto bem comum ou que se mostram realmente anti-humanas.

A pandemia atual expõe em tempo real o funcionamento viral do capitalismo nos tempos atuais. A metáfora não é nova. É usada

amplamente no documentário de Silvio Tendler «Dedo na Ferida»³⁰, por exemplo.

Um vírus é definido pela sua incapacidade de reprodução fora de uma célula (vida) alheia que lhe seja hospedeira. Reprodução viral essa que redundando na morte da estrutura que concedeu ao vírus meios para replicar sua cápsula e seu precário material genético. A célula hospedeira é submetida à reprodução do vírus, explodindo em seguida repleta de cópias em série infindável de novos vírus que invadem as células à volta, repetindo à exaustão o ciclo até que os sistemas de defesa dos organismos invadidos consigam desenvolver artilharia imunológica de contenção à disseminação viral. Se um vírus não tem propriamente vida também não tem propriamente morte.

A definição de parasita cabe mal aos vírus pois não há uma convivência entre o vírus em atividade e o seu hospedeiro. O vírus só convive com a célula quando em latência. E a única atividade do vírus é a sua reprodução. O vírus só se reproduz quando pode. Não se alimenta. Não respira. Não troca com o meio externo. O vírus invade, coopta o material genético do corpo invadido e se reproduz em série sem limite até o colapso da estrutura que lhe deu condições de reprodução, redundando sempre em mais invasões, cooptações e implosões. A metáfora da reprodução viral com a acefalia do capital é quase metonímia.

Afinal, parece que pensar sobre o que e como se faz alguma coisa continua sendo o que diferencia a melhor das abelhas do pior dos arquitetos, tragicamente para o bem e para o mal. E um vírus está muito longe da pior das abelhas. Um vírus não constitui comunidade, uma colmeia, um formigueiro, por exemplo.

³⁰ Silvio Tendler, *Dedo na Ferida* (Documentário), Brasil, 2018. “‘Dedo na Ferida’ trata do fim do estado de bem-estar social e da interrupção dos sonhos de uma vida melhor para todos em um cenário onde a lógica homicida do capital financeiro inviabiliza qualquer alternativa de justiça social. Milhões de pessoas peregrinam em busca de melhores condições de vida enquanto a perversão do capital só aspira a concentração da riqueza em poucas mãos. Neste cenário de tensões sociais, artistas e intelectuais lutam para transformar o mundo levantando temas como o fim dos direitos sociais, o desemprego, o mercado e o consumo. A arte se converte em ferramenta de mudança social provocando discussões que não interessam aos 1% mais ricos”, segundo a própria produção do documentário. São entrevistados Yanis Varoufakis, Costa-Gavras, David Harvey, Boaventura de Sousa Santos, Celso Amorim, Paulo Nogueira Batista Junior, Ladislau Dowbor, Raquel Rolnik, Maria José Fariñas Dulce, Luís Nassif, Guilherme Mello e Laura Barbosa de Carvalho dentre alguns outros.

Se o armistício da Primeira Guerra Mundial legou ao mundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1919), se o fim da Segunda Guerra Mundial nos legou a Organização das Nações Unidas (ONU, 1947) e suas subvencionadas, Organização Mundial da Saúde (OMS), Unesco etc., será que a pandemia do vírus SARS-Cov2 (COVID-19) vai nos legar uma verdadeira Saúde dos Trabalhadores?

Mais do que nunca nos cabe tratar do TRABALHO, no duplo sentido da palavra, como tema e como cuidado, tratar *dos trabalhos da vida da gente*. Há que se tratar do trabalho imemorial, como lei não-escrita, fundante do propriamente humano? Voltar a Hesíodo e a *Os Trabalhos e os Dias*³¹?

³¹ Hesíodo, SÉC. VII A.C., *Os Trabalhos e os Dias* (São Paulo: Iluminuras, 2019. Tradução, Introdução e Comentários, Mary de Camargo Neves Lafer).

CAPÍTULO 21

DOENÇA CARDIO-VASCULAR NO SÉCULO XXI

Ana Aleixo¹

¹ Chefe de Serviço de Cardiologia (aposentada). Professora Associada com Agregação na área da Medicina/Cardiologia da Universidade Nova de Lisboa (aposentada). E-mail: profana@netcabo.pt

Resumo

As doenças cardiovasculares apresentaram um aumento da esperança de vida no fim do século XX, aumento este que não se verificou durante o século XXI apesar do aumento de tecnologias com fins terapêuticos e na área do medicamento. Verificaram-se redução dos anos de vida, morte súbita, morbidade e acidentes vasculares cerebrais.

Nas últimas décadas do século XX o desenvolvimento de tecnologias de diagnóstico e de terapêutica (médicas e cirúrgicas) na área da cardiologia aumentaram a esperança de vida nos países ocidentais, reduzindo os eventos cardiovasculares e transformando a doença cardiovascular numa *patologia crónica não transmissível*. Portugal e os países da orla mediterrânica apresentavam os valores mais baixos de incidência de doença cardiovascular por oposição aos países do norte da Europa, apesar de tecnologicamente serem menos desenvolvidos que esses países. Esta incidência esteve sempre relacionada e descrita na literatura com a ligação à alimentação, a chamada dieta mediterrânica. Contudo, englobando todos os países europeus, a doença cardiovascular mantém-se como a maior causa de morte e morbidade em pleno século XXI.

Na viragem do século, e não obstante o contínuo desenvolvimento de ciência médica, as doenças cardiovasculares continuaram a manter-se com valores importantes de perda de anos de vida, morte súbita, morbidade e acidentes vasculares cerebrais. Estes factos passaram a ocorrer não só no Ocidente como nos países em via de desenvolvimento atingindo um impacto global.

Logo após a Grande Guerra, e através do estudo Framingham, detetaram-se os fatores mais importantes considerados até hoje como de risco, para doença cardiovascular: hipertensão arterial, dislipidemia, hábitos tabágicos, história familiar e excesso ponderal. Toda a atenção médica foi colocada no controlo destes factores. Estudos recentes no final do século XX e início deste século chamaram a atenção para outros fatores que podiam, ao interferir no processo patológico, manter a mortalidade não só aos mesmos níveis como a nível global. Esses fatores passaram a ser estudados com a finalidade de entender como podiam afetar o desenvolvimento da doença cardiovascular, especialmente a

doença das artérias coronárias. Esses fatores estudados e considerados mais importantes foram a idade, *status* socioeconómico, etnicidade.

Em estudos randomizados «The WhiteHall II Cohort Study», realizado no SNS Britânico em populações (homens e mulheres) sem doença cardíaca prévia, os autores verificaram que a ansiedade psicológica e problemas sociais quando associados aos fatores de risco já conhecidos e quando a sua exposição era persistente, verificava-se o desenvolvimento da doença cardiovascular com todos os seus riscos inerentes (morte súbita, enfarto do miocárdio, acidente vascular cerebral)².

Os estudos pioneiros de Marmot em 1980 e atualmente, avaliando Civil Servants em Inglaterra, chamam a atenção para a «situação económica e social» como fator de risco de doença cardiovascular e para a evidência de que as desigualdades em saúde estão a aumentar e a esperança de vida (que aumentou no fim do século passado) estancou nas primeiras décadas do atual século.

Em estudos recentes e considerando fatores como a genética e estilos de vida, importantes para explicarem as diferenças entre grupos de risco, a atenção tem sido focada em biomarcadores que em associação com a «situação económica e social» pudessem contribuir para explicar a influência direta na doença cardiovascular³.

Estes fatores foram identificados com: salários baixos, insegurança social em relação à estabilidade no trabalho, horários excessivos e trabalho noturno. A sua permanência durante mais de cinco anos, associada aos fatores clássicos já conhecidos, provocariam uma indução permanente da *amygdala*, região do cérebro envolvido no julgamento do grau de medo induzido por estímulo externo. A ativação desta área cerebral está relacionada com uma atividade metabólica medular aumentada. Baseados nesta evidência, os autores sugerem que esta conexão mediada pelo sistema nervoso simpático em condições de sentimento de «perigo» pode causar a produção de células que agredem

² “Unfavorable and favorable changes in modifiable risk factors and incidence of coronary artery disease. The WhiteHall Cohort Study.”. *International Journal of Cardiology*, Oct 15, 2018, vol 269, pag 7-12.

³ “Stress-Associates Neurobiological pathway linking socioeconomic disparities to Cardiovascular Disease”. *J. Am. Coll of Cardiology* 2019; vol 73: 3243-3255; «Mechanist Understanding of socioeconomic disparities of cardiovascular disease.». *J. Am. Coll of Cardiology*, vol 73, issue 25, July 2019, pag. 3256-3258.

a medula óssea. Este stresse pode produzir agentes pró-inflamatórios que migram para artérias produzindo lesões ateroscleróticas nas suas paredes e de contínua inflamação no espaço de tempo em que estas decorrerem. Este processo agrava a doença aterosclerótica com aumento de risco de morte súbita, acidente vascular cerebral, doença arterial periférica, enfarto do miocárdio e insuficiência cardíaca.

A interferência na produção de células na medula óssea reduzem o grau de imunidade perante outras patologias.

Estes fatores, interagindo com os fatores clássicos e intercetando com processos biológicos que podem ser a origem deste comportamento da doença cardiovascular e suas consequências, levantam inúmeras questões sociais, socioeconómicas ligadas ao mundo do trabalho, aos baixos salários, deficiente alimentação, falta de cuidados de saúde e condições sociais de vida muito limitadas⁴.

Cerca de 10 a 20% da força de trabalho nos países industrializados é feita através de trabalho por turnos que incluem trabalho noturno. Este trabalho está hoje claramente associado à descoordenação dos ritmos circadianos com alterações no sono e no comportamento que incluem principalmente os hábitos alimentares que predispõem à obesidade e alterações metabólicas.

As neuro hormonas desreguladas são fundamentalmente a grelina, leptina e a xenina (que é libertada no intestino delgado). Quando se comparam indivíduos que trabalham em turnos noturnos com os que trabalham em turnos diurnos verificam-se alterações do comportamento alimentar e alterações no sono que não só aumentam a adiposidade como outras alterações metabólicas. Estas alterações originam resistência á insulina com desenvolvimento de diabetes, hipertensão arterial, dislipidémia e doença isquémica tanto coronária como cerebral⁵.

Em indivíduos saudáveis, a pressão arterial varia de acordo com o ritmo circadiano, aumentando durante o dia e diminuindo durante a noite. Este fenómeno chamado «dip noturno» é causado por uma redução do tónus simpático, posição de deitado e corpo relaxado. Nas últimas décadas um fenómeno chamado «não-dipper» foi descrito

⁴ “Mechanist Understanding of socioeconomic disparities of cardiovascular disease.”. *J. Am. Coll of Cardiology*, vol 73, issue 25, July 2019, pag 3256-3258.

⁵ “Appetite-regulating hormones from de upper gut: disrupted control of xenin and ghrelin in night workers.”. *Clinical Endocrinology*, 2013; 79: 807-811.

quando a pressão arterial não desce durante o sono e estes indivíduos classificados de Hipertensos »não-dipper« e como Hipertensão Noturna. Esta hipertensão é difícil de diagnosticar porque só se manifesta durante o sono e à noite. O melhor método de diagnóstico que se utiliza é o sistema MAPA de tensão arterial, ao qual o doente fica ligado cerca de 16 horas que incluem as horas noturnas. Sabemos hoje que esta hipertensão noturna tem risco acrescidos de desenvolvimento de aterosclerose sobre o sistema cardiovascular.

O trabalho por turnos, que inclui períodos noturnos, altera o ritmo circadiano não só no comportamento dos valores da tensão arterial porque durante um período noturno o indivíduo não está deitado, mas também porque seguramente que está submetido a condições de stresse e cansaço. Estão descritas alterações metabólicas relacionadas com a produção e resistência de insulina que podem levar à instalação de diabetes. A hipertensão arterial com efeitos ateroscleróticos evidentes, prováveis picos hipertensivos e o desenvolvimento de diabetes em conjunto, podem, mais uma vez, ocasionar os eventos já descritos como a morte súbita, acidentes vasculares cerebrais e enfarto do miocárdio⁶.

A investigação cardiovascular tem dedicado muita atenção a estes fenómenos sociais que introduzem novos riscos. Estes novos riscos podem atuar por si ou podem ativar os riscos classicamente considerados desde o estudo Framingham. Fica assim criada uma relação causa-efeito que, em determinados grupos sociais, aumenta a predisposição à ocorrência de eventos. Este circuito de efeito acrescentado é mais evidente nas classes mais desfavorecidas, com baixos rendimentos, acesso trabalho precário e horários de trabalho superiores às oito horas. O trabalho noturno tem uma importância fundamental pelas alterações profundas que produz no ritmo circadiano, ritmo fundamental para manter a homeostase dos sistemas cardiocirculatórios e hormonais.

Estas alterações podem ser encontradas noutros grupos com condições socioeconómicas mais favoráveis e podem traduzir, da mesma forma, o aumento de possibilidade risco de aumento de eventos já citados. Contudo, estes grupos, têm outra capacidade de acesso a serviços de saúde, de mudança de estilo de vida, horas e tipo de trabalho.

⁶ "Intermittent Fasting, Insufficient Sleep and Circadian Rhythm. Interaction and effects on the Cardiometabolic System." *Current Sleep Medical Reports*, July 2018 on line <http://doi.org/10.1007/S40675-018-0124-5>.

As comunidades médicas e de investigação cardiovascular assumem, não só pela quantidade e atualidade como pela qualidade de revistas científicas onde estes artigos de investigação são publicados, que está criado um problema com bases científicas cada vez mais evidentes. Chama a atenção para as situações de risco para a saúde de quem trabalha com consequências que podem afetar a sua vida, a continuidade da sua saúde, as restrições na incapacidade temporária ou permanente. Esta responsabilidade requer da parte dos empregadores medidas mais equilibradoras e protetoras na saúde e nos horários de trabalhadores que naturalmente podem afetar o lucro desejado, mas que podem pôr em risco a vida e a saúde de quem trabalha e do público em geral, tendo em conta profissões consideradas de «risco» como bombeiros, médicos, enfermeiros, pessoal de voo, motoristas de pesados, etc. Algumas destas profissões, pelo seu teor, exigem trabalho noturno, mas outras não exigem, exceto na visão do empregador⁷.

A sociedade em que vivemos não pode continuar a utilizar a força de trabalho de forma incauta e com grande risco para quem trabalha e para o público em geral. É fundamental e urgente a reestruturação da organização do trabalho, a sua legislação, a formação adequada para a prevenção dos riscos, o respeito pelos horários de trabalho. A discussão do horário laboral noturno, tem de ser objeto de regulação e desafio político pelos altíssimos riscos que apresenta⁸.

⁷ “An Introduction to Occupational Cardiology: Cardiovascular assesment of air crew and other high-hazard employes.”. *European Heart Journal*, vol 40, issue 29, 2019,2389-2392.

⁸ “Burnout in health care: The case for organizational change.”. *BMJ* 2019; 366: 14774. Doi: 10.1136/bmj.14774; “The Art of Medicine. Punitive social policy: un upstream determinant of health.”. *The Lancet*, Vol 394, August 3, 2019.

CAPÍTULO 22

NAS DOBRAS DA EFICIÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A SAÚDE DE DOCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Laiany Lara Emiliano¹ e Maria de Fátima Ferreira Queiróz²

¹ Universidade Federal de São Paulo, Bacharel em Serviço Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais-Brasil. E-mail: laianylara2@hotmail.com

² Profa. Dra. da Universidade Federal de São Paulo Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Brasil. E-mail: fatima.queiroz@unifesp.br

Resumo

O objetivo é analisar a relação da organização do trabalho docente e o processo de saúde/adoecimento destes em uma universidade pública. Trata-se de estudo com abordagem quantitativa pautado em questionários sobre organização do trabalho, fadiga, distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho. Foram entrevistados 67 docentes de cursos diversos, 21 homens e 46 mulheres, com predominância de idade entre 44 e 69 anos (62,3%) e 62,7% sentem-se fatigados/as. Os resultados apresentam uma associação estatisticamente significativa entre fadiga e as variáveis da organização do trabalho como as constantes interrupções nas tarefas (χ^2 5,51; $p=0,01$); o trabalho fragmentado (χ^2 7,82; $p=0,00$); o ritmo acelerado de trabalho (χ^2 4,20; $p=0,04$) e a excessiva burocracia (χ^2 7,10; $p=0,00$). Os desdobramentos da eficiência evidenciada, e a intensificação do trabalho, são fatores que podem determinar o adoecimento dos docentes.

Palavras-chave

Trabalho docente, saúde do trabalhador, educação pública.

INTRODUÇÃO

As literaturas que abordam a temática das políticas públicas de educação superior no Brasil, no contexto latino-americano, vêm se pautando sob tensões específicas de coalizão de forças sociais próprias das metamorfoses do sistema capitalista. Com todo esforço as extensões dos problemas teóricos e empíricos das pesquisas realizadas apontam para as mais diversas particularidades evidenciadas no plano da educação superior pública dentre elas o adoecimento docente. Todavia, o espectro financiador das relações de produção capitalista vem subsidiando as bases das diretrizes das políticas públicas de educação superior no país há, sobretudo, um movimento instantâneo incubando-se nas dobras da eficiência sob uma lógica dominante operante na qual

comercializam-se novas exigências ao corpo acadêmico³, e não só ao corpo acadêmico, mas também produz *em si* um «novo» *modus operandi* de ser, organizar e trabalhar agenciadas pelo capital que não só penetra nas esferas as mais infinitesimais da existência, mas também mobiliza, as põe para trabalhar, ele as explora e amplia, produzindo uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados⁴.

As interferências promovidas por reajustes das políticas neoliberais às reformas de educação superior no Brasil em síntese possuíram traços centrais bem como o aprofundamento da diluição das fronteiras entre público e privado; a concentração institucional e a financeirização e a internacionalização da educação superior. Esses pontos centrais são permeados por uma dinâmica ditada por grandes corporações de ensino, cujos acionistas auferem vultosos lucros, mas não dispensam o apelo ao fundo público de forma direta ou indireta⁵.

Nesse sentido, nota-se que as políticas públicas de ensino superior na quase totalidade dos países latino-americanos estão a adotar um modelo, também chamado «anglo-saxônico», que a configura não mais como uma instituição social, em moldes clássicos, mas como uma organização social neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial competitiva⁶.

Assim, o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal estabelece mudanças em seu dispositivo regulador produzindo por sua vez impactos nas dinâmicas e conformações da organização de trabalho frente aos ramos de serviços relacionados à educação. O neoliberalismo é antes de tudo um discurso atribuído a um conjunto de regras práticas de ação ou recomendação particularmente referidas a governos de

³ Este mesmo corpo pode ser compreendido como uma partícula do corpo do “Brasil rústico” estruturado nas microempresas de subsistência. Para maiores detalhes consultar Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

⁴ Peter Pál. Pelbart, “Poder sobre a vida, potência da vida”. *Revista Lugar Comum*, 17, (2002): 34-35.

⁵ Deise Mancebo; Andréa Araújo do Vale e Tânia Barbosa Martins, “Políticas de expansão da educação superior no Brasil, 1995-2010”. *Revista de Educação*, 20 (60) (jan-mar 2015): 38.

⁶ Mancebo citado por: Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima e Dario de Oliveira Lima-Filho, “Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a”. *Ciências & Cognição*, 14(3) (2009): 63-82.

Estado e das suas políticas⁷. E que também impõe a cada um de nós um universo de competição generalizada, íntima aos assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordenando por assim dizer, as relações sociais segundo um modelo de mercado, que obriga a justificar as desigualdades cada vez mais profundas mudando o indivíduo que é convidado a conceber a si mesmo e comportar-se como uma empresa.

Sob as células do neoliberalismo, Deleuze pontua que desde a Segunda Guerra Mundial podemos demarcar aspectos desse novo modelo⁸ de organização. Dentre as demasiadas particularidades tanto econômicas quanto sociais advindas dos impactos da Segunda Guerra Mundial, encontramos-nos em uma crise generalizada da qual influi diretamente nos modelos de organizações e no interior das instituições como as universidades públicas⁹.

Desta relação ainda se destaca algumas características de operação desse modelo, bem como, o intenso fluxo de produção e trabalho, neste novo formato nunca se termina nada, há sempre uma extensão, uma continuidade de atividades infindas à mercê da produção de serviços. Os indivíduos tornaram-se massas, mercados e cifras de bancos, promovendo infindas categorias ao empreendedorismo de si. As máquinas passam a evocar não apenas um «avanço» tecnológico, mas uma contribuição à mutação do capitalismo, trazendo nas entranhas de seus dispositivos (computadores e celulares) uma ruptura das fronteiras onde trabalha-se o tempo todo.

Das derivadas representações da vida em sociedade na qual azeitase as relações produzidas pelo capitalismo contemporâneo¹⁰ destaca-se nesse estudo as particularidades da conjuntura de educação pública brasileira frente aos desdobramentos da eficiência em um cenário

⁷ Sonia Draibe, “As políticas sociais e o neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas”. *Revista USP*, (17) (1993).

⁸ O autor (Deleuze) nomeia esse período como o marco da transição da sociedade disciplinar à sociedade de controle.

⁹ Gilles Deleuze, *Conversações* (São Paulo: Editora 34, 1992. Tradução Peter Pál Pelbart).

¹⁰ Para melhor compreender as relações no sistema capitalista contemporâneo consultar: Mauro Iasi, “Organização e ação de classe: forma e conteúdo da consciência de classe”, in *Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital*, ed. Edivânia Ângela de Souza e Maria Liduína de Oliveira e Silva (São Paulo: Cortez Editora, 2019), 85.

teórico e empírico sobre as condições de trabalho de docentes das universidades públicas no Brasil.

1. DISSECANDO A EFICIÊNCIA: A CONDIÇÃO DE TRABALHO DE DOCENTES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Circunscrito nas exigências do cumprimento de metas de publicação, competitividade, solidão, dualismo entre prazer e sofrimento, fadiga dentre outros fatores acarretados pela eficiência produtiva, o trabalho docente estreita-se sob uma categoria teórica denominada capitalismo acadêmico¹¹. As recentes pesquisas apontam para um aumento no quadro de adoecimento de professores/as das universidades públicas no Brasil.

Para melhor compreender o aumento do quadro de adoecimento de professores/as nas universidades públicas brasileiras, simbioticamente, faz-se necessário compreender em que medida as políticas de educação superior no país vêm sendo fomentadas por reajustes neoliberais promovendo um impacto na condição de trabalho e de vida dos/as trabalhadores/as¹². Essas mudanças são, sobretudo, o ponto nevrálgico da eficiência na qual vem promovendo um modelo particular no processo de trabalho e de gestão na educação pública imbuído nas condições de trabalho, no *status* social e no valor que a sociedade destina à própria educação pública¹³. Não obstante esse novo modelo de produção é compreendido como uma máquina de formar professores às mesmas condições de trabalhadores fabris. Desde a década de 1960 as instituições de educação no país passam a tomar para si a função social de produzir força de trabalho em massa¹⁴.

¹¹ Para melhor compreender esse conceito consultar José Roberto de Lalla Júnior, “Desafios, dificuldades e incertezas no trabalho do professor universitário: Estudo de caso em uma universidade pública no interior do Estado de São Paulo” (Mestrado. Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2019), 130.

¹² Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima e Dario de Oliveira Lima-Filho, “Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a”. *Ciências & Cognição*, 14(3) (2009): 63.

¹³ Idem, p.63

¹⁴ Idem, p.63

Nesse cenário as recentes pesquisas trazem em comum o trabalho docente associado aos processos de precarização, incluindo a precarização das condições de trabalho, e os impactos à saúde dos/as trabalhadores/as. As transformações na organização do trabalho nas universidades têm afetado os docentes no nível de sua saúde e estabelecido uma condição de vulnerabilidade diante das exigências de produção de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho docente não ficou incólume às transformações ocorridas no mundo do trabalho, pois a precarização das condições de trabalho e saúde afetaram social e psiquicamente esses trabalhadores. A queixa central dos docentes em uma universidade pública estadual refere-se a soma de todas as atividades que geram, ao fim, sobrecarga de trabalho e estes estão sofrendo com o excesso de atividades acadêmicas.^{15, 16}

Diante deste contexto, buscou-se conhecer a realidade do trabalho docente na Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista no período de 2017 a 2018 com o objetivo de identificar aspectos da organização do trabalho e a implicação na configuração de experiências de saúde e adoecimento.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenho da pesquisa se pautou em método que viabilizou a produção de conhecimento utilizando um estudo epidemiológico de corte transversal com base em abordagem quantitativa tendo como população em estudo os/as docentes da universidade pública¹⁷.

Na amostra selecionada foram aplicados questionários sobre fadiga, organização do trabalho e distúrbios musculoesqueléticos

¹⁵Ana Paula Santos Arbex; Kátia Reis Souza e André Luis Oliveira Mendonça, “Trabalho Docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23 (1) (2013).

¹⁶Aurélia Magalhães de Oliveira, “*Atribuições dos professores-pesquisadores na universidade Federal de Goiás/regional Jataí: Trabalho docente ou doente?*” (Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018), 111.

¹⁷ Trata-se de parte da Pesquisa “Trabalho e Precarização: A Saúde do (a) Professor (a) em uma Universidade Pública/Brasil.” PIBIC-2016/2018-Unifesp-CNPq com abordagem quantitativa e qualitativa. Neste artigo é apresentada a etapa quantitativa da pesquisa.

relacionados ao trabalho. Para a investigação sobre a fadiga foi usada a Escala de Fadiga de Chalder¹⁸ usada em estudos sobre a temática^{19, 20, 21}. O questionário se propõe a medir o que os autores denominam de fadiga profunda e fadiga crônica, sendo a fadiga profunda um estado mais transitório de fadiga do que a crônica profunda. O questionário sobre a Organização do Trabalho, foi elaborado a partir da vivência de docentes na execução de seu trabalho real através de conversa com estes docentes que apontaram os aspectos relevantes da organização do trabalho a serem contemplados. A elaboração do questionário teve como base o inventário de McAtamney e Corlett²², a pesquisa sobre Condições e Organização do Trabalho do Setor de Ergonomia da Fundacentro, (adaptado por Leda Leal Ferreira) e do Texto para Discussão «As pesquisas Francesas sobre Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho: dos Métodos aos Resultados»²³. Para detecção dos distúrbios musculoesqueléticos, autorreferidos, utilizou-se o Questionário Nórdico de Sintomas Musculoesqueléticos (QNSO), que inclui detecção de dor lombar, validado²⁴ com base na versão original do Questionário Nórdico Musculoesquelético – QNM.²⁵

A análise dos dados coletados foi desenvolvida, utilizando o software estatístico (SPSS), através do Qui-Quadrado (χ^2) considerando valores significativos cujo valor p foi menor que 0,05.

¹⁸ Chalder Trudie et al, “Development of a Fatigue Scale”. *J Psychosom Res*, 37(2) (1993).

¹⁹ Simon Wessely; Hopof. Matthew e Michael Sharpe, *Chronic Fatigue and its Syndromes* (Oxford: Oxford Univerity Press).

²⁰ Maria de Fátima Ferreira Queiróz, “*Compreendendo o Conceito de fadiga: Estudo de caso dos trabalhadores em uma Indústria Gráfica*”. (Doutorado. Universidade de São Paulo, 2003), 161.

²¹ Maria de Fátima Marinho Souza et. al., “Chronic Fatigue Among Bank Workers in Brazil”. *Occup Med*, 52(4) (2002).

²² Lynn McAtamey Nigel Corlett, *Reducing the Risks of Work Related Upper Limb Disorders – a Guide and Methods* (England: Institute for occupational Ergonomics, University of Nothingham, 1992).

²³ Serge Volkoff, “*As pesquisas francesas sobre as condições de trabalho e a organização do trabalho: dos métodos aos resultados*” (Textos para Discussão- IPEA, 1992).

²⁴ Fernanda Amaral Pinheiro et. al., “Validação do questionário nórdico de sintomas musculoesqueléticos como medida de morbidade”. *Revista de Saúde Pública*, 36, (2002).

²⁵ Ilkka Kuorinka e. al., "Standardised Nordic Questionnaires for analyses of musculoskeletal symptoms". *Applied Ergonomics*, 18, (1987).

Foram aplicados 67 questionários representando uma amostra de 32,2% do total de 208 docentes existente no campus (de acordo com os dados institucionais). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo, sob o número CAAE 2.6685717.2.0000.5505, todos/as os/as docentes que concederam as entrevistas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Dentre os docentes entrevistados 31,3% eram homens e 68,7% mulheres. A idade variou entre 34 e 69 anos com predomínio na faixa etária de 45 a 69 anos com um percentual de 62,3%. A raça declarada pelos docentes apontou que 79,1% eram brancos, 6,0% negros e 14,9% de outras raças. A questão que aborda raça dos docentes indica a predominância de brancos apontando a dificuldade de acesso da população negra ao cargo de docente de uma universidade pública. Em relação ao estado civil 62,1% são casados, inclui-se neste item a união estável, e 56,1% tem dependentes. Quanto a moradia predominou a casa própria em 77,3% das respostas. Na formação docente 40,9% dos docentes realizou a formação em pós-doutoramento. Ressalta-se que na universidade pública em pesquisa o grau de formação de doutorado é exigido para ingresso por concurso público.

3. O DOCENTE E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

De acordo com o modelo pedagógico implantado na universidade (campus baixada santista), em pesquisa, todos os docentes devem atuar na graduação, extensão e pesquisa, cumprindo assim com o tripé do ensino. Neste contexto os docentes desenvolvem paralelamente várias atividades conforme apresentado no Quadro 1.

Atividade	Sim (n.º; %)	Não (n.º; %)
Aula na graduação	67 (100%)	---
Aula na pós-graduação	46 (68,7%)	21 (31,3%)
Atividade de extensão	56 (83,6%)	11 (16,4%)
Coordenação de monitoria na graduação	0 (44,8%)	37 (55,2%)
Atividade de pesquisa	62 (92,5%)	05 (07,5%)
Orientação de trabalho de conclusão de curso	62 (92,5%)	05 (07,5%)
Orientação de tese (mestrado/doutorado)	47 (70,1%)	20 (29,9%)
Atividade de banca (pós-graduação)	66 (98,5%)	01 (01,5%)
Atividade de gestão	52 (77,6%)	15 (22,4%)
Representação em comissões (cursos, câmaras, conselhos)	60 (89,6%)	07 (10,4%)
Atividade fora da universidade (em palestras, congressos)	47 (70,1%)	20 (29,9%)

Quadro 1. Distribuição do número e percentagem das atividades docentes da universidade de pesquisa, Santos, 2017.

Os entrevistados referem ainda outras atividades como pareceristas de artigos, aulas em cursos de especializações, editoria científica de revistas, participação em conselhos e direção de associações e órgãos de classe, participação em programas de educação pelo trabalho e para a saúde (PET), dentre outras. As atividades se somam em um complexo quadro de múltiplas exigências que demandam horas de trabalho que acabam excedendo a jornada diária, que para a maioria dos concursados é de 8 horas com ou sem dedicação exclusiva. A exigência de horas de trabalho fora do âmbito da universidade, ou seja, de sua jornada, é

apontada por 73,1% dos entrevistados e relatam que trabalham mais de 8 horas por dia, incluindo trabalho em final de semana com percentual de 89,6%.

Neste universo as horas demandadas por dia para o trabalho em computador (notebook, tablet e outros), Internet, estão entre cinco horas para 36% dos docentes e de seis a dez horas para 41,8%. As referências ligadas ao uso de tecnologia digital chegam a surpreender quando se pesquisou a quantidade de *e-mails* recebidos e respondidos pelos docentes no período de um dia de trabalho. Sobre estas demandas digitais 80,6% dos docentes afirmam que a quantidade de *e-mails* que recebem varia de 10 a 50 por dia, já 10,4% consideram a quantidade de *e-mails* entre 60 e 100 por dia. Em relação aos *e-mails* foi ainda questionado se os docentes conseguem responder a todos *e-mails* recebidos no dia (ou apagá-los no caso de spam) e as respostas positivas foram de 16,4% dos docentes. Mesmo que apenas 16,4% dos docentes conseguem responder aos e-mails no dia, de certa maneira todos os docentes utilizam tempo do trabalho com leitura dos *e-mails* recebidos, ou seja, realizam a atividade diante de um computador.

As questões referentes aos aspectos organizacionais procuram compreender como o docente percebe a organização do trabalho a que está submetido e o quanto esta organização lhe afeta. A organização do trabalho diz respeito a questões em como o trabalho é planejado, estruturado, hierarquizado, realizado, avaliado e apresenta-se como uma prerrogativa dos gestores submetidos à ordem do capitalista neoliberal. De acordo com Dejours²⁶ é a divisão de tarefas e a divisão de homens e atinge dois pontos: o conteúdo das tarefas e as relações humanas. A organização do trabalho é o regente da ação do capital, pois confere forma aos movimentos e caminhos da produção/produktividade e do lucro ao implementar as regras/linhas de como fazer o trabalho, como saber do trabalho, qual o nível de saber «permitido» aos trabalhadores, como punir o trabalhador quando este não se comporta dentro dos padrões de interesse da empresa, como controlar a produção e o trabalhador que produz, como e quando premiar o trabalhador e com que interesse esse prêmio acontece. Entende-se, portanto, que a organização

²⁶ Cristophe Dejours, “Por um novo conceito de saúde”. *Rev. Bras. Saúde Ocupacional*, 54 (14) (abril, maio, junho, 1986).

do trabalho é um « pilar » que garante a exploração da força de trabalho e a (re)produção do capital.²⁷

Os docentes em investigação responderam às questões referentes a temática organização do trabalho, apresentada no Quadro 2.

Aspectos da Organização do Trabalho	Sim (%)	Não (%)
Considera que o nº de docentes existente hoje no campus está dentro do necessário para realizar as atividades propostas no modelo pedagógico?	11,9%	88,1%
O número de docentes é suficiente para a execução do trabalho?	16,4%	82,1%
Acha que há conflitos entre os docentes do campus?	95,5%	4,5%
Existem conflitos na relação entre a direção do campus e os docentes?	62,7%	35,8%
Considera que tempo de trabalho é suficiente para execução da tarefa?	26,6%	73,1%
Trabalha mais de 8 horas por dia?	85,1%	14,9%
Trabalha aos finais de semana?	89,6%	10,4%
Vive frequentemente situações de tensão no trabalho?	79,1%	20,9%
Consegue realizar uma tarefa e completá-la sem ser interrompido?	11,9%	88,1%
Considera que seu trabalho é fragmentado?	89,6%	10,4%
Considera que seu trabalho é realizado em ritmo acelerado?	92,5%	7,5%

²⁷ Maria de Fátima Ferreira Queiróz; Ricardo Lara e António Mariano, “Organização do trabalho e saúde do trabalhador em perspectiva comparada: portos de Santos e Lisboa”, in: *As metamorfoses do trabalho portuário: Mudanças em contextos de modernização* (São Paulo: Editora Sociologia e Política-FESPSP, 2019. Editado por Maria de Fátima Ferreira Queiróz e Carla Regina Motta Alonso Diéguez), 67.

Sente-se seguro no trabalho (sem riscos à sua saúde)?	37,3%	61,2%
Há material e recurso suficiente para realização do seu trabalho?	11,9%	88,1%
Considera satisfatória a infraestrutura da universidade para a realização do seu trabalho?	10,4%	89,6%
Considera que existem processos excessivamente burocráticos na universidade?	94,0%	6,0%
Acha que a burocracia na realização ou na organização das atividades na universidade torna seu trabalho mais estressante?	88,1%	7,5%
Sente-se estressado(a) ao realizar seu trabalho na universidade?	79,1%	0,9%
Há na universidade um local adequado para descanso?	1,5%	98,5%
Considera que seu trabalho é reconhecido na totalidade (graduação, extensão e pesquisa) pela universidade?	20,9%	79,1%
Considera que seu trabalho é reconhecido na totalidade (graduação, extensão e pesquisa) por seus colegas docentes?*	26,9%	71,6%

Quadro 2. Distribuição da percentagem das respostas dos docentes referentes aos aspectos da organização do trabalho na universidade em pesquisa, Santos, 2017. *Um docente não respondeu a esta questão.

Os entrevistados reconhecem as ações da organização do trabalho sobre sua atividade docente uma vez que não consideram suficiente o número de docentes para dar conta das atividades propostas, confirmam que há conflitos entre os docentes, vivem frequentemente situações de tensão no trabalho e não conseguem realizar uma tarefa e complementá-la sem ser interrompido, e neste caso reconhecem ainda o trabalho como

fragmentado e realizado em ritmo acelerado. O conflito entre os docentes pode estar sendo gerado por condições que surgem do próprio modelo pedagógico do campus e o número de docentes para efetuar a proposta. O projeto pedagógico do *campus* propõe formação dos estudantes em eixos transversais, que perpassam os anos da graduação, em uma perspectiva de interdisciplinaridade, escuta humanizada, práticas colaborativas em saúde e principalmente amparado em concepções de saúde que rompem com o modelo biomédico e hospitalocêntrico. Esta proposição convida a participação de docentes com conceituações pautada em uma educação no campo contraideológico. Neste panorama as concepções positivistas em saúde se contrapõem ao modelo proposto e num conjunto reduzido de docentes, diante das tarefas colocadas, os conflitos emergem. Podem estar ainda a ser gerados pelo processo de competitividade colocada pela produtividade acadêmica. E se conflitos não são solucionados há um problema de ordem da organização do trabalho e chama a atenção que os docentes referem, em sua maioria, viver frequentemente tensões no trabalho.

Dentre as questões da organização do trabalho voltamos a atenção para o trabalho fragmentado, aquele trabalho a ser realizado em que o docente não consegue desenvolver com atenção e continuidade, pois é sempre requisitado para dar resposta a outras demandas que interpõem em sua tarefa. Os docentes reconhecem que as tarefas são interrompidas. Neste contexto os docentes unanimemente reconheceram ainda que o trabalho realizado apresenta exigência mental (cognição, atenção, concentração) e 9,1% consideram tratar-se de exigência mental média enquanto 90,9% indicam exigência mental alta. A conjugação de trabalho fragmentado e exigência mental pode contribuir com o adoecimento destes trabalhadores.

Em outra abordagem sobre a organização do trabalho os docentes apontam a excessiva burocracia como mais uma exigência do trabalho considerando que o excesso de burocracia torna o trabalho mais estressante. Para responder a tarefas simples o trabalho pode aumentar as exigências se considerado todos os trâmites burocráticos que se apresentam durante a execução do trabalho, burocracia esta compreendida também como um controle no trabalho. Laurell e

Noriega²⁸, em sua escrita sobre o trabalho na Sicartsa, descrevem a divisão do trabalho como um planejamento centralizado que controla e reparte o trabalho. Esta centralização do conhecimento com respeito ao conjunto do processo e de decisões fazem parte do mecanismo de controle sobre os trabalhadores, e que a centralização das decisões, junto com as linhas de comando verticais é, na realidade, o que permite à empresa exercer um controle burocrático sobre os trabalhadores e discipliná-los.

Retoma-se aqui a condição de trabalho em jornadas ampliadas, realizado nos finais de semana, trabalho fragmentado, em ritmo acelerado e indicado como gerador de estresse se configura como um trabalho que pode gerar desgaste aos docentes que o realizam e posterior adoecimento pelo trabalho. O desgaste, definido por Laurell e Noriega²⁹, refere-se a perda de capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos. À medida que o desgaste se define como a perda de capacidade potencial e/ou efetiva, ele pode ou não se expressar no que a medicina reconhece como patologia.

Soma-se à condição de trabalho apresentada a referência da maioria dos docentes de que seu trabalho não é reconhecido na totalidade (graduação, extensão e pesquisa) nem pela universidade e nem pelos seus colegas de trabalho, outro aspecto que pode restar relacionado ao produtivismo acadêmico. Importante ressaltar que a exigência demandada pelas tarefas está delimitada principalmente por um modelo produtivista e o docente só alcança evolução na carreira se atuar nas esferas do tripé ensino-pesquisa-extensão. O docente é avaliado com “notas” que os qualifica para progredir na carreira, e equivale a um aumento no ganho salarial.

²⁸Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega, *Processo de Produção e saúde: Trabalho e Desgaste Operário* (São Paulo: Editora Hucitec, 1989).

²⁹ Idem, p.110-116

4. O TRABALHO E O ADOECIMENTO DOS DOCENTES

A pesquisa centrou-se no entendimento dos docentes sobre sua saúde, ou seja, sobre seu processo de adoecimento. Conforme já referido, foram pesquisadas as condições de adoecimento por fadiga, distúrbios musculoesqueléticos e acidentes de trabalho. A análise desenvolvida é a apresentada em quadros e ainda em uma análise de associações estatísticas. As prevalências do processo de adoecimento referido pelos docentes é a apresentado no Quadro 3.

Processo de adoecimento referido	Sim (%)	Não (%)
Acidente de Trabalho	2,9%	97,1%
Doença Relacionada ao Trabalho	25,8%	74,2%
Lombalgia (dor lombar)	58,2%	40,3%*
Cervicalgia/Dor Região do Pescoço	64,2%	35,8%
Fadiga	62,7%	37,3%
Fadiga Crônica	53,7%**	42,9%

Quadro 3 – Distribuição da percentagem das respostas dos docentes referentes aos aspectos sobre adoecimento, na universidade em pesquisa, Santos, 2017. *1 não respondeu à questão; **dentre os 42 com fadiga e 4 não responderam a esta questão.

Dentre os acidentes de trabalho, três ocorreram no espaço da universidade (no tempo de docência no *campus*). Quanto a abordagem sobre incidente no trabalho este é referido por 25,4% dos entrevistados. A indicação de ocorrência de incidentes merece atenção ao local de trabalho, pois o incidente funciona como uma «ante sala» para um provável acidente. Quando a atenção a estes indicadores de condições de trabalho não é considerada pode-se contribuir com lesões aos trabalhadores durante a execução de seu trabalho. Riscos devem estar presentes no ambiente e não foram detectados. Ouvir os trabalhadores docentes em suas percepções permite compreender o trabalho e

transformá-lo em um ambiente com redução ou eliminação de riscos. As percepções de riscos no trabalho traduzem a visão dos trabalhadores aos quais se encontram expostos no decorrer de sua atividade laboral³⁰.

No contexto das doenças relacionadas foram relatadas pelos docentes a tendinite (7), estresse (7), burnout (1), calos nas cordas vocais (1), síndrome do manguito rotador (1), lesões por esforços repetitivos/distúrbios musculoesqueléticos (2), depressão (3), insônia (1), dor no ombro (1) e fibromialgia (1). Quando as respostas versam sobre os diagnósticos médicos os docentes apresentaram diabetes (1), depressão (1), estresse (5), labirintite (1), caroço nas cordas vocais (1), cervicobraquialgia (1), tendinites (7), síndrome do manguito rotador (1) e lesões por esforços repetitivos/distúrbios musculoesqueléticos (1). Observa-se que há, em alguns casos, uma diferença entre a doença referida e a doença diagnosticada por profissional médico. Essa diferença pode estar relacionada ao não registro da doença pelo docente, ou seja, não preencheu e encaminhou a Comunicação do Acidente de Trabalho³¹, ou pode estar relacionada ao não reconhecimento do adoecimento (ou acidente) pelo médico do trabalho da universidade, ou seja, negação da doença relacionada ao trabalho/acidente, gerando subnotificação. Com referência a outras doenças presentes os docentes relataram que sofrem de problemas gastrointestinais (34,3%), cardiovasculares (19,4%), auditivos (7,5%) e problemas fonoaudiológicos (13,4%).

As referências aos adoecimentos por fadiga, lombalgia/dor lombar e cervicalgia/dor região do pescoço apresentam alta prevalência para o grupo estudado. A fadiga generalizada é definida por Grandjean (1988) como uma sensação difusa acompanhada de indolência e falta de motivação para qualquer atividade, e no estado de fadiga fica a sensação

³⁰ Maria de Fátima Ferreira Queiróz e João Areosa, “Segurança e Acidentes no Trabalho Português: a Percepção dos Estivadores”, in *Segurança ocupacional em transportes: abordagens e sistemas de segurança nas áreas rodoviária, ferroviária e naval* (Porto: Editora Civeri publishing, 2018. Editado por Hêrnani Veloso Neto e João Areosa), 289.

³¹ Segundo o Instituto Nacional do Seguro Social no Brasil (INSS) “a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um documento emitido para reconhecer tanto um acidente de trabalho ou de trajeto bem como uma doença ocupacional. A empresa/instituição é obrigada a informar à Previdência Social de todos os acidentes de trabalho ocorridos, mesmo que não haja afastamento das atividades, até o primeiro dia útil ao da ocorrência”. Assim se o trabalhador não comunica o acidente a empresa, no caso da universidade, este não é considerado. O acidente de trabalho é de notificação compulsória.

subjetiva de cansaço, «sentimo-nos travados e as nossas atividades são inibidas até quase à paralisação»³². «Nós não temos motivação nem para o trabalho físico nem para o mental, sentimo-nos pesados e indolentes»³³. Para Seligmann-Silva³⁴ a fadiga, expressa por cansaço e irritabilidade, é uma manifestação do desgaste. O aparecimento de fadiga está relacionado a fatores determinantes presentes no trabalho decorrentes dos conteúdos das tarefas e englobam questões relativas a organização do trabalho³⁵. Os relatos relacionados a lombalgia/dor lombar e cervicgia/dor região do pescoço podem ter fatores determinantes associados ao trabalho realizado diante do computador, na postura sentada e com extensão de região cervical, em postura sentada com cadeiras desconfortáveis em infinitas reuniões de trabalho ou mesmo no trabalho em pé em sala de aula que podem produzir sobrecarga às regiões mencionadas.

As indicações de processo de dores e fadiga foram analisadas conjungando com os aspectos da organização do trabalho. Foram consideradas estatisticamente significativas as associações entre fadiga e o reduzido número de docentes no campus para realizar as atividades ($\chi^2 = 5,50$; $p = 0,01$), a excessiva burocracia das atividades na universidade ($\chi^2 = 7,10$; $p = 0,00$), o ritmo acelerado de trabalho ($\chi^2 = 4,20$; $p = 0,04$), o trabalho fragmentado ($\chi^2 = 7,82$; $p = 0,00$) e as constantes interrupção nas tarefas ($\chi^2 = 5,51$; $p = 0,01$). Em relação a cervicgia/dor região do pescoço as associações se referiram a tarefa interrompida ($\chi^2 = 6,64$; $p = 0,01$), ao trabalho nos finais de semana ($\chi^2 = 4,61$; $p = 0,03$), trabalho não reconhecido pela universidade na sua totalidade (graduação, extensão, pesquisa) ($\chi^2 = 10,4$; $p = 0,00$), ao ritmo acelerado de trabalho ($\chi^2 = 4,85$; $p = 0,02$) e viver frequente tensão trabalho ($\chi^2 = 10,6$; $p = 0,00$).

³² Etienne Grandjean e Karl H. Kroemer, *Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem* (São Paulo: Bookman, 2005).

³³ Idem, p.159

³⁴ Edith Seligmann-Silva, *Trabalho e Desgaste Mental: O direito de ser dono de si mesmo* (São Paulo: Editora Cortez, 2011), 279.

³⁵ Maria de Fátima Ferreira Queiróz, “Compreendendo o Conceito de fadiga: Estudo de caso dos trabalhadores em uma Indústria Gráfica” (Doutorado. Universidade de São Paulo, 2003), 161.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo apresentado torna-se evidente que as atuais condições de trabalho dos docentes têm contribuído como determinantes do adoecimento. Percebe-se que o adoecimento é decorrente das particularidades evidenciadas nos aspectos da organização do trabalho e do contexto econômico, social e político no qual ela se entrepõe. Diante das particularidades do trabalho docente destaca-se um cenário organizacional injetado sob efeitos da reorganização da produção (e da produtividade) na educação pública. Os altas prevalências de estado de fadiga, de lombalgia/dor lombar e de cervicalgia/dor região do pescoço merecem atenção do coletivo de docentes e das universidades públicas com seus modelos de organizações pautadas na produtividade «a todo custo» e aquelas que se amparam em processos burocráticos excessivos. A relação de associação da organização do trabalho com o adoecimento inclui o não reconhecimento do trabalho docente pela universidade em seu conjunto e dos colegas docentes, que pode não ter o devido tempo no trabalho, que também não reconhecem e valorizam o trabalho de outro docente. Tendo em vista os efeitos da organização do trabalho que se apresenta nesse estudo, o adoecimento docente pode ser compreendido como uma manifestação direta dos efeitos de intensificação do trabalho³⁶, que pode produzir o adoecimento mental pelo trabalho. Observa-se que a condição de trabalho dos docentes e sua relação com a intensidade de produção encontram-se atribuídas a uma quantidade excessiva de atividades, mais trabalho produzido, com uma quantidade reduzida de trabalhadores(as), ultrapassando os limites de jornada que invadem os finais de semana.

Nesse sentido, percebe-se que as condições de trabalho dos docentes sob processo de intensificação podem ser compreendidas como determinantes para implicações à sua saúde e ao processo de adoecimento, às particularidades da organização do trabalho e os seus efeitos no corpo dos trabalhadores(as) expressam a complexidade em que se encontra o mundo do trabalho de um professor/a universitário. E em resposta a essas demandas o docente se desdobra em eficiência,

³⁶ De acordo com Rosso a intensificação do trabalho atribui as atividades uma lógica em que quanto mais se trabalha, mais trabalho é produzido, no mesmo período de tempo considerado. Sadi Dal Rosso, *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea* (São Paulo, Bointempo Editorial, 2008).

como um timoneiro, e necessita estar sempre com a proa firme para singrar as fortes ondas e não naufragar diante da intensa tempestade.

CAPÍTULO 23

OUTROS SUJEITOS: TRABALHADORES E ASSOCIATIVISMO NEGRO NOS MUNDOS DO TRABALHO (BRASIL, SÉCULO XIX)

Jonatas Roque Ribeiro¹

¹ Universidade Estadual de Campinas/Universidade Nova de Lisboa. E-mail: jonatasroque4@gmail.com. O presente texto é resultado das pesquisas desenvolvidas durante minha estada como pesquisador visitante no Grupo de Investigação História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2019. Uma versão preliminar foi apresentada na mesa redonda “Trabalhadores negros, ativismo e pensamento afro-brasileiro”, no II Congresso da Associação de Brazilianistas na Europa, realizado em Paris, em setembro de 2019. Agradeço aos comentários e sugestões feitos ao texto naquela ocasião. O artigo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Resumo

A história social do trabalho produzida no Brasil tem passado por importantes transformações nos últimos anos. Uma das promessas dessa renovação historiográfica é a inclusão dos trabalhadores negros na história social do trabalho. Trata-se de uma questão que vem sendo enfatizada por diversos autores nos últimos anos e alguns têm ido além da mera defesa dessa concepção, denunciando e chamando a atenção, justamente, para como os trabalhadores negros – principalmente durante a vigência da escravidão – continuam excluídos da história do trabalho. Deste modo, o objetivo dessa comunicação é relacionar a experiência dos trabalhadores negros (escravizados, libertos e livres) com a dos trabalhadores ditos «livres» durante as últimas décadas da escravidão e no pós-abolição, no contexto brasileiro, de modo a rever as interpretações tradicionais que postulam uma separação radical entre a história da escravidão e da liberdade e a história do trabalho.

Palavras-chave

História do Brasil, história do trabalho, trabalhadores negros.

A história social do trabalho e dos trabalhadores produzida no Brasil tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Caminhos, abordagens, influências, diversidade na utilização de fontes, correntes e definições teóricas distintas tem marcado esse novo (ou atualizado) campo de estudos. Houve um redimensionamento nessa produção acadêmica, marcado pela atenção às ações de sujeitos históricos específicos, pela valorização da análise dos conflitos e embates entre os diversos grupos sociais e pela investigação das complexidades internas às classes, às tradições e outros aspectos que formaram, ao longo do tempo, a cultura dos trabalhadores. Temas tradicionais da história do Brasil, como escravidão e liberdade, imigração, e formas de organização e sociabilidade dos trabalhadores, por exemplo, ganharam novos contornos e novas formas de abordagem. As pesquisas sobre os operários ou trabalhadores livres urbanos ultrapassaram os limites das análises que identificavam o tema às condições do trabalho fabril e ao desenvolvimento de sindicatos e

partidos políticos. Deixando de lado as balizas cronológicas que tradicionalmente circunscreviam a experiência operária às décadas posteriores a 1930, esses novos estudos se voltaram também para o século XIX².

Apesar dos inegáveis avanços, alguns temas ainda continuam pouco explorados nesse campo de estudos. É o caso da história dos trabalhadores negros (escravizados, libertos e livres) e das suas formas de organização nos mundos do trabalho. Desde o pioneiro ensaio da historiadora Silvia Lara, «Escravidão, cidadania e história do trabalho», publicado em 1998, até o provocativo artigo do historiador Álvaro Nascimento, «Trabalhadores negros e o paradigma da ausência», de 2016, a questão foi debatida e se denunciou a exclusão e invisibilidade dos sujeitos negros na produção historiográfica sobre os mundos do trabalho.³ Os autores apontaram os vários problemas trazidos pela ausência desses sujeitos históricos nos estudos da história social do trabalho e sugeriram alguns caminhos metodológicos para superá-los⁴.

² Sobre os balanços e panoramas da história do trabalho no Brasil ver: Ângela de Castro Gomes, “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”, *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 34 (2004): 157-186. Cláudio Batalha, “Os desafios atuais da história do trabalho”, *Anos 90*, vol. 13, n. 23/24 (2006): 87-104. Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, vol. 18, n. 1 (2006): 217-240. Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26 (2009): 15-45. Silvia Petersen, “Repensar a história do trabalho”, *Espaço Plural*, vol. 17, n. 34 (2016): 13-36. Fabiane Popinigis e Paulo Cruz Terra, “Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016)”, *Revista Estudos Históricos*, vol. 32, n. 66 (2019): 307-329.

³ Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Revista Projeto História*, n. 16 (1998): 25-38. Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, vol. 29, n. 59 (2016): 607-626.

⁴ É preciso enfatizar, entretanto, que alguns poucos estudos analisaram as complexidades políticas, econômicas, culturais, sociais, étnicas e raciais que marcaram os mundos do trabalho no século XIX e no pós-abolição a partir da experiência de trabalhadores negros. Ver entre outros: Maria Cecília Velasco e Cruz, *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República* (PhD Tese., Universidade de São Paulo, 1998). Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca* (Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008). Aldrin Castellucci, “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, *Afro-Ásia*, n. 41 (2010): 85-131. Robério Souza, *Tudo pelo trabalho livre!: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)* (Salvador: Editora da UFBA, 2011). Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2012). Robério Souza, *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)* (Campinas: Editora da

Esses artigos e seus autores caminham na fronteira, ainda sólida, entre dois campos de estudos – a história dos trabalhadores negros (estudados quase que exclusivamente no âmbito da historiografia da escravidão) e a história dos trabalhadores livres e/ou assalariados (reduzido ainda restrito da historiografia do trabalho) – temas que, timidamente, estão se aproximando e se fazendo presente nos estudos da história da escravidão e da história do trabalho. Nessa perspectiva, vários esforços têm sido feitos no sentido de derrubar o «muro de Berlim» historiográfico, expressão cunhada pelos historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, «que ainda empenha o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário»⁵.

Desde pelo menos a década de 1970, tanto a história da escravidão, como a história do trabalho passaram por grandes transformações, multiplicando seus temas e adensando suas abordagens. Essas mudanças, entre outros fatores, foram resultado da renovação do campo marxista que, sob a inspiração principalmente da produção inglesa, em especial da obra do historiador Edward P. Thompson, colocou a história dos trabalhadores em primeiro plano⁶. Nos estudos sobre a escravidão, as pesquisas se voltaram para o cotidiano, costumes, resistências, acomodações, solidariedades e experiências de vida dos escravizados. Procurou-se, insistentemente, incorporar as visões escravas da escravidão e os significados de liberdade, trabalho, família, sociedade, entre outros, para homens e mulheres escravizados⁷. A história do

UNICAMP, 2015). Beatriz Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2.º ed. (Pelotas: Ed. UFPel, 2016).

⁵ Chalhoub e Silva, “Sujeitos no imaginário acadêmico”, 15.

⁶ A principal referência aqui é sem dúvida: Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Renato Busatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). 3v.

⁷ A bibliografia aqui é vasta e variada. Entre outros conferir: Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988). João José Reis e Eduardo Silva, *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: CNPq, 1988). Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990). Maria Helena P. T. Machado, *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. 2.º ed. (São Paulo: EDUSP, 2010). Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2.º ed. (Campinas: Editora da

trabalho, por outro lado, cruzou os limites das análises que circunscreviam o tema ao trabalho fabril e à formação de sindicatos e partidos políticos. Tal historiografia passou a lidar com novos problemas e interpretações. Entre os vários «novos» temas se destacaram a cultura política dos trabalhadores, circulação de ideias, imigração, militância e formas de organização e de sociabilidade, greves e protestos, repressão, imprensa operária, cotidiano dos trabalhadores fora das fábricas e suas práticas culturais⁸.

Como desdobramento dessas questões, um conceito fechado de classe foi questionado. Na história do trabalho, esse termo foi pensado, durante muito tempo, como um bloco homogêneo que abarcava, quase que exclusivamente, a experiência de trabalhadores do sexo masculino, brancos e frequentemente de origem europeia. Porém, a ampliação dos temas ligados à história do trabalho levou também a interrogações sobre as experiências de sujeitos excluídos desse campo de estudos. Por exemplo, quando se trata dos trabalhadores pobres – mas, neste grupo, especialmente os negros –, o conceito usual de classe consegue ser oportuno? Ou seja, ele abarca a complexidade e a diversidade das experiências desses sujeitos? Tratando-se da experiência dos trabalhadores negros no campo e nas áreas rurais, então, essa limitação é ainda mais acentuada. O que falta, na verdade, são estudos mais empíricos sobre os mundos do trabalho que cubram diferentes localidades do Brasil, avançando para regiões urbanas e rurais durante a escravidão e o pós-abolição⁹. É igualmente necessário um investimento mais comprometido no diálogo entre os pesquisadores da história da

UNICAMP, 2011). Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil, século XIX*, 3.º ed. (Campinas: Editora da UNICAMP, 2013).

⁸ Para um balanço da produção e dos debates sobre a história do trabalho a partir dos anos 1970 ver a nota de rodapé 1.

⁹ Nesse sentido alguns trabalhos precursores podem oferecer elementos analíticos importantes. Consultar por exemplo: George Reid Andrews, *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Trad. Magda Lopes (Bauru: EDUSC, 1998). Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005). Elione Silva Guimarães, *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito: Juiz de Fora/MG, 1828-1928* (Juiz de Fora: Funalfa Edições; São Paulo: Annablume, 2006). Rodrigo Weimer, *Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição* (São Leopoldo: Oikos, 2008). Hebe Mattos, *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2.º ed. (Rio de Janeiro: Editora FGV; FAPERJ, 2009).

escravidão e os da história do trabalho, assim como observou o historiador Álvaro Nascimento:

Procurar entender as abordagens teóricas e metodológicas presentes em textos clássicos e recentes sobre escravidão e racismo, de um lado, e o cotidiano e lutas dos trabalhadores, de outro, passando ainda pelas relações de gênero, representa um exercício transitório para a consolidação de uma história social do trabalho vibrante, perceptível enquanto processo histórico. Ultrapassaremos, assim, a empobrecedora linearidade intercalada por cirúrgicos acontecimentos, que interrompem abruptamente os passos do homem no tempo e reforçam o ainda imponente muro de Berlim historiográfico descrito por Chalhoub e Silva.¹⁰

Ainda assim, acredito que, em relação aos trabalhadores negros, a história do trabalho tem muito mais desafios e investimentos a serem enfrentados do que a história da escravidão, apesar de reconhecer que, nos últimos anos, tornou-se necessário fazer paralelos que auxiliem na aproximação dessas duas áreas de estudos. Mais recentemente, uma vertente da história do trabalho passou a apontar que trabalhadores negros e brancos conviveram tanto nas fábricas quanto nas ruas, além de terem partilhado outros espaços, como moradia, lazer, associações de cunho beneficente, etc., mas pouco se falou de outros espaços associativos nos quais esses sujeitos estiveram presentes, na própria trajetória de militantes e trabalhadores negros, nos quesitos cor, raça e racismo nos mundos do trabalho. A própria categoria mundos do trabalho no século XIX ainda é muito vaga e pouco trabalhada por essa historiografia¹¹.

A atenção à experiência dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho oitocentista tem revigorado, por exemplo, a historiografia sobre a escravidão, principalmente no estudo de temas como a experiência de liberdade em contextos nos quais vigoraram processos constantes de

¹⁰ Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o paradigma da ausência”, 621.

¹¹ Uma exceção nessa perspectiva é o trabalho de Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania...* Ver também: Marcelo Mac Cord e Cláudio Batalha, *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2014).

escravização e reescravização, as formas e relações de trabalho (formal, informal, escravo, forçado, livre, compulsório, contratual, masculino, feminino, infantil) e quanto às maneiras de garantir e defender a difusão dessas «formas» de trabalho num contexto de expansão do trabalho dito «livre» ao longo do século XIX¹². Esse eixo de investigação – mundos do trabalho no século XIX – pode ser bastante profícuo para articular temas de investigação e problemas de pesquisa fundamentais tanto para a história da escravidão como para a história do trabalho.

A discussão acerca dos limites difusos entre escravidão e liberdade tem raízes fincadas na questão do trabalho, que persiste sendo um eixo fundamental para compreender as relações sociais estabelecidas em sociedades escravistas. No Brasil, principalmente após a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que pôs fim ao tráfico internacional de escravizados africanos, desenvolveram-se formas de trabalho precário com vistas a uma entrada do país no mundo do trabalho livre em consonância com as demandas de sistemas produtivos comprometidos com a lógica do trabalho escravo. Apesar da proliferação de contratos e de ajustes de trabalho livre e assalariado ocorrido no período, por vezes, tais relações de trabalho se aproximaram de situações servis¹³. Ou seja, as relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais senão idênticas, ao menos similares, àquelas que definiram as relações sociais na escravidão. Isto é, em muitos casos a liberdade não significou o avesso da escravidão¹⁴.

As propostas de criação de espaços para a mão de obra livre não incluíram um projeto deliberado de abandono da mão de obra escravizada. Houve nas décadas finais do XIX, em várias partes do Brasil, o aumento do emprego do trabalho escravo nas áreas de grande lavoura associada à mão de obra livre variada, arremetida sob

¹² Henrique Espada Lima, “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”, *Topoi*, vol. 6, n. 11, (2005): 289-326. Joseli Mendonça, “Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no Centro-Sul do Brasil do século XIX”, *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 64 (2012): 45-60.

¹³ Hebe Mattos, “Prefácio”, em *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*, eds. Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott, Trad. Maria Beatriz de Medina (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005), 13-38.

¹⁴ Uma referência importante aqui é: Thomas Holt, *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992).

condições muito similares às restrições da escravidão¹⁵. Além disso, o período em tela foi marcado pela prática ilegal do tráfico internacional de escravizados africanos, que acarretou a difusão do costume de reduzir à escravidão pessoas livres, originando, por consequência, uma série de artifícios senhoriais cotidianos para dar aparência de legalidade à propriedade escrava adquirida de modo ilegítimo. Quer dizer, esse cenário foi definido pela precariedade da condição jurídica e social dos libertos e livres de cor e dos perigos da reescravização¹⁶.

Esse também foi o momento em que o escravismo, ou a instituição escravista, passou a sofrer uma profunda crise de legitimidade que, ao mesmo tempo, ocasionou e foi resultado do processo de constituição e expansão de um mercado de trabalho livre, impulsionado pelas grandes potências econômicas do período, destacadamente a Inglaterra. O movimento abolicionista e o processo de abolição surgiram, igualmente, nesse movimento. Tais eventos foram responsáveis, em grande parte, pela consolidação da formação de um mercado de trabalho livre no Brasil, mas que não alterou significativamente as formas das relações de trabalho no cotidiano dos trabalhadores¹⁷.

O debate sobre o trabalhador escravo também é um ponto fundamental que vem sendo discutido tanto pela historiografia da escravidão, quanto pela historiografia do trabalho. O historiador Cláudio Batalha, afirmou ser cada vez mais «necessário incluir [na história do trabalho] trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais»¹⁸. Ainda assim, para o autor, são poucas as pesquisas que, em suas análises, avançaram no sentido de reconhecerem os escravizados como trabalhadores. Nessa perspectiva, ele questiona que, para além do princípio anunciado, «escravos e

¹⁵ Helen Osório e Regina Xavier, *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil* (São Leopoldo: Oikos, 2018). Um dos primeiros estudos a tratar desse tema para o caso brasileiro foi: Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910*, Trad. João Maia (Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da UNICAMP, 1977).

¹⁶ Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* (São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017).

¹⁷ Douglas Libby e Júnia Furtado, “Trabalho livre, trabalho escravo: perspectivas de comparação”, em *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*, eds. Douglas Libby e Júnia Furtado (São Paulo: Annablume, 2006), 11-20.

¹⁸ Cláudio Batalha, “Os desafios atuais da história do trabalho”, 89.

trabalhadores livres constituem uma única classe trabalhadora ou de fato são classes distintas, tanto em termos jurídicos (o que é óbvio), como em suas aspirações?»¹⁹.

Essa questão não constitui novidade na historiografia do trabalho. A tradicional história e sociologia do trabalho dos anos 1950 e 1960 consagrou a imagem do escravizado como não-trabalhador e sim como parte do sistema de produção, componente dos custos de fundação e manutenção da *plantation*, juntamente com os animais, as máquinas e os custos de manutenção. Apesar da intensa e criativa reavaliação desses campos de estudos, a questão do escravizado como um «não trabalhador» ainda permanece fortemente ratificada²⁰.

A história da escravidão, por sua vez, seguiu caminho contrário. As experiências de vida e autonomia dos escravizados se tornaram objetos importantes de investigação tanto quanto os significados de liberdade, escravidão, família e trabalho, construídos por esses sujeitos. Neste aspecto, a influência de historiadores como Edward P. Thompson, Eugene Genovese e Herbert Gutman foi (e tem sido) fundamental para a continuada renovação desse campo de estudos²¹. Em relação à história do trabalhador negro, as obras de Herbert Gutman – ainda pouco visitadas pela historiografia brasileira – despertam interesse tanto pela combinação de estudos sobre os trabalhadores escravizados e livres, quanto pelas contribuições inovadoras ao tema da cultura operária²².

Outro importante trabalho sobre o papel dos escravizados e da sua autonomia e agência em contextos de escravidão é «Era o escravo de

¹⁹ Cláudio Batalha, “Os desafios atuais da história do trabalho”, 92.

²⁰ Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1945), 169-170. Florestan Fernandes, *A integração do negro a sociedade de classes* (São Paulo: EDUSP, 1964, vol. 1), 38. Para um balanço da produção e dos debates sobre o tema nos anos 1950-1960 ver: Sílvia Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”...

²¹ Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa...* Eugene Genovese, *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*, Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).

²² O historiador norte-americano Herbert Gutman escreveu o clássico: *The black family in slavery and freedom: 1750-1925* (New York: Pantheon, 1976), obra importante na renovação da história do trabalho e dos trabalhadores negros nos EUA. Especialmente sobre a história do trabalho, suas principais publicações são: Herbert Gutman, *Work, culture, and society in industrializing America: essays in american working-class and social history* (New York: Vintage Books, 1977) e Herbert Gutman e Ira Berlin, *Power and culture: essays on the American working class* (New York: New Press, 1987).

plantação um proletário?»), do antropólogo Sidney Mintz, estudo onde o autor complexificou as categorias trabalho e trabalhador-escravo²³. As perspectivas analíticas e os fundamentos teórico-metodológicos adotados nesses trabalhos podem abrir um novo universo de possibilidades de investigações para a própria historiografia da escravidão, assim como para a história do trabalho.

A historiografia do trabalho também não se dedicou suficientemente ao estudo das relações raciais nos mundos do trabalho, algo que já foi longamente analisado pela história da escravidão²⁴. Ao longo do século XIX, principalmente a partir da década de 1850, a ideia de «raça» começou a aparecer como algo definidor da condição social de homens e mulheres de cor. Nos anos 1880, mas especialmente no pós-abolição, o Estado, as autoridades públicas e policiais, patrões e intelectuais ligados à imprensa recorreram mais intensamente aos marcadores raciais e de cor como critérios classificatórios dos «novos» cidadãos. Embora equiparados em sua condição civil, os sujeitos se diferenciavam segundo sua classificação racial. A concepção de raça era perfeita para quem pretendia reforçar e manter intactas as antigas hierarquias de poder. Com isso, o Estado e as elites dirigentes conseguiram formular e justificar novas políticas de controle e repressão não apenas sobre os que emergiram da escravidão, mas sobre toda a população «não-branca» e pobre. É nesse período que as novas políticas de exclusão racial começaram a se delinear²⁵.

A questão da raça e, mais especificamente da cor dos sujeitos, é um ponto fundamental para se compreender a experiência dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho, tanto durante o regime da escravidão, como em momentos posteriores. Diversos estudos da historiografia da escravidão têm demonstrado como as barreiras raciais dificultaram o acesso dos trabalhadores negros a melhores condições de vida e

²³ Sidney Mintz, “Era o escravo de plantação um proletário?”, em *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*, ed. Sidney Mintz, Trad. Christine Rufino Dabat (Recife: Editora da UFPE, 2003) 117-146.

²⁴ Hebe Mattos, *Das cores do silêncio... Walter Fraga Filho, Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2006). Silvia Hunold Lara, *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007).

²⁵ Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009) 31-44.

ampliação dos direitos de cidadania²⁶. O associativismo negro pode ser uma interessante janela para se observar como raça, cor e racismo interferiram e ordenaram a vida de trabalhadores negros. A documentação produzida pelos espaços associativos de homens e mulheres de cor ainda vem sendo utilizada de maneira bastante tímida pela historiografia do trabalho. Documentos como atas, estatutos, jornais, literatura memorialística, ao mostrar a existência de modelos organizativos, normas de conduta e códigos de valores próprios entre seus membros, permite que analisemos mais detidamente as experiências dos homens e mulheres que os frequentavam. Isso, certamente, auxilia na ampliação dos temas, das abordagens e dos enfoques nos estudos históricos do trabalho.

O associativismo negro esteve presente desde o surgimento das primeiras práticas organizativas no século XVII, como as irmandades leigas e as corporações de ofícios. No século XIX, as associações poderiam ser marcadamente culturais, educativas, religiosas, sindicais, mutualistas ou abranger todas essas dimensões. As associações mutualistas, por exemplo, procuraram oferecer determinados benefícios sociais que eram então omitidos pelo Estado, como o auxílio em casos de doença e funerais, bem como assistência médica e farmacêutica. Algumas foram criadas por trabalhadores escravizados e seus descendentes, outras estiveram relacionadas aos trabalhadores livres de determinadas profissões, mais ou menos, especializadas²⁷.

Determinadas associações de auxílio mútuo cumpriram um papel decisivo de valorização dos trabalhadores, através da «defesa do ofício e a instrução dos associados, quase sempre profissional (por meio de

²⁶ Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Revista Projeto História*, n. 16 (1998): 25-38. Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, vol. 29, n. 59 (2016): 607-626.

²⁷ A Sociedade de Beneficência Nação Conga Amiga da Consciência, por exemplo, foi fundada em 1872. Sidney Chalhoub, “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, em *Quase cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*, eds., Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007) 231. Já a Sociedade Cooperativa da Raça Negra, por sua vez, foi criada em 1888. Ana Flávia Magalhães Pinto, “*Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*” (PhD. Tese, Universidade Estadual de Campinas, 2014) 277.

aulas e/ou bibliotecas)»²⁸. Algumas delas ultrapassaram as iniciativas de suprir benefícios e pautaram reivindicações de categorias profissionais, desenvolvendo, assim, funções próprias dos sindicatos. Associações denominadas, à época, «resistências», «ligas», «coletivos» e termos afins possuíram, na maioria das vezes, funções sindicais que consistiram, por exemplo, na luta pela diminuição da jornada, por melhores salários e por condições mais dignas de trabalho²⁹.

Uma questão central quando se trata do associativismo negro está relacionada aos interesses que moviam trabalhadores negros na criação, difusão e defesa desse tipo de organização³⁰. No seu estudo sobre os artífices negros recifenses, o historiador Marcelo Mac Cord afirmou que as associações mútuas dirigidas por aqueles sujeitos possibilitaram a valorização de experiências laborativas, bem como a formação de variadas identidades entre aqueles trabalhadores³¹. A historiadora Beatriz Ana Loner, em estudo sobre o movimento operário e os trabalhadores de duas cidades do estado do Rio Grande do Sul, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, asseverou que a constituição das práticas e espaços associativos dos trabalhadores negros ocorreu por duas razões. Primeiro,

a discriminação racial que enfrentaram na região e o fato de que logo se tornou evidente ao conjunto dos trabalhadores negros e suas

²⁸ Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e livres...* 79.

²⁹ Cláudio Batalha, “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4 (2010): 12-22.

³⁰ Os estudos sobre “mutualismo negro” ou sobre os trabalhadores negros engajados e inseridos nessa prática associativa têm crescido significativamente, alargando as pesquisas e evidenciando as potencialidades do debate. Alguns desses trabalhos são discutidos ao longo do texto, mas há outros que merecem referência, como: Artur José Renda Vitorino, “Escravidão, proletários e as greves dos compositores tipográficos de 1850 no Rio de Janeiro”, *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11 (1999): 69-107. Leila Duarte, *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX* (Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ; Mauad, 2002). Adhemar Lourenço da Silva Jr, “Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de auxílios-mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914)”, em *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional* (Porto Alegre, UFRGS, 2005). Ronaldo Pereira de Jesus e David Patrício Lacerda, “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4 (2010): 126-142.

³¹ Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania...* 34.

lideranças, que sua inserção e a melhoria de condições de vida na sociedade brasileira estava condicionada a conquista de direitos para a classe operária, pois sua luta era coletiva e parte inseparável da luta do operariado brasileiro³².

A experiência constatada por Beatriz Loner também foi comum em outras regiões do Brasil. Em Campinas, por exemplo, nas décadas iniciais do século XX, algumas associações negras – Federação Paulista dos Homens de Cor (1903) e Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915) – pautaram diversas bandeiras e propostas no seio das suas entidades, dentre elas, a defesa de questões relacionadas ao mundo do trabalho, como o mutualismo e a construção de redes de relacionamentos com outras associações dos mundos dos trabalhadores. A criação e defesa dessa rede associativa estiveram ligadas à «relação de exploração vivida no ambiente de trabalho e a luta para limitar o campo de atuação do empregador nas relações trabalhistas, de acordo com as noções compartilhadas pelos trabalhadores, que só poderiam ser solucionadas caso se identificassem como pertencentes a uma mesma classe, se opondo aos interesses de outras». Essa identificação «coletiva» entre os trabalhadores

poderia adotar diferentes meios para se definir, além de diversas estratégias de atuação, tais como, a adesão a associações reivindicatórias, mutualistas e recreativas, a participação em movimentos grevistas, associar-se a organizações administradas pela Igreja, estabelecer relações com profissionais liberais ou políticos, participar de eleições apoiando candidatos que aprovassem leis em prol dos trabalhadores³³.

Isso não significa que questões raciais não fossem evocadas e pautadas nessas associações, inclusive, tanto Beatriz Loner, quanto Paula Nomelini, reconheceram o lugar das práticas e identidades raciais nas associações negras, contudo, em diversos momentos outras bandeiras foram levantadas, o que não significa, de modo algum, que essas coisas foram contraditórias, mas sim pautas que se relacionavam e conviviam no âmbito desses espaços associativos.

³² Beatriz Ana Loner, *Construção de classe...* 170.

³³ Paula Nomelini, “*Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*” (PhD. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, 2007) 186.

As trajetórias desses espaços me leva a pensar que, ao contrário de certas instituições segregadas racialmente, ou baseadas em hierarquias sociorraciais, como por exemplo, os corpos de milícias e irmandades católicas, alguns espaços associativos negros parecem ter encaminhado para uma organização mais orientada por princípios classistas. Minha hipótese é que, nas duas décadas que antecederam a abolição e no imediato pós-abolição, embora raça – e até mesmo etnia – tenham representado um princípio organizacional fundamental na sociedade brasileira como um todo, nos espaços associativos negros, seu peso tendeu a ser mais leve. O historiador João José Reis, em estudo pioneiro sobre os trabalhadores dos «cantos» em Salvador na segunda metade do século XIX, observou aspectos parecidos. Para ele, ao final da escravidão, esses trabalhadores passaram a ter uma tendência classista, ou seja, entre a identidade racial e étnica e a profissional, já predominava a segunda, «uma vez que a liberdade ajudou a nivelar, em alguma medida, trabalhadores que anteriormente se dividiam na rua entre libertos e escravos».³⁴ Portanto, é possível perceber que raça e identidades classistas estiveram entrelaçadas num jogo complexo. Assim, é possível pensar que, sob a pressão de experiências coletivas, os trabalhadores negros organizados em espaços associativos se moveram na direção de identidades classistas reconhecidas por um ideário comum.

De todo modo, não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana e associativa dos trabalhadores negros deixando de lado questões relacionadas às múltiplas e complexas experiências desses sujeitos, pois, uma associação constituída, em grande maioria por trabalhadores negros, por mais que se alinhasse aos interesses e propósitos de outras agremiações dos mundos dos trabalhadores, também pautavam e propunham bandeiras voltadas para questões relacionadas às relações raciais. Os próprios termos que compunham os nomes de muitas dessas associações («13 de maio», «José do Patrocínio», «homens de cor», por exemplo) é um indicativo disso. Mas foi precisamente isso que ocorreu com vários dos estudos sobre associativismo de trabalhadores, que entre seus muitos méritos, por exemplo, está o de terem sido pioneiros no uso da imprensa operária como fonte para o estudo do mundo associativo dos trabalhadores. Ao

³⁴ João José Reis, «De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas vésperas da abolição», *Afro-Ásia*, n. 24, (2000): 240.

mesmo tempo em que trouxeram aspectos inovadores, estes estudos desconsideraram a imprensa negra – e até mesmo os estatutos e atas de associações negras – como fontes, o que os levaram a excluir, ou integrar marginalmente, os trabalhadores negros e suas práticas associativas no mundo do associativismo dos trabalhadores. Essas pesquisas, igualmente, não levaram em consideração as especificidades das propostas, bandeiras e ações dos vários formatos organizativos dos mundos do trabalho, como a questão da origem nacional para as associações formadas majoritariamente por imigrantes, e o papel do racismo e do preconceito de cor, para o associativismo negro.

Estudos importantes, como os já citados trabalhos dos historiadores Beatriz Loner e Marcelo Mac Cord, têm evidenciado a importância do papel do preconceito de cor na constituição de espaços associativos negros. Contudo, a historiografia sobre os associativismos no mundo dos trabalhadores pouco avançou no debate sobre o racismo e as práticas racializadas de discriminação e preconceito contra os sujeitos de cor, suas manifestações e seus espaços associativos. Compreender o papel do racismo e dos processos de racialização em curso na sociedade de então pode revelar os significados, interesses e intentos que moveram homens e mulheres negras na valorização, defesa e construção de espaços e identidades associativas:

Os fenômenos associativos negros, nesse sentido se colocam como importantes lócus de análise visto que permitem identificar práticas de sociabilidade hierarquizadas referendadas pelos seus membros, mas atualizadas pelas discussões políticas cotidianamente e, ainda questionar os significados políticos em jogo no contexto do pós-abolição, assim como em que medida a escravidão e os problemas da liberdade sedimentavam as percepções que os sujeitos tinham dos lugares que ocupavam na sociedade³⁵.

Um desafio importante para a historiografia do trabalho e dos movimentos sociais de trabalhadores é tentar compreender a agenda que

³⁵ Fernanda Oliveira da Silva, “A racialização observada pela ótica da experiência dos clubes e centros culturais negros na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai): notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho”, *Revista Cadernos do LEPAARQ*, vol. 11, n. 22 (2014): 530.

os trabalhadores negros colocaram para as pautas dos mundos do trabalho, ou seja, que tipos de propostas, bandeiras e de prática ativista e associativa foram formuladas pelos sujeitos de cor. Certamente, a defesa de práticas positivas de construção de identidades, participação, reconhecimento e respeitabilidade social, construídas pelos clubes negros passaram pelo debate e enfrentamento do racismo e do preconceito de cor. Esta pode ter sido, inclusive, uma das pautas colocadas pelos trabalhadores negros e suas associações nos debates dos associativismos do mundo dos trabalhadores. Esse projeto foi encabeçado por algumas associações de trabalhadores negros, como foi o caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos, primeira associação civil negra criada no Brasil, fundada em Salvador em 1851. Segundo o historiador Lucas Ribeiro Campos, «os sócios da entidade construíram um projeto político com a finalidade de atender às demandas dos trabalhadores livres de cor, nas últimas décadas do século XIX, como acesso à cidadania, educação e ajuda mútua»³⁶.

Portanto, redimensionar os significados do associativismo negro, no contexto da formação de racionalidades do trabalho livre, associado à emergência de discursos sobre a modernização nacional diante do desmonte estrutural da escravidão, e ao recrudescimento do racismo, pode contribuir para a avaliação do papel ocupado pelos trabalhadores negros nos mundos do trabalho durante as últimas décadas da escravidão e no pós-abolição. Também é importante ter em conta que as experiências dos trabalhadores negros no Brasil do século XIX podem oferecer paralelos para a compreensão das trajetórias de outros trabalhadores, da história do trabalho e do movimento operário em outras partes do Atlântico, estabelecendo conexões ou comparações entre regiões e realidades aparentemente díspares. Além disso, as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira (formação de um mercado de trabalho livre, processo de abolição, urbanização e industrialização, crescimento demográfico) tiveram relações diretas com o desenrolar de processos históricos mais amplos, ocorridos além das fronteiras nacionais e comuns ao que se pode denominar,

³⁶ Lucas Ribeiro Campos, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)* (PhD. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, 2018) 15.

genericamente, de emergência da chamada modernidade capitalista no mundo³⁷.

³⁷ Dale Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, Trad. Antônio de Pádua Danesi (São Paulo: EDUSP, 2011).

CAPÍTULO 24

A LUTA DOS TRABALHADORES NEGROS PELA SUA EMANCIPAÇÃO: DA HERANÇA DA ESCRAVATURA À CONQUISTA DA CIDADANIA: BRASIL, ESTADOS UNIDOS E CABO VERDE (SÉCULOS XIX-XXI)

José Marques Guimarães¹

¹ Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), Universidade do Porto
- jom.guim@hotmail.com

Resumo

Vítimas da exploração capitalista como os trabalhadores brancos, depois de reduzidos a escravos ou a indígenas colonizados, os negros sempre aspiraram à liberdade e dignidade. Porém, mesmo depois da abolição legal da escravatura e da segregação racial, encurralados na autenticidade da sua cor, continuaram a ser discriminados, necessitando assumir a sua identidade negra face aos brancos, obrigando os que os reduziram a infra-humanos, para excluí-los da cidadania, a reconhecê-los como homens. Da resistência à conquista e colonização de África e à escravização dos africanos, passando pela fuga das plantações e a formação de quilombos de foragidos, os negros têm lutado contra a opressão social e racial, abolindo a escravatura e conquistando a independência das colónias. Contudo, necessitam combater a herança da escravatura para poderem exercer plenamente os direitos que conquistaram. Neste trabalho trataremos deste combate no Brasil, nos Estados Unidos e em Cabo Verde.

Palavras-chave

Racismo, consciência negra, emancipação.

Brasil

1. DA RESISTÊNCIA À ABOLIÇÃO LEGAL DA ESCRAVATURA NO BRASIL: A EMANCIPAÇÃO ADIADA

Explorados nas plantações de cana-de-açúcar do Brasil desde meados do século XVI, os escravos de origem africana lutaram contra a opressão escravagista através da fuga, da formação de redutos de foragidos (quilombos) e de rebeliões.

Em 1798, na Baía, uma conspiração nativista maioritariamente protagonizada por negros e mestiços livres e escravos (Conjuração dos Alfaiates), propôs-se implantar uma república não escravagista independente. Influenciada pela Revolução Francesa de 1789 e pelo impacto da insurreição dos escravos da ilha de São Domingos de 1791

– cuja vitória contra a França em 1804 gerou a primeira república negra do mundo (Haiti) – a Conjuração dos Alfaiates foi violentamente reprimida pelo poder colonial português², alarmado com o espectro do «haitianismo»³.

Porém, excetuando o Haiti, das revoltas de escravos – como a dos Malés da Baía, em 1835, encerrando um ciclo iniciado em 1807 – não resultou a sua emancipação, apesar da longa resistência do quilombo de Palmares no século XVII⁴.

Emancipação que tampouco resultou da abolição da escravatura pela Lei Áurea, em 1888, que apenas isentou os antigos proprietários da obrigação de protegerem e apoiarem a inserção dos imprevistos libertos no regime de trabalho capitalista, desprovidos como estavam de qualquer suporte estatal, eclesiástico ou de outra natureza⁵. Abandonados à sua sorte e marginalizados, os ex-escravos foram substituídos por imigrantes europeus, no contexto do branqueamento da população brasileira então promovido⁶. Esmagados pela concorrência dos imigrantes brancos, eles e os seus descendentes negros ficaram confinados a trabalhos precários desqualificados⁷. Afinal, a abolição legal da escravatura em nada alterou a ordem racial.

² José Marques Guimarães, *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola – Séculos XIX e XX* (Lisboa: África Debate, 2006), 53-55, C. L. R. James, *Les Jacobins noirs: Toussaint Louverture et la Révolution de Saint-Domingue* (Paris: Éditions Amsterdam, 2008), 109-358.

³ Guimarães, *A Difusão*, 54-55.

⁴ Sérgio Figueiredo Ferretti, “Revoltas de Escravos na Bahia em início do século XIX”, *Cadernos de Pesquisa, Universidade Federal do Maranhão*, Vol. 4, n.º 1 (Jan/Jun 1988): 65-86, [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205\(5\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%205(5).pdf), Benjamin Peret, *O Quilombo de Palmares. Crónica da «República dos Escravos». Brasil, 1640-1695* (Lisboa, Fenda Edições, 1988), 13-56, Guimarães, *A Difusão*, 32.

⁵ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (São Paulo: Editora Ática, 1978. Vol. 1), 15.

⁶ Raymundo Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (São Paulo, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1894), 218-219. Guimarães, *A Difusão*, 83-84.

⁷ Fernandes, *A integração*, Vol. 1, 26.

2. MITO DA «DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA» E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO REDENTORA

Nestas circunstâncias, o mito da «democracia racial brasileira» não promoveu a integração e a mobilidade social dos libertos, antes legitimou a subtração dos antigos proprietários de escravos à obrigação de apoiar esse processo, ajudando-os a perpetuar a marginalização e a opressão dos negros⁸, que foram obrigados a centrar o seu combate emancipador no desmascaramento racial, rejeitando a imagem do preto construída pelos brancos e a condição marginal a que estes os sujeitaram⁹. Luta contra herança da escravatura que passou pela sublevação e ocupação de navios de guerra por marinheiros, maioritariamente negros e mestiços, contra os castigos corporais infligidos pelos oficiais brancos em 1910 (Revolta da Chibata)¹⁰. Ou pela criação de jornais negros, como *A Pátria* (1899), *O Menelick* (1915), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Quilombo* (1948)¹¹ e pela construção de organizações próprias, nomeadamente, associações mutualistas, assistencialistas, recreativas, culturais e sindicais, veiculando as reivindicações de diversas camadas de trabalhadores negros (portuários, ferroviários), nomeadamente: Sociedade Progresso da Raça Africana, em Pelotas (1891), Clube 28 de Setembro (1897), Centro Literário dos Homens de Cor (1903), Centro Cultural Henrique

⁸ Guimarães, *A Difusão*, 86-87.

⁹ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (São Paulo: Editora Ática, 1978. Vol. 2), 10-115.

¹⁰ Edgard Carone, *A República Velha II (Evolução Política)* (São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971), 257-263. José António Nobre Marques Guimarães, "Intelectuais africanos no espaço político português: Desenvolvimento da sua intervenção nativista entre finais do século XIX e meados do século XX – O caso de Cabo Verde"(Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Contemporânea . Lisboa: Universidade Aberta, 2012), 410-411.

¹¹ Vanessa Lima Cunha, "Quilombo: a voz do Teatro Experimental do Negro (Rio de Janeiro, 1940/1950)", *Cadernos de Clio*, n.º 3 (2012): 283-300, <https://revistas.ufpr.br/cliio/article/viewFile/40401/24646>. Maria Cláudia Cardoso Ferreira, "Pelo interesse dos Homens Pretos, Noticioso, Literário e de Combate". O jornal O Clarim d' Alvorada no pós-abolição (1924-1932)", *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* (2011), https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856711_44f3cef198b92a091287a9f49a561cc6.pdf.

Dias (1908), Associação Protectora dos Brasileiros Pretos (1917) e Centro Cívico Palmares (1926), em São Paulo¹².

Mas também organizações políticas, como a Frente Negra Brasileira (1931), sucessora do Centro Cívico Palmares, partido político de massas de orientação autoritária ultranacionalista e influência fascista desde 1936, publicando *A Voz da Raça*, subtulado, *Deus, Pátria, Raça, Família*, extinta, com os restantes partidos, pela ditadura do Estado Novo em 1937. Surgiriam ainda a Frente Negra Socialista e o Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932), a Legião Negra em Minas Gerais (1934) e a Sociedade Henrique Dias na Baía (1937)¹³.

No final do Estado Novo (1937-1945), a luta dos negros contra a opressão racial e a sua marginalização em favelas e na agricultura de subsistência reemergiu através de organizações político-culturais, como a União dos Homens de Cor, fundada em Porto Alegre (1943) com o objetivo de elevá-los económica e intelectualmente, qualificando-os para ingressarem na vida sociolaboral e administrativa do país, estendendo a sua influência política a vários estados ao ponto de eleger um deputado federal por dois mandatos sucessivos desde 1954¹⁴. Além da União, o Teatro Experimental do Negro, criado no Rio de Janeiro (1944) por Abdias do Nascimento, ultrapassou os limites da arte dramática, promovendo cursos de alfabetização e formação profissional, publicando o jornal *Quilombo* antes referido, fundando o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro, organizando o I Congresso do Negro Brasileiro e um concurso de artes plásticas sobre o Cristo Negro com impacto social e difundindo no Brasil o movimento da Negritude fundado pelos poetas Aimé Césaire e Leopold Senghor em Paris (1935), em defesa da personalidade africana/identidade negra contra a opressão

¹² Petrônio Domingues, “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”, *Tempo*, vol.12, n.º 23 (2007): 103-104, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007.

¹³ Domingues, “Movimento”, 105-107.

¹⁴ Joselina da Silva, “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, N.º 2 (2003): 224-232, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200002, Domingues, “Movimento”, 107-109.

colonial¹⁵. Por sua vez, o Comité Democrático Afro-Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro (1944), reivindicou a convocação de uma Assembleia Constituinte, a amnistia e o fim da discriminação racial, surgindo mais tarde a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro em São Paulo (1954), enquanto ocorria uma redinamização da imprensa negra, com a publicação da *Alvorada* (1945), o *Novo Horizonte* (1946), o *Notícias de Ébano* (1957) e o *Níger* (1960), em São Paulo, ou a *Redenção* (1950) e *A Voz da Negritude* (1952) no Rio de Janeiro¹⁶.

Apesar do seu desenvolvimento vigoroso até à instauração da ditadura militar em 1964, o movimento negro foi politicamente isolado à direita e à esquerda, destacando-se a rejeição, pelo Partido Comunista Brasileiro, do projeto de lei antidiscriminatória da Convenção Nacional do Negro apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em 1946, sob o pretexto das reivindicações específicas dos negros dividirem a luta dos trabalhadores, desviando-os da luta de classes, adiando para 1951 a aprovação da proibição da discriminação racial pela lei Afonso Arinos¹⁷.

Hostilizada pelas elites brancas, sob o epíteto de «racismo negro» – na verdade um racismo antirracista de combate ao racismo dos brancos¹⁸ – e marginalizada pela maioria das organizações políticas (movimento operário incluído), a luta dos negros brasileiros por uma emancipação redentora prosseguiu, inspirada no combate dos negros norte-americanos contra a opressão racial (impulsionado por Martin Luther King e Malcolm X, entre outros) e na luta de libertação dos povos colonizados¹⁹. Continuidade em que se destacou a intervenção do Movimento Negro Unificado, desde 1978, combinando o combate antirracista e de desmistificação da democracia racial brasileira com a luta da classe trabalhadora, contribuindo para a fixação de quotas de admissão de negros no ensino superior e na administração pública e para

¹⁵ Alfredo Margarido, “Negritude e Humanismo”. in Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa, ed. Alfredo Margarido (Lisboa: A Regra do Jogo, 1980), 157-158, Domingues, “Movimento”, 109-110, Guimarães, Intelectuais, 313-314.

¹⁶ Domingues, “Movimento”, 110.

¹⁷ Domingues, “Movimento”, 110-111.

¹⁸ Jean-Paul Sartre, “Orfeu negro”, in *Situações III*, ed. Jean-Paul Sartre (S.L.) (Publicações Europa-América, 1971), 207-209.

¹⁹ Domingues, “Movimento”, 112, Guimarães, Intelectuais, 317-332.

a consagração oficial da efeméride da morte de Zumbi dos Palmares (20 de Novembro de 1695) como Dia Nacional da Consciência Negra, transformando-se a efeméride da abolição legal da escravatura (13 de Maio de 1888) em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, no âmbito do processo de redignificação do papel e do estatuto do negro na história do Brasil, pressuposto da sua verdadeira emancipação²⁰. Apesar dos progressos alcançados depois da ditadura militar, o recrudescimento dos ataques aos seus direitos nos últimos anos obrigaram os trabalhadores negros a prosseguir o seu combate, apoiando-se nas organizações do movimento operário (sindicatos e partidos).

Estados Unidos

3. A GUERRA DA SECESSÃO E A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA – ETAPAS DECISIVAS DA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NORTE-AMERICANOS

A Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), durante a qual Lincoln emancipou os escravos em 1863, viabilizando a vitória da União sobre a Confederação, constituiu uma etapa fundamental do combate plurissecular dos negros pela sua libertação depois de dois séculos e meio de escravatura, desde as rebeliões de Cato de Stono (1739) na Carolina do Sul, de Nat Turner (1831) e de John Brown (1859) na Virgínia, passando pelas fugas das plantações para os Estados não esclavagistas do Norte através da rede de rotas organizada pelos abolicionistas (underground railroad) e pela luta contra a supremacia branca e a segregação racial restauradas no Sul depois de 1877, até à revogação da legislação segregacionista (Jim Crow Law) em todo o território americano pela administração Johnson, em 1964-1965, que não o encerrou²¹.

²⁰ Florestan Fernandes, *Significado do protesto negro* (São Paulo: Cortez Editora, Editora Autores Associados, 1989), 27-29. Domingues, “Movimento”, 112-116.

²¹ Pap Ndiaye, “Les esclaves du sud des États Unis”, in *Le Livre noir du colonialisme XVIe – XXIe siècle: de l’extermination à la repentance*, ed. Marc Ferro (Paris: Éditions Robert Laffont, 2003), 157, 167-170, Guimarães, *Intelectuais*, 227-257, 317-332.

Progressos inequívocos dos quais não resultou a emancipação plena dos negros americanos, continuando a ser racialmente discriminados e denominados afro-americanos (descendentes de escravos não aceitos como verdadeiros americanos), herança da escravatura comum ao Brasil, onde os negros continuam a ser identificados como afro-brasileiros²².

Os 210.000 negros alistados no Exército da União (com 38.000 mortos) – apesar da relutância de muitos oficiais e soldados brancos – e a vaga de paralisações do trabalho e de fugas de escravos das plantações sulistas, à medida que a guerra prosseguia, abalaram revolucionariamente as bases político-militares da Confederação²³. Mas a incompatibilidade entre o Norte industrial e o Sul agrário escravagista não foi suficientemente forte para abalar a solidariedade de classe entre capitalistas nortistas e escravagistas sulistas, assim como entre as respetivas chefias militares formadas em West Point, obrigando o governo da União a mudar o comando do seu Exército para neutralizar o seu impacto comprovadamente inibidor do combate vitorioso sobre a Confederação e, finalmente, a emancipar os escravos para desorganizar o Exército confederado, abatendo o poder dos escravocratas²⁴. Na verdade, o derrube do aparelho repressivo sulista indispensável à dominação escravagista sobre quatro milhões de negros, amiúde abalada por revoltas e fugas, só poderia resultar de uma sublevação geral dos escravos ou de uma guerra civil à escala nacional. Mas a ameaça ao regime capitalista potencialmente resultante da abolição da escravatura, através dos ataques dos escravos sublevados à propriedade dos sulistas, induziu a burguesia nortista a recorrer à guerra civil como mal menor, na expectativa confirmada de poder limitar o alcance dos seus resultados²⁵.

²² LeRoi Jones, *Le peuple du blues. La musique noire dans l'Amérique blanche* (Paris: Éditions Gallimard, 2017), 20-21, Alfredo Margarido, “A herança da escravatura”, *Finisterra (Revista de Reflexão e Crítica)*, nº 13/14 (1993): 13-16.

²³ W. E. Burghardt Du Bois, *Black Reconstruction. An essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880* (New York: Harcourt, Brace and Company, Inc., 1935), 55-83, John Keegan, *La Guerre de Sécession* (Paris: Éditions Perrin, 2011), 389-405, Guimarães, *Intelectuais*, 236-240.

²⁴ Guimarães, *Intelectuais*, 237-240, Keegan, *La Guerre*, 213-216.

²⁵ Howard Zinn, *Une histoire populaire des États-Unis. De 1492 à nos jours* (Marseille: Agone, 2010), 199.

4. RESTAURAÇÃO DA SUPREMACIA BRANCA DOS DERROTADOS E PROSECUÇÃO DA LUTA DOS NEGROS AMERICANOS CONTRA A OPRESSÃO RACIAL APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Para erradicar aquela ameaça, o governo federal terminou a ocupação militar do Sul em 1877 e, tal como o Partido Republicano, abandonou os negros, viabilizando a restauração da supremacia branca dos derrotados sulistas e a perda da maioria dos direitos conquistados pelos antigos escravos após a emancipação²⁶. Apesar dos progressos registados – com o apoio de intelectuais brancos, como o antropólogo Franz Boas e das decisões antissegregacionistas do Supremo Tribunal dos Estados Unidos – o combate dos negros não conseguiu impedir o agravamento contínuo da opressão racial até ao período entre as duas guerras mundiais, nem questionar a supremacia branca defendida pelo Partido Democrata²⁷. O que contrastou com a forma calorosa como os soldados negros do Contingente Expedicionário Americano foram recebidos pelos seus homólogos e populações civis em França durante a I Guerra Mundial, ao ponto do Estado-Maior deste país ter ignorado uma recomendação confidencial americana de proibição da confraternização entre os seus militares e civis e as tropas negras americanas, por contrariar o tratamento dispensado aos soldados naturais das colónias francesas²⁸. Enquanto os negros repatriados sofreram o desprezo pelo seu papel na guerra e a violência racial, o acolhimento cordial que testemunharam incentivou a fixação de escritores e artistas negros norte-americanos em França depois da I e da II Guerra Mundial, onde beneficiaram de um clima humano favorável ao livre desenvolvimento da sua ação criativa²⁹.

²⁶ George M. Fredrickson, *Racisme, une histoire* (Paris: Éditions Liana Levi, 2003), 94-96, Guimarães, *Intelectuais*, 241-245.

²⁷ Fredrickson, *Racisme*, 127-129.

²⁸ Thomas Saintourens, *Les Poilus de Harlem. L'épopée des Helfighters dans la Grande Guerre* (Paris, Éditions Tallandier, 2019), 147-151, Guimarães, *Intelectuais*, 261-262.

²⁹ Michel Fabre, *La rive noire. De Harlem à la Seine* (Paris: Lieu Commun, 1985), 147 – 171. Fredrickson, *Racisme*, 127. Guimarães, *Intelectuais*, 252, 261-265, 288, 314. Saintourens, *Les Poilus*, 209-213.

5. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO COMBATE EMANCIPADOR DOS NEGROS AMERICANOS: SUCESSOS E LIMITES

Rejeitando a abdicação dos direitos em troca do progresso técnico dos negros defendida por Booker T. Washington, o historiador William Du Bois fundou o Movimento do Niágara em 1905 e a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP) em 1909, pugnando pela igualdade de direitos e o sufrágio universal, contra a discriminação racial³⁰. Impulsionou ainda o pan-africanismo defensor da emancipação universal dos negros, organizando os seus congressos desde 1919, apesar das limitações da capacidade emancipadora deste movimento, reveladas pelo apelo que o seu V Congresso enviou, em 1945, à Organização das Nações Unidas, defensora da ordem colonial por instigação britânica desde a aprovação da sua fundação na conferência de Yalta³¹.

Por sua vez, o sionismo negro de Marcus Garvey, apologista do regresso dos negros a África (apoiado pelos racistas brancos) e da independência deste continente, apesar do sucesso inicial da sua organização – a Associação Universal para o Progresso Negro (UNIA) – descredibilizou-se completamente depois da rejeição do seu projeto colonizador pela Libéria, da falência dos seus empreendimentos e da prisão por fraude e deportação do fundador em 1927³².

A partir de 1933, o Socialist Workers Party, influenciado por Trotsky, defendeu o direito dos negros à autodeterminação e a constituir um estado próprio se o desejassem para se libertarem da opressão racista dos brancos, demarcando-se da reivindicação separatista ultimativista homónima do Partido Comunista Americano ditada pela Internacional Comunista³³.

³⁰ Guimarães, *Intellectuais*, 246-252.

³¹ George Padmore, “Congress Resolutions”, in *History of the Pan-African Congress* (London, The Hammersmith Bookshop, 1947), <http://www.marxists.org/archive/padmore/1947/pan-african-congress/ch12.htm>, Albert Parker, “NAACP Appeals to the UN”, *Fourth International*, Vol. 8, No. 9, (1947): 282-286, <http://www.marxists.org/history/etol/writers/breitman/1947/11/naacp-un.htm>, Guimarães, “Intellectuais”, 260, 316-318.

³² Guimarães, *Intellectuais*, 252-258.

³³ León Trotsky, “La question noire aux États-Unis”, in *Question juive/ Question noire*, ed. Léon Trotsky (Paris: Éditions Syllepse, 2011), 151-162, Guimarães, *Intellectuais*, 159-161.

Procurando ultrapassar as limitações reivindicativas das suas organizações legais e a abdicação da luta antissegregacionista pelo Partido Comunista Americano em benefício da colaboração «antifascista» com o governo Roosevelt por conta dos interesses diplomáticos da União Soviética, a reorientação do combate emancipador dos trabalhadores negros foi impulsionada por Philip Randolph, dirigente do Sindicato dos Empregados Negros das Carruagens-cama, com a convocação de uma marcha nacional sobre Washington no dia 1 de julho de 1941, que, apesar de desconvocada, teve impacto suficiente para obrigar Roosevelt a derrogar diversas normas discriminatórias, possibilitando a admissão de trabalhadoras negras na indústria de armamentos desde 1942, seguida da autorização dos soldados negros combaterem na II Guerra Mundial depois de se sublevarem em Abril de 1943³⁴.

Após a II Guerra Mundial, conscientes do seu contributo para a derrota do nazi-fascismo e incentivados pela vaga de independências das colónias asiáticas e africanas, os negros radicalizaram a sua luta, boicotando massivamente os autocarros de Montgomery (Alabama), em 1955-1956, contra a prisão de Rosa Parks (por rejeitar a segregação racial nos transportes), gerando a falência da transportadora e a consciência do seu peso económico, prosseguindo a sua luta nos anos sessenta, através de uma vaga de ocupações pacíficas de locais públicos segregados (sit-in) e de digressões juvenis multirraciais de apoio à população negra contra a segregação nos estados do Sul (freedom rides), que culminou na marcha sobre Washington dirigida por Martin Luther King, em agosto de 1963, impondo a revogação presidencial das leis segregacionistas em todo o país, em 1964-1965³⁵. Mobilizações pacíficas que, apesar de criticadas pelos apologistas da segunda guerra civil e do poder negro – confrontando as vítimas do racismo com o

³⁴ Pap Ndiaye, *Les Noirs américains. En marche pour l'égalité* (Paris: Gallimard, 2009), 76-79, Albert Parker, (1942), "Roosevelt and the Negroes. The Balance Sheet Since Randolph Canceled the March on Washington", *Fourth International*, Vol. 3, No. 5 (1942): 145-149, <http://www.marxists.org/history/etol/writers/breitman/1942/05/balance.htm>, Margarido, "A herança", 28, Guimarães, *Intelectuais*, 318-319.

³⁵ Ndiaye, *Les Noirs*, 79-97.

dilema «votos ou balas» (Malcolm X, Black Panthers)³⁶ – refletiram a radicalização e a autovalorização do combate dos negros³⁷, que prosseguiu contra a perpetuação da violenta opressão racial patente na repressão das revoltas dos guetos negros, no assassinato de Malcolm X (1965) e Luther King (1968), no espancamento policial impune de Rodney King (1991) e na prisão interminável de Mumia Abu-Jamal, apesar das ilusões na presidência de Obama, que coroou a ascensão sociopolítica das elites negras iniciada em 1967³⁸. Combate que, todavia, continuou a ser bloqueado pela divisão entre trabalhadores negros e brancos promovida pela burguesia americana com o apoio da burocracia sindical para perpetuar a sua exploração comum³⁹. Para a superar, o movimento operário necessita deixar de se subordinar ao Partido Democrata (representante da burguesia como o Partido Republicano), dependência fomentada pela direção da central sindical, American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL–CIO) e por candidatos «progressistas» à liderança democrata (como Bernie Sanders), que recusam questionar a opressão racial herdada da escravatura⁴⁰. Rotura que implica a construção de uma representação política independente de todos os trabalhadores, um Partido Operário⁴¹.

Cabo Verde

³⁶ Martin Luther King, *Révolution non violente* (Paris: Payot & Rivages, 2006), 175 – 180, Malcolm X, *Le pouvoir noir* (Paris: La Découverte, 2008), 57-79, Margarido, “A herança”, 29-34, Guimarães, *Intellectuais*, 320-321.

³⁷ Ndiaye, *Les Noirs*, 107-109, Socialist Workers Party Convention, “Freedom now! “The New Stage in the Struggle for Negro Emancipation and the Tasks of the SWP””. *International Socialist Review*. New York: International Socialist Review Publishing Association, Vol. 24, No 4, (1963): 103-113. <https://www.marxists.org/history/etol/newspape/isr/vol24/no04/freedom.htm>

³⁸ Margarido, “A herança”, 35-38, Ndiaye, *Les Noirs*, 100-107, 112-128.

³⁹ George Breitman, “The Future of the Negro Struggle”, *International Socialist Review*, Vol. 24, No. 2 (1963): 52-54, 60, <http://www.marxists.org/history/etol/writers/breitman/1963/xx/future.htm>.

⁴⁰ Ndiaye, “Les esclaves”, 170, 172, Guimarães, *Intellectuais*, 321.

⁴¹ León Trotsky, “Como luchar por un partido obrero en Estados Unidos”, in *El Programa de transición para la revolución socialista*, ed. León Trotsky (Caracas: Ediciones Avanzada, 1975), 71-85.

6. DE ENTREPOSTO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS A FORNecedor DE SERVIÇOS ÀS ROÇAS DE SÃO TOMÉ: A FOME COMO ARMA DO COLONIALISMO

Entreposto comercial escravagista entre a metrópole portuguesa, a costa ocidental de África e posteriormente a América a partir da segunda metade do século XV, desde 1719 que foram registadas crises devastadoras de seca e de fome provocadas pelos ventos tórridos (lestadas) do Saara, que dizimaram milhares de habitantes de Cabo Verde por inanição, destacando-se as de 1773-1775, com 22000 mortos (44% da população), 1863-1866, com 30000 (30,4%), 1900-1904 com 16118 (17, 2%), 1921, com 17575 (17,6%), 1941-1943, com 24463 (22,4%) e 1947-1948, com 20813 (20,5%), tragédias que, pela escassez ou ausência de socorro por parte do poder colonial português, configuraram um verdadeiro genocídio dos cabo-verdianos⁴².

No interesse dos roceiros, a administração portuguesa aproveitou a crise de 1863-1866 para inaugurar a emigração forçada de contratados famintos para as plantações de cacau e café de São Tomé e Príncipe (até 1973) – onde trabalharam em condições indistintas da escravatura, apesar de abolida desde 1878 – política cruelmente replicada pela recusa do governador Francisco de Paula Cid socorrer as vítimas da crise de 1900-1904, não emitindo passaportes a indigentes não contratados para as roças e encarecendo exorbitantemente os destinados aos Estados Unidos, meta migratória preferencial dos cabo-verdianos desde o século XIX⁴³. O que demonstra que a fronteira entre a colonização e o extermínio dos colonizados depende das necessidades do colonizador, cujo racismo só é explicável em função do lucro que pode extrair da exploração dos primeiros⁴⁴.

⁴² Cristiano Sena Barcelos, *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904* (Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1904), 5-85. António Carreira, *Cabo Verde. Aspectos sociais: Secas e fomes do século XX* (Lisboa: Ulmeiro, 1984), 124.

⁴³ Luís Loff de Vasconcelos, (1903). *O Extermínio de Cabo Verde. Pavorosas revelações* (Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libanio & C.^a, 1903), 4-16. Alfredo Margarido, “A perspectiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso”, in *Folclore Caboverdiano*, ed. Pedro Monteiro Cardoso (Paris: Solidariedade Caboverdiana, 1983), LXII. António Carreira, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde* ((S. l.), Instituto Caboverdeano do Livro, 1983), 112-114, Barcelos, *Alguns apontamentos*, 84-85. Guimarães, *Intelectuais*, 33-34, 377, 422.

⁴⁴ Albert Memmi, *O Racismo* (Lisboa: Editorial Caminho, 1993), 51.

7. A EMIGRAÇÃO PARA AMÉRICA: MEIO DE REDENÇÃO DOS CABO-VERDIANOS

Fugindo da fome e da miséria em Cabo Verde e da cruel «alternativa» das roças de São Tomé e Príncipe, muitos cabo-verdianos emigraram para os Estados Unidos, totalizando 18629 entre 1900 e 1920 (67% dos emigrados neste período), na sequência do recrutamento de tripulantes pelos baleeiros americanos que escalavam o arquipélago desde meados do século XIX⁴⁵.

Apesar dos obstáculos à entrada nos Estados Unidos por discriminação racial e iliteracia, os emigrantes cabo-verdianos criaram escolas para se alfabetizarem suprimindo a falta de escolas públicas e na América desenvolveram competências, melhoraram o seu estatuto socioeconómico, conseguindo apoiar ou reunir as suas famílias e elevar a sua consciência política através do pan-africanismo e da participação na luta dos trabalhadores americanos⁴⁶. Mas o agravamento da discriminação racial, a crise 1929 e a eclosão da II Guerra Mundial fizeram desabar a emigração, retomada apenas em 1946⁴⁷.

8. EMANCIPAÇÃO DOS CABO-VERDEANOS: DA LUTA NATIVISTA PELA AUTONOMIA À CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA

Esgotadas as tentativas separatistas de união de Cabo Verde ao Brasil, antes e depois da Independência brasileira em 1822, amiúde acompanhadas de sublevações de escravos e rendeiros prontamente reprimidas⁴⁸, o combate contra a opressão colonial portuguesa entre finais do século XIX e meados do século XX foi conduzido pelos

⁴⁵ Carreira, *Migrações*, 110-114, Guimarães, *A Difusão*, 146-148.

⁴⁶ Eugénio Tavares, “A Greve”, *A Voz de Cabo Verde*, 28 de outubro de 1912, 4, Guimarães, *Intelectuais*, 426-435.

⁴⁷ Carreira, *Migrações*, 89-94, 125.

⁴⁸ Guimarães, *A Difusão*, 132-142.

nativistas – sobretudo Eugénio Tavares, Luís Loff de Vasconcelos e Afro (pseudónimo de Pedro Monteiro Cardoso) – que reivindicaram a rotura com Portugal contra a anunciada venda das colónias, incentivados pela luta independentista de Cuba e das Filipinas contra a Espanha e os Estados Unidos, pela guerra dos boers contra a dominação britânica da África do Sul e pela derrota inédita da Rússia europeia pelo Japão asiático em 1905⁴⁹.

Mas a dupla comemoração do 1.º de Maio, como dia internacional dos trabalhadores e data da descoberta de Cabo Verde, pelo socialista Afro, denunciou a incapacidade dos nativistas se desvincularem dos valores portugueses⁵⁰. O que os induziu a tentar utilizar a I República (1910-1926) em benefício dos cabo-verdianos, ilusão desvanecida pelo endurecimento da opressão colonial republicana, que reprimiu a greve e reduziu os salários dos operários dos depósitos de carvão de S. Vicente com o apoio das marinhas britânica e brasileira, promoveu campanhas racistas contra o nativismo e o seu jornal, *A Voz de Cabo Verde*, silenciando-o definitivamente durante o consulado sidonista, ameaçou implantar o indigenato, fomentou a contratação de serviçais para São Tomé e ameaçou proibir a língua crioula estribo da identidade nacional cabo-verdiana⁵¹. Opressão agravada pela ditadura após 1926, que reforçou a contratação para as roças de São Tomé, reprimiu os saques de lojas por multidões famintas vítimas do impacto da crise de 1929 no arquipélago, restringindo simultaneamente a emigração para os Estados Unidos, censurando a imprensa, perseguindo a oposição ao regime e fomentando a campanha racista da escola antropológica do Porto, de Mendes Corrêa, contra os mestiços, no *Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, reunido durante a Primeira Exposição Colonial Portuguesa em 1934⁵².

⁴⁹ Luís Loff de Vasconcelos, *A Perdição da Pátria* (Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva, 1900), 32-34, Eugénio Tavares, “Autonomia”, *A Alvorada*, 16 de Agosto de 1900, 1-2, Guimarães, *Intelectuais*, 350-356.

⁵⁰ Afro, “1.º de Maio”, *A Voz de Cabo Verde*, 4 de Maio de 1914, 3.

⁵¹ José Marques Guimarães, “Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: Alcance e limites”, *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*, n.º 33 (2018): 24-30, <https://doi.org/10.31211/interacoes.n33.2017.a2>.

⁵² Guimarães, *Intelectuais*, 495-525.

Incapazes de isoladamente gerar um movimento anticolonial capaz de romper com a dominação portuguesa, devido ao não reconhecimento do direito dos povos colonizados à independência pelas diversas correntes do movimento operário – Partido Socialista, anarquistas/anarcossindicalistas e Partido Comunista Português (que só o reconheceu no seu V Congresso, em 1957) – os nativistas e os seus sucessores editores da revista *Claridade* (1936-1966) tiveram de passar o testemunho às gerações que, desde 1963, promoveram a guerra de libertação nacional na Guiné-Bissau, sob a direção nacionalista do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), conquistando a independência de ambos em 1974 e 1975⁵³. Sucessos que não libertaram os cabo-verdianos da necessidade de emigrar para sobreviver, nem a comunidade cabo-verdiana de Portugal de combater a discriminação racial, sobretudo as restrições legais à obtenção da nacionalidade portuguesa, fragilizadoras da capacidade reivindicativa dos segregados face aos portugueses.

CONCLUSÃO

A desvalorização da vida humana e a banalização da violência herdadas da escravatura em sociedades onde esta sobreviveu até tarde – Brasil, Estados Unidos e Cabo Verde colonial – impediram a conquista efetiva da cidadania pelos trabalhadores negros desses países, condição do sucesso do desenvolvimento da sua luta emancipadora.

Encurralados na sua autenticidade, eles necessitam assumir consciente e orgulhosamente a sua identidade negra contra quem sempre os estigmatizou e discriminou em função da cor da sua pele após a abolição da escravatura e das leis segregacionistas, obrigando quem os reduziu a uma condição infra-humana, excluindo-os da cidadania, a reconhecê-los como seres humanos.

Do desenvolvimento da consciência da necessidade de articular a luta contra a opressão racial com o combate contra a exploração a que estão sujeitos juntamente com os trabalhadores brancos, através da construção de uma representação política independente de todos os oprimidos, depende o sucesso da progressão da luta dos negros pela sua emancipação.

⁵³ Guimarães, *Intelectuais*, 526-541.

CAPÍTULO 25

PREVENIR ANTES QUE DESABE! A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DO BUTANTÃ NO NÚCLEO DE DEFESA CIVIL – NUDEC

Cristina Gomes Baltazar¹

¹ Doutoranda em Serviço Social – PUCSP. Docente na Universidade 9 de Julho – UNI9.
Assistente Social na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo – SEHAB/ PMSP.
Email: Cris_gbaltazar@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender, por meio de um estudo de caso, a participação da comunidade nos Núcleos de Defesa Civil (NUDECs), que tem como atribuição disseminar a cultura de prevenção para a redução de riscos naturais, principalmente nos assentamentos precários, áreas de maior vulnerabilidade, desprovidas de infraestrutura básica. Os NUDECs deste estudo são vinculados a Coordenadoria Distrital de Defesa Civil (CODDEC) da Subprefeitura do Butantã, zona sul do município de São Paulo. O estudo de caso possibilitou identificar a fragilização no processo de formação dos NUDECs, entretanto, não demonstrou ser um impeditivo para o envolvimento e participação da comunidade nos Núcleos de Defesa Civil.

Palavras-chave

NUDEC, participação, gestão de riscos naturais.

INTRODUÇÃO

Os Núcleos de Defesa civil (NUDECs), são núcleos comunitários compostos por voluntários, majoritariamente de áreas sujeitas a riscos naturais, principalmente em assentamentos precários² e têm como prerrogativa, disseminar a cultura da prevenção de riscos, por meio de ações preventivas, recuperativas e a participação no planejamento e gerenciamento de riscos em conjunto com a Defesa Civil da municipalidade. Assim, torna-se um núcleo essencial na gestão de riscos

² De acordo com o *Plano Municipal de Habitação de São Paulo. Projeto de Lei nº 619/16*. Assentamentos precários são caracterizados por um conjunto de situações, somadas ou não, de fragilidades representadas pela situação socioeconômica dos moradores, como renda média do responsável, anos médios de escolaridade e taxa de alfabetização; pela qualidade das moradias em si, como tipo da construção (alvenaria ou madeira), número de cômodos e a presença ou não de sanitários; pela garantia da posse ou não da moradia e do terreno; e pela situação urbanística de sua inserção – como a presença ou não de redes de infraestrutura, presença de risco ambiental, presença ou não de equipamentos e serviços públicos, assim como de áreas livres e de uso comum (2016, 23). https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf

naturais, de origem hidrometeorológicos e geológicos, que são fenômenos frequentes nas cidades brasileiras, como inundações, incêndios florestais, secas, deslizamento de terras, dentre outros. Logo, emerge a pergunta: Como é desenvolvido o processo de participação da comunidade em Núcleos de Defesa civil para balizar os riscos naturais?

Esse artigo se debruça sobre essa indagação, não tendo a intenção de responder à pergunta em sua plenitude, mas sim discutir às questões intrínsecas no processo de participação de voluntários em NUDECs. Para isso, realizaremos um estudo de caso, a partir de uma reflexão sobre o sistema municipal de Defesa Civil de São Paulo, compreendendo sua estrutura, os conceitos básicos sobre gestão de riscos, bem como, seus limites e possibilidades de atuação no processo de participação dos moradores de assentamentos precários de áreas de riscos, situados no território da Subprefeitura do Butantã, bairro Jardim Arpoador, zona sul.

1. O RISCO IMINENTE

A defesa civil é considerada um «conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social»³. Logo, a Defesa Civil, possui uma atividade inerente a vida, ao meio ambiente. Visto que o município de São Paulo, é a maior cidade do Brasil, estimasse 407 áreas de risco geológico, de acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT⁴, como risco de escorregamento, inundação, incêndio, solapamento de margem de córrego, dentre outro e há uma classificação de intensidade do risco: Risco 1 (R1) como menor intensidade até o risco 4 (R4), de maior propensão ao desastre.

A zona sul do município de São Paulo, concentra o maior quantitativo de áreas de riscos geológicos. De acordo com o IPT (2010),

³ BRASIL. *Decreto no 7.257, de 4 de agosto de 2010*. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm.

⁴ Instituto de Pesquisas Tecnológicas. *Prefeitura analisa novo Mapeamento de Áreas de Risco Geológico*, 2010. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/noticias/?p=24744>

existem 425 setores de risco, que implica em mais de 40 mil moradias em situação de ameaça. As demais zonas territoriais com incidência de risco geológico, seguem a seguinte ordem: zona leste com 374 setores de risco, zona norte, com 337, e zona oeste com 46 setores de risco. Na tabela a seguir, é possível visualizar a região, a quantidade de setores e o número de moradias em situação de ameaça.

Região	Setor	%	Área (km ²)	%	Moradias ameaçadas	%
LESTE	374	32	4,04	28	28.476	27
NORTE	337	29	3,75	26	23.845	23
OESTE	46	4	0,79	5	8.573	8
SUL	425	36	6,02	41	44.922	42
Total	1.182	100	14,6	100	105.816	100

Tabela 1. Setores de risco geológico – Regiões do município de São Paulo, 2010.

Fonte: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo e PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo; Elaboração: SMUL/Geoinfo.

A partir do elucidado, percebe-se que há uma necessidade de ações preventivas e protetivas para evitar e/ou minimizar possíveis desastres, que são “[...] resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentemente prejuízos econômicos e sociais⁵”.

O que se tem percebido na cultura de não prevenção:

⁵ Antônio Luiz Coimbra de Castro. *Manual de planejamento em defesa civil*. (Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999) 7.

[...]não existe na definição nenhuma ideia restritiva sobre a necessidade de que o desastre ocorra de forma súbita. Esse ponto é crucial, pois, apesar de a ocorrência de um desastre se apresentar, muitas vezes, de forma súbita e inesperada, os processos relacionados à vulnerabilidade dos ecossistemas são construídos ao longo do tempo da sociedade brasileira, que o desastre é concebido como um imprevisto⁶.

Assim, não considerando fatores que propiciem uma situação de desastre, desde a ausência de um planejamento urbano contra-hegemônico, ao processo histórico de ausência de ações preventivas sobre riscos de desastres, conceituado, como “ a probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos [...] o risco é expresso pela formula: Risco = Ameaça x Vulnerabilidade”⁷.



Imagem 1. Incêndio em Paraisópolis – Zona Sul de São Paulo. Fonte: Foto, reprodução TV Globo, 2017.

⁶Janaina Furtado, et al. *Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil*. 2. edição (Florianópolis: CAD UFSC, 2013) 52.

⁷ Ibidem, 57.

A imagem 1, retrata o segundo maior assentamento precário de São Paulo, que vivencia uma situação de vulnerabilidade, com inúmeras ameaças, como sistema elétrico irregular, que pode ser um causador de risco⁸.

O risco também é uma construção social, decorrendo de saberes, conhecimentos, sistemas de crença, modos de percepção de determinado contexto social. Segundo Cardonna (2001), a maioria dos planejamentos dá ênfase ao rol ativo que as pessoas têm na construção do significado do risco e no papel da comunicação como poder de transformação, sendo fundamental considerar as percepções, atitudes e motivações individuais e coletivas, as quais podem variar notavelmente de um contexto a outro. Nesse sentido, a atuação sobre os riscos, por meio de um programa de gestão, precisa ser participativa, integrando os diferentes saberes sobre a realidade⁹.

Considerar o risco como ameaça relacionada a uma situação de vulnerabilidade, característica em assentamentos precários, vivaz

⁸ As ações de gestão de riscos, especialmente em contextos urbanos onde são complexas as condições por conta da grande densidade demográfica, devem incidir sobre as condições de vulnerabilidade aos desastres em função de determinadas ameaças[...]os riscos não são objetos, tampouco fixos ou estáveis, mas processos que se modificam com o tempo, com ou sem uma intervenção direta sobre eles. São processos que dependem, também, do sistema sociocultural e técnico, que determinam o que é exatamente risco. Muitas vezes, o que o técnico de Defesa Civil, o bombeiro e o geólogo percebem como risco de vida não é assim percebido por um estudante, uma liderança comunitária, um empresário. O risco também é uma construção social, decorrendo de saberes, conhecimentos, sistemas de crença, modos de percepção de determinado contexto social. Segundo Cardonna (2001), a maioria dos planejamentos dá ênfase ao rol ativo que as pessoas têm na construção do significado do risco e no papel da comunicação como poder de transformação, sendo fundamental considerar as percepções, atitudes e motivações individuais e coletivas, as quais podem variar notavelmente de um contexto a outro. Nesse sentido, a atuação sobre os riscos, por meio de um programa de gestão, precisa ser participativa, integrando os diferentes saberes sobre a realidade. Janaina Furtado et al., *Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil* (Florianópolis: CAD UFSC, 2013. 2. edição), 57-58.

⁹ Janaina Furtado, et al. *Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil*. 2. edição (Florianópolis: CAD UFSC, 2013) 57-58.

evidencia que a vulnerabilidade está atrelada a diversas situações e fatuidades concernentes de uma conjuntura capitalista e neoliberal.

Outrossim, mobilizar a população residente de tais áreas, para uma gestão participativa para o enfrentamento de riscos naturais, no fomento de criação de NUDECs, categoricamente essenciais dada a insegurança nos espaços habitados, proveniente aos riscos hidrometeorológicos e geológicos.

2. SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE SÃO PAULO

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012, versa sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC) e institui a criação de Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres, evidenciando as competências de cada órgão¹⁰.

Em consonância com o artigo 8.º (explicitado em nota de rodapé número 5) PNPDEC, mostra que o município deve desenvolver estratégias e ações relacionadas à proteção, prevenção, desde elaboração de planos municipais, mapeamento de áreas de risco, mobilização, participação e qualificação da população para atuar em situação de riscos de desastres e disseminar a cultura da prevenção.

Em São Paulo a Defesa Civil pertence Secretaria Municipal de Segurança Urbana, pela a competência a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), é o órgão gestor da Defesa Civil na municipalidade, gerenciando a Coordenadoria Distrital de Defesa Civil (CODDEC), que operacionaliza as ações.

[...]a responsável direta pela articulação e execução das ações de prevenção, resposta e reabilitação das emergências relacionadas aos respectivos riscos [...] As Coordenadorias Distritais de Defesa

¹⁰ Brasil. *Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm

Civil - CODDECs, subordinadas às respectivas Subprefeituras, são partes integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil e tem suas ações pautadas pelas diretrizes fixadas pela COMDEC ¹¹.

A CODDEC, é a responsável pela implantação dos NUDECs, conforme o Decreto Municipal n.º 47.534, de 1.º de agosto de 2006:

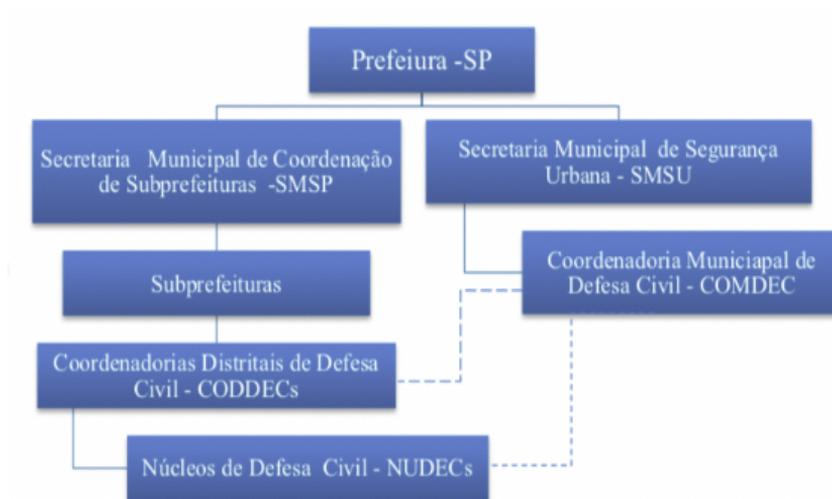
art. 16 º, nos incisos, XII, XIII e XIV, que compete a CODDEC: XII - promover a mobilização comunitária e a implantação de NUDECs ou entidades correspondentes, especialmente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados; XIII - articular e fomentar os Núcleos de Defesa Civil - NUDECs, gerenciando suas ações no âmbito da defesa civil, nas áreas específicas das respectivas Subprefeituras; XIV - gerenciar junto aos NUDECs reuniões e o desenvolvimento de programas de capacitação e planejamento de atividades de defesa civil¹².

As CODDECs e os NUDECs estão inseridos nas 32 Subprefeituras da cidade, os mesmos órgãos pertencem a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo e o órgão gestor pertence a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), logo, uma estrutura «esquizofrênica» .

O organograma abaixo é uma tentativa de demonstrar a configuração das partes integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil.

¹¹ São Paulo, (SP). Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil. Decreto no 47.534, de 1º de agosto de 2006. Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil, 2006. <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2006/4754/47534/decreto-n-47534-2006-reorganiza-o-sistema-municipal-de-defesa-civil-2018-04-18-versao-consolidada>

¹² Idem.



Organograma 1. Sistema Municipal de Defesa Civil. Fonte: Elaboração própria.

3. A ESSÊNCIA DOS NÚCLEOS DE DEFESA CIVIL – NUDEC'S

No município de São Paulo existem aproximadamente 400 NUDECs, conforme informação do coordenador de ações preventivas e recuperativas da COMDEC (2013), entretanto, não há um indicador de desempenho que possa avaliar os núcleos de defesa civil. E de acordo com o representante da COMDEC já está em andamento o censo dos NUDECs, a ser realizado nas respectivas CODDECs das subprefeituras. Os NUDECs não são somente formados em áreas de vulnerabilidade social, como explica o entrevistado, «o trabalho com os NUDECs não é só com as comunidades carentes, há um NUDEC no Morumbi, em frente ao estádio Cícero Pompeu de Toledo, devido a região ser passível de

alagamento, e a voluntária é a presidente do CONSEG»¹³. As competências dos NUDECs, são pautadas pelo decreto nº 47.534/06, evidenciando que os «NUDECs serão constituídos por representantes das comunidades organizadas nas regiões sujeitas a riscos ambientais e atuarão de forma descentralizada e voluntária sob a coordenação da respectiva CODDEC»¹⁴.

Pode-se afirmar que:

[...] Núcleos Comunitários de Defesa Civil, cuja finalidade é desenvolver um processo de orientação permanente junto à população, tem como principal objetivo a prevenção e minimização dos riscos e desastres nas áreas de maior vulnerabilidade nos municípios. Os NUDECs estabelecem um elo formal entre as COMDECs responsáveis pelas ações de Defesa Civil nos municípios e a população. Favorece a cogestão no planejamento, dissemina o princípio da prevenção no tocante às áreas de risco [...] Promove a interação entre a Defesa Civil e a comunidade [...] estimula a população para participação e a construção de uma cultura voltada à prevenção de riscos [...] possibilita um planejamento participativo [...] viabiliza espaços participativos e democráticos na comunidade [...] assegura a ampliação dos espaços de discussão, tendo como perspectiva a prevenção e redução de riscos e desastres¹⁵.

[...] Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudec), que tem por objetivo cooperar de forma ativa no planejamento, promoção e coordenação das atividades de defesa civil, participando em todas as suas fases. Um Nudec é formado por voluntários coordenados

¹³ Entrevista concedida pelo Coordenador Distrital de Defesa Civil da Subprefeitura do Butantã. [jul.2013].

¹⁴ São Paulo, (SP). Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil. *Decreto no 47.534, de 10 de agosto de 2006*. Reorganiza o Sistema Municipal de Defesa Civil, 2006. <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2006/4754/47534/decreto-n-47534-2006-reorganiza-o-sistema-municipal-de-defesa-civil-2018-04-18-versao-consolidada>

¹⁵ Rejane Lucena. *Manual de formação de NUDECs*. 2005, 13 e 14. http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=db8a3774-8703-450e-b18e21931e2a6fc5&groupId=10157.

por um líder comunitário. Sua instalação é prioritária em áreas de risco de desastres e sua atenção tem caráter preventivo, visando preparar a comunidade para responder efetivamente em situação de desastres[...]¹⁶

É um elo entre a sociedade e o poder público, com foco em desenvolver ações de prevenção a riscos naturais, fomentar a organização comunitária, disseminar conhecimento sobre a temática na comunidade, participar em todas as etapas de gestão de riscos, dentre os diversos espaços da sociedade. Dessa forma, fomentar uma articulação entre as políticas públicas é primordial, para que haja uma intersetorialidade e uma resposta efetiva na gestão de risco. «[...] uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante»¹⁷.

4. METODOLOGIA

Neste artigo o método de pesquisa é o estudo de caso único¹⁸, por possuir um enfoque sobre um acontecimento contemporâneo no contexto da vida real, considera-se o estudo de caso como uma forma diferenciada de investigação, uma forma de pesquisa ordinária no planejamento comunitário.

O estudo de caso do NUDEC do bairro Jardim Arpoador pertencente ao distrito Raposo Tavares situado do município de São Paulo, sob a jurisdição da subprefeitura do Butantã, se justifica por

¹⁶ Mary Jane Paris Spink. *Viver em áreas de risco. Reflexão sobre vulnerabilidades socioambientais* (São Pulo: EDUC: Terceiro Nome, 2018,) 57.

¹⁷ Leonardo Secchi. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (São Paulo: Cengage Learning, 2012) 2.

¹⁸ Robert K Yin . *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (Porto Alegre: Bookman,2010) 24.

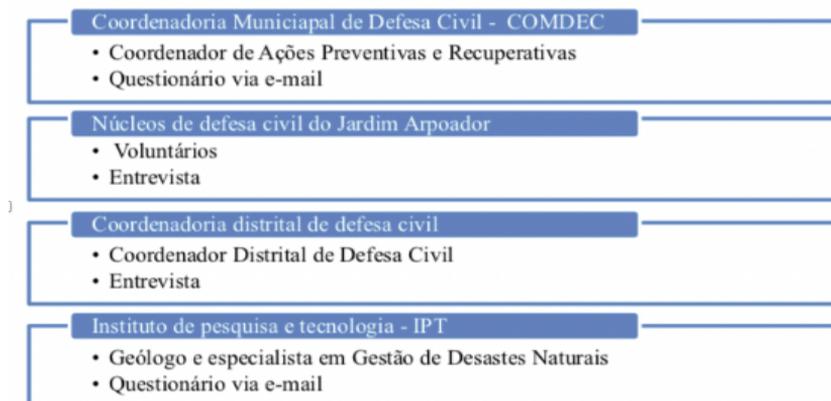
apresentar NUDECs que desenvolvem um trabalho em conjunto com a CODDEC há mais de nove anos, sendo a única CODDEC do município, dentre as 32 subprefeituras, que possui uma equipe de trabalho estável, sem rotatividade de técnicos com frequência. O coordenador distrital, é engenheiro, servidor público e atua na defesa civil desde 2004, é o mais antigo da equipe, assim, proporcionando uma continuidade na participação dos moradores nos NUDECs.

Como fonte de evidências do estudo de caso, Yin¹⁹ propõe seis evidências distintas: documentos; registros em arquivos; entrevistas; observação direta; observação participante e artefatos físicos. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, análise de dados secundários, leis e decretos, foi possível compreender o contexto da defesa civil, em específico dos NUDECs, apesar da dificuldade de encontrar referencial teórico, específico sobre NUDECs.

No segundo momento do estudo de caso, foram realizadas entrevistas, por considerar que são «uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso»²⁰. As entrevistas foram semiestruturada, possibilitando maior maleabilidade na formulação de novas perguntas, e as entrevistas foram gravadas em arquivo de áudio e também se aplicou questionário com perguntas fechadas e abertas realizado via *e-mail*. O quadro a seguir, expõe os atores dessa pesquisa

¹⁹ Robert K Yin. *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (Porto Alegre: Bookman, 2010).

²⁰ *Ibidem*, 133.



Quadro 1. Atores da pesquisa. Fonte: Elaboração própria.

A observação direta baseou-se em conhecer a sede da Subprefeitura do Butantã, especificamente o setor da CODDEC, observando a rotina de trabalho, recursos humanos e materiais, bem como acompanhar a equipe da CODDEC e os representantes dos NUDECs em uma ação de assistência às vítimas de desastre natural do Jardim Arpoador.

A CODDEC do Butantã possui 70 NUDECs que estão distribuídos nos distritos do Morumbi, Vila Sônia, Rio Pequeno, Raposo Tavares e Butantã, totalizando mais de 420.000 habitantes, espalhados pelos 146 bairros.

5. PERCEPÇÕES AO DECORRER DA PESQUISA

A coordenadoria distrital de defesa civil não possui uma estrutura adequada para ampliar e melhorar suas ações de mobilização, formação e participação da comunidade em NUDESc, afinal, faltam recursos humanos, financeiros e materiais.

A aplicação de recursos na prevenção de riscos reduz consideravelmente as perdas financeiras, os danos sociais e evita mortes desnecessárias. Embora repetido como um mantra por todos que atuam direta ou indiretamente na área de riscos e desastres naturais, isso não é observado na prática da gestão pública de riscos

no Brasil [...]há vários gargalos para um bom desempenho da Gestão de Riscos e Desastres no Brasil. Faltam habitações para a população de baixa renda, capacidade técnica instituída na ação dos municípios, instrumentos técnicos disponibilizados e apropriados pelos municípios, controle urbano, recursos financeiros compatíveis com as demandas, mas essencialmente , falta planejamento. . E embora exista competência técnica por parte de especialistas e pesquisadores, esta ainda não conseguiu chegar à forma adequada para apropriação direta pelos gestores públicos²¹.

E isso se deve a aparente falta de relevância da temática para o Estado, que gasta milhões em situações de calamidade pública ao invés de investir recursos na prevenção de riscos, assim, salvaria vidas e economizaria dinheiro dos cofres públicos. Entretanto, a escassez nessa área permanece e cada COMDEC, CODDEC e NUDEC, atuam conforme os recursos disponibilizados.

O coordenador considera que a equipe existente consegue responder as demandas, dentro de suas possibilidades, mas se fosse para ter uma equipe mais efetiva, agregaria mais dois profissionais: Geólogo para tratar das áreas de risco e o Assistente Social, para trabalhar com as comunidades no processo de formação e participação em NUDECs. O trabalho de mobilização comunitária, segundo JUNGLES²² é o processo de reunir membros de uma comunidade e capacitá-los para lidar com as preocupações e problemas comuns, com ou sem interferência externa. E a CODDEC iniciou a mobilização nas comunidades em situação de vulnerabilidade e ameaça, com a seguinte estratégia:

²¹ Margareth Mascarenhas Alheiros. *Gestão de riscos geológicos no Brasil. São Paulo*. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental. Edição Especial. Novembro, 2011, 11,7 e 119. <Disponível em: <http://itpack31.itarget.com.br/uploads/abe/arquivos/RevistaABGEMargarethpdf.pdf>.

²² Antônio Edséio Jungles (Coord). *Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres*. Florianópolis, CEPED UFSC. 2012. http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/mobilizacao_comunitaria_e_comunicacao_de_risco_0.pdf

Primeiro passo é estar presente nas áreas, não adianta o CODDEC ficar o dia todo no escritório, então, a maioria do nosso tempo é em área, mesmo que não haja ocorrência, pois possibilita o contato com a população. Quando vamos às comunidades, as lideranças, as pessoas conversam conosco, isso não é automático à medida que elas percebem a nossa presença praticamente diária acabam conversando, contando os problemas, buscando soluções e os moradores também começam a vir na CODDEC pedir alguma intervenção, daí percebemos a pró-atividade da pessoa, dessa forma, pegamos os dados: nome, telefone, endereço para colocar no cadastro, vamos desenvolvendo uma maior proximidade. Quando vamos para área ligamos para essas pessoas, perguntamos se elas podem nos recepcionar e as respostas são sempre muito positivas e nos avaliamos com a comunidade se essas pessoas são lideranças, se possuem representatividade, se são pessoas preocupadas com a comunidade, a gente faz um diagnóstico do perfil do futuro NUDEC, quando conseguimos identificar, as pessoas entram na relação dos NUDECs, eu não quero saber RG, CPF, quero saber se ele vai me ligar quando acontecer algum problema, se ele está preocupado com a comunidade²³.

A presença constante em área é uma forma de aproximação com a população e conhecimento da realidade local, assim, a assiduidade do poder público nas comunidades estabelece um canal de comunicação horizontal, inicialmente de reivindicações e orientações e ao decorrer do processo o trabalho promove um diálogo permanente para a construção de vínculos, em uma perspectiva de direitos sociais em específico ao direito à moradia digna.

A formação de NUDECs visa o enfrentamento aos riscos, uma gestão participativa – um elo entre o poder público e a sociedade civil. «Contudo, sua implantação depende da participação de pessoas das

²³ Entrevista concedida pelo Coordenador Distrital de Defesa Civil da Subprefeitura do Butantã. [jul.2013]

comunidades mais vulneráveis e do esforço da defesa civil local de capacitá-los»²⁴.

Os voluntários dos NUDECs entrevistados, relataram que hoje se sentem sujeitos determinantes de um processo transformador, devido aos resultados obtidos na esfera pública em prol da comunidade e o reconhecimento sutil adquirido pelo poder público, pela comunidade e familiares.

Evidencia-se um *empowerment*, que pode ser considerado um dos objetivos do processo de participação comunitária, habilitar uma pessoa para que ela seja a mola propulsora consultiva e deliberativa daquele território, acredita que essa pessoa possa iniciar ações baseadas em sua própria iniciativa e organização e, assim, influenciar os processos e os resultados do desenvolvimento.

Os representantes dos NUDECs, exercem uma atividade de extrema responsabilidade e sensibilidade humana, no manejo da disseminação de conhecimento referente a prevenção de riscos naturais, ademais, não recebendo nenhuma remuneração do poder público, nem ao menos o pagamento de transporte público para a locomoção em reuniões e cursos de qualificação. Logo, para alguns voluntários existe a sobrecarga física, emocional e financeira, além do descrédito com o poder público. Tomando essa passagem como verdade, é preciso ter o cuidado de não massificar as pessoas residentes em territórios aonde haja pouca adesão, balizar os lados é inquestionável. Esse processo de gestão participativa é fundamental em uma sociedade democrática, porém até que ponto essa participação é relevante ao poder público, considerando a falta de reconhecimento, investimento humano e financeiro e a escassa divulgação das ações dos NUDECs?

CONSIDERAÇÕES

Fomentar o processo de participação de pessoas em NUDECs, implica em possuir uma equipe técnica qualificada, recursos materiais e principalmente o estabelecimento de diretrizes para subsidiar o

²⁴ Mary Jane Paris Spink. *Viver em áreas de risco. Reflexão sobre vulnerabilidades socioambientais* (São Paulo: EDUC: Terceiro Nome, 2018) 58.

planejamento das ações socioeducativas em prevenção de riscos e desastres, o que não existe até o momento.

O desenvolvimento de atividades lúdicas auxilia no processo de assimilação da informação, assim, realizar simulados de possíveis desastres é uma forma prática e teórica para preparar a população para eventuais riscos, bem como a realização de oficinas de primeiros socorros.

Os NUDECs são aliados importantes para a defesa civil, mantê-los motivados a participarem das ações é primordial e isso a CODDEC do Butantã consegue, estabeleceu um vínculo com os voluntários, uma parceria de quase uma década. É ainda possível observar a confiança que esses voluntários dos NUDECs têm nos profissionais da CODDEC, isso é atribuído ao profissionalismo da equipe, ao conhecimento técnico, ao compromisso em responder as demandas da comunidade, que gerou e mantém a credibilidade da equipe com a comunidade. Afinal, «para reduzir a vulnerabilidade é necessário, efetivamente, ampliar as capacidades das populações para que elas atuem sobre o processo e os projetos que as envolvem»²⁵. E para além disso, deve ter um maior investimento financeiro e técnico na proteção e prevenção de áreas de riscos naturais.

A disseminação da cultura de prevenção é algo que precisa ser desenvolvido com maior empenho pelo poder público e consequentemente pela sociedade, pois estão em jogo a perda de inúmeras vidas, mediante a ocorrências de desastres, que são previsíveis, passíveis de estratégias de intervenção e não algo inusitado.

²⁵ Janaina Furtado, et al. *Pesquisa e Estudos sobre Desastres. Capacitação básica em Defesa Civil* (Florianópolis: CAD UFSC, 2013) 56.

CAPÍTULO 26

TRABALHADORES, CONFLITOS E SOCIABILIDADES: A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, EM PAULO AFONSO (BAHIA, BRASIL, 1945-1983)

Jamile Silva Silveira¹

¹ FLUC e CEIS20 – Universidade de Coimbra. E-mail: mileaps@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa compreender a trajetória dos trabalhadores da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e os conflitos sociais na formação de Paulo Afonso (BA/Brasil). O objetivo central desta investigação é analisar os trabalhadores, no processo de aceitação ou resistência, frente ao modelo de intervenção do poder público através da implementação da CHESF. A abordagem transita pelo campo da *história social do trabalho*, com acesso a fontes diversificadas que dialogam com conceitos de *experiência*, *grupos subalternos*, *classe e resistência*. Busca-se ampliar o olhar sobre os trabalhadores em Paulo Afonso, transitando pelo contexto de aprovação do projeto da Companhia (1945), início das obras (1948), inauguração das primeiras usinas (1974), Paulo Afonso I, II e III, e o acirramento dos conflitos sociais ocorridos até a greve de 1982.

Palavras-chave

Trabalhadores, CHESF, conflitos sociais.

INTRODUÇÃO

Guerreiros que enfrentam a batalha,
Firmando os pés na terra da magia
No rosto o suor, são homens combatentes
Que tem nas mãos a força da energia²

Este artigo apresenta os primeiros passos da pesquisa sobre os trabalhadores da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Interessa compreender a organização social urbana da vila operária, a *cultura operária* e as lutas destes sujeitos na história do município, conhecido como *Capital da Energia*³, que se confunde com a trajetória de instalação da CHESF. A proposta surge a partir de diálogo com as

² Trecho do *Hino de Paulo Afonso*.

³ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil.

fontes do projeto «Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)»⁴.

O desenvolvimento desta abordagem se ancora em arcabouços teóricos sobre o movimento operário no campo da *História Social*, explorando novas fontes e perspectivas de análises, sobretudo na área política, ideológica e econômica. Para Eric Hobsbawm (2000), o estudo da história operária ou dos trabalhadores não deve ser desenvolvido isoladamente do conjunto da sociedade, pois está imbricado de todas as complexidades e conflitos sociais contidos nesta realidade⁵.

A intenção é compreender a dinâmica dos grupos subalternos, suas experiências, a formação de identidade dessa classe, entre seus pares, frente a política hegemônica da CHESF⁶. Sem negar as estruturas clássicas e «formais» de luta, os estudos sobre os mundos do trabalho permanecem sob o desafio da urgência de dar conta de sentimentos e aspectos além do processo de trabalho e da revolta contra a exploração⁷.

Se trata aqui de trabalhadores de uma empresa pública instalada no sertão nordestino em 1948, mas autorizada em 1945, ainda no contexto do Estado Novo, para fornecer energia elétrica a toda região. As obras da Companhia, acompanhadas do discurso do desenvolvimento urbano e industrial, impactaram as relações socioculturais, a paisagem urbana e rural, e sobretudo, o mundo do trabalho.

O marco temporal se inicia em 1945, com a autorização do Governo Federal para sua instalação, atravessando a emancipação de Paulo Afonso enquanto município em 1958 e o regime militar instaurado em

⁴ Desenvolvido em parceria com pesquisadores de outras instituições: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). A posposta é investigar a história e registro da memória das lutas sociais protagonizadas por diferentes grupos de sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras.

⁵ Eric J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História Operária* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000), 25.

⁶ *Subalterno* é utilizado neste estudo compreendendo que os sujeitos sociais são identificados no processo das relações de poder estabelecidas entre as classes sociais. Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Vol. 1. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999), 134.

⁷ Antônio Luigi Negro e Flávio Santos Gomes, “Além de Senzalas e Fábricas: Uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, v.18, n.1, São Paulo, junho de 2006, 222.

1964⁸. No avanço das obras da Usina (Moxotó-BA), inaugurada em 1968, identifica-se vestígios diretos de resistência coletiva aos interesses da CHESF, na luta contra a desapropriação e posterior inundação do município de Glória – BA, com mais de 200 anos⁹. Finalmente, o recorte alcança as greves dos operários da CHESF ocorridas em 1979 e 1982, que representam o enfrentamento direto entre os projetos dos trabalhadores e o da empresa.

1. A COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO: ESTRATÉGIAS PARA CONSTRIR O CONSENSO

Entre os séculos XIX e início do XX, o Estado brasileiro e as classes dominantes estabeleceram uma estreita relação com o capital internacional, buscando recursos para o rápido desenvolvimento da nação, apostando em modelos industrializantes que trariam o crescimento para a economia¹⁰. Essa transformação, aliada a industrialização e urbanização das grandes cidades, era impulsionada pelo setor cada vez mais estratégico em escala mundial: produção de energia elétrica¹¹.

Consonante a este movimento, no Brasil foram realizados diversos estudos sobre o aproveitamento energético do rio São Francisco, quando foi constatada, na década de 1920, a viabilidade de instalação de hidroelétricas que impulsionaria a industrialização da região Nordeste. Para implementação dessa política, na Constituição Federal de 1934, governo de Getúlio Vargas, foi instituído o Código de Águas, que regulamentava a utilização hídrica das bacias do território brasileiro,

⁸ Paulo Afonso como Área de Segurança Nacional, tem a instauração da sede do Serviço Nacional de Inteligência (SNI).

⁹ Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, *50 Anos de CHESF: 1948-1998* (Rio de Janeiro: Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, 1998).

¹⁰ Sônia Regina de Mendonça, *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento* (Rio de Janeiro. Graal, 1986).

¹¹ Alexandre Macchione Saes. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)* (São Paulo: EDUSC, 2010), Capítulo 5.

inclusive a do Rio São Francisco¹². Foi criado, também, o Instituto de Obras Contra a Seca e a Fundação de Obras Contra a Seca no Vale do São Francisco (IOCS/FOCS).

O projeto CHESF foi alicerçado na experiência da Tennessee Valley Authority (TVA), nos Estados Unidos, que transformou em pouco tempo o Vale do Tennessee em uma potência agroindustrial¹³. O sucesso da TVA é expressamente citado nos discursos, emendas, debates, depoimentos, projetos e documentos legislativos ao longo da década de 1940, constando em alguns documentos, transcrições de depoimentos do então presidente Roosevelt, criador do *New Deal*, sobre o assunto¹⁴. Esse alinhamento de interesses entre o Estado brasileiro (Governos de Getúlio Vargas e Dutra), e os EUA esteve presente, também, nos acordos e financiamentos do maquinário e instalação da Companhia¹⁵.

A configuração de vila operária instalada pela CHESF em Paulo Afonso é um padrão presente em diversos países, construídos por empresas públicas ou privadas. Na Europa existem experiências expressivas, como os casos da Catalunha em Espanha e Le Creusot em França. Dentre as experiências portuguesas, nos séculos XIX e XX, o caso mais emblemático é o da Companhia União Fabril (CUF), criada em 1898, que instalou a primeira fábrica no Barreiro em 1908. Além dos projetos de habitação operária implementados, a história destes trabalhadores também revela uma forte mobilização social, organização, resistência e luta¹⁶.

¹² Brasil, *Código de Águas*, Decreto n.º 24.643, 10 de julho de 1934. Livro III - Forças Hidráulicas – Regulamentação da indústria Hidroelétrica.

¹³ Hudolf Häuptli, “*Chesf: Fase pioneira numa companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil*” (Dissertação de Metrado em História Geral, Instituto Politécnico de Zurique, 1993).

¹⁴ Brasil, *Aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso* (Ministério da Agricultura, 1944); BRASIL, *Aproveitamento do Vale do São Francisco e Construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso* (Ministério da Agricultura, 1945).

¹⁵ Francisco Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional* (São Paulo: UNESP, 2000).

¹⁶ Pretende-se aprofundar posteriormente o estudo e aplicação do padrão *Company Town* na Europa e América Latina, com análise comparada à realidade de Paulo Afonso, compreendendo o processo de aceitação ou resistência dos trabalhadores a esses projetos, respeitando as especificidades de cada experiência. Referências importantes: Raquel Varela, Marcelo Badaró Mattos, e P. Terra, (Orgs.), *História das Relações de Trabalho: Brasil e Portugal em Perspectiva Global* (Rio de Janeiro: Consequência, 2017); Miguel Figueira de

No caso brasileiro, temos alguns exemplos de *Company Town*, como da Companhia de Tecidos Paulista, em Paulista-PE¹⁷, da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ¹⁸ e a Multinacional de Alumínio Canadense Alcan, em Porto Trombeta-AM¹⁹. Ao pensar as vilas operárias, José Sergio Leite Lopes estuda a relação de dominação da fábrica, que se estende do campo da produção à disciplinarização do trabalhador, alcançando os seus espaços cotidianos²⁰. Desse modo, o processo de controle extravasava o ambiente do trabalho e penetrava a esfera doméstica, no qual, o trabalhador era classificado de acordo com sua função hierárquica em todos os espaços de produção e reprodução da sua condição humana e suas relações.

Seguindo o padrão *Company Town*, as instalações da CHESF foram iniciadas em Forquilha, distrito de Santo Antônio das Glórias-BA, que margeava a grande cachoeira do rio São Francisco, uma das maiores do Brasil. Sua localização, divisa de três estados (Bahia, Alagoas e Sergipe), geralmente garantia passagem a quem atravessava o sertão²¹. Existiam poucos moradores em casas de taipa quando, em 1945, foi

Faria, José Amado Mendes, (Orgs.), *Actas do colóquio internacional industrialização em Portugal no século XX: o caso do Barreiro* (Lisboa: EDIUAL, 2010).

¹⁷ José Sergio Leite Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés* (São Paulo: Marco Zero, 1988).

¹⁸ André Franklin Palmeira, *A Nova Face da Cidade do Aço: Crise do capital, Trabalho e Hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)* (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2012).

¹⁹ Frank Meyer, “Cidades-empresa numa cadeia produtiva transnacional: dimensões sociais e ambientais da produção de alumínio em Porto Trombetas, Brasil, e Årdal, Noruega”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, 107-127.

²⁰ Lopes, *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*, Capítulo 1: O Aliciamento direto de trabalhadores pela Companhia: A incorporação Modelar da força de Trabalho na Vila Operária, 39-58.

²¹ Nos registros sobre o povoamento da região, conta que o mesmo ocorreu de maneira efetiva por volta do século XVII, no período nominado “Ciclo do Gado”, com os criadores que estabeleceram mais de 500 currais no interior da Bahia. Ali já havia a presença de diferentes povos indígenas. Devido às inserções de Garcia D’Ávila no Nordeste, que se deslocou do litoral da Bahia ao Piauí, surgiram as primeiras vilas as margens do rio São Francisco. Assim, “eram deixadas dez novilhas, um touro e um casal de escravos”, nominados barranqueiros. Os negros assumiam a função de vaqueiros e a formação de latifúndios se expandia. Ver: Antônio Galdino da Silva, *Paulo Afonso e sua história em Revista*. (Paulo Afonso: Speedgraph, 2016), 18.

autorizado o aproveitamento energético na localidade²². O cenário em 1948 passou a se agitar com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os moradores viram sua rotina se modificar radicalmente.

No Acampamento CHESF foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e para famílias de operários. Na Vila Operária, correspondendo a *Company Town*, as moradias eram específicas (casa tipo C, D, E e O), assim como os ambientes de sociabilidade, de acordo com a hierarquia estabelecida na empresa.²³

Muitos que chegaram, na esperança de trabalhar na Companhia, não foram absorvidos nas moradias oficiais. Chamados de *cata ossos*, estes construíram um novo bairro, conhecido como Vila Poty. Relatos afirmam que “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas. Do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida”²⁴. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento da fábrica Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco²⁵.

A empresa construiu uma cerca de arame farpado, delimitando a área de ação da CHESF, garantindo a segurança dos moradores e de seu patrimônio, as histórias de violência na Poty, levaram a

²² BRASIL, *Decreto n. 8.031*, de 3 de outubro de 1945.

²³ Cecília Maria Bezerra de Oliveira, “*Educação, Estratégia do Poder: SPEI-Serviço de Ensino Integrado de Paulo Afonso, as Doutrinas de Segurança Nacional na área de ensino*” (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade Internacional de Lisboa, 2005), 127-129.

²⁴ “O Cruzeiro”, edição de 03 de janeiro de 1953. Antônio Galdino da Silva, *De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros* (Paulo Afonso: Fonte Viva, 2014), 54.

²⁵ Thales de Azevedo, em 1950, descreveu a Vila Poty como uma “boom town, que ali surgiu há pouco mais de um ano com barracas feitas de sacos de cimento e hoje é um aglomerado heterogêneo de ranchos de palha, de pano, de zinco, de táboa e casas de sopapo, de adôbo e uma quinta parte de tijolo, forma em relação a Forquilha um contraste com todas as características duma situação experimental, criada para estudo de estruturas e relações sociais em desenvolvimento”. Thales de Azevedo, “Uma grande experiência social em Paulo Afonso”, *Administração Pública*, Departamento do Serviço Público do Estado da Bahia, Salvador, ano II, nº IV, vol. I, 1950, 16.

direção da empresa a substituição das estacas de madeira por estruturas de concreto, e em seguida, por um muro de pedra e arame farpado com aproximadamente 1,5 m de altura, apelidado de “o muro da vergonha” numa alusão ao muro de Berlim. A existência do muro barrava o fluxo de informações entre os bairros, a preocupação da direção da CHESF em transmitir para seus funcionários uma educação cidadina, acompanhada de uma padronização comportamental²⁶.

O cinema foi um dos instrumentos significativos neste momento, transmissor do discurso hegemônico que justificava todas as ações da empresa. Foram produzidos diversos filmes, inicialmente em 1949, retratando a importância da CHESF para o desenvolvimento do país, exibidos na maior parte dos municípios e, inclusive, no Clube Operário e no Clube Paulo Afonso (dos engenheiros da Companhia)²⁷.

Apesar da existência do muro, em 1958 o Município de Paulo Afonso foi emancipado e com seu crescimento surgem reivindicações por melhorias sociais. Mas o domínio, inclusive territorial da CHESF, perdurou ainda durante muitos anos. Somente na década de 1980 o muro foi derrubado e as guaritas desativadas, apesar da CHESF continuar administrando o acampamento até 2002, quando a prefeitura se torna responsável pela área.

2. OS TRABALHADORES DA CHESF: HEGEMONIA E CONFLITOS

Geralmente, o conceito *classe* é utilizado em sentido estático – pré-construído – que se adequa abruptamente a uma realidade ou fenômeno

²⁶ André Oliveira Pereira de Souza, “*Paulo Afonso: Um muro, duas cidades*” (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe, 2002), 08.

²⁷ Produzidos pela AGÊNCIA NACIONAL, do Cine Jornal Informativo, foram gravados 7 vídeos: *Cachoeira Paulo Afonso*: Parlamentares brasileiros em visita à grande fonte de energia hidráulica; *O Rio São Francisco*; *Águas do Presente e do Futuro* (1976); *Hidro-Elétrica do São Francisco*; *A Criação da CHESF*; *Uma Nova Abolição*; e *O Lago Imenso do Progresso*. Disponibilizados em: <https://www.youtube.com/watch?v=ICEcP9GBYAA&t=317s>

social específico, como algo divino, que pode ser utilizado para explicações reais, humanas. Ao aprofundar o estudo, localiza-se a classe enquanto relação social, formada por sujeitos históricos, conscientes ou não, com experiências de conflitos e lutas que surgem através das relações de produção²⁸. Para a tessitura desses conflitos é necessária a compreensão inicial das condições de vida dos trabalhadores e suas experiências organizativas.

Ao percorrer os caminhos de elaboração das experiências dos trabalhadores, Thompson (2001) afirma que é «essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “à reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações»²⁹. Assim, faz-se necessário analisar as classes, suas relações sociais e culturais, enquanto elementos fundamentais para o projeto de desenvolvimento da CHESF. *Experiência* pode ser compreendida como todas as ações do indivíduo e o sentido a elas atribuído, ocupando lugar central na dinâmica de reprodução social. «Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam»³⁰.

Ao relacionar *Experiência* e *Expectativa* à história, Koselleck (2006) afirma que o afastamento entre o passado (experiência) e o futuro (expectativa), na modernidade, é que possibilita o surgimento do *progresso/tempo novo* na cultura dominante³¹. Desse modo, é preciso percorrer caminhos para identificar brevemente algumas experiências dos trabalhadores em Paulo Afonso e a propagação de ideias nacional-desenvolvimentistas.

Tendo em vista que «todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida

²⁸ Ellen Meiksins Wood, *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (São Paulo: Boitempo, 2003), 78.

²⁹ Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001), 208.

³⁰ Edward P. Thompson, *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), 16.

³¹ Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006), 314.

tradicionais»³², aqueles que conseguiram ingressar nas frentes de trabalho da CHESF enfrentaram essas transformações. Eram trabalhadores rurais ou ainda pequenos comerciantes e artesãos, que enfrentaram esse distanciamento entre experiência e expectativa, construindo novos padrões de sociabilidade³³.

Uma das políticas do projeto CHESF era o custo mínimo com mão de obra. Assim, 95% dos operários contratados não tinham qualificação, eram de «origem regional, do sertão e do agreste, alguns de cidades litorâneas, como Maceió, Aracaju e João Pessoa, mas só uma porcentagem mínima era dos grandes centros Recife e Salvador. A maioria era constituída de pessoas da classe mais baixa, sem propriedade»³⁴. Observamos essa realidade, em diversos relatos, como o exemplo do operário João Felinto: «Trabalhei por fora uns tempos, no campo. [...] No túnel pagava 4 mil réis a hora, aí eu fui pra lá trabalhar. [...] Eu não tinha trabalhado com martelo, foi a primeira vez. Aprendi mais os meninos o serviço foi buaquemo de túnel abaixo. Furemos 21 túnel»³⁵.

Estes eram chamados de Cassacos, que também se aglomeravam nas moradias da Vila Porty, que abriram os caminhos, atravessando as correntezas do rio, quebrando pedras para a construção das barragens. Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes, em boa parte do

³² Edward P. Thompson *A formação da classe operária inglesa*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987), 2 v, 342.

³³ Sobre essa função do migrante-operário, Antônio Luigi Negro analisa esse fenômeno na indústria automobilística, onde identificou o processo de proletarização de diversos nordestinos. Diante do fluxo dos migrantes às fabricas, o mesmo questiona: “Como se comportariam na empresa, nos sindicatos e na política? Questão pertinente, também, para este projeto. Antônio Luigi Negro, “Zê Brasil foi ser Peão: Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva, e Alexandre Fortes (Orgs). *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. (Campinas: Editora da Unicamp, 2004), 412.

³⁴ Hudolf Häuptli. “Chesf: Fase pioneira duma companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil”. 82.

³⁵ Relato de “João Felinto”, realizado em abril de 2006, pelo pesquisador Sérgio Luiz Malta de Azevedo. Sérgio Luís Malta Azevedo, e Sandra Muccini, “Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma Contribuição a Historiografia de base local e regional”, *Revista Rios*, ano 1, n 1, agosto 2007, 80.

Nordeste, nas obras do Poder Público, onde se submetiam a condições de trabalho árduas e precárias³⁶.

Morreu muita gente. Nas secadeiras pra sair aqui. Tudo bruto, caía no rio quem era que achava? Tinha uns cabos de aço balançando, o cabra escapolia [...] o cabra sem entender de nada ia embora. Aí com tempo, o quartinho cheio de documento. Chegaram aqui tudo sem documento, entraram aí que nem bode, aí daí a muito tempo disse que o quartinho pegou fogo, mas aquilo foi incendiado de gente que tem. Arrancava unha e tudo mais. Quem trabalhava com martelo... serviço de martelo é serviço de doido. Já viu um martelo? Ah! Martelo é uma máquina grande assim. Fura 4 a 5 metros de chão a dentro. Trabalhando pegado. Ele balança o cabra todinho, quem tiver medo se acaba. E os ouvidos? Eu não ouço mais hoje, só se falar alto perto deu. Já com 20 e tantos anos, ainda hoje ta a zuada dentro dos ouvidos, eu martelando. Eu me deito eu ouço direitinho. Trabalhava 12 horas por dia. Era doze horas e largava em cima da hora. Trabalhei 18 anos com martelo³⁷.

Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pois, até o período, os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa, em um local isolado e com pouca estrutura. Assim, havia dificuldade para recrutar trabalhadores qualificados, apesar dos «atrativos» ofertados pela CHESF (casas, bons salários, educação, opções de lazer etc.). Neste contexto, os discursos sobre o Nordeste, enquanto local atrasado e pobre, também intimidava³⁸.

Na ausência de mão de obra qualificada, o aprendizado era concebido na «experiência da função» e muitos assumiram cargos de «Chefe de seção», por serem estrangeiros, refugiados de guerra, a

³⁶ Lara Vanessa de Castro Ferreira, “*Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)*” (Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal da Bahia, 2016).

³⁷ Relato de “João Felinto”. Sérgio Luís Malta Azevedo, e Sandra Muccini, *Revista Rios*, 81.

³⁸ Durval Muniz de Albuquerque Jr., *A invenção do Nordeste e outras artes* (São Paulo: Cortez, 1999).

maioria europeus. Chegaram 30 homens do Rio de Janeiro, instaladores elétricos e mecânicos, que afirmavam ser engenheiros para conseguir o posto de trabalho. Posteriormente, a presença dos estrangeiros como chefes dos brasileiros começou a gerar conflitos e muitas demissões³⁹.

Na década de 1970, os conflitos sociais ganharam expressividade diante da desapropriação dos moradores dos bairros mais carentes da Vila Poty: Riacho de Grito, Gangorra, Bairro da Lagoa e Bairro do Forno, para a construção das barragens. O Bairro da Lagoa foi o primeiro. «Após promessas de relocação das famílias em 1970 e 1971, em um domingo, a CHESF mandou de madrugada os tratores derrubarem os barracos. O lugar destinado para as famílias iram era o Mulungu, próximo à Polícia Federal. Não tinha nada na área e era período de seca». Muitas denúncias foram feitas «Aí se contratou uma empresa para construir os primeiros barracos. Nomearam de Bairro Tancredo Neves (BTN)»⁴⁰. Famílias ficaram acampadas durante meses embaixo de árvores pela cidade, pois não tinham moradia. «Há indícios de aumentos de ataques cardíacos, alguns seguidos de morte, e de suicídios»⁴¹.

O discurso sobre a *violência* é constante. «Do lado da secadeira do rio pra sair aqui no túnel, era toda hora, era toda hora acontecia. Matava gente que só bode aqui fora. Matava brigando. Vieram os primeiros, aí voltavam com medo. Tava matando gente que só bode»⁴². Na CHESF, uma das formas de violência se apresentava através dos frequentes acidentes de trabalho. Fora das obras, são citados «bandidos» que provocavam brigas, furtos e assassinatos. Compreender essa prática da violência pode ser um fio importante para tecer as estratégias de resistência desses trabalhadores frente à relação de poder da CHESF,

³⁹ Na década de 1960 um dos engenheiros-chefes, o russo Ivanov, saiu da Chesf e propôs outro estrangeiro para assumir seu posto, o que provocou uma grande campanha pela contratação de chefes nacionais. Os estrangeiros também não aceitavam chefes nacionais, tendo como resultado muitas demissões. Hudolf Häuptli. “Chesf: Fase pioneira numa companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil”, 90.

⁴⁰ “A Chesf nunca foi boazinha. Tudo que ela fez foi fruto de pressões da luta popular”. Relato “Alcides Modesto Coelho”, entrevista realizada em 15 de abril de 2011, Acervo *Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)*.

⁴¹ Juarez Duarte Bonfim, “Movimentos Sociais e Trabalhadores do Rio São Francisco”, *Scripta Nova*, nº 45, Universidade de Barcelona, 1999.

⁴² Relato de “João Felinto”. Sérgio Luís Malta Azevedo, e Sandra Muccini, *Revista Rios*, 82.

que podem se apresentar através dos discursos, público e privado, ou em padrões de comportamento reproduzido nessas relações sociais. A ideia aqui de *Resistência* pode ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência estabelecida nas relações de poder⁴³.

Apesar de um dos instrumentos civilizatórios ser o fornecimento de uma assistência religiosa, como apaziguador de tumultos e redução da criminalidade, representações da igreja católica tiveram papel ativo nestes conflitos junto aos grupos subalternos, como a dos Padres Alcides Modesto, Mario Zanetta⁴⁴ e Lourenço⁴⁵.

A influência cristã estava presente no processo de lutas por justiça social, principalmente no momento que as obras avançam e as primeiras casas são desapropriadas. Assim, surgem reações dos trabalhadores rurais da região que iniciam sua atuação política organizada na estrutura sindical. Os eletricitários também se organizaram, vinculando sua atuação a sub-sede do Sindicatos dos Eletricitários da Bahia (SINERGIA), e em 1979 e 1982 realizam duas greves de forte impacto na produção de energia na região. Em 1982, a CHESF tinha equivalente a 15% da produção nacional de energia elétrica, que atendia toda região Nordeste, parte do Pará e Minas Gerais, com 3.300 operários localizados em Paulo Afonso.

As mobilizações, tendo como pautas principais a estabilidade no emprego e melhorias salariais, foram duramente reprimidas pela ação militar e pela direção da Companhia, principalmente porque sua «arma» de luta mais eminente era o *black-out*.⁴⁶ Sobre a assembleia de 1982, que discutia o andamento das negociações com a Chesf:

⁴³ Scott afirma que a resistência é uma estratégia de sobrevivência estabelecida nas relações de poder, e que se faz importante compreender como esse poder se apresenta nas relações cotidianas. James C Scott. *Os dominados e a arte da resistência: Discursos ocultos* (México: Ediciones Era, 2000).

⁴⁴ Vem a se tornar Bispo posteriormente, ficando conhecido como Dom Mário Zanetta, exercendo um papel importante junto as comunidades mais carentes em toda região.

⁴⁵ Padre Lourenço e Padre Mario Zanetta eram italianos e chegaram juntos a Paulo Afonso em 1969. Mas o primeiro faleceu poucos anos após a chegada, em 1973, em um choque entre sua moto e um caminhão que transportava material para a construção da barragem da CHESF.

⁴⁶ Marcelo Badaró Mattos, *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil* (São Paulo: Expressão Popular, 2009), 119-120.

[...] Os eletricitários estão concentrados na porta do sindicato e ao longo da rua São Francisco. São três mil operários. Vão decidir a greve na Chesf. [...]

Um pequeno operário pede para falar: - Fizemos tudo, demos tudo e a Chesf não dá nada A empresa não respeita a gente. Então tá na hora de decidir.

Zé Grande pede para falar: - Não adianta querer enganar a nós mesmos. A diretoria da empresa deixou a gente encurralado. Ou botamos o rabo entre as pernas ou levamos a luta adiante.

O último orador é nazareno. Faz silencio absoluto na rua São Francisco. - A Chesf pensa que trabalhador deve ser pisado. Os coronéis da Chesf vão saber que trabalhador tem força. Então, o que devemos fazer para acabar com a intransigência da empresa?

A massa grita em coro: «parar, parar, parar».

- A partir de agora braços cruzados, maquinas paradas⁴⁷.

Em 1982, com a participação do padre Alcides Modesto, foi criada a Liga Social Católica e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco, com sede em Petrolândia-PE, mas com atuação constante junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Afonso e mais 12 municípios, pois dentre seus objetivos estava o «apoio a 7 mil famílias de trabalhadores rurais da região que seriam atingidos pela construção da barragem de Itaparica» e apoio aos operários da construção civil⁴⁸.

⁴⁷ Otto Filgueiras, *CHESF em alta tensão: A greve proibida* (Salvador: Gráfica LJM, 1983), 33-34.

⁴⁸ Dentre os seus projetos em desenvolvimento, o documento revela como principal “Organização e mobilização das comunidades, assessoria aos sindicatos”. Fonte: Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco. *Perfil do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco*. 26 de agosto de 1986; Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco. *Ata da Assembleia de Fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco*. 05 de dezembro de 1982. Acervo *Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no sub-médio São Francisco (1968-1994)*.

A diversidade de frentes de luta revela o caráter heterogêneo dos grupos subalternos em Paulo Afonso, que nem sempre utilizaram os sindicatos como instrumentos expoentes de luta no processo de embates sociais por reivindicações. Assim, esta análise discorre sobre os limites da ação, as rupturas e continuidades, conflitos e conciliações, no interior dos grupos subalternos e do poder do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação das empresas estrangeiras de produção energética e o Estado brasileiro, do final do século XIX e início do XX, é recheada por tensões e consensos durante a elaboração de projetos que alinhavam industrialização e modernização dos grandes centros urbanos em desenvolvimento. A CHESF e Paulo Afonso nascem desse movimento nacional e internacional, dinamizando essas transformações e atendendo os interesses de grupos econômicos.

A intenção da pesquisa é reconhecer os conflitos apresentados neste artigo, compreendendo os trabalhadores neste cenário político, cultural e econômico e seu protagonismo frente ao projeto CHESF. Desse modo, será ampliada a leitura das fontes, principalmente no campo da memória, compreendendo seu caráter *social*, no qual os indivíduos, a partir de uma apropriação singular, apresentam traços de uma experiência coletiva, salutar ao campo de análise dos grupos subalternos.

CAPÍTULO 27

SINDICALISMO E O COMBATE AO AMT

Terezinha Martins dos Santos Souza¹

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pós-doutoranda no Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. Visiting Scholar na Università Ca' Foscari Venezia – Itália. E-mail: terezinha.souza@unirio.br

Resumo

O controle que o capital exerce sobre o trabalho é principalmente um controle sobre o ritmo e produtividade (econômico) e sobre a possibilidade de sublevação (ideológico). Na Acumulação Flexível é necessário que a atuação para livrar-se dos obstáculos seja disfarçada, podendo ser explícito ou não em sua forma, mas obrigatoriamente implícita em suas intenções, sub-reptícia. Uma tática de gestão é criada e discutida nos centros ideológicos do sistema e se nomeia Assédio Moral no Trabalho (AMT), que é uma forma de gestão que visa atingir trabalhadores que contestam e obstaculizam os planos do poder, sem que ocorram reações, sem suscitar solidariedades. A forma superficial e aligeirada com que a literatura acerca do AMT o trata, situando-o no reino das opressões, não da exploração do trabalho, psicologizando-o, faz com que as soluções que se desenham sejam, não só inócuas, mas a maioria das vezes contribuem inclusive para aprofundar o AMT.

Palavras-chave

Assédio Moral no Trabalho (AMT), acumulação flexível, sindicatos.

INTRODUÇÃO

As sociedades de classe se fundam sobre a violência da expropriação do trabalho. Cada época história o faz de modo diverso e é este modo de realizar o trabalho e não os produtos gerados que as nomeiam. Tendo como objetivo principal valorizar o valor, o capital necessita extrair a mais valia, explorando o trabalho, enfrentando dois grandes obstáculos: 1) a queda tendencial da taxa de lucros; 2) a ameaça, sempre posta, da união dos trabalhadores, que podem tendencialmente se sublevar, reconhecendo-se como classe para si.

O capital precisa constantemente revolucionar-se, inovar seus métodos, mantendo o eixo da valorização do valor. São duas as funções de controle que o capital exerce sobre o trabalho 1) controle sobre o ritmo do trabalho, necessidade fulcral, posto que o valor das mercadorias é dado pelo tempo médio socialmente necessário para sua produção; é preciso que a força de trabalho seja empregada a um ritmo tal em que a produção de mercadorias obedeça aos parâmetros quantitativos

esperados; controle como parte imanente e exigência econômica do capital, não é moral, mesmo quando a forma pela qual ele seja executado atenta contra a moral da classe trabalhadora; 2) função ideológica e refere-se às atividades necessárias para que a classe não se subleve, com métodos que vão do chicote à humilhação, a depender do estágio da luta de classes, forças em luta e período histórico. No que concerne ao objetivo, o controle continua o mesmo; no que se refere à forma, ele assume feições diversas conforme a época histórica. Este artigo objetiva demonstrar que é por meio do AMT que este controle ocorre no período da Acumulação Flexível.

1. FORMA DE CONTROLE NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO (AMT)

Até os anos 1970, taylorismo/fordismo, o controle era explícito, via supervisor, reconhecido como portador legítimo dessa função. Nomear diferentemente os diversos períodos – fordismo/taylorismo e toyotismo – não é postular que, mecanicamente, os períodos históricos mudam sem deixar traços, mas o contrário, é reafirmar que o capital, para se manter, precisa sempre se revolucionar. Fordismo e toyotismo se alimentam e convivem, o capital se utiliza de uma ou outra forma de organizar a produção a depender do estágio da luta de classes, da cultura de cada local, da posição que cada país ocupa na divisão social do trabalho.

A partir dos anos 1970 sucede um período de grande contestação política e de crise econômica em todo mundo, e o capital, na tentativa de eternizar-se como modo de produzir a vida, necessita solucionar os dois problemas elencados acima. O capital engendra transformações no trabalho, seguindo a lógica de que é necessário que algo mude para que tudo continue como está. As mudanças visam a materialidade da organização da produção e a produção da subjetividade necessária para que a classe trabalhadora opere esta transformação, e atua no que concerne ao modo de organizar o chão da fábrica e de gerir o trabalho, excluindo as mudanças no modo de produzir riquezas, o modo de produção capitalista. A lógica de exploração continua, mas muda-se a gramática,edulcora-se o discurso, alia-se a intensificação da extração da mais valia absoluta onde possível, com a intensificação da mais valia relativa.

Um novo conjunto de enunciados é produzido pelos intelectuais da ordem (a exploração não é fruto da ignorância, *produz* a ignorância para reinar melhor; não é fruto da ausência de cultura formal: as ideias dominantes são as ideias da classe dominante). A utilização pragmática da parte imaterial do trabalho, das emoções, para fazer emergir uma nova subjetividade na classe trabalhadora é uma estratégia cuidadosamente forjada nos centros orgânicos de produção de conhecimento. Nas universidades inicia-se uma era de pesquisa sobre a importância dos sentimentos, do comprometimento afetivo com o trabalho, transformando o interesse do capital em projeto civilizatório desejável para toda a humanidade: vida espiritual torna-se sinônimo de vida religiosa, falam-se em *new ages*. A teoria é colocada no local de descrédito, a discussão sobre a existência de classes sociais fica relegada (e desacreditada) aos «radicais» marxistas. Emerge a cultura da pós-modernidade, que dá o suporte ideológico para todas essas mudanças. No que se refere às medidas *objetivas*, o capital promove mudanças no chão da fábrica. Da linha de produção para a ilha de produção, do trabalho parcelar e recortado para o trabalho multifuncional, do trabalho na esteira para o trabalho em equipe, participação “democrática” nas decisões (não substanciais) da empresa. De um trabalhador/uma máquina para um trabalhador/quatro máquinas. No que se refere às medidas *subjetivas*, para o capital, seriamente ameaçado pela contestação quase generalizada que sofreu na década de 1970, não basta o trabalhador vender a força de trabalho, tem que «vestir a camisa», e a empresa aparece como *locus* afetivo, que, na fase anterior, esta reserva emocional estava posta nos lares. São mudanças importantes, que não atingem o âmago do modo de produção, que continua baseando-se na exploração do trabalho, na versão infinitamente criativa (trabalho zero, *part time*) de aumento da precarização do trabalho (a acumulação permanece substantiva). O que muda é a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

As emoções são históricas e esses anseios são produzidos, se tornam moventes e movidos da causa que os produz. Num sistema que produz a desterritorialização, que privilegia o ter mas não o ser, que retira de cada um as possibilidades de se expressarem como humanos, nas jornadas de trabalho infinitas e inseguras, a «oferta» para refugiar-se em si, nos afetos (intimistas e alienantes em detrimento daqueles que levam a agir sobre o mundo, que excitam a potência de ação dos sujeitos)

é tentadora e aparece como resposta aos anseios mais íntimos de cada sujeito.

A mudança ideológica para capturar as emoções do trabalhador, para cooptá-lo, são medidas de natureza variada e as qualidades e competências a serem desenvolvidas são o espírito de grupo (o individualismo serial), polivalência, «empregabilidade», competitividade, qualidades necessárias para produzir de forma nova as mercadorias. As mudanças operadas nos processos de trabalho e o controle que o capital exerce sobre eles têm a potenciação do capital, pois aumenta a extração da mais-valia, e têm servido como instrumento de neutralização, obstrução e destruição das formas de resistência e organização dos trabalhadores. Como consequência, assiste-se à emersão de uma subjetividade inautêntica e dominada nos trabalhadores.

O controle que o capital exerce sobre o trabalho é principalmente um controle sobre o ritmo e produtividade (econômico) e sobre a possibilidade de sublevação (ideológico). O controle sobre o trabalho também é sobre o processo de trabalho: o trabalhador só conhece parte do processo de produção. Este é um pilar importante da alienação do trabalhador que não reconhece o produto do que faz, porque dele é separado, e não reconhece ali o seu saber e sua atuação.

A vigilância (controle) sobre o trabalhador, que no período fordista/taylorista, era exercida ostensivamente de fora para dentro, na figura do supervisor, se desloca lentamente para uma vigilância internalizada, autovigilância, sobre o companheiro de trabalho, na qual cada trabalhador é instado a incorporar os valores da empresa, tomar os interesses da empresa como seus (ele «coopera» com a empresa, e esta é uma grande família).

Como o capital necessita das emoções, todos os seus enunciados apelam para a pessoalidade de cada trabalhador. Ocorre uma superestimação das emoções narcísicas, isolacionistas, que pregam o abandono da vida pública, dos referenciais de classe, organizativos e enfatizam a defesa do internismo, de cada um por si. É nesta pessoalidade, nesse isolamento individualista que o trabalhador é atacado.

Para valorizar o valor, o capital precisa se modificar constantemente, e ideologicamente faz circular enunciados, nomeando os trabalhadores como parceiros e colaboradores. Há um chamado para fazer parte de uma grande família (a empresa). Mas o capital, ao

produzir cada vez mais riqueza, produz cada vez mais pobreza (lei da acumulação capitalista), daí a «questão social». Os efeitos deste processo de produção de miséria são vividos e sentidos diversamente pelos trabalhadores, produzindo formas diversas de contestação, e os trabalhadores acabam por constituírem-se enquanto obstáculos aos planos de poder. O que coloca uma questão para o capital: o que fazer quando aparecem os obstáculos aos planos do poder? Plantadas as bases objetivas e subjetivas para a cooptação das emoções do trabalhador, a forma de exercer o controle se dá de modo diferenciado. Na Acumulação Flexível é necessário que a atuação para livrar-se dos obstáculos seja disfarçada, podendo ser explícito ou não em sua forma, mas obrigatoriamente implícita em suas intenções, sub-reptícia. Uma tática de gestão é criada e discutida nos centros ideológicos do sistema e se nomeia Assédio Moral no Trabalho (AMT). É uma forma de gestão do trabalho que visa atingir trabalhadores que contestam e obstaculizam os planos do poder, sem que ocorram reações, sem suscitar solidariedades. Se o trabalhador que enfrenta o capital é um obstáculo, a representação de trabalhadores (comissões, sindicatos) – a despeito de todos os ataques explícitos ou disfarçados do capital, continua fazendo sua tarefa de representar os trabalhadores – se torna o alvo central do AMT. Este é a principal ferramenta de gestão do trabalho na atualidade, necessária ao patronato/empresa para enfrentar sua (mais forte) contestação, advinda dos trabalhadores. É a principal forma de gestão, que organiza determinadas estratégias de atuação visando impedir cada trabalhador e toda a classe trabalhadora de se unir, de se reconhecer como sujeitos portadores de direitos comuns. É a exposição dos trabalhadores a situações de humilhações repetitivas e prolongadas, ligadas a situações de trabalho e/ou no exercício de suas funções; é uma degradação deliberada das condições de trabalho: envolve repetição no tempo, não se constituindo como um fato isolado e ocasional, mas é dotado de intencionalidade.

O novo no AMT é a forma como este ataque se dá. Enfrentar abertamente os representantes da classe trabalhadora, como se fazia nos anos 1970 – demitindo, torturando, matando –, tinha seus efeitos positivos para o capital, mas transformava os representantes dos trabalhadores em heróis, muitas vezes aumentando a coesão da classe, mesmo que a reação não se desse imediatamente. É preciso desmoralizar as direções antes de combatê-las abertamente. No AMT a desmoralização antecede a desmobilização. O AMT é uma forma de

violência no trabalho que coexiste, incorpora e utiliza-se de outras formas de violência, como racismo, sexismo, homofobia, mas não são idênticas a ele. Do mesmo modo, o conjunto de práticas opressivas e exploradoras que o patronato faz recair sobre os trabalhadores não são todas elas AMT, mesmo que todas elas sejam deletérias. *O AMT é um meio, não um fim.* O patronato não assedia pelo prazer de assediar (mesmo que alguns tenham muito prazer em fazê-lo), mas utiliza o assédio como meio para que os trabalhadores não reajam quando as políticas de precarização do trabalho forem implementadas. Quando um grupo de trabalhadores é demitido, quando as condições de trabalho pioram, quando o ritmo do trabalho aumenta, o AMT antecedeu a tudo isso, para que empresa não sofra contestações, como meio poderoso para implementar a política da empresa.

Analisemos como o AMT em sido enfrentado pelos sindicatos e representações de classe cujo objetivo é a defesa dos interesses (imediatos) da categoria que representa.

2. SINDICATOS E LUTA DE CLASSES

Lenin² alerta que é necessário compreender as condições e saber avaliar a importância da ação revolucionária prática, as questões de tática da luta de classe do proletariado. Para tanto, é mister considerar objetivamente o conjunto das relações mútuas de todas as classes, considerar o grau de desenvolvimento dessa sociedade e suas relações com outras para traçar a tática acertada das classes trabalhadoras. Aqui os sindicatos têm tangenciado o conservadorismo. No que se refere ao estudo da emergência de novas formas que o capital cria para continuar realizando seu objetivo de valorizar o valor, flexibilizando processos, os sindicatos, majoritariamente, tem mantido táticas tão antigas quanto ineficazes, não levando em conta as mudanças, mas reificando a classe como se ela não estivesse em movimento.

Em outro artigo³, discorro sobre as dificuldades e erros postos no trabalho realizado pelos sindicalistas que se colocam a tarefa de combater o AMT. Reconhecendo e louvando o pioneirismo de alguns

² Vladimir Ilich Lenin, *Sobre os Sindicatos* (São Paulo: Editorial Livramento, 1979).

³ Terezinha Martins dos Santos Souza e Ivan Ducatti, “O enfrentamento do assédio moral pelos sindicatos: contribuições marxistas” *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2017, vol. 20, n. 1, p.79-94, <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/149105/146209>.

sindicatos, ainda minoritários no conjunto dos sindicatos, brasileiros ou de outras nacionalidades, em Portugal (cuja pesquisa de pós-doutoramento está em andamento), constata-se que, entre sindicalistas, o combate ao AMT ainda é minoritário e rudimentar, apesar de aparecer nas pautas de agitação dos jornais, e não passa de uma simples palavra de ordem, sem maiores consequências nem atos concretos de enfrentamento, tão vago e geral como «abaixo o autoritarismo». Além dessas primeiras descobertas, uma das causas principais deste enfrentamento é a incorreta discussão adotada pelos sindicalistas sobre o que é controle no capitalismo. Quem erra no diagnóstico erra, necessariamente, em traçar as estratégias necessárias para o combate.

3. SOBRE O CONTROLE

Apesar das formas de gerir o trabalho emergirem como menos despóticas, na realidade o capital jamais pode dispensar o controle sobre o processo de trabalho: é um elemento determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital.

Os sindicalistas têm demonstrado uma dificuldade enorme de incorporar o papel que o controle tem na lógica do capital; que a despeito de suas (às vezes) declaradas boas intenções não conseguem formular com devida acurácia essas determinações. Na práxis cotidiana, os sindicalistas agem com as determinações postas no cotidiano, o que lhes permite conhecer apenas as determinações mais superficiais. Quando os mais lúcidos sindicalistas inquietam-se e buscam aprofundar-se para além das aparências, encontram produções que, quando tangenciam a questão do controle, o fazem de um ponto de vista psicológico ou filosófico, sem ligação com as determinações da economia política.

Para que o capitalista se constitua como tal, é necessário que ele ocupe ao mesmo tempo um número dado de operários que lhe permita extrair mais-valia o suficiente. Apenas empregar um número pequeno de operários não é suficiente para extrair a mais-valia, tanto para o consumo privado do capitalista como para seu fundo de acumulação, para que ele possa ser liberado para gerir, vigiar e dirigir o processo de valorização do valor. O capital institui o controle sobre o trabalho, o despotismo na fábrica, que lhe assegure que o trabalho tenha a intensidade ou a duração social média. *Despotismo esse que não é uma acidentalidade inesperada no decorrer do processo, mas necessidade*

intrínseca. A submissão do trabalho ao capital é parte constitutiva e imanente do modo de produção capitalista, não uma decorrência indesejável.

O ponto de partida de produção capitalista se constitui pela atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista⁴, e desde a sua constituição o capitalismo se defronta com a necessidade de comandar a força de trabalho. O capital se defronta com uma primeira contradição, posto que é um sistema necessariamente excludente mas dependente da cooperação para a produção de mercadorias. Cooperação é a forma de trabalho em que muitos seres humanos trabalham lado a lado e coletivamente, em processos de produção conexos, sendo que as condições objetivas do processo de trabalho são revolucionadas pelo emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores. Estar juntos em um mesmo local é a condição primeira para que os trabalhadores possam cooperar, torna condição *sine qua non* para que o capitalista empregue estes trabalhadores simultaneamente e reunidos no mesmo local.

O controle dos trabalhadores passa a ser função real e não apenas formal do capitalista. O controle que o capital exerce sobre o trabalho parecia inicialmente ser uma decorrência formal do fato de os trabalhadores trabalharem para o capitalista em vez de para si, apenas uma afirmação de posse. O grande número de trabalhadores assalariados de que o capital necessita traz uma grande mudança no significado do seu controle: o comando do capital deixa de ser meramente formal, deixa de ser um controle fora do processo de trabalho, mesmo que exercido sobre ele, para converter-se numa verdadeira condição da produção, uma exigência para a execução do processo de trabalho. O controle pode ser dispensado quando este trabalho é exercido por poucos trabalhadores; mas, quando o trabalho é executado em grande escala, o controle do processo se faz necessário. A função de mediação, de direção, de controle do trabalho não será exercida pelos que trabalham, torna-se função do capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo⁵. Como função do capital esse controle ganha características peculiares que configuram o modo de ser do capital, como controle da força e do processo do trabalho.

⁴ Karl Marx, *O Capital. Crítica da economia política* (São Paulo: Nova cultural, 1988).

⁵ Karl Marx, *O Capital. Crítica da economia política* (São Paulo: Nova cultural, 1988).

As peculiares características da função de dirigir são várias, pois o temor da resistência dos trabalhadores é uma contradição fundamental do modo de produção capitalista que produz ele próprio aquilo que irá destruí-lo. Para produzir a mais-valia é necessário que a produção ocorra com um grande número de trabalhadores simultaneamente, de onde emergem condições para que estes troquem seus lamentos e opiniões e possam, como consequência, se reconhecer como sujeitos com interesses comuns. Tendencialmente podem surgir formas de organização, de resistência, bem como as consequentes pressões do capital. O capital atua para evitar a sublevação, bem como cria formas de neutralizar os efeitos, quando a resistência ocorre. Torna-se necessária a gestão da força de trabalho, não apenas como distribuição técnica de tarefas e equipamentos, mas também como forma de controlá-la ideologicamente, impedindo sua união e sublevação.

O processo de produção do capital é duplo quanto ao conteúdo: processo social de trabalho e processo de valorização de valor. Quanto à forma, esse processo assume formas despóticas, peculiarizadas, conforme se desenvolve a cooperação em maior escala. Na Grande Indústria, quando a massa de mais-valia produzida se tornou suficiente para libertar o empregador do trabalho manual e transformá-lo em capitalista, o capitalista transferiu a função de gestão/supervisão (exercida sobre os trabalhadores individuais/coletivos) para uma espécie particular de assalariados. Esses trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, comandam em nome do capital e formam seu exército. Controlar o processo de trabalho assume um caráter particular no capitalismo, cristalizando-se em sua função exclusiva.

4. CONSEQUÊNCIAS DA INCORRETA ANÁLISE SOBRE O QUE É CONTROLE SOBRE O TRABALHO

A forma superficial e aligeirada com que a literatura acerca do AMT trata a discussão do controle, situando-o no reino das opressões, não da exploração do trabalho, psicologizando-o, faz com que as soluções que se desenham sejam, não só inócuas, mas a maioria das vezes contribuem inclusive para aprofundar o AMT. Propostas de enfrentamento que vão de grupos de discussão com assediadores e assediados passam por conceder a autoridade aos reitores das universidades para tratar do AMT (o lobo tomando conta do galinheiro)

ou propor ouvidorias das empresas, ou que o RH legisle e responda sobre o AMT; ou ainda quando o qualificam como falta de ética dos gestores, desconhecendo perigosamente a discussão sobre controle como elemento fundamental no modo de ser do capital. A questão é colocada não no interior mesmo das relações sociais de produção, mas no universo filosófico e psicológico de cada indivíduo, despolitizando enormemente a questão. O que permite que se realize aliança ampla com as classes dominantes, um pacto capital/trabalho.

Refuta-se também a ideológica afirmação de que o AMT não é desejável pela empresa porque incide sobre o assediado, diminuindo sua produtividade. O capital não se move por razões humanitárias mas por valorizar o valor. E apesar de o AMT ser uma tática de controle que incide, a maioria das vezes sobre um indivíduo, sendo que todos os esforços são empreendidos pelos assediadores para fazer parecer que é esse indivíduo, na sua pessoalidade, que é a causa do assédio, na verdade esse indivíduo é tomado apenas como bode expiatório, para servir de exemplo ao seu grupo. E quando o AMT é exitoso, a produtividade do grupo aumenta significativamente, porque o assediado adoece, rende pouco, se mata, mas seus colegas aprendem a lição de que não podem reclamar, que corre-se o risco de serem os próximos. Aumentam a submissão e a produtividade. As multas altas que algumas (raras) empresas pagam por assediar seus trabalhadores desapareceram rapidamente frente ao montante enorme de valorização de valor, impulsionado pelo aumento da produtividade que o conjunto da categoria produziu movida pelo temor do AMT.

Uma segundo obstáculo que obnubila o combate ao AMT refere-se à dificuldade de provar a ocorrência do AMT relatado pelo trabalhador, posto que a maioria de suas expressões se dão de forma velada. Os sindicatos recebem estes relatos sem questionar: o que significa que não conseguem construir uma noção da categoria como síntese, mas como aglomerado de indivíduos, individualizando (também eles) os problemas. Cada trabalhador é único, singular, mas não estão contratados ali por essa singularidade, mas pelo trabalho que realizam. Não importam se são homens ou mulheres, negros ou brancos, hetero ou homossexuais quando estão realizando o trabalho. As características desses trabalhadores só interessam enquanto particularidades úteis para os colocarem numa posição que permita extrair mais valia (salários para mulheres e pretos são mais baixos).

No enfrentamento do AMT, ao individualizar o atendimento do trabalhador assediado, a compreensão da totalidade social desaparece, e a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece não como pertencente ao conjunto de trabalhadores que a produziu, mas como força produtiva do capital. Os sindicalistas o reproduzem, porque tomam cada trabalhador assediado como separado do seu processo de trabalho, como se cada um destes trabalhadores que são assediados não estivessem em relação com outros, em processos de trabalhos interligados, explícita ou implicitamente.

5. QUAL TEM SIDO A ESTRATÉGIA DO CAPITAL E DE SEUS ACÓLITOS PARA COMBATER O AMT?

Já que não dá pra negar a existência do AMT, seja pelas denúncias que os intelectuais orgânicos a serviço da classe trabalhadora o fazem, seja pelos seus efeitos empíricos, que são sentidos enquanto adoecimentos vários, crescimento no número de suicídios, de absentéismos, as saídas precisam ser sugeridas pelos intelectuais orgânicos do capital e expressam-se em algumas direções:

1) Defender que as saídas são todas da ordem do individual, das mudanças individuais: «acalme-se, faça ioga, arrume tempo para a família». Isto é, conjunto de medidas que culpabiliza o indivíduo pelo problema que enfrenta, não mexe na estrutura de produção, no processo de trabalho ou na organização do trabalho, mas apela para que o sujeito, como o Barão de Munchausen, que saia do atoleiro puxando a si mesmo e ao cavalo pelos cabelos;

2) Descaracterizar o fenômeno como causado pelo capital e atribuir esse fenômeno à natureza (inexistente) humana, aceitam-se e espetaculizaram-se as denúncias, desde que elas sejam feitos por «estrelas» ou, dito de outro modo, fruto de um «esforço» ou coragem individuais, jamais por um representante da classe, por um sujeito coletivo. Para tanto, homogenizam-se os fenômenos sociais, colocando-os nessa suposta natureza humana ou transformando-os em idênticos: desaparece a categoria da unidade e emerge única e exclusivamente a categoria de identidade. Se são todos idênticos (*bullying*, AMT e assédio sexual) e todos fenômenos que acontecem com pessoas reais, só podem supostamente ser fenômenos próprios da natureza humana (obviamente em contraste com uma pura e idílica natureza animal).

Busca-se descaracterizar o AMT como dotado de intencionalidade, de relações de poder: descaracterizá-lo como estratégia de gestão que visa impedir a união da classe trabalhadora, transformando-os em conflitos interpessoais, em relações naturalmente desarmoniosas entre pessoas, psicologizando-os, na tentativa de impedir sua apreensão (e conseqüente combate) enquanto fenômeno ligado ao trabalho, tentando colocá-lo como fenômeno da vida cotidiana, que sempre existiu e sempre existirá, naturalizando-o, eternizando-o.

6. AS SAÍDAS POLÍTICAS E COLETIVAS

Lenin⁶, ao formular o programa do partido para o enfrentamento das questões afetas ao proletariado russo, defende «concessão a cada cidadão do direito de acusação perante os tribunais contra qualquer funcionário, sem necessidade de ser obrigado a limitar-se a fazer queixas a seu próprio chefe superior imediato». Aqui ele reconhece que a ligação de poder que liga trabalhadores e sua chefia é tão opressiva que o trabalhador não conseguirá reclamar diretamente a ele, que deve ter acesso a espaços de reclamações mais amplos, distantes do poder local. Em França, alguns psicanalistas defendem que, no combate ao AMT, deve-se estabelecer grupos de discussão nos quais estejam o assediado e a sua chefia. É uma visão que, a pretexto de ser de «esquerda», expressa uma negação da existência das classes, nega a existência da desigualdade de acesso ao conhecimento, desigualdade de capacidade de argumentação entre trabalhadores e representantes do capital, desigualdade produzida pelo sistema capitalista entre classes e propugna uma ação comunicativa habermasiana. Se os trabalhadores tivessem acesso ao diálogo com a chefia, o AMT não teria ocorrido. Propugnar o diálogo entre assediadores e assediados é defender que o assédio é produzido não intencionalmente, que os assediadores não sabem o que fazem, que faz parte da natureza humana perseguir e humilhar, naturalizando as relações de poder. Lenin⁷ já falava de como os interesses do patrão são transformados em lei, que obriga os trabalhadores e desobriga os patrões. Quando se propõe o diálogo entre assediados e assediadores, as seguintes perguntas precisam ser

⁶ Vladimir Ilich Lenin, *Sobre os Sindicatos* (São Paulo: Editorial Livramento, 1979), 14.

⁷ Vladimir Ilich Lenin, *Sobre os Sindicatos* (São Paulo: Editorial Livramento, 1979).

respondidas. Possuem ambos a mesma capacidade argumentativa? O chefe pode demitir o empregado; o empregado pode demitir o chefe? O assediado tem acesso a todos os meios que o chefe tem para se defender, como falar com os demais superiores hierárquicos, com o próprio patrão, com os demais empregados? Enquanto o chefe tem uma ascendência objetiva (responsável legal pelas ordens) e subjetiva (investido da posição legal, visto pela maioria como alguém que legitimamente sabe e pode) sobre os demais trabalhadores e fala com eles como parte do seu próprio trabalho, qual o tempo que o assediado tem para falar com seus colegas?, e qual o pretexto ou autorização que tem para isto? O assediado pode parar a produção e ir conversar com seus colegas? E, se porventura, o possa fazer vez ou outra, como é visto pelos colegas, como alguém legitimamente autorizado para isto, ou como um folgado que não só não cumpre seus deveres e ainda atrapalha os deveres dos outros? *Posturas que romantizam as relações entre chefias e subordinados não são inocentes, são ideológicas.*

A pretexto de falar em nome dos trabalhadores, essas posturas contribuem fortemente para desarmar os trabalhadores, ao negar a luta de classes e superestimar o papel dos processos psicológicos nos processos sociais, ou seja, psicologizar o real.

Os seres humanos são portadores de qualidades diversas, que formam sua singularidade. Mas quando é admitido em tal posto é despedido de todas suas determinações pessoais, na forma de trabalho abstrato. Suas características psicológicas são a estratégia principal que o AMT usa para fazer aparecer o trabalhador como «culpado» pelo seu próprio assédio, desaparecendo com o fato de que o AMT é uma estratégia de gestão, permitida e desejada, como praticada de forma técnica, quer seus praticantes (os assediadores) tenham ou não consciência disso e vivam a situação, algumas vezes, como se fora provocada pelas características dos assediados: eles não sabem, mas fazem, como dizia Marx. Nenhuma característica psicológica, nem mesmo um eventual problema psíquico, nem um eventual erro que o trabalhador possa ter cometido é a causa do AMT. Este objetiva atingir qualquer trabalhador que constitua-se como obstáculo aos planos de poder, o que não está no alcance deste trabalhador decidir. Ele pode ter consciência do porquê do assédio (os maiores atingidos são, em primeiro lugar, os trabalhadores que contestam, questionam e dão sinais de resistência, não aceitando gestão autoritária e ideologias de submissão ao trabalho). Em segundo, o AMT visa os técnicos eficientes, que

tendem a tornar públicas certas operações indevidas cometidas por administradores e gerentes, fora dos protocolos jurídicos e contábeis. Em terceiro, encontram-se os adoecidos do trabalho (momentaneamente produzem menos). São estratégias que rebatem diferentemente em sujeitos diferentes, com histórias de vida diferenciadas

O assédio é vivido por cada um dos trabalhadores de forma particular, como se dirigisse apenas a ele. Cada trabalhador vive isoladamente o assédio como desencadeado pelo jeito próprio que cada trabalhador possui: um é mais rápido, outro mais devagar; um é mais atrevido, outro mais calmo. O assédio ocorre *porque o trabalhador pertence a tal categoria*, não porque ele é Pedro, José ou Joaquim. Lembremo-nos de que essas características pessoais os trabalhadores já as tinham quando foram contratados, e foram contratados e realizaram seu trabalho exatamente por serem do jeito que são; por que agora estas características são consideradas como problema? A forma como o AMT é praticado, utilizando-se das características pessoais dos indivíduos para atacá-los, ocorre de forma disfarçada, ficando difícil que cada trabalhador sozinho identifique o caráter coletivo do processo ou crie forma de enfrentá-lo.

É na categoria, de forma coletiva, que as saídas devem ser construídas. O AMT não é causado pelas características singulares do sujeito, mas um processo social do qual ele é vítima, propor psicoterapia não é apenas uma saída inócua como ideológica, pois classifica o AMT como fenômeno psicológico e não como modo de gestão necessária ao capital e que impacta significativamente a luta de classes. A análise psicologizante do real desresponsabiliza perigosamente o sistema e responsabiliza os trabalhadores, a pretexto de defendê-los.

As categorias da Economia política dos trabalhadores, descobertas por Marx/Engels e aperfeiçoadas por um enorme grupo de teóricos comprometidos, que estudam e pesquisam a centralidade do trabalho como responsável pela criação da riqueza do mundo, fornecem as pistas necessárias para que os sindicalistas possam travar o combate contra o AMT não como uma luta psicológica ou filosófica, mas como forma de gestão do capital e desta forma inscrita no coração da luta de classes.

O AMT obedece à lógica do patronato e objetiva exatamente provocar a desunião entre trabalhadores, independente da ética pessoal das pessoas, que, quando (raramente) recusam o papel de assediador, necessariamente passam a fazer parte dos possíveis assediados. E o rompimento desta lógica não se dará apenas pelo desejo isolado dos

trabalhadores, mas pela sua ação organizada enquanto classe, que tem na vontade um componente indispensável, mas jamais suficiente ou determinante. A segunda saída trata-se de construir a reação para fora da categoria, publicitando os assédios e buscando a solidariedade de todos os sindicatos, sejam do mesmo ramo ou não, alertando para o fato de que, por trás do AMT que se perpetra contra um trabalhador ou grupo de trabalhadores, está um ataque a todos os trabalhadores e a sua existência.

CAPÍTULO 28

REFLEXÕES SOBRE A (RE)CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL E EM PORTUGAL NA ERA NEOLIBERAL

Vera Napomuceno¹ e Lucas Pacheco Campos²

¹ Professora de História das Secretarias de Educação do Estado (SEEDUC/RJ) e do Município (SME/DC-RJ) do Rio de Janeiro. Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: info_ver@hotmail.com

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lucas.pacheco@ufjf.edu.br

Resumo

Este artigo é resultado da articulação de pesquisas ainda em curso sobre as influências da atual fase capitalista neoliberal sobre o trabalho na educação no Brasil e em Portugal. Parte-se da hipótese de que as reformas educacionais implementadas recentemente nestes dois países apontam para uma (re)configuração da docência, processo que altera profundamente o trabalho do professor, suas formas de contratação e o grau de adequação às exigências do capital. Ao dialogar com essa hipótese, busca-se explorar alguns efeitos desse processo em ambos os países. Nesse trajeto, analisam-se os fundamentos desse debate teórico e algumas tendências relevantes para se pensar a realidade do capitalismo neoliberal e seus efeitos sobre o mundo do trabalho, em particular, o trabalho docente. Tal estratégia ajuda na reflexão sobre as condições do docente como trabalhador flexibilizado em processo de reestruturação-precarização.

Palavras-chave

Trabalho docente, neoliberalismo, reformas educacionais.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma análise inicial das reformas neoliberais na educação e seus impactos no trabalho docente no Brasil e em Portugal. Pretende-se, dentro das possibilidades da pesquisa em curso, evidenciar os desdobramentos das reformas no cotidiano dos trabalhadores da educação, com base na revisão da literatura pertinente, nos marcos jurídicos que vieram regulá-las e na observação da realidade.

Nesta perspectiva, revelam-se algumas das recentes ações governamentais adotadas como estratégia para a superação da crise do capital que vem imprimindo a marca de uma nova fase do capitalismo, ainda mais agressiva e que, de acordo com o prognóstico aqui adotado, vem se expandindo – na periferia e no centro do sistema – e desregulamentando as relações de trabalho por meio de variadas formas de precarização, inclusive no setor público, atentando contra os direitos sociais e o bem estar dos professores.

A hipótese inicial é de que as ações executadas pelo Estado têm impactado diretamente o trabalho docente na educação básica, no Brasil e em Portugal, intensificando assim o processo de alienação e precariedade dos professores em ambos os países. Entendendo as particularidades, tal como a posição que cada um destes Estados ocupa na estrutura capitalista global, constata-se que os dois países têm vivenciado a aplicação de políticas neoliberais na educação com muitos pontos semelhantes. Desta forma, apontam-se os nexos que indicam uma (re)configuração do trabalho docente na atual etapa do capitalismo em ambos os locais.

Compreende-se que as pesquisas no campo da educação comparada são assinaladas por um conjunto complexo de transformações que permeiam os sinais de adensamento das problemáticas educativas, passando por processos de mutação dos Estados-nação e pela globalização³.

As bases interpretativas que alicerçam a hipótese deste trabalho remetem à discussão sobre a caracterização da conjuntura histórica em que a sociedade se encontra, através das dinâmicas centrais do modo de produção capitalista⁴ e do imperialismo⁵, indicando o atual estágio de hegemonia neoliberal.

Parte-se do entendimento que vivemos na fase identificada por Lênin como «imperialista» e que as crises e depressões apontadas por ele são produtos das agregações dos capitais mais fracos pelos mais fortes e que, após sucessivas crises, os monopólios se formam e se fortalecem, configurando o capitalismo de nossos tempos.

A crise, por conseguinte, atua no sentido de sanear a economia, eliminando os capitais mais fracos, fortalecendo os monopólios, destruindo meios de produção obsoletos e criando novas ferramentas de controle sobre o trabalho, isto é, gerando condições favoráveis para que

³ Antônio Nóvoa, *Histoire & comparaison: essais sur l'éducation* (Lisboa: Educa, 1996). Schriewer, "Aceitando os desafios da complexidade: metodologia de educação comparada em transição", in *Educação comparada: rotas de além-mar*, ed. Souza e Martínez (São Paulo: Xamã, 2009), 63-104.

⁴ Karl Marx, *Contribuição à crítica da Economia Política* (São Paulo: Expressão Popular, 2008).

⁵ Vladimir Lênin, *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (Lisboa: Edições Progresso, 1984). Ernest Mandel, *O Capitalismo tardio* (São Paulo: Nova Cultura, 1985). José Paulo Netto, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (São Paulo: Cortez, 2006).

o capital possa continuar se reproduzindo. Mandel⁶ afirma que a crise não é o rebento de um único elemento determinante, mas de um complexo conjunto de elementos que convergem historicamente, aumentando a composição orgânica do capital e que, desta forma, deve ser entendida como agravante do processo e não como causa.

Desta forma a globalização neoliberal em curso desde a crise dos anos 1970, fundada na lógica de mundialização do capital⁷, tem disseminado um processo de permanente reestruturação produtiva e de reformas sobre o Estado⁸, como tentativa de responder à sua crise estrutural⁹. É o mundo capitalista apresentando uma nova configuração com mecanismos distintos que dirigem e regulam seu desempenho e chegam em nossas salas de aula.

Contextualizando as distintas realidades, de Brasil e Portugal no quadro hegemônico internacional, identifica-se a forte dependência político-econômica-sociocultural derivada do aprofundamento da tendência da mundialização do capital. Tal dinâmica insere ambos os países em um estatuto normativo que hierarquiza as teses em defesa do aumento de competitividade como passaporte de sucesso em meio à crise do capital.

Para tentar fazer frente às suas dificuldades estruturais em assumir posições mais competitivas no cenário mundial, Brasil e Portugal, sob o jugo dos fundamentos do padrão de acumulação flexível (Harvey, 1992), passam a organizar-se em torno da tríade da *desregulamentação*, da *privatização* e da *abertura comercial* [grifo nosso], ideias consagradas por várias organizações multilaterais e que se transformaram no núcleo inexorável das bases teórico-práticas do incontornável ajuste econômico¹⁰.

⁶ Ernest Mandel, *A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista* (São Paulo: Ed. Ensaio, 1990).

⁷ François Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã, 1996).

⁸ David Harvey, *O Neoliberalismo: história e implicações* (São Paulo, Edições Loyola, 2008). David Harvey, *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo* (São Paulo: Boitempo, 2011).

⁹ Iztvan Mészáros, *A Crise Estrutural do capital* (São Paulo: Boitempo, 2011).

¹⁰ Sônia Rummert e Natália Alves, “Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal. Alvos da mesma lógica de conformidade”, *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 (2010): 511-529.

Nesse contexto, a educação passa a ser um eficiente instrumento de incremento da competitividade. Muitos sistemas educacionais lançam mão de iniciativas elaboradas nessa perspectiva de «eficácia», implementando programas governamentais que objetivam resultados quantitativos incorporados ao discurso de “qualidade na educação” que intensifica ainda mais o trabalho dos professores.

No Brasil, desde a década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a lógica da racionalização da ação do Estado vem se apresentando como alternativa mais contundente para a melhoria do desempenho escolar, com uma forte adequação à globalização, onde o Estado não somente funciona como instrumento para garantir a propriedade e os contratos, mas sobretudo como formulador e implementador de políticas públicas estratégicas para o sistema capitalista contemporâneo, trazendo uma série de medidas de controle e retirada da autonomia do trabalho docente¹¹.

Por outro lado, Portugal, a partir do fim da década de 1980, ao ingressar na Comunidade Econômica Europeia, passa a conviver com os impasses das alterações profundas de uma economia de mercado aberta e receptiva ao investimento estrangeiro, mas que continua incipiente no plano industrial. Reforçando a tese da teoria do capital humano, fato este que impulsionará uma série de ações que procuram adequar a educação portuguesa a esse momento, Rummert e Alves apresentam as similaridades encontradas nos programas desenvolvidos em ambos os países acerca da educação de jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal. Identificam a lógica que permeia as reformas em ambos os países que se «inscrevem sob formas particulares de subalternidade»¹².

Entendendo que discutir comparativamente as reformas na educação de dois países, com formas «particulares de subalternidade», bem como as possíveis alterações que estas promovem no trabalho docente, é um processo complexo e audacioso, esse texto se propõe a contribuir para um melhor entendimento das realidades estudadas.

¹¹ Dalila Oliveira, *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*, Revista Educação e Sociedade, v. 25, n. 89 (2004).

¹² Sônia Rummert e Natália Alves, “Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal. Alvos da mesma lógica de conformidade”, *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 (2010): 527.

1. OS FIOS QUE TECEM AS REFORMAS E ATRAVESSAM O TRABALHADOR DOCENTE

A proposta é observar as possíveis alterações provocadas no trabalho docente, demonstrando como a atual reforma do ensino médio no Brasil se insere no mosaico global de uma nova etapa do capitalismo mundial e se assemelha as medidas também aplicadas na educação de Portugal, a partir da proposta-base da Revisão Curricular, através dos ajustes que vieram com a Lei n.º 94 de 3 de agosto de 2011 e das Leis que vieram subsequentemente até o ano de 2016.

Desta forma, tal qual a atual reforma do ensino médio no Brasil, as medidas que reformaram a educação secundária de Portugal têm similar caráter progressivo, de longo alcance e duração. Foram organizadas sob uma lógica de coerção e, desta forma, apresentam-se ao longo do tempo sob novas bases de controle, chegando a alteração das normas que regem o estatuto dos trabalhadores docentes.

As reformas educacionais delineadas a partir da década de 1990 e intensificadas na segunda década de 2000, já expressavam propósitos de ajustes institucionais instrumentais à reorganização do Estado na lógica do «mercado». Desta forma, buscavam uma maior “produtividade” na educação para garantir a inclusão e permanência de países como Brasil e Portugal no processo de globalização da economia. Destarte, as reformas aqui pesquisadas se enquadram num processo de aprofundamento que vêm tornando o trabalho docente ainda mais produtivo para o capital através da intensificação, da simplificação, da desprofissionalização, da proletarização e da precarização do mesmo¹³.

2. REFORMAS DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O recorte temporal apresentado nesta pesquisa está adensado por reformas do Estado que se expressam em recentes períodos históricos. Trata-se de movimentos que buscam modernizar as relações sociais e de produção que mantém o *status quo* da elite econômica brasileira, mesmo não acumulando as condições materiais objetivas que permitam a

¹³ Dalila Oliveira, A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização, *Revista Educação e Sociedade*, v. 25, n. 89 (2004).

formação de um Estado capitalista clássico, como aponta Florestan Fernandes¹⁴. Assim, nota-se um rol de reformas que buscam manter a condição subalterna:

O Brasil, desde há muito integrado subalternamente no circuito internacional da divisão de trabalho capitalista, também experimenta na sua dinâmica interna o predomínio do capital monetário, convertendo-se em país capital-imperialista¹⁵

Neste cenário, em especial a partir de 1990, as reformas sobre o aparelho do Estado buscam, dentre diversos outros objetivos, adequar progressivamente a educação pública brasileira às atuais regras e necessidades da lógica capital-imperialista de reprodução social. Diretrizes normativas deste período deixam evidente a sintonia das reformas com as orientações dos organismos supranacionais. É assim que se configura, por exemplo, a Emenda Constitucional n.º 14, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), o Plano Nacional da Educação (Lei n.º 10.172/01), o Plano de Desenvolvimento da Educação (Lei n.º 6.094/2007) com a criação do índice de desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. Todo esse arcabouço legal confirmará as determinações da «Conferência Mundial da Educação» em Jomtien, onde a «qualidade» educacional passará pelo crivo das avaliações externas padronizadas, através de mecanismos que desresponsabilizam o Estado e responsabilizam o profissional docente pelo fracasso da educação.

Deriva da articulação dos interesses e da representação da classe dominante que busca assumir papel hegemônico na sociedade. Foi assim em diversos momentos do período analisado, como em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9394/96), ou como do próprio Plano Nacional de Educação, PNE (Lei n.º 10.172/01), onde as diretrizes da Conferência Mundial da Educação para Todos foram adotadas na legislação que passaria a nortear a política educacional desenvolvida

¹⁴ Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975).

¹⁵ Virgínia Fontes, *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história* (Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010), 304.

pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), refletindo o ajuste neoliberal da economia na educação.

Nota-se que este processo faz parte dos interesses neoliberais que avançaram no país de forma organicamente conectada com a nossa histórica condição de dependência, atualizando as teorias sobre o «capitalismo dependente» de autores como Florestan Fernandes, Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini. Esta forma histórica particular assumida pelo capitalismo em seu processo de expansão nos países periféricos promoveu a acumulação de capital institucionalizada de forma a expandir concomitantemente os núcleos hegemônicos do capital externo e internamente¹⁶, renovando a associação da burguesia nacional ao capital estrangeiro, criando as bases para operar as necessárias reformas do neoliberalismo na educação.

Sob o capitalismo dependente – forma histórica particular assumida pelo capitalismo em seu processo de expansão em países periféricos, como os da América Latina-, a acumulação de capital seria institucionalizada de forma a promover a expansão simultânea dos núcleos hegemônicos externos (as economias centrais) e internos (os setores sociais dominantes). A renovação da dependência em relação às economias centrais tornava-se condição e meio de renovação do poder interno nos termos já estabelecidos, pois permitia “formas de acumulação de capital que seriam impraticáveis de outra maneira¹⁷”.

3. O GOLPE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Estávamos vivendo ainda sob o impacto do impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, e, mesmo com a presença de vários movimentos sociais protestando nas ruas, a operação que revelava a articulação de uma fração da elite econômica do país seguia seu curso. A Medida Provisória (MP) n.º 746/2016 foi editada e em seis meses aprovada como a Lei 13.415/2017. Era a segunda medida de impacto

¹⁶ Florestan Fernandes, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Zahar, 1972).

¹⁷ Eveline Algebaile, *Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos* (Rio de Janeiro: Lamparina e Faperj, 2009), 61.

adotada pelo governo Temer. A primeira foi a proposta de Emenda Constitucional 241, posteriormente Emenda Constitucional 95, por meio da qual foi instituído o Novo Regime Fiscal que estabeleceu severas restrições às despesas primárias do país por vinte anos, a partir de 2017.

Em síntese, esse ambiente político-institucional foi propício para se fazer avançar uma nova rodada de ajuste neoliberal sobre a educação. Nesse cenário, desconsiderou-se o debate que já estava em curso sobre a reformulação do ensino médio e da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e foram impostas mudanças complexas de reorganização curricular, pedagógica e formativa do ensino médio, menosprezando elementos imprescindíveis para uma educação de qualidade socialmente referenciada. As diversas propostas que compõem a Lei n.º 13.415/17 alteraram artigos da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei n.º 11.494, de junho de 2007, Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

4. REFORMAS DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO DE PORTUGAL

Após a entrada de Portugal, em 1986, na Comunidade Econômica Europeia (CEE), não houve crescimento significativo do ponto de vista econômico, apesar das promessas e expectativas. Ao contrário, as taxas de desemprego se elevaram e o país tornou-se cada vez mais dependente da União Europeia (UE). A promessa de equiparação dos salários e direitos dos trabalhadores portugueses com os dos países centrais da Europa nunca se realizou. Utilizando as palavras do professor Ramón Durán¹⁸, «o “projeto europeu” é um projeto sem alma, pois o seu cimento unificador é puramente o dos interesses das forças do dinheiro (...)».

Em 2010, como respostas aos desdobramentos da crise mundial de 2008 e da crise da zona do euro, o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) instituiu em Portugal medidas conhecidas há muito pelos brasileiros: congela salários e investimentos públicos; reforma a administração pública e amplia a idade mínima para aposentadoria dos servidores para os 65 anos; corta gastos; privatiza algumas empresas

¹⁸ Ramón Durán, *Contra la Europa del capital* (Madrid: 1996).

como Correios, aeroportos e a companhia aérea – TAP; reduz as prestações sociais do subsídio de desemprego (no Brasil conhecido como seguro desemprego); além de aumentar impostos. Tudo em nome de baixar o déficit público. A taxa de crescimento do PIB estimada de 2011 até 2013 é a mais baixa da zona do euro, e a dívida pública é a quarta maior, atrás apenas da Grécia, Itália e Bélgica.

Numa ciranda sem fim, a cada socorro efetivado pela Troika (União Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional) ao Estado português, há novas exigências e novos ajustes, alimentando o ciclo de recessão e crise. É no seio de uma crise gravíssima, que os tentáculos neoliberais apontam para a necessidade de reformas do Estado, através da «modernização» da Administração Pública. Auxiliados pelos técnicos do FMI, a receita para salvar Portugal passa pelo aumento dos cortes públicos e intensificação à «modernização» do Estado.

A presença preponderante do capital financeiro através de suas instituições passa a propagar ações que na verdade procuram ajustar o Estado as engrenagens do sistema capitalista enquanto modo de acumulação e sacrificando direitos dos trabalhadores que foram negociados mediante a cada refinanciamento da dívida do Estado português.

Em 2013, quando os professores portugueses foram às ruas pelo boicote das avaliações que o Ministério da Educação tentava lhes impor, identificamos nexos nas políticas aplicadas na educação portuguesa que se assemelhavam às que vivenciávamos no Brasil. Países diferentes que, no entanto, ao se aproximarem no cumprimento da agenda neoliberal, mesmo com formações históricas tão distintas, aproximavam também a realidade de seus trabalhadores docentes.

5. A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM PORTUGAL

A educação escolar portuguesa está prevista e regulamentada em alguns documentos como a Constituição Federal (CF), a Lei n.º 85/2009. O ensino básico está estruturado em três ciclos sequenciais que

obedecem a objetivos específicos e consonantes com o desenvolvimento da faixa etária equivalente a cada etapa¹⁹.

Em relação à organização da rede escolar, houve um processo de reestruturação que agregou agrupamentos escolares já existentes a escolas isoladas. Esse modelo de agrupamento se iniciou no final de 1990.

[...] com o Decreto Lei n.º 115 - A/98 e o Decreto Regulamentar n.º 12/2000 que teve continuidade no final do ano letivo 2002/2003, com o Despacho 13 313/2003, priorizando agrupamentos verticais e reagrupamentos. Até 2003 foram formados agrupamentos escolares do tipo vertical e horizontal, cabendo e ensino infantil e ciclos do ensino básico, restando ainda escolas isoladas e todas as escolas secundárias, estas últimas não previstas na lei.²⁰

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), vem se colocando na oposição desta organização da rede, que levou, segundo seus membros, à constituição de mega agrupamentos de escolas. Denunciam que o governo agrupou milhares de alunos e dezenas de escolas, seguindo apenas uma racionalidade de natureza administrativa e financeira em detrimento de critérios de natureza pedagógica. O que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor (Lei n.º 46/86), violando ainda a autonomia e gestão das escolas (Dec.- Lei n.º 115-A/98 e Dec. Reg. n.º 12/2000).

As últimas ações do governo português em relação a esse processo de ordenamento da rede escolar aconteceram através do Decreto – Lei n.º 75/2008, gerando uma série de críticas das entidades de classe que representam os profissionais de educação, pelo fato de reunirem uma grande abrangência geográfica e assim concentrar grande número de alunos.

A FENPROF denunciou que há agrupamentos que reuniram mais de 60 estabelecimentos escolares, num total de cerca de 2500 estudantes e 250 professores, sem critério pedagógico que justifique essa junção.

¹⁹ Cílson Fagiani, *Brasil e em Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?* (Uberlândia: Navegando Publicações, 2019).

²⁰ Cílson Fagiani, *Brasil e em Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?* (Uberlândia: Navegando Publicações, 2019).

Esse parece ser o maior problema que os professores vêm enfrentando, o que se entende como desdobramento da estrutura e organização do ensino secundário que se apresenta fragmentado e com uma dualidade, tal qual a proposta para o ensino médio no Brasil a partir da reforma de 2017.

Nesse cenário, observa-se um aprofundamento de retirada da autonomia e do controle sobre a carreira docente e do seu local de trabalho. Estas alterações promovem ajustes na educação que passa a ser concebida como farol que iluminará os novos tempos em busca de maior competitividade no mercado. As teses da teoria do capital humano são revisitadas e reforçadas sob a égide do novo «*ethos*» do mercado.

A educação, além de enfrentar as reformas estruturais na administração pública, passou por um processo inquisidor onde os responsáveis pela falta de «*eficiência*» são os professores. Desenvolve-se a ideia de que esses profissionais não conseguiram qualificar o cidadão português para essa nova fase por qual passava a nação. Representantes governamentais e da Troika expressaram grande insatisfação e teceram críticas ácidas ao modelo que vigorou nas escolas no período democrático a ponto de cunharem a expressão *antieduquês* para desqualificar os docentes.

Licínio Lima²¹ afirma que de fato há uma contra pedagogia desenvolvida como um projeto limitado a análises economicistas, que só visa os cortes e a busca constante de racionalização gerencial na educação pública.

O projeto de reformar a educação em Portugal traz profundas alterações na Escola Pública. A gestão democrática é contingenciada, cerceada e monitorada pelo poder central ou municipal. Reformas curriculares de cima para baixo diminuem a grade e aumentam o número de turmas atendidas pelo professor como o número de alunos por turma (desde o 1.º Ciclo ao Secundário). Na busca pela responsabilização da ineficiência da escola se introduz a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC) para legitimar o processo de demissão dos professores que não alcançarem a média estabelecida pelo Ministério. Diminui o número de importantes profissionais que são fundamentais no processo educacional, como psicólogos escolares e

²¹ Licínio Lima, “O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal”, *Revista Brasileira de Educação*, n. 4 (1997): 43-59.

outros auxiliares da educação, além de aumentar o trabalho burocrático e não honrar o pagamento do enquadramento por formação do plano de carreira.

Medidas como a redução das verbas que promoveram o fechamento de cerca de 311 escolas do 1.º Ciclo, em 2015, e a modificação do número dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), aumentando exponencialmente a área coberta por cada professor num raio de 200 Km de distância do seu local de moradia, trouxe mais mudanças que certamente provocaram alteração no trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve artigo buscou revelar aspectos importantes das realidades educacionais no Brasil e em Portugal dos últimos anos e, simultaneamente, levantou dados, interpretações e hipóteses de trabalho que estão sendo aprofundadas pelos pesquisadores em suas pesquisas doutorais em curso.

Os debates aqui abertos auxiliam na tarefa de inventariar as alterações na realidade do trabalho docente nos países pesquisados e compará-las por meio de elementos históricos, econômicos, políticos e jurídicos que sustentam a importância da continuidade dessa pesquisa. Espera-se que, dessa forma, seja possível verificar a validade da hipótese central aqui levantada. O contexto das reformas educacionais vivenciadas em ambos os países nas duas últimas décadas promoveu uma expansão quantitativa das matrículas nas etapas de ensino aqui analisadas, mas, simultaneamente, ocasionou aumento da precarização das condições e do trabalho docente, expansão das jornadas e deterioração da remuneração dos trabalhadores.

A partir dessa verificação, é possível perceber que está em curso nos últimos anos um processo de reconfiguração do trabalho do professor em ambas as realidades. Trata-se de um longo e complexo caminho de alinhamento das diretrizes e práticas educacionais ao regime de acumulação flexível típico da fase capitalista neoliberal. Tal processo de reconversão da educação está articulado por uma teia ideológica que se sustenta em valores como adaptabilidade, individualização, empreendedorismo, tecnicismo, redução da formação comum, hierarquização de disciplinas, fragmentação na formação, aprendizagem flexível e disciplinada. Trata-se de um conjunto de ideias chave que

estimulam a formação, via estrutura educacional, de um típico sujeito adaptado às imposições neoliberais, um sujeito não apenas capaz de responder às extremas instabilidades que marcam a atual fase histórica, mas que também demanda uma fluidez «empreendedora» aparentemente libertadora. É a ideologia neoliberal funcionando como cimento da forma educação na atualidade.

Nesse ambiente, os trabalhadores docentes se veem sob verdadeiro «fogo cruzado». Nota-se, gradativamente, que avançam ideias e práticas que pregam a desnecessidade do professor, reconvertendo esse trabalhador a mera condição de transmissor passivo de informações produzidas por outros, preferencialmente pelo mercado. Esse professor se vê obrigado a racionalizar e ajustar a si próprio às pressões econômicas e organizacionais emanadas por agências internacionais e replicadas por políticas locais (as reformas aqui estudadas são bons exemplos) para atingir uma suposta «qualidade». O professor idealmente reconvertido segundo a ótica neoliberal é um sujeito que não mais produz conhecimento e não mais domina seu processo de trabalho. Ao contrário, é multifuncional, polivalente e flexível, um mero executor de tarefas que está à total disposição (laboral, física, temporal, emocional) desse sistema educacional reconfigurado. Esse processo que vemos avançar à passos largos é a face extrema da precarização do trabalho docente.

Por fim, cabe notar como a reconfiguração da educação, enquanto estrutura formativa da sociedade, se articula com o professor reconvertido. Os sistemas educacionais no Brasil e em Portugal (e muito possivelmente em vários outros países) são pressionados a formar competências para a vida produtiva e conformar ética e moralmente para o desemprego, para a precariedade e para a exclusão social. É absolutamente imprescindível que o trabalho docente e o sujeito trabalhador da educação sejam radicalmente modificados segundo às lógicas da flexibilização precária típica do neoliberalismo, processo que serve simultaneamente aos interesses econômicos e de contenção social inerentes às atuais formas de produção e reprodução de capital.

CAPÍTULO 29

A OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL E A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHO NO BRASIL «PÓS-NEODESENVOLVIMENTISTA»

Sheyla Suely de Souza Silva¹, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza²,
Juliana Nunes Pereira³, Nívea Maria Santos Souto Maior⁴

¹ Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil; Pesquisadora no Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB) e no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS/UEPB) e Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: sheylasuelyss@hotmail.com.

² Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS). E-mail: serpamoema@gmail.com.

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande; Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Docente no UNIFIP - Centro

Resumo

Resultado de estudos bibliográficos e documentais desenvolvidos através de grupos de pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Brasil) e de seu Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB/Brasil), este artigo discute as fases do neoliberalismo no Brasil; debruça-se sobre as implicações da ofensiva ultraneoliberal dos governos Temer e Bolsonaro na vida dos trabalhadores e analisa dados de emprego, que explicitam os desdobramentos dessa ofensiva sobre o mercado de trabalho brasileiro. A rigor, observamos que a condução das atuais proposições ultraneoliberais encaminha a restauração do capital em crise, à custa da maximização da exploração do trabalho, através de um processo de desregulamentação das conquistas trabalhistas, com vistas à redução dos custos de reprodução da força de trabalho. Enfim, os resultados alcançados indicam as determinações da ofensiva neoliberal sobre as tendências que se delineiam para os direitos do trabalho no país.

Palavras-chave

Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, direitos trabalhistas.

1. O IMPERIALISMO, O NEOLIBERALISMO E O «NEODESENVOLVIMENTISTA» NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

No início do século XX, os bancos assumiram um caráter universal e passaram a operar setores de inteligência sobre as empresas em todo o mundo; a manipular capitais especulativos; a promover uma dinâmica de endividamentos das economias nacionais, cujas políticas externas passaram a ser determinadas por influências econômicas e políticas dos

Universitário/Brasil e Pesquisadora no Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB). E-mail: julianaaspereira@gmail.com

⁴ Advogada. Mestranda em Serviço Social (UEPB); Mestranda em Direito (Universidade Estácio de Sá/RJ); Especialista em Direito do Trabalho (Universidade Cândido Mendes/RJ). E-mail: legaliteadv@yahoo.com.br

países credores, sendo, pois, a *exportação de capitais* e a *dívida pública* determinantes centrais do fenômeno mais importante da economia do capitalismo moderno, o imperialismo⁵, e da sua contraface dialética, que é a dependência⁶.

Ao debruçar-se sobre a contemporaneidade do capital, Harvey⁷ apreende uma transição de um imperialismo leve, calcado no colonialismo e na exportação de capitais, para o «novo imperialismo» (duro), calcado na plena espoliação das economias dependentes⁸ e tendo o Estado como o «corpo político mais capacitado para orquestrar este processo».⁹ Assim, os aparelhos coercitivo e jurídico dos Estados Nacionais apoiam e promovem os processos de espoliação, cujos principais mecanismos de ação envolvem a destruição estruturada de ativos e sua dilapidação, através de fusões e aquisições; o aprisionamento das nações aos encargos da dívida; a apropriação intelectual de produtos desenvolvidos por populações nativas; a mercadificação da natureza; a privatização de bens públicos e a regressão de estatutos regulatórios de proteção social, ao trabalho e ao meio ambiente, etc.

⁵ Para Lênin (*Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*, São Paulo: Expressão Popular, 2012), o pressuposto básico do imperialismo foi a transformação da concorrência em monopólio, cujas determinantes foram as pulsões de centralização e concentração do capital, identificadas por Marx, já desde o final do século XIX. No início do século XX, através do que Lênin (*Imperialismo*) nominou como um processo de “partilha do mundo”, Inglaterra, França, EUA e Alemanha se configuraram como “países banqueiros”; *exportadores para e credores de* quase todo o resto das nações, configurando-se as economias devedoras e dependentes e, assim, imperialismo e dependência passaram a ser estruturais no sistema do capital.

⁶ Octavio Ianni, *Imperialismo na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974). Essa unidade dialética corrobora a tese do desenvolvimento desigual e combinado, proposta e aprimorada por Lênin (*Imperialismo*) e Trotsky (“Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, in *A História da Revolução Russa: a queda do tzarismo*, trans. E. Huggins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), que apreende a impossibilidade estrutural de – sob a ordem do capital – os países subdesenvolvidos alcançarem o mesmo grau de desenvolvimento dos países centrais; tendo em vista, principalmente, os seus processos de industrialização retardatária.

⁷ D. Harvey, *O Novo Imperialismo* (São Paulo: Edições Loyola, 2014).

⁸ Para tanto, os EUA – que vivenciam grave crise econômica interna – utilizam estratégias bélicas e apoiam golpes de Estado, com vistas à apropriação das riquezas mundiais, especialmente, o petróleo.

⁹ Harvey, *O Novo Imperialismo*, 35.

Esses mecanismos atuam sempre com a cumplicidade das burguesias locais e dos Estados Nacionais, que investem em contrarreformas privatizantes, transferindo ativos públicos e recursos naturais para as empresas privadas. É nessa perspectiva que a privatização é o braço armado da acumulação por espoliação e o neoliberalismo é a sua doutrina político-econômica¹⁰, que, segundo Castelo¹¹, tornou-se a «principal força política e cultural do final do século XX», legitimando-se a partir do Consenso de Washington, em 1989, e alastrando-se para os países do terceiro mundo¹².

Chesnais¹³ qualifica o neoliberalismo como uma «reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar», que propõe a privatização e remercantilização dos bens e serviços sociais, o que implica nas «expropriações secundárias», identificadas por Fontes¹⁴.

Para tanto, as principais diretrizes do neoliberalismo em sua fase ortodoxa foram a *liberalização* da economia, a *desregulamentação* dos mercados nacionais e a *privatização* das agências que os compunham e das políticas sociais públicas que o Estado ofertava. As metas centrais anunciadas pelo neoliberalismo ortodoxo foram o controle da inflação, a estabilidade macroeconômica e a retomada das taxas de lucro.

Enquanto doutrina teórico-política do imperialismo, o neoliberalismo expressava, naquele momento, o culto ao fim da história e uma verdadeira revanche do mercado, cujos reais propósitos eram: eliminar quaisquer resquícios ou pretensões de experiências socialistas

¹⁰ Harvey, *O Novo Imperialismo*.

¹¹ R. Castelo, *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal* (São Paulo: Expressão Popular, 2013), 266.

¹² Os governos de Pinochet (no Chile, em 1973), Thatcher (na Inglaterra, em 1979) e Reagan (EUA, em 1980) empreenderam as primeiras experiências neoliberais.

¹³ F. Chesnais, “Mundialização: financeirização do capital”, *Revista Outubro*, ed. 5 (February 2001): 9, <http://outbrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>.

¹⁴ V. Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (Rio de Janeiro: EPSJV, Editora UFRJ, 2010). Em síntese, as expropriações secundárias (de direitos tradicionais, consuetudinários e sociais; de conhecimentos fitoterápicos; de valores culturais etc.) tratam de uma nova escala da mais absoluta disponibilização dos trabalhadores ao capital, numa perspectiva de subsunção real – e total –, que subordina todo o conjunto da existência social ao capital, através de novas condições e setores de exploração de mais-valor.

no mundo; sustar as estratégias desenvolvimentistas na América Latina; derruir as bases universalistas do Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central e as aspirações de empreendê-lo nos países de capitalismo retardatário e, finalmente, intermediar, através dos Estados Nacionais e suas burguesias cativas, o recrudescimento das ofensivas neoimperialistas de *espoliação e expropriação*.

Nas duas décadas de neoliberalismo ortodoxo, houve recessões na Ásia, no México e em vários países da América Latina; crescimento da dívida pública e do desemprego em todo o mundo e enfraquecimento da soberania das nações¹⁵. No início dos anos 2000, era inconteste que o receituário ortodoxo havia fracassado no alcance de suas metas e houve, no mundo inteiro, insurgências contra suas diretrizes¹⁶. Numa espécie de «autoconservação», o neoliberalismo passou, então, a propor um *liberalismo humanitário*, que, sob o mote do «*desenvolvimento social com justiça social*», comprometeu-se, a um só tempo, com a continuidade das ofensivas de espoliação e expropriação e com o enfrentamento da questão social, mas exclusivamente nas suas expressões mais severas de fome e miséria.

A nosso ver, também o social-liberalismo ocultou suas reais pretensões: arrefecer as lutas contra o neoliberalismo e aliciar as esquerdas na América Latina, através da proposição de uma conciliação provisória e do estabelecimento de uma espécie de novo pacto social-democrata, frágil e temporário. O «neodesenvolvimentismo» emerge na América Latina como a principal expressão dessa conciliação.

No Brasil, o ciclo «neodesenvolvimentista» empreendido pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff orientou-se pelas prerrogativas social-liberalistas das agências multilaterais, em

¹⁵ Cabe destacar que, no Brasil, a partir da década de 1990, a ofensiva neoliberal confronta o projeto de redemocratização instituído pela Constituição Federal de 1988. Naquela década, o desemprego avançou de dois para dez milhões de desempregados; o país caiu da oitava para a décima terceira posição no *ranking* das economias mundiais e registraram-se altíssimos índices de concentração de renda (S. S. S. Silva, “*Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho: contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista*”, PhD diss., Universidade Federal de Pernambuco, 2012).

¹⁶ Como expressões dessas insurgências, podemos citar que, em 1996, o México sediou o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo; entre 1997 e 1998, houve manifestações contra o Acordo Multilateral de Investimentos, conduzindo ao seu cancelamento, em outubro de 1998; em 1999, os próprios Estados Unidos, em plena Seattle, vivenciaram mobilizações contra a Rodada do Milênio; no início dos anos 2000, houve diversas mobilizações contra o FMI, destacando-se as de Washington e de Praga e, em 2001, foi criado o Fórum Social Mundial, cujos encontros anuais se mantêm até hoje.

especial o Banco Mundial, atuando sobre a pobreza extrema, mas perpetuando e expandindo a concentração do capital e suas consequentes desigualdades sociais.

2. DA GÊNESE AO OCASO DO «NEODESENVOLVIMENTISMO» NO BRASIL: UMA BREVE SÍNTESE

Especula-se que o Governo Lula (2003-2010) tenha se convertido ao social-liberalismo ainda em 2003, quando participou da Cúpula da Governança Progressista, em Londres, e que este modelo emerge no Brasil através da sua adesão à tese do «desenvolvimento econômico com justiça social». Assim, os governos “neodesenvolvimentistas” empreenderam um livre crescimento do mercado, garantido pelas contrarreformas e pela desregulamentação, liberalização e privatização (branda), aliadas a iniciativas de um combate à questão social que se limitou à sua expressão mais severa: a pobreza extrema.

O desenvolvimento econômico dos governos «neodesenvolvimentistas» expressou-se em ínfimos aumentos do produto interno bruto (PIB), enquanto as prerrogativas de liberalização dos mercados e estímulo à especulação financeira propiciaram ambientes estáveis ao investimento estrangeiro e à expansão do mercado interno, garantindo a acumulação do capital e reincidindo nas condições de dependência e heteronomia do país. Assim, os lucros de bancos e empresas bateram recordes e setores do capital financeiro se centralizaram e se concentraram em grandes conglomerados multinacionais¹⁷, enquanto cerca de 45% do orçamento público foram destinados ao pagamento dos serviços da dívida pública¹⁸.

Para Silva¹⁹, o crescimento econômico «neodesenvolvimentista» dissimulou o novo imperialismo, pois, na verdade, remeteu às sedes das

¹⁷ R. Castelo, “O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro”, *Em Pauta*, no. 31, v. 11, (1st half 2013), <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>.

¹⁸ I. Boschetti, “América Latina, Política Social e Pobreza: ‘novo’ modelo de desenvolvimento?”, in *Financeirização, fundo público e política social*, ed. Evilasio Salvador et al. (São Paulo: Cortez, 2012).

¹⁹ S. S. S. Silva, “Contradições da Assistência Social no governo ‘neodesenvolvimentista’ e suas funcionalidades ao capital”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, no. 113 (January/March 2013).

transnacionais as maiores fatias do crescimento interno, alcançado pela dilapidação dos recursos naturais e pela exploração do trabalho precário.

No outro lado da moeda, a justiça social «neodesenvolvimentista» se consumou, estatisticamente, através dos aumentos do emprego e do valor real do salário mínimo, bem como da redução das desigualdades sociais e do expressivo rebaixamento dos índices de pobreza extrema; mas, em que pese a alteração positiva desses índices sociais, a justiça social «neodesenvolvimentista» encerra contradições importantes.

O aumento dos postos de trabalho se deu à custa da sua precarização e o aumento real do salário mínimo – embora superior a 72%, entre 2002 e 2014 – não foi capaz de igualá-lo ao seu próprio valor, quando da sua instituição, em 1940; continuou expressando cerca de um quarto do valor necessário, indicado pelo Dieese²⁰; totalizava, em 2014, menos de 32% do valor do PIB *per capita* nacional²¹ e não alcançou os patamares acordados pelo pacto tripartite (Estado, sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores) que deu sustentação ideopolítica ao arranjo «neodesenvolvimentista»²². Além disso, houve uma generalização do piso mínimo de remuneração para o conjunto dos trabalhadores²³.

A redução da desigualdade social foi aferida pelo Índice de Gini; no entanto, tal índice não expressa as desigualdades entre o capital e o

²⁰ Em outubro 2014, por exemplo, enquanto o valor do salário mínimo mensal era de R\$ 724,00, os cálculos do DIEESE indicavam que, para que o trabalhador brasileiro pudesse atender as suas necessidades vitais básicas e de sua família, o salário mínimo deveria ter totalizado, naquele mês de outubro, em R\$ 2.967,07. Em Outubro de 2019, o Salário Mínimo Necessário (SMN) foi estimado em R\$ 3.928,73, ou seja, aproximadamente quatro vezes maior do que o salário mínimo então vigente.

²¹ Ainda em 2014, o PIB *per capita* nacional foi de R\$ 27.299,00, enquanto os doze meses de salário mínimo somaram R\$ 8.622,00. Caso incluamos o 13º salário, o trabalhador se apropriou de apenas 34,5% do PIB *per capita* nacional.

²² Ver Subseção Nacional Dieese/CUT, As propostas da CUT para uma política de recuperação do salário mínimo (March 2004), file:///D:/Pasta%20de%20Trabalhos/BRASIL/Arquivos%20para%20impressão%20-%20PDF%20-%20CD/Dieese/relação%20SM%20PIB%20per%20capita%20-%20dieese%20cut.pdf.

²³ S. S. S. Silva, “Controvérsias do trabalho no contexto do imperialismo e do ‘neodesenvolvimentismo’”, in *O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão*, V. L. B. Gomes, A. C. de S. Vieira and M. A. C. Nascimento, eds., (Recife: Editora da UFPE, 2016), https://www3.ufpe.br/editora/ufpebooks/serie_extensao/avess_dir_II/.

trabalho. Dedecca et al.²⁴ e Silva²⁵ alertam que, durante o período “neodesenvolvimentista”, a desigualdade foi reduzida apenas entre os próprios trabalhadores, através de uma distribuição pessoal da renda mais equitativa, enquanto a sua distribuição funcional permaneceu inferior à da década de 1990²⁶. Mota²⁷ alerta que os governos “neodesenvolvimentistas” enfrentaram a pobreza, mantendo incólumes os determinantes estruturais da concentração de renda e desigualdade social e, assim, os governos «neodesenvolvimentistas» enfrentaram a pobreza extrema sem confrontar os determinantes da acumulação do capital, da concentração de renda, da desigualdade social e, por fim, da espoliação e da expropriação. A nosso ver, tais determinantes se converteram em agravantes do colapso do modelo de governo «neodesenvolvimentista».

2.1 ESGOTAMENTO E COLAPSO DO MODELO «NEODESENVOLVIMENTISTA»: A AGENDA ESPOLIADORA E EXPROPRIADORA REQUER CELERIDADE E SEVERIDADE

É difícil indicar com precisão o evento que marca o início do esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista. Para alguns analistas, o Governo Dilma (2011-2016) estava fadado ao fracasso desde seu início, tendo em vista que os efeitos tardios da crise econômica de 2008 reverteram as condições necessárias ao crescimento econômico que dava sustentação ao modelo neodesenvolvimentista; para outros

²⁴ C. S. Dedecca et al., ‘A queda recente da desigualdade: relevância e limites’. in *Proceedings of the 36th Encontro Nacional De Economia* (Salvador, BA, Brazil, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia - Anpec, 2008), <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211447120-.pdf>.

²⁵ Silva, Controvérsias do trabalho.

²⁶ A distribuição pessoal da renda refere-se à renda corrente das pessoas e não abrange rendimentos obtidos em aplicações financeiras e lucros retidos, derivados de participação societária. Já a distribuição funcional da renda é evidenciada a partir de uma mensuração do produto interno bruto que capta todas as formas de apropriação de renda, por pessoas, empresas ou famílias (Dedecca et al., *A queda recente da desigualdade*).

²⁷ A. E. Mota, “Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro”, in *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*, ed. A. E. Mota (São Paulo: Cortez, 2012).

teóricos, entre 2011 e 2012, a Presidenta teria «cutucado onças com varas curtas»²⁸, ao articular com o Banco Central a redução da Taxa Selic, inflexionando na redução dos *spreads* bancários e provocando a fúria das oligarquias financeiras. Ainda outros analistas imputam a causalidade de rejeição e declínio da Presidenta à sua adesão ao programa de enrijecimento do ajuste fiscal²⁹, no final de 2014.

Para Almeida, Andrade e Silva³⁰, «[...] a sanha de urgência de uma direita ultraneoliberal, que sempre foi arredia ao pacto conciliatório engendrado pelo “neodesenvolvimentismo”, protagonizou sua *satanização* e colapso prematuro» e, então, o ciclo neodesenvolvimentista foi sumariamente colapsado, antes mesmo de se exaurir.

Assim, a partir de 2014, imediatamente após a reeleição, ao tempo em que o Governo Dilma capitulava em favor do acirramento do ajuste fiscal, perdendo parte do apoio das massas trabalhadoras e fazendo insurgir-se a classe média, rompia-se, também, o pacto conciliatório da burguesia industrial com o modelo neodesenvolvimentista e consolidava-se a «frente única da burguesia» contra o governo Dilma³¹ e em defesa (ativa) do retorno ao modelo neoliberal³². A partir de 2015 e mais enfaticamente em 2016, explicita-se o apoio do parlamento, do judiciário e da mídia ao golpe final contra o governo neodesenvolvimentista, para o aceleração da ofensiva ultraneoliberal.

²⁸ A. Singer, “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Novos estud. CEBRAP*, no. 102 (São Paulo, July 2015), <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201500020004>.

²⁹ Destacam-se as Medidas Provisórias 664 (posteriormente convertida na Lei 13.135/2015) e 665 (convertida na Lei 13.134/2015), editadas pela Presidenta, logo após sua reeleição, que, respectivamente, restringiam o acesso aos benefícios de pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão, e aos benefícios de seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso. As alterações legais restringiam tanto o acesso aos direitos, através do enrijecimento dos critérios, quanto o montante de valor monetário dos respectivos benefícios.

³⁰ L. M de Almeida, S. S. Andrade and S. S. Silva, “Gênese e ocaso do Estado ‘neodesenvolvimentista’: ofensivas à seguridade social brasileira”, *Argumentum*, v. 11, no 1, (Vitória, UFES, January/April, 2019): 121, <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i1.22642>.

³¹ Singer, *Cutucando onças com varas curtas*.

³² É preciso ressaltar que essa frente única burguesa materializava-se no Congresso Nacional, através de uma severa oposição à Presidenta, inviabilizando praticamente todas as pautas do Governo, que, desde então, embora ainda não impedido de direito, já o era de fato.

Segundo Almeida, Andrade e Silva, o golpe objetivou empreender os objetivos frustrados, superficializados ou procrastinados durante o período «neodesenvolvimentista» e que são hoje imprescindíveis ao recrudescimento da espoliação e expropriação neoimperialista, a saber:

[...] (a) aniquilar as conquistas sociais e trabalhistas alcançadas na Constituição Federal de 1988; (b) disponibilizar o fundo público, quase integralmente, para os interesses dos setores privados e (c) reapropriar-se do Estado numa perspectiva patrimonialista, privatista e entreguista, que disponibilize todas as suas agências, ações e ativos para as (velhas e históricas) negociatas estabelecidas entre as frações internas da burguesia e o capital financeiro internacional³³.

Publicado pelo partido do Vice-Presidente Michel Temer, o documento «Uma ponte para o futuro»³⁴ firmou a proposta do golpe e pactuou com a frente única burguesa seu compromisso com as prerrogativas ultraneoliberais. O documento renunciava, de forma inequívoca, que o golpe se engendrava contra os trabalhadores – para expropriar e espoliar seus bens coletivos e naturais e seus direitos sociais e trabalhistas – e, assim, captou o apoio a Michel Temer, como seu agente central, em conluio com deputados e senadores que se encontravam arrolados em denúncias de corrupção³⁵. Executado, esse pacto derrubou a Presidenta Dilma³⁶, colapsou o modelo

³³ Almeida, Andrade and Silva, *Gênese e ocaso do Estado “neodesenvolvimentista”*, 70-71.

³⁴ PMDB/Fundação Ulisses Guimarães, *Uma ponte para o futuro*, (October 2015), http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

³⁵ Através de áudios vazados para a imprensa nacional, esses políticos manifestaram suas intenções de derrubar o Governo, por não conseguirem negociar com Dilma o “estancamento da sangria” de tais denúncias. É célebre o áudio vazado de uma conversa do então Ministro Romero Jucá com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, cujo conteúdo encontra-se ainda disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>.

³⁶ A partir de então, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha (envolvido ele próprio em escândalos de corrupção e preso posteriormente ao golpe) acolheu, em dezembro de 2015, o pedido de *impeachment*; em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório com parecer favorável ao *impeachment* e encaminhou o

neodesenvolvimentista e alçou ao poder o modelo de governo ultraneoliberal.

3. OS GOVERNOS «PÓS-NEODESENVOLVIMENTISTAS» E O CUMPRIMENTO DAS PROMESSAS: O ULTRANEOLIBERALISMO EM AÇÃO

O documento «Uma ponte para o futuro»³⁷ propunha, por um lado, um ajuste fiscal permanente, capaz de reduzir bruscamente as despesas primárias, onde se situam os gastos sociais e, por outro lado, comprometia-se com:

[...] uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura [...] e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobrás o direito de preferência³⁸.

Esses dois compromissos evidenciavam a agenda ultraneoliberal «pós-neodesenvolvimentista» de aceleração e recrudescimento da expropriação e espoliação dos bens e patrimônios do país e dos direitos dos seus trabalhadores. Consumado o golpe, cumprem-se, gradativamente, as promessas pactuadas. A Emenda Constitucional (EC) 31/2016 aumentou a Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30% e estendeu-a aos estados e municípios, implicando num salto da subtração de recursos do Orçamento da Seguridade Social

processo ao Senado, que, em 12 de maio, também o aprovou e deu encaminhamento à abertura do processo, afastando a Presidenta Dilma e tornando Michel Temer Presidente Interino. Finalmente, em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou, definitivamente, o *impeachment* e Michel Temer efetivou-se no cargo de Presidente da República.

³⁷Documento disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>.

³⁸ PMDB/Fundação Ulisses Guimarães, *Uma ponte para o futuro*, 18.

brasileira, da casa dos 63 bilhões de reais/ano para a de 99 bilhões/ano³⁹; a apelidada «PEC do fim do mundo» (EC n.º 95/2016) foi aprovada pelo Senado, em dezembro de 2016, e congelou os gastos públicos por vinte anos. Já a chamada «MP do trilhão» (Medida Provisória 795/2017) concedeu benefícios fiscais a empresas estrangeiras de exploração petrolífera, o que, para alguns analistas, implica numa isenção fiscal em torno de um trilhão de reais, ao longo dos próximos vinte e cinco anos.

A Lei 13.467/2017 promulgou a Reforma Trabalhista, permitindo a flexibilização da jornada de trabalho; o contrato intermitente; o parcelamento das férias em até três períodos e a sobreposição do negociado sobre o legislado⁴⁰. Mais recentemente, em 12 de novembro último, o Senado aprovou a PEC 06/2019, promulgando a Reforma da Previdência e cerceando direitos previdenciários. O «núcleo duro» dessa contrarreforma orbita em torno da ampliação da idade e do tempo de contribuição requeridos para obtenção da aposentadoria; da vedação ao acúmulo de aposentadorias e pensões e da forte restrição à obtenção do valor integral da aposentadoria. No mesmo dia 12 de novembro, foi aprovada a MP 905/2019 (alinhada de «Contrato de Trabalho Verde e Amarelo»), aprofundando as reformas trabalhista e previdenciária, ao retirar dos trabalhadores o direito a folgas dominicais e ao suprimir os serviços prestados pelo Serviço Social no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)⁴¹.

As desregulamentações, liberalizações e privatizações empreendidas pelas contrarreformas dos governos ««pós-neodesenvolvimentistas» impactam flagrantemente sobre as condições de vida e trabalho dos brasileiros, conforme podemos já aferir nos dados

³⁹ ANFIP. *Análise da Seguridade Social em 2016*. Brasília: ANFIP, 2017. Disponível em: <www.anfip.org.br>.

⁴⁰ A Reforma Trabalhista também promoveu mudanças restritivas ao acesso à justiça do trabalho, pois sobrepôs-lhe os mecanismos privados de solução de conflitos (conciliação extrajudicial e arbitragem), como também desvirtuou o princípio de gratuidade da assistência judiciária, ao impor ao trabalhador o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais e honorários periciais. A alteração da CLT onera os/as trabalhadores/as nos casos em que suas reclamações trabalhistas não obtenham desfecho favorável. O Brasil está no *ranking* mundial de países que mais sonégam os direitos trabalhistas no mundo; se havia antes um excesso de litigiosidade era em razão do descumprimento contumaz dos direitos trabalhistas.

⁴¹ O profissional de Serviço Social atua no Sistema Previdenciário brasileiro desde 1944, atendendo, defendendo e encaminhando os direitos previdenciários de cerca de um milhão de usuários por ano.

recentes de organismos governamentais e não governamentais⁴², a partir dos quais identifica-se que o Brasil reencontra-se com seu quadro mais histórico de pobreza, pois, desde 2015, vem se invertendo a curva descendente da pobreza extrema e chegamos a 2018 com 13,5 milhões de brasileiros vivendo em situação de miséria, ou seja, com renda *per capita* mensal de até R\$ 145,00 – excedendo, por exemplo, a totalidade da população de Portugal. Enquanto isso, um quarto da população brasileira (52,5 milhões de pessoas, quase cinco vezes a população total de Portugal) enfrenta a situação de pobreza, com rendimentos *per capita* mensais de até R\$ 420,00⁴³.

Outro dado alarmante são os doze milhões e meio de desempregados, embora defensores do Governo Bolsonaro festejem a redução no índice de desocupação que, em setembro de 2019, encerrou o trimestre em 11,8%, contra os 12,7% do primeiro trimestre do ano⁴⁴. Esse discreto aumento da ocupação se dá a partir de recordes que evidenciam a extrema precarização do trabalho no Brasil, fruto, principalmente, da reforma trabalhista. Segundo dados do IBGE⁴⁵, o número recorde de 41% dos trabalhadores ocupados (38,8 milhões) encontra-se em situação de informalidade e 75% das vagas abertas entre julho de 2018 e julho de 2019 foram criadas nessa condição.

⁴² Destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Anfip).

⁴³ IBGE, *Indicadores IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua: Trimestre Móvel jul.-set. 2019* (October 31, 2019), <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>.

⁴⁴ D. Silveira and L. Naime, “Desemprego fica em 11,8% em setembro e atinge 12,5 milhões, diz IBGE”, *Portal G1*, October 31, 2019, <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/31/desemprego-fica-em-118percent-em-setembro-diz-ibge.ghtml>.

⁴⁵ Silveira and Naime, “Desemprego”.

A subocupação⁴⁶ tornou-se o traço central do mercado de trabalho. Segundo o Dieese⁴⁷, entre 2015 e o primeiro trimestre 2019, o aumento dos trabalhadores subocupados foi de 66%, atuando principalmente no setor informal, mas alcançando amplas parcelas dos trabalhadores formais, especialmente pela redução involuntária de suas horas de trabalho. Esses postos são acompanhados de baixos rendimentos e desproteção ao trabalho.

Um segundo traço que se ampliou como desdobramento da reforma trabalhista foi o trabalho intermitente, configurado pela jornada reduzida e ausência de salário fixo e que representou 15% das vagas abertas a partir da Reforma. Para as faixas etárias superiores a trinta anos, durante o primeiro semestre de 2019, só houve saldo positivo de vagas criadas em regime de trabalho intermitente⁴⁸.

Considerando-se apenas o setor formal, a BBC News⁴⁹ noticia que, entre os primeiros trimestres de 2018 e de 2019, observa-se o avanço de 5,5% para 9,4% na oferta de novas vagas de empregos qualificadas como intermitentes, que já representam 12% das vagas desse setor. Já no setor informal, flagra-se uma ««automatização da intermitência», quando um aplicativo de recrutamento de trabalhadores *free lancers* teve seu algoritmo programado para emitir um alerta, para que as empresas não recrutassem o mesmo trabalhador mais de duas vezes por semana, impedindo-os, assim, de as interpelarem judicialmente por prestação habitual de serviços e não extraordinária. O objetivo alegado pelo aplicativo é, pois, como revela Mota: «diminuir a exposição das empresas à justiça do trabalho».⁵⁰

⁴⁶ A subocupação se caracteriza pela jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, quando o trabalhador tem interesse e disponibilidade para trabalhar a jornada regular (44h/sem); podendo se dar através do trabalho por contrato parcial ou trabalho intermitente (seja ele formal ou informal) e também do trabalho autônomo.

⁴⁷ Dieese, “Ocupados, mas insatisfeitos – uma análise do crescimento da subocupação”, *Boletim emprego em Pauta*, no 12 (April/May 2019), www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2019/boletimEmpregoEmPauta12.html.

⁴⁸ C. V. Mota, “Trabalho sem salário fixo e com jornada reduzida avança e já representa 12% das novas vagas formais”, *BBC News Brasil em São Paulo*, August 7, 2019, www.bbc.com/portuguese/brasil-49213852.

⁴⁹ C. V. Mota, “Trabalho”.

⁵⁰ C. V. Mota, “Trabalho”.

A procedência da determinação da ofensiva imperialista ultraneoliberal sobre a derruição dos direitos do trabalho no Brasil se confirma a partir dos dados que indicam o aumento expressivo da concentração de renda e o lucro bancário recorde no país, no mesmo período em que as mazelas acima atingem ferozmente os trabalhadores.

Enquanto os organismos evidenciam a desproteção trabalhista e o rebaixamento da renda média dos trabalhadores em geral, segundo o Relatório de Estabilidade Financeira, emitido pelo Banco Central do Brasil⁵¹, entre julho de 2018 e junho de 2019, os bancos obtiveram o maior lucro nominal dos últimos 25 anos, totalizando 109 bilhões de reais e, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD⁵², 1% da população com maiores rendimentos recebeu o correspondente a 33,8 vezes a remuneração dos 50% mais pobres. Na mesma perspectiva, a PNAD Contínua⁵³ revela que os 10% da população com maiores rendimentos concentraram 43,1% da massa de rendimento do país, representando uma fatia maior que a dos 80% com menor rendimento (41,2%), enquanto os 10% com menor renda obtiveram apenas 0,8% da mesma massa de rendimentos.

Esses dados evidenciam que o colapso do «neodesenvolvimentismo» e a (re)emergência do ultraneoliberalismo no Brasil alcançam o objetivo de recrudescer as ofensivas neoimperialistas de espoliação e expropriação, com vistas à acumulação do capital. Os lucros recordes dos bancos, a alta concentração da renda, a crescente desigualdade social, a desproteção e precarização do trabalho e, enfim, a deterioração das condições de vida e trabalho dos trabalhadores brasileiros são as expressões mais concretas do atual estágio de uma acirrada luta de classes que estamos vivenciando no contexto da crise estrutural do modelo de produção capitalista.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Brasil vivenciou, recentemente, um golpe jurídico-parlamentar, empreendido com amplo apoio da mídia e disfarçado sob um manto

⁵¹ Banco Central do Brasil, *Relatório de Estabilidade Financeira*, no 2, v. 18. (October 2019), www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201910/RELESTAB201910-refPub.pdf.

⁵² IBGE, *Indicadores IBGE*.

⁵³ IBGE, *Indicadores IBGE*.

pseudodemocrático, cujo principal objetivo foi recrudescer a ofensiva neoimperialista, através da derruição dos direitos sociais e trabalhistas conquistados em 1988, da apropriação dos bens e patrimônios públicos do país pelo capital financeiro internacional e, finalmente, da apropriação, também, do fundo público e da consequente (re)mercantilização das políticas sociais.

Os dados recentes apresentados neste estudo expressam, a nosso ver, que as estratégias ultraneoliberais de liberalização, desregulamentação e privatização se impõem, severa e aceleradamente, no Brasil, através dos governos «pós-neodesenvolvimentistas», que intermedeiam os interesses neoimperialistas, espoliando os bens e recursos naturais e coletivos do país e expropriando os direitos do trabalho, em benefício da acumulação do capital.

Estamos num momento ímpar da história do capital, que, ferido de morte pela crise estrutural que o assola, lança mão de um “tudo ou nada” que dizima economias e populações, contando, inclusive, com os crimes de lesa-pátria empreendidos por frações das históricas burguesias nativas e cativas das economias dependentes.

No Brasil, as frações da burguesia organizaram sua frente única, em defesa de seus interesses particularistas e, através dela, empreendem suas ofensivas contra os trabalhadores. Cabe-nos apreender quais serão as estratégias de luta e de resistência que os trabalhadores brasileiros serão capazes de construir e fortalecer-las, sob o risco de que as próximas gerações assistam à transição do Brasil para um tempo de barbárie absoluta e crônica, tais como já vivenciaram tantas outras economias, devastadas pela ofensiva neoimperialista do capital.

CAPÍTULO 30

A GEOGRAFICIDADE DA EXPLORAÇÃO: EFEITOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR(A) DA FRUTICULTURA MUNDIALIZADA NO NORDESTE BRASILEIRO

Diego Pessoa Irineu de França¹; Antonio Thomaz Junior²

Resumo

O presente texto objetiva refletir criticamente sobre o processo acirramento da precarização da classe trabalhadora, o qual se expande por várias escalas e dimensões da vida social. Partimos do pressuposto que existe um contexto global de disseminação da precariedade, de modo que se materializa nas particularidades geográficas nos diferentes setores produtivos e atividades laborais. Desse modo, os agravos à saúde encontrado na fruticultura do semiárido constituem a expressão particular de uma tendência mundial de precariedade recaída sobre os diversos sujeitos que compõe a classe trabalhadora ampliada.

Palavras-chave

Exploração, trabalho, saúde.

INTRODUÇÃO

Para que se mantenha o paradoxal «sonho» de crescimento infinito, o capital envereda por um intenso e perigoso caminho de financeirização, com desdobramentos incalculáveis para a natureza e a humanidade. Assim como todas as dimensões do ser social, as formas de exploração capitalistas contemporâneas possuem uma geograficidade que lhes dão particularidades históricas, em relação ao processo global de acumulação e apropriação. Tal como observou Lukács³, seria tão falso pensar um ser *não-espacial* e *não-temporal* quanto entender um indivíduo enquanto resultado exclusivo do meio. Desse modo, a indissociabilidade entre espaço e tempo torna-se indispensável à

¹ Doutor em Geografia pela FCT-Unesp-Presidente Prudente-SP. E-mail: diego.franca@professor.pb.gov.br

² Professor Titular do curso de Geografia da FCT-Unesp-Presidente Prudente-SP. E-mail: thomazjr@gmail.com

³ György Lukács, *Para uma Ontologia do ser social II* (São Paulo, Boitempo, 2013), 284.

compreensão de como o processo histórico mundial se materializa diferenciadamente nos territórios⁴.

Partindo desses pressupostos, o presente capítulo reflete sobre as novas/velhas formas de exploração que coexistem nas áreas de hegemonia das grandes produções de fruticultura, situadas no Nordeste semiárido brasileiro, cujo destino da produção: Europa, EUA e Ásia articulam as formas ali existentes às tendências de degradação global da classe trabalhadora.

Ora, pensamos que as características evidenciadas pelos diversos segmentos e funções assumidas pelos sujeitos, bem como as mais variadas relações de trabalho existentes nos empreendimentos do semiárido nordestino – intermitentes, *part-time*, temporários, informais, parcerias, camponês, acampados, migrantes etc. –, remetem-nos à compreensão da *totalidade do trabalho vivo*⁵. Em meio a essa verdadeira *plasticidade* das formas de exploração, dos modos de vida e das relações sociais de produção não descartamos a reconstrução de outras formas de resistências, pois mesmo sob o julgo da fragmentação, o trabalho retém, em si, a *potência social* da emancipação humana⁶.

À luz desse referencial teórico (re)construímos as principais análises contidas no presente texto, com vistas a contribuir para elucidação da contraditoriedade constitutiva da classe trabalhadora, de modo a explicitar o germe das resistências que trazem à ordem do dia a necessidade histórica da emancipação.

Do ponto de vista metodológico, optamos por realizar uma interpretação das experiências envolvendo os sujeitos subsumidos às atividades de fruticultura para identificar, a partir do cotidiano vivenciado por homens e mulheres, traços que atestam uma simbiose entre as velhas roupagens e os mecanismos exploração contemporâneos, cujos rebatimentos na saúde torna-se uma das facetas dramáticas da precariedade incidente sobre os(as) trabalhadores(as). As informações empíricas foram obtidas através da convivência e do trabalho de campo

⁴ Milton Santos, *Da totalidade ao lugar* (São Paulo: USP, 2014) 21-22.

⁵ Ricardo Antunes, *O privilégio da servidão* (São Paulo: Boitempo, 2018).

⁶ Antonio Thomaz Junior, “Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)”. (Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009).

junto aos homens e mulheres que são, simultaneamente, vítimas e resistentes à precarização que assolam suas vidas.

1. CAPITALISMO FLEXÍVEL E PRECARIZAÇÃO GENERALIZADA

As transformações que atingem a composição da classe trabalhadora no mundo contemporâneo estão situadas especialmente no contexto de uma acumulação capitalista, assumindo uma forma cada vez mais financeirizada e flexível. Ao contrário da aparente conotação positiva, que comumente foi difundida com tal modelo, observamos a existência de um conjunto de implicações prático-sociais e de reconfiguração do mundo laboral, embora não só, que devem ser perscrutadas em suas raízes com vistas a projetarmos alternativas para além da socialização estabelecida pelo capital.

A princípio, nossa preocupação central consiste em situarmos um conjunto de transformações macroestruturais que, apesar de não estarem descoladas às dinâmicas cotidianas nos territórios, configuram-se enquanto forças estranhadas ao exercerem um poder de determinações diversas, que aterrissam no cotidiano, influenciando-o ao passo que assume uma particularidade. Essa compreensão escalar, muito recorrente na Geografia, nos permite compreender como grandes empresas hegemônicas difundem seus tentáculos sobre os territórios e redefine as relações sociais de trabalho e os modos de vida pré-existentes a partir de interesses alheios às localidades⁷.

As dinâmicas impulsionadas pela acumulação flexível do capital estão intrinsecamente relacionadas às necessidades fetichizadas da *financeirização*⁸. Esse processo que ganha maior expressividade após os anos 1970, significa uma exponenciação perigosa das relações mercantis, imperadas forma-mercadoria autonomizada na relação

⁷ Milton Santos, *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro: Record, 2019).

⁸ François Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã, 1996).

dinheiro, o que demarcam aquilo que Harvey⁹ denominou de loucura da razão econômica.

Mais que meramente problemas passageiros esses traços recorrentes assumidos pela economia global tem trazido implicações de longo prazo e cujos rebatimentos não são mais restritos ao mundo de capitalismo periférico, assumindo um caráter universalizante e autodestrutiva, característica típica da *crise estrutural do capital*¹⁰. Desse modo, não apenas se intensifica a difusão de um conjunto de precariedades nos países do Sul-Global¹¹, como também existe uma iminente ameaça do tão sonhado, idílico e seletivo *welfare state*¹².

Como herdeiros desse contexto histórico, emerge um conjunto cada vez mais expressivo de sujeitos difusos, instáveis, informais e vulneráveis às degradantes condições de vida do século XXI. Como nos lembra Antunes¹³, essa falta de compreensão da nova morfologia leva a visões que deturpam esse precariado, nascido do coração do regime flexível e da era informacional, relacionando-o como uma «classe perigosa» distinta da classe trabalhadora. O autor citado explica que, a despeito da heterogeneidade dos sujeitos, tanto os diferentes segmentos de trabalhadores precarizados quanto os de trabalhadores estáveis deveriam encontrar unidade na luta contra o capital. Em suas palavras:

[...] o precariado é um setor diferenciado da classe trabalhadora, em suas heterogeneidades, diferenciações e fragmentações. Nos países capitalistas avançados, os mais precarizados, sejam jovens, imigrantes, negros etc., [...] já nascem sob o signo da corrosão dos direitos e lutam de todos os modos para conquistá-los. Por outro lado, os setores da classe trabalhadora mais tradicionais, herdeiros do *welfare state*, lutam para impedir o desmoronamento ainda

⁹ David Harvey, *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI* (São Paulo: Boitempo, 2018).

¹⁰ István Mészáros, *O Desafio e o fardo do tempo histórico* (São Paulo Boitempo, 2007), 107.

¹¹ Ruy Braga, *A Rebelião do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global* (São Paulo: Boitempo, 2017).

¹² Idem. Antunes, *O privilégio da servidão*.

¹³ Ricardo Antunes, *Proletariado digital, serviços e valor* (São Paulo: Boitempo, 2019), 15-23.

maior de suas condições de trabalho. Esses dois polos fundamentais da mesma classe-que-vive-do-trabalho, em sua aparente contradição, parecem ter um futuro indelevelmente ligado [...] ¹⁴.

As ideias trazidas pelo autor supracitado são de grande valia, à medida que contribuem para pensarmos a partir do conceito de classe trabalhadora ampliada. Tal proposição possibilita ir na contramão das tendências fragmentarias que colocam os grupos trabalhadores, cujas condições objetivas estão permeadas pela exploração, em constante competitividade. Isto significa que a lógica desenfreada das relações de troca preside as relações sociais, de modo que solidariedade é quase sempre suplantada pelos individualismos.

Ora, se é indispensável pensar em termos plurais as diferentes clivagens que permeiam cotidianamente os sujeitos, tonar-se urgente pensar como a crise do capital implica num voraz processo de destruição da natureza e de desmantelamento dos territórios de vida, que tem conduzido o conjunto da sociedade à beira do colapso socioambiental. Esse processo de acumulação por espoliação, tal como observou Harvey ¹⁵, retoma, na contemporaneidade, os processos violentos descritos por Marx e Rosa Luxemburgo, ao explicitarem a simultaneidade e complementaridade entre as formas de exploração situadas no âmbito da fábrica com os mais violentos mecanismos de expropriação.

É nesse sentido que o capital instaura um cenário de disseminação da barbárie para o conjunto de populações, de modo que as retrações dos direitos sociais e territoriais ganham maior expressividade com o advento de um Estado, cujas medidas de caráter neoliberal, estão sintonizadas cada vez mais com as demandas da acumulação, em detrimento dos interesses públicos. Como nos evidencia Milton Santos:

As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo [...] Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das

¹⁴ Idem. Antunes, *Proletariado digital, serviços e valor*, 21.

¹⁵ David Harvey, *O novo imperialismo* (São Paulo: Edições Loyola, 2004), 201. David Harvey, *17 Contradições e o fim do capitalismo* (São Paulo: Boitempo, 2016).

regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no caso brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante¹⁶.

Por razões óbvias, não podemos discutir neste momento os laços intrínsecos e contraditórios das formações estatais com o processo de acumulação capitalista. Tal aprofundamento foi realizado em outro momento (França 2018)¹⁷, a partir de um conjunto de referenciais que se debruçaram sobre o debate da relação estrutural entre *forma política* e *forma mercadorial*^{18,19}, bem como das combinações híbridas típicas das formações estatais de capitalismo *sui generis* (como o Brasil)²⁰, as quais desaguam nas principias políticas “públicas”, de maneira destrutiva e violadora de direitos, caracterizando-se como o princípio da *ilegalidade e da lei do mais do mais forte*²¹.

Desse modo, nos cabe discorrer com maior detalhe sobre os efeitos mais danosos causados pela expansão de um modelo produtivo que, ao atender diretamente os interesses da acumulação capitalista financeirizada, impõe a milhares de populações e trabalhadores a “condição infernal” da expropriação de seus territórios, a sina da precarização do trabalho, a restrição do acesso à água e, em suma, o agravamento das condições de vida, sobretudo pela intensiva contaminação socioambiental, as quais são identificadas nas regiões tomadas pelo agronegócio mundializado.

¹⁶ Milton Santos, *Por uma Outra Globalização* (Rio de Janeiro: Record 2019), p. 66.

¹⁷Diego Pessoa Irineu de França, *Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao agrohídronegócio fruticultor nas áreas de expansão dos perímetros irrigados no semiárido nordestino*. (Tese de doutorado em Geografia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-UNESP, Presidente Prudente, 2018).

¹⁸ Joaquin Hirsch, *Teoria materialista do Estado* (Rio do Janeiro: Revan, 2010).

¹⁹Evguiéni B. Pachukanis, *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (São Paulo: Boitempo, 2017).

²⁰ Francisco de Oliveira, *Brasil: uma biografia não autorizada* (São Paulo: Boitempo, 2018).

²¹ Istivan Mészáros, *A Montanha que devemos conquistar* (São Paulo: Boitempo, 2015).

Entender como o semiárido brasileiro e, mais especificamente o nordestino passou por um conjunto de reestruturações territoriais que deram suporte a apropriação por grandes corporações do *agrohidronegócio* passa necessariamente pela articulação das estruturas estatais. Inicialmente, com as grandes construções de açudes, sob o pretexto de «combater a seca», numa estrutura oligárquica bastante concentradora, criou-se a «indústria da seca», através da qual os recursos públicos eram apropriados por grandes proprietários. Posteriormente, esse processo ganharia novos contornos com o aprofundamento liberalizante e desregulamentador.

Ao assimilar todo um receituário de órgãos supranacionais como o Banco Mundial, o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Integração Nacional e dos financiamentos dos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), ampliaram significativamente as áreas irrigadas do Nordeste semiárido, concomitantemente, a uma redefinição institucional que facilitaria o acesso à terra, à água e aos recursos financeiros por grandes grupos. É exatamente aí que órgãos como a Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas passam a ditar um ordenamento territorial voltado a atender aos imperativos de fluidez demandados pela economia mundializada.

Com isso, como veremos, infraestruturas como portos (Pecém, no Ceará e Suape, em Pernambuco), aeroportos, rodovias, ferrovias (Transnordestina), canais de irrigações darão subsídio não apenas a criação de um cenário adequado à acumulação de capitais, como também serão determinantes em instaurar um ambiente no qual os agravos à saúde e da precarização da vida dos diversos sujeitos, derivadas da contaminação socioambiental, torna-se a regra.

2. AS PARTICULARIDADES DA PRECARIZAÇÃO E OS AGRAVOS À SAÚDE NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

A ofensiva sobre o campo brasileiro apresenta diferentes tendências e discontinuidades, que marcam a apropriação territorial nas mais diversas regiões, bem como abrange distintos setores produtivos do capital. A fruticultura irrigada, instalada há mais de 40 anos, no semiárido, certamente é parte integrante desse processo generalizante de acumulação de caráter «modernizante» e *destrutivo*, que chega ao

campo com especificidades que rebatem diretamente no conjunto de trabalhadores envolvidos nos territórios apropriados pela fruticultura.

Na medida em que observamos a expansão de grandes empresas na região semiárida, estimuladas pela flexibilização das normas territoriais, percebemos que as relações sociais e as condições de trabalho se metamorfoseiam completamente. A partir de então, formas de precarização pré-existentes, com as oligarquias agrárias e latifundiárias, passam a coexistir aos diversos regimes de contratações, de ritmos e de rotinas de trabalho trazidos pela fruticultura empresarial. É desse modo que a apropriação da mais-valia relativa e absoluta se combina com a apropriação da produção de pequenos produtores por parte das grandes empresas exportadoras, criando um ambiente onde jornadas de trabalho, mais extensas e intensas, agravam as condições de exploração e de adoecimento dos sujeitos. A esse respeito é sintomático o crescimento de intoxicações por agrotóxicos identificadas pelos órgãos oficiais de vigilância. (Tabela 1).

UF	Ignorado/ Branco	Cura sem sequela	Cura com Sequela	Óbito Intoxicação Exógena	Óbito por outra causa	Perda de seguimento	Total
PE	422	2350	43	295	10	106	3226
CE	701	1188	20	173	4	190	1746
BA	310	990	17	128	7	20	1472
AL	53	622	4	41	2	33	755
PB	87	168	3	17	2	4	281
SE	15	223	5	17	0	0	260
PI	64	159	11	20	0	5	259
MA	21	110	5	33	0	6	175
RN	17	40	3	12	0	0	72
Total	1160	5850	111	736	25	364	8246

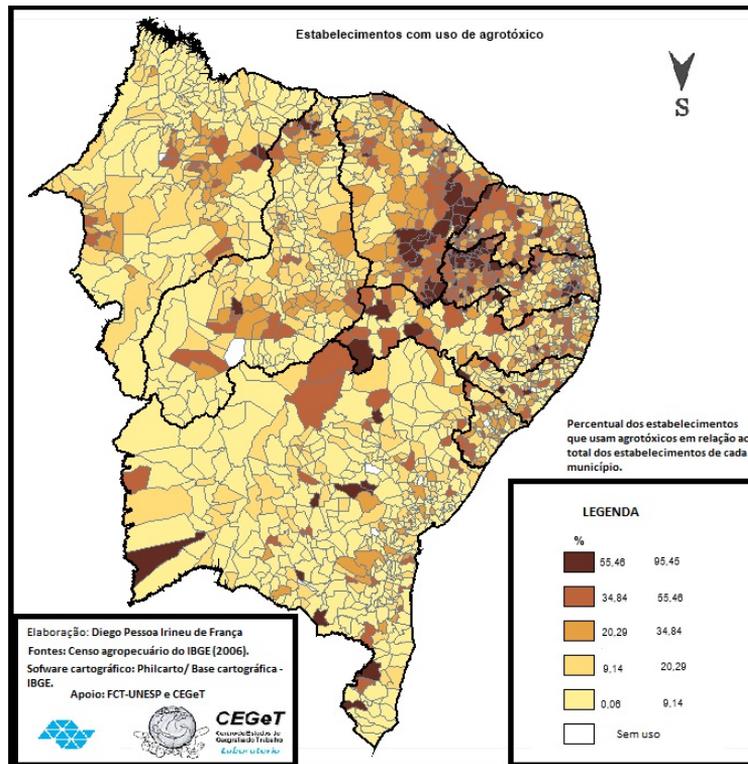
Tabela 1. Notificações de intoxicação por agrotóxicos em tentativas de suicídio, segundo evolução, por unidade da Federação da Região Nordeste –Brasil, 2007 a 2013. Fonte: Brasil (2016)²².

Além das condições de trabalho, que certamente contribuem para um maior risco de contaminação, podemos observar que toda a estrutura dos PIs corrobora, de maneira direta ou indireta, para tornar os sujeitos mais vulneráveis. Através da concentração das terras, dos recursos financeiros e das águas, bem como a partir da aplicação de produtos químicos poluidores dos mananciais hídricos, os trabalhadores são conduzidos a uma situação crítica, tanto no que tange à insalubridade do ambiente de trabalho quanto pela ingestão de água contaminada em suas próprias^{23,24}. Em suma, toda infraestrutura hídrica, que se propõe, no plano do discurso, a sanar o problema da «escassez» hídrica, está atrelada ao modelo químico-dependente e promove outros problemas de vulnerabilidade socioambientais, atingindo trabalhadores nas empresas fruticultura e nas comunidades do entorno às *plantations*. (MAPA 1 e 2).

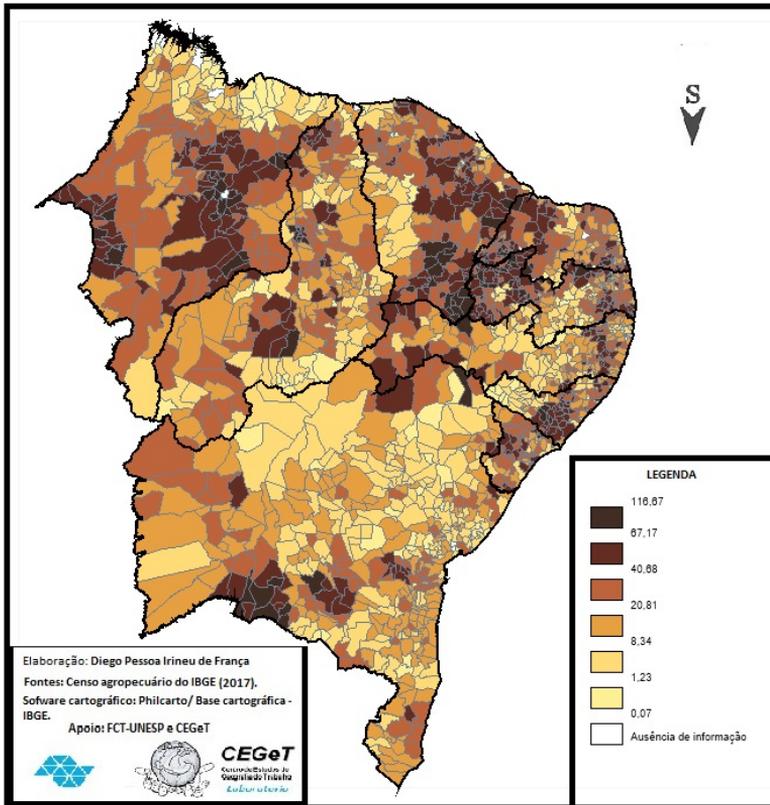
²² BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. (Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. –Brasília: Ministério da Saúde, 2016).

²³ A. P. Marinho. Contextos e contornos de risco da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. (Tese de Doutorado em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil, 2010).

²⁴ Ada Cristina Pontes Aguiar. Más-Formações congênicas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE). (Dissertação apresentada ao Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal do Ceará -UFC, 2017), 199.



Mapa 1. Estabelecimentos com uso de agrotóxicos em 2006. Fonte: Produzido pelo autor, 2018.



Mapa 2. Estabelecimentos com uso de agrotóxicos em 2017. Fonte: produzido pelo autor, 2018.

Em muitos casos, trabalhadoras(as) tem de escolher entre a submissão imposta por condições de trabalho degradantes a enfrentar o pesadelo do desemprego, já que o próprio processo de territorialização dos megaprojetos e das megacorporações tendem à destruição dos modos de vida e das relações com a natureza pré-existentes. Desse modo, as ocupações precárias aparecem aos sujeitos como algo inevitável. Vejamos como uma de nossas interlocutoras narra sua rotina de trabalho nas plantações de uva, em Petrolina-PE.

A gente levanta quatro e meia todo dia [...] Às vezes a gente perde a hora. Fazer comida para comer boia fria, todo dia. Aqui não (na empresa de pequeno porte onde trabalha). Aqui onde nós estamos

trabalhando é só traz merenda (lanche das nove horas). Mas nessas outras empresas aí é quatro hora (a saída de casa), porque seis horas o ônibus está passando e se você não estiver no ponto, fica. E é boia fria que come! Aqui não, para nós aqui estar numa boa. A gente trabalha só na produção, todo dia meio dia estamos em casa, a gente come comidinha, deixando quem faça, come quente. Quem tem filho [...] faz! Aí quando a gente chega lá está quentinha. (Entrevista com trabalhadora assalariada na fruticultura. Trabalho de campo, abril de 2016)²⁵.

Não se pode desconsiderar que a maioria da força de trabalho explorada pela fruticultura é constituída de homens e mulheres de mulheres e homens migrantes que são deslocadas constantemente para essas atividades, devido à inexistência de alternativas nos lugares de origem, como pode ser visto nos relatos a seguir.

Em uva eu faço tudo! Aprendi tudo, da raiz até a ponta do ramo em cima [...] A única coisa que eu não fiz foi aplicar veneno. Eu ensinei meus sobrinhos a trabaíá nas roças. Eu começava de sete horas, parava de doze, pegava de uma e parava de cinco. Na colheita eu não tinha horário não. Por que eu sabia embalar e eu era dentro do PEC, embalando. Mas se tivesse poucas pessoas eu saia até uma hora das roças do povo pra casa. Aqui (Petrolina) foi em várias que eu trabalhei. contrato, minha carteira tem. Quando surgiu essa ocupação aqui eu trabaíava na roça, diária, que já pra fazer contrato de fichar carteira eu num podia não. Aí quando surgiu essa ocupação aqui eu disse: oxente! Eu nunca entrei no Sem Terra não, mas agora eu vou! Eu atrás de um pedaço de terra. Mas eu já vim foi disposta mesmo [...] Peguei uma lona [...] trouxe machado, trouxe foíce [...] marquei risquei lá [...] eu vim só com esse menino [...] quando foi mais tarde [...] ele disse: ei olha a muié lá! [...] botei a lona pra descer de cima pra baixo [...] Aí fiquei, meu menino veio. Fizemos barraco dele aí [...] entrei aqui e já tá com um ano e cinco mês [...] sem sair daqui de dentro [...] (Entrevista – Ex-

²⁵ Não mencionamos os nomes das pessoas entrevistadas para preservar suas identidades. Mencionamos ainda que possuímos as devidas autorizações para utilizar os relatos que compõem este texto.

trabalhadora da fruticultura e Acampada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Petrolina-PE.)

O trabalho por diária é muito comum nas áreas de fruticultura, sobretudo em pequenas empresas, de modo que a relação entre trabalhador e empregador se dá de forma similar às relações desenvolvidas nas fazendas dos antigos coronéis. Há uma verdadeira atualização das formas de arregimentação que são adaptadas às exigências das formas «modernizantes» de precarização. Nas jornadas de trabalho da fruticultura mundializada, como vimos, geralmente são estabelecidas metas de produtividade, especialmente nas épocas de colheitas, quando a fruticultura tende a empregar um número maior de pessoas, o que serve para enaltecer a ideologia do emprego e do desenvolvimento, mas que, por outro, amplia a exploração e a flexibilização dos vínculos.

Esse discurso hegemônico que vê na fruticultura empresarial um oásis e que é alimentado pelo ideal da «alta produtividade» e «desenvolvimento», obscurece os riscos e as formas de precarização impostas aos homens e mulheres vinculados a tal setor produtivo. A contraditoriedade gestada no seio da reprodução do capital fruticultor expressa-se nos relatos de nossos interlocutores de maneira clara, na medida em que o(a)s mesmo(a)s assalariado(a)s das empresas, articulado(a)s a subsunção do trabalho, envolvem-se em processos de luta pela terra com a esperança de recriarem outras sociabilidades, que sejam possibilitadas por um trabalho relativamente autônomo na terra. Desse modo, o paradoxal do mundo laboral na fruticultura é que o trabalho, mesmo que possibilite algum ganho aos sujeitos ante o desalento do desemprego, traz consigo o iminente risco à saúde.

É um trabalho bem interessante. Às vezes é cansativo. Mais é muito gostoso trabalhar com a natureza. A gente sabe que a gente se prejudica muito porque é muito produto químico, agrotóxico. A gente sabe que a gente se prejudica muito, mas mais na frente a gente sabe que a gente vai colher o que a gente tá plantando. Quando eu cheguei aqui em 2003. Eu era encantada, doida para aprender a trabalhar. Mas só fui ter oportunidade quatro anos depois. Eu não eu era mais [...] morava lá no interior. Eu sou natural de salgueiro-PE. Lá a gente trabalhava muito, botava água de

cacimba, colocava lenha, para quando fosse a tarde ir pra escola. (Entrevista – trabalhadora da fruticultura e Acampada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Petrolina-PE).

A partir dos relatos supracitados, percebemos algumas das metamorfoses assumidas por nossos interlocutores, os quais desempenhavam um conjunto diversificado de atividades, antes de chegarem à região da fruticultura e as áreas rurais. Trata-se de sujeitos que se mantêm atrelados a uma transitoriedade entre o trabalho realizado em territórios de luta pela terra/água e o precário assalariamento nas empresas (contratos temporários, diárias, informalidade, exposição ao risco socioambiental etc.).

Com efeito, os diferentes determinantes que incidem sobre as relações e as condições em que o trabalho é exercido, nem sempre são explícitos. Assim, tendências contemporâneas de intensificação dos ritmos e das jornadas laborais são cada vez mais recorrentes no contexto da fruticultura, podendo levar os sujeitos a processos de adoecimentos que decorrem da exaustão física e mental. Vejamos como expressa outra de nossas interlocutoras:

[...] primeiramente era pesada as metas que ele dava. Porque para raleio é uma lateral completa, o pinicado tem de ser uma lateral completa, quando tá muito apertado aquele serviço ele quer que a gente tire uma lateral e meia por dia a gente tira à força, mas tira. E na parte de ele ser um patrão bom. Ele não é um patrão de estar diariamente com a gente na área, ele não é de reclamar a gente no campo [...] ele saía e dizia: olha dona, *estou indo para a rua, tá na mão de vocês!* Então ele ia, ele voltava e o trabalho dele tava todo feito, mas é porque de uns dias desses para cá puxou muito. Então a pessoa cansa, porque eles tem que ver que um funcionário ele quer trabalhar, porque é o nosso direito trabalhar para sobreviver, mas tem que ter a meta certa dele dar aquela meta. Ele puxou demais e quando puxa muito para a gente que já tá avançando a idade não tem como não, tem que parar pra descansar (Entrevista com trabalhadora da uva, abril de 2017).

Em última análise, observamos que o setor da produção fruticultora redefine os mecanismos de precarização e controle sobre a força de

trabalho nos moldes capitalistas. A aparente liberdade concedida pelos proprietários de terra e empresários aos trabalhadores(as), não ultrapassa a «liberdade» paradoxal de serem superexplorados(as) por um modelo produtivo altamente degradante e insustentável. Como vimos, as tendências globais da acumulação se metamorfoseiam para adaptar-se às dinâmicas territoriais e às condições locais, agravando demasiadamente as condições de saúde e de vida dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo retratou alguns aspectos bastante recorrentes na vida cotidiana dos sujeitos envolvidos na fruticultura mundializada no semiárido nordestino. Observamos que o processo desigual de reprodução do capitalismo, em escala global, desenvolve-se por meio de uma multiplicidade de setores produtivos, bem como articula diversas formas de exploração, cuja coexistência nos territórios, conforma uma *geograficidade da exploração*.

Nossa experiência de pesquisa revelou que as empresas de fruticultura incorporam a lógica de controle dos sujeitos por duas vias indissociáveis, agindo tanto no plano objetivo quanto subjetivo. Ao atribuírem a responsabilidade da «eficiência do trabalho» para os indivíduos, sugerem que o sucesso da empresa, e a consequente manutenção dos postos de emprego, dependem do desempenho do(a)s trabalhadora(a)s, os quais devem assumir o compromisso, tanto em relação às metas quanto ao incorporarem uma moralidade positiva do trabalho, que se expressa na postura de um sujeito «dócil» e «eficaz».

Como sugeriu Gramsci²⁶, à época do florescimento do fordismo, os trabalhadores foram coagidos a assumir «comportamentos maquinais» e «automáticos» típicos de um «gorila amestrado». Com o advento do regime flexível, a mudança da forma não exclui os mecanismos que buscam ofuscar o antagonismo entre capital e trabalho, de modo que termos como «funcionário colaborador», «versátil» e «polivalente» demarcam cada vez mais consolidação de um discurso

²⁶ Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere: Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo*. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015).

empresarial de adestramento, transferência e responsabilização dos sujeitos (Alves, 2017)²⁷.

Tais fatos, só expressam que para fazer frente às diferentes maneiras de exploração, os trabalhadores e as trabalhadoras incorporam outros mecanismos e estratégias em suas lutas por melhores condições de vida, o que torna ainda mais complexo o entendimento teórico da relação entre a *nova morfologia do trabalho* e a *emergência das resistências* frente às multifacetadas formas de opressão.

Em suma, além se mobilizarem por meio das formas clássicas como os sindicatos e as greves, a luta pelo território e pela natureza torna-se parte constituinte da ampla contestação ao modelo hegemônico, realizada pelos vários segmentos da classe trabalhadora. Nesse caso, os acampamentos de luta pela terra e pela água, nas áreas dos Perímetros Irrigados, representam particularidades do movimento de resistência ao modelo *agrohidroexportador* que, por sua vez, expressa contradições iminentes ao próprio processo desigual da acumulação capitalista. Por isso, os conflitos territoriais manifestam a necessidade de superação das particulares contradições do capitalismo brasileiro com vistas a criação de outras sociabilidades, bem como a reapropriação dos bens comuns.

²⁷ Giovani Alves, “A nova precariedade salarial: elementos históricos-estruturais da nova condição salarial no século XXI”, in *O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho* V. L. Navarro e E. A. S. Lourenço (São Paulo: Outras expressões, 2017) 59-87.

CAPÍTULO 31

O SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO: A EXPANSÃO TERRITORIAL DO CAPITAL E OS REFLEXOS PARA OS TRABALHADORES

Thiago Pereira Barros¹

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. E-mail: thiagobarros.evk@gmail.com. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Resumo

O presente texto tem como tema norteador os portos e o trabalho portuário no Brasil. Enquanto recorte temporal pautamos nossa análise a partir das mutações do sistema do capital, após os anos 1970, e mais especificamente, no contexto brasileiro, com o neoliberalismo e os marcos regulatórios que instituíram a modernização portuária. Deste modo, discutimos as estratégias de ampliação da acumulação do capital nos portos brasileiros. Isto é, demonstrando como a criação do «novo» modelo portuário, os Terminais de Uso Privativo, implicam em alterações substanciais a gestão dos portos e de controle do trabalho, ambas pautadas no ideário do capital. Para isto, utilizamos de fundamentos teóricos, dados primários e secundários oriundos de nossa investigação de doutorado em execução no Brasil.

Palavras-chave

Setor portuário, trabalhador portuário, capital.

INTRODUÇÃO

As análises aqui debatidas são oriundas de nossa pesquisa de doutorado intitulada «Do “moderno” ao precário mundo do trabalho portuário: as implicações do avanço do capital no setor portuário brasileiro»² desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente/São Paulo/Brasil, desde 2017.

Este presente texto objetiva discutir as estratégias de ampliação e acumulação do capital nos portos brasileiros, a partir da modernização dos portos. Mais precisamente, demonstramos como a criação de um novo modelo de gestão dos portos e de controle sobre os trabalhadores, os Terminais de Uso Privativo, vem dotando o setor portuário de uma série de transformações próprias da lógica do capital.

Para entendermos a discussão sobre o trabalho portuário, frisamos que historicamente no Brasil o mesmo tem sua origem no trabalho

² Esta pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os meses de abril a julho de 2017, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) mediante o Processo/número: 2017/05924-7 e Processo/Número: 2018/25126-0.

flutuante, ou seja, no trabalho esporádico, onde a oferta de trabalho relaciona-se com o fluxo de navios nos portos. Com isso, criou-se um modelo de maximização dos lucros das agências de navegação mantendo um mercado de trabalho de trabalhadores flutuantes, os quais atendiam as ofertas de trabalho nos portos³.

No cais, labutavam trabalhadores escravos, libertos e homens livres em atividades como estiva, marinheiros, remadores, barqueiros, condutores, entre outras⁴. A literatura sobre o tema, narra a participação de escravos, libertos e trabalhadores livres na operação portuário pelo Brasil⁵.

No contexto de expansão da lógica do capital no final do século XIX e início do século XX, dentro do modelo fordista/taylorista, buscou-se a produção em massa, fragmentação/especialização das atividades de trabalho, e a formação de um novo tipo de sujeito para o trabalho, isto é, constituir um trabalhador aos moldes que exigia o capital, através da disciplina, higiene e sem vícios⁶.

Nesse cenário, o sistema ocasional de trabalho tornou-se a forma mais elaborada de redução dos custos de produção e, conseqüentemente, no aumento dos ganhos dos empresários do setor, em virtude da desqualificação da mão de obra e do subemprego. Assim como os efeitos do exército industrial de reserva, na diminuição do preço pago a esses trabalhadores, pressionando os mesmos a aceitar todas as condições impostas na realidade de trabalho existente⁷.

A partir da experiência de trabalho no processo produtivo dos trabalhadores flutuantes o capital estruturou uma divisão técnica do trabalho mediatizadas por um conjunto de especializações, «[...] obtidas

³ M. L. C. Gitahy, *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana* (São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992).

⁴ M. M. André, *A Organização do trabalho portuário: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos* (Espírito Santo: Editora EDUFES, 1998).

⁵ E. B. Arantes, *O Porto Negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos Primeiros anos do século XX* (Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005).

⁶ H. Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. (Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987).

⁷ M. L. C. Gitahy, *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana* (São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992).

pela e na repetitividade das operações realizadas pelos trabalhadores flutuantes»⁸. Ou seja, os ofícios independentes e diversos foram se tornando em especialidades, operações parciais no processo de produção.

Desta forma, a organização do trabalho portuário dentro do modo capitalista de produção foi concebido por uma nítida separação entre o comando e a execução, com uma divisão do trabalho, com variadas categorias profissionais, como por exemplo: operários braçais, especializados (monotécnicos e qualificados), assim como criou-se os conferentes, fiscais, contramestres e mestre⁹.

Ademais, os mestres-estivadores eram a ligação de controle do mercado de trabalho e o processo produtivo dos trapicheiros, os contratantes dos trabalhadores flutuantes. Salientamos que o processo de escolha da mão de obra realizada pelos mestres-estivadores organizava através da «chamada livre», o qual não obedecia a critérios pré-definidos de seleção, sendo que muitas vezes, os capatazes/mestres-estivadores acabavam escolhendo os trabalhadores mais próximo de si, ou seja, não possuía critérios definidos¹⁰.

Neste cenário surgiu como consequência da luta dos trabalhadores o *closed shop*, caracterizado pelo poder do sindicato em intermediar a mão de obra nos portos, sendo o primeiro organizado no Brasil no Porto do Rio de Janeiro na década de 1910¹¹.

No decorrer do século XX os trabalhadores portuários lograram diversas conquistas, mediante as ações de luta frente ao processo de exploração do capital com as atuações combativas de seus sindicatos, como por exemplo: I) Direito a Hora Extra, art. 278 da CLT; II) Descanso Semanal Remunerado, Lei n.º 6059 de 1949; III) Direito a férias anuais, Decreto 61.851/1957 e da Lei 5.085/1966; IV) Adicional noturno, Lei n.º 4.860 de 1965; V) Décimo terceiro salário, Lei

⁸ M. M. André, *A Organização do trabalho portuário: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos* (Espírito Santo: Editora EDUFES, 1998), 44.

⁹ Idem.

¹⁰ E. B. Arantes, "O Porto Negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos Primeiros anos do século XX" (Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005).

¹¹ M. L. C. Gitahy, *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana* (São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992).

5.580/68; VI) garantia de direitos iguais entre trabalhadores avulso e os com vínculo empregatício, Constituição Federal de 1988, firmado no inciso XXXIV do art. 7.º; entre outros¹².

A conjuntura política e econômica, assim como os resultados do processo de acumulação do capital no setor portuário com a utilização do *closed shop*, por um lado garantiu resultados satisfatórios para os empregadores, tornando o sistema avulso um modelo de relação entre trabalho-capital interessante. E, por outro lado, para os trabalhadores resultou em conquistas trabalhistas. Assim, a manutenção desse modelo deu-se «[...] muito mais pela conveniência operacional e de redução de custo trabalhista à empresa, bem como pelos interesses políticos (incluindo a estratégia de luta de classe), sociais e econômicos dos portuários e de seus sindicatos»¹³.

Por isto, compreendemos a manutenção do trabalho avulso, dentro do sistema portuário nacional, como uma estratégia de acumulação e reprodução do capital durante certa conjuntura histórica. Esgotando então as vantagens que tal modelo adotado propiciava para a acumulação do capital, a sua transformação se colocaria iminente. Assim, as mudanças nas relações de trabalho nos portos estavam relacionadas com as próprias transformações promovidas pelo modo capitalista de produção na segunda metade do século XX.

Neste sentido, a seguir abordamos as mudanças no modelo de acumulação do capital, suas reverberações aos trabalhadores e ao sistema portuário brasileiro. Posteriormente, fruto da adoção das políticas neoliberais, evidenciamos a estratégia do capital de expandir sua lógica de produção nos portos mediante o «novo» modelo de gestão e controle sobre a força de trabalho portuária, estabelecido com a modernização dos portos, mais precisamente pelos Terminais de Uso Privativo.

¹² M. Pacheco, “*Trabalhador Portuário Avulso - TPA: Evolução Histórica e Legislativa, Alcance Constitucional e Inovações Introduzidas Pela Lei de Modernização dos Porto*” (s. 54f. Monografia em Direito, UFPR, 2004).

¹³ M. Teixeira, “*Contratação de Trabalhador Portuário na Modalidade de Vínculo Empregatício*” (122f. Monografia. Bacharel em Direito. Universidade Católica de Brasília, 2007), 37.

1. REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E AS IMPLICAÇÕES AO SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO

A expansão do capital nos portos brasileiros está relacionado com o processo de reestruturação do capital e da adoção do modelo de acumulação flexível pelo modo capitalista de produção durante a década de 1970 e os anos de 1980, nos países centrais do sistema, e no Brasil na década de 1990.

Harvey descreve que a crise de acumulação de 1970 levou ao fim o Estado de bem-estar social, já que o keynesianismo representava barreiras ao próprio desenvolvimento do capital, como por exemplo: proteção trabalhistas e sociais aos trabalhadores o que, por outro lado, representava empecilhos a própria expansão da margem de lucro do capital. Além disso, o modelo taylorista/fordista representava a inflexibilidade da força de trabalho, assim como, a volatilidade do mercado, o aumento da competição, o estreitamento das margens de lucros influenciaram numa radical reestruturação do mercado de trabalho, ajudando a impor regimes mais flexíveis de planejamento¹⁴.

Por outro lado, não devemos esquecer que a crise representa para o capital um momento também oportuno a mudanças para a sua expansão, de forma a ampliar a sua capacidade produtiva, renovar condições de acumulação, controle e organização da força de trabalho, assim como dos meios de produção para um nível superior.

Destarte, a crise dos anos 1970 foi o marco inicial da reorganização do capital, tanto em sua dimensão ideológica e política com o neoliberalismo e seus reflexos, como a desregulamentação dos direitos do trabalho, e o desmanche do setor produtivo estatal (privatizações de empresas públicas), expansão do capital financeiro, eliminação de barreiras fiscais de controle do Estado, produzindo uma financeirização da economia¹⁵.

A acumulação flexível representa o espírito dessa atual fase de reprodução do capital, o sentido orgânico da produção possui como

¹⁴ David Harvey, *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural*. 8. ed. (São Paulo: Loyola, 1999).

¹⁵ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

característica a ampliação dos valores, novas regras de gestão da produção e a manipulação do trabalho vivo, inovações exteriores (são os elementos compositivos da totalidade concreta dessa fase – inovações econômicas, político institucionais, etc.) e interiores (aqueles que tocam a organização e controle do trabalho – inovações tecnológicas e sociometabólicas) à produção capitalista¹⁶.

Nos países centrais do capitalismo, a adoção do neoliberalismo, por exemplo, na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990) concretizou-se com a popularidade que a mesma conquistou com o conflito da Ilhas Malvinas contra a Argentina. O qual ajudou a acender forte sentimento nacionalista entre os ingleses, resultando em apoio político e popular a primeira ministra. Apoio usado para enfrentar a greve dos mineiros em 1984, e iniciar uma série de privatizações, como: British Gas, British Telecom, British Airport Authority¹⁷.

No que toca os trabalhadores portuários, Thatcher deu o primeiro passo entre os países europeus na liberalização e flexibilização laboral, no ano de 1989 colocando fim a National Dock Labour Scheme, entidade que administrava a Dock Workers Scheme (DWS) a qual regulava o trabalho portuário¹⁸. O DWS estava nos principais portos organizando a mão de obra portuária, realizando atividades como: registro dos trabalhadores e patrões, contratação dos trabalhadores, realizava os pagamentos, entre outras atividades.

Para Varela e Guedes¹⁹ a consolidação do neoliberalismo na Europa concretizou-se, primeiro, pelos ataques a categorias simbólicas e centrais para o movimento operário europeu, entre eles, operários navais e siderúrgicos na Espanha; operários da Fiat na Itália; mineiros na Inglaterra. Outro fator determinante segundo os autores supracitados, foi que a maioria dos sindicatos europeus acolheram uma política de negociação e aceitação para garantir direitos adquiridos para os

¹⁶ G. Alves, *Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho*. (Londrina: Praxis Bauru: Canal 6, 2007).

¹⁷ David Harvey, *O Neoliberalismo: história e implicações* (São Paulo: Edições Loyola, 2008).

¹⁸ K. Weinhauer, “Power and control on the waterfront: casual labour and decasualisation”, in *Dock Workers: International Exploration in Comparative Labour History, 1790-1970*.

¹⁹ R. Varela e R. Guedes, “Sindicatos, Neoliberalismo e Estado Social em Portugal (1974-2012)”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21 n.1, p. 59-70 (Jul-Dez 2011).

trabalhadores mais velhos e, por outro lado, retirando direitos dos trabalhadores ingressantes.

A via da negociação/prevenção de direitos adquiridos resultou no amortecimento da conflitualidade capital-trabalho e, conseqüentemente, a adoção das políticas neoliberais. A qual por sua vez, reestruturou as empresas na Europa (deslocalização produtiva, flexibilização da força de trabalho)²⁰.

No que tange ao avanço do ideário do capital nos portos dentro do neoliberalismo, a palavra modernização tomou conta de inúmeros manuais que descreviam ganhos econômicos e trabalhistas aos trabalhadores, exemplo, do livro «Privatización Portuaria: bases, alternativas y consecuencias» onde a autora descreve que as atividades laborais nos portos devem seguir «[...] el mismo sistema de estímulos y sanciones del mercado»²¹.

O conceito de modernização está envolto de valores advindo de uma classe social, a burguesia e, seus interesses na ampliação de sua lógica de reprodução social. Por consequência, o conceito de modernização dentro da sociedade burguesa não representa apenas os avanços técnicos, os meios de produção, mais também os aspectos políticos e ideológicos. Representando um «[...] processo de imposição das relações sociais de produção pelas classes hegemônicas. Modernização é a expansão territorial, portanto, do próprio modo de produção capitalista.»²².

Ademais, a modernização dos portos permitiu a inserção de mudanças de organização do trabalho portuário em modelos mais avançados e tidos como ««modernos», o que na realidade faz parte de um processo que só reforça/amplia a precariedade, que já existia antes da modernização portuária, mais que, se acentua ainda mais com a adoção da acumulação flexível dentro da perspectiva neoliberal.

No contexto brasileiro, as frações da burguesia juntamente com o grande capital internacional já discutiam estratégias para adoção do

²⁰ R. Varela e R. Guedes, “Sindicatos, Neoliberalismo e Estado Social em Portugal (1974-2012)”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21 n.1, p. 59-70 (Jul-Dez 2011).

²¹ L. Burkhalter, *Privatización Portuaria: bases, alternativas y consecuencias* (CEPAL, 1999), 12.

²² D. Castilho, “Os sentidos da modernização”. *Revista: Boletim Goiano de Geografia*, v.30, n. 2, p. 125-140 (2010): 129.

neoliberalismo ainda na década de 1980. Entretanto a sua implementação encontrou uma série de obstáculos. Muito devido a participação dos movimentos sociais na cena política, o que criou para Thomaz Junior²³ um ar de aspirações socialistas durante a construção da Nova Constituição de 1988 e nas eleições diretas de 1989. Além do mais, a efervescência sindical ajudou a criar diversas entidades de organização de massa, entre elas: Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983.

Contudo, o candidato à presidência Fernando Collor de Melo, em 1989, foi a expressão inicial da adoção do neoliberalismo. Como exemplo, no programa de Collor estava presente as contrarreformas neoliberais, como: abertura econômica, privatização, políticas de cunho moral, acabar com os privilégios do funcionalismo público (caça aos Marajás)²⁴.

No que se refere-se as mudanças de organização dos portos deu-se, primeiramente, com a promulgação da Lei n.º 8.029 de 1990, a qual extinguiu as entidades da administração pública federal, a PORTOBRÁS entidade responsável pelo sistema portuário brasileiro, colocando os portos nacionais em ambiente concorrencial²⁵; o segundo passo foi a promulgação da Lei n.º 8.031 de 1990, estabeleceu o Programa Nacional de Desestatização (PND)²⁶, consolidando o projeto voltado a privatização dos ativos públicos.

Por último, concebeu-se a Lei n.º 8.630 de 1993²⁷, conhecida como Lei de Modernização dos Portos. Basicamente, está lei retirou o

²³ A. Thomaz Júnior, *Por trás dos canaviais, os nós da cana: a relação do capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. (São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002).

²⁴ D. E. Martuscelli, *Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil*. (334f. Tese. Doutorado em Ciência Política. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013).

²⁵ A. Gonçalves e L. A. D. P. Nunes, *O Grande Porto: a modernização no Porto de Santos*. (Santos: Realejo Edições, 2008).

²⁶ PND promoveu a entrega de terminais à iniciativa privada no PO. No Porto de Santos, entre os anos de 1991 até 1994 privatizou-se 6 áreas. Após a Lei n.º 8.987/95, já dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) privatizaram-se, 4 áreas entre os anos de 1996 a 1997, 7 em 1998, 1 em 1996, seis em 2000, 1 em 2001 e 3 áreas em 2002. Totalizando, entre o ano de 1995 a 2002, 22 concessões (GONÇALVES; NUNES, 2008).

²⁷ Em 1991 iniciou-se os tramites e, sua aprovação deu-se em 1993, no governo de Itamar Franco (LEI Nº 8.630/93).

monopólio de movimentação de cargas do estado, através das Companhias de Docas, assim como, acabou com o papel de intermediação da mão de obra portuária realizado pelo sindicato dos trabalhadores avulsos (Lei n.º 8.630/93). Além do mais, esse marco regulatório criou o que consideramos como «novo» modelo de territorialização do capital nos portos, ou seja, o Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP). Os quais são explorados por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora do PO²⁸.

O sistema portuário brasileiro além dos TUPs possuem os Portos Organizados²⁹ (PO), os quais são divididos em portos administrados por Companhia de Docas e os delegados a estados, municípios ou empresas privadas. Existem 8 Companhia de Docas no Brasil, as quais administram 19 PO, como: Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). Existem 8 Companhias de Docas, entre elas: Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA), Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

Entre os PO delegados temos um total de 18, administrados por 14 empresas. Entre elas temos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (SDEC-PE), Porto de Suape; SC Parcerias Porto de Imbituba (SCPAR), Porto de Imbituba; Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Porto de Paranaguá e Antonina.

Além da inserção do TUP, a Lei n.º 8.630/93 introduziu mudanças em relação ao controle e organização dos portos: criou-se a Autoridade Portuária (AP), com papel de administrar o porto; Conselho de Autoridade Portuária (CAP), órgão consultivo de administração dos PO, com a função de reunir os diferentes atores do setor para discutir/decidir questões pertinentes a área³⁰.

Estabeleceu-se a figura dos Operadores Portuários (OP), pessoa jurídica pré-qualificada para a execução das atividades na área do PO, ou seja, são os requisitantes da mão de obra portuária (BRASIL, 2013). Os OP tiveram como determinação da lei criar e administrar em cada

²⁸ Brasil. *Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

²⁹ Todo bem público construído/aparelhado para sanar e atender as necessidades expostas pela navegação, movimentação e armazenagem de mercadorias e movimentações de passageiros (Brasil, 2013).

³⁰ Brasil. *Lei n.º 12.815 de 05 de junho de 2013*. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

PO o Órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO), o qual possui a função administrar o fornecimento do trabalhador portuário avulso e vinculado em cada PO para movimentação das cargas.

Desta maneira, os «monopólios» do Estado na operação portuária foi retirado com a criação dos OP, CAP, AP, e do sindicato em intermediar a mão de obra passando ao OGMO, abrindo então espaço aos interesses patronais. Desta maneira, a territorialização do capital nos portos no Brasil se concretizou com a derrubada de barreiras a sua expansão, as quais com a adoção do receituário neoliberal criou condições para a ampliação da lógica de reprodução do capital dentro da acumulação flexível.

Posteriormente a Lei n.º 8.630/93 foi revogada pela Lei n.º 12.815 de 2013, e no que tange aos trabalhadores portuário avulsos, em seu art.º 32 inciso II estabeleceu-se que os OGMO devem «manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso». E no art.º 40 determina que os trabalhadores portuários nos PO devem ser contratados com vínculos empregatício ou avulso através dos trabalhadores registrados e cadastrados nos OGMO. Além do mais, no parágrafo 2.º, descreve que a contratação dos trabalhadores portuários dentro dos PO devem ser exclusivamente dos trabalhadores registrados/cadastrados no OGMO.

Ou seja, além de retirar o papel de intermediação dos sindicatos dos trabalhadores no fornecimento da mão de obra, a nova Lei de Modernização trouxe o trabalho multifuncional, ou o que Antunes³¹ denomina de trabalho polivalente. Representando para os trabalhadores portuários, nada mais que a possibilidade, por exemplo, de os estivadores realizarem as atividades dos conferentes, dos trabalhadores de bloco ou ainda da capatazia. Sendo que os trabalhadores muitas vezes não são remunerados de forma adequada por realizarem essas atividades. Além de sofrerem com a intensificação do trabalho e com a acentuada precarização que atinge o trabalho no porto. Mesmo porque essa dinâmica está assentada na lógica da flexibilização do trabalho.

Entendemos as mudanças recentes nos portos, advinda com todo o aparato da modernização dos portos, como uma tentativa do capital controlar/ditar tanto a forma de organização dos portos como o controle sobre a força de trabalho. Assim, as disputas históricas entre capital-trabalho neste setor segue essa lógica de apropriação do trabalho e

³¹ Ricardo Antunes, *O continente do Labor* (São Paulo: Boitempo, 2011).

controle da força de trabalho sob os interesses de reprodução do capital, também favorecidas pelas ações do Estado.

Os efeitos sociais da adoção do neoliberalismo no Brasil e em países da América Latina, teve como característica essencial de desmonte da economia, da indústria e, conseqüentemente, no aumento do desemprego estrutural, perdas de direitos trabalhistas e universais³². O que por sua vez também implica em efeitos destrutivos a dinâmica portuária e aos trabalhadores portuários.

Aliás, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, veremos uma forte e estratégica atuação no sentido de promover as necessidades e interesses de expansão do capital, o que também implicou no sistema portuário nacional. Assim, o governo buscou através de inúmeras ações alavancar o processo de modernização portuária, conseqüentemente, acentuando a acumulação do capital nos portos. Citamos, por exemplo, a criação da Secretária Especial dos Portos da Presidência da República (SEP/PR) tendo status de ministério, através da Lei n.º 11.518 de 5 de setembro de 2007³³.

A SEP teve papel importante nas discussões sobre a formulação da MP 595 de 2012, posteriormente, Lei n.º 12.815 de 2013 ou o novo marco regulatório portuário. A formulação deste novo marco foi produto de muita pressão dos empresários para ampliar o processo de privatização dos POs, através da entrega de áreas dentro dos mesmos à iniciativa privada, assim como, da abrandamento dos critérios para estabelecer novos TUPs, e as vigências dos contratos de arrendamentos³⁴.

As principais mudanças no corpo da Nova Lei dos Portos (como ficou conhecida Lei n.º 12.815/13) foram: 1) diminuição de seis modalidades de Terminais Portuários para cinco: Terminal Portuário de Uso Público (PP); Terminal Portuário de Uso Privado (TUP); Instalação Portuária de Turismo (IPTUR); Estação de Transbordo de Carga (ETC); e Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IPP4); 2) extinção dos conceitos de Cargas Próprias e de Terceiros e a manutenção da liberdade

³² Ricardo Antunes, *O continente do Labor* (São Paulo: Boitempo, 2011).

³³ Brasil. *Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007*. Cria a Secretaria Especial de Portos e dá outras providências.

³⁴ F. Amato e N. Passarinho. Entenda os principais pontos da MP dos Portos aprovada pelo Congresso. G1: Política, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/entenda-os-principais-pontos-da-mp-dosportos-aprovada-pelo-congresso.html>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

de contratação de mão de obra para TUP; 3) os critérios de julgamento das licitações para os arrendamentos podem se dar de forma isolada ou por meio de uma combinação da maior movimentação de carga, a menor tarifa ou menor tempo de movimentação de carga que o licitante se compromete a realizar com o menor preço cobrado pela operação.

Nesta perspectiva, o governo publicou o Decreto n.º 8.033 de 2013 que dispõe e regula a exploração de PO e de instalações portuárias. Entre seus principais pontos, destaca-se a concessão do poder concedente a Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República (SEP-RP), o que na legislação anterior, Lei n.º 8.630/93 estava sob o poder da AP³⁵.

Como consequência surgiram novos TUPs, por exemplo, de 2013 até o ano de 2016, a SEP autorizou 67 novos terminais, representando 35,5% dos TUP's no total, isso em menos de 4 anos de mudanças na legislação³⁶.

Destarte, durante os anos de governo do PT (2003-2016), o mesmo não logrou romper com as amarras do neoliberalismo através de pactos e acordos com frações da burguesia brasileira que sustentaram os seus governos. Porém, os interesses dessas frações já não estavam mais representados no governo do partido, o que levou a uma ruptura do pacto e das alianças que sustentavam o governo. O que por sua vez culminou, primeiramente, no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016.

Diante deste cenário, tido como um golpe parlamentar-jurídico-midiático que culminou no afastamento de Dilma, criou-se a possibilidade de impor políticas ultraliberais necessárias para o capital, que sob o governo de Michel Temer³⁷ consolidaram-se, a exemplo: da Reforma Trabalhistas (Lei n.º 13.467 de 2017); a Ampliação da Terceirização para a Atividade Fim (Lei n.º 13.429 de 2017); a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a PEC do Fim do Mundo, o qual limita os gastos sociais, entre eles, saúde, educação, e combate à desigualdade social.

³⁵ Brasil. Lei n.º 11.518, de 5 de setembro de 2007. Cria a Secretaria Especial de Portos e dá outras providências.

³⁶ P. L. Mesquita, *Arrendamentos*. Brasil: Secretaria Nacional dos Portos. 2016. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/arrendamentos-passiveis-de-serem-licitados>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

³⁷ Outras medidas tomadas por Temer que prejudicaram a soberania nacional, inclusive o repasse de verbas para saúde e educação no país com o PL 4567/16, o qual pôs fim à exclusividade da Petrobras na exploração do Pré-Sal.

Neste cenário, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro «surfou na onda» conservadora com pautas moralistas, o que lhe possibilitou, dentre outros fatores, a sua eleição como presidente do Brasil em 2018. Entretanto, o cenário pós-eleição não trouxe mudanças dentro da lógica anterior, pelo contrário. O governo de Bolsonaro tem trilhando pelo mesmo caminho de seu antecessor, ou seja, atacando os direitos sociais e trabalhistas. Como exemplo, na reformulação dos ministérios promovida pelo presidente, o único extinto em comparação ao governo anterior, foi o Ministério do Trabalho.

Em relação aos portos, Bolsonaro transformou o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) em Ministério da Infraestrutura sob controle do ministro Tarcísio Gomes de Freitas, onde se encontra a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, antiga SEP³⁸. Tarcísio em seu primeiro discurso explanou que sua gestão será pautada para destravar projetos de melhoria logísticas do país, para isso é essencial remover os entraves burocráticos e dar segurança jurídica as empresas (capital), inclusive, reduzindo as exigências dos governos.

Nesta perspectiva, o governo Bolsonaro realizou em março de 2019 o primeiro leilão de terminais de sua gestão, entregando à iniciativa privada 3 áreas dentro do PO de Cabedelo e 1 no Espírito Santo, arrecadando R\$ 219,52 milhões. Um mês depois, em outro leilão realizado na bolsa de valores de São Paulo (BOVESP) com o lance mínimo de «R\$1», foram entregues 5 áreas no PO de Belém e 1 no Porto de Vila do Conde, em Barcarena, totalizando R\$ 450 milhões³⁹.

Coadunamos com Thomaz Junior⁴⁰ sobre as reverberações das mudanças introduzidas no Brasil desde o golpe de 2016, as quais tem como mote, a destruição das conquistas sociais e trabalhistas,

³⁸ Infraestrutura. Tarcísio defende as concessões em seu 1.º discurso como ministro. INFRAESTRUTURA: Nova gestão, 2019. Disponível em: <<http://infraestrutura.gov.br/ultimas-noticias/8225-tarc%C3%ADsio-freitas-defende-asconcess%C3%B5es-%C3%A0-iniciativa-privada-em-seu-primeiro-discurso-comoministro.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

³⁹ Agencia Brasil. Ministro da infraestrutura afirma que leilão de portos do Pará superou expectativa. UOL: Canal Rural, 2019. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/agricultura/ministro-da-infraestrutura-afirmaque-leilao-de-portos-do-para-superou-expectativa/>>. Acesso em: 20 jan. 20120.

⁴⁰ A. Thomaz Júnior, “Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio no Brasil”, in *XXIII Encontro Estadual de História. História: por quê e pra quem?* Assis: UNESP, 2016.

perseguição e eliminação de lideranças políticas contrárias ao «entreguismo» que se colocou, desde Michel Temer. Assim como criminalizar os movimentos sociais, sindicais e seus militantes.

2. O «NOVO» MODELO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NOS PORTOS

O modelo de portos privativos teve seu início antes mesmo da Lei de Modernização portuária, isto é, um conjunto de leis e decretos anteriores a esta lei buscaram inserir o setor privado no controle dos portos. Primeiramente teve o Decreto Lei n.º 24.599 de 1934, que autorizou obras de melhoramento dos portos pelo setor privado. Em 1944, o Decreto-Lei n.º 6.640 permitiu a existência desses tipos de terminais e, em 1966 o Decreto Lei n.º de 1966 estabeleceu que o mesmo poderia movimentar cargas exclusivamente próprias.

Ademais, este último decreto estabeleceu o conceito de «Terminal Privativo». O qual permitiu a embarcadores e terceiros «[...] construir ou explorar instalações portuárias, desde que a construção seja realizada sem ônus para o Poder Público ou prejuízo para a segurança nacional, e a exploração se faça para uso próprio»⁴¹.

Consequentemente, surgiram terminais privativos especializados na movimentação de mercadorias, tanto de empresas estatais como privadas: a inauguração do terminal da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) em 1969; a Petrobrás (petróleo e gasolina), Vale do Rio Doce (minérios) e Ultrafertil em 1966⁴². Já de capital privado em Santos teve a Cargill, Dow Química, Cultrale; no Rio de Janeiro a MBR; no Rio Grande do Sul a Incobrasa e Trevo; e em Vitória a Portocel⁴³.

O Decreto Lei n.º 561 de 1969 possibilitou movimentar cargas de terceiros em Terminais Privativo, desde que os PO estivessem congestionados. Além de no art. 27 permitir a administração portuário

⁴¹ N. R. Castro e P. Lamy, “A desregulamentação do setor transporte; O caso do subsetor portuário”. Texto para discussão n.º 284, *Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada* (IPEA), 1992. p.5-6.

⁴² A. Gonçalves e L. A. D. P. Nunes, *O Grande Porto: a modernização no Porto de Santos*. (Santos: Realejo Edições, 2008).

⁴³ C. T. D. Oliveira, *Modernização dos Portos* (São Paulo: Lex Editora, 2006).

dos PO a locar/arrendar a terceiros (usuários) instalações portuárias, terrenos e armazéns.

A Lei de Modernização dos Portos, n.º 8.630/1993, possibilitou a ampliação do capital, do ideário neoliberal, nas ações e no controle sobre os portos, bem como em relação a força de trabalho. Este marco regulatório estabeleceu as funções dos «Terminais de Uso Privativo», os quais são explorados por pessoa jurídica de direito público ou privado podendo ser dentro o fora do PO⁴⁴.

Desta maneira, a Lei de Modernização dos Portos, em seu art.º 2 capítulo IV, facilitou a implantação desses tipos de terminais, abrindo a possibilidade de movimentação de mercadorias de terceiros pelos mesmos⁴⁵.

Até o ano de 2000, o setor portuário passou por várias privatizações de seus principais terminais de movimentação de contêineres nos PO, como por exemplo, em: Suape; Salvador; Terminal de Contêineres de Capuaba em Vitória; Terminal de Contêineres I e II no Rio de Janeiro; Sepetiba/Rio de Janeiro; Santos os terminais de contêineres 34, 35, 37 e 39 e o TECON; Terminal de Veículos e Contêineres (TEVECON) em Paranaguá; e o do Porto de Rio Grande⁴⁶.

Em relação as formas de contratação dos trabalhadores nos TUP, diferentemente dos PO, os empresários tem a liberdade de escolher trabalhadores de fora do sistema OGMO, ou seja, podem contratar trabalhadores sem experiência no setor portuário. Além do que, a instalação dos TUP busca espaços onde a organização dos trabalhadores seja incipiente, conseqüentemente, o poder de barganha dos sindicatos inócuo. Como exemplo o caso do TUP do Pecém.

O TUP do Pecém faz parte Complexo Portuário Mário Covas, ou como é mais conhecido no estado do Ceará, o Complexo Industrial e

⁴⁴ Brasil. *Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

⁴⁵ Brasil. *Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

⁴⁶ Geipot. *A Reforma Portuária Brasileira*. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), Ministério dos Transportes, 1999.

Portuário do Pecém (CIPP)⁴⁷. Iniciaram-se as obras do terminal em 1996, e as operações começaram em 2001. O TUP está localizado no município de São Gonçalo do Amarante, cerca de 60 km de Fortaleza. Esse terminal é administrado pela Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS) empresa de economia mista vinculada à Secretaria da Infraestrutura do Estado⁴⁸.

Inicialmente, os trabalhadores portuários do TUP do Pecém eram compostos por 80 trabalhadores vinculados requisitados junto ao OGMO de Fortaleza e 100 trabalhadores da região do Pecém. Vale dizer, que entre esses trabalhadores muitos eram pescadores e ex-funcionários das empreiteiras que construíram o próprio CIPP. Os 80 trabalhadores possuíam experiência no trabalho portuário e recebiam remunerações diferenciadas dos demais. Os mesmos, em alguns momentos dividiam as jornadas de trabalho entre Pecém e PO do Mucuripe, pois eram contratados por uma OP que atuava tanto no terminal como no PO, a TEMARCO logística⁴⁹.

Essa estratégia de alocar trabalhadores que atuavam no PO foi uma forma dos empregadores enfraquecerem a entidade sindical do PO. E, também, de maneira inicial, utilizar-se da experiências desses trabalhadores na condução dos trabalhos no TUP, inclusive, ensinando os trabalhadores sem experiência na área. De acordo com os dados obtidos em trabalho de campo através de entrevistas com trabalhadores e dirigentes sindicais, a falta de experiência dos trabalhadores no TUP causou grande número de acidentes de trabalho e de rotatividade entre esses trabalhadores nos primeiros anos de atividade do mesmo. Acidentes esses, intensificados devido a prática da multifuncionalidade entre os trabalhadores, ou seja, o trabalho polivalente.

No momento atual de reprodução do capital, o trabalho que as empresas buscam diferentemente daquele presente na especialização taylorista/fordista é o trabalho construído através da desespecialização,

⁴⁷ Labtrans. *Plano Mestre Terminal Portuário do Pecém*: Cooperação técnica para apoio à SEP/PR no planejamento do setor portuário brasileiro e na implantação dos projetos de inteligência logística portuária. Laboratório de Transportes e logística, 2015.

⁴⁸ Cearáportos. *Mensário Estatístico 2017*: Terminal Portuário do Pecém, Companhia de Integração Portuária do Ceará (CEARÁPORTOS), 2017. p.20.

⁴⁹ Dados obtidos em entrevista com liderança sindical da SETTAPORT em 2018.

ou seja, o trabalho multifuncional. Segundo Antunes⁵⁰ a multifuncionalidade representa a intensificação dos ritmos, tempos e processo de trabalho causando diretamente a precarização do trabalho.

Atualmente, os trabalhadores portuários do Pecém são contratados por OP ou por prestadoras de serviços vinculadas aos OP ou as empresas de navegação, através de contratos de trabalho individuais. Desta forma, são as prestadoras de serviços que estabelecem a forma como se dá o trabalho, suas condições, o número de trabalhadores etc., os quais são negociadas nos acordos coletivos de trabalhos junto ao sindicato de representação dos trabalhadores⁵¹.

No TUP, como observaram Marciel; Gonçalves; Matos; Fontenelle; Santos⁵² existem trabalhadores que possuem contratos de trabalho melhores do que outros. Esses trabalhadores são oriundos do PO do Mucuripe, os quais são contratados por vínculo empregatício via OGMO. Normalmente esses trabalhadores exercem atividades «nobres» dentro do processo de estivagem/desestivagem de cargas, funções ligadas a manuseio de maquinários (guindastes, portainer, etc.)⁵³. Essas funções, dependendo da prestadora de serviço, umas possuem remuneração melhores que outras, mas um guindasteiro recebe em média R\$ 3.500,00⁵⁴.

As prestadoras de serviços utilizarem-se da contratação de trabalhadores com experiência na atividade oriundos do OGMO, contrata a maior parte dos trabalhadores na operação com condições salariais inferiores a esses outros trabalhadores, em média com remunerações de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.800,00⁵⁵. Além do mais, esses

⁵⁰ Ricardo Antunes, “Dimensão da precarização estrutural do trabalho”, in *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização* G. Duck e T. Franco (São Paulo: Boitempo, 2007), 13-22.

⁵¹ Dados obtidos em entrevista com trabalhadores portuários do TUP do Pecém em 2019.

⁵² R. H Marciel et. al., “Análise da dinâmica do trabalho portuário: estudo comparativo entre os portos do Mucuripe e do Pecém, no Ceará”. São Paulo: *Rev. bras. Saúde ocup.*, v. 40 (132) 70-182, (2015).

⁵³ Dados obtidos em entrevista com trabalhadores portuários do TUP do Pecém em 2019.

⁵⁴ Dados obtidos em entrevista com liderança sindical da SETTAPORT em 2018.

⁵⁵ Mediador, Secretaria de Relações do Trabalho SRT. *Acordo coletivo de trabalho 2019/2020*. Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho, 2019.

trabalhadores são em sua maioria jovens e a rotatividade no trabalho é alto entre esses trabalhadores⁵⁶.

Outra condição importante é que esses trabalhadores não são contratados como estivadores ou trabalhadores na capatazia, são contratados com a inclusão de novas funções, como por exemplo: carregador de armazém, assistente de operações, assistente de operações II, auxiliar de Operações, entre outras. Existem, cerca de 1800 trabalhadores no TUP do Pecém⁵⁷.

Desta forma, ao mesmo tempo em que o capital dentro dos TUP diminui as remunerações dos trabalhadores portuários, através da contratação por novas funções, cria novas subjetividades para esses trabalhadores onde os mesmos não se identificam como trabalhadores portuários, mas sim como trabalhadores colaboradores ou até mesmo como trabalhadores da logística, como nos deparamos nos trabalhos de campo.

Marciel; Gonçalves; Matos; Fontenelle; Santos⁵⁸, também perceberam esse artifício de distanciamento realizada entre os empregadores, quando descreveram que é comum entre os trabalhadores no terminal do Pecém escutar que não existem estivadores, trabalhadores da capatazia, ou seja, categorias históricas do trabalho portuário, e que existem apenas os trabalhadores colaboradores.

Esta estratégia de controle simbólico dos trabalhadores encontra-se na procura de construir um novo tipo de trabalhador que atua na operações nos portos mais longe da identidade construída há décadas pelos trabalhadores portuários brasileiros. A tentativa do capital é distanciar os trabalhadores do TUP dessa identidade, assim como das conquistas históricas, das lutas travadas por esses trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida.

Isto também fragiliza as entidades de representação dos trabalhadores, fragmenta a categoria de trabalhadores portuários e cria disputas pela base de representação, onde os empresários atuam para apoiar lideranças sindicais mais próxima dos seus interesses do que a dos trabalhadores.

⁵⁶ Dados obtidos em entrevista com liderança sindical da SETTAPORT em 2018.

⁵⁷ Dados obtidos em entrevista com liderança sindical da SETTAPORT em 2018.

⁵⁸ R. H Marciel et. al., “Análise da dinâmica do trabalho portuário: estudo comparativo entre os portos do Mucuripe e do Pecém, no Ceará”. São Paulo: *Rev. bras. Saúde ocup.*, v. 40 (132) 70-182,(2015).

Neste interim, surgiu em 2005, em Fortaleza, um novo sindicato chamado Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários, Operadores Portuários e Entidades Afins do Estado do Ceará (SETTAPORT). O SETTAPORT surgiu para representar os trabalhadores portuários ligados as empresas que contratam por vínculo, que disputa a base territorial de representação no Terminal do Pecém, bem como com outros sindicatos de trabalhadores portuários que representam trabalhadores no PO do Mucuripe em Fortaleza, entre eles o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios do Estado do Ceará.

Como observamos, a adoção da acumulação flexível inseriu disputas entre capital-trabalho nos portos nacionais e, o TUP vem se tornando uma das principais estratégias de territorialização do capital dentro do sistema portuário. Neste texto, de forma introdutória, iniciamos uma discussão sobre o que esse modelo significa para os trabalhadores portuários brasileiros, em especial no TUP do Pecém, que faz parte do recorte espacial de nossa investigação de doutorado em execução no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos ao longo deste texto, o sistema portuário brasileiro, mas também mundial, está envolto na lógica reprodutiva do capital. E enquanto tal, tem sua dinâmica, estrutura, organização produtiva e espacial e funcionamento está induzida pelos preceitos do capital. Mas para além desta gestão e territorialização do capital nos portos, em especial o TUP no Brasil, evidenciamos como isto também implica em consequências aos trabalhadores portuários.

No tocante ao trabalho no sistema portuário, a ordem do dia se traduz em termos como flexibilização, multifuncionalidade, precarização laboral e até mesmo degradação, afetando a saúde dos trabalhadores. Todo este cenário, aliás, é mais um reflexo do contexto mundial atual, de acirramento do neoliberalismo, da expansão da direita no poder em diferentes países mundiais, do desmantelamento dos direitos sociais e laborais e da destruição do meio ambiente.

Enfim, elencamos, ainda de maneira inicial, os efeitos da expansão territorial do capital no sistema portuário brasileiro e suas reverberações aos trabalhadores, de maneira a demonstrar que isto não está desconectado

de todo conjunto de dinâmicas e processos que envolvem o sistema metabólico do capital

CAPÍTULO 32

MOTORISTAS EM GREVE, IMPASSE APENAS ADIADO

Ana Barradas¹

¹ Jornalista.

No fim do mês passado (outubro de 2019), três sindicatos e patrões assinaram acordos, na sequência da greve dos motoristas por melhores condições, no estival mês de agosto. Assim, os motoristas deixam de ser pagos por baixo da mesa, o horário máximo semanal é no máximo de 48 horas, o tacógrafo conta todo o tempo de trabalho, incluindo pausas técnicas, e o salário mínimo base do motorista de qualquer categoria será de 700 euros, com atualização em 2021. Resta saber como se fará a aplicação no terreno. As partes depositam na fiscalização do Estado os esforços necessários para que não se repita a «guerra» que levou às duas greves deste ano. Muitos motoristas mostram-se insatisfeitos e desconfiam que, dadas as práticas do patronato já conhecidas, quando o acordo começar a ser aplicado em Janeiro, chegarão à conclusão de que foram de novo enganados e que ficarão pior do que estavam antes da greve.

Agora, sendo acrescentados os subsídios, o valor líquido dos salários acaba por ser razoável, se comparado com o que se pratica noutros ramos. Na origem das greves de 2019 esteve o facto de o vencimento base dos motoristas ser baixo e desatualizado. Com salários-base baixos, os motoristas arriscavam-se a ter pensões de reforma muito baixas. É isso que se corrige, sabendo-se que se o vencimento base aumentar também pagarão mais impostos sobre o rendimento, tal como os patrões.

Em agosto, os motoristas exigiam ser pagos em salário-base e não em subsídios e que o valor real total fosse descontado para a Segurança Social e para a reforma. O tema era dramático e os atores estiveram à altura dos respetivos papéis. Decretada a requisição civil, ela desencadeou a intervenção das forças armadas e militarizadas. Foi grande a pressão dos média ao lado dos patrões e do governo.

A greve de agosto pode ser vista como um manual da luta de classes. Ela constitui um marco que demonstra que estiveram postas em causa as regras democráticas e em particular o exercício do direito de greve, abrindo-se um precedente que se veio a refletir nas greves das semanas seguintes noutros sectores, com a banalização da definição de «serviços mínimos» maximalistas, forma subtil de se eliminar o direito à greve e justificar a repressão estatal.

Jogavam-se ali também os resultados eleitorais de outubro. O governo, controlando a todo o custo a situação, conjugou dureza para os grevistas com tolerância para os patrões. Num piscar de olhos a sectores

que se inclinavam para a direita, o PS ao mesmo tempo demonstrou poder ser tão duro como um executivo musculado.

Do lado da esquerda e do movimento sindical tradicional, patrões e autoridades contaram com a suposta neutralidade da CGTP, que alegou tratar-se a greve de uma jogada da direita para pôr em risco a democracia. Daí a passar-se à mesa das negociações foi um passo, assinando a Fectrans e a ANTRAM um «pré-acordo» em plena greve. As estruturas oficiais do PCP e do BE não se manifestam abertamente, mantendo uma discrição comprometedora. Quem apoiou às claras, no âmbito da «esquerda», foram alguns sindicatos independentes, nomeadamente o dos estivadores. Certos sectores da chamada extrema-esquerda, indiferentes ou críticos, deixaram-se conquistar pela tese de que a direita beneficiaria desta greve e estaria a apoiá-la para servir interesses políticos individuais ou outros intuitos ainda mais obscuros, lenda insidiosa que de certo modo absolveu indiretamente as manobras do governo e do patronato do ramo. Para todos eles, o seu distanciamento das massas não lhes permite perceber as várias posições que surgem nas lutas não controladas pelos grandes aparelhos. Quando elas urgem, há sempre uma justificação: afinal, as massas nunca se comportam como as massas dos seus sonhos.

Persiste uma certeza entre os ex-grevistas, a braços com processos disciplinares, despedimentos e «extinções do posto de trabalho»: até novo protesto, o excesso de trabalho vai continuar a marcar a profissão. «Somos uma espécie de escravos. Os patrões dizem que não têm mais motoristas por haver falta de mão de obra, mas com isso aproveitam e metem um ordenado ao bolso; dois motoristas a fazer turnos de 12 horas, no mínimo, acabam por fazer o trabalho de três.»

A agressiva estratégia dos mediadores do conflito revelou uma parcialidade descarada por parte do governo e abriu um precedente grave ao passar em silêncio os incumprimentos e abusos das empresas do ramo, que viram confirmado que a lei não é para aplicar. Tudo lhes é permitido – a começar pela fuga aos impostos – desde que possam reduzir ao máximo os custos contornando normas laborais, padrões ambientais e de segurança e externalizar os riscos para os trabalhadores (pela degradação das condições de trabalho e pelo desprezo pelos seus direitos laborais e pela ação sindical).

Durante o mês de abril, o Sindicato dos Motoristas de Matérias Perigosas decretou uma greve que, apanhando o Governo português de

surpresa, provocou ruturas sérias no fornecimento de combustíveis, tanto a serviços essenciais como aos cidadãos comuns.

Em agosto, para a segunda greve, a pretexto de não ser posto em causa o abastecimento de combustíveis a sectores de primeira necessidade, o governo decretou preventivamente serviços mínimos, que em certos casos foram máximos. No caso do não cumprimento dos serviços mínimos os trabalhadores escalonados arriscavam-se a ser despedidos e a ser alvos de processos-crime por desobediência, sendo os grevistas obrigados a garantir as operações essenciais e, na prática, anulando-se os efeitos mais gravosos da greve. Por cima disto, o governo também declarou o estado de crise energética, que permite limitar o consumo de combustíveis. Esta reação defensiva mostrou bem como o governo receou desde o início o impacto desta luta, travado num sector estratégico que poderia levar realmente à paralisação do país. Seguiram-se dias de intensa propaganda mediática contra a greve, na tentativa de descredibilizar o sindicato mais aguerrido, o das matérias perigosas, na pessoa do seu jurista Pardal Henriques, alvo de uma campanha de diabolização como nunca se viu. Ao mesmo tempo um dos sindicatos, a FECTTRANS, sentava-se à mesa de negociações com o patronato, numa prova evidente de distanciamento e condenação dos grevistas.

Mesmo assim, e graças à firmeza dos motoristas, a opinião pública não se virou contra eles. Muitas das pessoas que estavam a favor da greve tinham medo de se manifestar porque era grande a pressão dos média, da associação dos patrões, do governo e dos partidos.

Os restantes trabalhadores sabem que, se as greves perturbam o quotidiano, também é através delas que se obtêm direitos e reparações. Viram que os motoristas se cobriam de razão ao afrontar com coragem todo o poder do mundo posto contra eles, resistindo à requisição civil, à presença de fura-greve de forças armadas e militarizadas, à indiferença e hostilidade dos partidos políticos, e à campanha de descredibilização que procurava fazer passar esta luta por uma manobra da direita.

De facto, e apesar de tudo, os grevistas foram capazes de passar a ideia de que as suas condições laborais eram de facto intoleráveis: não fazendo descontos para a segurança social sobre os subsídios, estavam desprotegidos em caso de doença, desemprego ou pensão de reforma, à semelhança dos trabalhadores «uberizados» dos novos aplicativos.

Os seus pronunciamentos para os média ganhavam emocionalmente em toda a linha por serem claramente suscitados por

uma situação intolerável de injustiça, abuso e sofrimento. Na opinião do grevista José, os serviços mínimos decretados pelo Governo na greve de agosto atingiram fundo os motoristas. Disse: «Não nos foi permitido lutar pelos nossos direitos. Fui daqueles que estive toda a greve a cumprir os serviços mínimos, que afinal foram serviços máximos.»

João Cláudio foi um dos que pararam a 12 de agosto, primeiro dia de greve. Decretada a requisição civil, deixou-se intimidar: «Estava em greve com outro colega, mas os outros estavam a trabalhar. Começámos a sentir-nos as ovelhas negras do rebanho e decidimos arrancar com o camião, com medo que nos cortassem no salário.»

«Somos uma espécie de escravos. Os patrões dizem que não têm mais motoristas por haver falta de mão de obra, mas com isso aproveitam e metem um ordenado ao bolso, já que dois motoristas a fazer turnos de 12 horas, no mínimo, acabam por fazer o trabalho de três», explica João Cláudio, convencido que, greve após greve, o excesso de trabalho lhes vai continuar a marcar o ritmo de vida.

A meio da greve, os motoristas de matérias perigosas denunciaram publicamente, num programa muito popular da TV, como é que as transportadoras conseguiam fugir ao fisco e à segurança social. Os responsáveis pela ANTRAM e os governantes recusaram-se a estar presentes no debate, que obteve grande audiência, e assim perderam esta batalha.

Para poderem levar até ao fim a sua luta com tal firmeza inicial, os motoristas precisariam de ter o que não tinham (e não puderam ter): um gabinete de comunicação social, organizado, dotado de um alinhamento político claro, a funcionar dia e noite e a intervir mais junto da opinião pública, para a esclarecer e denunciar as mentiras e ideias feitas que se propalavam contra os grevistas.

Apesar de tudo, a moral manteve-se relativamente boa entre os grevistas. Porém, ninguém sabia se iam conseguir aguentar a greve por muito tempo. O positivo era que a base estava muito revoltada e essa pressão obrigava as cúpulas a responder de forma combativa. Os motoristas não tinham nada a perder. Se fossem esmagados, seria uma pesada derrota para eles e restantes trabalhadores, até porque as medidas duras tomadas contra a greve abriam um precedente perigoso, que inclusive poria em causa a lei da greve, precedente esse que afetaria de futuro todas as greves de todos os ramos.

Além disso, jogavam-se ali, em última análise, os resultados eleitorais de outubro. Esta conjuntura exacerbava o pânico do governo,

empenhado em obter uma maioria inequívoca. Para o PS era decisivo manobrar a situação de modo satisfatório para a sua base de apoio, conjugando dureza para com os grevistas com tolerância para com os patrões.

Estas medidas musculadas também funcionaram como um piscar de olhos a sectores da população que se inclinavam para a direita, pretendendo demonstrar-lhes que também os PSs, os sociais-democratas de serviço, podem ser tão duros como qualquer governo mais à direita. Colocar o Exército contra grevistas e manifestantes foi um aviso de força destinado a ser tido em conta por todo o espectro político.

O movimento sindical animado pelos motoristas, de tão débil e desprotegido que estava, percebeu que o governo contava com a suposta neutralidade da CGTP, que alegou tratar-se de uma jogada da direita para pôr em risco a democracia e os «interesses dos portugueses», eufemismo nacionalista e bem-pensante para englobar todas as classes na oposição à greve.

Um dirigente do Bloco de Esquerda tomou posição pública criticando as posições vacilantes do BE sobre a greve. Pedro Soares lamentou as «falinhãs mansas» e considerou que «o “gerigoncismo” embotou o raciocínio político». Em sinal de protesto, deixou o lugar de deputado na Assembleia da República.

O PCP considerou que a greve revelava «obscuros objetivos políticos» e insinuou que ela estava a dar argumentos ao governo para este introduzir limitações ao direito à greve. Era outra vez a velha teoria para demonizar as lutas que não se subordinam ao seu controle: «é uma conspiração de direita, faz o jogo contra a democracia», etc., tal e qual como fez este partido e suas forças subordinadas, no tempo das lutas do PREC em 1974-75 e mais recentemente contra as greves dos estivadores e dos enfermeiros.

Quanto aos representados na ANTRAM, muitos patrões mandaram de férias o pessoal que fazia greve e chamaram para os serviços mínimos os que estavam em greve ou ativos nos piquetes. Aproveitaram para pôr a circular camiões que, sem estarem incluídos nos serviços mínimos, estiveram a transportar enxofre, nafta e outros produtos. Recorreram a todas as formas de pressão e intimidação, apoiando-se por fim na colaboração da GNR, que passou a ir a casa dos grevistas para os escoltar até ao trabalho, sob ameaça de prisão e julgamento. Entre estes houve quem se recusasse a prestar esses serviços, anunciando cumprir apenas 8 horas.

Também o Exército posicionou camiões-cisterna em pontos estratégicos do país. Aliás, foi desproporcionado o aparato policial, incluindo polícia de intervenção, nos locais de trabalho e nas rotundas de acesso urbano.

Apesar de os grevistas cumprirem os serviços mínimos, como só faziam 8 horas, o restante transporte foi feito por militares. Pelo menos 50 motoristas foram notificados por não terem cumprido serviços mínimos – coisa impossível num período de 8 horas – e o governo mandou investigar as baixas médicas apresentadas por trabalhadores.

Detetaram-se sinais de mal-estar nas forças policiais e armadas por lhes estar a ser exigido substituírem-se aos grevistas nos transportes de matérias perigosas, para os quais não se sentem vocacionados. Um oficial declarou: «Como militar das Forças Armadas, que cumpriu um imenso número de missões ao serviço das populações, para além das de cariz marcadamente militar, hoje é para mim um dia muito triste. Ao ver na televisão aqueles jovens militares das Forças Armadas a conduzir camiões-cisterna civis, substituindo trabalhadores em greve, cumprindo ordens dos seus superiores hierárquicos, emanadas na sequência de decisões governamentais, fez-me pensar que sociedade estamos a construir para as gerações futuras e que Forças Armadas teremos: se ao serviço do Povo ou ao serviço de interesses obscuros.» Agentes da PSP manifestaram também o seu desagrado: «Não podemos ser “pau para toda a obra” e as forças de segurança não podem ser escravos em tempo de democracia».

Por fim, a ANTRAM e a FECTRANS (federação vertical de sindicatos que não aderiu à greve) assinaram um «pré-acordo», negociando condições abaixo das exigidas pelos trabalhadores em greve em que se prometia um aumento de 120 euros mensais para os associados. Classificaram-no como «acordo histórico», ocultando que se tratava apenas de um memorando de entendimento, uma declaração de intenções de parte a parte.

O Sindicato Independente de Motoristas de Mercadorias (SIMM), chamado a Lisboa pela ANTRAM depois de esta se ter recusado a encontrar-se com o Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas (SNMMP) por eles não desconvocarem a greve, aceitou desconvocar a sua greve e aceitar a proposta de um encontro a 7 de setembro para negociações com a ANTRAM. Não conquistaram nada mais do que isto... uma promessa mais que duvidosa, dado o passado coleante da ANTRAM.

Isolado, o SNMMP afirmou, numa primeira fase, que os motoristas continuariam com a greve. Mais tarde, aceitaram a mediação do governo para reencetar conversações com a ANTRAM, suspendendo a greve assim que se iniciasse a mediação e mantendo a greve suspensa até ao plenário seguinte, quando os motoristas votaram a favor da suspensão da greve, induzidos pela sua direção, sob o argumento de que se continuassem «não ganhariam nada», e se a levantassem «em futuras greves já conseguiriam ganhar alguma coisa».

Como se pode ver, cruzaram-se naquela intensa semana de agosto ações e intenções do governo, dos patrões, dos assalariados, dos partidos políticos e da opinião pública, a um nível acima do normal, e tão elevado por se tratar de um ramo de atividade estratégico, decisivo para a animação das trocas comerciais, que começavam a perigar, além de altamente rentável para o patronato, pelos lucros astronómicos que obtém à custa da exploração do trabalho.

O alcance limitado da luta pôs a descoberto a fraca organização dos trabalhadores, que não puderam contar com seus representantes «institucionais», cooptados por uma agenda colaboracionista e sujeitos às manobras eleitoralista da «geringonça».

Mas todos foram tomados de surpresa pela tenacidade dos grevistas que, embora um tanto desarticulados, sem passado grevista e dotados de uma direção inexperiente, souberam responder à situação e, segundo alguns, poderiam ter ido mais longe se contassem com a solidariedade de outros sindicatos. Imagine-se – hipótese não concretizável naquela altura – uma greve convocada ao mesmo tempo pelo sector dos transportes, e pode-se ter uma ideia do caos que seria e da tremenda energia que impulsionaria toda a luta. Esta ideia esteve na cabeça de muitos dos grevistas e fê-los compreender a sua força. No ano que vem o impasse vai repetir-se, visto que foi apenas adiado. Resta agora a questão: Será que dessa vez tudo ficará na mesma? O futuro o dirá.

CAPÍTULO 33

MODERN TIMES, ANCIENT HOURS

Pietro Basso¹

¹ Associate professor of Sociology in L'Università Ca' Foscari di Venezia, Facoltà di Lettere e Filosofia. Italian to English translation by Patrick Camiller

1. THE GENERAL TENDENCY

For more than three centuries, capitalists and proletarians have been locked in conflict over the length of the working day. In Volume One of *Capital*, Marx defined this as a “protracted and more or less concealed civil war between the capitalist class and the working class”, a radical confrontation on a wide front between the class that owns social time and the class that is forced to sell its life-time in order to live. The peak in Europe and the United States, the first parts of the world where modern industry developed, came between 1848 – when a ten-hour working day was introduced briefly, even very briefly, in Britain and France – and the 1917-1919 period. In the latter years, at the apex of the early twentieth-century revolutionary cycle, the proletariat won an eight-hour day in Russia, Germany and (in the engineering industry) Italy after a decades-long international and internationalist struggle. This conquest soon faced a capitalist counterattack, and in the Second World War it was cancelled altogether with the placing of the working class under military-style discipline; at Fiat in Turin, to take just one example, the workers were compelled to work the “accursed 12-hour day”.

After the Second World War, too, for twenty long years, low wages and long working hours (6 days a week out of 7) prevailed in Europe. Only in the late Sixties did the struggle to cut working hours reignite in Italy (and not only there), around the twin objective of a 40-hour week with payment for 48 and a strict limit on overtime; they were rather more modest goals than a major shortening of the working day and partly converged with capitalist interests in boosting working-class consumption. In the years following 1968-69, the only struggle worthy of note in Western Europe took place in Germany, with metal and printing workers in the fore, and in 1984 they succeeded in wresting a 35-hour agreement from the bosses. Things developed differently in France, where in 1998 the Jospin government brought in a highly complicated piece of legislation on a 35-hour week that promised the employers 150 billion euros in tax relief over fifteen years, but did not guarantee a general or really significant reduction in working hours.

All in all, then, the normal working day in European and Western industry remained stuck around eight hours, but in the context of a huge rise in labour productivity and the density of work time. Nor was this enough for the capitalists. Beginning with the crisis of the mid-1970s,

companies began to push for longer working hours in every dimension (daily, weekly, monthly, annual, and lifelong). Meanwhile, unemployment and extreme forms of job insecurity grew as a result of “neoliberal” policies, ending with zero hours contracts and various kinds of work placement and internship. One thing fuelled another in a seemingly endless spiral. The “spontaneous” dynamic of the labour market and the decisions of company directors were reinforced in a thousand ways by government intervention. It is enough to recall Schroeder’s Hartz IV in Germany, Renzi’s Jobs Act in Italy, Macron’s Loi Travail in France, the reforms introduced by Rajoy in Spain and Passos-Coelho in Portugal, Orbán’s “slave law” in Hungary, and the new “opening times law” in Austria. This drift in state policy is also apparent outside the West. A few years ago in China, for example, after a certain reduction in average working hours, Xi Jinping launched a new slogan “Let’s all roll up our sleeves and work harder!” that was soon featuring in TV publicity; in Brazil, the “modernization” of labour law promoted by Temer & Co. provides for a normal 12-hour working day, a 48-hour week, or a 220-hour month. The “greed of contemporary capitalism”, notes Jonathan Crary, hungers for an end to all time limits, in a world in which even sleep – which produces no value – will come under attack. The delights of that world are already experienced in Italy by more than a million Ukrainian, Russian, Moldovan, Filipino and Peruvian women assigned to care work.

In sum, what is underway on a global scale is a dramatic twofold squandering of the work capacities (vital energies) of billions of proletarians. Hundreds of millions of working men and women are subjected to an oppressive workload, while as many or more men and women who must work for a wage are made inactive against their will and against their expectations, or forced to scrape a living from humiliating, irregular jobs in the gig economy, with very often lower hours (and wages). For all the mystification and concealment, this radically anti-social trend is an incontestable fact. And it is a fundamental, potentially explosive contradiction in the relation between capital and wage labour, which is once more giving an objectively central place to the struggle for a dramatic general reduction in the working day at parity wages. This is the only historical perspective in this regard that is capable of promoting the reunification of the working class – a class subject today to divisive internal impulses and riven by ever more intense competition.

2. WHY AND HOW DID WE GET WHERE WE ARE?

If we wanted to make it very simple, we could give the following answer to this question. We got where we are today because capitalism is nothing other than production for unlimited surplus labour (or surplus-value), in ever growing quantities. Since surplus labour is nothing other than an assemblage of time atoms – or, to be more precise, time atoms of unpaid labour collectively extracted from the class of direct producers by the class of owners of the means of production – it is obvious that companies will go hunting for as much unpaid labour time as possible. There is nothing wrong with that answer, but it is too simplistic. For although the laws regulating the capitalist mode of production are the same from beginning to end, the historical course of capitalism and its antagonisms is not a kind of eternal return of what has gone before; rather, it is a spiralling process, in which the capital-labour antagonism becomes deeper and sharper over an ever larger territory. The present situation, therefore, should be analysed as the result of the evolution of capitalism over a long period, and of the history of class struggle around the length of the working day.

In my view, there are five tightly interwoven and interactive basic reasons for the tendency to longer working hours (beginning with the length of the working day) in Italy and all other Western countries:

(1) the fierce capitalist response to the decline in the rate of profit between 1945 and 1982, the most protracted and most pronounced in the history of capitalism;

(2) the growing direct competition, in almost every branch of production and (little by little) commodity circulation, between the workers of the global South (subject to longer working hours and days than the international average) and those of the Western countries – under the impact of the globalization of industrial production, which, in a reversal of the situation 70 years ago, is being 80 per cent relocated production in the South against only 20 per cent in the North;

(3) the capitalist use of international migration, the roots of which are unequal development inherited from classical colonialism, external debt levels that suffocate so many countries in the global South and East, the capitalist transformation of agriculture under the control of

agribusiness and the endless chain of neocolonial wars, but also the widespread aspiration, especially among women in the South, to lead a life worth living;

(4) the formation of the largest industrial reserve army in the history of capitalism – around a billion unemployed and underemployed who are compelled, as immigrant workers are by a thousand and one special laws, to accept extreme forms of job insecurity and superexploitation, ranging up to zero hours contracts, on-the-job voucher programmes, various forms of work placement, or the completely unpaid voluntary work required of many asylum-seekers;

(5) the sharp rise in the part of the working day that capitalists appropriate without recompense, a trend reflecting the exponential growth in the productivity and intensity of labour due to the impact of Taylorism, the mechanization, automation and computerization of production processes, and lean manufacturing methods associated with “the Toyota way” – all of which means that companies find significant expansion more and more problematic if average work schedules remain the same. Hence the drive to reintroduce longer working hours.

Perhaps it is worth repeating what we said before. Capital lives to upsize, to accumulate capital. It can do this only by using all its might to appropriate unpaid labour time, surplus labour (surplus-value), and by imposing the reproduction of labour-power in the family so that this function of women can also be appropriated for free. If the mechanism does not operate to the full, capital suffers and wastes away: it is in danger of suffocation. This is why it reacts by “growling and fighting back”, as Marx put it, against any attempt by the proletariat to obtain a reduction in working hours. Nor does it look with favour – far from it! – on women’s struggles to socialize the reproduction of labour-power and to uproot the gender hierarchy.

3. YESTERDAY AND TODAY

The fierce capitalist resistance to a shortening of the working day was a reality in the past when people worked 16 hours a day (albeit with rather more porous schedules); and it was even more of a reality at the beginning of the twenty-first century, when the working day was reduced to around 8 hours in Western countries and 9-10 hours

elsewhere (the present average in China, for instance, is 9 and a half hours in the auto industry). Why is such resistance more of a reality today? The use of capital-machines has grown sharply in production: the problem is that these do not produce profits – capitalists do not receive the machines as gifts but have to buy them from other capitalists – while variable capital, or labour-power, the only factor of production that generates surplus-value and therefore profits, has greatly diminished in relative terms since 1917-1919, or even 1975. Here a passage from the Grundrisse is obligatory:

The larger the surplus value of capital before the increase of productive force, the larger the amount of presupposed surplus labour or surplus value of capital; or, the smaller the fractional part of the working day which forms the equivalent of the worker[‘s wage], which expresses necessary labour, the smaller is the increase in surplus value which capital obtains from the increase of productive force. Its surplus value rises, but in an ever smaller relation to the development of the productive force. Thus the more developed capital already is, the more surplus labour it has created, the more terribly must it develop the productive force in order to realize itself in only smaller production, i.e. to add surplus value – because its barrier always remains the relation between the fractional part of the day which expresses necessary labour, and the entire working day. It can move only within these boundaries. [...] The self-realization of capital becomes more difficult to the extent that it has already been realized. (Penguin/NLR edn., p. 340).

In general, therefore, the more the quantity and function of living labour in the immediate process of production is stripped to the bone, the closer labour time approaches to the maximum possible density, and the less of the working day corresponds to the wage (Marx calls this the “necessary labour time”), the more any further increase in labour productivity, instead of favouring, ends up objectively hindering medium-term increases in the rate of profit and any immediate reduction in working hours or the mass of unemployment. A further complication, not anticipated by economists and capitalists, is that paradoxically (for them, though not if one follows Marx’s analysis and diagnosis) the

technological revolution underway is not, for the moment at least, producing the expected and much-heralded increases in productivity. The reason for this is that, through a combination of Taylorism and Toyotaism, forced mechanization and early automation/robotization, labour productivity has already reached exceptionally high levels. Among bourgeois experts on the matter, there is much disappointment over the results obtained in the past twenty years. Hence, companies guided by their practical sense have been pushing for longer hours and wage-cuts of one kind or another, with an ever more systematic return to absolute surplus-value. It is for this reason, and not only because of the growing dependence of living labour on IT machinery, that despotism at the workplace and the repression and prevention of trade-union activity have been growing more intense.

And this is why the “residual” labour-power must be squeezed to the maximum, through the methodical elimination of downtime limits on further “rationalization” of the exploitation of living labour. For the capitalists, a lengthening of actual working time is becoming indispensable: it means moving clocking-in machines from factory gates to entrances to departments, cutting breaks, lowering absenteeism rates, reducing paid leave and actual time-off for holidays, making overtime hours compulsory, turning Saturday and Sunday into normal working days, raising the retirement age.

In Italy and elsewhere in Western Europe, delocalization blackmail, rampant unemployment, new forms of apprenticeship and internship, growing use of immigrant labour are so many weapons to impose this U-turn on tens of millions of workers. And this is happening in countries presented as eldorados of short working weeks; the Danish economics minister, Brian Mikkelsen, for example, has now spelled it out quite clearly: in order to “march” ahead, Denmark must become “a country where people are ready to work longer, even every day”. It is a return to dear old absolute surplus-value, brought about, dialectically, through maximum resort to relative surplus-value.

Governments have promoted the trend to longer working hours, with tax reductions on overtime, for example, as well as pension counter-reforms and the introduction of extreme forms of job insecurity. In Europe, alongside and above national governments, the European Central Bank has been constantly pressing for “reforms” that would systematically devalue labour-power, and the EU has adopted close-to-criminal norms such as those for airline pilots that normalize 11-hour

night flights, continuous 14-hour stints, and 22-hour waking periods before a landing. Expo 2015 in Milan, where completely unpaid labour or the mere refund of expenses was clearly predominant, symbolizes the new era of structural job insecurity; the obligation on asylum-seekers to work for nothing, imposed by a growing number of local councils, is pushing the limits still further (that is, backward, toward *corvée* labour), while the “buona scuola” education reforms that the Renzi government introduced in 2017 are socializing millions of students in higher education for this brave new/old world.

The reference to so-called “services” (transport, trade shows, local services, education, etc.) is not fortuitous. So far I have been speaking almost only of industry, because even in so-called postindustrial society (which in reality is a neo-industrial society) the organization of labour time in industry (in the strict sense) has a decisive weight also for other sectors. Indeed, belying all the chatter about a tertiarized society, the real “tertiarization” underway with the spread of informal work relations is a major cause of longer working hours. In the service sector, the hours are particularly long in the wholesale and retail trade, in hotels and restaurants, transport and the communications industry. Usually, they also involve “unsocial” shifts and hours: the ILO says as much in a global study that appeared in 2007, in which, however, it scandalously underestimates the real length of the working day, as it has continued to do in a more recent report. In fact, the so-called services are the area where the new and most extreme forms of informal and insecure work are spreading most rapidly.

4. WHY SO FEW STRUGGLES OVER WORKING HOURS?

So, longer working hours for people in more or less stable employment plus larger numbers of unemployed and insecure or ultra-insecure workers: these two trends are imposing themselves concomitantly on the proletariat, dividing workers and opposing them to one another. In the age of zero hours contracts, on-the-job vouchers, internships and part-time work in the dingiest conditions, insecure and ultra-insecure workers are searching, almost always on an individual basis, for stable, full-time contracts. And even if, rarely, this “search” takes a collective form and involves organized struggle – as it has happened in Italy in the case of portage and logistics workers – the

objective has been (and is) to get full-time and secure job contracts, as opposed to the current practice of working *à la carte* (especially in fixed-period contracts, subcontracting and cooperatives), which varies greatly according to whether one is prepared to swallow anything, or not. At the opposite pole, the part of the working class that still has a more stable, full-time work relation ends up accepting longer standard hours – with a growl and sometimes actual protest – in order to keep what it has. The lesser purchasing-power of wage packets and the rise in unemployment, which affect proletarian families in particular, are pushing in the same direction. Bearing all this in mind, it is not hard to grasp why in the past four decades – in the West – there have been no important movements demanding a reduction in the working day. A large share of the responsibility for this reversal lies with the trade union institutions and the parties of the Left, which, in the name of higher corporate exigencies and the competitiveness of their national capitalisms, have accepted first the principle and then the practice of “flexibilization”, thereby opening the gates for longer and more burdensome work schedules.

In Italy and other Western countries, the standstill in the fight for a shorter working day has, of course, developed in a period when the working class has generally shown little readiness to struggle. But the situation does not appear to be very different in the countries of the global South. There, in the past two or three decades, the working-class struggle has been much livelier and involved many more workers than in the West. But with the single exception of the Buenos Aires metro workers, who eventually won a six-hour day, their demands have never centred on a clear-cut reduction in working hours. Even where struggles have been numerous and had an impressive degree of support – in China, Bangladesh, India, South Africa, and so on – they have nearly always concerned wage levels, overdue wages, sackings, health and safety standards, privatization, foreign investments, the recognition of democratic rights at the workplace, pension counter-reforms and other issues relating to the “social state”. Elsewhere, as in Egypt, Tunisia or South Korea, struggles have raised important political demands, sometimes climaxing in the downfall of the regimes in place, but the question of a dramatic, general reduction in working hours has almost never been on the agenda. The reason for this is that, in the emerging economies, the great majority of proletarians see long working days as a necessary stage they need to go through to improve their material conditions, to improve their consumption, to start a family (if they are

young) or reunite their existing one (if they are migrants), to enable their children to study, and – for a small but not insignificant number – to own their own home. In the most backward countries, where “vulnerable workers” may be as high as 80 per cent of the working population, even a job with long or very long hours is considered, and actually is, a way of fending off extreme poverty.

5. CAPITALISM WHIMS – AND LETHAL WEAPONS

Various representatives of big capital warn that, as the robotic revolution reaches full maturity and second and third-generation IT instruments come on stream, the above trends may land further large numbers of young people (and not only them) in a state of chronic unemployment or underemployment. The danger is said to be twofold – for the social order and for the accumulation of capital – since it may permanently reduce the purchasing power of the mass of wage-earners and set off an equally permanent trend to the shrinking of national markets and the world market itself, not only for current consumption goods. This would seriously interfere with the process of the ceaseless expanded reproduction of capital, either because of the social-political dangers or because of the risk to the economy itself (despite the capacity of global capital to produce commodities for mass consumption at an ever lower cost).

Among the representatives and spokesmen of big capital, there is a debate about the most effective ways of confronting this incipient peril. Very few at the top consider even a minimal lightening of work schedules. When there is some clever quip in this direction (such as Google’s Larry Page offered three years ago), you feel you are being presented with a whimsical boutade rather than something serious. As for a dramatic, general reduction in working time, not one of them gives it a thought. The real discussion, only partly public, centres on the forms and conditions of a “guaranteed income” – it being taken for granted that this could never be equivalent to an average worker’s wage but only involve transitional forms of supplementing the livelihood of the poorest, a kind of partial “survival income” to tide them over; it would almost never be generally applicable, that is, almost never include everyone in a state of unemployment. What is implicit in all such proposals from the ranks of the capitalists is an acceptance of growing

levels of unemployment – as if ever larger numbers of people without a job were an inexorable destiny.

In sum: the scope of the problem, which in some cases has been well identified, is huge, novel and explosive. But since the only rational, socially rational, solutions are excluded, the ones at hand are either completely insufficient or vague and inconclusive. Meanwhile, the feared tendency continues to eat up miles, that is, to eat up flesh-and-blood human beings. The only antidote in play is various kinds of “supplementary benefit” or “income support” for the unemployed and underemployed, limited in both reach and time, while the (direct and indirect) devaluation of labour has been further advancing, with stronger trends toward longer hours and work performed for a pittance closer and closer to zero.

To grasp how solid these trends are, it is important to note that the latest generation of companies with the greatest success on the world market (Amazon, Walmart, Zara, RyanAir, and so on) are pushing in this direction. They have in common the superexploitation, whether direct or indirect (through subcontracting) of proletarians in the global South, in home countries or emigration, of women and minors; they also share an aggressive anti-union policy designed to prevent the growth of organization and activity, strict control and self-control systems that go as far as banning conversations among workers on the job (as in some Amazon warehouses), very strong time pressure, and “plus one” methods of dealing with suppliers (having another in reserve to force a cut in unit costs at every due date). In one way or another, all these measures reinforce the tendency of which we have speaking. In the case of Italy, we might mention the names FCA, Fincantieri, Coop and Conad, among others.

No shortening of the working day is in prospect, therefore. On the contrary, the super-class of functionaries of global capital has lethal weapons with which it intends to prevent the explosion of the above contradiction. These involve the fuelling of savage competition between workers with stable employment and those who are unemployed or lack job security, or the stoking of an outright propaganda war and actual attacks against migrant/immigrants, branding them as the ones really responsible for the social malaise caused by the crises and social policies of the “neoliberal” era. Locally born workers, especially the most marginal and insecure in their jobs, are supposed to rage against these scapegoats if they want to save their own skins.

6. WORK LESS SO THAT EVERYONE WORKS, AND THEN EVERYONE CAN WORK LESS – FOR SOCIALLY NECESSARY TASKS

A workers' movement in deep crisis therefore faces two massive challenges: to revive the prospect of a dramatic general reduction in the working day, and to mobilize in the front ranks of the struggle against racism. The old workers' movement does not seem capable of meeting such a challenge, nor does it attempt to do so. But I am convinced that these closely related issues will be of the utmost importance for a reborn proletarian movement.

Today it is both possible and necessary to oppose the dissipation of the workers' vital energy imposed by capital's insatiable hunger for surplus-value. The way forward is indicated by the above watchword: "Work less so that everyone works, and then everyone can work less." The working class can and must claim for itself the benefits of the huge increase in labour productivity of the past decades and the technological revolution now underway, because these are results achieved by the "collective social worker". The issue is not merely quantitative, however – not at all! Far more than yesterday or the day before yesterday, a growing part of commodity production is useless, harmful, anti-social and anti-ecological. Mészáros and Gouldner and others before them – Mattick and Bordiga, for example – have shown and criticized the capacity of mature capitalism to manufacture and induce artificial needs that do not correspond to real human requirements. This has led to the exponential growth of "destructive production" (of which military production is emblematic), the pillage of nature, luxury consumption, extreme waste and vast amounts of non-recyclable refuse, such as computers and mobile phones with rapid built-in obsolescence. The finance industry, insurance companies, estate agents, the gigantic military-industrial and security apparatuses, much of high tech and telecommunications demonstrate this increasingly anti-social and anti-ecological character of the capitalist mode of production. To this can and must be opposed socially necessary labour for the satisfaction of genuinely human needs. This gives further strength and motivation to

the prospect of a general, dramatic shortening of the working day, because it offers the possibility/necessity of cutting out a vast range of production and applying the workers released from it to socially necessary and useful activities.

The same applies to the massive waste of vital human energy, of people's capacity to understand the world, and of the potential for social cooperation on the basis of real equality – waste resulting from the spread of racist ideologies, policies, laws, feelings, prejudices and practices. Enormous, too, is the suffering and social pain bound up with international migration, which in my view is essentially forced migration. The point here is not only to question the existing inequalities with regard to legislation, wages, and quantitative matters, but also, and above all, the international division of labour created by colonialism, the old that is still present and wishes to be eternal.

I will conclude. What underlies my argument is, to be sure, the great crisis of 2008 – not simply in its financial dimension, but as an intertwining of economic and ecological crises with a crisis of the international order and a crisis of values and perspectives – a crisis of civilization, of capitalist civilization. What lies ahead of us is an epoch of the most acute social conflicts. And in this epoch I hope we will together succeed in freeing ourselves from surplus labour, existential insecurity, unemployment and racism; in using the time and vital energy released from today's forced labour to dismantle piece by piece the social, sexual, anti-ecological and international division of labour erected over the centuries by the capitalist mode of production. The aim is to open the way to the future that we dream of in our boldest dreams. A social science worthy of the name cannot fail to take on that task.

(*) I dedicate this essay to Mario Lardieri, with whom I had intense and repeated discussions on these questions, and to whom I owe the formulation on the general reduction of working hours that I used in the final section.

Bibliography

Antunes, Ricardo, *O privilégio da servidão. O novo proletariado do serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Basso, Pietro. *Tempos modernos, jornadas antigas. Vidas de trabalho no início do século XXI*. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

Basso, Pietro, «La grande crisi della civiltà del denaro». In Basso, Pietro – Chiaretti, Giuliana (a cura di), *Le grandi questioni sociali del nostro tempo*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2018.

Bordiga, Amadeo. *Economia marxista ed economia controrivoluzionaria*. Milano: Iskra, 1976.

Chase, Jefferson. «Scrap 'outmoded' 8-hour workday in Germany, economic experts say», DW, posted on 12 Novembre 2017.

Cillo, Rossana (a cura di). *Nuove frontiere della precarietà del lavoro. Stage, tirocini e lavoro degli studenti universitari*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2017.

Crary, Jonathan, *24/7. Late Capitalism and the Ends of Sleep*. London: Verso, 2013.

Goldner, Loren. *Capitale fittizio e crisi del capitalismo*. Gassino Torinese: PonSinMor, 2007.

ILO (International Labor Organization). *Working Time around the World. Trends in working hours, laws and policies in a global comparative perspective*. Abingdon: Routledge, 2007.

ILO (International Labor Organization). *Ensuring decent working time for the future*, Geneva, 2018.

Marx, Karl. *Grundrisse* (trans. Martin Nicolaus) London: Penguin/New Left Review, 1973.

Marx, Karl. *Capital* (ed. by Friedrich Engels). Chicago – London: Encyclopaedia Britannica, 1952.

Mattick, Paul. *Marx and Keynes. The Limits of the Mixed Economy*. Boston: Porter Sargent Publisher, 1969.

Mészáros, István. *Beyond Capital*. London: Merlin Press, 1995.

World Bank Group. *World Development Report. The Changing Nature of Work*. Washington, 2019.

Nos últimos decénios tem feito curso nas ciências sociais e humanas a ideia de que as sociedades teriam deixado de se organizar em torno do trabalho. Paralelamente, tem-se afirmado igualmente o fim das ideologias, do sindicalismo ou da militância. No entanto, o que a realidade nos mostra é que, ao invés da supressão do trabalho, se tem vindo a assistir antes ao crescimento do número de pessoas nele envolvidas. Nesta nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, o trabalho não se extinguiu e o que se verifica, verdadeiramente, é que sofreu profundas transformações ao ter-se tornado, para largos setores, mais instável, multifacetado, intensificado e desvalorizado. Por conseguinte, há que redescobrir o trabalho, tornar visível o que alguns pretendem ocultar e apreender toda a sua complexidade a partir dos olhares diversos que são protagonizados pelas várias ciências, numa perspectiva inter e multidisciplinar. Por outro lado, há que evidenciar igualmente as consequências da intensificação e da desvalorização do trabalho para a saúde dos trabalhadores e as suas condições de vida, bem como as modalidades de resistência que estes lhes opõem – no presente e no passado. Esta é a abordagem deste livro, que corresponde à organização dos textos e temas apresentados no IV Congresso de História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal & III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida, realizado na cidade de Lisboa em Novembro de 2020.